

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2



Atena
Editora
Ano 2019

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;
v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-266-1
DOI 10.22533/at.ed.661191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONTRIBUIÇÕES DOS ANAIS PARA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
Sofia Pessoa Lira Souza Augusto Aragão Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.6611917041	
CAPÍTULO 2	13
INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS ATIVAS NA ESCOLA DO SÉCULO XXI	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.6611917042	
CAPÍTULO 3	29
PROJETO DO FÓRUM ELEITORAL DE AFUÁ, O LUGAR SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS	
Angelo Pio Passos Neto Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
DOI 10.22533/at.ed.6611917043	
CAPÍTULO 4	44
PROCESSO DE PROJETO CENTRADO NO USUÁRIO: PENSANDO A ACESSIBILIDADE	
Vanessa Goulart Dorneles Isabela Fernandes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6611917044	
CAPÍTULO 5	61
ACESSIBILIDADE NA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	
Lília Caroline de Moraes Cecília de Amorim Pereira Eduardo Raimundo Dias Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6611917045	
CAPÍTULO 6	71
WRIGHT E SIZA: DOIS MUSEUS E O VISITANTE	
Andrya Campos Kohlmann Douglas Vieira de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.6611917046	
CAPÍTULO 7	93
ENTRE O SÍMBOLO DO FASCIO - O PAVILHÃO FASCISTA EM SÃO PAULO	
Gustavo de Almeida Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.6611917047	

CAPÍTULO 8	106
A POESIA CÊNICA DE FLÁVIO IMPÉRIO: BREVE ANÁLISE DA CENOGRAFIA DE 'ROSA DOS VENTOS', DE MARIA BETHÂNIA (1971)	
Carlos Eduardo Ribeiro Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6611917048	
CAPÍTULO 9	122
CURADORIA COLETIVA E MEDIAÇÃO CULTURAL NA ELABORAÇÃO DA EXPOSIÇÃO: "DO ECLETISMO AO CONTEMPORÂNEO"	
Alexandre Sônego Carvalho	
Ana A. Villanueva Rodrigues	
Geise Brizotti Pasquotto	
Jéssica Priscila Grando	
DOI 10.22533/at.ed.6611917049	
CAPÍTULO 10	131
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE ECOVILAS: O CASO BEDZED	
Emiliana Rodrigues Costa	
Alexandre Pajeú Moura	
DOI 10.22533/at.ed.66119170410	
CAPÍTULO 11	145
WAYFINDING: FERRAMENTA DE PROJETOS NA GESTÃO HOSPITALAR	
Guilherme Gattás Bara	
José Gustavo Francis Abdalla	
Márcia Moreira Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.66119170411	
CAPÍTULO 12	152
TRANSFORMATIONS TO THE CLOISTERS AND THRESHOLD OF PAVILIONS IN HOSPITALS OF MEXICO	
María Lilia González Servín	
DOI 10.22533/at.ed.66119170412	
CAPÍTULO 13	160
CONJUNTO ESCOLA PARQUE: PATRIMÔNIO MATERIAL DA BAHIA E REFERÊNCIA PARA CONJUNTOS ESCOLARES NO BRASIL	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.66119170413	
CAPÍTULO 14	177
NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS	
Elio Moroni Filho	
DOI 10.22533/at.ed.66119170414	
CAPÍTULO 15	198
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM COLATINA E SUA TRAJETÓRIA	
Alexandre Valbuza Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.66119170415	

CAPÍTULO 16	214
ESTUDO DAS ARGAMASSAS ANTIGAS DA IGREJA DE N. S ^a DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS EM SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder D. da Silva Adriana D. Nogueira Taina G. dos Santos Gabriela de M. Rabelo Maisa da R. Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.66119170416	
CAPÍTULO 17	229
A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA DA CIDADE DE BELÉM NO SÉCULO XIX	
Amanda Roberta de Castro Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.66119170417	
CAPÍTULO 18	245
ITINERÁRIOS DA MEMÓRIA: O CEMITÉRIO COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcelina Das Graças De Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.66119170418	
CAPÍTULO 19	257
AS TESSITURAS DA MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO ESPAÇO: HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO NA PEDREIRA PRADO LOPES	
Alexandra Nascimento Alex César de Oliveira Fonseca Ingrid Nayara Brito Jhonatan Ribeiro Santos Letícia Ferreira D'Angelo Martin Nicolas Rodriguez Stenia Carvalho Pessoa Talita Freitas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66119170419	
CAPÍTULO 20	272
O CRESCIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Monique Avelino Damaso	
DOI 10.22533/at.ed.66119170420	
CAPÍTULO 21	284
FESTA DE SANTA CRUZ EM OURO PRETOA TRADIÇÃO CULTURAL COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA COMUNIDADE	
Letícia Campos Figueiras Fabiana Mendes Tavares Jacques	
DOI 10.22533/at.ed.66119170421	
CAPÍTULO 22	300
MEMÓRIA OU NOSTALGIA? AS RELAÇÕES CIDADE-EMPRESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: UM ESTUDO DE CASO DA SIDERURGIA EM MINAS GERAIS	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66119170422	

CAPÍTULO 23	315
UMA RUA DE MUITOS LUGARES - ROTEIRO PELO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ	
Lúcia de Fátima Lobato Ferreira	
Francisco de Assis Pereira de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.66119170423	
CAPÍTULO 24	326
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO ESTADO EM SÍTIO TOMBADO	
João Gustavo Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66119170424	
CAPÍTULO 25	351
CONSELHO DE PATRIMÔNIO CULTURAL COMO AGENTE DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO CMPC EM PIEDADE DO RIO GRANDE-MG	
Jucilaine Neves Sousa Wivaldo	
Gilson Camilo de Sousa Neto	
João Batista de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.66119170425	
SOBRE A ORGANIZADORA	363

CONTRIBUIÇÕES DOS ANAIS PARA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Sofia Pessoa Lira Souza

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo;
Professora do CECA UFAL sofia.souza@ceca.
ufal.br

Augusto Aragão Albuquerque

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor
da FAU UFAL e do PPGAU DEHA agosto.
albuquerque@fau.ufal.br

RESUMO: A comunicação científica incorpora atividades associadas à Produção e Reprodução do conhecimento científico e tem sido vista como instrumento poderoso na difusão e consolidação de novas ideias e tecnologias. Ela é indispensável à comunidade científica pois facilita o compartilhamento de resultados de pesquisa e possibilita sua análise e crítica. No atual contexto de competitividade e produtividade, os pesquisadores têm utilizado diversos meios para a difusão de seus trabalhos, afim de receber reconhecimento e alcançar os níveis de produção exigidos. Os Eventos são considerados meios de comunicação que contribuem para o estabelecimento de contatos pessoais entre pesquisadores, ao mesmo tempo em que divulga os resultados de suas pesquisas. Porém, seus critérios deficientes de avaliação de trabalhos e a dificuldade ao acesso de suas publicações têm levantado questionamentos quanto a sua validade e

contribuição para a Produção e Reprodução do conhecimento científico.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Científica, Pesquisa, Pós-graduação, Publicações, Validade Científica.

ABSTRACT: Scientific communication incorporates activities associated with the production and reproduction of scientific knowledge and has been seen as a powerful tool in the dissemination and consolidation of new ideas and technologies. It is essential to the scientific community because it facilitates the sharing of research results and enables their analysis and review. In the current context of competitiveness and productivity, researchers have used various means to disseminate their work in order to receive recognition and achieve the required production levels. Events contribute to the establishment of personal contacts between researchers and releases the results of their research. However, their disabled evaluation criteria and the difficulty to access their publication have raised questions about its validity and contribution to the production and reproduction of scientific knowledge.

KEYWORDS: Scientific communication, Research, Graduate studies, Publications, Scientific value.

1 | INTRODUÇÃO

A Pós-graduação *stricto sensu* em Arquitetura e Urbanismo no Brasil iniciou-se após a reforma universitária de 1968, que possibilitou a articulação entre ensino e pesquisa e vem contribuindo com a produção do conhecimento científico em diversos temas, sempre ligados as demandas e anseios da sociedade (CAPES 2013).

Na última década os cursos de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, que fazem parte da Área Arquitetura, Urbanismo e Design (AUD), quase que dobrou no país, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2013), e, cresceu, também, a preocupação com sua qualidade.

No contexto atual da área, para a avaliação dos cursos de pós-graduação a CAPES utiliza a produção científica docente como um dos critérios de qualidade, em seu último triênio de avaliação 2010-2012 a produção intelectual correspondia a 40% da nota atribuídas aos cursos de pós-graduação, e deste valor 50% eram referentes aos artigos publicados em periódicos, 30% em livros e capítulo de livros e 20% para artigos completos publicados em anais de eventos qualificados.

Inserindo-se no contexto de pós-graduação *stricto sensu* em Arquitetura e Urbanismo, este trabalho é resultado de um processo de pesquisa colaborativo que envolveu 13 alunos de uma disciplina de um programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo em Alagoas, sob coordenação do Professor Dr. Augusto Aragão Albuquerque, que tinha como objetivo central 'identificar os temas tratados na área da Arquitetura e Urbanismo nos últimos anos no Brasil'. Porém, a falta de arquivos disponíveis para download na internet, em especial dos publicados em anais, mostrou-se como dificuldade em sua elaboração.

Os anais são publicações que resultam dos trabalhos apresentados em eventos e encontros e são usados de forma a possibilitar uma maior difusão e disseminação destes trabalhos e, como objeto deste estudo, surgiram, então, questionamentos sobre a contribuição de tais publicações para a produção e reprodução do conhecimento. Neste sentido, o presente trabalho tem o objetivo de constatar as contribuições de trabalho publicados em anais de eventos para a produção e reprodução do conhecimento em Arquitetura e Urbanismo.

Sabe-se que os eventos são meios eficientes de comunicação científica informal, que promovem aproximação dos pares da comunidade científica na troca de informações cruciais para a produção de seus trabalhos, porém estas contribuições são restritas aqueles que participam do evento, devendo então utilizar os meios de comunicação científica formais, as publicações, para atingir um contingente maior de pessoas e contribuir, conseqüentemente, para a maior reprodução do conhecimento.

A problematização sobre o potencial dos Anais como agentes de produção reprodução de conhecimento envolve fatores como qualidade dos corpos editoriais; periodicidade; variedade de formatação e indexação dos trabalhos publicados; e dificuldade de acesso a estes materiais.

2 | METODOLOGIA

Este trabalho utilizou como dados primários os resultados concernentes a pesquisa intitulada 'Identificação das temáticas tratadas pela "comunidade" da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil', sob orientação do Prof. Dr. Augusto Aragão Albuquerque e com participação de 13 estudantes de uma disciplina do segundo semestre de 2014 de um programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo em Alagoas.

Nessa primeira pesquisa, foi investigada a produção dos docentes que participaram de programas de pósgraduação da área no país, que possuísem ao menos uma turma de doutoramento concluída. O número de docentes destes programas totalizou 286 e foram distribuídos entre os alunos para realização da pesquisa.

O levantamento destas produções respeitou o período de avaliação da CAPES correspondente ao triênio 2010-2012 e incluíam: artigos e resumos publicados em Anais e Periódicos e, ainda, tese e dissertações, orientadas pelos docentes, concluídas no período citado. Estes trabalhos foram categorizados por ano de publicação, título, autores envolvidos e palavras-chaves, utilizando os Currículos disponíveis na plataforma Lattes colhidos entre os dias 13 e 19 de setembro de 2014. Com a intenção de formar um banco de dados dos arquivos, observou-se, ainda, se os mesmos estavam disponíveis para download em sua forma online, para tanto foram utilizados como padrões mínimos para buscas os sites: Google Acadêmico, Scielo, Periódicos CAPES e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Após o término da pesquisa, os alunos encaminharam suas tabelas, contendo as informações gerais dos trabalhos de cada docente, os arquivos que puderam ser encontrados na internet, um breve resumo da produção de cada autor investigado, seus Currículos Lattes e, ainda, um texto relatando as dificuldades encontradas no andamento da pesquisa.

Para a coleta de dados deste trabalho foram escolhidos, dentre os docentes que participaram desta primeira pesquisa, 22 professores que compunham duas instituições distintas e se comparou a porcentagem dos trabalhos publicados em anais e dos publicados em periódicos que puderam ser encontrados nos sites citados.

Foi realizada também uma pesquisa teórica e documental para identificar padrões que determinem a validade das publicações científicas.

3 | COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Para a humanidade é inquestionável o valor da ciência para o seu desenvolvimento, pois exerce influência direta sobre suas convicções, seus hábitos, gerando leis e ampliando, permanentemente e continuamente, as fronteiras do conhecimento em um processo ininterrupto de investigação, caracterizando-se, portanto, como uma instituição social, dinâmica, contínua e cumulativa (TARGINO, 2015).

Desta forma é notória a vital importância que o acervo de conhecimentos científicos que se renova com a pesquisa detém para as gerações seguintes, para que estas assimilem os resultados das gerações anteriores e possam desenvolverem e/

ou ampliam procedimentos e produtos, visando novos aspectos da ciência, o que é conseguido por meio da comunicação científica que tem crescido junto com o volume de pesquisas realizadas (MUELLER, 1995).

Le Coadic (1996) afirma que as atividades científicas e técnicas são a fonte de onde surgem os conhecimentos científicos e técnicos que se transformarão, depois de registrados, em informações científicas e técnicas e que essas atividades só existem, só se concretizam, mediante essas informações e considera que a informação é o sangue da ciência e que, sem ela, a ciência não pode se desenvolver e viver, a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento.

No campo social e político a comunicação científica, impulsionada pelos modernos meios de comunicação, tem sido vista como a mais poderosa força para conduzir o desenvolvimento científico e tecnológico das nações e de transformação do homem, por permitir a transferência de informações ou difusão de novas ideias e tecnologias, caracterizando uma relação forte e indispensável entre a informação e o avanço social (TARGINO, 2015).

Já em 1979, Garvey (1979) conceitua a comunicação científica como a comunicação que incorpora as atividades associadas com a produção e reprodução do conhecimento, disseminada com o uso da informação, desde a hora que o cientista teve a ideia da pesquisa até o momento em que os resultados de seu trabalho são aceitos como parte integrante do conhecimento científico. Garvey e Griffith (1979) desenvolveram um modelo de sistema de comunicação científica, onde esquematizaram o processo de disseminação científica que ocorre desde as fases iniciais de elaboração do projeto de pesquisa até a fase final de aceitação dos resultados da pesquisa, hoje ainda aceito e adaptado por estudiosos.

No modelo proposto por Garvey e Griffith (1979) há dois tipos de canais no sistema de comunicação na ciência, um canal informal que é a parte do processo que é invisível ao público, caracterizado por contatos pessoais por meios de telefone, correspondências e internet e precede a finalização do projeto de pesquisa. O outro canal é o formal que é visível ao público e representado pela informação publicada e até mesmo o início de sua execução, em forma de artigos de periódicos, encontros científicos, livros, comunicações escritas, etc. Neste último o processo de comunicação é lento, mas necessário para a memória e a difusão de informação para o público em geral, são oficiais e públicos e controlados por uma organização e se destina a transferir informações, por intermédio das publicações, a uma comunidade, são permanentes e suas informações são registradas em um suporte mais acessíveis e são fundamentais aos pesquisadores por permitir comunicar seus resultados de pesquisa, estabelecer a prioridade para suas descobertas e obter reconhecimento e credibilidade de seus pares no meio técnico ou acadêmico.

Esta preocupação tem sido conservada, no meio científico, até os dias atuais, uma vez que observamos uma preocupação constante dos cientistas em recorrerem a vários mecanismos de disseminação dos resultados de pesquisas, buscando,

ainda, dominarem os métodos e mecanismos de transmissão de mensagens e/ou da redação técnico-científica, visando atingir o reconhecimento entre seus pares. Neste contexto, Targino (2015) corrobora com essa observação quando afirma que é função do documento formal persuadir e convencer a comunidade científica e a sociedade como um todo de que os resultados de pesquisa, então divulgados, devem ser aceitos como conhecimento válido e consolidado, trazendo prestígio ao autor do documento formal de comunicação científica.

Dentro do modelo formal de comunicação se destacam, na escolha atual dos pesquisadores para publicação, os anais de encontros científicos e os periódicos. Para Herschman (1970) a importância do periódico está na sua função básica de memória que lhe é conferida quando representa o instrumento de registro oficial e público da ciência e ainda tem a função de disseminação já que se constitui em um instrumento de difusão de informações e ainda contempla a função social porque confere prestígio e recompensa aos autores, membros de comitês editoriais e editores.

Neste mesmo viés de pensamento o TESAURO (1982) conceituou as publicações periódicas como aquelas que aparecem em intervalos regulares, de conteúdos e autores variados que registram conhecimentos atualizados e garantem aos autores prioridade intelectual nos resultados de pesquisa e as considera a fonte primária e mais importante para a comunidade científica uma vez que, por seu intermédio, a pesquisa é formalizada, o conhecimento se torna público e se promove a comunicação entre os cientistas.

A comunicação científica e a ciência, de uma forma geral, quer seja através dos canais informais ou formais, tem conseguido um extraordinário crescimento com o avanço das novas tecnologias, o que permitiu o surgimento da comunicação eletrônica que pode ser vista como um recurso para incrementar e aperfeiçoar o contato entre cientistas.

É notório que as imensas quantidades de dados disponibilizados pelas mais diversas tecnologias configuram um novo paradigma para a ciência, pela intensificação do uso de redes e de computadores e pelo uso, extraordinário, de conjuntos de dados distribuídos. No entanto, Pinheiro (2014) adverte que se deve levar em conta que a validade e a importância dos dados só se concretizam quando são analisados e reutilizados para gerar novos conhecimentos e que os recursos e o instrumental tecnológicos disponíveis potencializam essas perspectivas.

Desde os anos cinquenta, o Brasil vem travando grandes batalhas para sedimentar um campo científico onde ocorra uma articulação entre Universidade e Sociedade, através da disseminação de cursos de pós-graduação e de incentivos dispensado pelas agências de fomento à pesquisa das quais se destacam o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a CAPES (SILVA ET AL, 2013).

O papel do CNPq nas Universidades é de suma importância, na medida em que promove a ampliação do espaço das pesquisas, enfatizando a necessidade premente de aparelha-las para o desenvolvimento da pesquisa, já que a Universidade, assim

como os institutos de pesquisa, são considerados os locais próprios para a atividade científica (CUNHA, 1983), e, por isso mesmo as demandas sociais sobre as instituições de ensino e pesquisa estão aumentando, como também os critérios de excelência e o de desempenho dessas instituições são continuamente questionadas e testados

A política de pesquisa e pós-graduação das instituições de ensino superior está fundamentada em dois desafios a serem superados, simultaneamente, um de caráter quantitativo que consiste em criar as condições para que os programas de pós-graduação que tenham mestrado consigam implantar seus cursos de doutorado, um outro desafio de caráter qualitativo que se fundamenta em dotar os programas de pós-graduação dos melhores padrões de qualidade, com elevação das suas notas na avaliação periódica da CAPES, com atenção permanente para os padrões de qualidade, dentro de uma política orientada para ações que contemplem estes valores acadêmicos, o que está claramente delineado do REUNI.

Cury (2004) avalia que o Brasil, através dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, conseguiu constituir um sistema institucionalizado de pós-graduação de alta qualidade, utilizando a sistemática de coleta de informações e a avaliação de desempenho dos docentes, dos cursos e das instituições por meio de atuação dos pares. Nesse processo especial tem destaque os processos de avaliação adotados pela CAPES, que estimula a presença em eventos científicos, que representa uma incitação à busca de patamares superiores de qualificação, com o apoio maciço dos docentes e pesquisadores em socializar sua produção por meio de artigos, capítulos de livros e livros.

Porém, o mapeamento da ciência através desses indicadores tem sido polêmico, com críticas aos métodos desde o grau de importância atribuído a essas análises e até forma como são coletadas e compiladas as informações, passando pelos usos descompassados dos objetivos e aplicações muito localizadas e restritas.

Price (1976) um dos pioneiros no estudo da produção científica, adverte para o fato da metodologia de análise adotada no Brasil estar integralmente apoiada em dados e indicadores de produção científica e tecnológica coletados no exterior, particularmente nos Estados Unidos. Os indicadores a que se refere são aqueles obtidos através da contagem bibliométrica dos trabalhos, autores, revistas e citações em ciência e tecnologia, a partir de fontes compiladas no exterior e que, por inúmeras razões, não contêm em seu bojo um número representativo de trabalhos nacionais. Consequentemente, tais indicadores estariam, em relação aos países periféricos, naturalmente distorcidos.

Já Pontes (1991) salienta a importância da avaliação de desempenho nos sistemas formais e nos informais como perspectivas de crescimento, objetivando a obtenção de melhores níveis de excelência na pós-graduação, o que está sendo cada dia mais necessário, visto o processo de internacionalização, hoje sentido na maioria das áreas de conhecimento.

Neste contexto não há dúvidas de que a comunicação científica é indispensável

à atividade científica e é essencial para todos os pesquisadores e resulta da necessidade de compartilhamento dos resultados das pesquisas entre o crescente número de cientistas engajados na comunidade científica que exige competitividade e produtividade e que utilizam várias formas possíveis para difusão de seu trabalho, apelando para formas diferenciadas de comunicação, que vão desde os recursos mais formais aos recursos eletrônicos que se complementam e interagem, para obter reconhecimento dos pares e da instituição, que exige produção intensa de publicações originais, no caso do Brasil, majoritariamente, as universidades e os institutos de pesquisa, além de sociedades científicas, academias, associações, etc e vem se constituindo num vasto campo de estudo, surgindo interesses sobre o crescimento da produção científica baseados em métodos quantitativos, como a análise de citação da literatura primária e secundária, a co-citação e acoplamento bibliográfico, produções científicas, cujo objetivo é mapear a ciência e suas especialidades, identificar frentes de pesquisa, núcleo de autores mais produtivos, núcleo de periódicos mais relevantes para determinadas áreas, assuntos ou campos de pesquisa (VALOIS ET AL, 1989).

4 | CONTRIBUIÇÃO DOS ANAIS

O Documento de Área da CAPES de 2013, utilizado para atribuição de notas aos programas de pós-graduação, considera os Eventos como meios importantes de discussão científica e elenca 5 contribuições que estes proporcionam para a área da AUD: oportunidade de diálogo; articulação da comunidade científica; ampliação da interlocução de pesquisadores; divulgação ampla e repercussão rápida da produção científica; e debate e aperfeiçoamento das pesquisas em andamento. Percebe-se que, dentre as contribuições elencadas, apenas uma refere-se a reprodução do conhecimento científico, divulgação ampla e repercussão rápida, enquanto as restantes contribuiriam de forma mais direta com sua produção.

Este posicionamento demonstra a percepção do órgão de que os Eventos têm contribuído de forma mais efetiva para a produção do conhecimento, uma vez que auxilia a comunicação informal, e é partilhado por grande parte da literatura sobre Eventos, os autores geralmente reconhecem seu potencial como canais de comunicação e estabelecimento de contatos pessoais, ainda que o considerem como meio improvável de aquisição de novos conhecimentos (MEADOWS, 1974).

A problematização sobre o potencial dos Eventos como agentes de reprodução de conhecimento engloba dois fatos primordiais: a possibilidade da publicação de trabalho em forma de resumo ou ainda de trabalhos incompletos e em andamento, e o fato de que, quando estão em sua forma completa, na maioria dos casos, estes trabalhos já tiveram seus conteúdos divulgados em outras plataformas, inviabilizando desta maneira a possibilidade de aquisição de novos conhecimentos pelos seus participantes; outra questão, diz respeito ao acesso a estes trabalhos, já que, na maioria das vezes estas publicações não estão disponíveis para aqueles que não

participaram do evento.

Segundo Campello (2000), os congressos são eventos de proporções maiores, podem ser produzidos a nível nacional e internacional, incluem atividades como palestras, mesas redondas e conferências; os documentos gerados em encontros científicos podem ser apresentados antes, durante ou depois do evento, mas, normalmente, são publicados posteriormente em forma de anais. Estes seguem critérios diferentes de publicação que variam em cada instituição organizadora, mas costumam ter uma tiragem pequena, disponível apenas para aqueles inscritos no evento, portanto sem grande divulgação.

Os trabalhos apresentados em encontros dão ao pesquisador a oportunidade de receber críticas e sugestões de forma mais efetiva e direta, tal fator tem se constituído como principal motivação para a participação. Poindron (1962), porém, observa que muitos pesquisadores têm produzido seus trabalhos, simplesmente, com a intenção de participar de tais encontros, a despeito de qualquer motivação intelectual, o que, acrescido às cobranças por produtividade e o baixo critério de seleção, têm feito com que a qualidade dos trabalhos publicados em anais venha a ser questionada.

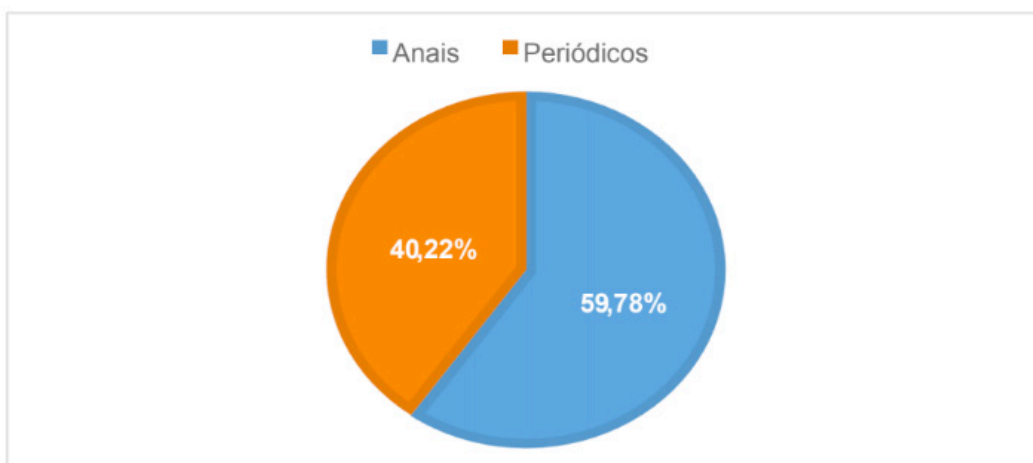
A diferenciação no status de validade científica atribuída aos artigos publicados em periódicos e publicados em anais é notória e partilhada pelos órgãos financiadores de pesquisa, que em suas avaliações consideram as publicações em periódicos mais importantes. Esta diferenciação é efetivada pelas carências em corpos editoriais mais qualificados e imparciais por parte dos anais, por sua baixa periodicidade, pela variação de formatação e indexação dos trabalhos publicados e, ainda, pela dificuldade de acesso a estes materiais.

A classificação dos Eventos, para avaliação dos programas de pós-graduação na Área AUD, inclui os seguintes critérios: relevância do evento; vinculação com os temas da área; composição do Comitê Científico quanto à origem e titulação dos membros; comitê organizador; apoio institucional; convidados e expositores; critério de seleção dos trabalhos; e seu nível de consolidação. Observa-se, entretanto, que tais critérios em sua maioria englobam questões organizacionais, enquanto os que se referem a seleção de trabalhos são delegados às comissões organizadoras, um fato que preocupa a literatura, e acende questões quanto à qualidade dos trabalhos apresentados.

Já em seu processo de avaliação de Periódicos, a CAPES considera: o esforço editorial (quantidade de artigos e edições publicadas), periodicidade, diversificação de autores e do corpo de pareceristas, longevidade e repercussão na área, edição bilíngue, e a disponibilidade em formato digital dos artigos completos na internet. Muitos são os critérios estabelecidos pelo órgão que remetem à organização do trabalho como: conter palavras-chave, conter as informações completas dos autores, sua filiação e país de origem, resumos e títulos.

Com relação aos dados apurados neste trabalho, foi possível identificar que, no universo de 22 docentes, que participaram de programas de pós-graduação no país

no triênio 2010-2012, suas publicações foram realizadas em meios variados, mas, aproximadamente, 60% delas foram destinadas a eventos, enquanto aproximadamente 40% foram destinadas a periódicos, apontando uma leve predominância dos anais como veículo eleito de publicação no triênio 2010-2012 na área de AUD. Visto que os órgãos financiadores de pesquisa têm exigido um número mínimo de publicações anuais de seus participantes, o reduzido prazo de análise e a seleção menos criteriosa podem ser apontados como fatores que tornam a publicação em anais mais atrativa que as publicações em revistas.

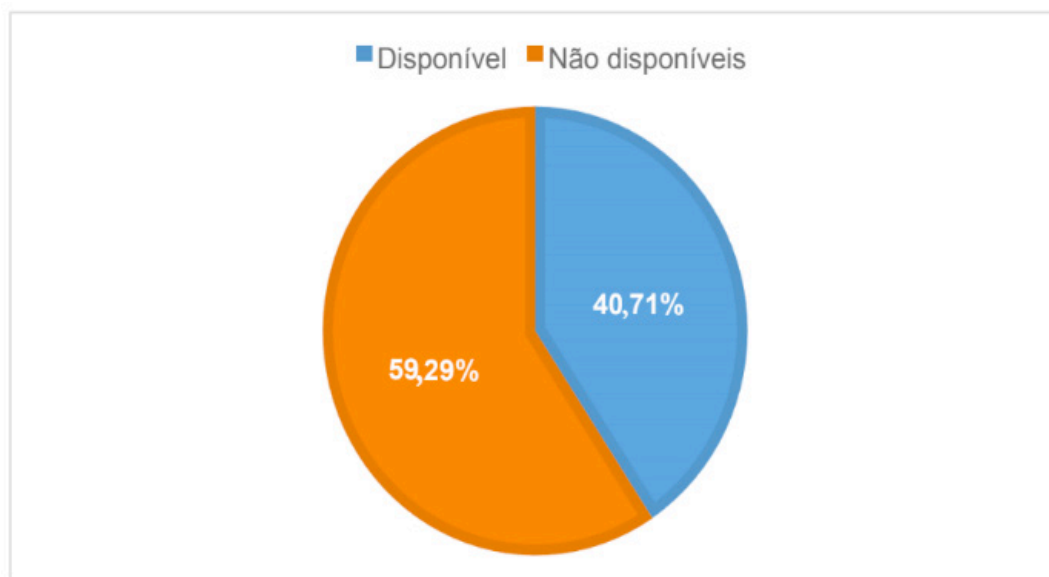


Utilização de veículos de publicação em 2010-2012 na arquitetura e urbanismo

Somente a título de comparação, neste mesmo período de avaliação, segundo o Documento de Área da CAPES, foram classificados 663 periódicos dos quais somente 12,8% figuravam entre os estratos A1 e A2. Dentre as exigências para a qualificação de periódicos em estratos mais elevados estão sua disponibilidade em forma online. Das publicações em estudo neste trabalho 88,16% estavam disponíveis na internet. Demonstrando que apesar das exigências da CAPES, mesmo os periódicos que não participam dos estratos mais elevados de classificação possuem sua forma online disponível para download.



Já os trabalhos que utilizaram os anais como meio de publicação somente 40,71% estavam disponíveis para download.



Publicações em anais realizadas em 2010-2012 disponíveis online

Anais de congressos são quase sempre emitidos em forma de livro, distribuídos aos seus participantes, em um estudo realizado pela Unesco com o título “Scientific Conference papers and proceeding – contents, influence, value, availability” aponta algumas recomendações e definem metas para os congressos internacionais. Sugerindo a publicações de seus Anais e procedimentos em formato de periódicos, e assegurando uma tiragem maior que a dos participantes de seus eventos, contribuindo desta maneira com o alcance de um número maior de pessoas, outra vantagem da publicação de artigos em um periódico é que eles podem ser mais facilmente incluídos em bibliografias.

A Unesco considera que o canal mais adequado para a divulgação de informações científica não ocorre por meio das publicações em Anais, mas em revistas científicas e periódicos. Desta maneira, os trabalhos encaminhados aos eventos, devem ser publicados antes que eles aconteçam e sob a forma de periódicos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório, pois, os esforços constantes da comunidade científica para tornar o conhecimento mais difundido, o que corrobora com sua validade, a medida em que se expõe a crítica, porque é sabido que a validade de um documento científico só é comprovada, quando este se submete a crítica e são reutilizados de maneira a gerar novos conhecimentos.

Nem todos os documentos produzidos por um congresso são publicados em sua

totalidade ou mesmo em forma resumida, e ainda, observa-se que um menor número deles está disponível para download na internet, isto torna imperativo que as agências organizadoras repensem suas formas de publicação e estudem maneiras de difundir, de forma mais eficiente, os trabalhos que lhes são submetidos. Mas, para ampliar a validade de publicações destinadas a Anais perpassa por outros fatores que dizem respeito à organização dos eventos e de seus agentes organizadores.

Os dados apresentados neste trabalho reforçam os posicionamentos adotados pelas agências financiadoras de pesquisa no país, que enfatizam que a difusão do conhecimento científico ocorre de forma mais efetiva com a publicação por meio de periódicos, já que os mesmos podem ser adquiridos posteriormente e em sua grande maioria encontram-se disponíveis para download.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, B. V. C. **Encontros Científicos**. In: Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Org.: Campello, B. V. C. & Kremer, J. M. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2000.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior. **Documento de Área 2013**, disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/ava liacaotrienal/Docs_de_area/Arquitetura_Urbanismo_e_Design_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/ava%20liacaotrienal/Docs_de_area/Arquitetura_Urbanismo_e_Design_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf). Acessado em: 27 de janeiro de 2015.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica: ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Liv. F. Alves, 1983. p. 156.

CURY, C. R. J. **GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO: A BUSCA DE UMA RELAÇÃO VIRTUOSA**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, Especial – Out. 2004.

GARVEY, W. D. *Communication: the essence of science: facilitating information among librarians, scientists, engineers, and students*. Oxford: Pergamon Press, 1979.

GARVEY, W. D. & Griffith, B. C. **Communication and information processing within scientific disciplines; empirical findings for psychology**. In: Garvey, W. D. *Communication: the essence of science*. New York, Pergamon Press, 1979. p. 127-147.

HERSCHMAN, A. **The primary journal; past, present and future**. *Journal of Chemical Documentation*, v.10, n.1, p.37-42, 1970.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 119 p.

TESAURO em Ciência da Informação. 6.ed. preliminar. Rio de Janeiro, IBICT, 1982

MEADOWS, A.J. *Communication in science*. London : Butterworths, 1974.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Scientific Conference papers and proceeding** – contents, influence, value, availability, 1962. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000202/020249e_o.pdf . Acessado em 11 de abril de 2018.

PINHEIRO, L. V. R. **Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica**. R ev. Eletron. de Comum. Inf. Inov. Saúde. 2014 jun.; 8(2). P. 153-165.

PONTES, B. R. **Avaliação do Desempenho: uma abordagem sistêmica**. São Paulo: LTR, 1991.

POINDRON, P. **The content, influence and value of scientific conference papers and proceedings.** Unesco Bulletin for Libraries, Paris, v.16, n.3, p.113-126, May 1962.

PRICE, D. de. **O desenvolvimento da ciência.** Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976. 96p.

MUELLER, S. P. M. **O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões.** Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 63-84, jan./jun. 1995.

SILVA, P. B. B. da; Santos, A. M. A. dos. Pimentel, B. C. C.; Leite, S. N.; Uchôa, S. B. B.; Barbosa, P. B. **A relação do programa de bolsas de iniciação científica com o desenvolvimento dos programas de pós-graduação da Universidade federal de Alagoas.** 62ª Reunião Anual da SBPC. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/6493.htm>. Acessado em 20 de janeiro de 2015.

TARGINO, M. das G. **Comunicação Científica: Uma revisão de seus elementos básicos.** Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>. Acessado em 25 de janeiro de 2015.

VALOIS, E. C.; Ramos, M. G.; Rodrigues, N. S. S.; Estevão, S. N. de M. **COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E USUÁRIOS ELEMENTOS DE DISCUSSÃO.** inf., Brasília, v. 18 (1): 28-34, jan./jun. 1989.

INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS ATIVAS NA ESCOLA DO SÉCULO XXI

Roberta Betania Ferreira Squaiella

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – S.P.

Roberto Righi

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – S.P.

RESUMO: Com as grandes mudanças na sociedade e os rápidos avanços das tecnologias é crescente o uso da expressão “escola do século XXI”, para se referir a necessidade de transformação no modelo educativo, que seja compatível com as atuais necessidades. Infelizmente, verifica-se que as transformações ocorrem lentamente, apesar de sua emergência, com a permanência do modelo escolar obsoleto. Entretanto, há a ascensão de propostas pedagógicas pontuais e relevantes no Brasil que visam um aprendizado cada vez mais personalizado e participativo do aluno, com grande integração do uso dos recursos tecnológicos. As mudanças no trabalho, decorrente da quarta revolução industrial, exigem que a formação escolar dê o preparo e flexibilidade para diferentes competências, dentre elas desenvolver e utilizar bem as tecnologias. Para tanto, considera-se de grande potencial para atender a essa demanda,

o aprofundamento e a aplicação da teoria das inteligências múltiplas de Gardner. Em síntese, o artigo apresenta o breve cenário da economia digital e o seu impacto para a educação, avalia as propostas da nova base comum curricular, para o ensino fundamental, e a sua relação com as metodologias ativas e a teoria das inteligências múltiplas. Por fim, analisa-se o espaço educativo diferenciado de duas escolas inovadoras, que adotam metodologias ativas no processo de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: educação, tecnologia, escola, metodologias ativas, inteligências múltiplas.

ABSTRACT: With the great changes in society and the rapid advances of technologies, the use of the term “21st century school” is increasing, to refer to the need for transformation in the educational model that is compatible with current needs. Unfortunately, it turns out that transformations occur slowly, despite their emergence, with the permanence of the school model obsolete. However, there is the rise of specific pedagogical proposals in Brazil that aim at an increasingly personalized and participatory learning of the student, with a great integration of the use of technological resources. The changes in work, resulting from the fourth industrial revolution, require that the school education gives the preparation and

flexibility for different skills, among them develop and use technologies well. For that, it is considered of great potential to meet this demand, the deepening and the application of the theory of multiple intelligences of Gardner. In summary, the article presents the brief scenario of the digital economy and its impact on education, evaluates the proposals of the new common curricular basis for elementary education, and its relationship with active methodologies and the theory of multiple intelligences. Finally, it is analyzed the differentiated educational space of two innovative schools, which adopt active methodologies in the learning process.

KEYWORDS: education, technology, schools, active methodologies, multiple intelligences.

1 | INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos revolucionaram a sociedade, como o uso do computador pessoal, dos dispositivos móveis e uma infinidade de recursos digitais. Entretanto, as maneiras pelas quais se ensina e aprende repetem, geralmente, processos ultrapassados que remontam, em alguns casos, os métodos de ensino empregados há séculos. Diante das mudanças da tecnologia educacional e dos estudos sobre as inteligências múltiplas, de Howard Gardner, isso deve ser reexaminado. As estratégias de ensino apresentadas nos últimos anos descrevem como melhorar o desempenho dos alunos misturando as tecnologias digitais com as novas propostas pedagógicas.

Diante desse contexto, o presente artigo aborda, por meio de referencial teórico, as rápidas mudanças que ocorrem com o desenvolvimento e a adoção das tecnologias digitais e afetam a ciência, a inovação, a economia e, a forma como as pessoas vivem e trabalham. É preciso que os trabalhadores sejam capazes de propor novas soluções e que busquem constante atualização durante a vida profissional. Na sequência, evidencia-se o cenário para a educação, diante destas transformações tecnológicas, considerando-se a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que demanda uma adequação no processo educativo, desde os ambientes físicos, até os processos pedagógicos necessários para que a escola seja um espaço sem restrições. A teoria das inteligências múltiplas corrobora para esse cenário, pois considera a existência de diferentes inteligências que manifestam as variadas habilidades de cada indivíduo e possibilitam que cada um aprenda de uma maneira que cumpra seus potenciais particulares. Sincronizar os rápidos avanços do mundo digital com o aprendizado personalizado e significativo é um dos maiores desafios na atualidade, e o uso das metodologias ativas pode resultar em uma estratégia interessante e conveniente para o desenvolvimento do aluno, pois parte-se do pressuposto de que não existe uma única forma de aprender e, por consequência, não existe uma única forma de ensinar.

Como exemplificação dessas discussões, são apresentadas duas escolas inovadoras, que adotam metodologias ativas no seu processo de aprendizagem e possuem um espaço educativo diferenciado. Assim, busca-se compreender o desafio

da escola do século XXI, onde a educação deve identificar que cada indivíduo é único e possui inúmeras habilidades e preferências e, essas mudanças devem ser transpostas para os espaços de aprendizagem.

2 | BREVE PANORAMA SOBRE A ERA DIGITAL

O desenvolvimento das diversas tecnologias, existentes e que serão inventadas futuramente, se dão pela motivação humana de expandir suas diversas fronteiras, sejam elas físicas, financeiras, energéticas, etc. Tais tecnologias têm o poder de revolucionar toda uma sociedade e conseqüentemente um sistema educacional, tais como se verifica nas diversas revoluções industriais que aconteceram e na quarta revolução industrial que está ocorrendo atualmente (SUNAGA, 2018).

De acordo com Almeida (2018a), em 2011 foi criado o termo “Indústria 4.0”, na feira de Hannover, na Alemanha, para se referir ao modelo de fábricas automatizadas e inteligentes, com reduzidas operações humanas no gerenciamento das máquinas, e não mais na sua operação. A partir daí já se discute a ideia da nova revolução industrial, baseada no avanço de um conjunto de tecnologias como a internet das coisas, o *big data*, a realidade aumentada, os hologramas, a robótica, o *blockchain*, etc. Entretanto, foi só em 2016, que o fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, anunciou a Quarta Revolução Industrial, fundamentada no mundo digital, ramificado pela internet, que possibilita a integração física, digital e até mesmo biológica, por meio dos dispositivos móveis ou de dispositivos implantados nos seres vivos. Isso se dá graças ao surgimento de sensores menores, mais poderosos e mais baratos, além da inteligência artificial e a infinidade de possibilidade de programação das máquinas.

Nessa era, as tecnologias emergentes e a inovação em grande escala têm se difundido mais rapidamente e de maneira mais ampla do que nas revoluções anteriores. Ainda não é possível prever exatamente o que ocorrerá no futuro, mas acredita-se que a escassez de uma força de trabalho, capaz de acompanhar as novas transformações, poderá ser o maior limite para a inovação, a competitividade e o crescimento profissional (SCHWAB, 2016). Considerando esse contexto, se aponta para a necessidade urgente de uma reformulação na educação, a fim de garantir as competências necessárias para a sociedade do século XXI.

Destaca-se que a criação, a adoção e o uso efetivo de novas tecnologias requerem, além das habilidades cognitivas, as habilidades sociais e de gerenciamento para desempenhar as funções com criatividade e boa comunicação (OECD, 2017). Essas habilidades não são desenvolvidas plenamente nas escolas, que geralmente se concentram nas habilidades cognitivas, principalmente relacionadas às questões linguística e lógico-matemática, conforme será abordado adiante.

Apesar de ser recente a denominação dada à quarta revolução industrial, verifica-se que muitos estudos estão se desenvolvendo a partir desse conceito, onde

os especialistas avaliam o seu impacto nas mais diversas áreas, como na sociedade, na economia, etc. Para tanto, Silva et al. (2018), fazem essa reflexão para o cenário brasileiro, a partir da leitura da obra de Klaus Schwab, e destacam que no Brasil nem foi alcançada a maturidade da terceira revolução industrial, caracterizada pela informatização das atividades. Assim, o país depara-se com um novo estágio global de desenvolvimento tecnológico que, se não for acompanhado, o deixará frente um grande atraso tecnológico. Para avançar nas atuais fronteiras tecnológicas é preciso inovar e, essa inovação deve ocorrer desde o incentivo às pesquisas, pura e aplicadas, até a transformação da educação, com o tão necessário e urgente salto qualitativo, além da reformulação dos conteúdos (SILVA et al., 2018).

Conforme apontado por Dias (2018), apesar da quarta revolução industrial parecer algo muito longínquo da realidade brasileira, é possível observá-la nas inovações trazidas pelos recursos como o aplicativo de trânsito *Waze*, os mercados automatizados, o *check-in* e o despacho de malas automáticos em aeroportos, etc. Tais inovações transformaram rapidamente as suas respectivas funções na sociedade, sendo necessário refletir e atentar para as próximas mudanças que estão por vir.

3 | O CENÁRIO ATUAL PARA A EDUCAÇÃO

Avaliando-se, de maneira sucinta, as transformações da função da escola, verifica-se que nas comunidades mais primitivas, o ensino informal tinha como objetivo ensinar as coisas práticas da vida coletiva. Também, deveria perpetuar certos padrões culturais por meio da convivência em grupo, sem confinar as atividades em uma instituição específica e formal. Com a evolução da humanidade, o ensino e aprendizagem passaram a ser vistos de maneira mais racional, como a partir da tradição greco-romana que visava formar os homens das classes dirigentes. Na Idade Média a educação passou a ser desenvolvida nas escolas e nos mosteiros, com os religiosos como responsáveis pela transmissão do saber. Com o desenvolvimento do comércio, a burguesia estimulou um perfil de escola que proporcionava ensinamentos práticos para a vida e para os interesses da classe emergente, que possuía a necessidade de aprender a ler, a escrever e a contar. A partir da Revolução Industrial, surgiu a necessidade de instruir a mão-de-obra para operar as máquinas e a educação passou também a ser utilizada para disciplinar a grande massa de trabalhadores (SALES, 2016).

As primeiras reflexões sobre os impactos da indústria 4.0 recaem sobre a questão dos milhões de postos de trabalho que devem sumir no mundo todo. Além disso, há uma grande preocupação quanto ao número de profissionais realmente aptos a trabalhar em empresas automatizadas, que exigem novos e aprofundados conhecimentos sobre temas como programação e robótica (ALMEIDA, 2018a). Isso exige um novo posicionamento da escola, que deve dar a possibilidade de formação contextualizada com as necessidades reais da sociedade.

No mundo atual, a produção e o acesso aos conteúdos em grande volume de informações se torna uma prática mais natural para as novas gerações. Não é mais necessário obrigar os alunos a aprenderem ao mesmo tempo, no mesmo ritmo e lugar, pois eles podem ter fácil acesso aos conteúdos quando quiserem e precisarem. Os avanços das tecnologias digitais possibilitam a individualização e a customização da experiência de aprendizagem, por meio de um monitoramento do processo, que gera dados detalhados para a avaliação e melhorias das experiências. Os alunos devem seguir mais pelos interesses particulares e pelos temas que os motivam, do que por um currículo padrão. Infelizmente, as escolas não conseguem acompanhar as mudanças que transformam a sociedade nas últimas décadas. Elas permanecem estruturadas no modelo criado nas primeiras revoluções industriais, visando replicar o conteúdo por meio da memorização, e orientadas pela crença de que a sala de aula ainda é o lugar mais adequado para se aprender (ALMEIDA, 2018a).

Considerando a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), destaca-se que a educação escolar se compõe dos níveis básico e superior. A educação básica – níveis infantil, fundamental e médio – tem por finalidade o desenvolvimento do aluno, por meio de uma formação comum, indispensável para o exercício da cidadania. O ensino infantil ocorre nos anos de vida iniciais até a chegada do ensino fundamental, que tem por objetivo a formação básica do cidadão, com duração mínima de nove anos. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos e a preparação básica para o trabalho e a cidadania. A educação superior visa a formação profissional, nos diferentes níveis de abrangência (graduação, pós-graduação ou cursos sequenciais) e nas mais diversas áreas do conhecimento, para a inserção nos setores profissionais e para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura (BRASIL, 1996).

Atualmente, além da formação tradicional, já se vivencia a necessidade, cada vez mais urgente, de uma educação contínua ao longo da vida. Tudo isto deve impulsionar os indivíduos a se desenvolverem com maior autonomia e a capacidade autodidata. Diante desse contexto, as escolas deverão abandonar a postura de espaços de replicação de conhecimentos para se transformarem em centros de desenvolvimento de competências. Ali será possível desenvolver as habilidades fundamentais para o profissional do futuro, que trabalhará cada vez mais em atividades criativas e colaborativas a partir das redes da internet.

O ensino a distância (EAD) é também uma resposta a esta demanda de aprendizado num processo contínuo, a qualquer hora e lugar. Em um ambiente de crescente interconectividade, a educação é ainda o caminho mais adequado para transformar a sociedade para um futuro mais livre e edificante. O crescimento do EAD nas instituições de ensino superior e nas organizações empresariais é potencializado por vários fatores: custo elevado da educação tradicional e presencial; agilidade e

flexibilidade nas alterações dos cursos de EAD; superação das limitações dos horários de trabalho; dinamização da formação continuada; diminuição dos deslocamentos e despesas de manutenção e, evolução das tecnologias de informação e comunicações (TIC). As vantagens desta modalidade de ensino superam em muito as suas desvantagens, abrindo espaço em um campo de enorme oportunidade de crescimento (SQUAIELLA, RIGHI, MARCHELLI, 2018). Também, o EAD poderá ser adotado como possibilidade de aprendizagem na educação básica, a partir do ensino médio, conforme as novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, aprovada no final de 2018. Para o seu sucesso, é necessário desenvolver a autonomia do aluno para a aprendizagem.

4 | BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Em atendimento à LDB, o Ministério da Educação (MEC) definiu Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento de caráter normativo que determina as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE). Em dezembro de 2017, o MEC definiu uma nova proposta curricular e pedagógica para o ensino infantil e fundamental, em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas. Essa nova proposta busca oferecer diretrizes que transformem o sistema educacional, com a modernização das escolas, por meio de uma formação humana integral, que construa uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Ao longo da educação básica, as aprendizagens essenciais, definidas na BNCC, devem assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que devem mobilizar os conhecimentos, as habilidades, as atitudes e os valores necessários para se resolver as demandas complexas da vida cotidiana, e do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (MEC, 2018a).

Resumidamente, essas dez competências englobam os seguintes aspectos: o conhecimento; o pensamento científico, crítico e criativo; o repertório cultural; a comunicação; a cultura digital; o trabalho e o projeto de vida; a argumentação; o autoconhecimento e o autocuidado; a empatia e a cooperação; e, a responsabilidade e a cidadania. Além dessas competências, a BNCC traz como principais mudanças a valorização da aprendizagem ativa, das experiências concretas da vida cotidiana dos alunos e da progressão das aprendizagens, que apesar de estar organizada ano a ano, não representa uma ordem ou hierarquia determinada.

A BNCC para o ensino médio, aprovada em dezembro de 2018, também deve trazer importantes mudanças, com maior ênfase aos interesses particulares dos alunos. De acordo com o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (MEC, 2018b), essa etapa de aprendizagem terá uma nova organização curricular. Com uma formação geral básica e com a oferta de diferentes itinerários formativos, os alunos farão a escolha do próprio percurso de aprendizagem, que serão ajustados às suas preferências e com o

seu projeto de vida, conforme as possibilidades ofertadas em cada escola. Com foco em áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional o estudante pode realizar a sua formação em diferentes instituições, que estabelecerão parcerias no novo sistema de ensino.

Nesse sentido, a nova proposta da BNCC se apresenta como a possibilidade de uma educação que tenha maior relevância para as competências individuais. E esse será o maior desafio para as escolas, pois ensinar competências é, didaticamente, muito mais complexo do que a memorização de conteúdos. Adotar a BNCC implica transformações além do modelo pedagógico, pois demanda mudanças mais profundas, como: a formação de docentes, a adoção de novos recursos didáticos, o desenvolvimento de novas experiências para os estudantes, o maior envolvimento com as famílias e, a reestruturação dos espaços físicos de aprendizagem (MEC, 2018a).

É possível associar a aprendizagem baseada em competências com a teoria das inteligências múltiplas de Gardner, a qual também traz importantes contribuições para o processo de aprendizagem, pois considera a multiplicidade de inteligências na construção do conhecimento, ao longo da vida de cada aluno, que se desenvolve a partir de uma combinação de fatores biológicos, culturais e sociais.

5 | INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E AS ESCOLAS DO SÉCULO XXI

Em 1983, o neurologista e psicólogo Howard Gardner publicou a sua teoria sobre as Inteligências Múltiplas (IM), como resultado de suas pesquisas no *Boston Veterans Administration Medical Center*, onde trabalhava e desenvolvia estudos com indivíduos que haviam sofrido alguma forma de dano cerebral, e no *Project Zero*, um grupo de pesquisa na Escola de Pós-Graduação em Educação de *Harvard*. Em sua teoria, ele propõe uma revisão revolucionária de como as pessoas processam informações, que podem ser ativadas em um ambiente cultural para resolver problemas.

A introdução dessa teoria entre os educadores contrastava com a visão tradicional de uma inteligência geral para todos os indivíduos e revolucionou a forma pela qual as pessoas compreendem a inteligência. Originalmente Gardner listou sete inteligências: linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, interpessoal e intrapessoal. Posteriormente, ele expandiu a lista acrescentando outras: a inteligência naturalista e a possibilidade da inteligência existencial (GARDNER, 2010). Cada uma dessas inteligências manifesta variadas habilidades em cada indivíduo e permite que cada um aprenda de uma maneira que cumpra suas intenções particulares.

O princípio de sua teoria surgiu pelo questionamento sobre a ideia de uma inteligência geral, que era habitualmente baseada nas habilidades linguística e lógica, conforme se definiam os testes padrões de inteligência (Gardner, 1994). Destaca-se que a origem desses testes se deu na França, no início do século XX, pelo psicólogo Alfred Binet, e foi inovado pelo alemão Wilhelm Stern, quando passou a ser conhecido como teste de QI – quociente de inteligência (PORTAL EDUCAÇÃO, 2012).

Para Gardner (1994), as pessoas nascem com um determinado potencial intelectual que é, em grande parte, herança familiar. Todas as pessoas possuem todas as inteligências, em diferentes graus de desenvolvimento, e não há dois seres humanos que possuam o mesmo perfil em suas qualidades e suas limitações em termos de inteligência, pois cada um passa por diferentes experiências e são motivados a se diferenciar um do outro (GARDNER, 2010). Após anos de sua publicação sobre as IM, Gardner (2010) publicou uma análise sobre o reflexo de sua teoria na educação em todo o mundo, onde concluiu duas implicações fundamentais. Primeiro, que os educadores que assumirem a teoria da IM devem considerar as diferenças entre os indivíduos e devem, ao máximo possível, contribuir para o desenvolvimento ideal de cada criança. Destaca-se que a evolução dos dispositivos móveis torna a personalização da aprendizagem mais fácil do que era antes e contribui sobremaneira para esse processo. Em segundo lugar, deve haver várias formas de se ensinar qualquer ideia, disciplina ou conceito importante, que por meio de argumentos deve ativar diferentes inteligências ou combinações de inteligências (GARDNER, 2010).

Uma escola que leve em consideração a teoria das IM deve possibilitar que os alunos desenvolvam as suas inteligências e competências com harmonia. De acordo com Smole (1999), uma educação baseada nas IM deve proporcionar aos alunos: o estímulo para o entendimento de algumas disciplinas básicas (como línguas, matemática, ciências, história, geografia e artes) que possam ser utilizadas para a realização de tarefas dentro e fora da escola; o incentivo para o desenvolvimento singular de inteligências em cada aluno; o apoio da comunidade para a realização de atividades extracurriculares; um ambiente onde os alunos possam se sentir livres para explorar novos estímulos e situações desconhecidas; propiciar o engajamento dos alunos para a realização de projetos coletivos e individuais; e, ensinar aos alunos a registrarem o seu trabalho e o seu processo de aprendizagem.

Atualmente as tecnologias se misturam no mundo moderno e suscitam que os estudantes adquiriram habilidades para trabalhar com elas, sendo necessárias as competências como a conscientização global e a responsabilidade social, que demandam mudanças na educação tradicional. O professor deve focar no desempenho do aluno para que a integração com a tecnologia seja eficaz, e a diferenciação da instrução entre os alunos se dê por meio da diferenciação das múltiplas inteligências, que possibilita a flexibilidade ao fazer ajustes no currículo existente. O primeiro passo para incorporar a teoria das IM em um currículo baseado em tecnologia é avaliar as inteligências fortes e fracas de cada aluno (MCCOOG, 2010). É importante avaliar a adoção de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem segundo a demanda em mudanças nas práticas pedagógicas, que passam a ter o aluno como protagonista do processo e o professor como mediador da aprendizagem.

Diante deste cenário, os educadores questionam as formas tradicionais de aprendizagem, que não atendem as expectativas da sociedade atual e do futuro. De acordo com Moran (2018), para mudar esse quadro, é necessário que as metodologias

pedagógicas contribuam para que os alunos sejam mais proativos e envolvidos em atividades cada vez mais complexas, o que exige a tomada de decisões e a avaliação dos resultados. Observa-se que muitas escolas atualmente buscam desenvolver a criatividade, a autonomia, o senso crítico e demais características que exigem o maior envolvimento do aluno no seu processo de estudo e aprendizagem. Num processo de experimentação, muitas atividades estão sendo inseridas e avaliadas, como recursos para atingir tais objetivos. Nesse sentido, as metodologias ativas se apresentam como um caminho que possibilita avançar mais no conhecimento profundo, bem como nas competências socioemocionais e em novas práticas educativas.

6 | METODOLOGIAS ATIVAS E PERSONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

De acordo com Valente (2017), as metodologias ativas são tratadas, na maior parte da literatura brasileira, como estratégias pedagógicas que colocam o aluno como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem. Por meio de práticas ativas os alunos são estimulados a: criar e investigar coisas, ter pensamento crítico, saber se comunicar, desenvolver estratégias cognitivas, fornecer e receber o retorno sobre o seu aprendizado, aprender e trabalhar em equipe e, explorar atitudes e valores pessoais e sociais. Isso significa que o aluno desenvolve as competências que irão mobilizar os conhecimentos, os saberes, as atitudes e os valores necessários para que ele possa resolver os problemas reais.

Nessa era digital e conectada, as metodologias ativas se expressam por meio de modelos de ensino híbridos e flexíveis, que trazem importantes contribuições para a educação atual (MORAN, 2018). O ensino híbrido é uma abordagem pedagógica que combina atividades presenciais e virtuais que são apresentadas em diferentes situações e ambientes, e que visam a resolução de problemas, de projetos ou de discussões, com o apoio do professor e de maneira colaborativa com os colegas. Tais atividades possibilitarão o maior engajamento e o aprendizado efetivo do aluno, sem a distinção entre as metodologias de ensino presencial e a distância (VALENTE, 2017). Conforme o aluno desenvolve a sua maior autonomia para os estudos, ele poderá se apoiar prioritariamente no ensino a distância, o que reduzirá a necessidade do espaço físico da instituição de ensino. Assim, para os cursos de formação superior e contínua o aluno tende a depender cada vez mais do espaço virtual e cada vez menos do espaço real (SQUAIELLA, 2016).

Para Moran (2015), o conceito de ensino híbrido é muito amplo e refere-se a tudo que é misturado e diverso na educação: currículo, metodologia, ferramentas educativas, processos formais e informais, entre outros. Portanto, o ensino não se reduz ao planejamento intencional e institucional, pois possibilita a aprendizagem por meio de processos organizados, junto com processos abertos e informais, podendo estar relacionado também ao lazer.

Assim, identifica-se que as metodologias ativas favorecem a identificação e utilização das inteligências múltiplas ao aumentar a campo de atuação para se realizar diferentes tarefas, que se adaptam às mais diversas situações e, superam os modelos mentais rígidos e pouco eficientes. São exemplos de aprendizagem ativa: sala de aula invertida, *design thinking*, atividades de criação (*maker*), jogos e programação, aprendizagem baseada em investigação, em problemas e em projetos. De acordo com Smole (1999), para adotar um projeto que considere a teoria das IM, é importante analisar a forma de organização das atividades didáticas, avaliando aquelas que se julga mais adequada para cada fim.

O uso das tecnologias móveis na sala de aula tem sido cada vez mais crescente. A cada novo lançamento, os dispositivos móveis se tornam mais fáceis de usar, mais rápidos e leves, o que permite a colaboração entre pessoas, por meio das redes da internet, que estejam próximas ou distantes. Isso amplia a noção de espaço escolar, que pode ser expandido globalmente e integrar os alunos e os professores de diferentes partes do mundo e, diferentes culturas e idiomas. Além disso, o acesso à internet amplia as possibilidades da aprendizagem formal para uma aprendizagem informal, na qual o aluno pode se engajar e aprender de maneira mais significativa para a sua vida (MORAN, 2018).

Em algumas instituições de ensino já se considera a personalização da aprendizagem como prática pedagógica, que possibilita a identificação e o emprego das IM de cada aluno. Incentivados a encontrar respostas para as suas inquietações mais profundas, os alunos relacionam o seu aprendizado com o projeto pessoal de vida e com a sua visão de futuro. De acordo com Moran (2018), os profissionais da educação têm percebido cada vez mais a importância e a viabilidade do aprendizado por meio de roteiros individualizados, conforme as necessidades e expectativas de cada aluno. Gardner (2010) destaca a necessidade da escola fomentar as IM dos alunos, de modo a promover oportunidades variadas para o desenvolvimento e expressão das diversas competências necessárias para o acompanhamento das rápidas e constantes mudanças do mercado de trabalho.

Na educação massiva ou tradicional não era possível para a escola oferecer propostas mais individualizadas, com o monitoramento e a avaliação em tempo real. Porém, com o uso das tecnologias digitais esse processo se torna viável, possibilitando atividades diferenciadas para cada perfil de aluno. Isso torna o processo de ensino e aprendizagem cada vez mais complexo, pois cada aluno tem expectativas, motivações e atitudes diferentes. A identificação das diferenças individuais de cada aluno, a possibilidade de ensinar de diferentes maneiras, o foco nas atividades artísticas e criativas se alinham com as ideias das inteligências múltiplas (GARDNER, 2010).

De acordo com Almeida (2018a), possivelmente cada aluno deverá ter o suporte de assistentes individuais de aprendizagem que, por meio da inteligência artificial, serão capacitados para diagnosticar os estilos cognitivos de aprendizagem, as motivações e habilidades de cada um, potencializando a capacidade cognitiva

humana de uma maneira nunca imaginada anteriormente. Como exemplificação desses assistentes, é possível mencionar o uso de robôs humanoides, que já estão sendo testados num projeto piloto, em escolas primárias, para o ensino de línguas na Finlândia. De acordo com Cser (2018), esses robôs são programados para um modo de repetição de respostas, quantas vezes forem necessárias, para que o aluno não se sinta envergonhado e/ou desestimulado ao fazer uma pergunta. Além disso, eles reconhecem os níveis de habilidade do aluno para ajustar o nível das perguntas e dá o *feedback* aos professores sobre os possíveis problemas cognitivos de um aluno. O objetivo é verificar se esses robôs podem melhorar a qualidade do ensino. No Oriente Médio, na Ásia e nos Estados Unidos robôs também estão sendo usados nas salas de aula, com tecnologias modernas como serviços em nuvem e impressão 3D, dando um suporte às atividades de aprendizado (CSER, 2018).

Atualmente, o aluno que não tem o domínio digital e não se conecta nas redes da internet perde grandes oportunidades de se informar, ter acesso aos conteúdos disponíveis, se comunicar e se tornar visível para os demais, publicar as suas ideias e aumentar a sua empregabilidade futura. Para preparar o aluno para essa era digital as escolas precisam realizar profundas mudanças, a fim de garantir a convergência digital. Isso implica em mudanças em todas as suas dimensões que vai desde a formação docente e o projeto pedagógico, até a sua infraestrutura física (MORAN, 2018). Verifica-se, desta maneira, que equalizar a educação para o futuro não é tarefa fácil. Necessita de grandes mudanças, com o uso das tecnologias digitais de modo a promover uma melhoria na metodologia de ensino, o maior envolvimento e engajamento do aluno e o cuidado para que o seu uso não corresponda a uma simples transposição do cenário existente.

7 | ESPAÇOS FÍSICOS DE APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Com as rápidas transformações propiciadas pelas redes da informática, observa-se que o lugar para o aprendizado passa por grandes transformações. Desde a instituição de ensino, que necessita de novas configurações nas salas de aula, a fim de propiciar um ambiente de aprendizado colaborativo, interativo e informatizado, alcançando o lugar de estudo do aluno que realiza atividades virtuais, que pode ser em sua residência ou qualquer outro lugar. Nesse caso, as necessidades espaciais se resumem a uma infraestrutura mínima, sendo a peça fundamental o aparato eletrônico (computador, *notebook*, *tablet* ou *smartphone*) que possibilite a conexão com a internet (SQUAIELLA, 2016).

Smole (1999) destaca que o espaço da sala de aula deve ser um ambiente cooperativo, que favoreça o desenvolvimento e as manifestações das diferentes inteligências por meio da troca de experiências, das discussões e das interações entre os alunos. Esse local pode ser visto como uma oficina de trabalho, estimulante e acolhedora, para professores e alunos realizarem um trabalho sério, organizado e

motivador. Dessa maneira, os diferentes instrumentos para a realização das atividades devem estar ao alcance de todos. Tais instrumentos podem ser os livros, os jogos, os materiais para recorte e colagem, os dispositivos eletrônicos, etc.

Numa visão mais futurista, Almeida (2018a) acredita que a escola do futuro será tão automatizada quanto as fábricas, com sistemas que permitirão o maior controle da eficiência operacional e conforto nos espaços escolares, com a geração de dados e de informações que trarão novas dinâmicas para a gestão da aprendizagem. Com relação ao espaço físico, acredita-se que haverá sensores espalhados pelas escolas, que fornecerão milhares de dados sobre o processo de desenvolvimento do aluno e possibilitarão maior integração das famílias, que poderão acompanhar e participar do desenvolvimento das atividades, independente da distância e da presença física. A arquitetura do espaço escolar deverá privilegiar a colaboração, portanto os espaços coletivos e a fluidez deverão substituir o controle e a rigidez das escolas atuais. O espaço deverá propiciar maior autonomia e independência para os estudantes (ALMEIDA, 2018a). É preciso promover a criação de novos espaços e oportunidades para essa aprendizagem.

8 | EXPERIÊNCIAS DE ENSINO INOVADORAS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Como exemplificação de experiências de instituições de ensino inovadoras na cidade de São Paulo, destaca-se duas escolas que representam os extremos socioeconômico, uma escola pública e uma escola privada, sendo respectivamente a EMEF Desembargador Amorim Lima e a *Avenues – The World School*. Ambas apresentam a proposta de uma pedagogia centrada no aluno, que visam o desenvolvimento da sua autonomia para o aprendizado, além da preocupação de prepará-lo para futuro por meio da instigação à criatividade e à inovação.

A EMEF Desembargador Amorim Lima, conhecida como Amorim Lima, ocupa um edifício que se configura como uma instituição pública tradicional da década de 1960. A partir de 1996, ela passou por algumas transformações físicas que favoreceu a convivência da comunidade escolar, porém a proposta pedagógica se mantinha da maneira tradicional, com alunos divididos em salas seriadas e aulas conduzidas pelo professor. Em 2003, as paredes das salas de aula foram derrubadas para se formar grandes salões de aprendizagem, com classes multisseriadas, onde passou a se desenvolver um projeto pedagógico baseado em roteiros de estudos interdisciplinares. Em visita à escola, realizada em setembro de 2017, verificou-se como estão conformados os ambientes de aprendizagem para atender essa proposta pedagógica. Na ampla área externa há quadras de esportes (aberta e coberta), pista para *skate*, *playground*, horta, palco para as aulas de jogos teatrais ou outras atividades ao ar livre, além de espaço para as atividades comunitárias, com churrasqueira e forno à lenha. Internamente, verifica-se os salões de estudos, que ocupam o lugar das antigas

salas de aula tradicionais, onde os alunos são divididos em grupos de aprendizagem, que se subdividem em pequenos grupos compostos por alunos de diferentes níveis e idade, com o intuito de que eles aprendam uns com os outros. Com as possibilidades de realização de pesquisas e desenvolvimento de atividades por meio da Internet, há alguns computadores no salão, além da disponibilização de *tablets* para que os alunos realizem as tarefas orientadas. Considerando a necessidade de inovação, a escola implementou mais recentemente um laboratório de produção (*makerspace*), equipado com *notebooks*, impressora 3D, além de ferramentas e dispositivos eletrônicos para que os alunos explorem a criatividade através da tecnologia. Além destes espaços, há biblioteca, laboratório de ciências, sala de múltiplo uso, refeitório e um pátio coberto. A Amorim Lima é um exemplo de escola que transformou os espaços existentes na instituição para incorporar novos projetos pedagógicos, com proposta de ensino e aprendizagem colaborativas e inovadoras.

Em contraposição a esse cenário, analisa-se o espaço escolar da unidade paulistana da *Avenues – The World School*, inaugurado em agosto de 2018. Essa escola, com sede em Nova Iorque, tem a proposta de construir novas unidades nas principais capitais do mundo para atender a um currículo internacional. A análise sobre o espaço educativo é feita através do projeto arquitetônico do escritório Aflalo e Gasperini e pelo material de divulgação da instituição. As diferentes séries do ensino fundamental e médio são distribuídas nos andares do edifício, mantendo-se a divisão de turmas por grau etário. As salas de aula, configuradas para atividades colaborativas, possuem espaços para o desenvolvimento de diferentes momentos de aprendizagem como o trabalho em grupo, o descanso e a exploração de atividades individuais. Grandes espaços abrigam as atividades complementares, tais como teatro, ginásio, pátio coberto, quadras e áreas externas descobertas. Nos laboratórios de ciências as paredes de vidro possibilitam a visualização das atividades que ocorrem com os grupos, visando instigar a curiosidade dos demais estudantes. Os *makerspaces* (espaços de produção) estão disponíveis para os alunos do ensino fundamental I, enquanto os laboratórios híbridos estão disponíveis para os alunos do ensino fundamental II e ensino médio, com o suporte para o *STEAM* (do inglês, *science, technology, engineering, art and mathematics*) e o *iLabs* (destinados à programação de computadores, impressão e engenharia 3D). Também há salas de aula para música, artes plásticas e aulas digitais.

Em suma, com base nestes estudos de casos e no referencial teórico abordado, identifica-se que as experiências de ensino inovadoras consideram a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem, com a utilização de diversos recursos, incluindo as tecnologias digitais de informação e comunicação, que contribuam para a personalização do ensino. Destaca-se que um ambiente de aprendizagem deve proporcionar a possibilidade para instrução direta, por meio dos vários métodos de aprendizagem, com a combinação de abordagens menos direcionadas. Isso significa que a configuração do espaço, seja físico ou virtual, impacta na aprendizagem que pode

ocorrer nas salas de aula ou em espaços informais. Compreende-se que a variedade de atividades contribuirá para o desenvolvimento das inteligências múltiplas, que devem ser identificadas e trabalhadas conforme as particularidades de cada aluno. Conforme apontado por Lange (2016), a transformação inovadora em uma escola não consiste apenas em retirar paredes e fazer espaços flexíveis, mas também criar uma variedade de espaços que proporcionem um ambiente seguro e saudável, que atendam as necessidades específicas de aprendizagem e permita que os alunos se sintam valorizados.

9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo da escola tradicional não estimula o processo de aprendizagem. O mundo digital, amplamente utilizado e incorporado na vida cotidiana da sociedade, deve ser integrado à escola, sendo urgente a necessidade de exploração do seu potencial para promover a inovação e os avanços necessários na educação. Nesse cenário, as metodologias ativas se apresentam como promissoras ao ter o aluno como protagonista no processo de aprendizagem. Considera-se o seu potencial de promover a utilização e o desenvolvimento das inteligências múltiplas de cada aluno, com o apoio das tecnologias digitais, aumentando sua eficácia. Assim, deve ser favorecida a flexibilidade, a criatividade e a colaboração na resolução dos desafios cotidianos.

A nova Base Nacional Comum Curricular vai de encontro a essas necessidades, ao ter como foco da aprendizagem as competências, que vão além dos conteúdos tradicionais. Busca-se a formação de alunos capazes de pensar crítica e criativamente, desenvolvendo habilidades socioemocionais e competências para serem cidadãos digitalmente conscientes. Apesar da questão das inteligências múltiplas não ser citada no documento, identifica-se a necessidade de se reconhecer o alunos em suas múltiplas dimensões: intelectual, social, física e emocional.

Com ambientes escolares inovadores, preparados para as novas práticas pedagógicas e com grande infraestrutura tecnológica, possibilita-se a ampliação do ambiente escolar para o mundo virtual, além de aumentar as conexões e as redes colaborativas de aprendizagem. Nas experiências das escolas apresentadas, a EMEF Amorim Lima e a *Avenues*, avalia-se que os espaços de aprendizagem fogem dos padrões industriais que foram predominantes nas edificações escolares nos últimos séculos. Não há salas de aula com a configuração de alunos enfileirados diante de um professor. Na Amorim Lima, o grande destaque se dá para os salões de estudos onde os alunos são organizados de maneira multisseriada, ou seja, em grupos que mesclam alunos de séries distintas, não seguindo-se a divisão etária tradicional. Na *Avenues*, o ambiente escolar como um todo foi planejado para dar o suporte ao aprendizado dos alunos, incluindo os espaços de circulação, que podem gerar ambientes de estar informal. Além disso, destaca-se a estratégia de formação do aluno a partir de um currículo internacional, compartilhado entre as unidades escola que se localizam em

diferentes países. A infraestrutura tecnológica garante a relação entre a comunidade de professores e alunos de todas as unidades da instituição, sendo necessária a proficiência linguística para se estabelecer essa relação.

Assim, identifica-se que a arquitetura do espaço escolar deve estar adequada às metodologias ativas, na formulação de novos programas educativos aplicados nas instituições de ensino, que possibilitem a utilização e o desenvolvimento das inteligências múltiplas de cada aluno.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Thiago. Como a educação 4.0 mudará nossas escolas? **InovEduc Folha Dirigida**, 24 jan. 2018a.
- ALMEIDA, Thiago. As Edtechs e a Base Nacional Comum Curricular. **InovEduc Folha Dirigida**, 21 fev. 2018b.
- BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 23 dez. 1996.
- CSER, Attila. Escola do futuro: professor robô já dá aula em escola primária na Finlândia. **UOL Notícias Tecnológicas**. 27 mar. 2018.
- DIAS, Valéria. Automação rompe limites entre digital, físico e biológico. **Jornal da USP**, 16 mar. 2018.
- MCCOOG, Ian J. Integrated Instruction: Multiple Intelligences and Technology. **The Clearing House: A Journal of Educational Strategies, Issues and Ideas**, 2010.
- GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências**. Porto Alegre, 1994.
- GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas ao redor do mundo**. Tradução Roberto Cataldo Costa, Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- LANGE, Catherine. **Architecture's Pivotal Role in the Future of K-12 Learning**. EdSurge, 2016.
- MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018a.
- MEC. **Programa de apoio ao novo Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2018b.
- MORAN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção Mídias Contemporâneas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**, v. 2, 2015.
- MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática**. Penso Editora, 2018.
- OECD. **OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2017: The digital transformation**. Paris: OECD Publishing, 2017.
- PORTAL EDUCAÇÃO. **Inteligências múltiplas em EaD**. Campo Grande: Portal Educação, 2012.
- SALES, Antonia de Jesus. A escola através dos tempos. **UOL Educação**. 2016. Disponível em:

<http://m.meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-escola-atraves-dos-tempos.htm>. Acesso em: 08 set. 2017.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. **São Paulo: Edipro**, 2016.

SILVA, Elcio Brito da, et al. Automação e sociedade: quarta revolução industrial, um olhar para o Brasil. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **Múltiplas Inteligências na Prática Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 1999.

SQUAIELLA, R. B. F. O desenvolvimento do ensino superior a distância no Brasil – diretrizes para o projeto dos edifícios e redes espaciais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) na Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.

SQUAIELLA, Roberta B. F., RIGHI, Roberto; MARCHELLI, Maria Victoria. A path to the democratization of access to higher and continued education: distance education in Brazil. **International Journal of Education and Research**. Vol. 6, No. 1, 2018.

SUNAGA, Alexsandro. **Tecnologias na educação**. Educadores para o século XXI. Issuu, 2018.

VALENTE, José Armando; DE ALMEIDA, Maria E. B.; GERALDINI, Alexandra F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 52, p. 455-478, 2017.

PROJETO DO FÓRUM ELEITORAL DE AFUÁ, O LUGAR SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS

Angelo Pio Passos Neto

Mestre em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFPA
Belém-PA

Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão

Profa. Dra. PPGAU/UFPA
Belém-PA

RESUMO: Investiga-se em que medida a incorporação do lugar na produção de arquitetura impacta no usuário final, positiva ou negativamente, quando considerado o processo de projeto de arquitetura no contexto da realidade amazônica. Trata-se de arquitetura institucional para instalação do Fórum Eleitoral da 16ª Zona no município de Afuá, Pará. O estudo compreende o processo de concepção arquitetônica, discutida com base no processo dos arquitetos, e os efeitos das decisões projetuais na população local. O objetivo geral é o de investigar o processo de projeto para instalação do Fórum Eleitoral em Afuá que teve como ênfase a incorporação das condições e referências locais. Trata-se de uma pesquisa com discurso analítico do projeto de arquitetura associado à utilização de técnicas de pesquisa por meio de visita exploratória, observação, aplicação de questionários abertos, diretos e não assistidos. Destacam-se os sujeitos e atores envolvidos no processo de concepção

e execução da obra, os quais contribuíram sobremaneira para a mudança paradigmática da arquitetura até então implantada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará. A natureza qualitativa da investigação está fundamentada em conjuntos de dados com respostas da equipe técnica de arquitetura e engenharia do Tribunal Regional Eleitoral (PA), e também dos moradores de Afuá e de pontos relevantes levantados no desenvolvimento do processo de projeto de arquitetura. Os resultados confirmam os efeitos positivos, tanto pelos técnicos e graduandos envolvidos, quanto pela população local, com base na adoção de um processo de projeto comprometido com o lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Processo de projeto; Arquitetura Institucional; Lugar; Amazônia.

ABSTRACT: The process of architectural design is investigated in the context of the Amazon reality. It is an institutional architecture for the installation of the electoral forum of the 16th zone in the municipality of Afuá, Pará. The study comprises the architectural design process, discussed on the basis of the architects' process, and the effects of design decisions on the local population. The general objective is to investigate the project process for the installation of the electoral Forum in Afuá which had as an emphasis the incorporation of local conditions and references. It is a research with analytical

speech of the architectural project associated with the use of research techniques through exploratory visit, observation, application of open, direct and unattended questionnaires. The subjects and actors involved in the process of conception and execution of the work are highlighted, which contributed to the paradigm change of architecture hitherto implemented by the Regional electoral Tribunal of Pará. The qualitative nature of research is based on data sets with responses from the technical architecture and engineering team of the Regional electoral Tribunal (PA), and also from the residents of Afuá and relevant points raised in the development of the Architecture design process. The results confirm the positive effects, both by the technicians and the graduates involved, and by the local population, based on the adoption of a project process committed to the place.

KEYWORDS: Project process; institutional architecture; Place Amazon.

1 | INTRODUÇÃO

Com a entrada em cena do projeto de arquitetura que se viabilizam as bases fundamentais para o surgimento de intervenções no espaço, seja ele privado ou público, que inevitavelmente irão impactar o entorno, uma vez que ao se configurar uma nova possibilidade de uso espacial, o mesmo contribui de forma direta para a alteração do arranjo espacial até então existente e essa intervenção na realidade pode ser percebida de forma positiva ou negativa, dependendo da forma como o processo projetual foi desenvolvido sob o ponto de vista dos usuários do artefato.

Nos projetos de produção de arquitetura de edifícios públicos, há necessidade de se fazer um discurso preliminar que leve em conta além dos impactos certos no meio ambiente o papel e o significado dessas arquiteturas para os seus patrocinadores, no caso os usuários diretos e indiretos uma vez que se trata de uma edificação revestida de todo um significado de bem público com funções e objetivos específicos conforme o caso, saúde, educação, segurança, justiça, etc.

O conceito de lugar é um tema bastante explorado por autores em diversas áreas do conhecimento, cujo enfoque pode contextualizar formas de abordagens diversas. A arquitetura, como não poderia deixar de ser, absorveu e repercutiu o debate do lugar na sua teoria e na prática projetual conforme pode ser exemplificado no campo da teoria, seja para negar ou para defender, como pode ser observado no trabalho de importantes teóricos como Le Corbusier, Aldo Rossi, Norberg-Schulz, dentre outros. No campo do projeto de arquitetura, alguns trabalhos são bastante conhecidos pela sua tentativa de dar ao lugar uma posição de relevância dentro do processo projetual, como é o caso dos arquitetos Álvaro Siza, Alvar Aalto, Aldo Rossi, Tadao Ando, dentre outros. Contudo, de acordo com a escala adotada na análise, o processo de projeto do edifício institucional sobre as águas amazônicas, o caso de Afuá, incorpora o lugar sob o ponto de vista do projeto de arquitetura, especialmente o processo de concepção, implantação e apropriação pela população local.

A presente pesquisa, ao se propor estudar em que medida os elementos da realidade local podem ser absorvidos em projeto de edifício público e de que modo os resultados desses projetos são percebidos pelos usuários, buscou produzir conhecimento para pesquisa científica no campo do estudo do processo de projeto em arquitetura, a partir da investigação dos efeitos da utilização de conceitos humanizadores em uma prática projetual construída a partir de uma metodologia de projeto não tradicional que trata da elaboração de um projeto arquitetônico destinado à construção de um edifício institucional sobre as águas amazônicas, tendo como referência as soluções espaciais tradicionais da Amazônia, especialmente na escala do edifício no que se referem ao partido, materiais e modo de vida, e, além de se enquadrar na proposta de pesquisa do PPGAU, por se tratar de um tema amazônico, também se intencionou somar à luta que já vem sendo travada há anos por pesquisadores, estudiosos e profissionais de áreas diversas no sentido de garantir que as ações do poder público voltado para a Amazônia, sejam no segmento habitacional ou de edifícios institucionais (educação, saúde, justiça, etc.) não deixem de levar em conta as especificidades da região e do homem como a natureza, a cultura e o modo de vida ribeirinho, elementos indispensáveis para a busca de maior legitimação e efetividade das intervenções naquela região, como no caso do Marajó e regiões afins, onde o lugar e a cultura local guardam especificidades que destoam das demais regiões do país.

Assim sendo, a questão principal desta pesquisa partiu da seguinte indagação: Em que medida as condições locais podem ser incorporadas em projeto de arquitetura institucional e de que modo são percebidas pelo usuário? Neste sentido, a hipótese formulada nesta pesquisa é a de que a metodologia projetual apoiada no conceito de lugar humaniza a concepção de projetos institucionais para a realidade peculiar de Afuá (PA).

Desta forma, tendo como referência a questão problematizada anteriormente bem como da resposta provisória apresentada na hipótese, esta pesquisa traz como objetivo geral investigar o processo de projeto na concepção de edifício institucional para a instalação do Fórum Eleitoral da 16ª Zona em Afuá (PA). Para viabilizar a realização do objetivo geral, foram elaborados três objetivos específicos, quais sejam: 1) incorporar o conceito de lugar no processo de concepção arquitetônica; 2) avaliar a percepção do morador em relação ao projeto do Fórum em Afuá (PA); 3) levantar a permanências de elementos geométricos nas edificações em Afuá (PA).

2 | A CIDADE DE AFUÁ

O município de Afuá está localizado na extremidade norte - ocidental do arquipélago do Marajó e na microrregião do Furo de Breves, sendo que em virtude da cidade ser totalmente edificada sobre o rio, onde as casas construídas sobre pilotis se integram através de pontes, onde a maioria das ruas é construída em madeira

(trapiches), apesar de que o Poder Público já começou a construir algumas pontes em concreto, a cidade também é conhecida como “Veneza Marajoara”. A Praça Albertino Baraúna é a principal praça da cidade, edificada sobre palafitas de madeira, possui vários quiosques de madeira conectados a uma grande passarela de concreto, compondo assim o local onde ocorrem os principais eventos da cidade, entre os quais o festival do camarão que ocorre no mês de julho e os festejos do carnaval.

Em relação ao sistema de transportes da cidade de Afuá e quase toda a região do Marajó, segundo Brasil (2006), limita-se ao marítimo e hidroviário. Praticamente não existe sistema viário na região, e a cidade e núcleo populacional encontra-se isolado. É principalmente através dos rios que se faz o escoamento da produção e o transporte de pessoas, uma vez que na cidade há um pequeno aeroporto para aviões de pequeno porte que fazem voos irregulares. O arquipélago do Marajó, apesar de possuir grande parte da sua área próxima à Belém, se constitui em uma das regiões da Amazônia menos assistida pelo poder público e, como consequência, detentora de imenso passivo de infraestrutura educacional, saúde e saneamento, o que torna a vida do ribeirinho nessa região bastante difícil.



Figura 1 – O colorido das casas de Afuá

Fonte: Passos Neto, 2015.

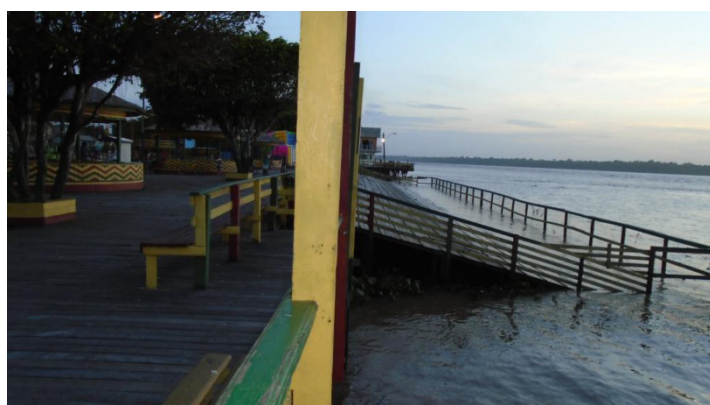


Figura 2 - Praça Albertino Baraúna

Fonte: Passos Neto, 2016.

3 | O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ: CULTURA PROJETUAL

Nos termos do Art. 118, da Constituição Federal do Brasil: “São órgãos da Justiça Eleitoral: I – o Tribunal Superior Eleitoral; II – os Tribunais Regionais Eleitorais; III – os Juízes Eleitorais; IV – as Juntas Eleitorais.” Por sua vez, segundo o caput do artigo 120 da referida constituição: “Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal. “Assim, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará é uma justiça especializada e um órgão do Poder Judiciário que cuida da organização do processo eleitoral, visando garantir o respeito à soberania popular e o exercício pleno à cidadania nos termos previstos na carta constitucional brasileira. Sua jurisdição abrange todo o Estado do Pará e o mesmo é composto por 106 Zonas Eleitorais com funcionamento na capital e no interior do estado.

Para falar da cultura institucional considero importante mencionar o Projeto de Melhoria de Infraestrutura Predial que foi implementado em 2009 e que tem provocado uma profunda transformação na infraestrutura predial, sobretudo nos imóveis dos cartórios eleitorais localizados fora da Sede, que somente foi possível graças à parceria estabelecida com o Poder Público Municipal, que disponibiliza os terrenos e com o legislativo federal, representado pela Bancada Federal Paraense que tem colaborado com a disponibilização do orçamento necessário para a realização das obras. O processo projetual utilizada na elaboração de projetos para a construção de cartórios eleitorais adotava uma metodologia baseada em precedentes, com o uso de protótipos, dado o elevado nível de similaridade entre os projetos novos e os antigos, sendo que essas similaridades residiam principalmente em relação ao programa e ao uso, principalmente em virtude das normatizações e regulamentações provocadas pelo CNJ e TSE.

Em razão da necessidade de se executar o orçamento dentro da vigência legal, a equipe de projeto da Seção de Engenharia elaborou dois modelos de projetos arquitetônicos padronizados para serem implantados conforme a dimensão do terreno e o valor orçamentário disponibilizado, o que favoreceu bastante uma maior agilidade do processo de execução de obras, uma vez que os projetos eram adaptados aos terrenos e em seguida era feita a atualização na planilha orçamentária. Nessa fase inicial, foram construídos aproximadamente dez cartórios eleitorais. Em 2011, após a execução dessa primeira etapa, a Seção de Engenharia realizou novas atualizações dos projetos padronizados, de modo a adequá-los à Resolução TSE de número 23.369/2011, que regulava o Plano de Obras, visando torna-lo mais flexível, surgindo, assim, a segunda geração de projetos padronizados, que possibilitou a construção de aproximadamente quinze novas unidades até o final do ano de 2014.

O advento da Resolução do Plano de Obras do tribunal resultou na consolidação de um programa de necessidades unificado para todos os cartórios do interior, atendendo, desse modo, uma determinação do Tribunal Superior Eleitoral que visava padronizar alguns itens de projeto de modo a garantir uma maior unidade entre os projetos de

edificação de cartórios em todo o país, principalmente nos aspectos referentes às áreas mínimas e do número de ambientes. Assim a alternativa pelo processo de padronização de projetos buscava atingir os seguintes objetivos: simplificar e agilizar o processo de execução e fiscalização, bem como a otimizar custos.

4 | DISCUSSÃO

O projeto de arquitetura sempre impacta o ambiente e as pessoas, tentar compreender a extensão, a natureza e a qualidade desses impactos é importante para se buscar adotar uma ação mitigadora dos resultados negativos. O processo de projeto tradicional, onde a representação gráfica, através de desenhos possui maior importância que outros elementos que poderiam fazer parte do processo como, por exemplo, as especificidades do lugar e a opinião das pessoas que o habitam e o transformam em lugar para viver a partir da sua demarcação com seus hábitos, saberes e culturas. No conceito de espaço vivido, Malard (2006) define os lugares da nossa vida, como os lugares onde tivemos experiências significativas, sendo que as aparências cumprem um papel de evocar esses lugares vividos, cujas experiências de vida trouxeram algum significado. E essa vivência do ribeirinho é quem delimitará o que se chamará de lugar, espaço a ser percebido e investigado como importante fonte de conhecimento para o processo de projeto em arquitetura.

O propósito da arquitetura para Norbert-Schulz (1976) seria fornecer ponto de apoio existencial que propicie orientação no espaço e identificação com o caráter específico de um lugar. Oposto de alienação, o conceito de ponto de apoio existencial sugere que o ambiente é vivenciado como portador de significado. Segundo Norberg-Schulz (1976, p. 29) “o método da fenomenologia foi concebido como um retorno às coisas em oposição a abstrações e construções mentais”. Segundo Barros (2011, p. 38): “A ciência abstrai o que é dado para chegar a um conhecimento neutro e objetivo, mas isso perde de vista o mundo-da-vida cotidiana, que deveria ser a verdadeira preocupação dos planejadores e arquitetos”.

O processo de projeto tradicional geralmente não leva em conta a cultura local como importante referência do processo de projeto, uma vez que o mesmo se dá de fora para dentro, ou seja, o mesmo impõe soluções externas e estranhas à realidade dos usuários, o que, apesar de muitas vezes não se configurar uma má fé, dolo ou mesmo o produto da arrogância de uma classe de “notáveis”, acaba reforçando uma cultura projetual em que o lugar é considerado apenas pelos seus condicionantes físicos. Dentre outros impactos que tal postura produz na vida dos usuários dos referidos projetos, também é digno de registro que, no caso de projetos para camadas populares, além do cotidiano de violência social em grande parte resultante das equivocadas políticas públicas, que muitas vezes estão bem mais voltadas para atender a interesses de grandes grupos da construção civil, a arquitetura também cumpre um importante papel, infelizmente, para o agravamento desse quadro. Dialogando também nessa

linha, vale à pena registrar a contribuição de Aguiar, (2002. p. 85):

[...]E está pois aí a ambigüidade; muito embora o manejo do espaço seja o mais específico da profissão do arquiteto – razão maior de projetos arquitetônicos corresponderem ou não ao previsto – a noção corrente, vox populi, de arquitetura é predominantemente associada à imagem, uma imagem arquitetônica, a aparência do objeto, a dimensão de representação. Esse predomínio da dimensão estética da arquitetura sobre a espacialidade é ainda exacerbado nos tempos atuais, onde espetáculo e consumo associados dão as cartas. [...]

Vargas (2003, p.2) reforça essa percepção da associação do arquiteto nesse processo de produção de arquitetura institucional onde “os clientes mais significativos” não são os usuários, apesar de ser estes que vão conviver no referido espaço edificado, mas o agente detentor do poder político do momento ou representantes do empresariado. Ao apresentar o seu conceito de evento em seu ensaio sobre “alma espacial”, Aguiar (2002), defende o uso das “linhas de movimento” da edificação como ponto principal do estudo do espaço, uma vez que compreende que toda edificação traz informação social e cultural em sua configuração espacial. Nessa mesma linha, porém de forma mais contundente, contrário à imposição de modelos pré-definidos a contextos diferentes e conseqüentemente em defesa da importância do protagonismo também dos usuários no processo de projeto, Montaner (2001, p. 160), assim se manifesta:

[...] “Definitivamente não se podem impor modelos de um contexto a outro: cada lugar deve ter a possibilidade de gerar suas próprias soluções, relacionadas à sua cultura, ao seu meio, às suas técnicas e aos seus recursos, e qualquer solução é dificilmente generalizável. É o imperialismo industrial que converte inclusive produtos verdes em produtos multinacionais impostos a contextos distintos”. [...]

No âmbito das ações públicas voltadas para a produção de moradia na Amazônia, há ainda muito a se avançar no sentido de garantir que tais intervenções tragam no seu bojo elementos abstraídos do modo de viver e a cultura local, conforme observam Silva e Dória (2012, p.311):

Este trabalho procurou demonstrar a necessidade de respeitar o modo de viver ribeirinho nas ações de moradia na Amazônia, destacando a relevância de ações públicas convergentes com características do modo de viver das comunidades ribeirinhas, marcadas por sua herança cultural, expressa principalmente por suas construções de moradia em palafitas. Em geral, as intervenções públicas ainda não conseguem refletir tal particularidade para a consolidação da preservação da história, cultura e principalmente da identidade local desta região, nem mesmo estudos e reflexões sobre a forma de morar o fazem.

No caso das intervenções do Poder Público referente à elaboração de projetos voltados para a construção de prédios públicos também padece dos mesmos problemas onde são muito comuns a implementação de edifícios autistas, no sentido de que são

incapazes de estabelecer qualquer diálogo com o lugar e a sua cultura, para atender às áreas da educação, saúde, justiça, etc. É urgente a necessidade de uma tomada de consciência com vistas à mudança de paradigma nos processos voltados para concepção de projetos de arquitetura para edifícios públicos, de modo a garantir que o respeito à identidade e à cultura do lugar sejam insumos necessários nesse processo.

5 | METODOLOGIA

As etapas de pesquisa foram condicionadas à concepção e desenvolvimento de projeto arquitetônico bem como a implantação do cartório em Afuá (PA), por isso, tem-se Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Aplicação do método etnográfico e Aplicação de questionários, além da realização de oficinas com a população local, com equipe de projeto e com a gerência do TRE-PA visando a apropriação e percepção dos usuários acerca do espaço concebido e a percepção dos servidores acerca da metodologia projetual adotada. A obtenção dos dados da pesquisa se deu a partir do uso de diferentes procedimentos como forma de tentar assegurar aos resultados obtidos, um maior grau de confiabilidade e qualidade (GIL, 2007). Nesse sentido, os procedimentos utilizados consistiram no uso das seguintes técnicas de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica, documental, registro fotográfico, realização de oficinas, com a aplicação de questionários, com perguntas abertas aos moradores de Afuá e à equipe de projeto do Tribunal Regional Eleitoral.

Trata-se de uma pesquisa com discurso analítico do projeto de arquitetura associado à utilização de técnicas de pesquisa por meio de visita exploratória, observação, aplicação de questionários abertos, diretos e não assistidos.



Figura 3 – Realização de oficina com moradores

Fonte: Passos Neto, 2016.

Acima, foto da realização de oficina com moradores de Afuá, onde foram aplicados questionários abertos com o objetivo de tentar identificar de que modo os moradores perceberam o projeto do Fórum Eleitoral.

6 | RESULTADOS

Considerando que se trata de pesquisa qualitativa, em decorrência disso, há um grau muito elevado de subjetividade nos resultados dos questionários, por essa razão foram agrupados os resultados obtidos por elementos que guardem entre si similaridades conceituais, a fim de facilitar a análise. A apresentação dos resultados foi dividida em duas partes em que são apresentadas as percepções dos usuários e potenciais usuários sobre a implantação do projeto do Fórum Eleitoral de Afuá e os resultados da percepção da equipe de projeto e gerentes sobre o processo projetual e os resultados do projeto, apesar da obra ainda estar em fase de conclusão, tal situação não impediu que fossem feitas as oficinas, que por sua vez, se utilizaram de recursos visuais, fotográficos, e mesmo a própria obra, durante a aplicação dos questionários.

Questão	Categorias	Quant	Respostas principais
O que você gostou?	Adequação à cidade/cultura	03	1. Adaptação do projeto do cartório eleitoral à realidade do município, a exemplo da construção de um bicicletário para melhorar o atendimento às necessidades dos eleitores. 2. Gostei da obra ter se adaptado à realidade local.
	Acessibilidade (cidadania)	03	1. A frente do prédio, rampa para deficiente. 2. A parte que eu gostei foi a lateral que teve a entrada de cadeirante.
	Utilidade	04	1. Gostei do projeto como um todo por um motivo de necessidade da cidade e até mesmo para a população saber identificar onde e como funciona o trabalho. 2. O projeto é muito interessante para toda a nossa comunidade, que vai ajudar a proporcionar um ótimo trabalho para todos que precisam dessa instituição. Vai ficar ótimo para todos.
	Estética	05	1. A obra em si mostra o projeto de arquitetura. Que mostra o prédio em si bonito. Gostei do conjunto da obra ao todo. 2. Bom o projeto é muito importante para o município, gostei. É uma inovação para a cidade, muito lindo.
O que você não gostou?	Respostas gerais	03	1. Poucas salas 2. Proximidade da escada
O que você mais gostou?	Adequação à cidade/cultura	03	1. O que mais gostei foi o fato da obra estar com as características locais. 2. A parte que eu mais gostei foi a parte do pátio que foi muito bem construído visando a forma da cidade.
	Estrutura predial	05	1. Os espaços internos bem distribuídos no projeto arquitetônico. 2. Tá ótimo todas as estruturas muito boa.
	Estética	05	1. Foi a frente do prédio que saiu perfeito como devia ser feito. 2. Bom, gostei mais da frente. Pois ela vai trazer uma beleza simples para o cartório e uma nova estrutura para os prédios.
O que você acha que faltou?	Mais espaço	04	1. Mais salas 2. Um espaço maior
	Segurança	01	1. A colocação de muro ou cerca nos arredores do prédio, para melhorar a segurança no local. A construção de uma passarela entre o prédio do fórum e o novo cartório eleitoral, para facilitar o acesso entre suas dependências.

Outras considerações	Estrutura interna	02	1. Uma rampa para a caixa d'água.
	Utilidade	07	1. Quem vai ganhar com esse projeto somos todos nós, da cidade de Afuá. Parabéns pelo trabalho. 2. E que no final, o Fórum seja inaugurado e Afuá seja o grande favorecido com mais essa obra.
	Estética	3	1. Bom é uma obra muito linda e simples. Irá ajudar muito. 2. Devido ao prédio do TRE as minhas considerações e meu ponto de vista ta tudo bonito e bem estruturado e bem projetado.
	Transparência	1	1. Obrigado pelo projeto e agora dessa forma que nos foi apresentado sabemos que onde estar nosso imposto pago e tudo mais. E sem mais delongas Parabéns!

a) Tabela 1: Percepção dos moradores sobre a implantação do projeto do fórum eleitoral de Afuá

Questão	Categorias	Quant	Respostas principais
O que você achou da decisão de uma mudança de padrão de projeto arquitetônico para Fórum Eleitoral de Afuá?	Adequação ao lugar	04	1. Foi uma decisão acertada. Nenhum projeto padrão implantado em outras cidades do Pará poderia ser implantado em um local tão singular como a cidade de Afuá sem nenhuma adaptação. 2. Um desafio. Cotidianamente devido as demandas e prazos curtos para a realização dos projetos acaba-se optando por padrões arquitetônicos (os ditos modelos previamente elaborados e que em teoria deveriam facilitar o trabalho) que são apenas inseridos e adaptados a terrenos, nem sempre resultando na melhor solução para o local.
Cite pontos positivos	Uso de recursos locais	01	1. Possibilidade de utilização de materiais, mão de obra e técnicas regionais, tais como, madeiras da região na confecção de esquadrias, peças de madeira de telhado e guarda-corpos.
	Projeto adaptado ao local	03	1. Privilegiou o Regionalismo. Não era a proposta criar um prédio com mais ênfase à plástica que a funcionalidade, ou que tivesse um caráter mais "artístico". Também não se optou por um prédio com características mais modernas (grandes áreas envidraçadas, platibandas, estruturas aparentes, etc.). Dessa forma o prédio não será um "objeto estranho" ao local. 2. Por buscar inserir-se no espaço, como dito anteriormente, dialoga com a paisagem (fato muito importante no respeito a dinâmica do ambiente onde está inserido). Desconstrói a ideia de edifício público unicamente funcional.
	Atenção ao usuário	01	1. O processo projetual diversificou a proposta, atenta mais para o usuário do edifício.
Cite pontos negativos	Tempo de elaboração	01	1. Maior gasto de tempo da equipe técnica com a formulação de um projeto totalmente novo; Tempo e flexibilização para que a proposta seja desenvolvida.
	Custo do projeto e logística de deslocamento	01	1. É elevado o custo de se construir em locais de difícil acesso como esse. Além disso, a fiscalização da obra também é dificultada em função do grande deslocamento necessário para se chegar ao local.
	Integração com a equipe	01	1. Necessita de uma boa interação com a equipe envolvida

O que representou em sua vida profissional o desenvolvimento do projeto arquitetônico do Fórum de Afuá?	Aprendizado sobre peculiaridade de projeto	01	1. Oportunidade de aprendizagem sobre a necessidade de atenção às peculiaridades regionais e as dificuldades logísticas de cada obra em particular.
	Satisfação por propiciar utilidade e conforto aos usuários	01	1. Um dos fatores que faz um profissional sentir-se realizado com seu trabalho é saber que seu projeto beneficiará outras pessoas. Essa obra dará um lugar mais confortável para os usuários internos e externos.
	Aula de projeto	01	1. Uma aula de projeto muito produtiva (no qual tive que escutar e paradoxalmente ser autodidata) e o início de uma busca pessoal por aprender a desenvolver projetos sem pré-padrões estabelecidos, pois como concluinte do curso de arquitetura sempre tive esse incomodo em se há uma fórmula milagrosa em se projetar e a maneira cada vez mais maquinal em que os edifícios vêm sendo produzidos.
	O projeto inseriu o contexto urbano na arquitetura	01	1. Tal projeto destacou a importância para a concepção projetual da relação entre o contexto urbano inserido à arquitetura como forma de evitar a distorção arquitetônica das tipologias vernaculares presentes.
O que você gostou?	Funcionalidade	02	1. Preservação da funcionalidade da circulação interna, da facilidade dos acessos ao público em geral e ao depósito de urnas, 2. Do projeto como um todo. O leiaute é bastante prático para as atividades da Justiça Eleitoral.
	Acolhimento	01	1. do amplo pé direito da área de atendimento e da área avarandada, quebrando a sisudez dos prédios institucionais e dando um ar de acolhimento ao público externo.
	Incorporação de elementos da tipologia e da arquitetura local	04	1. O prédio parece flutuar sobre o terreno uma vez que os elementos de fundação ficam encobertos pelo piso em balanço. Valorizou-se a arquitetura da comunidade utilizando materiais com maior durabilidade. 2. Os elementos inspirados na arquitetura do local, como a cobertura, esquadrias em madeira, varanda e o guarda-corpo.
	O desafio da elaboração do projeto	01	1. O que mais me impressionou foi o desafio único de idealizar um projeto em um local de difícil acesso em que o meio marítimo é único para o transporte de material e agregado.
O que você não gostou?	Nº de banheiros para uso interno	01	1. Não haver banheiros separados por gênero para o público interno.
	Tamanho do terreno	01	1. As dimensões do terreno não permitiram um projeto paisagístico onde se pudessem usar maiores variedades da vegetação regional.
	Uso de grades	01	1. A necessidade de colocar grades nas aberturas o que acaba desconfigurando o partido arquitetônico.
	Dificuldade de acesso ao local	01	1. A dificuldade na implementação do projeto foi algo que tornou em desafio macro para a administração; entretanto, esse desafio veio compensado com a realidade vivenciada de se consolidar um projeto com cunho ambiental em uma área de difícil acesso e ausente de políticas públicas.

O que você acha que faltou?	Incluir mais um banheiro para uso interno	01	1. A inclusão de mais um banheiro para o público interno.
	Usar mais recursos de sustentabilidade	01	1. Poderíamos ter estudado melhor a possibilidade de adotar soluções para economia de energia elétrica e/ou utilização de células fotovoltaicas e reaproveitamento de águas da chuva.
	Mais vagas no bicicletário	01	1. Bicicletário com mais vagas e melhorias no paisagismo
	Projeto com maior amplitude	01	1. Creio que o projeto poderia ser mais futurista na questão do espaço físico com maior amplitude.
Qual a sua expectativa em relação à obra concluída?	Melhoria da qualidade de trabalho e prestação dos serviços	01	1. Melhoria da prestação de serviços da Justiça Eleitoral. Melhoria das condições de trabalho dos servidores.
	Maior satisfação do usuário	02	1. Maior satisfação do público.
	Durabilidade	02	1. Uma obra bem executada, bela e funcional.
	Referência para projetos institucionais	03	1. Também que o projeto se torne referência para futuras construções institucionais na cidade. 2. Colaboração como exemplo na elaboração de projetos mais ligados a realidade de cada local, isto diversifica a produção arquitetônica e proporciona uma busca por soluções específicas ao entender como o ambiente onde o edifício está sendo inserido se comporta.
Você tem uma opinião sobre o que significa para a população de Afuá o projeto ter sido desenvolvido especialmente para lá?	Valorização da cidade	02	1. Afuá é um município que tem uma representatividade eleitoral baixa e com isso a governança pública não o alcança. Certamente, o belo projeto e a edificação dessa obra em um local de visibilidade frontal daquele município servirá como marco para a valorização do município. 2. Acredito que o cartório executado será funcional, por atender as necessidades da população com os seus serviços, e será também um marco arquitetônico resultantes das condicionantes e peculiaridades da cidade.
	Identificação do usuário	02	1. representou um desafio na composição de uma obra que fosse ao mesmo tempo funcional como órgão público e não ferisse a identidade da população em sua produção arquitetônica. 2. A utilização de elementos da arquitetura local fará com que o usuário externo se identifique com o imóvel e se sinta à vontade para visitá-lo e utilizá-lo. Além disso, como a obra foi executada em um local que recebe poucos investimentos em obras públicas de qualidade creio que o projeto contribuirá para aumentar a sensação de valorização da população local.
	Melhor atendimento para a população e conforto aos servidores	01	1. Um melhor atendimento aos eleitores e maior conforto aos servidores.
	Maior preservação do bem público	01	2. A população certamente não tem consciência deste fato, mas acredito que se for feito e/ou mantido no local algum tipo de exposição do fato, através de um banner ou placa alusiva/informativa, isto poderá contribuir até com o aspecto da população ter uma preocupação com a preservação (não depredação) predial.

b) Tabela 2: Percepção da equipe de projeto e de servidores sobre o processo projetual e o projeto de Afuá

Perceber a estratégia projetual e identificar elementos da cultura local e das

características do lugar em um prédio destinado a atender ao público, foi bem recepcionado pelo grupo, conforme pode ser percebido nas respostas sobre a questão que indaga sobre: “o que você gostou”, confirmam que os entrevistados perceberam e valorizaram a estratégia de apropriação de elemento do lugar no projeto do Fórum Eleitoral, como a tipologia da arquitetura local, o que reforça a defesa de alguns autores acerca da importância da arquitetura tentar viabilizar uma identificação com os elementos marcantes do lugar.

Assim, a análise do conjunto de respostas apresentadas nos questionários forneceu bastantes elementos que evidenciam que, de um modo geral, a proposição para o Fórum Eleitoral foi compreendida pelos entrevistados, assim como, houve uma receptividade à proposta de projeto de edifício público que quebra a tradição da formalidade excessiva, no sentido de permitir tentar se estabelecer algum diálogo com o lugar no processo projetual.

7 | CONCLUSÕES

Partindo do primeiro objetivo específico que visou incorporar o conceito de lugar no processo de concepção arquitetônica, ficou evidenciado nos resultados das oficinas onde foram apresentados relatos dos membros da equipe acerca da mudança de padrão do projeto em Afuá, não só a compreensão da metodologia, mas, mais que isso, entendeu a importância do conceito de lugar no resultado final do projeto do Fórum de Afuá. “Nenhum projeto padrão implantado em outras cidades do Pará poderia ser implantado em um local tão singular como a cidade de Afuá sem nenhuma adaptação”, o testemunho de um dos membros da equipe atesta a forma como o grupo percebeu a interação com o lugar no projeto.

Avaliar a percepção do morador acerca da proposição projetual de Afuá também foi um dos objetivos pretendidos na pesquisa e a metodologia utilizada com o recurso das oficinas para aplicação de questionários foi bastante eficaz no sentido de que foi possível captar essa percepção nas várias questões trazidas pelo questionário, conforme pode ser identificado em algumas respostas. “Eu gostei da forma como foi elaborado o projeto visando a forma como são construídas as outras moradias e instituições públicas”/ “O que mais gostei foi o fato da obra estar com as características locais”, assim como essas respostas, as demais deixam claro que foi possível medir a forma como os entrevistados perceberam o projeto apesar da obra ainda se encontrar em fase de execução, além disso, o resultado dessas percepções indicaram que além da compreensão do projeto, houve também uma aprovação da estratégia utilizada pela equipe de projeto. O processo de projeto do fórum eleitoral de Afuá representou uma quebra de paradigma da cultura projetual institucional no sentido de que inovou o processo ao trazer um novo conceito ao processo de projeto, qual seja, a inclusão do lugar como estratégia de humanização do processo projetual. A expectativa é de que os resultados possam sensibilizar a instituição quanto à necessidade de se adotar um

novo enfoque no processo e também contribuir para a discussão de outros processos institucionais diversos.

A experiência de Afuá trouxe grandes contribuições ao processo de concepção projetual da equipe de projeto do Tribunal Regional Eleitoral do Pará bem como à cultura administrativa do órgão, no sentido de que demonstrou que é possível quebrar paradigmas projetuais e garantir a elaboração de proposição de qualidade que atenda aos requisitos internos de funcionalidade sem perder de vista o principal demandante que é o morador da cidade, usuário ou não dos serviços eleitorais. Uma prática que procure enxergar para além das rotinas processuais, se permitindo reinventar metodologicamente e testar hipóteses que venham melhorar a avaliação do usuário sobre as atividades de implantação de fóruns eleitorais nos diversos locais desse estado continental. Se esse aprendizado oriundo do processo de Afuá será assimilado e cultivado como um valor institucional por parte da administração do tribunal, como cultura remanescente na instituição é uma pergunta que será encaminhada ao tempo que reúne as melhores condições para responder, contudo, no que cabe à equipe de projeto, é importante que a mesma procure atuar de forma proativa e interessada em buscar permanentemente meios para tornar o importante trabalho de projetar espaços uma forma de construir lugares que façam sentido e tragam significado, sobretudo para o usuário final.

Desta forma, os resultados obtidos na pesquisa, evidenciam que os projetos de edifícios institucionais assim como projetos habitacionais também podem procurar dialogar com as realidades locais no sentido de tentar abstrair elementos que possam agregar mais qualidade e identificação da comunidade local, sem, no entanto, ter que abrir mão dos recursos de tecnologias, economia de materiais e de bons precedentes projetuais já experimentados pela instituição em outros projetos. A adoção do conceito de lugar como ponto de partida para a discussão de processo de projeto institucional certamente não deve ser um fim em si mesmo, até porque muitos condicionantes projetuais podem reduzir a margem de adequação a certas realidades locais, porém, já pode se considerar um passo importante por parte dos gestores públicos o reconhecimento da necessidade de incorporar ao processo projetual alguma forma de participação tanto dos potenciais usuários como da comunidade local, além da sua cultura e realidades pontuais do local.

A adoção de uma nova metodologia de um processo projetual aberto, no sentido de que busque oportunizar o diálogo com outros saberes, poderá não significar a garantia da produção de proposições blindadas de problemas ou mesmo equívocos projetuais, contudo, representará a abertura de uma importante janela por onde poderá fluir um permanente refinamento do processo projetual de edifícios públicos e com isso, viabilizar a produção de maior qualidade e consequente satisfação do principal financiador e demandante da ação pública, o cidadão.

REFERÊNCIAS

BARROS, Raquel Regina Paula Martini. **Habitação coletiva**: a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto. São Paulo: Annablume, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Governo Federal. PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL **SUSTENTÁVEL PARA O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas / Governo Federal, Grupo Executivo Interministerial. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MALARD, Maria Lúcia. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MONTANER, J. M. **Depois do Movimento Moderno**: arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Nuevos caminos de la arquitectura**: existência, espacio y arquitectura. Barcelona. Ed. BLUME, 1975

SILVA, Andréia Neves da; DÓRIA, Rosie. Cultura local na Amazônia: considerações à respeito das ações da área de habitação e adversidade do modo de viver da região do Marajó. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (org.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Edfupa, 2012. P. 301 a 313.

VARGAS, Heliana Comin. **Da arquitetura corporativa à cidade corporativa**. Anais do 51º Congresso de Americanistas. Simpósio: "A CIDADE NAS AMÉRICAS, PERSPECTIVAS DA FORMA URBANÍSTICA NO SÉCULO XXI". Santiago, Chile, Julho de 2003. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labcom/produtos/2002_vargas_arquitetura_cidade_corporativa.pdf. Acesso em 27 de ago. de 2016.

PROCESSO DE PROJETO CENTRADO NO USUÁRIO: PENSANDO A ACESSIBILIDADE

Vanessa Goulart Dorneles

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora
da UFSM;
arq.vanessadorneles@gmail.com

Isabela Fernandes Andrade

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora
da UFPel
acessiarq@gmail.com

RESUMO: Para projetar de forma acessível é necessário, antes de tudo, conhecer as pessoas para quem se projeta, reconhecendo suas possíveis limitações. Para isso, deve ser adotada a proposta de elaboração de projeto considerando que todo o processo seja centrado no usuário. A filosofia do desenho universal se adequa bem a esta intenção, pois traz uma reflexão de como considerar as diferentes pessoas e suas necessidades espaciais ao longo do processo de projeto. Neste trabalho são abordados aspectos teóricos acerca do desenho universal e do processo de projeto acessível, bem como uma série de métodos que tem um objetivo em comum: conhecer as diferentes capacidades e limitações das pessoas, a fim de considerá-las na concepção de ambientes acessíveis a todos. O objetivo deste artigo é apresentar meios para que o projetista possa se aproximar do provável usuário do espaço. Para isto, há uma explicação de alguns métodos de

inquirição de usuários e exemplos de aplicação destes no processo de projeto. Os métodos aqui tratados podem ser utilizados como estratégias de ensino dentro das disciplinas projetivas dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura, processo de projeto, desenho universal, acessibilidade, relação pessoa e ambiente.

ABSTRACT: In order to design in an accessible way it is necessary, first of all, to get to know the people to whom it is being projected, recognizing their possible limitations. To this end, it must be adopted the proposal of elaboration of project considering that the entire process is centered in the user. The philosophy of universal design fits well to this intention, because it brings a reflection on how to considerate the different people and their spatial needs throughout the process of designing. In this paper, theoretical aspects are approached about the universal design and the project of accessible project, as well as a series of methods, which have one objective in common: get to know the different capacities and limitations of people, in order to consider them in the conception of environments accessible to everybody. This paper aims at presenting means so that the designer can approach the probable user of space. To this end, there is an explanation of some methods of inquiring of users and examples of application of

these ones in the process of designing. The methods here discussed can be utilized as strategies of teaching within the college subjects of design in the Courses of Architecture and Urbanism and Design.

KEYWORDS: architecture, process of designing, universal design, accessibility, relation person-environment.

RESUMEN: Para proyectar de forma accesible es necesario, antes de todo, conocer a las personas para quien se proyecta, reconociendo sus posibles limitaciones. Para ello, debe ser adoptada la propuesta de elaboración de proyecto considerando que todo el proceso sea centrado en el usuario. La filosofía del diseño universal se adecua bien a esta intención, pues trae una reflexión de como considerar las diferentes personas y sus necesidades espaciales a lo largo del proceso de proyecto. En este trabajo son abordados aspectos teóricos acerca del diseño universal y del proceso de proyecto accesible, bien como una serie de métodos que tiene un objetivo en común: conocer las diferentes capacidades y limitaciones de las personas, a fin de considerarlas en la concepción de ambientes accesibles a todos. El objetivo de este artículo es presentar medios para que el diseñador pueda aproximarse del probable usuario del espacio. Para ello, hay una explicación de algunos métodos de inquisición de usuarios y ejemplos de aplicación de estos en el proceso de proyecto. Los métodos aquí tratados pueden ser utilizados como estrategias de enseñanza dentro de las disciplinas de diseño de los Cursos de Arquitectura y Urbanismo y Diseño.

PALABRAS-CLAVE: Arquitectura, proceso de proyecto, diseño universal, accesibilidad, relación persona y ambiente.

1 | INTRODUÇÃO

Projetar de forma acessível não é uma tarefa fácil, pois é preciso ter conhecimento sobre as necessidades dos possíveis usuários e saber conciliá-las. O termo acessibilidade espacial significa prover um ambiente de condições mínimas de informação, que possibilitem a orientação no espaço, bem como permitir a interação entre usuários, o deslocamento e uso dos equipamentos e mobiliários, com segurança, conforto e autonomia (DISCHINGER *et al.*, 2013). A filosofia do desenho universal contribui para o desenvolvimento de projetos acessíveis, pois visa conceber produtos, edificações e espaços abertos para o maior espectro possível de usuários (MACE *et al.*, 1996), considerando suas diferenças, necessidades espaciais e possíveis limitações no uso do espaço. Entender os usuários é uma etapa importante dentro do processo de projeto, pois todos têm necessidades sociais, físicas, psicológicas.

Primeiramente, é importante destacar que as pessoas são diferentes entre si, ou seja, a crença em um “homem padrão”, que possa servir de exemplo para a elaboração de projetos, não é verdadeira. As diferenças entre as pessoas variam conforme o local onde vivem, a idade e, até mesmo, seu gênero, conferindo características singulares a cada um. Por exemplo, a estatura média dos homens pigmeus da África Central

chega a se diferenciar em até 40 centímetros dos homens da região sul do Sudão (IIDA, 2005). A população masculina, de forma geral, tende a ser maior que a feminina em cada uma das diferentes etnias (IIDA, 2005; PANERO; ZELNIK, 2002). Além disso, as dimensões e proporções corporais mudam com a idade, pois as partes do corpo crescem em diferentes velocidades (CARVALHO FILHO, 1996; IIDA, 2005).

Além disso, é preciso atentar às possíveis alterações nas dimensões e posições corporais ocasionadas por patologias ou por deficiências. Uma pessoa com artrose pode ter dificuldades em movimentar seus braços, diminuindo seu alcance. Outra pessoa pode ter perdido os movimentos das pernas em um acidente, por exemplo, e precisar se locomover em cadeira de rodas.

Entende-se que as pessoas são diferentes entre si e, portanto, é importante compreender suas necessidades ao criar qualquer tipo de artefato, seja um produto, um equipamento ou um ambiente, de forma a considerar tais diferenças. No caso da área de atuação da Arquitetura e Urbanismo, que visa intervir e criar espaços, principalmente, entender as relações entre as pessoas e seus ambientes é fundamental para que se projete de forma adequada e de acordo com as reais demandas da população.

Algumas áreas de conhecimento como ergonomia e psicologia ambiental, têm procurado sistematizar o conhecimento e as metodologias de pesquisa para o entendimento das relações entre as pessoas e os ambientes. Estes estudos visam auxiliar o projeto de novos artefatos, seja com o objetivo de compreender a natureza humana propriamente dita, bem como desenvolver sentimento de identidade e pertencimento e criar significados espaciais. Neste sentido, destaca-se o desenho universal, pois trata-se de um conceito que explora as intenções de projetos centradas nos usuários, ou seja, é uma filosofia de projeto que pretende criar artefatos ou espaços para o máximo de pessoas possíveis e de forma concomitante.

Isto exposto, cabe destacar que este artigo tem como objetivo apresentar meios para que o projetista possa se aproximar do provável usuário do espaço. Para isto, os autores expõem brevemente alguns métodos de inquirição que possibilitam alcançar essa aproximação, além de exemplos de aplicação destes no processo de projeto. Além disso, os métodos aqui tratados podem ser utilizados como estratégias de ensino dentro das disciplinas projetivas dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design.

2 | DESENHO UNIVERSAL: O CAMINHO PARA PROJETOS ACESSÍVEIS

O termo “desenho universal” foi utilizado, pela primeira vez, pelo arquiteto Ronald Mace, em 1985, nos Estados Unidos, e consiste numa filosofia de projeto que visa criar espaços que não segreguem nenhuma pessoa, independentemente de suas características físicas ou habilidades (MACE, 1985 .454).

Desenho universal e desenho inclusivo são termos usados frequentemente e indistintamente, nos Estados Unidos, para descrever uma abordagem de *design* que implica em equidade e justiça social através do projeto. (OSTROFF, 2001, p.

Apesar de esse termo ter sido publicado, primeiramente, em 1985, sua origem remonta o período pós-guerras nos países europeus e nos Estados Unidos (OSTROFF, 2001) e é decorrente da industrialização do mercado de trabalho, em que acidentes ocorriam com os trabalhadores em função de distrações ou problemas com maquinários (HERSSENS, 2011).

Para contextualizar o surgimento do desenho universal com outras áreas de estudo, vale lembrar que, no final da década de 40, houve o surgimento do termo “ergonomia”, na Inglaterra, que vinha substituir os termos “fisiologia do trabalho” e “psicologia do trabalho”, adotados anteriormente, e o conceito “fatores humanos” (*human factors*) adotado nos Estados Unidos (IIDA, 2005). Na Arquitetura, Le Corbusier vinha realizando estudos para uma melhor adequação da habitação às proporções humanas (CORBUSIER, 2006), com a publicação do primeiro Modulor (1,75m de altura), em 1950, e do Modulor 2 (1,83m de altura), em 1955.

Nesse período, também em função da discussão em prol dos direitos humanos (a Declaração dos Direitos Humanos da ONU foi realizada em 1948), a questão da deficiência deixa de ser tratada a partir de um modelo médico e passa a ser considerada do ponto de vista social (DEVLIEGER et al., 2003). Essa mudança de paradigma é influenciada pelo surgimento e desenvolvimento das ciências sociais, como Antropologia, Psicologia e Sociologia, que passam a inspirar a área de Arquitetura e Urbanismo (HERSSENS, 2011).

Na década de 60, inicia-se um questionamento, em Arquitetura e Urbanismo, com relação às consequências dos preceitos do modernismo e a críticas em relação à perda da escala humana nas cidades e à própria qualidade das ambiências criadas durante o movimento moderno. Alguns dos críticos que valem ser lembrados são: Jane Jacobs, Kevin Lynch, Christopher Alexander, Amos Rapoport, Steen Eiler Rasmussen, Christian Norberg-Schulz e Edward Twitchell Hall, entre outros.

Assim, somando-se as questões históricas de pós-guerra e a industrialização às questões sociais e de crescimento nas áreas de conhecimentos sociais enquanto ciência, surge, também, a preocupação em tornar os espaços adaptados às pessoas com deficiência, definido, na época, como “*design* para necessidades especiais” (*DFSN – Design for Special Needs*) (HERSSENS, 2011).

Como, nos Estados Unidos, havia uma preocupação muito grande na reintegração de antigos combatentes na sociedade, desenvolveu-se, na década de 50, o desenho livre de barreiras, ou *barrier free design*, cuja intenção era eliminar as barreiras físicas e atitudinais, adaptar o ambiente construído ao acesso das pessoas com deficiência e etc. (OSTROFF, 2001).

Assim, primeiramente, lidou-se com o conceito do “*barrier free design*”, que, aos poucos, foi se tornando um conceito mais social e humano e foi chamado de “*social design*” e, por último, transformou-se no conceito, utilizado até hoje, de “desenho

universal” (*universal design*) (CAMBIAGHI, 2007), que, além de estar direcionado para a concepção de projeto, procura estabelecer condições de igualdade entre as pessoas e não ser um desenho para necessidades especiais, mas, verdadeiramente, inclusivo.

A intenção do desenvolvimento desse termo foi suprimir a ideia de adaptação de espaços por causa das pessoas com deficiência e proporcionar um conceito mais amplo de projeto, que não segregue nenhuma parcela da população e que possa passar despercebido aos olhos dos usuários em geral (STEINFELD; MAISEL, 2012).

Como o desenho universal é considerado uma filosofia de projeto, deve-se entender as relações humanas com o ambiente físico, ou seja, as necessidades espaciais. Assim, para que haja tal entendimento, as áreas de conhecimento da ergonomia (análise da atividade/tarefa) e da Psicologia Ambiental (análise do comportamento humano) contribuem para a compreensão dos aspectos sensoriais, cognitivos e físicos que influenciam a interação entre o homem e o ambiente físico.

As necessidades relativas ao uso dos espaços variam conforme as características físicas dos usuários e de suas habilidades em função das características dos ambientes. Sabe-se que uma pessoa com deficiência visual precisa de outras informações sobre o espaço do que as pessoas com boa acuidade visual ou de informações que possam ser apreendidas por outros sistemas sensoriais, como o uso de informação tátil em pisos e mapas. Uma criança ou pessoa de baixa estatura em um píer não consegue enxergar a paisagem se houver um guarda-corpo alto e fechado com alvenaria. Congregar as necessidades de todas as pessoas para criar espaços inclusivos é o objetivo da filosofia do desenho universal. Para que essa filosofia de projeto possa ser efetiva, arquitetos devem tê-la em mente desde o início do projeto e, para colocá-la realmente em prática, é necessário um conhecimento aprofundado das necessidades das pessoas (HEYLIGHEN; BIANCHIN, 2010). Para Herssens (2011), essa prática pode se tornar real quando arquitetos ouvirem as necessidades e experiências dos usuários, ou seja, dos *experts*, pois, só assim, é possível desenvolver espaços mais responsivos para e esses usuários. Portanto, é importante compreender que o conhecimento sobre as necessidades dos usuários deve ser buscado constantemente, pois saber tudo o que as pessoas querem e desejam leva tempo, por isso, é essencial que se continue tentando (FROYEN, 2012).

3 | PROCESSO DE PROJETO ACESSÍVEL

Para Schön (1983), a criação de projetos de Arquitetura corresponde à reflexão e resolução de situações inusitadas e complexas, em que não há, necessariamente, controle dos resultados ou dos métodos a serem incorporados, pois os problemas com que os projetistas se confrontam podem ser solucionados de diversas maneiras, dependendo da situação e do contexto.

O projeto pode ser entendido como a tradução de diversas restrições e condicionantes. De forma geral, o objetivo do processo de projeto é transformar um

determinado problema em solução a partir de um conjunto de procedimentos e estágios de diferentes complexidades, começando-se pela exploração e pelo reconhecimento do problema, indo até a definição da alternativa que lhe pareça mais adequada como solução (LAWSON, 2011).

Assim, para Lawson (2011) “[...] é preciso haver um resumo do problema, o projetista tem de estudar e entender as exigências, produzir uma ou mais soluções, testá-las em relação a critérios explícitos e implícitos e transmitir o projeto a clientes e construtores”, mesmo que essas atividades não ocorram necessariamente nessa ordem ou que representem eventos isolados e identificáveis. Para o autor, o processo de projeto pode ser visto como uma negociação entre problema e solução, em que um é reflexo do outro a partir das atividades de análise, síntese e avaliação, como ilustra a figura 1.

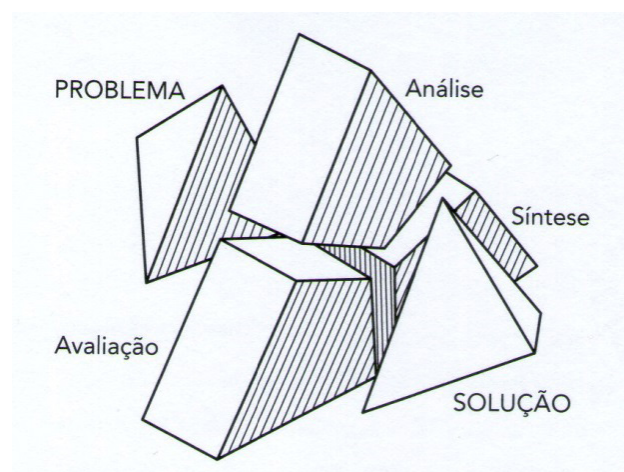


Figura 1 – Esquema representando o processo de projeto em que a solução é reflexo da solução.

Fonte: Lawson (2011).

Conhecer os usuários é essencial no levantamento do problema a ser solucionado e na definição do programa de necessidades. Portanto, é necessário pensar diferentes formas de abordar as pessoas em relação a sua interação com o ambiente para que se compreendam as suas verdadeiras necessidades e expectativas em relação ao espaço projetado. A abordagem ocorre a partir de métodos utilizados, em geral, para avaliar ambientes ou produtos após a sua ocupação. Exemplo disso é o *walkthrough*, que originalmente permite que o pesquisador avalie um determinado ambiente à luz da opinião de um determinado usuário e, concomitantemente, possibilita entender que elementos deste espaço são interessantes em seu ponto de vista.

Vale ressaltar que as necessidades dos usuários podem ter valores físicos, simbólicos ou emocionais, ou seja, há necessidades que impedem ou dificultam as pessoas de interagir com o espaço, mas tem aquelas, também, que tornam os espaços ou produtos mais aprazíveis e desejáveis.

A seguir são expostos métodos e técnicas empregados a fim de conhecer as

necessidades dos diferentes indivíduos e como eles se relacionam com o meio. Cabe destacar que todo método estabelece uma série de etapas, pois dita procedimentos. Já as técnicas consistem nos procedimentos a serem aplicados.

4 | MÉTODOS E TÉCNICAS

Partindo-se da premissa que, para conceber um projeto centrado no indivíduo é necessário ouvir seus anseios, é necessária a abordagem de técnicas de inquirição, principalmente. As técnicas de inquirição são aquelas que buscam informações sobre o que pensa o indivíduo. As respostas, em geral, são transmitidas nas formas escrita, oral e por meio de desenhos. Nesse contexto, optou-se por expor métodos/técnicas como Entrevista Focal, Passeio Acompanhado, Poema dos Desejos e *Walkthrough*, que normalmente são utilizados no início do processo de projeto, mas que podem ser realizadas ao longo de toda a criação.

A **entrevista focal** possibilita a abordagem direta do problema estudado e envolve grupos de pessoas (de quatro a doze participantes) com características semelhantes ou que possuam alguma expectativa em comum. Diferentes formas de abordagem podem ser empregadas para estimular os participantes ao longo do diálogo, como a técnica que envolve jogo de imagens e palavras (REHAL; BIRGERSSON, 2005).

Já o **poema dos desejos** (SANOFF, 1990) consiste em um formulário contendo a frase “Eu gostaria que o ambiente (fosse ou tivesse)...”. O respondente pode escolher como se expressar, seja através de palavras ou, até mesmo, de ilustrações.

O **passeio acompanhado** (DISCHINGER, 2000) consiste em visitas acompanhadas aos locais que se pretende avaliar, junto a pessoas que possuam alguma característica relevante para a pesquisa. Nele, são expostas ao entrevistado uma série de atividades a serem desenvolvidas. Ao longo do percurso, o pesquisador deve observar o comportamento do indivíduo e realizar questionamentos a respeito de suas tomadas de decisões. Por outro lado, o entrevistado deve verbalizar as facilidades e dificuldades identificadas.

O **Walkthrough**, método amplamente utilizado em pesquisas que envolvem a avaliação pós-ocupação (APO), teve origem a partir dos trabalhos desenvolvidos por Lynch e de Bechtel (RHEINGANTZ *et al.*, 2008) e consiste numa visita do pesquisador ao local de estudo, acompanhado de um ou mais usuários. Ao longo do trajeto, os mesmos são instigados a avaliar o ambiente.

A seguir é exemplificada a aplicação de cada um destes métodos em diferentes projetos acessíveis já realizados em projetos de extensão ou pesquisas científicas. Estes métodos já foram aplicados em diferentes contextos de projeto, mas para fins de registro e explicação, será exposta apenas uma aplicação de cada um dele.

A ENTREVISTA FOCAL

Segundo Rheingantz et al (2008), Entrevista Focalizada (ou *focus group*) é um tipo de entrevista semi-estruturada, onde os entrevistadores podem preparar apenas um roteiro ou esquema básico para realizar o procedimento. Dessa maneira, essas entrevistas caracterizam-se como conversas informais para fomentar a discussão entre um determinado grupo. Neste método o pesquisador deve apresentar as questões a serem discutidas pelo grupo e de acordo com Rheingantz et al (2008), o modo de abordagem e o tempo de duração das questões são deixados a critério do pesquisador, que tem a liberdade de explorar os motivos e conduzir para direções que não estavam anteriormente programadas. Ainda, conforme este autor, o objetivo das entrevistas focalizadas é investigar quais os aspectos que uma experiência específica traz para as mudanças nas atitudes e valores daqueles que dela participam.

Esse método foi utilizado, entre outros, para o desenvolvimento de uma escola acessível no Haiti, realizada pelo grupo PET ARQ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (LUIZ *et al.*, 2013). Este foi um projeto solicitado por uma ONG Haitiana em função da queda de uma escola existente com um terremoto. Como os autores não puderam visitar o país atingido, realizaram a entrevista com haitianos residentes em Florianópolis a fim de compreender suas necessidades espaciais em relação à arquitetura escolar. Para isso, foram abordados aspectos desde uma macro escala até uma micro, isto é, da inserção das escolas nos bairros, até suas configurações formais, estruturais e suas respectivas ambiências internas.

Em relação à aplicação do método, este foi realizado em uma sala de aula na UFSC, a partir de um roteiro previamente estabelecido, mas sem o compromisso de seguir a ordem pré-estabelecida obrigatoriamente. A entrevista foi realizada com 4 estudantes do Haiti, que viveram na cidade de Carrefour, onde o projeto foi realizado. Todos eram intercambistas há mais de 6 meses na Universidade Federal de Santa Catarina e, em função disso, sem dificuldades de se expressar na língua portuguesa. Eram três alunos e uma aluna, sendo dois destes estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo e dois do curso de Engenharia Civil.

As perguntas pré-estabelecidas foram:

- 1- Quantas escolas vocês estudaram?
- 2- Escolha o que você mais lembra e diga como era a escola que vocês estudaram.
- 3- Como vocês iam para a escola?
- 4- Como era o acesso?
- 5- Como ela era dentro?
- 6- Quais eram os materiais e cores?
- 7- O que vocês faziam na escola?

- 8- Quais eram as brincadeiras?
- 9- O que mais gostavam na escola?
- 10- O que poderia ter a mais nessa escola?

Além deste roteiro inicial, questões acerca do funcionamento interno e ambiência das salas de aula e aspectos da cultura haitiana também foram abordadas.

Ao final da entrevista realizada, se obteve um panorama geral das experiências pessoais escolares desses haitianos. Todos os entrevistados estudaram em mais de uma escola durante suas formações em ensino fundamental e médio. Um dos entrevistados chegou a estudar em 5 instituições de ensino diferentes e a maioria deles chegava a sua instituição por meio de carro.

A maior parte das instituições frequentadas eram mistas (para meninos e meninas), possuíam 2 pavimentos e eram feitas de blocos de concreto. Segundo os estudantes, apesar de quase nenhuma possuir biblioteca, a maioria apresentava espaço para a prática de esportes. As atividades mais recorrentes, segundo os entrevistados, eram futebol, vôlei e pula corda. Além disso, foi relatado que a presença de algum espaço para orações também é bastante presente nas escolas, assim como a presença de plantas e/ou espaços verdes. Em relação às salas de aula, os estudantes relataram que na maior parte das vezes estas possuem bancos e mesas coletivos e que normalmente possuem bastantes alunos por salas, mas que este número varia conforme o grau escolar. Quando questionados sobre as cores e palavras que representariam seu país, os estudantes disseram que o Bege e o Marrom seriam as cores que os representariam e que a palavra Alegria os definiria.

Com este método foi possível aproximar-se dos usuários e conhecer um pouco da cultura e das necessidades locais. A partir destas descobertas, foi possível, por exemplo, definir que no projeto da escola deveria se prever espaços para orações, espaço para prática de esporte, prever um espaço para leitura e biblioteca, ou seja, foi possível iniciar uma prévia do programa de necessidades dentro do processo de projeto. Além disso, as conversas sobre as dinâmicas nas salas de aula contribuíram dimensionar e organizar os espaços das salas com flexibilidade, prevendo aulas com carteiras individuais e também coletivas.

Este método tem uma grande variabilidade de opções de aplicação, pois além das arguições e conversas espontâneas que ocorrem, podem ser utilizados artefatos ou elementos de auxílio a discussão, como mapas ilustrativos do local ou plantas baixas dos espaços (caso seja um projeto de adequação ou reforma, por exemplo). Neste caso os participantes podem ir apontando aspectos positivos e negativos nos espaços e ir indicando onde se localizam nos elementos gráficos utilizados.

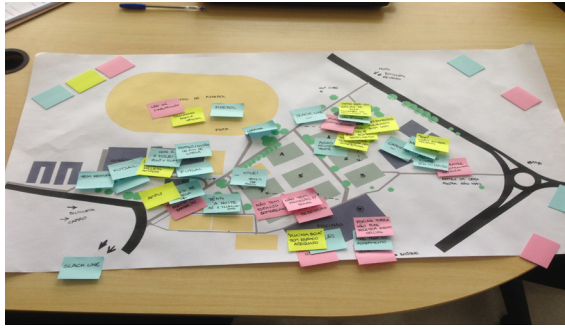


Figura 2: Mapeamento Visual.

Fonte: (MARTINAGNO, 2014)

Outra opção é a realização concomitante de outros métodos. Um exemplo interessante é o método de seleção visual, onde a equipe organizadora seleciona imagens e projetos semelhantes ou imagens referenciais para serem analisadas pelos participantes. Neste caso os participantes podem selecionar imagens boas ou ruins, hierarquizar as que mais gostam até as que menos gostam, ou mesmo discutir as vantagens e desvantagens de cada um dos exemplos.

Outro método interessante de ser incorporado a uma entrevista focal com objetivo de realizar projetos acessíveis é o poema dos desejos, que pode ser aplicado ao final da entrevista com os participantes individualmente ou em grupo. A seguir será melhor explicado este método.

O POEMA DOS DESEJOS

O *wish poems*, ou poema dos desejos, é uma ferramenta de pesquisa desenvolvida por Sanoff (1991), utilizada em processos participativos de criação. De acordo com Reinghantz et al (2008), trata-se de um instrumento não estruturado e de livre expressão, que incentiva e se baseia na espontaneidade das respostas.

O objetivo do poema dos desejos consiste no registro das declarações, por meio de sentenças escritas ou de desenhos, das necessidades, sentimentos e desejos dos usuários sobre determinado ambiente. Para Sanoff (1991) este método encoraja os usuários a refletir e registrar em uma folha de papel a descrição do “ambiente de seus sonhos”. De acordo com Reinghantz et al (2008), as declarações espontâneas compõem um conjunto de informações ilustrativas e possibilitam que se obtenha um perfil representativo dos desejos e demandas do conjunto de usuários de um determinado ambiente.

Um exemplo da aplicação deste método ocorreu no trabalho realizado pelo grupo PET ARQ da UFSC, que visava reformar uma creche no Município de Florianópolis (RAMOS *et al.*, 2012)2012. O procedimento foi utilizado para compreender a percepção do espaço físico sob a ótica dos alunos e de seus pais. A aplicação com as crianças foram realizadas em sala de aula juntamente com seus professores, que propuseram a atividade para seus alunos, solicitando a todos que respondessem a pergunta “o que

realização de uma série de atividades pré-estabelecidas. Durante o percurso, o usuário deve verbalizar a respeito de sua percepção do local, demonstrando facilidades e dificuldades ao longo do caminho, principalmente em pontos de tomada de decisão. Ao mesmo tempo, o pesquisador deve registrar, através de fotos, gravações e anotações para que, posteriormente, desenvolva um mapeamento dos principais pontos a serem considerados na pesquisa. É importante salientar que o pesquisador não deve ajudar o usuário que está realizando o passeio, exceto, em situações de risco.

Este método é bastante utilizado em avaliações de ambientes construídos, a fim de identificar as principais dificuldades a partir da percepção de diferentes pessoas no uso do ambiente construído. O exemplo de aplicação trazido neste trabalho diz respeito à avaliação de terminal aeroportuário, localizado em cidade interiorana no estado do Rio Grande do Sul (Andrade et al., 2015). O método foi aplicado com cinco pessoas que apresentam diferentes limitações no uso dos espaços: idoso, pessoa com deficiência visual, indivíduo em cadeira de rodas, estrangeiro e surdo (figura 4).



Figura 4 – Aplicação do método passeio acompanhado com diferentes indivíduos em terminal aeroportuário. Fonte: Andrade et al. (2015).

Para a aplicação desse método, primeiramente foi analisada a planta baixa do terminal aeroportuário em estudo para, então, definir atividades a serem desenvolvidas pelos colaboradores. O roteiro foi escolhido de forma a simular as principais atividades efetuadas pelo público que utiliza o terminal. Tais atividades incluem realizar o *check-in* e localizar os banheiros, a área de embarque e o portão de embarque. Com o auxílio de um gravador e de uma câmera fotográfica, foram registrados comentários e reações dos entrevistados.

Os resultados demonstraram que muitos indivíduos apresentaram dificuldades para se deslocar e orientar-se espacialmente no edifício, independente de sua deficiência e/ou limitação. Um problema identificado foi a falta da sinalização indicativa de “saída” do edifício em outras línguas além da nativa local (português).

Por fim, pode-se destacar que este método permite a aproximação do profissional responsável pelo projeto com os usuários dos espaços, compreendendo

suas necessidades e dificuldades mesmo quando as edificações são concebidas em conformidade com normas técnicas. É um método excelente para utilização em futuras adequações e reformas de ambientes, pois permite a verificação *in loco* dos problemas do ambiente para diferentes usuários. No caso exemplificado acima, permitiu a determinação de diversas diretrizes de melhorias para os espaços aeroportuários avaliados.

O WALKTHROUGH

O walkthrough consiste em um percurso dialogado que combina simultaneamente observações e entrevistas e, normalmente, ocorre em espaços onde irá ocorrer alguma reforma (por isso também é bastante realizado em pesquisas de APO – Avaliação Pós Ocupação). Este método pode ser realizado após o método de Visita Exploratória (cujo objetivo é apenas conhecer o espaço a ser projetado ou onde possa haver uma intervenção), uma vez que também é uma visita acompanhada por algum representante do local. Segundo Reinghantz et al (2008), este método possibilita a identificação descritiva dos aspectos negativos e positivos dos ambientes analisados, ou mesmo a hierarquização de elementos mais problemáticos de uma edificação ou espaço. O interessante de sua aplicação é observar as reações dos participantes durante o percurso dialogado, pois suas percepções e opiniões se tornam mais enfáticas e aguçadas a medida que vão se colocando em um papel de análise e crítica. Neste método, o registro dos aspectos relevantes identificados deve ser realizado em fichas de avaliação que verificam aspectos construtivos, de conforto e configuração espacial, podendo ter ênfase em aspectos de acessibilidade. Nas fichas deve haver espaço para se realizar desenhos do espaço observado (croquis) ou já haver desenhos prévios com planta baixa do local, o que já permite o registro da relação dos problemas com os ambientes.

Vale ressaltar que este método diferencia-se do passeio acompanhado pois neste caso a pessoa que acompanha o pesquisador e realiza a avaliação dos aspectos positivos e negativos costuma ser um *expert*, ou seja, uma pessoa que tem grande experiência com o local, um usuário frequente ou alguém que trabalha e tem bastante conhecimento sobre as dinâmicas nos espaços.

Um exemplo de aplicação deste método foi realizado para a proposta de Revitalização do Centro de Desportos da UFSC (CDS), realizada pelo grupo PET ARQ da mesma instituição (MARTIGNAGO *et al.*, 2014), com um professor do Centro que se disponibilizou a percorrer todos os espaços e apontar as principais problemáticas do local (ver figura 5).



Figura 5 - Mapa da localização dos equipamentos do CDS.

Fonte: MARTIGNAGO et al, 2014)

O passeio abrangeu praticamente toda a área do CDS. Ao passar em frente ao Ginásio 1, por uma rampa com alta inclinação, o professor convidado enfatizou a relevância e a essencialidade de trazer maior acessibilidade para o Centro, o que obviamente não só inclui os espaços externos, mas também os internos. O Ginásio 1, por exemplo foi caracterizado como degradado e pequeno.

Entre os problemas encontrados destacam-se: No banheiro, havia falta de privacidade que foi levemente reparada pela construção recente de paredes na entrada e de uma proposta de acessibilidade. No local, também é comum ocorrer furtos e quebra de aparelhos, principalmente pelo uso irresponsável do espaço. No Ginásio 2 há tacos estufados e podres, problemas com conforto térmico, ventilação, umidade e luminosidade. Estes problemas evitam o bom desempenho dos atletas e ameaçam sua saúde. O problema com a acústica dos ginásios atrapalha na prática de alguns esportes, já que o barulho é bem forte. Outro problema indicado foi a dificuldade em guardar materiais de aula e objetos pessoais no Centro. Os diversos materiais são armazenados em um almoxarifado no Ginásio 1 e as cadeiras de rodas são armazenadas em um almoxarifado no Ginásio 2, causando deslocamentos desnecessários. Na área externa do Centro há falta de acessibilidade, em função da inadequação do piso das calçadas, do desnivelamento das quadras e caminhos, e presença de grandes buracos e mobiliário degradado. A área da piscina tem problemas referentes à degradação da estrutura (principalmente pelo tratamento das piscinas com cloro), no telhado com problemas de construção e na necessidade da instalação de rampas e elevadores. Um fator que necessita de atenção também é a falta de um banheiro para que os pais acompanhem os filhos (pais de gêneros diferentes de seus filhos), para evitar constrangimento e experiências desagradáveis. Em relação a pista de atletismo, foi comentado que esta será remodelada, ganhando um piso sintético e uma pista alternativa ao redor desta para caminhada. O explicou que o uso nos finais de semana é restrito para evitar a degradação da mesma. Além disso, há falta de

espaço para algumas modalidades como ginástica artística e judô, apesar de terem obras encaminhadas para os mesmos.

Tendo em vista todas estas problemáticas verificadas, realizou-se diversas diretrizes de melhorias para os ambientes existentes, bem como propostas de novos espaços a serem incorporados na revitalização proposta. Este método foi fundamental para o entendimento de diversas características do local, identificação de espaços para o programa de necessidades, bem como para a definição, até mesmo, de materiais mais adequados para revestimento dos ambientes.

SINTETIZANDO DESCOBERTAS

Vale ressaltar que em cada um dos exemplos de projetos e pesquisas realizadas citadas acima, mais de um método de inquirição foram aplicados a fim de levantar diversas necessidades dos usuários. Cada método tem sua peculiaridade e proporciona descobertas diferentes conforme seus objetivos e forma de aplicação. A complementariedade de métodos de aproximação com os usuários é muito relevante, pois quanto mais contato com as pessoas, atuais ou futuros usuários, mais necessidades e anseios são levantados e com isso os futuros projetos tornam-se mais coerentes.

Por outro lado, a aplicação de diferentes métodos, traz diferentes resultados, e muitas vezes é preciso sintetizar e até mesmo hierarquizar. A organização dos dados pode ser feita de forma textual, em forma de tabela ou mesmo de forma gráfica. O importante do processo de projeto é compreender cada situação, cada local e verificar como os usuários interagem com o ambiente, para propor melhorias para a relação pessoa x ambiente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com o usuário em qualquer momento do processo de projeto proporciona ao projetista uma maior segurança para criar espaços e produtos adequados. Além disso, permite o levantamento de questões e soluções inovadoras, pois durante a interação com as pessoas podem surgir elementos até então desconhecidos para quem está projetando.

Os métodos citados neste artigo são algumas possibilidades dessa interação com o usuário que contribui em projetos centrados nos usuários, pois permite ao projetista se colocar no lugar do Outro e desenvolver empatia pelas necessidades das pessoas. O uso destes métodos (ou de outros) não precisam ocorrer apenas no início do processo de projeto ou para levantamento de condicionantes, pode ocorrer a qualquer momento, permitindo um *feedback* contínuo do processo de criação.

Vale ressaltar ainda que, a utilização destes métodos durante o processo de projeto deve ser incentivada desde a formação dos profissionais de arquitetura, urbanismo e

design, consistindo em estratégias de ensino para uma arquitetura acessível e um desenho universal.

REFERÊNCIAS

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CARVALHO Filho, Eurico Thomaz de, 1996. . **Fisiologia do Envelhecimento**. In: Matheus Papaléo Netto (Ed.). Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 1996. p.p. 26-43.

CORBUSIER, LE. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva 2006.

DEVLIEGER, Patrick; FRANK, Rusch PFEIFFER, David **Rethinking Disability**. Antwerpen - Apeldoorn: Garant, 2003.

DISCHINGER, Marta. **Designing for all senses: accessible spaces for visually impaired citizens. Thesis (for the degree of Doctor of Philosophy)** Göteborg, Sweden: Department of Space and Process School of Architecture, Chalmers University of Technology, 2000.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena MoroPIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo a acessibilidade nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013.

FROYEN, Hubert. **Universal Design, a Methodological Approach**. Boston: The Institute for Human Centered Design, 2012.

HERSSENS, Jasmien **Designing Architecture for More. A Framework of Haptic Design Parameters with the Experience of People Born Blind**. (Doctoral thesis). Department of Arts and Architecture, PHL University College-University Hasselt: Association Faculty Universiteiten and Hogescholen Limburg, Hasselt, 2011.

HEYLIGHEN, Ann; BIANCHIN, M. Can crap design be inclusive? In: **Proceedings of the 5th Cambridge Workshop on Universal Access and Assistive Technology**, , March 22-25, p.55-62, 2010.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

LAWSON, Bryan. **Como arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LUIZ, Mariana Moraes; JUNIOR, Amarildo Soares; DORNELES, Vanessa G.BINS ELY, Vera H. M. **Ambiente x educação: um projeto de arquitetura escolar para o Haiti**. Florianópolis: UFSC/REITORIA, 2013.

MACE, Ron. **Universal Design, Barrier Free Environments for Everyone**. Los Angeles: Designers West, 1985.

MACE, Ronald L.; HARDIE, Graeme J. PLACE, Jaine P. . **Accessible Environments: Toward Universal Design** Raleigh, NC: Center for Universal Design, 1996.

MARTIGNAGO, Yasmin Mariani ; JUNIOR, Amarildo Marcos Soares ; CHRISTENSEN, Thayssa ; KLEIN, Marina Freitas DORNELES, Vanessa Goulart **PROCESSO DE PROJETO ERGONÔMICO PARA CENTROS ESPORTIVOS**: Univille. 14º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade

de Interfaces humano-tecnologia: produto, informações, ambiente construído e transporte. Joinville, 2014.

OSTROFF, Elaine. **Chapter 1. Universal Design: The new paradigm.** In: Wolfgang F.E. Preiser e Elaine Ostroff (Ed.). *Universal Design Handbook*. New York: McGraw-Hill, 2001.

PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. **Dimensionamento humano para espaços interiores. Um livro de consulta e referência de projetos.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

RAMOS, Flávia Martini ; LUIZ, Mariana Morais; DORNELES, Vanessa GoulartBINS ELY, Vera Helena Moro. **Análise da Relação entre Ambiente e Usuário & Propostas de Adequações Espaciais para a Creche Municipal Waldemar da Silva Filho.** Florianópolis: UFSC/REITORIA, 2012.

REHAL, S.; BIRGERSSON, L. What' happens when imagery is used to complement speech in dialogues involving changing the built environment? . In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR INTEGRATING URBAN KNOWLEDGE & PRATICE, 2005. **Anais.** Gothenburg, 2005.v.p.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; BRASILEIRO, Alice ; ALCANTARA, Denise de ; AZEVEDO, Giselle Arteiro QUEIROZ, Mônica **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

SANOFF, Henry. **Participatory Design – Theory and techniques.** North Carolina: North Carolina State University, 1990.

SCHÖN, Donald A. **The reflective practitioner: how professionals think in action.** Cambridge, Mass: Basic Books, 1983.

STEINFELD, Edward; MAISEL, Jordana L. **Universal Design Creating Inclusive Environments.** Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2012.

ACESSIBILIDADE NA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Lília Caroline de Moraes

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pau dos Ferros - RN

Cecília de Amorim Pereira

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pau dos Ferros - RN

Eduardo Raimundo Dias Nunes

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Pau dos Ferros – RN

RESUMO: Acessibilidade consiste na eliminação de barreiras, físicas ou não, para possibilitar a inclusão de pessoas com necessidades especiais em diversas atividades do cotidiano, e, ao mesmo tempo, garantir uma melhor qualidade de vida. Entre essas atividades, a educação é um direito de todos, e, por esse motivo, as instituições, em seus respectivos níveis, devem proporcionar ambientes inclusivos aos indivíduos que compõem o corpo escolar. Este artigo tem como objetivo verificar a adaptação de uma residência universitária aos critérios de acessibilidade, considerando apenas as barreiras físicas. Para elaborar este diagnóstico, foram realizadas medições nas dependências do edifício, analisando a coerência destas informações com o projeto arquitetônico que a universidade forneceu e os parâmetros estabelecidos pela NBR 9050 da Associação

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A análise mostrou que o maior obstáculo para a acessibilidade do edifício se deu durante o processo de execução da obra, pois houve uma dispersão do que foi indicado no projeto, que por sua vez, atendeu aos critérios necessários. Devido ao esperado aumento na procura pelo programa de permanência que inclui a moradia, a universidade deverá se atentar para corrigir esse problema, pois somente assim, o edifício estará adequado para receber todos os estudantes e moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Inclusão. Educação.

ABSTRACT: Accessibility consists of the elimination of barriers, physical or otherwise, to enable the inclusion of people with special needs in various activities of daily life, and, at the same time, ensure a better quality of life. Among these activities, education is a right for all, and for this reason, institutions at their respective levels should provide inclusive environments for the individuals who make up the school body. This article aims to verify the adaptation of a university residence to the criteria of accessibility, considering only the physical barriers. In order to elaborate this diagnosis, measurements were made in the building's premises, analyzing the coherence of this information with the architectural project

and the parameters established by NBR 9050 of the Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). The analysis showed that the greatest obstacle to the accessibility of the building occurred during the process of execution of the work, because there was a dispersion of what was indicated in the project, which in turn, met the necessary criteria. Due to the expected increase in demand for the permanence program, the university should take care to correct this problem, because only then, the building will be suitable to receive all students.

KEYWORDS: Accessibility. Inclusion. Education.

1 | INTRODUÇÃO

Diante dos princípios da Educação Nacional Brasileira, que visam o ensino com igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, o Estado deve se responsabilizar pelo desenvolvimento dos cidadãos, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho garantindo uma educação de qualidade, conforme o disposto no artigo 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional e o artigo 206 da Constituição Federal. Sendo a universidade uma instituição de ensino, seu papel se manifesta de diferentes maneiras, afim de solucionar os problemas e necessidades de uma sociedade para que, assim, ela possa se desenvolver. Dessa forma, percebe-se que a moradia estudantil é um componente social de fundamental importância na assistência universitária, pois são habitações que geralmente suprem as relações familiares e possuem como objetivo muito mais que abrigar os estudantes, mas permitir que seus moradores criem novos valores através da formação acadêmica, desenvolvendo processos alternativos de aprendizado que vão além das salas e laboratórios das universidades.

A presença dos alunos com deficiência tem oportunizado um profundo processo de reflexão sobre a acessibilidade em todos os seus sentidos nos mais diversos espaços. “Acessibilidade é, antes de mais nada, uma forma de inclusão social dando oportunidade a qualquer indivíduo de exercer a sua escolha individual e é, portanto, uma abordagem centrada na ‘pessoa’ e nas suas condições e capacidades físicas, sociais e econômicas” (ALMEIDA, 2012). É importante, então, reduzir o grau de dificuldade que essas pessoas enfrentam para realização de uma atividade devido às características físicas dos ambientes. Para tanto, é imprescindível o cumprimento das legislações e normas de acessibilidade para a melhoria das condições de acesso e uso do espaço universitário.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido é uma instituição de ensino superior localizada no interior do Rio Grande do Norte, dividida em quatro Centros Multidisciplinares. O objeto de estudo deste artigo é a Residência Universitária do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros, município formado por 30 mil habitantes, distante cerca de 392,1 km da capital do Estado, Natal.

Segundo o Manual da Acessibilidade Espacial para Escolas (2009), do Ministério

da Educação, barreiras físicas podem ser elementos naturais ou construídos, que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente. É necessário que sejam feitas avaliações acerca das necessidades requeridas, pelas diversas deficiências, antes da elaboração de projetos de construção ou reforma de instituições de ensino, visando eliminar as barreiras que possam impedir a inclusão de todos os usuários aos espaços de educação.

“Um lugar acessível deve permitir, através da maneira como está construído e das características do seu mobiliário que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e equipamentos com igualdade e independência na medida de suas possibilidades.” (Manual das Escolas Deficientes, 2009, p. 23).

A NBR 9050 (ABNT, 2015), que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, determina as dimensões referenciais como as medidas entre 5% a 95% da população brasileira, que corresponde aos extremos formados por mulheres de baixa estatura e homens de estatura elevada. Esta norma estabelece, ainda, parâmetros de dimensões para cada tipo de atividade a ser exercida por pessoas sem nenhum tipo de deficiência e as pessoas que as apresentam. Como exemplo desses parâmetros, têm-se as rotas de circulação que, para serem consideradas acessíveis, devem apresentar, no mínimo, 0,90 metros de largura, com áreas de manobra de 1,20m a 1,50m de largura e diâmetro, a depender da manobra necessária, para possibilitar o deslocamento de pessoas em cadeiras de rodas.

Mobiliários com altura entre 0,60m até 2,10m do piso podem representar riscos para pessoas com deficiências visuais, caso tenham saliências com mais de 0,10m de profundidade, conforme a NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 10). Portanto, deve-se evitar colocar esses tipos de mobiliários em rotas acessíveis.

As áreas de transferência devem ter as dimensões mínimas de 0,80m por 1,20m, correspondentes ao módulo de referência da cadeira de rodas. Além disso, a altura do assento para o qual for feita a transferência deve ser semelhante à do assento da cadeira de rodas, segundo a NBR 9050 (ABNT, 2015, p.15), bem como, deve-se garantir condições de deslocamento, manobra e um ângulo de alcance que permita a execução adequada das forças de tração e compressão. Em toda área de transferência é imprescindível a existência de barras de apoio.

O item 4.6 da NBR 9050 (ABNT, 2015) apresenta as dimensões mínimas, máximas e confortáveis para o alcance manual frontal e lateral das pessoas em pé e sentadas, demonstrados nas imagens a seguir:

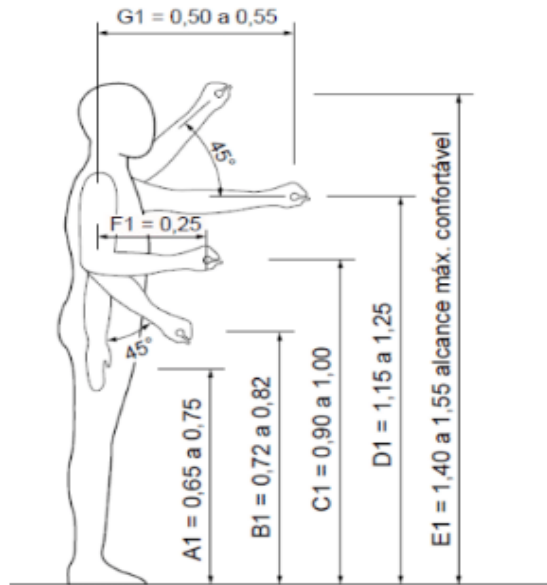


Figura 1: Alcance manual frontal – Pessoa em pé
 Fonte: ABNT NBR 9050, 2015

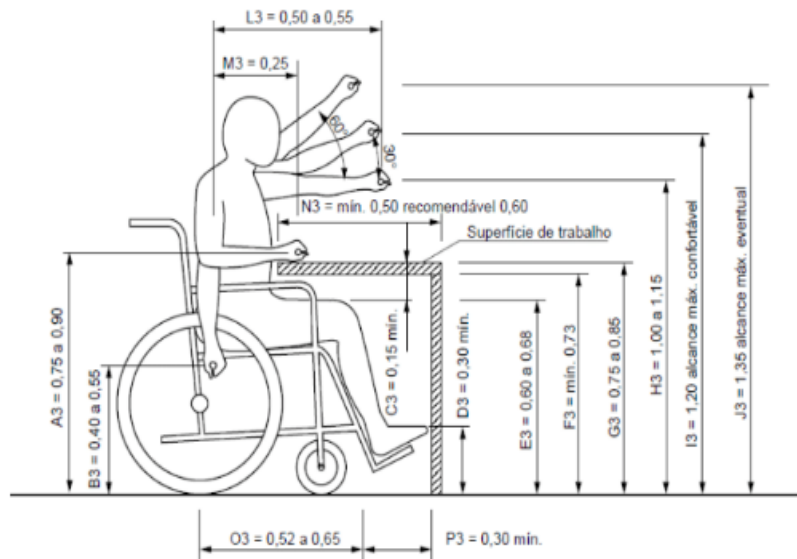


Figura 2: Alcance manual frontal com superfície de trabalho - Pessoa em cadeira de rodas
 Fonte: ABNT NBR 9050, 2015

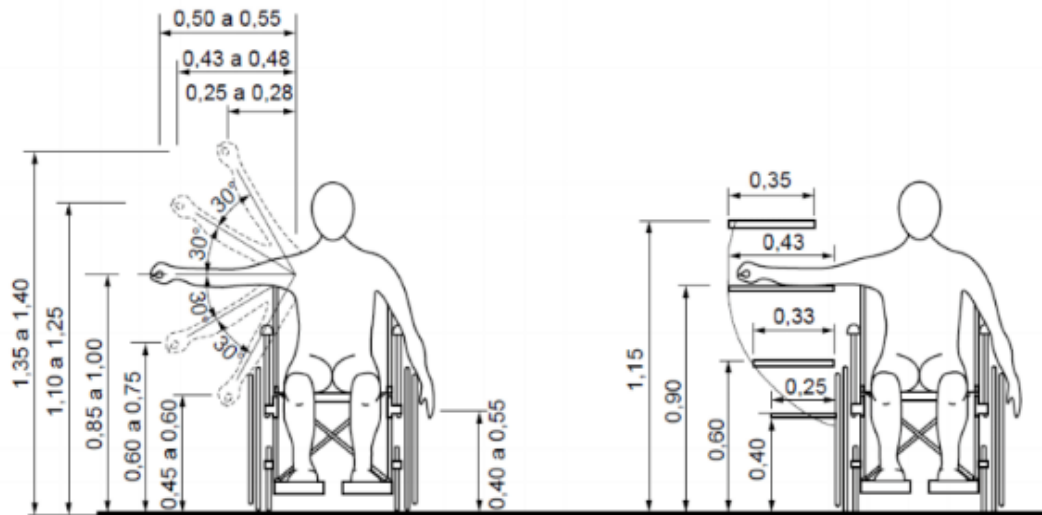


Figura 3: Alcance manual lateral sem deslocamento do tronco

Fonte: ABNT NBR 9050, 2015

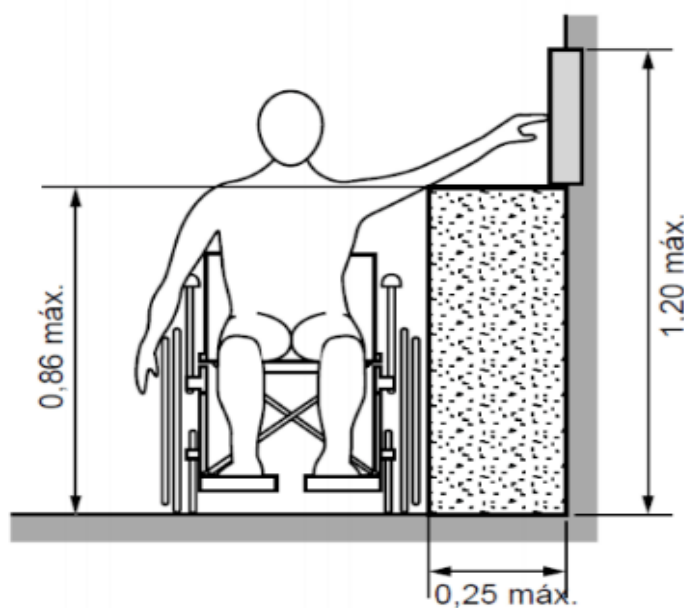


Figura 4: Alcance manual lateral sem deslocamento do tronco

Fonte: ABNT NBR 9050, 2015

Diante desses parâmetros de alcance, a NBR 9050 (ABNT, 2015) apresenta as indicações para instalação de maçanetas e puxadores verticais e horizontes que devem estar em uma altura variável de 0,80m a 1,10m do piso acabado.

Tendo em vista que “a educação de qualidade é definida como aquela que é acessível e inclusiva, ou seja, que abre oportunidades para grupos historicamente excluídos e promove as reformas educacionais necessárias para que as escolas possam propiciar um ambiente adequado à aprendizagem no sentido de fortalecer as alianças e de enfatizar que nenhuma aprendizagem se dá no isolamento” (ALMEIDA, 2012). Diante disso, apesar de ser um estudo abrangente, este artigo apresenta uma

análise acerca, especialmente, das questões de acessibilidade na estrutura física do edifício tomado como objeto de estudo, no que diz respeito a existência ou inexistência das condições mínimas de acessibilidade e, caso seja detectado a ausência de espaços acessíveis, propor sua adequação seguindo os parâmetros existentes na NBR 9050.

2 | OBJETIVOS

Este estudo justifica-se pelo processo de expansão em que a universidade se encontra. Com isso, a demanda na busca pela moradia universitária tende a aumentar, bem como, a diversidade entre os alunos que pretendem pleitear uma vaga nessa residência. Então, este artigo possui como objetivo, além de possibilitar o conhecimento sobre o a importância e a necessidade da acessibilidade dos demais discentes, verificar se as dependências da residência universitária estão de acordo com os parâmetros definidos pela a NBR 9050 que trata da acessibilidade e pelo Manual da Acessibilidade Espacial para Escolas, do Ministério da Educação, analisando as condições atuais de inclusão nas questões das adaptações arquitetônicas. Ao final desta pesquisa será possível definir se a universidade está preparada para receber alunos com necessidades especiais e, se não, como deverá proceder para se adequar às normas de inclusão dessas pessoas.

3 | METODOLOGIA

O primeiro passo para elaboração deste estudo, foi a realização de uma leitura da norma brasileira NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos – e do Manual de Acessibilidade Espacial Para Escolas para avaliar a residência da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Esta residência universitária é composta por dois edifícios com projetos arquitetônicos semelhantes. Um desses edifícios é o bloco feminino e o outro é o bloco masculino, ambos comportam 80 estudantes. O segundo passo foi um levantamento simples de toda a edificação, dividido em duas visitas. Os parâmetros escolhidos para serem trabalhados foram as larguras das áreas de circulação e de manobra, dimensões referenciais para alcance manual, desníveis, presença de rampas e escadas, entre outros.

O primeiro levantamento foi feito dia 25 de janeiro de 2018 durante o turno vespertino e, usando uma trena eletrônica para captação das informações, onde foi conferido se as medidas do edifício, como altura das maçanetas, áreas de circulação, áreas de permanência, altura de pias e bancadas, largura das portas e medidas das rampas, estavam iguais as medidas indicadas no projeto. Nesta ocasião, foi levantada grande parte do edifício, exceto os quartos e a área de serviço, sala de informática e sala de estudos, que ficaram para uma próxima visita.

A mesma foi realizada somente dia 12 de março de 2018, dessa vez, com uso de uma trena comum. Após a coleta das medidas espaciais e do mobiliário presente

em toda a edificação e alguns registros fotográficos, foi realizada uma comparação com as medidas indicadas nas plantas baixas afim de se conferir a fidedignidade da execução da obra com os parâmetros estabelecidos tanto na NBR quanto na cartilha do MEC.

4 | RESULTADOS

Por se tratar de residência estudantil, o ambiente analisado segue os mesmos critérios de uma residência familiar. O acesso aos prédios da residência, se dá por uma via que interliga as áreas administrativas, salas de aulas, biblioteca e demais espaços da universidade que apresenta 1,60m de largura. Segundo a norma, a largura mínima de faixa livre ou passeio, destinada apenas à circulação de pedestres, é de 1,20m, sendo o dimensionamento realizado conforme a quantidade de pessoas que circulam por ela. Ou seja, o que podemos perceber é que a rota de acesso está dentro das características exigidas.

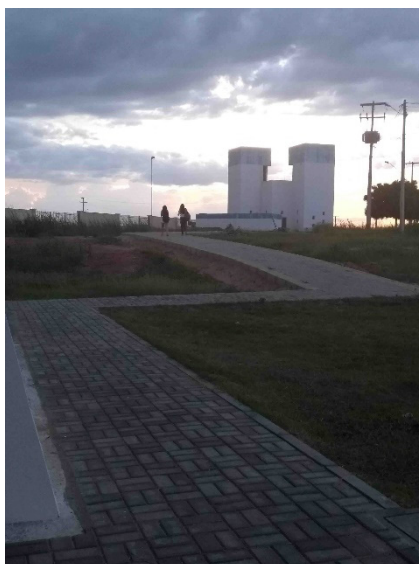


Figura 5: Via de acesso

Fonte: CAPTURADA PELOS AUTORES.

No que diz respeito aos elementos de abertura de portas, a norma fala que não devem exigir firmeza do pulso para serem acionadas e possuir formato de fácil pega, além de serem instaladas a uma altura de até 1,10m do piso acabado. Neste caso, há uma discrepância segundo o valor obtido no levantamento, pois as maçanetas se encontram a uma altura de 1,17m, de forma que não atende as necessidades de todos os usuários, principalmente, se ele for cadeirante. Quanto ao espaço de 0,60m ao lado da maçaneta, que deve existir para a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas, a residência se encontra acessível neste detalhe. E quanto a largura de seus vãos, as portas se encaixam na exigência de largura mínima de 0,80m. As fechaduras das janelas, por sua vez, não atendem ao solicitado, pois estão a 1,68m do chão, enquanto

a norma específica, no máximo, 1,20m.

Para áreas coletivas, em espaços de uso público, devem existir pelo menos uma rota que seja acessível, com pelo menos 1,20m de largura, contínua, desobstruída e sinalizada que interligue todos os ambientes da edificação e que deve estar vinculada às circulações principais e de emergência. No caso da UFERSA, para este critério, a residência está dentro dos padrões exigidos.

A edificação não apresenta desníveis no piso e, por este motivo, não há nenhuma rampa. Porém, há uma circulação vertical, vencida por meio de uma escada de dois lances e largura de 1,65m, dividida por um patamar de 1,20m de comprimento, mas sem a presença de nenhuma plataforma elevatória. Os corrimãos da escada, atendem a altura de 0,90m, com presença de guarda corpo até o patamar, como ilustra a foto a seguir:

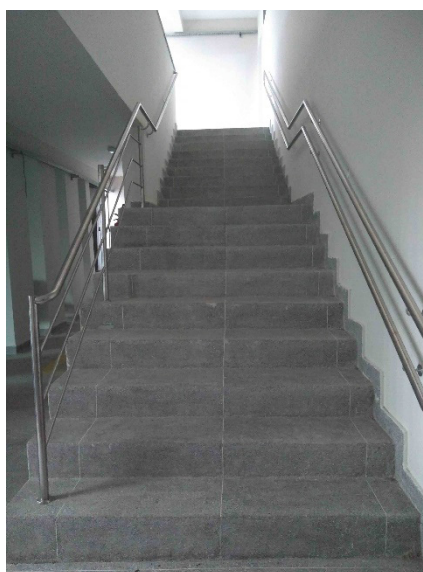


Figura 6: Escada

Fonte: CAPTURADA PELOS AUTORES.

Nos banheiros, a porta de entrada possui apenas 0,78m de largura, não cumprindo, assim, a largura mínima exigida. Contudo, há entradas independentes para os sanitários e chuveiros acessíveis, como sugere a norma, e sinalização de emergência, porém sem funcionamento. Existem apenas um sanitário e uma cabine para chuveiro acessíveis, ambos equipados com barras de apoio, conforme a norma. Entretanto, os lavatórios dos banheiros, não permitem a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas.



Figura 7: Sanitário acessível

Fonte: CAPTURADA PELOS AUTORES.

Os itens discutidos estão listados na tabela a seguir, onde são apresentados, de forma resumida, os parâmetros sugeridos pela NBR 9050 em contrapartida do que foi coletado nos levantamentos.

Critério	NBR 9050	Situação da Residência	Atendimento
Largura do acesso externo	1,20m	1,60m	SIM
Altura das maçanetas	1,10m	1,17m	NÃO
Vãos das portas dos quartos	0,80m	>0,80m	SIM
Altura da fechadura das janelas	1,20m	1,68m	NÃO
Largura da circulação interna	1,20m	1,55m	SIM
Largura da escada	1,20m	1,65m	SIM
Altura do corrimão	0,70m – 0,92m	0,90m	SIM
Vão da porta de entrada dos banheiros	0,80m	0,78m	NÃO

Tabela 1:

Fonte: Elaborado pelos autores.

5 | CONCLUSÃO

Após a comparação feita entre as medidas coletadas na residência com as cotas indicadas nas plantas baixas e analisar a coerência da execução da obra com o disposto nas normas, foi observado que, no processo de planejamento projetual, da residência, houve a preocupação de cumprimento dos parâmetros estabelecidos pela literatura dedicada ao assunto. O grande embate está na execução deste projeto, onde ocorreram algumas modificações, fazendo com que o produto final não satisfaça

por completo o plano de necessidades de uma residência que deve atender um público bastante diverso.

Diante disso, é importante que se faça uma breve reforma nos dois prédios da residência, apenas para corrigir o que foi negligenciado durante a construção, como a entrada dos banheiros que se encontra muito apertada para acesso de um cadeirante, por exemplo, a fim de atender mais rigorosamente o projeto, possibilitando, assim, uma inclusão ainda maior de todos que almejam ingressar no ensino superior sem nenhuma distinção.

REFERÊNCIAS

ABNT ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

ALMEIDA, Ivonete M. da Silva. **Acessibilidade Física nas Escolas Públicas: Um problema de gestão?**. 2012. Tese (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual da Acessibilidade Espacial para Escolas: O direito à escola acessível!**. Brasília, 2009. 120p.

WRIGHT E SIZA: DOIS MUSEUS E O VISITANTE

Andrya Campos Kohlmann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Faculdade de Arquitetura, PROPARG
Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Douglas Vieira de Aguiar

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Faculdade de Arquitetura, PROPARG
Porto Alegre, Rio Grande do Sul

RESUMO: O artigo apresenta um estudo comparativo sobre dois edifícios – o museu da Fundação Iberê Camargo (FIC), em Porto Alegre, e o museu Guggenheim, em Nova York – analisados desde o ponto de vista da sua *qualidade espacial* ou seja, do modo de acolhimento e acomodação do visitante. A motivação deste trabalho está na oportunidade que o edifício do museu da FIC vem oferecendo desde sua implantação em Porto Alegre – em virtude das honrarias e distinções das quais ele foi alvo pela crítica de arquitetura, local e internacional – para uma discussão sobre o tema da qualidade na arquitetura. Já o museu Guggenheim foi selecionado para compor esse estudo por ser um edifício análogo, tanto do ponto de vista formal quanto funcional, ao Museu da FIC, e também, por seu caráter icônico, consagrado como paradigma no cenário arquitetônico mundial. O artigo tem

uma natureza eminentemente empírica. A metodologia utilizada tem antecedentes no *passeio arquitetônico*, no sentido corbusiano do conceito, na qualidade desse passeio, tendo em conta o modo como as edificações são entendidas pelo observador em movimento – a legibilidade – e o modo como as edificações acomodam o corpo – a funcionalidade/comodidade. O artigo finalmente mostra que, apesar de suas semelhanças formais e icônicas, o desempenho espacial observado nos dois edifícios é radicalmente distinto, especialmente no que diz respeito à maneira como lidam com a integração e a segregação espacial desde o ponto de vista do visitante.

PALAVRAS-CHAVE: Fundação Iberê Camargo; Museu Guggenheim; Qualidade espacial.

ABSTRACT: The article presents a comparative study of two celebrated buildings – the Iberê Camargo Foundation (ICF), in Porto Alegre, designed by Portuguese architect Álvaro Siza, and the Guggenheim Museum, in New York, designed by the American architect Frank Lloyd Wright. The motivation for this work lies in the opportunity the recent construction of the ICF museum in Porto Alegre came to offer – in view of the honors and distinctions it has received from local and international architectural critique – for a discussion on the theme of quality, or

performance, in architecture. The comparison with the Guggenheim Museum comes from a broadly observed formal, functional and iconic similarity between the two buildings. The article has an eminently empirical nature. The methodology applied in the analyses has antecedents in the architectural promenade, in the Corbusean's sense of the concept, and is concerned with the quality of the walk, taking into account the way these buildings are understood by the visitor – their legibility – and the way they accommodate the bodies in space – their functionality. The article eventually shows that, despite their conspicuous formal and iconic similarities, the spatial performance observed in the two buildings has been radically distinct, especially in respect of the way they deal with spatial integration and spatial segregation from the standpoint of the visitor.

KEYWORDS: Iberê Camargo Foundation; Guggenheim museum; Spatial quality.

1 | INTRODUÇÃO

O interesse deste artigo no edifício do museu da Fundação Iberê Camargo (FIC) (Figura 1) como objeto de estudo foi motivado, inicialmente, pela aclamação da crítica arquitetônica que esse edifício recebeu nos últimos anos, angariando diferentes premiações que o tornaram uma referência dentro da produção arquitetônica internacional, como o Leão de Ouro, na Bienal de Veneza, e o Mies Crown Hall Americas Prize, em Chicago (COMAS, 2006). O interesse no museu decorre também do contexto cultural no qual se insere. Único edifício com representatividade internacional na cidade, o museu da FIC viria a completar uma lacuna existente há muito no cenário artístico de Porto Alegre, carente de espaços adequados para a exibição de exposições de alto nível. A importância arquitetônica e cultural, somada ao fato do museu ser predominantemente dedicado a um artista local renomado, reforçaria o seu papel de ícone urbano (KIEFER et al., 2008). No entanto, passada uma década desde sua inauguração, essa condição de destaque inicial se verifica hoje com dificuldade diante das contradições e ambiguidades que vieram a ser observadas no edifício desde diferentes pontos de vista, como veremos no que segue. Já o museu Guggenheim de Nova York (Figura 1) tem sua proeminência na história da arquitetura enfatizada por ser ele a última obra construída de Frank Lloyd Wright e também a única de sua autoria naquela cidade. Segundo SIRY, o museu de Wright estaria entre os edifícios mais influentes do século XX (in BALLON et al., 2009). Tanto quanto o edifício do museu da FIC, o Guggenheim é um edifício polêmico. O debate sobre o posicionamento da maior parte das exposições no piso inclinado das rampas é perpétuo.



Figura 1: Fundação Iberê Camargo e Museu Guggenheim

Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

A utilização da análise comparativa como método de estudo, tendo o Museu Guggenheim de Nova York sido escolhido como parâmetro, busca, por um lado, a produção de conhecimento e evolução metodológica, através do registro das lições vindas do confronto descritivo de duas edificações excepcionais funcionalmente análogas e, por outro lado, vai na linha sugerida por diversos autores que apontam uma clara conexão entre o edifício de Siza e o de Wright (Cf. CABRAL, 2009; COMAS, 2006; ROSSO, 2008; SERAPIÃO, 2008). De fato, esses dois edifícios possuem um conjunto de características em comum que os tornam passíveis de comparação e que, em paralelo, também evidenciam diferentes influências do edifício do Guggenheim como precedente para o museu da FIC. No que diz respeito à *forma*, tanto no Museu Guggenheim quanto na FIC há um volume principal que se destaca na composição. Ambos são volumes sólidos, fechados ao exterior e com faixas horizontais que correspondem às rampas e passarelas internas. As semelhanças maiores no entanto, no que diz respeito à totalidade da forma estão, por um lado, nas *dimensões* e na *escala* e, por outro, na horizontalidade que ambas edificações oferecem no térreo, enfatizando o reconhecimento da escala humana. Em corte, as duas edificações partem de um mesmo conceito: a disposição das exposições em torno de um amplo espaço livre central, circundado por rampas e passarelas, que se prolongam verticalmente ao longo de todo o volume. No *espaço interno*, os dois edifícios também apresentam configurações análogas: átrio central livre, circulações em rampa ao redor do vazio e passarelas que, de diferentes modos, conectam os visitantes com a totalidade do espaço interno.

Ainda quanto à distribuição espacial do *programa*, os edifícios apresentam generosos largos de acesso, direcionando os fluxos ao espaço principal. Já os níveis superiores são constituídos, em ambos os casos, por rampas e passarelas, quesito no qual as diferenças entre as configurações espaciais dos dois edifícios, conforme veremos mais adiante, é dramática, ainda que, tanto no Guggenheim quanto no museu FIC, o percurso de visitação indicado pelos recepcionistas consista em subir at e o

último pavimento pelo elevador, fazendo a visitação em uma progressão descendente através das rampas, no caso do Guggenheim, e através das passarelas tubulares e salas de exposição, no caso da FIC.

O conjunto de semelhanças, coincidências e interesses acima relatado parece oferecer justificativa para um aprofundamento no conhecimento sobre esses dois edifícios. Através de uma análise comparativa, tendo a qualidade espacial como baliza conceitual, poderemos avaliar as características específicas de cada edificação em suas diferentes situações.

2 | A QUALIDADE ESPACIAL COMO PARÂMETRO

Entende-se por *qualidade espacial*, no contexto teórico e metodológico dado neste trabalho, o modo – mais ou menos adequado – como as edificações acolhem ou, se quisermos, acomodam as pessoas, seus habitantes ou usuários. Além de questões como configuração formal e significado simbólico, poderíamos entender a arquitetura a partir da sua distribuição espacial. Nesse caso, o arranjo e ordenamento das partes em relação ao todo teria relação direta com a *performance* espacial das edificações. A partir desse ponto de vista, a *qualidade espacial* poderia ser entendida como a síntese da qualidade arquitetônica (AGUIAR, 2016). No caso dos museus objetos de estudo, busca-se verificar, ao longo do procedimento de análise, o modo como o visitante é recebido pelo edifício e conduzido através dos seus espaços. Serão considerados como parâmetros de qualidade espacial a *legibilidade* do edifício, ou seja, o modo como a edificação em suas diferentes situações é entendida pelo visitante, nesse caso o observador/pesquisador em movimento, e a *funcionalidade*, ou *comodidade*, do edifício, verificável no modo mais cômodo ou incômodo como a edificação recebe e acomoda o(s) corpo(s).

Situações dotadas de *legibilidade* seriam aquelas capazes de oferecer ao visitante uma *percepção de continuidade* do percurso, situações em que a linha de visada e a linha de movimento coincidem e o observador tem a visão direcionada ao seu destino, sem desvios de rota. A legibilidade seria, portanto, uma condição eminentemente ótica. O estudo da legibilidade como parâmetro de qualidade na arquitetura vem sendo objeto da atenção de uma linha de autores que inicia com Schmarsow (1994 [1893]), passa por Le Corbusier (2006 [1937]), Lynch (1995 [1960]), Hillier et al. (1983) entre outros. Mais recentemente, Key *et al.* (2008) descrevem essa característica da arquitetura tendo como base os conceitos de *campo visual* e *continuidade espacial*. A legibilidade de uma edificação ou situação urbana dependeria, por definição, do seu modo de arranjo espacial. Ainda que, no âmbito deste artigo, a legibilidade seja considerada como fundamental, entendemos que muitas vezes ela pode ser problematizada de um modo diferente e propositado por arquitetos e suas obras.

Já a *funcionalidade* estaria na dimensão háptica ou tátil da percepção espacial e seria evidenciada na (in)utilidade, no (in)cômodo, na (in)conveniência e no (des)

conforto espacial. Trata-se da percepção espacial que nos chega pelos demais sentidos e que estaria mais relacionada à necessidade de realização cômoda ou incômoda de esforços, à percepção de desconfortos dimensionais, térmicos ou auditivos e assim por diante. Vitruvius, em seu tratado de arquitetura, já enfatizava o papel essencial dessa dimensão de *utilitas* entre as três categorias fundamentais na arquitetura (VITRÚVIO, 2007).

3 | A CAMINHADA COMO MÉTODO DE ESTUDO

A utilização da caminhada como método de estudo não é novidade na disciplina e teria seus primórdios na École de Beaux-Arts, onde a marcha, *la marche*, teria sido usada de modo recorrente na avaliação de projetos (MARTINEZ, 1998). Entretanto foi durante o movimento moderno, com Le Corbusier, que o passeio arquitetônico – a dita *Promenade Architecturale* – surge como método de avaliação, tornando o observador em movimento o protagonista da arquitetura. Daí denominarmos o procedimento descritivo utilizado nesse estudo como *método do observador* (AGUIAR, 2015).

Ao utilizarmos a caminhada como método de estudo, propiciamos a colocação da totalidade dos sentidos do observador em contato direto com os espaços do objeto de estudo através de percurso(s) previamente planejado(s) tendo em conta as demandas descritivas do tema. O observador caminhará orientado pela planta, pelo percurso nela mostrado e ao longo do qual estarão indicados os posicionamentos de câmera a serem utilizados na descrição de cada uma das situações. O registro fotográfico do andamento do percurso visualizado pelo observador em movimento mostra o percurso como uma *sequência de situações*. Esse procedimento amplia e detalha o procedimento dado em CULLEN, que se vale dos conceitos de *visão existente* e *visão emergente* na descrição da dimensão ótica da caminhada (CULLEN, 1971). A posição, o ponto de vista da câmera, estará localizado nos pontos de conexão entre diferentes linhas axiais, ou seja, nos *links* visuais que conectam a sequência de situações. Cada situação – cada uma das partes do percurso – terá uma ou mais imagens correspondentes, dependendo da conveniência descritiva de cada situação. O ótico é o guia, as descrições do háptico acompanham e se sobrepõem.

Na definição espacial de cada uma das *situações* a serem estudadas, o procedimento se vale do trabalho de Key *et al.* (2008), que detalha as condições de *campo visual (viewfield)* e de *fechamento (enclosure)*. Campo visual é assim definido como a área visível desde o ponto de vista de um observador posicionado dentro do campo, representada como um polígono. Já a condição de fechamento é descrita como o quanto uma determinada situação (*location*) é delimitada por elementos edificados. Quanto maior a amplitude do campo visual, menor tende a ser o grau de *fechamento*. O conceito de fechamento é similar, senão coincidente, com o conceito de convexidade/espço convexo de HILLIER *et al.* (1983). Essa categoria está na base do método do observador, ora ensaiado, no que diz respeito à desagregação do

objeto de estudo em *sequências de situações espaciais*.

Ao longo da caminhada, a avaliação da condição de legibilidade é procedida tendo como fundamento a *percepção de continuidade* (LYNCH, 1995). Cullen sugere que esta se estabeleceria quando um elemento físico qualquer cria um *campo visual* que indica a possibilidade de movimento adiante. Key *et al.* (2008) descrevem essa condição através de um valor booleano que indica se duas localizações mutuamente visíveis, P1 e P2, compartilham de um mesmo elemento físico dentro do campo visual. Essa descrição confere alguma precisão e objetividade à conceituação de legibilidade; duas funções, a visibilidade mútua e o pertencimento a um mesmo campo visual, propiciam o cálculo de relações entre os dois pontos e entre o elemento e os pontos. Os diagramas mostram como tracejadas as linhas de visada indutoras de movimento e discordantes do percurso a ser seguido.

4 | EMPIRIA E DISCUSSÕES

As *caminhadas* realizadas através dos dois museus, apresentadas no que segue, comparam *cinco situações espaciais* típicas comuns às duas edificações. São elas: o percurso de aproximação, o largo de acesso, o grande átrio, o acesso às exposições e os espaços de exposição propriamente ditos. Uma sexta situação, atípica e encontrada apenas no museu da FIC – as passarelas tubulares – completa o conjunto de análises. Cada uma dessas situações será estudada, de modo comparativo, por meio de um conjunto de descrições que inclui imagens das sequências espaciais pertencentes a cada uma delas e diagramas mostrando em planta aquilo que mostram o texto e as imagens. Trata-se de uma maneira, dentre as tantas possíveis, de entender e analisar a qualidade espacial em arquitetura.

Os percursos de aproximação

O primeiro aspecto percebido pelo observador em movimento nos percursos de aproximação aos dois museus é a radical diferença de inserção urbana quando comparadas as duas edificações. Enquanto o Guggenheim está em uma posição central em Nova York, imerso em um tecido urbano consolidado, o museu da FIC encontra-se em um local pouco conectado e de difícil visibilidade em relação ao tecido urbano do entorno, posicionado à beira de uma autopista, como parte de uma sequência esparsa de edifícios residenciais.

Em sua chegada ao Guggenheim, o visitante não percebe imediatamente a presença do museu, o que é inusitado para um edifício que veremos tão distinto do contexto. De fato, o visitante vê como se estivesse atravessando apenas mais um quarteirão da Quinta Avenida com calçadas largas e ajardinadas. No entanto, à medida que o observador se aproxima, o edifício do museu emerge de modo surpreendente, inicialmente como uma nesga cilíndrica posicionada no alinhamento

e elevada da calçada (Figura 2 – 1), para se mostrar progressivamente como uma forma arquitetônica excepcional (Figura 2 – 2). Da esquina, vemos agora o térreo do museu contornado por muretas baixas (Figura 2 – 3, 4). Em meio a um denso cenário urbano dominado por edificações no alinhamento, a presença dessas muretas é surpreendente, evidenciando um gesto de acolhimento vindo do edifício, funcionando como bancos para os visitantes, estimulando assim a apropriação do acesso ao museu como espaço público.

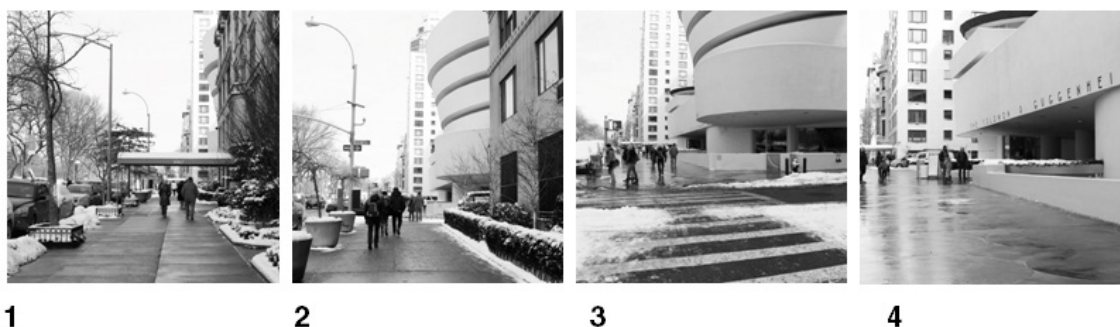
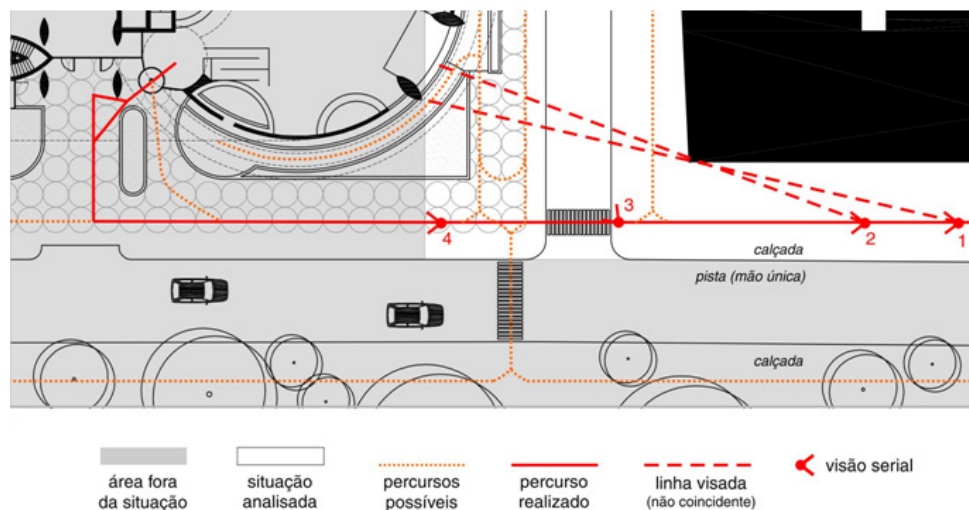


Figura 2: Percurso de aproximação – Guggenheim

Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Já a aproximação ao museu da FIC se mostra, inicialmente, como um momento de surpresa e perplexidade quando o visitante, vindo a pé ou emergindo do estacionamento, se depara com a forma branca e monumental como um bloco de pedra escavado em meio a natureza (Figura 3 – 1). Já em um segundo momento, o processo de aproximação se torna difícil e mesmo incômodo. Vê-se que o pedestre aqui é raro e a aridez do percurso à frente se evidencia por um lado no ruído decorrente da localização do edifício à beira de uma via de tráfego intenso e rápido e, por outro, na solução incomum da calçada trazida pelo museu (Figura 3 – 2). Diferentemente do Guggenheim que se vale da calçada em sua conexão com o tecido da cidade, o museu da FIC, além de naturalmente segregado por seu posicionamento na cidade, se isola ainda mais com relação ao entorno imediato ao cercar-se por todos os lados com um tipo de pavimento hostil à caminhada. A colocação de um revestimento de

brita na totalidade do perímetro parece ter a intenção deliberada de estabelecer o isolamento da edificação com relação ao entorno imediato, conferindo a ela a condição de monumento (Figura 3 – 3).

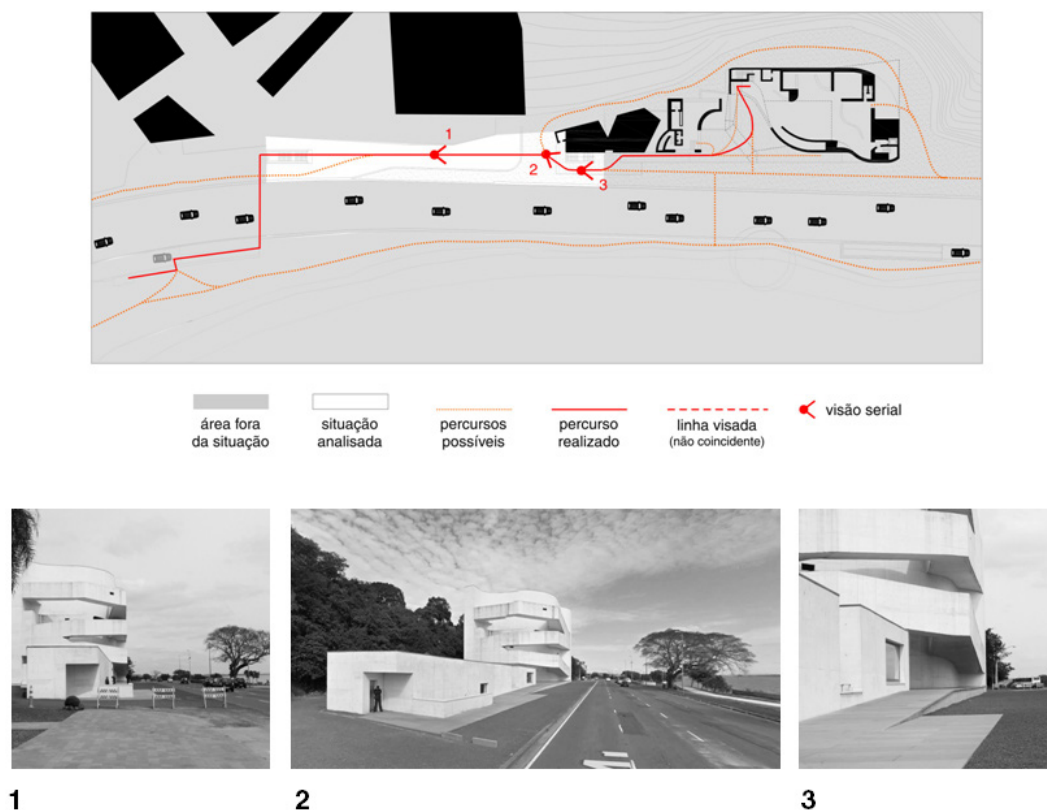


Figura 3: Percurso de aproximação – FIC
 Fonte: Andrya Kohlmann e Google Street View, 2016

Quem chega de carro ao museu utilizará a parte final do percurso de aproximação acima relatado vindo por escada ou elevador do estacionamento posicionado no subsolo, tendo naturalmente sobre si os ocasionais efeitos incômodos dos elementos ao longo desse deslocamento a céu aberto. Já aqueles que chegam pelo transporte público têm uma experiência espacial peculiar, pontuada de incômodos de diferentes naturezas. Tendo descido do ônibus o visitante vê o edifício do museu a aproximadamente 200 metros. Ele percebe imediatamente que o isolamento do lugar é povoado de automóveis em alta velocidade. Daqui, ainda que se faça um esforço para colocar o edifício do museu em foco, o campo visual é em sua maior parte apropriado pela presença de um edifício residencial, igualmente branco, de maior porte comparado ao museu, em estilo neomediterrâneo típico dos anos 1970 (Figura 4 – 4). O museu, desde aqui, repousa ao fundo, meio encoberto pelo posteamento, como a última edificação nessa sequência arquitetônica (Figura 4 – 5).

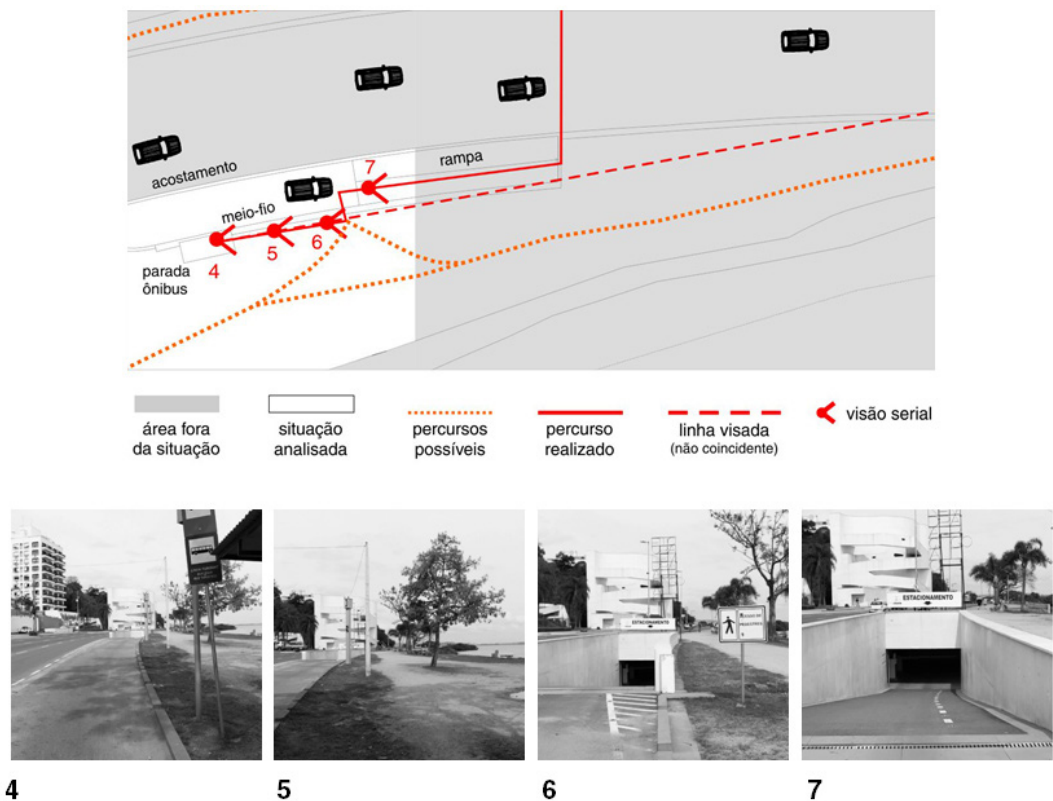


Figura 4: Percurso de aproximação – FIC

Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Diante da ausência de calçamento, o visitante opta por caminhar na direção do museu se deslocando pelo acostamento da autopista. Vê-se, logo adiante, uma placa orientando o pedestre na direção do acesso ao estacionamento subterrâneo (Figura 4 – 6). Uma rampa, paralela à rodovia, surge à frente como opção única de encaminhamento na direção do museu (Figura 4 – 7). A outra possibilidade seria atravessar a autopista em uma operação de alto risco. Sem outra alternativa, o visitante desce pela rampa enquanto o museu vai desaparecendo do seu campo visual (Figura 5 – 8). Ele é acompanhado por um carro que, casualmente, também chega. O visitante não motorizado se sente desconfortável com a situação esquisita em que é colocado. No final do declive, ele se vê diante de um inconveniente cruzamento da circulação de pedestres (que se utilizará da travessia por sob o leito viário) com a circulação de veículos (que seguirá adiante) em diagonal. O diagrama abaixo mostra a precária legibilidade dessa situação; o visitante tende a seguir em frente, apesar da cancela, pois a linha de visada adiante em diagonal, mostrando a possibilidade de encaminhamento através do estacionamento, é dominante dentro do campo visual, enquanto o encaminhamento à esquerda para a travessia da autopista – a rota desejada – passa despercebido (Figura 5 – 9).

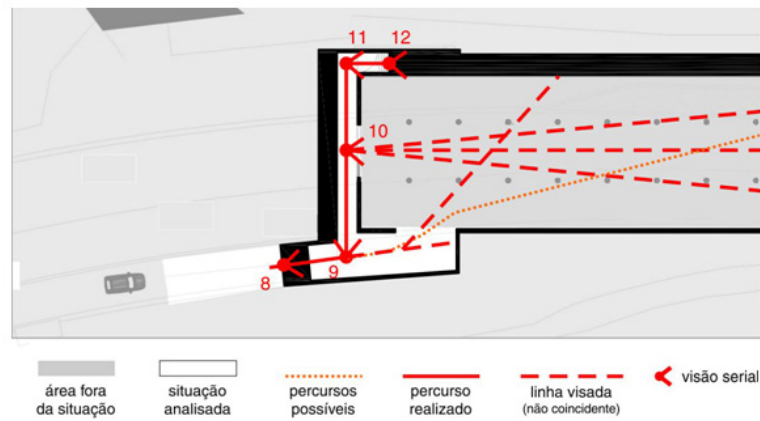


Figura 5: Percurso de aproximação – FIC

Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

A aproximação ao museu torna-se aqui progressivamente inusitada. O visitante experimenta nesse trecho subterrâneo uma mudança dramática nas condições, do exterior para o interior, do claro para o escuro, da visada inicialmente focada na extraordinária forma do museu até o inesperado mergulho nesse espaço cavernoso, onde agora ele se encontra. A sensação é de confinamento (Figura 5 – 10). Curiosamente, em meio a essa situação estranha, a sensibilidade do arquiteto revela-se em uma das paredes laterais, onde surge uma grande abertura vedada com vidro fixo, através da qual se vê o estacionamento em perspectiva (Figura 5 – 11). O espaço é organizado por uma colunata de espaçamento e proporções precisas a sustentar a laje da autopista. Ainda que seja apenas um estacionamento, o visitante percebe que esse espaço reivindica, por conta própria, independentemente do museu ao qual serve, o *status* de obra de arte, evidenciado no ostensivo supérfluo que carrega, no brilho asséptico dos revestimentos que espelham a rigorosa axialidade perspectivada

na disposição das luminárias. Curiosamente, mediante a visualização desse peculiar espaço de estacionamento, a sensação de desconforto parece ser atenuada, pelo menos para aqueles envolvidos em uma apreciação mais intelectual da arquitetura. Ainda na passagem subterrânea, o visitante percebe um clarão que o guiará de volta ao espaço aberto. Toma-se então a escadaria que encaminhará ao museu (Figura 5 – 12).

Os largos de acesso

Chegando ao largo de acesso do museu Guggenheim, o visitante tem à sua frente um grande plano de vidro, frontal à sua linha de aproximação, que parece convidar ao ingresso no museu. Curiosamente, esse aparente acesso principal é em realidade a entrada da loja de *souvenirs* (Figura 6 – 1). O mal-entendido só é desfeito quando se percebe uma porta giratória mais à direita, parcialmente escondida pelo posicionamento de um pilar, por onde de fato ocorrerá o acesso ao edifício. O diagrama abaixo descreve em planta a difícil legibilidade dessa situação.

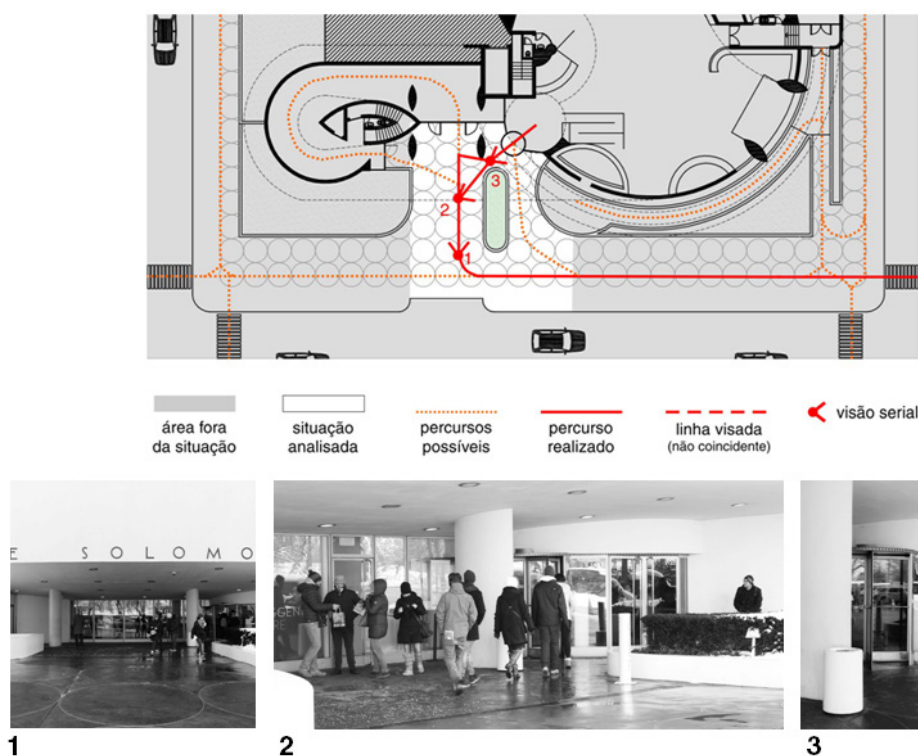


Figura 6: Largo de acesso – Guggenheim

Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Vê-se ali que o encaminhamento à direita, rumo à porta giratória do acesso principal, ocorre através de um estreitamento da passagem – decorrente do posicionamento próximo da floreira com relação ao pilar logo adiante –, o que acaba por confundir a percepção e dificultar o percurso do visitante (Figura 6 – 2, 3). Vê-se também que as indicações vindas da configuração espacial do térreo, que deveriam propiciar uma adequada leitura e compreensão da sequência espacial de acesso ao

museu, provocam desorientação.

Já a chegada ao largo de acesso do museu da FIC acontece de modo menos convencional, através de uma calçada elevada, distante do meio-fio, posicionada de modo adjacente ao edifício, meio metro acima do nível do leito de brita escura que se posiciona como calçada adjacente à autopista (Figura 7 – 1). Nesse percurso elevado, o visitante vê, logo adiante, o modo inusitado como essa calçada elevada é finalizada e, de fato, obstruída pela descida de uma das passarelas tubulares – uma situação que cria uma generosa caverna (Figura 7 – 2). De modo menos generoso, para ir adiante, em direção ao Barra Shopping, o visitante terá apenas o leito de brita como opção. Desde o ponto de vista da urbanidade – minimamente evidenciada por um calçamento utilizável – e da qualidade espacial desse espaço público, o largo de acesso ao museu é simplesmente um fim de linha.

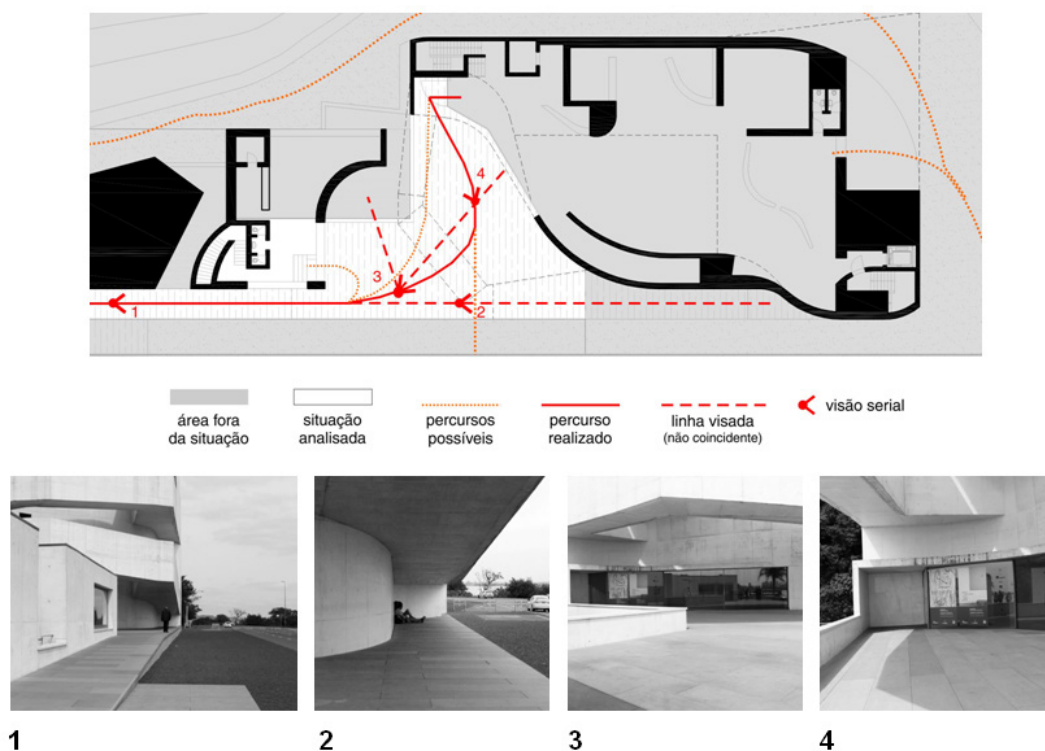


Figura 7: Largo de acesso – FIC

Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

O contato visual do visitante com esse espaço ocorre de modo progressivo, revelando um espaço despojado, quase árido, delimitado por formas brancas e semicoberto por uma das passarelas tubulares, dotando a situação de uma estranha monumentalidade cavernosa. Em posicionamento diagonal ao percurso, o visitante tem à sua frente um grande plano envidraçado com o nome da fundação, sugerindo que esteja ali a entrada principal (Figura 7 – 3). Entretanto, no andamento imediatamente subsequente, o visitante se dará conta de que se trata apenas de um painel de vidro fixo – quando o acesso de fato ao museu encontra-se mais à esquerda e bem menos visível, quase escondido, evidenciando a legibilidade precária da porta de acesso

(Figura 7 – 4).

Os grandes átrios

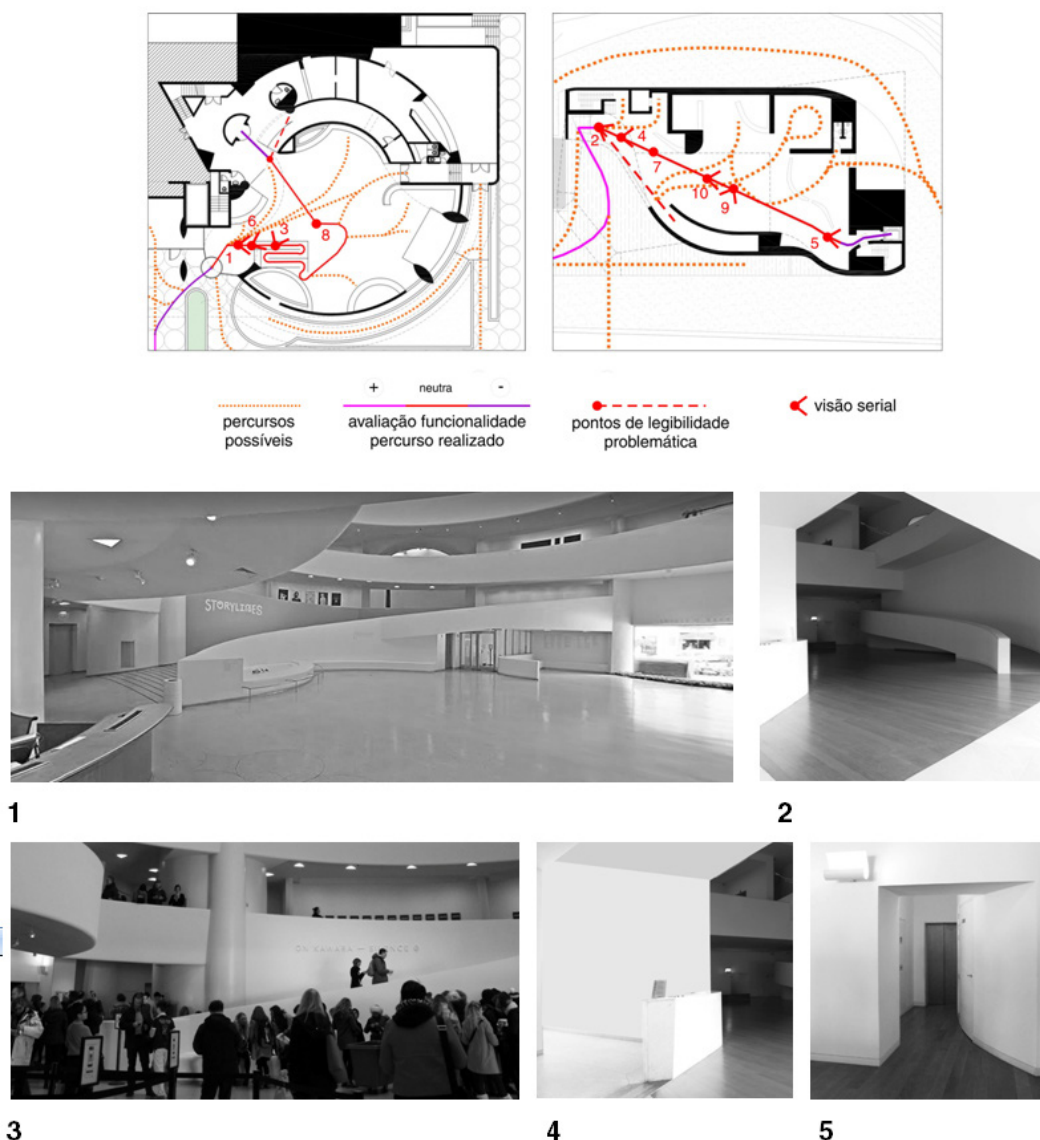


Figura 8: Átrios – Guggenheim e FIC

Fonte: Andrya Kohlmann e Google Interior View, 2016

Tanto no Guggenheim quanto no museu da FIC, o visitante, após a entrada, se depara com um grande espaço central no térreo, com um pé-direito monumental e um campo visual que oferece diferentes opções de percursos. Os diagramas abaixo mostram que, em ambos os casos, as rampas posicionadas nas laterais parecem convidar o visitante a iniciar por ali a sua caminhada (Figura 8 – 1, 2). Curioso é que, apesar das edificações claramente oferecerem as rampas aos visitantes, a orientação recebida na recepção é de que a visita aconteça a partir dos elevadores, devendo o visitante se dirigir aos últimos pavimentos, para se valer de um percurso descendente de visita.

Ainda assim, nos dois museus, os elevadores são acanhados e posicionados fora da rota natural de caminhada. No caso do Guggenheim, a visualização dos elevadores

nao é imediata a partir do ponto de acesso e tampouco clara desde o centro do espaço que é onde, aproximadamente, o visitante se encontrará após se desvencilhar do circuito interno de acesso (Figura 8 – 3). Já no museu da FIC, os dois elevadores estão absolutamente escondidos. Na imagem abaixo, o visitante tem um elevador bastante próximo de si, posicionado no entanto de modo parcialmente encoberto pelo balcão de informações mostrado na imagem. Um segundo elevador será encontrado no final do campo visual – mostrado escuro na mesma imagem – e posicionado de modo ainda mais escondido que o primeiro (Figura 8 – 4, 5). Como se vê, ambas situações têm legibilidade precária, e aceitar o encaminhamento recomendado exigirá do visitante alguma disciplina.



Figura 9: Átrios – Guggenheim e FIC

Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Já quanto à visualização da monumental espacialidade dos átrios, o Guggenheim exhibe, de modo explícito – na verticalidade circular do seu espaço central – o seu *modus operandi*, que se realiza espacialmente através da imponente espiral em rampa que conterà tanto a *promenade* quanto as exposições (Figura 9 – 6). A leitura é clara; forma e função dialogam. Desse ponto de vista, o museu da FIC mostra ao visitante um grande espaço vertical com a forma aproximada de um setor de cilindro que tem nas paredes em ângulo reto os espaços de exposições e, ao longo da parede em curva, as rampas que se estendem, estabelecendo a ligação entre os diferentes pavimentos de exposições (Figura 9 – 7). Ao contrário do Guggenheim, que apresenta ao visitante uma espacialidade clara, o cenário oferecido ao visitante do museu da FIC é um todo espacial complexo, onde o percurso deverá ser desvendado a cada passo.

direcionado via um reduzido hall de transição a um segundo espaço, através do qual ele visualiza, ao fundo, a parede lateral em curva do grande espaço central, parcialmente iluminada por um fecho de luz vindo de cima (Figura 11 – 1). Diferentemente da situação observada no Guggenheim, onde, ao sair do elevador no ultimo andar, rampas, espaço monumental e zenital se mostram imediatamente ao visitante –, aqui ele se depara com um cenário labiríntico, de difícil leitura, a ser explorado e descoberto. Seguindo o caminho da luz, chega-se a uma espécie de balcão (Figura 11 – 2), onde, do peitoril, têm-se uma visão abrangente das salas de exposição em todos os pavimentos (Figura 11 – 3).

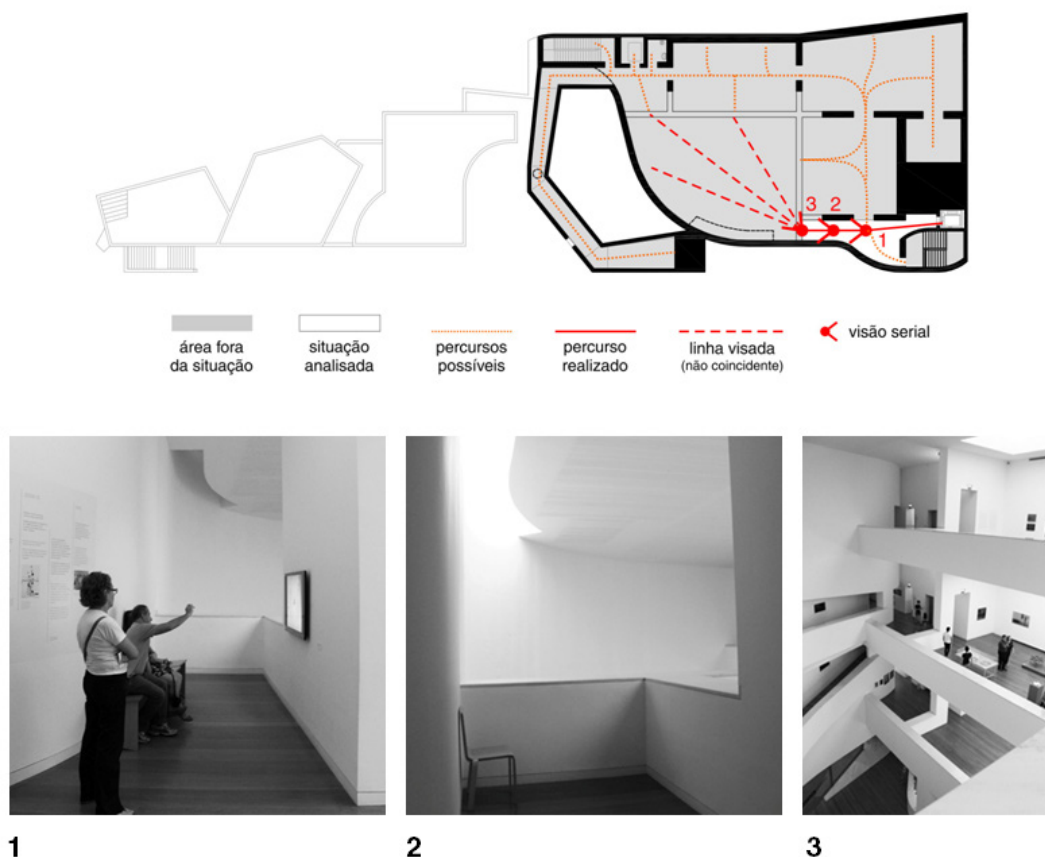


Figura 11: Acesso às exposições – FIC

Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Os espaços de exposição

Em seu percurso típico através dos espaços de exposição do Guggenheim, o visitante terá à sua frente a rampa em sutil descida emoldurada pela sequência de nichos com obras de arte à sua esquerda (Figura 12 – 1). Nesse momento, o vazio, à direita, se apresenta em segundo plano, ainda que muitos visitantes permaneçam na mureta, socializando e/ou simplesmente apreciando o espaço e as pessoas em movimento (Figura 12 – 2). O modo de distribuição espacial das exposições varia nos diferentes pavimentos de acordo com o tipo de acervo em exibição. O contato visual com os demais pavimentos através do vazio é permanente, criando no interior do

museu uma interessante e inusitada materialização de espaço público, que é reforçada pela visualização do céu, através da grande zenital.

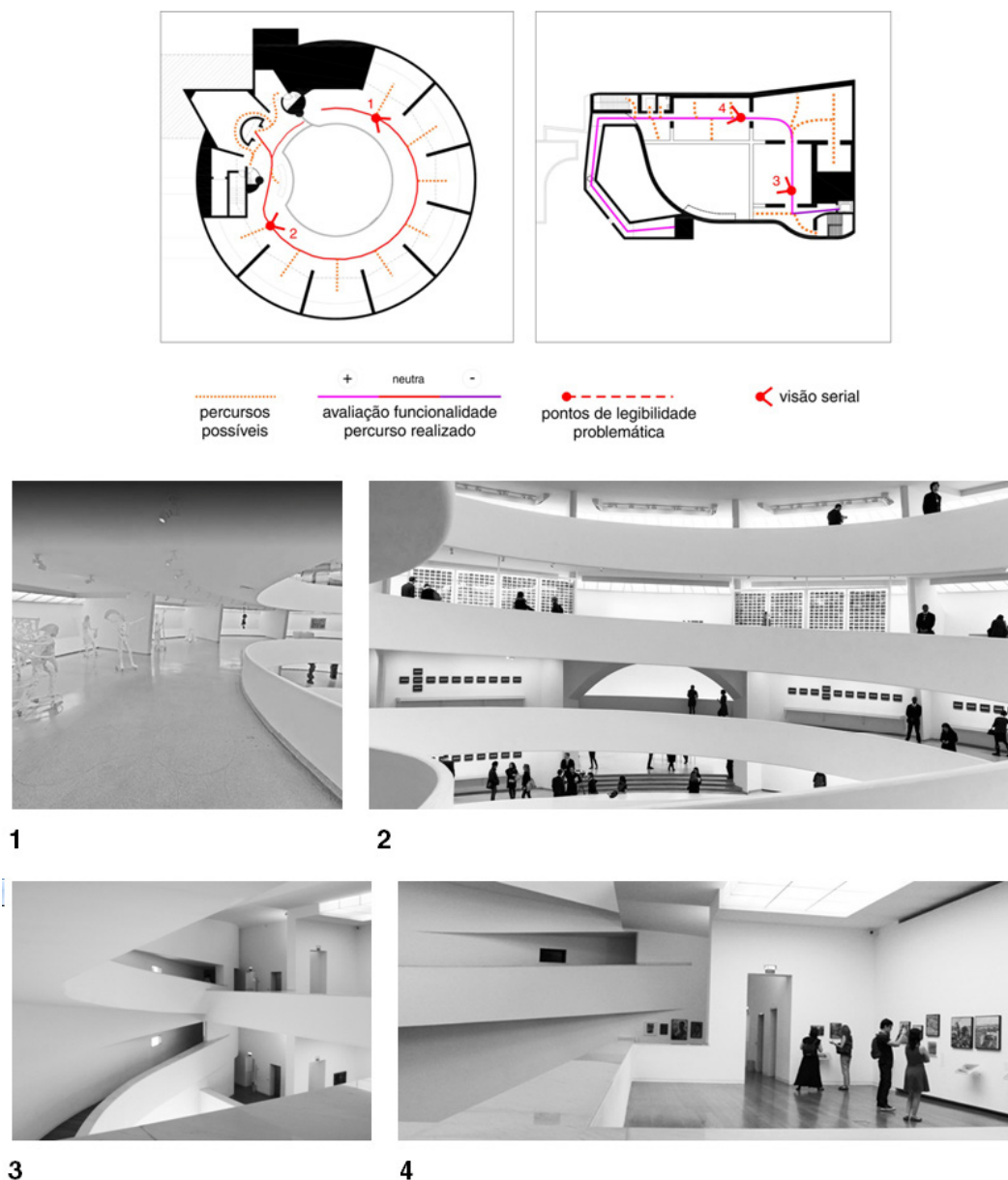


Figura 12: Espaços de exposição – Guggenheim e FIC

Fonte: Andrya Kohlmann e Google Interior View, 2016

Já em seu percurso típico de visitação do museu da FIC, o visitante terá   sua frente, a cada pavimento, uma seqüencia de três salas de forma aproximadamente retangular dispostas em L, e conectadas verticalmente por rampas e por passarelas tubulares. Ao longo da visitação, entretanto, a percepção espacial   outra. A ausência das paredes   esquerda (ou na quina, no caso da segunda sala) torna o espaço assimétrico, e a percepção de enclausuramento inerente ao conceito de *sala*, d  lugar a uma percepção de *balcão*; o visitante estaria em um largo *balcão* que se volta para o grande  trio (Figura 12 – 4). São espaços morfologicamente híbridos, onde o volume espacial da tradicional sala retangular   acoplado ao grande átrio através de uma seqüencia de *balcões*. Essa situação espacial coloca o visitante diante de duas

possibilidades de encaminhamento: rumar em direção ao peitoril, entregando-se ao desfrute espacial do átrio, ou apreciar as obras de arte em exposição nas demais paredes. Naturalmente a maior parte dos visitantes é atraída para o grande vazio, ficando ali por algum tempo, apreciando a espetacular espacialidade do edifício (Figura 12 – 3), o que parece evidenciar que, desde esse ponto de vista, a monumentalidade desse edifício como espaço de uso coletivo supera de longe a sua função como espaço de exposições. De modo análogo ao Guggenheim, desse peitoril o visitante pode apreciar o interior das demais salas. No entanto, curiosamente, têm-se aí integração visual entre salas e, em paralelo, restrição de acesso entre essas mesmas salas, em decorrência de um peitoril que funciona, ainda que baixo, como uma parede divisória.

As passarelas tubulares

Na sequência da visita ao museu da FIC, o visitante terá contato com passarelas tubulares, em uma experiência espacial inusitada, e provavelmente diferente de tudo o que se conheceu até então na arquitetura de museus e, tanto quanto se sabe, no âmbito da arquitetura em geral (Figura 13 – 1). Percebem-se ali as rampas tubulares como situações pensadas predominantemente para o desfrute espacial, ainda que sua função última seja a de vencer a diferença de nível entre os pavimentos de exposições. Tal função, o visitante logo se dará conta, é de longe transcendida ao longo desse percurso tubular insólito, pontuado por claraboias e janelas que se abrem de modo absolutamente errático e desconexo, ora para o Guaíba, ora para o concreto branco do próprio edifício, ora para laje de piso da passarela superior. Essas situações proporcionam ao visitante a sensação da mais absoluta desconexão espacial (Figura 13 – 2). Continuando a descida, o visitante voltará a ter contato com o grande átrio do museu e com as salas de exposições subsequentes, em um circuito contínuo ao longo de sua visita em descida (Figura 13 – 3, 4).

Em meio a esse passeio, o visitante se dará conta de que as passarelas tubulares são elas próprias obras de arte; grandes instalações *penetráveis* que se interpõem no sistema de circulação do edifício como intervalos ali posicionados com o propósito de deliberadamente romper com uma sequência de eventos que, de outro modo, seria pautada pela regularidade. As passarelas tubulares são agregadas ao percurso como interstícios que transformam o deslocamento objetivo do visitante – em sua busca de apreciação das exposições – em um deslocamento aberto à subjetividade, em que aqueles mais dotados de imaginação se permitem uma pausa, um abandono de rumo, um mergulho nas informações desconexas sugeridas pela comunicação do edifício com o exterior, resultando daí um percurso espetacular.

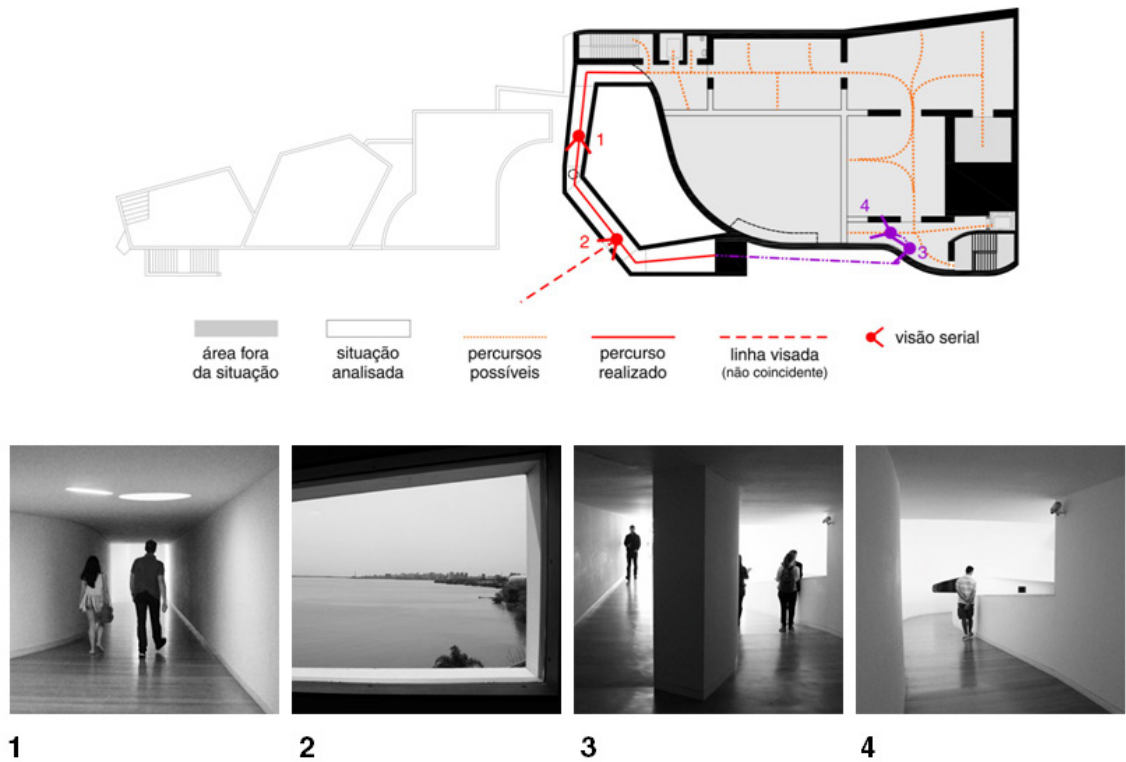


Figura 13: Passarelas tubulares – FIC

Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta o conjunto de análises acima procedido, percebe-se que a principal diferença entre esses edifícios – e que se sobrepõe a todas as semelhanças – é aquela de natureza configuracional, e estaria no modo como se estabelece a relação entre as zonas de exposição e os percursos em rampa. Enquanto no museu da FIC as rampas são elementos autônomos, posicionados à parte e visualmente desconectados dos espaços de exposição, no Guggenheim as próprias exposições acontecem ao longo do espaço das rampas, confundindo-se com elas, uma diferença fundamental no caráter que os planos inclinados assumem nos dois edifícios. No Guggenheim, o passeio do observador mostrou que, muito embora a integração espacial do museu em torno do átrio ofereça uma experiência agregadora e socialmente estimulante, a apreciação das obras ao longo desses planos inclinados acaba prejudicada. Por um lado, a inclinação do piso torna pouco confortável a apreciação em pé das exposições, e, por outro, a falta de estabilidade faz com que o visitante seja permanentemente impelido ao movimento, atitude que termina encontrando estímulo no intenso fluxo de público. Vê-se aí que a funcionalidade das rampas fica naturalmente prejudicada no momento em que a visualização das exposições é ofuscada pela predisposição natural de tais rampas ao movimento.

Já no museu da FIC, a apreciação das exposições através da disposição clássica de salas em linha entra, como vimos acima, em competição com a atratividade vinda das visuais propiciadas pelos balcões que se voltam para o grande átrio. Funcionalidade

e legibilidade tornam-se aí problemáticas. A visualização do acesso às passarelas tubulares mostrou-se igualmente problemática. No interior dos espaços tubulares, o visitante é transportado para uma situação de confinamento, em que o contato com o exterior é realizado através de aberturas desconexas que buscam colocar deliberadamente o visitante em um deslocamento de difícil compreensão. Pode-se dizer portanto que, muito embora esses edifícios tenham uma série de características formais-volumétricas em comum, eles são radicalmente distintos e opostos em termos dos respectivos arranjos espaciais. Ou seja, enquanto o Guggenheim de NY é um edifício que tem como fundamento a integração espacial associada a uma legibilidade absolutamente explícita, o museu da FIC é um edifício deliberadamente fundado na ambiguidade e que coloca o visitante em uma permanente percepção de desconexão espacial. Comparados os dois edifícios do ponto de vista do modo como ambos resolvem as suas respectivas relações entre forma e função, pode-se dizer que o museu da FIC seria uma paródia ou, se quisermos, uma sátira do Guggenheim de NY.

Um outro aspecto essencial visto acima, e de intenso contraste na comparação entre esses dois edifícios, se refere ao modo como eles se relacionam com seus respectivos entornos imediatos. Enquanto o Guggenheim se encontra imerso na cidade, proporcionando uma experiência de aproximação agradável ao visitante, o museu da FIC encontra-se isolado. Sua implantação considera a autopista de modo inadequado, prejudicando o acesso do visitante e, em consequência, a performance do museu como ativador social e cultural do seu entorno. Assim, o museu da FIC continua sendo, dez anos após a sua inauguração, um lugar quase imaginário para os porto-alegrenses, algo de que se tem notícia, mas que não faz parte do dia a dia da cidade.

Mesmo considerando que na comparação com o Guggenheim, cuja implantação é muito favorecida por estar em uma quadra central da cidade de Nova York, o museu da FIC seja prejudicado, o que se vê é o descaso com o visitante. Isso fica evidente no compartilhamento de espaço, assumido como natural, entre carros e pedestres na rampa que dá acesso ao estacionamento, e que resulta em um percurso de aproximação no mínimo insólito para um edifício público. Não esqueçamos de que essa é a única possibilidade de o visitante pedestre ou de o visitante usuário do transporte público chegarem ao museu. Em um edifício tão pródigo em rampas e passarelas, é curioso que a solução de acesso do pedestre não tenha se valido, e mesmo tirado partido, de recursos desse tipo na aproximação do público. Não se pode, no entanto, alegar que haja um favorecimento ao visitante motorizado – visto que esse também será necessariamente alvo dos elementos naturais, caminhando a céu aberto, antes de chegar ao edifício do museu. E o que dizer do pedestre que por ali passa e que é compulsoriamente conduzido ao passeio de brita solta que margeia a rodovia? Seria esse conjunto de espacialidades estranhas, recursos de arquitetura utilizados deliberadamente para provocar desconexão, desconforto e incômodo? Custoso crer.

Pode-se dizer, em conclusão, que, sendo os dois edifícios tomados como objetos

de estudo neste trabalho como paradigmas do imaginário arquitetônico, é natural que, ao longo do procedimento de análise acima relatado, tenha ocorrido o desmonte de imagens e verdades tidas como absolutas, construídas inconscientemente no mundo da arquitetura com base na admiração pelos autores e no contato com incontáveis fotos, documentários, livros e matérias de revista que documentam os ilustres edifícios. A ferramenta utilizada nesta tarefa de desmonte foi a pura e simples verificação da realidade concreta oferecida por esses edifícios em sua relação com o corpo em movimento. A descrição dessa espacialidade através do *método do observador*, ofereceu uma análise objetiva das diferentes condições experienciadas pelo visitante nesses edifícios, tendo em conta a *qualidade espacial* que é oferecida ao indivíduo, a partir do ponto de vista tomado neste trabalho. Em paralelo ao interesse temático deste artigo, por esmiuçar as entranhas de edifícios de tal modo emblemáticos, houve, ao longo do trabalho, por um lado, um interesse de desenvolvimento teórico envolvendo uma busca contínua de descrever de modo o mais detalhado possível os elementos constituintes da dita *qualidade espacial* e, por outro lado, um interesse de desenvolvimento metodológico, na busca de descrever do modo mais efetivo possível os *efeitos da arquitetura* sobre o observador em movimento, por meio de uma descrição articulada, utilizando diagramas, imagens e texto. Nesse sentido, entende-se que, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista metodológico, o procedimento acima utilizado, além de evidenciar um rico potencial descritivo, deixa um conjunto de possibilidades em aberto passíveis de serem implementadas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas. “Sobre o papel da caminhada na arquitetura”. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte: Cidade, Vol. 22, N. 31, pp. 97-115.

AGUIAR, Douglas. “Qualidade espacial: configuração e percepção”. **Políticas Públicas e Cidades**. Belo Horizonte: Cidade, Vol. 4, N. 1, pp. 8-28.

BALLON, Hillary; CARRANZA, Luis; KIRKHAM, Pat; LEVINE, Neil; MAREFAT, Mina; SIRY, Joseph; SPECTOR, Nancy; STIPE, Margo. **The Guggenheim: Frank Lloyd Wright and the making of the modern museum**. Nova York: Solomon R. Guggenheim Foundation, 2009.

CABRAL, Cláudia. “No lugar: o desenho de Siza para Porto Alegre”. **Arquiteturarevista**. São Leopoldo: Unisinos, Vol. 5, N. 2, pp. 84-91.

COMAS, Carlos Eduardo. “Il cielo brasiliano de Siza”. **Domus**. Milão: Editoriale Domus, N. 893, pp. 44-53.

CORONA MARTINEZ, Alfonso. **Ensayo sobre el proyecto**. Buenos Aires: Nobuko, 1998.

CULLEN, Gordon [1960]. **Townscape**. Londres: Architectural Press, 1971.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne; PEONIS, John; HUDSON, J. ; BURDETT, Richard. “Space Syntax: A different urban perspective”. **Architects´ Journal**. Londres: EMAP Publishing Limited, Vol. 178, N. 30, pp. 47-63

KEY, Sora; GROSS, Mark; YI-LUEN DO, Ellen. "Computing Spatial Qualities for Architecture". **ACADIA**. Minneapolis: University of Minnesota, Vol. 8, pp. 472-477

KIEFER, Flávio; CANAL, José Luiz; FIGUEIRA, Jorge; FRAMPTON, Kenneth; SEGRE, Roberto. **Fundação Iberê Camargo: Álvaro Siza**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LE CORBUSIER [1937]. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROSSO, Silvana. "Paredes retas e superfícies onduladas". **Arquitetura e Construção**. São Paulo: Abril, N. 171, pp. 40-51.

SCHMARSOW, August [1893]. The essence of architectural creation. In: [VISCHER, Robert; FIEDLER, Conrad; GOLLER, Adolf; WOLFFLIN, Heinrich; SCHMARSOW, August; HILDEBRAND, Adolf. **Empathy, Form, and Space, Problems in German Aesthetics: 1873-1893.**] Santa Monica: The Getty Center Publication Programme, 1994.

SERAPIÃO, Fernando. "Fundação Iberê Camargo". **Projeto Design**. São Paulo: ArcoWeb, N. 341, pp. 48-69.

VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ENTRE O SÍMBOLO DO FASCIO - O PAVILHÃO FASCISTA EM SÃO PAULO

Gustavo de Almeida Sampaio

Mestre em Arquitetura e Urbanismo

gustavosampaio@usp.br

RESUMO: O artigo tem por objetivo a apresentação do pavilhão fascista edificado na Exposição Comemorativa do Cinquentenário do processo de imigração ao Estado São Paulo no ano de 1937. Inserida em um cenário de outras Estruturas expositivas fascistas, este pavilhão evidencia o papel de relevância da cidade de São Paulo na política internacional do Fascismo Italiano durante os anos 30.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo, Pavilhões, Exposições Nacionais, São Paulo.

BETWEEN THE FASCIO SYMBOL – THE FASCIST PAVILION IN SÃO PAULO

ABSTRACT: The objective of this article is to present the fascist pavilion built in the Commemorative Exhibition of Fiftieth Anniversary of the process of immigration to the State of São Paulo in 1937. Inserted within a scenario of other fascist exposition structures, this pavilion shows the relevant role of the city of São Paulo in the international policy of Italian Fascism during the 30's.

KEYWORDS: Fascism, Pavilions, National

Exhibitions, São Paulo.

INTRODUÇÃO

Alguns pavilhões possuem uma merecida posição de destaque na historiografia da arquitetura moderna, postura esta concretamente evidenciada, já que as obras se encontram reconstruídas, pelo pavilhão projetado por Mies van der Rohe para Feira Mundial de Barcelona de 1929 e pelo pavilhão do L'Esprit Nouveau, projetado por Le Corbusier para Exposição de Arte Decorativa de Paris de 1925.

Na historiografia nacional, essa valorização é facilmente sentida nas análises sobre o pavilhão projetado por Lucio Costa e Oscar Niemeyer para a Feira Mundial de Nova Iorque (1938) que tendem a atribuir à estrutura como sendo o marco da parceria entre os arquitetos e a consolidação da Escola Carioca de Arquitetura.

Para Cohen (2015, p. XXVI), a importância atribuída pela historiografia da arquitetura a pavilhões encontra-se no fato de tais obras expressarem, já que são – ao menos a princípio – de cunho estritamente efêmero, uma potente e clara carga retórica e discursiva.

[...] Pavilions occupy a singular place

within the modern architecture [...]. the most revealing feature the pavilions share is their rhetorical status.

The operations they perform are invariably discursive. They aim at being edifying, though the presentation of national narratives, and the careful editing of realities they represent.

Direcionado por este cenário, o presente artigo tem por objetivo apresentar o pavilhão fascista italiano edificado na cidade de São Paulo, no ano de 1937, na Grande Exposição Comemorativa do Cinquentenário do Processo de Imigração ao Estado.

Mesmo que ligado ao panorama dos pavilhões previamente citados e apresentando uma evidente carga retórica, esta obra ainda permanece não contemplada nos estudos históricos da arquitetura moderna nacional, sendo assim rica sua apresentação.

Devido à falta de estudos que impossibilita o uso de análises consolidadas, será aqui utilizado, como principal fonte documental, um conjunto de textos jornalísticos publicados pelos o Correio Paulistano, o Correio de São Paulo e o Estado de São Paulo. O resgate destes artigos é significativo por eles apresentarem um rico testemunho deste panorama material e social.

Esses textos, [...], apesar de serem considerados exemplares de um “gênero menor”, são na verdade uma literatura mais próxima de nós e mais humanizada, por tratarem de forma mais livre os assuntos cotidianos e talvez sem importância, mas também os temas que animavam o debate artístico. [...]. Portanto, o interesse em recuperá-las está no fato de elas nos fornecerem uma espécie de testemunho vivo do panorama material e espiritual vivido [...] naquele tempo. (SILVA; CASTRO, 2014. p.27)

O USO DO FASCIO NOS PAVILHÕES FASCISTAS ITALIANOS:

Como a obra edificada na cidade de São Paulo estava ligada a outras estruturas expositivas fascistas, torna-se previamente necessário fazer a apresentação do pavilhão (Figura 01) da Mostra da Revolução Fascista de 1932, já que esta obra norteou a composição e discursos que foram posteriormente empregados na exposição paulista.

Projetado pelos arquitetos racionalistas Adalberto Libera e Mario De Renzi, este pavilhão, na verdade uma grande fachada/invólucro que revestia o edifício eclético de autoria de Pio Piacentini, pai de Marcello Piacentini, do Palazzo delle Esposizioni em Roma, foi descrito quando de sua inauguração pela revista Rassegna Italiana e pela poderosa crítica de arte Margherita Sarfatti, como sendo o primeiro e o melhor experimento da arquitetura moderna na Itália e a correspondência perfeita entre os propósitos históricos e morais do Fascismo com a arquitetura moderna. (ETLIN, 1991, p.227; BRAUN, 2003, p.188)



Figura 01: Fachada da Mostra da Revolução Fascista, Roma (1932)

Fonte: Archivo Centrale dello Stato. <http://dati.acs.beniculturali.it/MRF/>

Seguindo as demandas de Mussolini, que ordenou à organização que o pavilhão fosse “ [...] cosa d’oggi, modernissima [...] e audace, senza malinconici ricordi degli stili decorative del passato” (BRAUN, 2003, p.189), ele era formado por um grande volume cúbico central de 30 metros de altura pintado em vermelho pompeiano (escuro), com objetivo de evocar e vincular a tradição romana ao espírito revolucionário do fascismo. Sendo ladeado por dois outros volumes horizontais, pintado de branco e coroados com cifras decimais romanas do “X” para marcar o período de uma década da Marcha sobre Roma (1922), este pavilhão deveria expor “con la sua purezza geometrica la sintesi della concezione totalitaria e integrale del Regime fascista”. (GENTILE,2007, p.169)

Como nos principais edifícios públicos do período, ele apresentava uma forte carga monumental obtida, principalmente pelo seu grande arco pleno que funcionava como acesso principal às várias salas da mostra.

Apesar destas características, o componente mais marcante do pavilhão, e que acabou por direcionar e ser replicado em outras obras, foi o uso de grandes símbolos do *Fascio Littorio* como elemento arquitetônico. Com 25 metros de altura e revestido em placas de metal oxidado, estes quatro símbolos geometrizados integralmente aplicados à fachada vermelha do pavilhão eram os elementos mais visíveis e contundentes de exaltação da Revolução, do Fascismo e de Mussolini.

La mostra della Rivoluzione, forse proprio per la sua monumentalità contingente e per l'esigenza di effetto immediato sulla folla dei visitatori, fu l'esperimento più spregiudicato di rappresentazione della nuova romanità fascista attraverso un'originale versione modernistica della simbologia romana, dagli enormi fasci della facciata alle frequenti allusioni alla romanità antica lungo il percorso della mostra, allusioni in stile futuristico ed espressionista, con nessuna traccia di tradizionalismo neoclassico. (ibid, 2007, p.174)

O sucesso do evento foi tão grande, tendo recebido 4 milhões de visitantes durante os dois anos da mostra, que esta composição monumental, embasada pelo uso de grandes fascios como meio de exaltação e representação do Fascismo, passou a ser replicada – com algumas diferenças – em outros pavilhões fascistas. Sendo que no ano seguinte (1933) (Figura 02), ela foi aplicada no pavilhão italiano na Feira Mundial de Chicago e novamente direcionada por Mussolini, que ordenou “o motivo da mostra da Revolução” (ETLIN, 1991, p.227) na Exposição Universal de Bruxelas em 1935 (Figura 03).



Figura 02: Pavilhão na Exposição internacional de Chicago 1933.

Fonte: <http://www.expo.rai.it/storia-del-padiglione-italia/>



Figura 03: Pavilhão na Exposição internacional de Bruxelas 1935.

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/499477414904355225/>

A GRANDE EXPOSIÇÃO EM SÃO PAULO E O PAVILHÃO ITALIANO:

Ligada e contemporânea a estes eventos está a Grande Exposição em São Paulo, (Figura 04). Tendo por objetivo ser uma a exposição Agrícola, Industrial, Artística e Histórica, a mostra tinha por objetivo prestar uma homenagem ao Cinquentenário do Processo Migratório ao estado de São Paulo.

[...] São Paulo irá comemorar festivamente o cincoetenario da Immigração Official em São Paulo [...] O colono imprimiu a São Paulo nova directrizes. Os homens vindos da costa do Mediterrâneo, sóbrios e tenazes, empreendedores, não se limitaram á agricultura. Expandem-se por todos os ramos de atividades, artes, commercio e indústria. A todos os sectores levam a sua contribuição. A civilização de S. Paulo sem, que se apaguem as linhas mestras originaes, enriquece-se em todos os sentidos graças a esse contingente revitalizador.

Tal é o acontecimento máximo da grande história econômica do Estado, que vae ser agora festejado. Será alli passado em revista o meio século de actividade dos colonos estrangeiros na nossa terra. Não apenas o italiano, mas o syrio, o polonez, o hungaro, o portuguez, o hespanhol, allemão, o lithuano, o rumeno, o bessarabio [Romeno], o austríaco, o tchescolovaquio, em summa, toda a gamma racial riquíssima que hoje torna S. Paulo o centro mais cosmopolita da America do Sul, será alli representada e glorificada. (Grande Exposição de S. Paulo- comemorativa do cincoetenario da Immigração Official, O Imparcial, 27 de fevereiro 1937, p.12)

Inaugurada no dia 08 de maio de 1937, por meio de um ato oficial que contou com a presença de ministros, vereadores e do arcebispo metropolitano, a Grande Exposição foi promovida no parque Dom Pedro II, na região central da cidade, e além dos pavilhões oficiais, como o da Secretaria da Agricultura, do Café, do Estado, do Município e de indústrias locais, contou com estruturas temáticas e de recreação, como o pavilhão Bávaro, de iniciativa do Companhia Antártica Paulista, que servia como salão de festa, uma cantina italiana, uma adega Portuguesa, um parque de diversão e uma fonte luminosa.

Juntamente a estas estruturas, e assim dando um caráter “internacional” à mostra, somava-se o pavilhão japonês e – sendo o objeto do artigo – o italiano. Sobre o pavilhão nipônico, o jornal Correio de São Paulo relata:

Destaca-se logo pela graça das suas linhas e o encanto de sua architectura, o Pavilhão Japonês organizado pelo srs Alfredo K. Yokomizo e Walter Tanaka. Este pavilhão, á principio, estava destinado somente aos artigos produzidos por firmas nipponicas aqui installadas. Devido á premência de tempo, porém foi aproveitado para a apresentação, também dos artigos importados do grande Imperio.

Alli, num ambiente poético no meio de cerejeiras em flôr, coloridas lanternas e suggestivos paraventos teremos uma ligeira ideia do espirito de laborisidade que caracteriza o japonês [...] (A homenagem de S. Paulo ao braço estrangeiro-inaugura-se hoje a Grande Exposição do Cincoentenario da Immigração Official – A colaboração do trabalhador estrangeiro no progresso de S. Paulo - A inauguração do pavilhão da Itália, Correio de São Paulo, 08 de maio de 1937, p.03)

Como já apontado, a outra nacionalidade a possuir um pavilhão na mostra paulista era a italiana e, pelo grande número de coberturas, pode-se afirmar que ele era retratado à população paulista como um dos grandes atrativos da exposição.

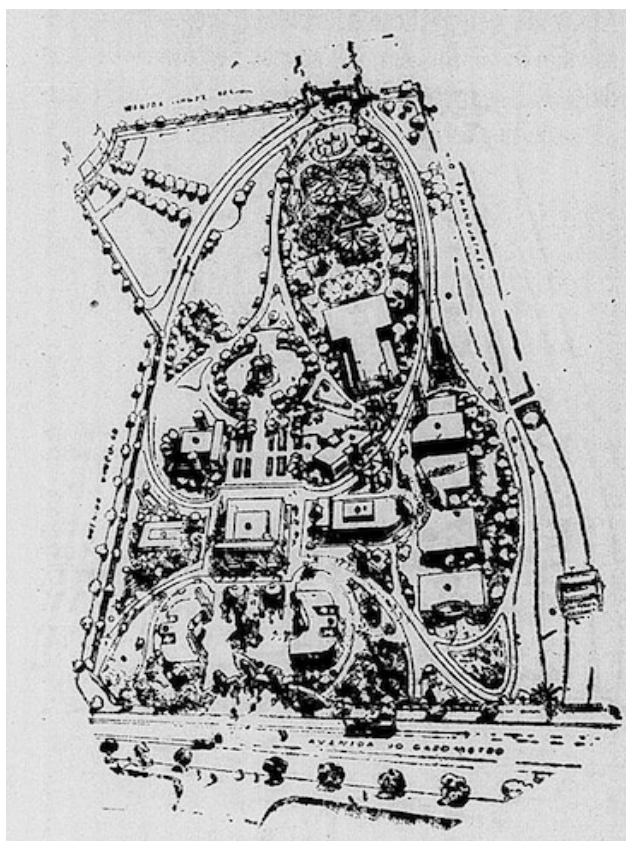


Figura 04: Implantação da Grande Exposição de São Paulo.

Fonte: O Imparcial, 27 de fevereiro 1937, p.12

Edificado em um momento em que a Itália fascista buscava apoio internacional devido às consequências da Guerra da Abissínia (1935-36) atual Etiópia e sendo diretamente vinculado ao movimento moderno do Novecento italiano, o pavilhão foi edificado logo na entrada da exposição juntamente com o pavilhão municipal e estadual.

Foi seu autor o arquiteto italiano Ettore Rossi (1894-1968), que também projetou o pavilhão de Ótica, Química e Turismo na Exposição Internacional de Bruxelas de 1935, o restaurante inserido no pavilhão italiano de autoria de Marcello Piacentini, na Exposição Internacional de Paris de 1937 e o restaurante na Exposição Universal de Roma de 1942 (PANDOLFI, 2013, p.69) e sua montagem ficou a cargo do engenheiro italiano, vindo especialmente para a tarefa, Mario Romano.

Honrosa para São Paulo é a presença do Governo Italiano às comemorações do cincoetenário da imigração oficial. Na parte fronteiria ao local onde se ergue o pavilhão municipal, está o Pavilhão da Itália, construção majestosa, sob o projecto do architecto Ettore Rossi, que acaba de obter o primeiro premio da architectura na Exposição de Paris, está sendo montado sob a direção do tecnico Renzoni e do eng. Mario Romano.

A parte artística do mesmo está confiada ao prof. Roberto Vighi, inspector de Bellas Artes do Ministério de Educação de Roma. [...]. (A Grande exposição de São Paulo- espetáculo maravilhoso que será o grande certame do Parque Pedro II – Os pavilhões do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal e do Governo da Itália, Correio de São Paulo, 28 de abril, p.01)

Cobrindo uma área de 700 metros quadrados e sendo composto por três corpos, o pavilhão era retratado pela mídia da época como sendo uma “Verdadeira obra prima da architectura moderna [...] [que] impressiona pela majestosa harmonia das suas linhas traçadas dentro dos rumos que o fascismo imprimiu à architecteura italiana [...] [e ele] foi aprovado pessoalmente por Mussolini [...]” (A homenagem de S. Paulo ao braço estrangeiro- inaugura-se hoje a Grande Exposição do Cincoentenario da Imigração Official – A colaboração do trabalhador estrangeiro no progresso de S. Paulo - A inauguração do pavilhão da Itália, Correio de São Paulo, 08 de maio de 1937, p. 03)

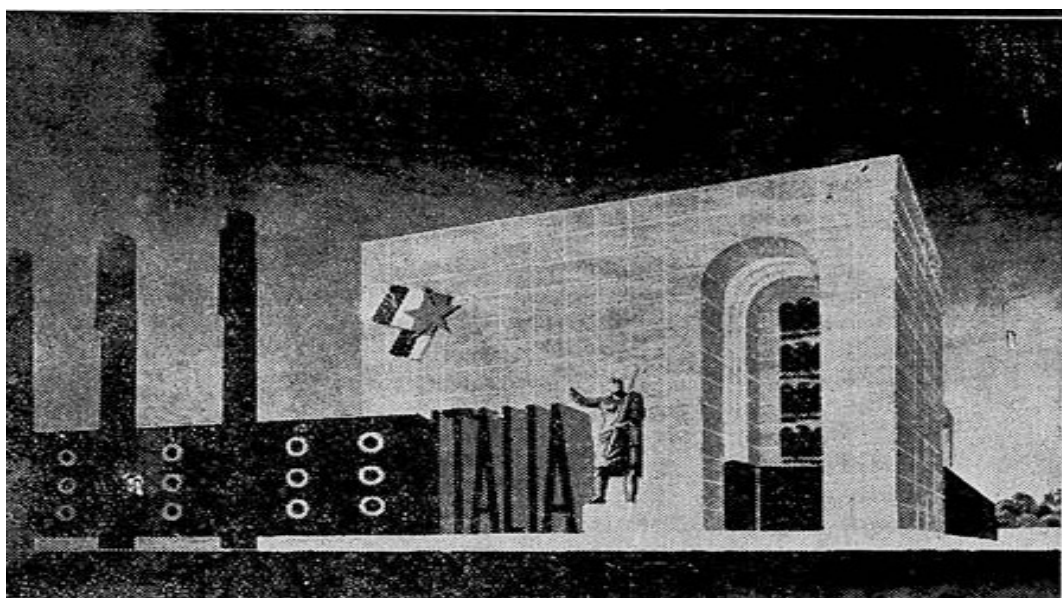


Figura 05: Elevação do Pavilhão Fascista, com os Fascios à frente.

Fonte: Correio de São Paulo, 28 de abril, p.01.

Pelas imagens disponibilizadas nos textos, vê-se que o pavilhão possuía uma composição semelhante àquela empregada na Mostra da Revolução Fascista de 1932. Composto por um grande volume cúbico de 13 metros de altura, ele era decorado por quatro relevos de águias romanas e uma bandeira nacional. Este volume, o principal corpo do pavilhão, tinha acesso por meio de um grande arco pleno e, em contato com a obra edificada em 1932, este elemento conferia uma forte carga monumental à composição.

Apesar destas semelhanças, uma das características mais marcantes que insere diretamente o pavilhão paulista no cenário dos outros pavilhões fascistas é a utilização de grandes símbolos do Fascio como elemento concreto de representação e exaltação

do Fascismo. Colocado à frente, e assim evidenciando claramente o discurso político do pavilhão, pode-se inferir pela imagem, já que os símbolos apresentavam o mesmo gabarito que a estrutura, que eles possuíam algo entorno de 13 metros de altura.

Apesar de nenhuma análise voltar-se especificamente sobre a construção destes Fascios em solo paulistano acarretando assim a certas lacunas, a somente comprovação da construção destes elementos demonstra como o Fascismo italiano pretendia se fazer presente e evidenciar-se na exposição e em solo paulista.

O pavilhão, que ainda era decorado com a inscrição Itália e com uma alvenaria, aparentemente, decorada com elementos circulares, era arrematado pela réplica 5,50 de altura da estátua de Augusto de Prima Porta (AHM, 2008). Sendo comemorado em Roma o bimilenário do imperador por meio da “Mostra Agustea della Romanità”, a escultura, depois do evento, como um presente do próprio Mussolini, foi oferecida à cidade de São Paulo.

Na parte fronteira ao Pavilhão italiano, será collocada uma estatua, reprodução exacta da estatua de Augusto, pertencente ao Museu do Vaticano, e que hoje se encontra na Via dell’Imperio.

Essa estatua sera offerecida a S. Paulo, como presente pessoal do sr. Mussolini. E o presente da estatua de Augusto é tanto mais oportuno quanto ocorre este anno o segundo millenio do fundador do Imperio Romano. (Cincontenario da imigração official, O Estado de São Paulo, 30 de março de 1937, p.09)

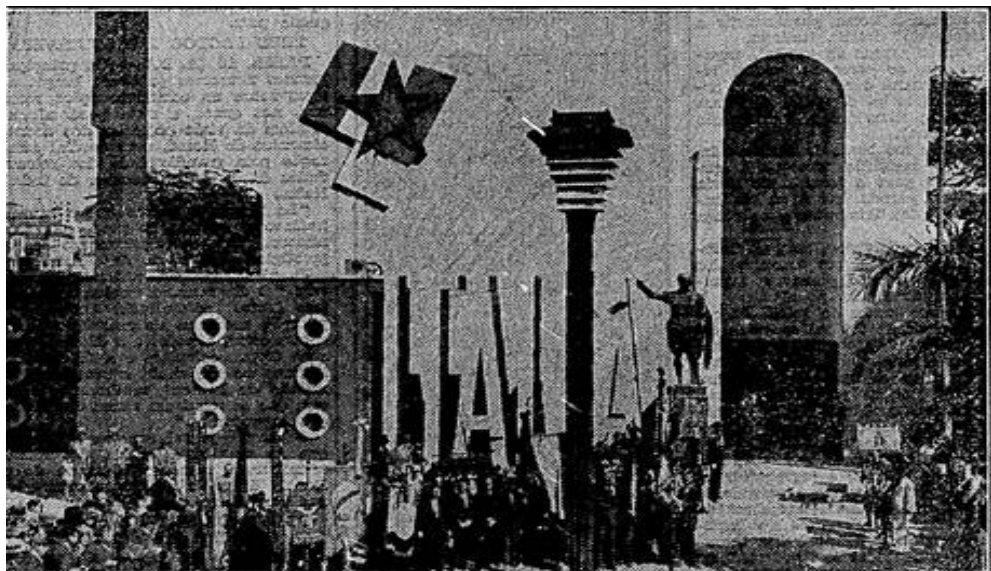


Figura 06: Fotografia da abertura do Pavilhão com a escultura de Augusto.

Fonte: Correio Paulistano, 09 de maio de 1937, p.02.

Com relação ao seu revestimento externo, as coberturas jornalísticas apontam que seus materiais vieram da Itália e que ele foi construído em torno de 30 dias, porém, não é especificado que tipo de fechamento foi empregado no pavilhão. Todavia, devido ao caráter efêmero da obra e por ser uma técnica construtiva utilizada em outras exposições promovidas no Brasil, pode-se inferir que o fechamento da estrutura

era em placas de estuque. Esta afirmação é reforçada pela imagem (Figura 07) disponibilizada pelo Correio Paulistano de 23 de abril de 1937, onde é demonstrado o processo de fechamento do pavilhão. Como curiosidade, vale apontar que esta etapa da construção contou com uma “[...] solenidade da cobertura do Pavilhão da Itália” na qual “Aos presentes oferecido [uma] mesa de sandwiches e bebidas”. (Revestiu-se de Grande Brilhantismo a Cerimônia da cobertura do Pavilhão Italiano na Grande Exposição de São Paulo, Correio Paulistano, 23 de abril de 1937, p.03).

Relativo à estrutura empregada no pavilhão, é apontando que ele foi edificado sobre uma fundação de concreto armado. Já sobre os elementos de sustentação, novamente a imagem (Figura 07) disponibilizada pelo jornal paulista demonstra, pela trama das tesouras e pela delgadeza destes elementos, que ele, aparentemente, foi construído em estrutura de madeira.

Embora o material destinado a essa construção tenha chegado a esta capital a há poucos dias e seja o Pavilhão italiano construído todo com base de cimento armado, as obras estão quasi promptas, revelando uma notável disposição de trabalho e eficiência dos technicians que o dirigem, á frente dos quais se encontra o engenheiro G. Renzoni.

Hontem á tarde, já todo o arcabouço do Pavilhão se preparava para amanhã ou depois receber a cobertura (Grande Exposição de São Paulo- visita do Consul da Itália- O Pavilhão Bavaro, para festas, Correio Paulistano, 4 de abril de 1937, p. 08)

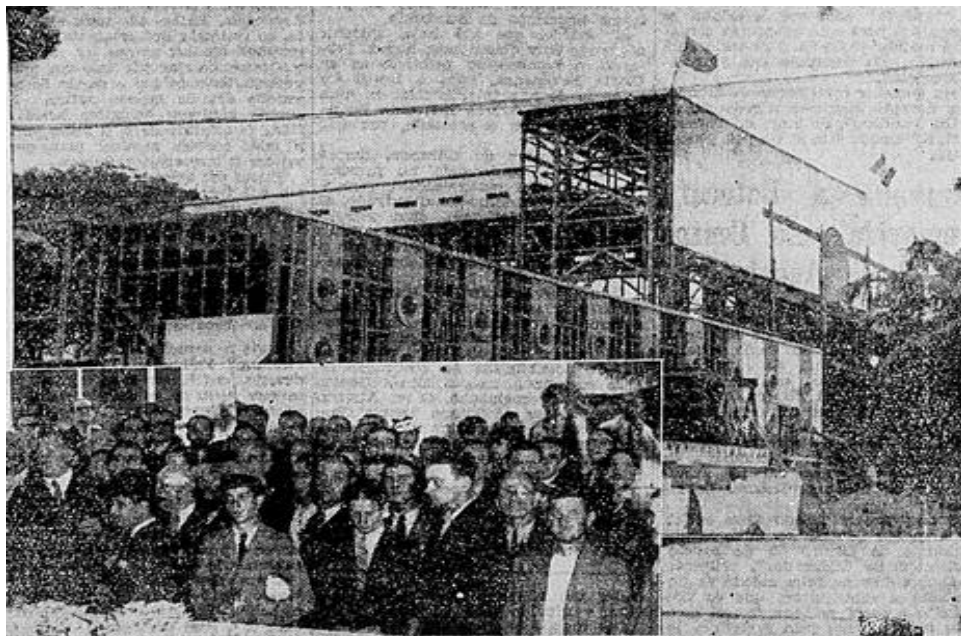


Figura 07: Fotografia do processo de fechamento do Pavilhão.

Fonte: Correio Paulistano, 23 de abril 1937, p.03

Outro aspecto mencionável do pavilhão era sua parte artística. A cargo do Prof. Roberto Vighi, que era inspetor de Belas Artes do Ministério da Educação da Itália e um dos organizadores da “Mostra Augustea della Romanità”, todo o conteúdo exposto à população paulista foi estruturado em seções temáticas (obras públicas,

urbanismo, artes plásticas e indústria) e ele foi apresentado aos visitantes por meio de “grandes fotografias” e maquetes. Este cuidado curatorial evidencia o interesse da Itália Fascista com o pavilhão e como Mussolini se utilizou desse momento para se autopromover e angariar apoio à sua causa.

Essa parte, muito desenvolvida constará de duas vastas secções, uma de arte pura e arte aplicada. Na primeira teremos pintura, escultura e gravura, numa mostra interessantíssima cujos trabalhos apresentam as assignaturas dos artistas mais em evidencia e de maior renome da arte italiana. As telas dos pintores representam uma rara collecção das mais sugestivas paisagens da Italia.

Na segunda secção, de arte aplicada, serão apresentados tecidos [...] cerâmicas, etc. [...] O Pavilhão Italiano destinado a apresentar o actual desenvolvimento da Italia em todos os ramos das atividades humanas, contará outras secções igualmente interessantes. Na parte de assistência social, por exemplo, mediante gráficos, “maquetes” e construcções plásticas, teremos diante dos olhos todo o panorama da assistência social que a Italia atingiu a um grau admirável. [...]

Na secção de Obras Públicas, representadas em “maquettes”, poderemos apreciar a obra gigantesca realizada pelo governo italiano nas regiões palustres da península, assim como a Cidade Universitária que é uma das maiores realizações [...] do grande paiz amigo.

Ahi veremos também as auto-estradas, perfeitas, que ligam todos os grandes centros industriaes do paiz, o porto de Genova, seu principal escoadouro de produtos, e também um trem aerodynamicos desses que devoram as distancias cortando a península de Turim á Sicilia. (Cinquentenário da imigração official, O Estado de São Paulo, 30 de março de 1937, p.09)

Apesar dos jornais não disponibilizarem nenhuma foto do interior do pavilhão pode-se inferir, já que se as mostras eram contemporâneas e tinham o mesmo organizador, que ele era muito similar ao encontrado/montado na “Mostra Augustea della Romanità”. (Figura 08)



Figura 08: Interior da “Mostra Augustea della Romanità”, Roma, 1937.

Fonte: <http://www.museociviltaromana.it>

À guisa de conclusão, a inauguração do pavilhão foi feita pelo Conde Guido Romanelli e pelo Cônsul Castruccio, por meio de um banquete e uma recepção promovidos no Hotel Esplanada. Falando as autoridades paulistas e à alta sociedade ali presente, o Conde afirmou:

A minha missão tomou forma no pavilhão pelas linhas de romana simplicidade e pelo conteúdo significativo e escolhido que esta manhan [sic] foi inaugurado [...] pavilhão que espero corresponda plenamente á expectativa de São Paulo e ao posto de honra que a Comissão lhe reservou no Parque D. Pedro II. [...]

Isto é a expressão palpitante da Italia de hoje que sob [...] a guia do “duce” Benito Mussolini, exerce na Europa e no mundo as suas funções de grande potencia que deseja sinceramente a paz para si e para os que quer trabalhar e produzir para o bem estar do seu povo e em fraterna collaboração com os outros, mesmo na sua grande missão de colonisar e civilizar o seu Imperio. [...] (Grande exposição de S. Paulo - a inauguração do pavilhão italiano – O banquete oferecido pelo conde Romanelli ao sr. governador do Estado, altas autoridades e á sociedade paulistana- Os discursos proferidos, O Estado de São Paulo, 11 de maio de 1937, p.10)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de certas lacunas, por meio desta apresentação fica possível tecer algumas declarações, sendo que a de maior evidência é sobre a inserção da cidade de São Paulo e conseqüentemente do Brasil no cenário de grandes exposições. Tal ponto, apesar de simples, é de bastante riqueza à historiografia nacional, já que os estudos tendem a colocar o Brasil, as exposições nacionais e sua arquitetura como secundárias em seus apontamentos.

Especificamente sobre o pavilhão italiano, os textos aqui trabalhados assim como as imagens demonstram como ele era diretamente ligado a outras estruturas expositivas fascistas, principalmente àquela construída para a Mostra da Revolução de Fascista em 1932. Este fato torna-se de mais fácil percepção pelo o uso de grandes símbolos do Fascio como meio de valorização e apologia ao Fascismo.

Novamente, a constatação da construção deste elemento insere a cidade de São Paulo em um hall de grandes cidades mundiais, como Roma, Chicago e Bruxelas, que também tiveram, na década de 30, um pavilhão fascista decorado por grandes símbolos do Fascio.

Tocante ao uso político do pavilhão, os textos e relatos demonstram como a estrutura e sua arquitetura serviram como meio de profusão do ideário fascista à população paulista, que era tida dentro do panorama global como de importância ao Fascismo.

Em suma, apesar de breve e com algumas omissões, a apresentação deste evento possibilitou que se evidenciasse a construção de um pavilhão não amplamente contemplado nos estudos da história da arquitetura nacional.

REFERÊNCIAS

AHM- Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. **A propósito de uma obscura passagem de Tristes Trópicos ou um pequeno recanto perdido na cidade de São Paulo da década de 1930- 2008:** Disponível em: < <http://www.arquiamigos.org.br/info/info16/i-inter.htm>> Acessado em :10 maio 2018.

BRAUN, E. Mario Sironi- **Arte e politica sotto il fascismo**. Torino: Bollati Boringhieri, 2003.

ETLIN, R. A. **Modernism in Italian architecture, 1890-1940**. Cambridge: The MIT Press, 1991.

COHEN, J. L. Foreword to Architecture of great expositions 1937-1959: Message of peace, images of war. In: DEVOS, R; ORTENBERG, A; VLADIMIR P. (eds.) **Architecture of great expositions 1937-1959: Message of peace, images of war**. 1 ed. Manchester: Ashgate, 2015.

GENTILE, E. **Fascismo di Pietra**. Bari: Laterza & Figli, 2007.

MAGALHÃES, A, G. (Org.). **Classicismo, Realismo, Vanguarda: Pintura Italiana no Entreguerras**. São Paulo, Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, 2013.

_____. **Pintura Italiana do entreguerras nas Coleções Matarazzo e as origens do acervo do antigo MAM- arte e crítica de arte entre Itália e Brasil**. 2014. 157 f. Tese (Livre-docência em História da Arte) - Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PANDILFI, E. **Ettore Rossi (1984-1968) - architetto del movimento moderno**. Pesaro: Metauro, 2013.

PELEGRINI, A. C. S. **Bolonha, Barcelona, Firminy: quando o projeto é patrimônio**. In: ARQTEXTO (UFRGS), v. 12, p. 202-237, 2008.

SAMPAIO, G. A, **Tradição e modernidade- o Novecento em São Paulo**. 2017. 305 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. **O Novecento e o jornais: a representação de um modernismo**. In: Anais DOCOMOMO Brasil ARQUITETURA E URBANISMO DO MOVIMENTO MODERNO patrimônio cultural brasileiro: difusão, preservação e sociedade, 12. 2018, Uberlândia, MG.

SEGAWA, H. **Arquitetura no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1997.

SILVA, Joana. Mello de Carvalho. CASTRO, Ana Claudia Veiga. **Inventar o Passado, construir o Futuro: São Paulo entre nacionalismos e cosmopolitismos nas primeiras décadas do século 20**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP, São Paulo, v.21, n. 36, p. 24-56, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300009>.

JORNAIS:

A Grande exposição de São Paulo- espetáculo maravilhoso que será o grande certame do Parque Pedro II – Os pavilhões do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal e do Governo da Itália, Correio de São Paulo, 28 de abril, p.01.

A homenagem de S. Paulo ao braço estrangeiro- inaugura-se hoje a Grande Exposição do Cinquentenario da Imigração Oficial – A colaboração do trabalhador estrangeiro no progresso de S. Paulo - A inauguração do pavilhão da Itália, Correio de São Paulo, 08 de maio de 1937, p.03.

Cincontenario da imigração oficial, O Estado de São Paulo, 30 de março de 1937, p.09.

Grande exposição de S. Paulo - a inauguração do pavilhão italiano – O banquete oferecido pelo conde Romanelli ao sr. governador do Estado, altas autoridades e á sociedade paulistana- Os discursos proferidos, O Estado de São Paulo, 11 de maio de 1937, p.10.

Grande Exposição de S. Paulo- comemorativa do cincoetenario da Imigração Official, O Imparcial, 27 de fevereiro 1937, p.12.

Revestiu-se de Grande Brilhantismo a Cerimônia da cobertura do Pavilhão Italiano na Grande Exposição de São Paulo, Correio Paulistano, 23 de abril de 1937, p.03.

A POESIA CÊNICA DE FLÁVIO IMPÉRIO: BREVE ANÁLISE DA CENOGRAFIA DE 'ROSA DOS VENTOS', DE MARIA BETHÂNIA (1971)

Carlos Eduardo Ribeiro Silveira

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Projeto, História e Teoria, Juiz de Fora, MG.

RESUMO: Este texto visa à análise acerca de parte de material recuperado referente ao trabalho do arquiteto, artista e cenógrafo Flávio Império, especificamente entre os anos de 1971 e 1977, com maior ênfase, num primeiro momento, no show “Rosa dos Ventos”. O recorte temporal foi delimitado levando-se em consideração a temática presente na cenografia e concepção dos espetáculos concebidos por ele para Maria Bethânia, que se conectavam diretamente com as questões de resistência à Ditadura Militar. Essa análise parte da premissa de que a investigação de tais espaços cênicos possibilitará a montagem de catálogo do repertório teórico-conceitual que Flávio Império empregou tanto na sua experiência enquanto arquiteto quanto na sua incursão pelo campo das artes e, através desses olhares, gerar um acervo estético e técnico desenvolvido para os paradigmáticos shows. O arcabouço teórico e metodológico foi construído com base em autores que debatem a partir do viés dos processos e métodos de criação *cênica e as possíveis interfaces com a performance*, arquitetura, espaço cênico e teatral. Entre esses

autores, destaca-se o conceito de “teatralidades contemporâneas”, relevante para investigar a expressão artística da cena nas apresentações de Bethânia. Em relação à ampliação do sentido do espaço cênico, percebe-se que tal espaço trata-se de algo indiscutivelmente perceptível pelo público ao decorrer das cenas completas ou mesmo em fragmentos de cenas. A intenção é que esse grupo de autores traga as ferramentas necessárias para se discutir as múltiplas relações envolvidas no processo criativo de Flávio Império.

PALAVRAS-CHAVE: poesia cênica; Flávio Império; espaço cênico; arquitetura.

ABSTRACT: This text aims at the analysis about part of recovered material concerning the work of the architect, artist and set designer Flávio Império, specifically between 1971 and 1977, with a greater emphasis on the “Rosa dos Ventos” show. The temporal cut was delimited taking into account the theme present in the scenography and conception of the spectacles designed by him for Maria Bethânia, which connected directly with the issues of resistance to the Military Dictatorship. This analysis starts from the premise that the investigation of such scenic spaces will enable the cataloging of the theoretical-conceptual repertoire that Flávio Império used both in his experience as an architect and in his foray into the field

of the arts and, through these looks, generate an aesthetic and technical collection developed for the paradigmatic shows. The theoretical and methodological framework was constructed based on authors who debate from the bias of the processes and methods of scenic creation and the possible interfaces with the performance, architecture, scenic and theatrical space. Among these authors, I highlight the concept of “contemporary theatricalities”, relevant to investigate the artistic expression of the scene in the presentations of Bethânia. In relation to the amplification of the sense of the scenic space, I realize that this space is something indisputably perceptible by the public during the course of the complete scenes or even in fragments of scenes. The intention is that this group of authors bring the necessary tools to discuss the multiple relationships involved in the creative process of Flávio Império.

KEYWORDS: scenic poetry; Flávio Império; scenic space; architecture.

1 | OS PARADIGMAS DA MODERNIDADE E A ESTRUTURAÇÃO DO FAZER ARTÍSTICO A PARTIR DE MEADOS DO SÉCULO XX

Grande parte das relações, na atualidade, foi construída a partir dos paradigmas surgidos no final dos anos de 1960, quando o modelo implantado pelo Modernismo entrava em falência e uma nova fase do capitalismo começava a se firmar. Mas, as transformações de grande vulto cujas reverberações são sentidas ainda na metade do século XX estão atreladas às transformações políticas e econômicas ocorridas no século XVIII, em particular às Revoluções Industrial e Francesa, que desempenharam papéis fundamentais para as mudanças ocorridas no século XIX. Essa sociedade historicamente determinada teve – na quebra dos privilégios estatutários e no surgimento da cidadania – pontos decisivos para sua afirmação. Ao se erigir como indivíduo livre, o homem moderno altera todas as estruturas da antiga sociedade feudal, que tinha na hierarquia seu ponto de apoio. As barreiras erguidas pelos estamentos caem junto com os obstáculos geográficos, a classe operária surge e se impõe no cenário da História.

O mundo que se moderniza vai se insinuando, mostrando-se transparente e excessivo. Mas a velocidade da vida agitada das metrópoles, paradoxalmente, torna turva a visão dos contornos e das formas. Na verdade, as transformações institucionais – aliadas ao progresso científico aplicado às tecnologias produtivas –, e o desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento demográfico – muda inteiramente a paisagem em centros do hemisfério norte. As mudanças materiais são intensificadas e deformadas pela impressão de novidade e dominam tanto a imaginação do homem do povo quanto a dos mais eruditos. Isso significa que toda uma nova rede de relações se estabelece, e este homem, antes livre na pequena aldeia, vê-se agora atirado na multidão tenta abrir o próprio caminho. Instaura-se a tensão, marca da modernidade, que estas novas relações vão estabelecer.

Os habitantes da cidade moderna pareciam estar condenados ao progresso, pois a velocidade das mudanças provocadas por intervenções no espaço urbano os

deixou aturdidos, e a cidade – antes um sonho de progresso material e espiritual – não passava de um enorme bloco de concreto.

Essa nova realidade de consumo em massa dialoga e tangencia com o fazer artístico em todas suas manifestações, refletindo caminhos diversos e outras possibilidades de entendimento do espaço cênico e da dramaturgia. Várias foram as manifestações estéticas que surgiram neste contexto, mas, neste sentido, é com o teatro pós-dramático, de acordo com o estudo fundamental de Hans-Thies Lehmann (2007), que se pode notar a maior interseção entre vida e ficção.

Esse novo teatro, que não mais se constrói pelos princípios estruturais do drama, ou de qualquer narrativa tradicional, e que afirma pela presença física e simbólica, impondo-se menos pelas falas que pelas imagens e sons, menos pela cognição que pela sensação será para Lehmann também pós-brechtiniano e pós-épico.

A mescla das diferentes linguagens artísticas entre si e também a interação com as novas mídias comunicacionais são fatores importantes para que possa ser possível entender o surgimento do teatro pós-dramático. Do mesmo modo, as novas possibilidades oriundas da tecnologia digital, suas abordagens e utilização fora e dentro de cena ajudam a analisar e situar a importância dada ao espaço cênico construído com o apoio dessa tecnologia, nesta tese.

Buscando superfícies de contato entre essas possibilidades, supõe-se ser importante trazer alguma definição de cenografia, pois a mesma é uma manifestação espacial que se encontra no meio do caminho entre a arquitetura e a arte e, ainda nas palavras do cenógrafo Gianni Ratto (1999, p.22) “é o espaço eleito para que aconteça o drama ao qual queremos assistir. Portanto, falando de cenografia, poderemos tanto entender o que está contido num espaço quanto o próprio espaço.” O fazer cenográfico trabalha com operadores da prática artística que muito têm a contribuir para a produção, compreensão e crítica do espaço gerado, assim como para a sua análise. Patrice Pavis descreve duas possibilidades através das quais o espaço parece “oscilar”. São elas

1. Concebe-se o espaço como um espaço vazio que é preciso preencher como se preenche um container ou um meio ambiente que é preciso controlar, preencher e fazer com que se expresse. Típica dessa concepção seria, por exemplo, a de um Artaud: “Digo que a cena é um lugar físico e concreto que existe alguém o preencha, e que o faça falar com sua linguagem concreta.”
2. Considera-se o espaço como invisível, ilimitado e ligado a seus utilizadores, a partir de suas coordenadas, de seus deslocamentos, de sua trajetória, como uma substância não a ser preenchida, mas a ser estendida. (1996. p. 141)

Da análise destas definições, pode-se entender que uma das formas possíveis de buscar uma melhor compreensão da linguagem da encenação teatral contemporânea seja através dos processos de concepção do espaço nos quais ocorrem relações em diversos níveis entre cena/público, gerando espaços de usos flexíveis; relações estas que veem sendo cada vez mais mediadas pelas ‘novas tecnologias’, visando à questão

do entretenimento ligado ao fenômeno contemporâneo das massas de consumo instantâneo. Busca-se, nesta tese, compreender a importância e a abrangência da inserção das tecnologias digitais na construção dos espaços cênicos, sejam estes relativos às edificações teatrais ou a objetos de entretenimento itinerantes.

O mundo contemporâneo vive uma pluralidade de tempos e espaços e, a partir do momento em que a significação e a pertinência afloram e não se pode considerar uma cronologia uniforme ou uma única extensão, mas uma quantidade de tipos de espacialidade e de duração. Cada novo sistema de comunicação altera as adjacências e as convertem em uma trama elástica e intrincada na direção do nomadismo contemporâneo. A percepção das ‘novas velocidades’ é o primeiro grau de virtualização. Espaços novos tem uma dinâmica que permite diferentes interpretações.

2 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TEÓRICOS ESSENCIAIS PARA ESSE ENSAIO

Partindo do lugar do entendimento dos processos e métodos de criação cênica, estas inquietações tem como elemento propulsor a busca pela retomada da construção da linguagem teórica, estética e conceitual adotada por Flávio Império para o espaço cênico do show de Maria Bethânia, em 1971. Tais espaços podem ser lidos através de ferramentas importantes dentro do campo teórico próprio das Artes Cênicas. Contudo, pretendo salientar outras abordagens que julgo pertinentes dentro deste contexto da criação subjetiva, como a fenomenologia, pela ótica de teóricos como Merleau-Ponty (1999-2009) e Gaston Bachelard (2000), que se destaca na geração do olhar fenomenológico, passando a noção de um contemplar poético, pois o olhar próprio do devaneio só se precipita no mundo ao se deparar com síntese da poesia.

Através da proposta de Bachelard, o olhar poetizador dobra o objeto que admira dando a ele os valores de uma imaginação, de outra realidade. É neste sentido que entendo o ato de contemplar, ou seja, incorporado a um ímpeto criativo. Tanto Bachelard quanto Merleau-Ponty corroboram a ação performática de Maria Bethânia. Josette Ferál nos esclarece sobre o “teatro performativo”

Performer, no seu sentido schechneriano, evoca a noção de *performatividade* (antes mesmo da de teatralidade) utilizada por Schechner e por toda a escola americana. Mais recente que a de teatralidade, e de uso quase exclusivamente norte-americano (mesmo se Lyotard utiliza o termo), sua origem poderia ser retraçada nas pesquisas linguísticas de Austin e Searle, que foram os primeiros a impor o conceito pelo viés dos verbos performativos que “executam uma ação”. (FERÁL, 2017)

A contribuição de Patrice Pavis acerca da análise dos espetáculos mostra que esse campo ainda é um tema pouco discutido, uma vez que os pesquisadores que se aplicam ao estudo não esclarecem a metodologia utilizada. Além disso, pesa a questão da abordagem ser complexa para ser desenvolvida por uma só pessoa. Pavis também

contribui ao trazer o espectador para a discussão, já que o mesmo, em grande parte das vezes, não consegue conceber e elaborar toda a logística que envolve o ambiente cênico, estabelecendo, dessa forma, sua própria opinião a respeito da experiência gerada da relação palco-receptor.

Ainda sobre a percepção do espectador e a fruição da obra, os ensaios de Jacques Rancière (2012) consideram que estabelecer uma relação entre obras distintas pode se configurar em uma oportunidade para um distanciamento radical das implicações teóricas que amparam os debates sobre as formas de espetáculo teatral, as quais colocam corpos em ação diante de um público. Sobre o “espectador emancipado”, Rancière afirma que “os pressupostos teóricos que põem a questão do espectador no cerne da discussão sobre as relações entre arte e política” (RANCIÈRE, 2012, p.08) podem ser reunidos numa “fórmula essencial” que nomeia por paradoxo do espectador. Considero relevante também destacar que a

ênfase de sua crítica e a importância de ser lido recaem sobre a análise que ele faz sobre a política da arte e da cultura contemporâneas. Os três regimes estéticos – o ético, o representativo e o estético – que percorrem sua obra constituem a filosofia política da qual se ocupa. (HOULLOU; JULIANO, 2013)

A visualidade proposta por Império enquanto criador pode ser analisada sob o prisma dos estudos de cenografia de Pierre Sonrel (1984), uma vez que o criador do espaço cênico pode ser entendido como artista, responsável pela identidade visual da performance e também como coparticipante no processo de sua concepção, elementos que são facilmente percebidos nos estudos de caso aqui propostos.

3 | IMPÉRIO: ESPAÇO, ARTESANATO E POESIA

Em estudos anteriormente realizados (SILVEIRA, 2014), desenvolvidos a partir de conceitos próprios da área de processos e métodos de criação cênica, venho discutindo questões que envolvem as variadas representações dos fenômenos da virtualização e construção do espaço, seja este cênico, teatral ou mesmo urbano, como uma das possibilidades que possam a vir caracterizar os espaços do século XXI, em tempos de mídias digitais. Percebi que o espaço cênico contemporâneo é caracterizado, também, como herança direta das experimentações de Walter Gropius – enquanto representante do Movimento Moderno-, e Jacques Polieri, através de suas experimentações com a tecnologia dentro dos espaços cênico e teatral – que se desintegram – estabelecendo relações com o momento de ruptura com o Modernismo, quando surgem os novos paradigmas que caracterizam a pós-modernidade.

Em minhas pesquisas, procuro trabalhar com o binômio ‘tempo’ e ‘espaço’, por considerar os mesmos como conceitos fundamentais para a expansão da realidade aplicada à duração dos espetáculos, cujo aproveitamento também deve ser pensado levando-se em consideração o lugar reservado para a plateia, fator determinante para

a imersão dos espectadores durante o ato dramático. Nesse campo de investigação, o autor de referência utilizado é Jean Baudrillard e suas teorias pós-modernas que abrangem a construção do simulacro, não só em consequência da ação dramática, mas também pela experiência de vivência sensorial das arquiteturas, formas, códigos, digitalidades, estéticas e objetos sem referência que se apresentam mais reais do que a própria realidade, ou seja, são “hiper-reais”.

Estes estudos apontam que a cena teatral contemporânea, cada vez mais, lança mão dos recursos técnicos a serviço de seu arranjo, ratificando o emprego de tecnologias, particularmente o uso de vídeos e projeções, construindo elementos que configuraram o espaço cênico onde a hibridização pode ser percebida como fruto do surgimento da tecnologia digital e da nova paisagem cultural, onde o ser-humano está mergulhado em uma realidade de constantes interferências midiáticas.

Para este ensaio, debruço-me sobre o repertório do arquiteto Flávio Império (1935-1985). Império foi cenógrafo, artista plástico, figurinista, diretor e professor, iniciando sua carreira na periferia de São Paulo como cenógrafo, figurinista e diretor no grupo de teatro amador da Comunidade de Trabalho Cristo Operário. Ganhou destaque através da linguagem aplicada às suas concepções sobre o espaço cênico, num momento onde o naturalismo da encenação predominava no país.

Em poucos anos Flávio se tornou o nome mais importante da cenografia paulista. [...] A transformação empreendida por Flávio foi a desnaturalização do cenário realista do drama burguês e a produção do novo espaço cênico para o teatro épico e brechtiano no Brasil. (ARANTES, 2011, p.60)

Especificamente, me interessa analisar sua atuação a partir década de 1970, nos espetáculos teatrais e musicais, quando tem início sua parceria com Fauzi Arap. Império cria espaços cênicos para espetáculos musicais, entre os quais se destacam os trabalhos com Maria Bethânia. Nessa fase, Flávio Império realiza elogiados trabalhos em “Labirinto: Balanço da Vida” (1973) e “Pano de Boca” (1976).

Em 1958, três alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro deram corpo ao ‘Grupo Arquitetura Nova’, o qual, nas palavras de Gorni, transmitiu que

A intensa colaboração entre os três arquitetos durante os anos 60 representa uma radicalização política quanto aos processos de produção na arquitetura e nas artes de modo geral. O seu trabalho em conjunto se estendeu após a graduação - em 1961 - e quase imediata admissão como docentes na referida faculdade - em 1962. A maior parte da colaboração do grupo está centrada no decorrer da década de 60. Muito embora tivessem vínculos de diversas naturezas, os três arquitetos eram extremamente diferentes quanto aos procedimentos criativos e opções políticas adotadas por cada um. Assim procurei resgatar as contribuições e particularidades de Império em sua atuação dentro e fora do Grupo. Império sempre se interessou por diversas áreas artísticas, sendo que seu currículo envolve o trabalho com direção teatral, cenografia, arquitetura cênica, desenho e pintura, arquitetura e ensino de desenho e linguagens visuais. (2014, p.01)

O Grupo, desta forma, representou uma visão política radical em termos de produção no campo da arquitetura e também nas artes. Flávio Império destacou-se por sua obra e formação peculiares.



Fig.01 - OTRAN, 1965 - Óleo sobre madeira - 23 x 48 cm.

Fonte: <flavioimperio.com.br>

A proposta da “Pintura Nova” tem estreita relação com as pesquisas desenvolvidas por Flávio no teatro, assim como remete e se relaciona diretamente com o “Cinema Novo”, e com o que mais tarde seria denominado por Sérgio Ferro de “Arquitetura Nova”. [...] São iniciativas como a do Cinema Novo, dos CPCs (Centros Populares de Cultura) e do Teatro de Arena “que acabam inspirando os três arquitetos a imaginar um outro programa para a arquitetura moderna brasileira, um programa novista, para não dizer popular. ‘Quando Sérgio batiza a experiência do grupo como “Arquitetura Nova”, e também “Pintura Nova”, ele explica que foi uma clara referência ao Cinema Novo: meios simples, “uma câmera na mão e uma idéia na cabeça’. A Arquitetura Nova tem clara relação com o movimento do Cinema Novo. (ibidem, p.54)

Tomando parte de produções em grupos como o Teatro de Arena e Teatro Oficina, Império mergulha no tema da espacialidade e da visualidade da cena como elementos constitutivos essenciais ao espetáculo. Busca diálogo com o legado de Adolphe Appia e Gordon Craig, transitando com extrema liberdade entre o palco italiano convencional e o uso de espaços cênicos alternativos. Além do cabedal adquirido em seu processo de leitura espacial, tira partido das diversas situações arquitetônicas.

Em suas duas primeiras criações junto ao Teatro Oficina, em 1962, Império produziu a cenografia para as montagens de “Um Bonde Chamado Desejo” (1962) e “Todo Anjo é Terrível” (1962). Tais experiências junto ao Teatro de Arena e ao Teatro Oficina abriram-lhe um leque de possibilidades para exercitar uma alternância de soluções criativas, graças à diferença entre as linhas estético-ideológicas abraçadas por cada um desses grupos. Os trabalhos junto aos dois importantes grupos teatrais, durante a década de 60, foram determinantes na construção de seu embasamento

artístico e repercutiram em trabalhos futuros, tanto em teatro como em arquitetura.

O início da década de 1970 marca uma notável reviravolta no seu trabalho artístico, período coincidente com a saída do Brasil por parte de vários de seus companheiros de trabalho e com o endurecimento do regime ditatorial militar, instaurado desde 1964. Nessa época, Império conhece e estreita relações com o grupo teatral norte-americano *Living Theater*, que lhe acrescentou subsídios no que tange ao questionamento da ordem social vigente.

Império, como arquiteto, cenógrafo e artista, dominou códigos e linguagens diversas relacionadas ao espaço, sendo que sua extensa produção compreende importantes trabalhos no campo da cenografia. Sua primeira experiência profissional num espaço cênico foi a elaboração da cenografia e dos figurinos de “Morte e Vida Severina”, para o Teatro Experimental Cacilda Becker, em 1960, antes mesmo de se graduar. Sérgio Ferro, ao assistir a essa montagem,

conta que ficou convencido de que Flávio estava dando uma espécie de confirmação do que deveria ser feito em arquitetura: materiais simples (saco de estopa engomado e amassado nas roupas, papel e cola nas caveiras de boi) transfigurados pela *invenção lúcida* convinham mais ao nosso tempo [e lugar] do que a contrafação de modelos metropolitanos. (ARANTES, op. cit, p. 60)

A análise do conjunto da produção arquitetônica de Flávio Império, através da concepção das questões envolvidas na sua compreensão espacial e em seu pensamento arquitetônico, leva ao conceito de “miserabilismo” e à “poética da economia”, para além de sua inserção no ‘Grupo Arquitetura Nova’, a saber:

Tal constatação motivou-os a lançar a plataforma de uma poética arquitetônica própria à situação no conflito: “Do mínimo útil, do mínimo construtivo e do mínimo didático necessários, tiramos, quase, as bases de uma *nova estética* que poderíamos chamar a ‘poética da economia’, [...]” A *poética da economia*, entretanto, deve ser entendida não apenas como uma arquitetura realizada a partir de poucos recursos, mas estabelecida dentro das contradições entre capital e trabalho no capitalismo. (ibidem, p. 61)

Em 1965, durante a montagem de “Arena Conta Zumbi”, no Teatro de Arena, Flávio Império encontra suas respostas para criação do espaço cênico através do “teatro épico.” (ROSENFELD, 1985). Nesta encenação, está explícita a força da natureza estética de Império, pois

Não há atores travestidos de negros fugidos, mas jovens de calça jeans e camisas coloridas segundo suas “funções” em cena; o cenário não faz referência a um quilombo ou mata, e se resume a um tapete vermelho no chão e alguns praticáveis. A cena desnaturalizada ao mesmo tempo que exibia seu caráter construído e anti-ilusionista, atualizava o sentido do conflito histórico ali retratado. Uma transformação que colocava a estrutura cênica do drama de ponta-cabeça [...]. (ibidem, p. 61)

4 | ROSA DOS VENTOS: “SOB O SONO DOS SÉCULOS AMANHECEU O ESPETÁCULO”

Desta forma, ao se constatar o potencial criativo presente na construção dos espaços cênicos de Flávio Império, reforço que a principal intenção deste artigo se reporta à produção da cenografia, figurino e concepção artística relacionados ao espetáculo realizado juntamente com Fauzi Arap e Maria Bethânia, Rosa dos Ventos (1971). A escolha de tal montagem se dá pela forte presença do caráter político e simbólico presentes no mesmo, pelas inovações estéticas e conceituais, pela narrativa do espetáculo, além de marcar uma fase específica na vida de Flávio Império, onde o arquiteto se desliga da FAU/USP e se envereda pela busca constante por outros caminhos relacionados à representação e apreensão do espaço; porém, sem abrir mão de suas escolhas estéticas relacionadas à “poética da economia”.

A primeira experiência com Maria Bethânia e Fauzi Arap aconteceu em 1971, com o espetáculo “Rosa dos Ventos, - o show encantado”, no Teatro da Praia, Rio de Janeiro. Em 1974, “A cena muda”. Já em 1977, com a intenção de ser mais que um clamor pela Anistia, surge o show “Pássaro da Manhã”, berço para receber os brasileiros expatriados.

Em 1966, o empresário Guilherme Araújo convida Maria Bethânia para ir até o Rio de Janeiro com o propósito de fazer um show em uma famosa boate e a cantora aceita, permanecendo em temporada com grande sucesso. Em fins de 1967, Maria Bethânia convida os jovens músicos do “Terra Trio” para integrar seu novo show “Comigo me Desavim”. Esse

é o primeiro momento do grande encontro entre Bethânia, Terra Trio e Fauzi Arap justamente o grupo que faria a concepção de Rosa-dos-Ventos em 1971. O show de 67, aliás, iniciava uma série de características que Fauzi herdou de Boal. São justamente os epítetos do espetáculo musical de protesto – textos literários, músicas, interpretação cênica, roteiro minuciosamente pensado: tudo convergindo para uma mensagem. (FORIN JUNIOR, 2006, pp.74,75)



Fig.02 - Ilustração para capa do programa de Rosa dos Ventos. Hidrográfica sobre papel.
Acervo Flávio Império.

Fonte: <flavioimperio.com.br>

Fauzi Arap e Maria Bethânia estreitaram definitivamente as relações, pois a cantora percebia que Arap era um grande conhecedor da música popular brasileira. A amizade entre ambos só fez crescer, indo para além do campo musical, chegando à esfera pessoal e, a essa época, Gilberto Gil e Caetano Veloso já se encontravam exilados. O estado de espírito de Bethânia despertou, em Arap, o desejo de montar um espetáculo que, de alguma forma, pudesse contribuir para o retorno dos cantores para o Brasil. Foi então que o diretor teve as primeiras ideias para Rosa dos Ventos e decidiu chamar Flávio Império para compor o quadro criativo do espetáculo. De fato, a genialidade do arquiteto foi peça fundamental para o arranjo da concepção e execução do show. Império atuou como cenógrafo e figurinista, Fauzi Arap como diretor e o Terra Trio, na parte musical.

Até o momento desta pesquisa, o material utilizado para análise do espetáculo vem, em grande monta, do site oficial de Flávio Império (<www.flavioimperio.com.br>), teses e dissertações sobre o arquiteto e, em especial, o material cedido pelo jornalista Renato Forin Júnior (2006), que fez uma vasta pesquisa sobre o tema, usando fontes primárias. Como o show foi lançado quando a Ditadura Militar estava instaurada no país, reportagens e descrições do espetáculo tratavam do assunto pelas entrelinhas, fato que dificulta obtenção de informações variadas e em volume.

O grupo envolvido na criação do espetáculo contribuía com ideias e conceitos para o show das mais variadas formas. A música Rosa dos Ventos, de Chico Buarque, que acabou por batizar “o espetáculo, apareceu, como quase tudo, ocasionalmente. Foi a atriz Leina Krespi, grande amiga de Bethânia e que faria a codireção do show mais

tarde, quem primeiro pensou nessa canção na voz da intérprete.” (FORIN JUNIOR, 2006, p. 123)

O diretor Fauzi Arap, influenciado pelas leituras de Jung, utilizou os quatro elementos da natureza para estruturar a espinha dorsal do espetáculo e, assim, explorar todo potencial de Bethânia. Um dos componentes do Terra Trio, relembra como foi a concepção musical do segmento ligado à água

Esse segmento do mar, da água, isso é incrível. Fauzi disse: ‘comecem a cantar tudo o que lembre água, mar, elemento líquido’. E Bethânia: ‘O mar quando quebra na praia’. Ela ia cantando, a gente ia modulando; um lembrava de uma coisa, outro de outra coisa. No fim, já era quase noite, ela olhou e a lua estava subindo. E ela: ‘cada palmeira da estrada, tem uma moça...’. Quando chegou no fim estava pronto, não levou tempo pra elaborar. A impressão que dá é que era uma coisa guiada; tudo certo e prontinho. Esse segmento é assim: quando chegou no fim estava pronto. (ROCHA apud FORIN JUNIOR, 2006, p.125)

Faz-se importante pontuar algumas questões ligadas ao movimento de contracultura da década de 1970 e também a aproximação de Maria Bethânia com o candomblé, pois tais elementos foram essenciais para que Flávio Império trabalhasse nas respostas formais para Rosa dos Ventos

Dispostos a produzir o novo espetáculo, restava a Fauzi Arap – diretor – organizar as muitas ideias que toda a equipe acumulava. [...] Entretanto, durante sua elaboração, trabalhavam a partir de um certo caos, pois as ideias eram várias, mas não havia unidade, organização. Para não se perder, Fauzi resolveu dividir o projeto, inicialmente, em quatro partes. Fez a repartição baseando-se nos estudos expostos em *Psicologia e Alquimia*, numa versão em castelhano, já que não havia ainda edição em português. (FORIN JUNIOR, 2006, p. 129)

Renato Forin Júnior (ibidem, idem) continua, citando livro de Arap (1998)

Lá eu descobri a informação de que o número QUATRO organiza. A exemplo dos pontos cardeais, que conseguem nos situar geograficamente, Jung havia observado que, no processo de recuperação, seus pacientes costumavam sonhar com símbolos que iam se estruturando numa forma mandálica, que quase sempre incluía o número quatro.

Então, complementando a estrutura dos quatro momentos, surge uma quinta parte, chamada por Fauzi de “Eu-Difícil”, como “referência direta ao humano, mais especificamente ao histórico pessoal de Bethânia.” (idem, p. 131). Flávio Império desenhou um figurino para cada um dos elementos especificados, além do espaço cênico, estandartes, materiais gráficos e a capa do disco que registra o show ao vivo. A composição do espaço cênico era um tanto simples: toda superfície do palco era recoberta por um tecido preto que subia até as paredes e incluía uma rampa. No palco, lateralmente e de maneira assimétrica, foram instaladas duas telas onde se projetavam fotos de Maria Bethânia, fazendo alusão ao elemento de cada um dos

segmentos.

Ainda sobre a composição cênica concebida por Império, a mesma pode ser entendida como um “não-lugar”, já que não se percebem referências concretas de espacialidade, de lugar geográfico, contando-se apenas com a interação dos movimentos da cantora na caixa negra.

Fauzi relata que o Teatro da Praia, onde o espetáculo passou sua maior turnê, no Rio, era dotado de algumas características ruins. Possuía um palco muito alto, criando uma espécie de barreira entre o público e o artista, além de dificultar a visão. A saída encontrada por Fauzi foi encomendar de Flávio Império um palco inclinado, como se fosse uma rampa. Também deveria pensar em uma estratégia para romper a distância entre o público e Bethânia. A saída pensada pelos dois foi projetar a boca de cena, “como se tivesse uma estrela arrebatando o palco, com um bico avançando”, explica. (idem, p.152)

Como esse ensaio se trata de um projeto em andamento e visando sintetizar a visualidade criada por Império para o show, lanço mão de algumas imagens para ilustrar o processo de concepção.

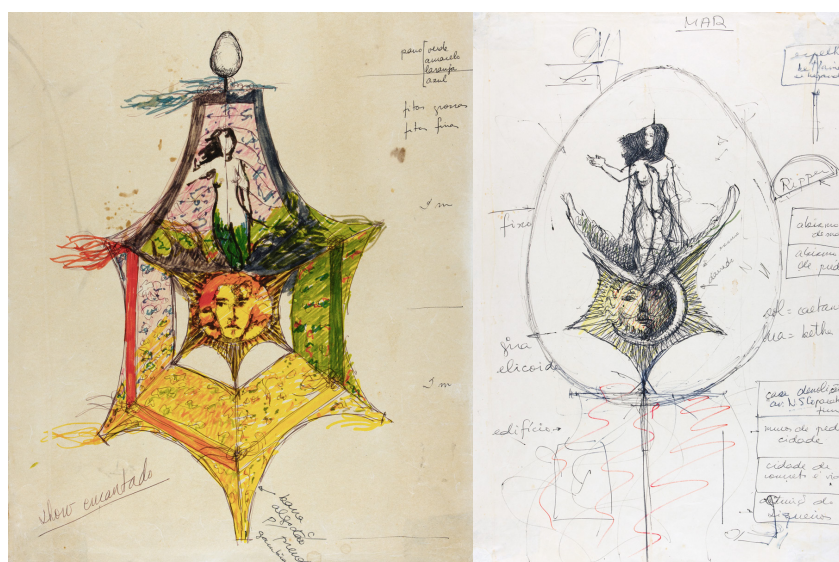


Fig. 03. Estudo para estandarte. Entrada do teatro. Grafite, esferográfica e hidrográfica sobre papel. Acervo Flávio Império.

Fonte: <flavioimperio.com.br>

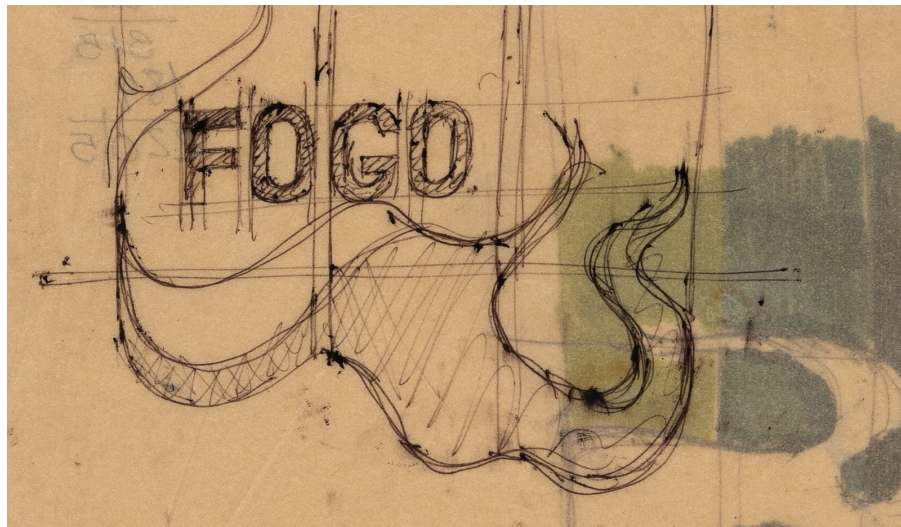


Fig. 04. Ilustração para projeção “Fogo”. Esferográfica e hidrográfica sobre papel. Acervo Flávio Império.

Fonte: <flavioimperio.com.br>.



Fig. 05. Ilustrações para projeto de figurinos. De cima para baixo, da esquerda para direita: Terra, Água, Ar e Fogo. Esferográfica e hidrográfica sobre papel. Acervo Flávio Império.

Fonte: <flavioimperio.com.br>.

A montagem de Rosa dos Ventos perpassava, para além dos valores estéticos empregados por Flávio Império, por intenções intrinsecamente relacionadas à contestação da situação política no Brasil, mesmo que nem sempre fosse uma pulsão deliberadamente expressa. Buscando burlar as estruturas ligadas à censura, tiraram proveito de metáforas atreladas à linguagem estética. E assim, passando do Rio de Janeiro para São Paulo, a montagem de Rosa dos Ventos seguiu como sucesso de público, se sagrando como um show paradigmático, evidenciando, entre tantos talentos, a magia de Flávio Império e todo seu potencial estético e criativo na elaboração da linguagem cênica; dos figurinos ao projeto do palco.

Um espetáculo riquíssimo em metáforas, em alegorias, em simbologias que davam margem a interpretações que iam do existencialismo ao protesto. Este trabalho aborda a vertente de protesto. [...] Seja como for, as palavras dos produtores de Rosa-dos-Ventos a respeito de sua intencionalidade política pode servir, no mínimo, como uma pista de que as interpretações abstraídas aqui não encontram discrepâncias enquanto leitura possível do discurso. Ou seja, se por um lado não deve - o leitor - tornar-se um escravo da intencionalidade autoral, também não é interessante que caia na vala das derivas indevidas. Saber sobre os objetivos políticos dos autores é um norte para guiar nossas semioses. (idem, pp. 134,135)

Ao final da década de 1970, Império deixou a USP e se dedicou a viagens de cunho cultural, com viés de pesquisa artesanal, as quais foram muito enriquecedoras para seu experimentalismo artístico. Já nos anos 80, Flávio Império voltou a lecionar, sem deixar de lado sua curiosidade pela produção artesanal observada em seus inúmeros trabalhos artísticos ou em qualquer suporte que lhe despertasse o sentido criativo.

Não raro tende-se a perceber as artes em geral como sendo meramente a resultante da dialética científica entre o gênio formador e as resultantes físicas, procurando solucionar os choques entre o limitado e o ilimitado, o preciso e o impreciso, o contínuo e o descontínuo. As novas correntes das artes visuais assumem expressões cada vez mais pragmáticas ao serem apropriadas e inovadas no contexto americano, no qual os artistas buscam livrar uma vez mais a visualidade de qualquer cálculo premeditado ou filiação histórica, através do expressionismo intuitivo e subconsciente. Tudo é possível, a criação torna-se sinônimo de improvisação. Desintegrou-se toda e qualquer possibilidade de figuração e a pintura torna-se finalmente abstração pura. A produção do sentido da obra artística é responsabilidade delegada agora ao espectador.

Tendo em vista as questões acima, buscou-se refletir sobre as relações existentes entre processo de criação teatral, performances, estética de espaços cênicos, com ênfase nesse recorte da produção de Flávio Império, a fim de gerar conhecimentos teóricos e práticos próprios da ordem do encenador, da arquitetura teatral, “tendo como referencial teórico o conceito de cena entendida como processo de criação autônoma e global, baseado na ideia de pluralidade sígnica.” (Laboratório de Estudos do Espaço

Teatral e Memória Urbana/UNIRIO).

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro Fioravante. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império Rodrigo Lefèvre, de Artigos aos mutirões**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

ARAP, Fauzi. **Mare nostrum: sonhos, viagens e outros caminhos**. São Paulo: SENAC, 1998.

ARONSON, Arnold. Cenografia pós-moderna. **Cadernos de Teatro** - Número 130 – Julho / Agosto / Setembro. Editora: d'O Tablado, 1992.

ARONSON, Arnold. **Looking into the Abyss**. University of Michigan Press, 2005. (Post Modern Design, Looking into the Abyss, New Homes for New Theatres)

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução Antonio de Pádua Danesi, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Tradução Maria João Pereira. Relógio d'Água, 1991.

CARLSON, Marvin. **Teorias do Teatro**. São Paulo: UNESP, 1997.

CARLSON, Marvin. **Places of Performance: the Semiotics of Theatre Architecture**. Ithaca, Cornell University Press, 1989.

CORVIN, Michel. **Festivals de l'art d'avant-garde 1956-1960**. Paris: Somogy, 2004.

CORVIN, Michel. Jacques Polieri criador de uma cenografia moderna. **O percevejo online**. V. 8, n.1, 2016.1. Disponível em <http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/5775>.

CRAIG, Edward Gordon. **Da arte do teatro**. Lisboa: Arcádia, s/d.

FERÁL, Josette. Por uma poética da performatividade: o teatro performativo. **Sala Preta**, Brasil, v. 8, p. 197-210, nov. 2008. ISSN 2238-3867. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57370/60352>>. Acesso em: 28 nov. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v8i0p197-210>.

FLÁVIO IMPÉRIO. Disponível em: <flavioimperio.com.br>.

FORIN JUNIOR, Renato. **O show Rosa dos Ventos: desvendando o processo de significação implícito no musical de protesto**. Monografia apresentada ao Depto de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação do prof. Dr. Paulo César Boni, Londrina, 2006.

GORNI, Marcelina. **Flávio Império: arquiteto e professor**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Orientador Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade. São Carlos, 2014.

JAMESON, Fredric. **Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1995.

HOULLOU, Jean Raphael Zimmermann; JULIANO, Dilma Beatriz Rocha. O paradoxo do espectador em Rancière. (in:) **Crítica Cultural** (Critic), Palhoça, SC, v. 8, n. 2, p. 417-424, jul./dez. 2013. Disponível em: <linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/critica-cultural/.../080218.pdf>.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO ESPAÇO TEATRAL E MEMÓRIA URBANA. DISPONÍVEL EM:

<<http://www4.unirio.br/espacoteatral>>.

LEHMANN, Hans-Thies. **Teatro Pós-dramático**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MONTEIRO, Cassia Maria Fernandes. **Entre arquiteturas e cenografias**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RATTO, Gianni. **Antitratado de Cenografia: variações sobre o mesmo tema**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. Algumas relações entre o espaço teatral e o espaço público urbano. (in:) **Caderno de resumos / 2ª JORNADA NACIONAL ARQUITETURA, TEATRO e CULTURA**. coord. Geral: Evelyn Furquim Werneck Lima. – Rio de Janeiro, Brasil: UNIRIO, Laboratório de Estudos do Espaço Teatral e Memória Urbana, 2014. 83p. Disponível em:< file:///C:/Users/acer/Downloads/caderno-resumos-jornada-2014.pdf>.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. O espaço reinventado: efeitos da virtualização no século XXI. (in:) **Caderno de resumos / 1ª JORNADA NACIONAL ARQUITETURA, TEATRO e CULTURA**. coord. Geral: Evelyn Furquim Werneck Lima. – Rio de Janeiro, Brasil: UNIRIO, Laboratório de Estudos do Espaço Teatral e Memória Urbana, 2012. 65p. Disponível em: < file:///C:/Users/acer/Downloads/caderno-resumos-jornada-2013.pdf>.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Espaços cênicos: do 'Teatro Total' às tecnologias digitais**. Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Doutor em Artes Cênicas. Orientadora: Profa. Dra. Evelyn Furquim Werneck Lima, 2012.

SOURIAU, Etienne. O Cubo e a Esfera. (in:) **O Teatro e sua Estética**. Lisboa: Ed. Arcádia, 1964.

CURADORIA COLETIVA E MEDIAÇÃO CULTURAL NA ELABORAÇÃO DA EXPOSIÇÃO: “DO ECLETISMO AO CONTEMPORÂNEO”

Alexandre Sônego Carvalho

Doutorando Universidade Presbiteriana
Mackenzie – SP / LABCINE / CAPES / MIS –
Museu de Imagem e Som de Campinas – São
Paulo

Ana A. Villanueva Rodrigues

Doutora em História da Arquitetura - UNICAMP /
MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas –
São Paulo

Geise Brizotti Pasquotto

Doutora em Planejamento Urbano e Regional –
USP/ SP

Jéssica Priscila Grando

Arquiteta formada pela Universidade Paulista
Campinas, Núcleo de Arquitetura e Urbanismo
Campinas – São Paulo

RESUMO: O presente trabalho aborda a exposição: “Do Ecletismo ao Contemporâneo” que foi exposta no MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas em 2018; permitindo que o visitante pudesse desenvolver a capacidade de trazer uma aproximação do conhecimento do valor histórico e patrimonial que a Cidade tem vivida na memória e de muitos patrimônios que estão ainda em busca do devido restauro necessário; também expõe a força que o projetar a arquitetura contemporânea tendo o diálogo forte com o patrimônio tem importância para o mundo, para a cidade e para as pessoas.

A exposição foi dividida em dois módulos: “o ecletismo” e “o contemporâneo”.

No módulo “Ecletismo”, a ideia da confecção de maquetes de prédios históricos de Campinas que é parte integrante da disciplina técnicas retrospectivas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista – UNIP.

Na composição do módulo “Contemporâneo” tivemos o objetivo de estabelecer a relação entre Cidade-Patrimônio-Arquitetura, e foi desenvolvida a partir do Trabalho Final do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Paulista, no decorrer do ano de 2017. O desafio foi de intervir, no centro histórico de Campinas, com um projeto arquitetônico contemporâneo, e ao mesmo tempo com um diálogo com um significativo patrimônio arquitetônico existente.

Concebemos a exposição pensando na possibilidade de estabelecer uma relação dialética com o público, para que perceba a cidade a partir das construções contemporâneas, dos patrimônios históricos e como é possível que haja uma convivência harmoniosa entre os diferentes conjuntos/contextos arquitetônicos.

PALAVRAS-CHAVE: MIS - Museu da Imagem e do Som de Campinas Patrimônio; Curadoria/ Mediação Cultural; Arquitetura; Educação

ABSTRACT: The present research deals with the exhibition: “From Eclecticism to Contemporary Art”, which was exhibited at MIS - Museum of

Image and Sound of Campinas in 2018; allowing the visitor to develop the capacity to bring an approximation of the knowledge of the historical and patrimonial value that the City has lived in the memory and of many patrimonies that are still in search of the necessary due restoration; it also exposes the strength that designing contemporary architecture having strong dialogue with heritage matters to the world, to the city and to people.

The exhibition was divided into two modules: “eclecticism” and “the contemporary”.

In the module “Eclecticism”, the idea of the elaboration of models of historical buildings of Campinas that is an integral part of the technical discipline retrospectives of the Course of Architecture and Urbanism of the Paulista University - UNIP.

In the composition of the module “Contemporâneo” we had the objective of establishing the relationship between City-Heritage-Architecture and was developed from the Final Work of the Architecture and Urbanism Course of the Paulista University during the year 2017. The challenge was to intervene, in the historical center of Campinas, with a contemporary architectural project, and at the same time with a dialogue with a significant architectural patrimony.

We conceived the exhibition thinking about the possibility of establishing a dialectic relation with the public, so that it perceives the city from the contemporary constructions, historical heritage and how it is possible that there is a harmonious coexistence between the different architectonic sets / contexts.

KEYWORDS:

1 | INTRODUÇÃO

Em observação a exposição “Do Eclétismo ao Contemporâneo” exposta atualmente no MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas; está presente a capacidade de trazer ao visitante uma aproximação do conhecimento do valor histórico e patrimonial que a Cidade tem vivida na memória e de muitos patrimônios que estão ainda em busca do devido restauro necessário; e também expõe a força que o projetar a arquitetura contemporânea tendo o diálogo forte com o patrimônio tem importância para o mundo, para a cidade e para as pessoas.

Levantando o estudo dos dois módulos dessa exposição, vemos que o conhecimento do Patrimônio cultural e Arquitetônico de um território, tende a se objetivar em uma arquitetura urbana e que garanta a relação social sem “ferir” sua história.

A exposição foi dividida em dois módulos: “o eclétismo” e “o contemporâneo”.

2 | MÓDULO ECLETISMO

A ideia de confecção de maquetes de prédios históricos de Campinas foi parte integrante da disciplina técnicas retrospectivas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista – UNIP. Teve como objetivo principal o entendimento de

elementos arquitetônicos em seus detalhes, característicos do século XIX e início do XX, que definem a chamada arquitetura Eclética, no mundo, e em Campinas.

O ecletismo desenvolveu-se a partir da concepção filosófica do romantismo do século XIX, que segundo o professor Dr. Carlos Lemos (1987, pg. 69-104) é o convívio pacífico entre os estilos. A partir do movimento moderno, no Brasil, os edifícios ecléticos foram desprestigiados, e muitos até demolidos. Na década de 80 do século XX, iniciou-se o resgate do devido valor deste patrimônio arquitetônico brasileiro, e começaram a ser estudados e preservados.

A proposta da disciplina: técnicas retrospectivas, com as maquetes aqui expostas, foi a de resgatar a memória dos edifícios ainda existentes em Campinas, nas suas principais fases de construção com suas reformas sucessivas, pertencentes às correntes clássicas e não clássicas da arquitetura.

Sua primeira manifestação foi a arquitetura neoclássica, porém, antes mesmo da chegada da “Missão Francesa” no Rio de Janeiro, em 1816, já existia um movimento classicista, que buscava inserir elementos clássicos sobre estruturas tradicionais em taipa-de-pilão. Apesar desta tentativa, o edifício ainda estava ligado ao passado colonial brasileiro.

Exemplo desta arquitetura tradicional com elementos “classicistas”, é o Solar do Visconde de Indaiatuba, com estrutura nas técnicas em terra e elementos clássicos adaptados como a cornija de beira e pilastras. Os edifícios engajados no universo neoclássico dividem-se em diversas categorias, a seguir:

Neorromânico, representado pela igreja São Benedito, com elementos de arcaturas cegas, rosácea central e portal principal com arco pleno.

A estação ferroviária da Cia Paulista possui seu edifício principal em estilo neogótico, com elementos inspirados em motivos medievais resgatados do período chamado “Tudor”, como arcos ogivais, e que se caracterizou na Inglaterra como neogótico vitoriano.

A creche Bento Quirino é um dos poucos exemplares significativos da arquitetura *art nouveau* em Campinas, com motivos florais, janelas tripartidas e lambrequim.

Ainda se acrescenta a esta exposição o edifício da Escola Francisco Glicério que possui elementos dos dois universos, sendo neorrenascentista, com arco pleno e rusticação, ao mesmo tempo neogótico, com arco ogival.

O Palácio da Mogiana pertence totalmente ao universo clássico, porém ligado a tradição do neorrenascimento italiano.

Desta forma, esta exposição (Figura 1) visa trazer de forma didática ao visitante, um breve panorama do Ecletismo na arquitetura campineira, em especial àqueles de linguagem neoclássica. Uma breve sensação as gerações atuais de como foi o passar dos anos a essas edificações ícones da história campineira e aos visitantes que vivenciaram pelo menos alguma etapa dessa evolução. As obras desta exposição trazem a possibilidade de ilustrar de forma visual e com cores construções que antes somente os registros fotográficos traziam as marcas destes tempos.

A missão de repassar as marcas que o patrimônio material tem de tão importantes nas vidas e na cultura, nas quais estas obras agora representadas, podem reviver mais a cultura, memória e relação social ao público.



Figura 1: Sala de exposição com o módulo Eclétismo. Fotografia: Jéssica Grando. - Data: 22/06/2018.

3 | MÓDULO CONTEMPORÂNEO

Esta exposição trata da relação entre Cidade-Patrimônio-Arquitetura, desenvolvida a partir do Trabalho Final do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Paulista, no decorrer do ano de 2017. O desafio proposto aos alunos foi de intervir, no centro histórico de Campinas, com um projeto arquitetônico contemporâneo e ao mesmo tempo com um diálogo com um significativo patrimônio arquitetônico existente.

Em 1986, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em seu artigo “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”, sistematizava, de forma pioneira, os impasses vividos pelas políticas do patrimônio no Brasil. Segundo Castriota (2007, pg. 10-11) as políticas de patrimônio no Brasil estão perdidas entre discursos que incorporam novidades com exemplos do exterior e práticas muitas vezes regressivas, que repetem ações em curso desde 1930. Esta dicotomia, na visão do autor, acontece devido a não absorção real no país do conceito contemporâneo e ampliado do patrimônio e a decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais. O autor também relata a existência de uma imprecisão teórica, no sentido das definições e nomenclaturas, que refletem na escolha das estratégias de atuação e em políticas imobilistas, que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento. Presencia também, a ausência de políticas, que na busca de revitalização econômica

a qualquer custo, destroem os laços locais, expulsam a população e geram intensa gentrificação nas áreas que querem conservar.

Motta (2000, pg. 258) acrescenta que o enobrecimento cria uma nova forma de uso para áreas que são alvo de intervenção, valendo-se do argumento da preservação e tirando partido de seu valor simbólico para transformá-las em produto de mercado, resultando em sua apropriação cenográfica, denominada por ela “apropriação cultural dirigida”. Deixa-se de lado o papel da cidade como “objeto socialmente construído” e o valor de seu patrimônio como “fonte de crescimento”. Esta preocupação está refletida em diversas cartas patrimoniais (que, em diferentes momentos, abordam formas de intervir e os impactos destas ações sobre o território, com a população residente e a identificação cultural destes espaços, a partir de usos e dinâmicas urbanas) como a Declaração de Amsterdã, a Recomendação de Nairóbi, entre outras.

Portanto, é no conjunto entre espaço urbano e a arquitetura que as relações devem acontecer para a obtenção do “objeto socialmente construído”. Segundo Panerai (2006), o tecido urbano é composto pela intersecção de três elementos: a rede viária, o parcelamento fundiário e as edificações. A análise recorrente desses elementos deve ser realizada pela caracterização dos mesmos e de suas relações com o espaço.

O sistema arquitetônico que compõe o tecido urbano, pode ser compreendido como um conjunto complexo de elementos heterogêneos que se relacionam entre si e cuja organização deve se adaptar à estrutura do contexto (MONTANER, 2009). Segundo Corrêa (1995, p. 9), o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e um campo de lutas”.

O cientista político Michael Walzer (apud ROGERS, 2001, pg. 09) identifica que o espaço urbano pode ser dividido em dois grupos distintos: i) monofuncional e ii) multifuncional. O espaço multifuncional contém interação com as pessoas. Este espaço está associado com a cidade sustentável, que consiste no território urbano que visa garantir a qualidade de vida por meio do fortalecimento de relações equilibradas, entre os bairros, entre o centro e a periferia, entre o espaço privado e especialmente o espaço público (COMPANS, 2009). É este espaço que o trabalho de Curso da Universidade Paulista busca. Uma integração entre o patrimônio, a arquitetura contemporânea e a cidade, no intuito de articular o que Castello (2007) intitula como “lugares conversáveis”, onde a convivência pode ser incrementada, em que haja interação entre os indivíduos e deles com o lugar que o permeiam.

O material exposto, em resumo, foi o seguinte:

Sala 1 – Projetos Contemporâneos na área envoltória do edifício sede MIS Campinas, Palácio dos Azulejos (Figura 2):

Projeto 1:

- Tema: Mercado Municipal como Complexo Gastronômico: Local de encontro e convivência em Campinas.
- Autor: Vivan Altebarmakian.
- Orientador: Arqta. Dra. Ana Villanueva.

Projeto 2:

- Tema: Teatro Multiatividades: Um espaço de conexão e interação com a cultura.
- Autor: Jaqueline Ortiz Julião.
- Orientador: Arqta. Dra. Geise Pasquotto Brizotti.

Projeto 3:

- Tema: Gastrolab.
- Autor: Larissa de Castro Góes.
- Orientador: Arqta. Dra. Geise Pasquotto Brizotti.



Figura 2: Sala 1, com o módulo contemporâneo e os projetos de área envoltória ao edifício sede. Fotografia: Jéssica Grandó - Data: 22/06/2018.

Sala 2 – Projetos contemporâneos em outras áreas históricas da cidade de Campinas (Figura 3):

Projeto 4:

- Tema: Teatro Edgar Rizzo.
- Autor: Ariel Hossri Roverato.
- Orientador: Arqto. Me. Pedro Castellano.

Projeto 5:

- Tema: Centro de Artes Cênicas e Corporais.
- Autor: Karla Ferreira Lima Souza.
- Orientador: Arqto. Me. Pedro Castellano.

Projeto 6:

- Tema: Casa de Música – Sala de concertos.
- Autor: Wellison Rocha.
- Orientador: Arqta. Dra. Ana Villanueva.



Figura 3: Sala do módulo Contemporâneo com os projetos em outras áreas históricas de Campinas. Fotógrafa: Jéssica Grando - Data: 22/06/2018.

4 | CONCLUSÃO

É este espaço que MIS – Museu da Imagem e do Som busca, pois ao ocupar o Palácio dos Azulejos, importante patrimônio arquitetônico da nossa cidade, tombado pelo IPHAN, CONDEPHAAT e CONDEPACC, preocupa-nos não somente as questões inerentes ao museu, mas sim como esta ocupação pode ser saudável para este equipamento, assim como estabelecer um uso sustentável deste patrimônio arquitetônico.

O MIS – Museu da Imagem e do Som de Campinas, é um museu que mantém uma relação intersetorial e interdisciplinar com as diferentes áreas e diferentes setores. Garante assim, nesta exposição, uma integração entre o patrimônio, a arquitetura contemporânea e a cidade, no intuito de articular o que Castello (2007) intitula como “lugares conversáveis”, onde a convivência pode ser incrementada, em que haja

interação entre os indivíduos e deles com o lugar que os permeiam. E nesta exposição a compreensão dos diferentes contextos arquitetônicos e a disposição da expografia foi pensada para garantir que ela por si mesma (e nas monitorias realizadas pelos estagiários) pudéssemos estabelecer a mediação cultural a partir da curadoria de MARTINS (2014) que reflete

A curadoria é criação! É campo dinâmico de agregação de experiências. Entretanto, embora se discuta essa função, já que comumente o curador dita a obra a ser realizada para adequar-se à sua própria criação, não seria importante tornar visível o seu papel em uma exposição? Será que os visitantes, alunos ou não, fariam as mesmas escolhas, proporiam os mesmos diálogos entre obras colocadas próximas umas às outras, traçariam o mesmo trajeto expositivo? (Martins, 2014. p. 191)

Ao conceber esta exposição pensamos na possibilidade de estabelecer uma relação dialética com o público, para que perceba a cidade a partir das construções contemporâneas, dos patrimônios históricos e como é possível que haja uma convivência harmoniosa entre os diferentes conjuntos/contextos arquitetônicos. A expografia é resultado do imenso trabalho de equipe de alunos/estagiários que ao serem estimulados compuseram os espaços compreendendo a potência do tema e a desafiadora tarefa de constituir este projeto e na abertura realizaram um verdadeiro sarau cultural no MIS – Museu da Imagem e do Som de Campinas (Figura 4).



Figura 4: Apresentação de seresta dos “Cancioneiros do Coração” no saguão de entrada na estreia da exposição. Fotógrafa: Jéssica Grandó - Data: 22/06/2018.

REFERÊNCIAS

CASTELLO, Lineu. **“A cidade dos lugares conversáveis”**. Arqtexto17. Porto Alegre: PROPARG/ UFRGS, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **“Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas”**. In Fórum Patrimônio: FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. sust. Belo Horizonte, v.1,n.1,set./dez. 2007

COMPANS, Rose. “**Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementaridade**”. In: ASCELRAD, Henry (Org.). A duração das cidades. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p.105-137.

CORRÊA, Roberto Lobato. “**Espaço Urbano**”, Campinas: Editora Ática, 1995.

LEMOS, Carlos. Eclétismo em São Paulo. In:FABRIS, Annateresa. “**Eclétismo na Arquitetura Brasileira**”. Editora da Universidade de São Paulo, 1987. Pg. 69-104.

MARTINS, Mirian C. (Org.) **Pensar juntos mediação cultural: [entre]laçando experiências e conceitos**. São Paulo: Terracota Editora, 2014

MONTANER, Josep Maria. “**Sistemas Arquitetônicos Contemporâneos**”. Barcelona: Ed. GG, 2009.

MOTTA, Lia. “**A apropriação do patrimônio urbano: do eclético-estilístico nacional ao consumo visual global**”. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 256-287.

PANERAI, Philippe. “**Análise Urbana**”. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

ROGERS, Richard. “**Cidades para um pequeno planeta**”. Barcelona: Editora GG, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. “**Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo**”. Projeto. No 1. 86, 1986.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE ECOVILAS: O CASO BEDZED

Emiliana Rodrigues Costa

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina – PI

Alexandre Pajeú Moura

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina – PI

RESUMO: Este artigo avalia indicadores de sustentabilidade na pós-ocupação do Beddington Zero Energy Development – BedZED, a ecovila mais renomada do Reino Unido. A proposta concretizada em 2002, pelo escritório de arquitetura Bill Dunster Architects, é vencedora de diversos prêmios interacionais, o mais relevante é o Prêmio RIBA Stirling, vencedor na categoria de Sustentabilidade, em 2003. A avaliação monitorou métodos de construção sustentáveis e seus desempenhos pós-ocupação, expondo possíveis falhas de adaptação. Com base na metodologia da avaliação pós-ocupação, verificou redução de gastos excessivos durante e após a construção, com diminuição considerável de CO₂ produzido, a partir de índices numéricos comparativos com outras vilas convencionais, relatos de moradores e visitas ao local. O trabalho concluiu que o experimento BedZED funcionou bem em alguns aspectos, mas nem todas as iniciativas foram bem-sucedidas. No todo, a proposta da

ecovila apresenta diferenças significativas nos índices de emissão de carbono em relação ao restante do Reino Unido. Concluindo assim, que além dos contratempos, a proposta é um sucesso e exemplo a ser aperfeiçoado para próximas gerações.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação pós-ocupação; ecovila; moradia social; sustentabilidade.

ABSTRACT: This article evaluates sustainability indicators in the post-occupation of Beddington Zero Energy Development - BedZED, the most renowned ecovillage in the United Kingdom. The Bill Dunster Architects architectural firm won a number of interactive awards in 2002, the most important being the RIBA Stirling Award, winner in the Sustainability category in 2003. The evaluation monitored sustainable construction methods and their post-performance -occupation, exposing possible failures of adaptation. Based on the methodology of the post-occupation evaluation, there was a reduction of excessive expenditures during and after construction, with a considerable decrease of CO₂ produced, from numerical indices comparing with other conventional villages, reports of residents and site visits. The paper concluded that the BedZED experiment worked well in some respects, but not all of the initiatives were successful. Overall, the ecovillage proposal shows significant differences in carbon emission

índices comparados ao resto do Reino Unido. Concluindo, portanto, que além dos setbacks, a proposta é um sucesso e exemplo a ser aperfeiçoado para as próximas gerações.

KEYWORDS: pós-ocupação avaliação; ecovila; habitação social; sustentabilidade.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo Jackson e Svesson (2002), ecovilas são comunidades que se empenham em ir de encontro à sustentabilidade e propõem uma nova estrutura social que vai além da dicotomia entre os assentamentos urbanos e rurais. Porém, esse conceito só surgiu anteriormente em 1995, no encontro entre comunidades sustentáveis em Findhorn, Escócia, no qual a ideia da construção de ecovilas foi discutida e propagada mundialmente. Posteriormente este evento, o conceito foi incorporado pela Organização das Nações Unidas – ONU, com um número passando de nove em 1995 para 15.000 ecovilas construídas em 2002. Este artigo irá avaliar indicadores de sustentabilidade na pós-ocupação da ecovila BedZED e irá expor possíveis fatores positivos e negativos da construção (JACKSON & SVENSSON, 2002).

A iniciativa surgiu da Peabody Trust, a maior associação de moradias de Londres, apoiada pelo BioRegional Development Group, que contratou o escritório de arquitetura Bill Dunster Architects. O Beddington Zero Energy Development - BedZED é um exemplo de habitação inovadora, sustentável e de energia zero, em macro escala. Esse desenvolvimento residencial do espaço de trabalho foi realizado no bairro londrino de Sutton, em que se instala uma comunidade neutra em carbono com espaços verdes abundantes, instalações de reciclagem, recursos de economia de água e um plano de transporte ecológico juridicamente vinculativo. É o conjunto modelo completo de vida sustentável e tem sido aclamada desde sua concepção em 2002 (SCHOON, 2016).

O plano original era os lados do norte dos edifícios serem ocupados por espaços comerciais de dois andares e unidades mistas com pessoas que trabalham em casa nelas ao longo do dia (SCHOON, 2016). A ecovila BedZED apresenta condições de habitação para 220 pessoas e espaço de escritório para aproximadamente 100 pessoas de baixa renda financeira, e atua em 1.405 m² de área de trabalho construída. Partindo do princípio que o conceito de sustentabilidade é ter qualquer tipo de efeito global significativo sobre o meio ambiente, deve-se mover para um volume macro escala para satisfazer economicamente os objetivos sociais e beneficiar todas as partes interessadas (SILVA, 2013).

Durante seu processo produtivo uma mudança fundamental na abordagem financeira foi necessária. Normalmente, a sustentabilidade e suas tecnologias são vistas como fatores utópicos, ou seja, custo adicional indesejado para a maioria das construtoras e financiadoras. Por exemplo, muitas vezes a calefação interna é adicionada ao projeto convencional, com planta mecânica para economizar energia, mas para adicionar a diminuição dos retornos de emissão de carbono é mais custo de

capital. Seguindo esse pensamento, os poderes públicos estão acostumados a seguir o sistema convencional e oferecer as mesmas condições de projeto (BASCH, 2016).

Em vez disso, a abordagem para BedZED foi identificar materiais e sistemas de engenharia cuja tinham objetivos ideias para comunidades periféricas, e projetá-los. Técnicas analíticas avançadas exploraram como os sistemas passivos poderiam ser aprimorados o suficiente para permitir que os sistemas ativos sejam completamente omitidos (POTTING, 2015).

2 | OBJETIVO

Este artigo irá avaliar indicadores de sustentabilidade na pós-ocupação da ecovila BedZED construída em Sutton, Reino Unido, e irá expor possíveis fatores positivos e negativos da construção. Tendo como ênfase métodos de construção sustentáveis e seus desempenhos pós-ocupação, destacando estratégias sustentáveis adotadas e os resultados obtidos do projeto.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa aborda o método de Avaliação Pós-Ocupação - APO desenvolvida por Preiser em 1989 e posteriormente fundamentada por Ornstein em 1992. A Avaliação Pós-Ocupação, aplicada primeiramente em países como EUA, Canadá, França, Inglaterra e Japão, tem como base a realimentação do processo projetual, definindo diretrizes para novos projetos semelhantes e como instrumento de correção de problemas encontrados no ambiente construído (ORNSTEIN, 1992). A ecovila escolhida para estudo apresenta 16 anos após sua ocupação, considerou-se que o objeto de estudo deveria estar cadastrado na Rede Global de Ecovilas, tendo como parâmetros os princípios sustentáveis também como meta do assentamento.

A APO apresenta como princípio o fato de que edifícios e espaços livres postos em uso, qualquer que seja a função, deve estar em permanente avaliação, quer do ponto de vista construtivo e espacial, quer do ponto de vista de seus usuários. Assim, Ornstein (1992) descreve a APO como um método interativo afim de detectar patologias e soluções para futuros ambientes construídos, por meio de interação entre usuários e equipe técnica.

Deste modo, objetivou-se visitas para conhecimento do local de estudo, identificação do usuário do espaço construído e realização de apontamentos de aspectos negativos e positivos do objeto estudado. Assim, a conduta adotada pelo pesquisador no trabalho de campo foi de observador, ouvindo moradores e visitantes da área de investigação, o que contribuiu para o entendimento do viver em ecovila (ZAPATEL, 1992).

4 | AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

As metas em desenvolvimento das ecovilas são definidas como níveis de sustentabilidade. Estes níveis se agrupam em três categorias que devem estabelecer harmonia entre comunidades, são elas: sustentabilidade ecológica, sustentabilidade social e sustentabilidade cultural. Cada comunidade pode ter sua base criada em um nível de sustentabilidade ou em vários, e não necessariamente estão perto da meta a ser alcançada, mas estão em constante evolução e em busca de melhorias das técnicas (JACKSON & SVENSSON, 2002).

Nesse contexto, a ecovila BedZED apresenta fundamentação nos três níveis de sustentabilidade, afim de construir uma comunidade como um modelo de coerência de vida sustentável do mundo (FIGUEIREDO & MURDOCH, 2009). Assim, com o objetivo de implantar adequadamente a metodologia adequada, a avaliação de indicadores de sustentabilidade foi dividida em oito subitens relevantes para pesquisa, e são os mesmos princípios da BioRegional para desenvolver o BedZED. São as oito categorias explanadas: energia eficiente, energia de carbono zero, materiais sustentáveis, transporte sustentável, água, desperdício, alimento e qualidade de vida.

4.1 ENERGIA EFICIENTE

As casas BedZED são mantidas em temperaturas confortáveis usando técnicas arquitetônicas passivas simples, como ganho solar, altos níveis de isolamento e padrões de CHP ao ar. As residências voltadas para o sul são compostas com conservatórios para capturar o calor do sol. O calor restante vem dos ocupantes (SCHOON, 2016).

Os capuzes de vento coloridos fornecem ventilação com energia eólica com recuperação de calor para manter a qualidade do ar interno alta, sem perder calor. Eles, ainda, são um marco arquitetônico da ecovila BedZED, usando o vento eles fornecem os edifícios com ar fresco sem o uso de eletricidade (SILVA, 2013).

As casas e locais de trabalho nos blocos lados do norte, que não têm suas próprias manchas solares, precisam de algum aquecimento de espaço também. Este calor adicional é fornecido através do próprio BedZED sistema de aquecimento urbano de pequena escala que circula água quente em torno da ecovila através de uma rede subterrânea de tubos isolados. Cada casa tem seu próprio tanque de água quente grande, colocado em um armário ventilado, aquecido pela rede de calor. Na parte de trás do capuz é um maior buraco através do qual o ar mofado, coletado através de aberturas nos tetos das residências, sai. Quando ele sai, este ar mofado aquece a entrada ar frio através de um trocador de calor localizado na base do capuz (SILVA, 2013).

Projetando o conceito de construção em torno desses princípios permite o uso mais rentável das energias renováveis. A cobertura dos edifícios dispõe de coletores solares elétricos fotovoltaicos, em que pode mostrar consciência ambiental e destacar

tecnologias de energia, mas em termos de graduação de energia, a modesta saída e alto custo atual sugerem que pode haver mais formas pragmáticas de fornecer energia renovável. Atualmente, os painéis fotovoltaicos ocupam uma área de cerca de 777 m² e são responsáveis por gerar cerca de 20% da energia necessária no bairro. Eles são ainda suficientes para alimentar 40 carros elétricos, para aproximadamente, 8500 km/veículo/ano, existindo postos de carregamento para incentivar o uso de veículos elétricos (SCHOON, 2016).

Os níveis de isolamento da BedZED são muito mais altos do que os exigidos pela construção obrigatória, padrões no momento em que foi construído. As janelas nas fachadas voltadas para o sul são duplas envidraçada, enquanto as janelas menores da BedZED norte, leste e oeste são vidros triplos. Sucessivamente, as paredes exteriores têm, em torno de, 300 camadas milimetrada de isolamento Rockwool entre o tijolo exterior e a camada interna de bloco de concreto. Posteriormente, a mesma espessura de isolamento foi instalada abaixo do pisos de concreto no nível do solo e as coberturas, assim assegurando o isolamento do ar (BARCH, 2016).

Assim, as lajes de piso e teto de concreto e o concreto blocos nas paredes exteriores, juntamente com a sua estrutura de aço, dá aos edifícios a maior parte de sua massa térmica. Isso ajuda a manter a temperatura em um nível confortável ao longo do ano (BARCH, 2016).

A ideia aplicada na ecovila enfatiza os benefícios significativos de custo da energia solar passiva aquecimento e refrigeração passiva para o conforto do custo-benefício do projeto de edifícios para energia reduzida, que deve ser prioridade em todo projeto. Conseqüentemente, os resultados pós-ocupação mostram uma redução de 81% no consumo de energia para aquecimento, em comparação com comunidades vizinhas. O que revela um indicador de satisfação positivo para o sistema construtivo imposto, sendo o único ponto negativo relatos dos usuários de muito calor retido dentro das casas durante os dias de verão (SILVA, 2013).

4.2 ENERGIA DE CARBONO ZERO

A BedZED Energy Development foi projetada para ser neutra em carbono, para gerar tanto ou mais energia renovável no local do que era usado nos edifícios para aquecimento, água quente e eletrodomésticos. O uso de energia foi reduzido consideravelmente e a demanda remanescente foi projetada para ser atendida por uma usina de Combinação de Calor e Energia – CHP, alimentada por resíduos de madeira produzidos localmente. Entretanto, esta opção não está atualmente em operação, então a água quente é produzida por uma caldeira de condensação de gás eficiente. A maior parte da eletricidade é fornecida pela rede nacional com uma proporção de eletricidade renovável gerada no local por painéis fotovoltaicos (SCHOON, 2016).

Após dois anos de abertura, BedZED teve que abandonar a ideia do CHP. No início, a máquina era fechada apenas à noite, pois os moradores reclamavam do alto

ruído produzido. Então, a BioRegional percebeu que os mecanismos não funcionavam tão bem quanto esperado e tiveram que fechá-lo completamente. A Peabody está atualmente trabalhando para substituir o CHP, provavelmente com uma caldeira de biomassa, e a BedZED continuará a importar a maior parte de sua eletricidade da rede nacional, idealmente de uma tarifa verde no futuro (BARCH, 2016).

Segundo Schoon (2016, p. 5), “a redução de 45% no uso de energia elétrica, em comparação com a média local que apresenta 4.652 kWh/habitação/ano, enquanto BedZED apresenta 2.579 kWh/habitação/ano. Consequentemente, tendo valores individuais são 3,4 kWh/pessoa/dia gastos em BedZED contra uma média de 5,5 kWh/pessoa/dia em Sutton”.

Os indicadores de redução de energia elétrica são bons, mas não chegaram a meta de 60% conforme prevista pela BioRegional. Além de problemas iniciais nos primeiros anos de ocupação com a usina CHP, houve o desligamento dela, sucessivamente. A usina está desativada e trabalha-se para que seja substituída por uma cadeia de biomassa, enquanto isso, o consumo elétrico está réu das placas fotovoltaicas e da rede elétrica nacional (JACKSON & SVENSSON, 2002).

Conforme analisado, o indicador de consumo de energia carbono zero apresentou falhas durante seus primeiros anos de funcionamento. Com isso a ecovila BedZED não está perto da meta a ser alcançada, mas estão em constante evolução e em busca de melhorias da técnica implantada (JACKSON & SVENSSON, 2002).

4.3 MATERIAIS SUSTENTÁVEIS

Materiais recuperados, reciclados e locais foram priorizados. A ecovila é projetada para durar 100 anos, mais do que o dobro da casa típica do Reino Unido. Além disso, 98 toneladas de aço recuperadas da estação ferroviária de Brighton foram reutilizadas em BedZED, economizando CO₂ e custando não mais do que o aço novo (BARCH, 2016).

Consequentemente, estima-se que 52% dos materiais da construção foram obtidos dentro de um raio de 56 km do local, enquanto 15% foram materiais reciclados ou recuperados. Exemplo destes materiais são os tijolos que foram reaproveitados de uma obra a 35 km de distância, o revestimento de madeira provinda de um carvalho verde colhido das florestas próximas e o aço estrutural sendo recuperado da reforma da estação ferroviária (SCHOON, 2016).

Materiais com um padrão ambiental reconhecido, como madeira certificada pelo *Forest Stewardship Council* - FSC, foram priorizados. As unidades de cozinhas são de madeira compensada de uma fonte certificada, em vez do cartão normal. O desperdício foi abordado tanto na construção como para os edifícios em uso. Os resíduos de construção foram segregados no local e enviados para reciclagem. Para as casas, foi acordada uma estratégia de segregação doméstica com a autoridade local, com caixas de segregação em todas as cozinhas e em toda ecovila para coleta

de autoridade local. Existe processamento no local de resíduos verdes (FIGUEIREDO e MURDOCH, 2009).

No total, houve a redução das emissões do carbono em 56% durante a construção, em comparação com outras comunidades convencionais. Também houve a reciclagem de 60% dos resíduos produzidos. Estes indicadores revelam otimização da construção e controle dos resíduos produzidos. Sendo assim, pode-se concluir que o indicador de materiais sustentáveis durante a construção teve saldo positivo e ótima adaptação com a comunidade (SCHOON, 2016).

4.4 TRANSPORTE SUSTENTÁVEL

Conforme afirmam Figueiredo e Murdoch (2009), o plano de viagem do BedZED inclui: um número reduzido de vagas de estacionamento, o primeiro clube de carros de Londres em um novo empreendimento, 40 pontos de recarga de carros elétricos gratuitos, uma disposição de ruas e áreas residenciais para priorizar pedestres e ciclistas, conexões de transporte público e fornecimento para ciclistas.

Segundo Twinn (2003), a ecovila BedZED recebeu o primeiro clube de carros de Londres, fornecido pelo City Car Club. Os membros do clube de carros compartilham o uso de uma frota local de veículos. O uso dos veículos é cobrado em uma base de 'pagamento conforme as necessidades', de modo que os membros evitam os altos custos indiretos que incentivam os proprietários de carros a usar seu carro como uma opção padrão. Os sócios de um carro geralmente reduzem a quilometragem anual do carro, transferindo viagens para o transporte público, caminhando e pedalando. A experiência mostra que um veículo de um carro substitui de quatro a seis veículos particulares.

Contudo, com o mercado de carros elétricos ainda não muito usual, há apenas alguns carros usando os carregadores, essencialmente por causa do horário de 'pico', quando muitos moradores precisam de um carro de uma só vez. No entanto, 10 residências e a maioria dos escritórios estão no clube do carro e metade dos moradores possui uma bicicleta (TWINN, 2003).

Além disso, BedZED tem excelentes ligações de transportes públicos, esta foi uma das principais razões que o local foi selecionado. Existem paradas de ônibus em frente ao local. A estação de trem fica a menos de 10 minutos a pé, onde os trens viajam para o centro de Londres em 25 minutos (SCHOON, 2016).

Conforme estudos de Schoon (2016), houve a redução de 64% dos quilômetros rodados de veículos em comparação à média nacional. Esse indicador demonstra como a nova forma de pensar em transporte transformou a comunidade para melhor. O indicador também revela que a adaptação dos moradores aos novos meios de transporte foi bem-sucedida, salvo os carros elétricos que em sua maioria só são usados pela minoria dos usuários, mas estão em processo de adaptação e melhorias para que no futuro substitua os outros veículos automotivos.

4.5 ÁGUA

A Estação de Tratamento de Água Verde da BedZED foi projetada para limpar todas as águas residuais do local para que o efluente de Água Verde resultante pudesse ser reutilizado para lavar banheiros e irrigar jardins, reduzindo assim a demanda de água da rede. Isso, combinado com a coleta de água da chuva (Figura 1), economizou mais 15 litros de água por pessoa por dia. Além disso, a captação de água da chuva funcionou bem, mas os custos associados à operação e manutenção da Estação de Tratamento de Água Verde não justificaram sua operação contínua em bases comerciais. A estação também usa mais energia do que os serviços convencionais de tratamento de esgoto. Por estas razões, a Estação de Tratamento de Água Verde não está mais em uso, embora tenha sido útil para fins de pesquisa (LAZARUS, 2009).

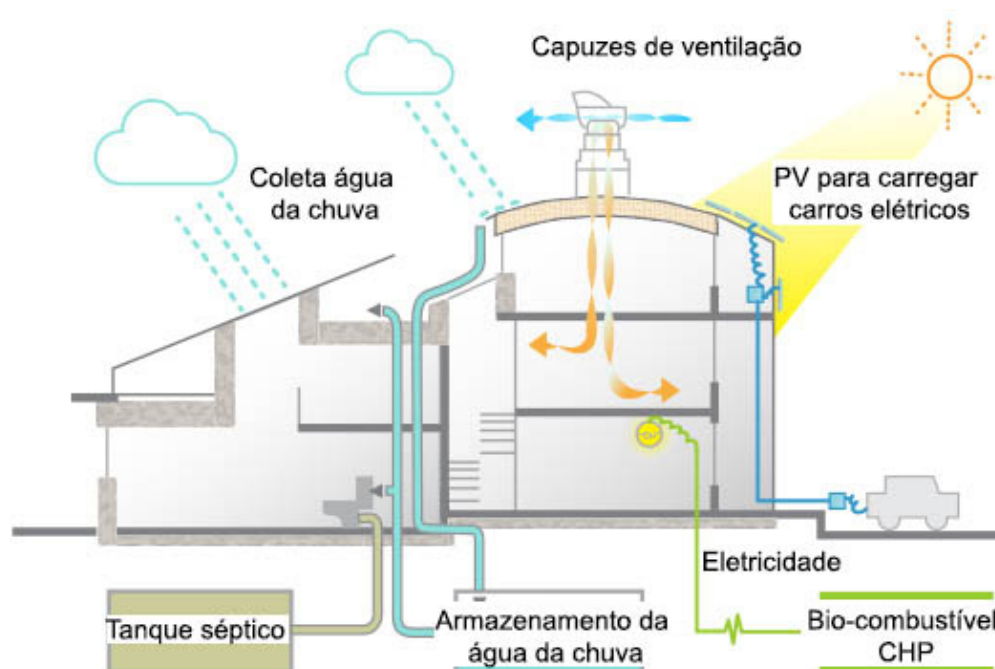


Figura 1: Sistema de água

Fonte: BioRegional (Modificado pelos autores) (2016)

Da mesma forma, o sistema de coleta de águas pluviais também não está mais em uso, devido a preocupações com a colheita de água sendo contaminada com coliformes fecais, bactérias dos telhados verdes, onde as plantas *sedum* crescem em uma fina camada de crescimento no meio que inclui estrume de galinha (LAZARUS, 2009).

No mais, os telhados e a vala também são plantados com espécies locais para criar um local de alimentação e um corredor de migração para aves e insetos. Casas de banho e cozinhas vêm com aparelhos eficientes de água e acessórios instalados. Além disso, a pavimentação é colocada sem cimento para permitir que a água escorra naturalmente no aquífero também (MOLINA, 2011).

Conforme dados de Schoon (2016), houve a redução de 58% no consumo de água

em comparação com a média do Reino Unido, sendo consumidos 72 litros/pessoa/dia na ecovila BedZED, durante o funcionamento do sistema de água eficiente. Analisando os indicadores, pode-se notar o desuso da Estação de Tratamento de Água Verde, que era bastante eficiente, mas devido a alto custos de manutenção e os altos gastos de energia elétrica ela teve que ser desativada. Igualmente, o sistema de águas pluviais não está mais ativo, devido a prevenções de doenças causadas pelo estrume utilizado nas plantas do telhado. Com isso, o sistema de água foi bem pensado na teoria, mas na prática após alguns anos de ocupação não havia viabilidade de custos para manter o sistema ativo. Além disso, os indicadores revelam que embora eficiente o sistema de água instalado, a longo prazo ele apresenta inviabilidade.

4.6 DESPERDÍCIO

A BedZED foi projetada para facilitar a reciclagem, com o objetivo de reduzir a produção de resíduos domésticos e de atingir uma taxa de 60% menos lixo produzido do que outras comunidades convencionais. Para que a meta fosse atingida, as casas e escritórios usam o serviço de reciclagem de autoridade local padrão com caixas comuns para papel, cartão, têxteis, plástico, estanho e vidro ao redor do perímetro. Com 40% dos resíduos de escritório feitos de papel branco, há também uma bandeja de papel branca separada para que o papel possa ser facilmente reciclado de volta para papel de escritório de alta qualidade (LAZARUS, 2009).

Acrescentando a isso, a BioRegional adotou várias maneiras de facilitar a coleta de lixo, tais como: cada casa BedZED incorpora um escaninho sob a pia com código de cores e segregado. As cores dizem respeito ao tipo de resíduo. Isso facilita a separação e o transporte dos materiais para as caixas externas correspondentes. O artigo é coletado de moradores e empresas da BedZED, e após o reprocessamento pode ser comprado de volta como papel branco 100% reciclado. Os moradores pegaram itens que não mais queriam e os trocaram com outros residentes por itens que eles fizeram. Isso continua através do grupo de e-mail dos residentes (MOLINA, 2011).

Atualmente, na cidade de Sutton residentes produzem 324 kg/pessoa/ano de lixo, enquanto os moradores da ecovila produzem 104 kg/pessoa/ano. Assim, o indicador de desperdício mostra uma redução de 68% de produção de lixo, o que supera a meta estabelecida pela BioRegional. O indicador ainda explicita satisfação positiva dos moradores, por exemplo o sistema de reciclagem é bem visto e adotado pelos usuários da ecovila, que são orientados desde que chegam através do manual do residente (LAZARUS, 2009).

4.7 ALIMENTO

Uma variedade de esquemas para incentivo do cultivo de alimentos de baixo impacto foi testada, como: treinamento de cultivo de alimentos, loteamentos, um esquema de produção local, um mercado local semanal e uma cafeteria no local (SILVA, 2013).

Segundo Silva (2013), esquemas locais de caixas orgânicas foram promovidos para fornecer produtos orgânicos locais e sazonais que apoiem a indústria agrícola local. Os moradores recebem pacotes com detalhes sobre os mercados de agricultores locais e os moradores continuam a organizar mercados de produtos locais na ecovila.

Adicionando a isso, foi oferecidos treinamento e equipamentos aos moradores para ajudá-los a cultivar suas próprias frutas e legumes no local. Atualmente, uma pequena quantidade de alimentos é cultivada no local e há planos para ampliá-la e ajudar a reduzir os alimentos importados. Entregas de compras pela Internet também foram promovidas, apenas cerca de 18% dos moradores estão usando um serviço de supermercado (BARCH, 2016).

Assim, o indicador de alimentos revela que, atualmente na ecovila, 86% dos moradores consomem alimentos orgânicos. Esse número pode aumentar gradativamente conforme mais usuários aderem ao cultivo de agricultura local, tendo uma constante evolução e busca de melhorias das técnicas implantadas (JACKSON & SVENSSON, 2002).

4.8 QUALIDADE DE VIDA

Segundo pesquisas da BioRegional (2014), 31% das famílias usam a praça da ecovila, principalmente por razões sociais, como sair, ficar sentado conversando, falando com vizinhos e churrascos. Além disso, os moradores também mencionaram as seguintes atividades na praça da ecovila: brincar com as crianças (Figura 2), tomar sol e andar de bicicleta.



Para obter qualidade de vida, as casas ficam em temperaturas confortáveis com ar fresco e seco para evitar problemas de saúde, como asma. Os moradores geralmente consideram as casas suficientemente quentes e frescas no inverno, enquanto no verão as opiniões variam de pensar que suas casas são boas para aqueles que as acham muito quentes ou abafadas (BIOREGIONAL, 2014). A disposição dos edifícios com os espaços compartilhados cria oportunidades mais informais para conhecer os vizinhos, e as instalações da comunidade ajudam a promover um forte senso de comunidade. Em média, os moradores conhecem 20 de seus vizinhos pelo nome, em comparação com 7 na área mais ampla, e a maioria faz bom uso das instalações comunitárias (SCHOON, 2016).

Conforme pesquisa realizada pela BioRegional (2014) com os moradores da ecovila, eles responderam um questionário livre para apontar os melhores e os piores pontos de residir no local. Os resultados de melhores fatores para os residentes eram a comunidade BedZED, a arquitetura local e a sustentabilidade, respectivamente com mais votos. Já como piores pontos apontados pelos moradores foram a localização, a falta de bem-estar, como temperatura, barulho e equipamentos que não funcionam como o CHP, e reparos necessários na água quente, sendo o terceiro item mais citado respectivamente.

O indicador de qualidade de vida revela que os moradores têm mais interação dentro da comunidade BedZED do que fora dela, o que conseqüentemente gera um ambiente propício a ser mais feliz e saudável, segundo orientações do serviço nacional de saúde do Reino Unido. Somando a este fato, o indicador também mostra que as pessoas que residem no local acreditam estar contribuindo para um mundo melhor, tendo fatores como sustentabilidade e arquitetura como motivo para residir no local. Além disso, os usuários ainda acreditam nas melhorias progressivas dos pontos que estão os deixando insatisfeitos (SCHOON, 2016).

5 | RESULTADOS

Primeiramente, no indicador de energia carbono zero, a caldeira de madeira a biomassa não estava mais em operação após dois anos, e a fonte de energia de reserva, uma caldeira a gás, é usada agora. O gaseificador de cavacos de madeira descendente apresentou problemas de confiabilidade devido a falhas técnicas e, conseqüentemente, mudou o cronograma de operação intermitente imposto pela autoridade local.

Em segundo lugar, no indicador de água, a instalação de reciclagem de água, *Living Machine*, não tinha conseguido limpar suficientemente a água. O custo da instalação também tornou inviável. Pelo menos, o aquecimento passivo das manchas

solares tinha sido insuficiente para o conforto no inverno e criou superaquecimento no verão.

Contudo, apesar desses indicadores negativos da pós-ocupação da ecovila, os outros indicadores conseguiram atingir as metas pré-estabelecidas e alguns a ultrapassaram. Por exemplo, o indicador de energia eficiente mostrou uma redução de 81% no consumo de energia para aquecimento em comparação com comunidades vizinhas, o que é uma economia significativa em que se espera reduzir apenas 33%. Do mesmo modo, o indicador de materiais sustentáveis revelou uma reciclagem de 56% dos resíduos produzidos e uma redução de 56% na emissão de carbono durante a construção.

Da mesma forma, o indicador de transporte sustentável mostrou uma redução de 64% dos quilômetros rodados de veículos em comparação à média nacional. Já o indicador de desperdício mostra uma redução de 68% de produção de lixo na ecovila BedZED em comparação com outras comunidades da cidade. Igualmente, o indicador de alimento revelou que 86% dos moradores consomem alimentos orgânicos, e com os anos mais moradores estão aderindo. Por último, o indicador de qualidade de vida demonstra por pesquisas fundamentadas realizadas pela BioRegional que a ecovila cria um ambiente propício a ser mais feliz e saudável, com moradores satisfeitos acreditando estar contribuindo para um mundo melhor.

No todo, a proposta da ecovila apresenta diferenças significativas nos índices de emissão de carbono em relação ao restante do Reino Unido (Gráfico 1). Concluindo assim, que além dos contratempos, a proposta é um sucesso e exemplo a ser aperfeiçoado para próximas gerações (BARCH, 2016).

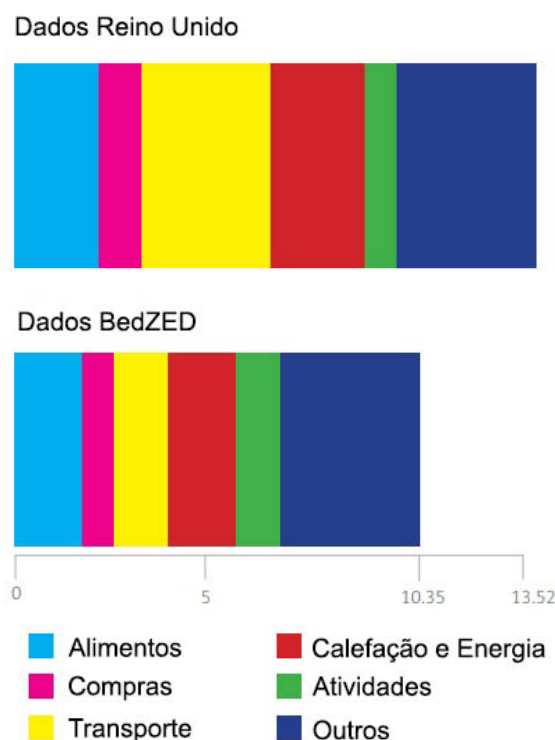


Gráfico 1: Comparativo emissões de gás de efeito estufa por pessoa em toneladas

Fonte: BioRegional (Modificado pelos autores) (2016)

No gráfico pode-se ver que a ecovila BedZED reduziu mais de 3,17 toneladas de emissões de carbono na atmosfera em relação a comunidades convencionais do Reino Unido. Somando todos os fatores envolvidos de alimento, compras, transporte, calefação e energia, atividades e outras fontes, o resultado é positivo, mas pode ser melhorado com aprimoramento das técnicas durante os anos (BARCH, 2016).

Custou aproximadamente 15 milhões de libras para construir o BedZED, cerca de 73 milhões de reais. Esses números incluem pesquisa e desenvolvimento para o projeto BedZED, custeada desde seu protótipo. Houve um custo adicional durante a construção, alguns dos quais pode ser atribuído a problemas na gestão de mudanças de construção e design. Mas contra esses números é a conta baixa que seus moradores pagam pela água, poder e calor (LAZARUS, 2009).

Finalmente, apesar dos problemas iniciais, pode-se perceber que a ecovila está em constante evolução, sempre procurando aprimorar seus sistemas aplicados. A BedZED ainda tem muitos planos para o futuro, como a escola primária que eles estão tentando instalar no espaço aberto perto das casas, que originalmente era planejado como uma academia verde, mas não está mais em uso (SILVA, 2013).

6 | CONCLUSÃO

A ecovila é a primeira em grande escala do Reino Unido, em que usa 100 casas sustentáveis para comunidades, espaço para escritórios para cerca de 100 trabalhadores e instalações comunitárias. Ainda é inspiração para os bairros de baixo carbono e comunidades em todo o mundo. Infelizmente, os custos de implementação e os custos de funcionamento a longo prazo inerentes ao seu monitoramento tornaram-no quase único, e poucos projetos comparáveis deram continuidade a este primeiro empreendimento que tem agora 12 anos de idade (BARCH, 2016).

Uma das principais razões para embarcar no projeto BedZED foi para demonstrar a uma indústria cética como a sustentabilidade é possível e pode ser rentável, e como podemos realmente fazer a diferença para a sociedade e seu futuro. Assim é inerentemente considerável inércia da indústria para mudar e melhorar. É através da entrega de exemplos com sucesso como BedZED e provando que há demanda de mercado para este tipo de produto que desenvolvedores e construtores os participantes sentirão que podem tomar medidas seriamente um mundo mais sustentável. Requer inovação, uma forte crença, tempo considerável de entrada e dedicação do equipe completa do projeto para mostrar como isso pode ser alcançado (JACKSON & SVESSON, 2002).

No Brasil esses empreendimentos contam com no máximo de 50 residentes, sendo a maioria rurais. Por exemplo, a Bahia conta com a primeira ecovila naturista, há 60 minutos da capital de Salvador, o local não tem finalidade residencial, mas de lazer e refúgio do estresse urbano. O encontro de pessoas com ideias afins em diferentes

disciplinas coloca em movimento ideias para elevar os limites do que é possível, em vez do que é esperado. Relativamente raramente, o alcance total das partes se reúne para entregar um exemplo completo projeto sem compromisso. BedZED é um desses (BASCH, 2016).

REFERÊNCIAS

- BASCH, Ana. **Ecobairro: uma proposta para a regeneração sustentável da zona do parque Mayer**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)- Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- BIOREGIONAL. **BedZED seven years on**. Surrey: Bioregional, 2014. Disponível em: <https://www.bioregional.com/wp-content/uploads/2014/10/BedZED_seven_years_on.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.
- FIGUEIREDO, Adriana. Murdoch; Carlos. BedZED. **Caderno de Boas Práticas em Arquitetura: Eficiência energética**, Rio de Janeiro, v. Edificações Multifamiliares, p. 12-15, 2009.
- JACKSON, Hidsur. SVESSON; Karen. **Ecovillage living: restoring the earth and her people**. Devon: Green book and Gaia Trust. Reino Unido. 2002. 181 p.
- LAZARUS, Nicole. **BedZED: Toolkit part I**. Surrey: Bioregional, 2009. Disponível em: <https://www.bioregional.com/wp-content/uploads/2014/11/BedZED_toolkit_part_1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.
- MOLINA, Francisco. **BedZED: um bairro que é exemplo de sustentabilidade urbana**. 2011. Disponível em: <<http://arqfinesustentavel.blogspot.com.br/2011/08/bedzed-um-bairro-que-e-exemplo-de.html>>. Acesso em: 13 maio 2018.
- ORNSTEIN, S. **Avaliação pós-ocupação (APO) do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel, 1992. 224 p. ISBN 85-85445-03-3.
- POTTING, Marcela. **Princípios para desenvolvimento de comunidades sustentáveis**. 2015. 97 f. Trabalho Final de Graduação em Engenharia Civil. Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- SCHOON, Nicholas. **The BedZED story: the UK's first large-scale, mixed-use eco-village**. London: Bioregional, 2016. Disponível em: <<https://www.bioregional.com/wp-content/uploads/2016/04/The-BedZED-Story.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.
- SILVA, Marco. **Eco-bairros: Análise de casos Internacionais e recomendações para contexto nacional**. 2013. Dissertação (Mestre em Engenharia do Ambiente) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- TWINN, Chris. BedZED. **The Arup Jornal**. n. 1, p. 10-16, 2003.
- ZAPATEL, Juan. **Elaboração de um Método para a Avaliação Pós-Ocupação (APO) de Edifícios Habitacionais situados nas Superquadras de Brasília**, 1992. Dissertação (Mestrado do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo.

WAYFINDING: FERRAMENTA DE PROJETOS NA GESTÃO HOSPITALAR

Guilherme Gattás Bara

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF,
Programa de Pós-Graduação em Ambiente
Construído.
Juiz de Fora – MG

José Gustavo Francis Abdalla

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF,
Programa de Pós-Graduação em Ambiente
Construído.
Juiz de Fora – MG

Márcia Moreira Rangel

Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, Núcleo
Design.
Juiz de Fora – MG

RESUMO: Este estudo fornece uma discussão sobre o *wayfinding* em hospitais, uma vez que pode interferir na maneira como as pessoas se movimentam. Vale ressaltar que a arquitetura agrega comportamentos na humanização das instituições e na cognição dos usuários. O principal objetivo deste estudo é analisar o *wayfinding* como uma ferramenta de design para a comunicação visual no projeto do hospital. Justifica-se pela contribuição que pode oferecer ao mesmo tempo em que permite beneficiar a orientação espacial para o melhor conforto ambiental da comunidade interna e externa do hospital. Também pode contribuir para a regulação dos fluxos e dos

processos desses fluxos garantidos pelos agentes gestores da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Hospital. Wayfinding. Orientação Espacial. Sinalização.

ABSTRACT: This study provides a discussion of the *wayfinding* in hospitals, once might interfere in how people move around. It is noteworthy that architecture added in behaviours in the humanization of institutions and in users' cognition. The main goal of this study is to analyze *wayfinding* as a design's tool for the visual communication in the hospital's project. It is justified by the contribution that can offer while allows to benefit the spatial orientation for the best environmental comfort of the internal and external community of the hospital. It can also contribute to the regulation of flows and the processes of these flows guaranteed of the management agents of the institution.

KEYWORDS: Hospital. Wayfinding. Spatial Orientation. Signage.

1 | INTRODUÇÃO

A organização física de um hospital, seu funcionamento e posicionamento, a dimensão dos setores e as rotas de movimentação correlacionam-se ao desempenho dos processos de serviços, ao suporte e aos arranjos dos ambientes sociais, que são

supostamente concebidos para promoverem acolhimento e satisfação dos ocupantes. Dentro das edificações hospitalares, há uma diversidade e complexidade de variáveis a serem compreendidas, incorporadas e entrelaçadas aos arranjos espaciais e suas funcionalidades (BROSS, 2013).

Os hospitais necessitam de permanentes ajustes (ampliações ou reformas em ambientes existentes), entre outros, para que propiciem uma maior satisfação a seus usuários. A comunidade externa e interna pode ser entendida como os grupos de pessoas que fazem parte da vivência e do contexto de uma instituição hospitalar.

O principal objetivo deste estudo é analisar o *wayfinding* como ferramenta para a comunicação visual em edificações hospitalares. Fundamenta-se na importância desse tema e nas contribuições que ele pode oferecer para melhorias no sistema de fluxo hospitalar, pois o *wayfinding* visa atender as demandas dos usuários, que relaciona a orientação espacial das arquiteturas hospitalares em seus fluxos e com a sinalização. E essas são questões que podem ser utilizadas pela gestão hospitalar, porque contribuem para as circulações nas instituições e melhoram as interfaces usuário-ambiente.

2 | HOSPITAIS

Hospitais, na conjuntura da organização dos serviços de saúde brasileira, fazem parte do conjunto de ações da Atenção Terciária em Saúde, como consequência direta da Constituição (1988) e da Lei 8.080 (1990) que regula o sistema nacional como um todo. A nova estrutura brasileira implementada a partir dos anos 1990, associada a mudanças significativas da saúde, como um todo, também repercute em transformações objetivas e físicas nas áreas do design de um hospital, tanto em sua questão arquitetônico-espacial, como, por consequência causa-efeito, no design gráfico destes ambientes (VERDERBER & FINE, 2000; TOLEDO, 2006; NICKL-WELLER & NICKL, 2007). Por exemplo, novos conceitos de humanização em saúde são adotados. Nisso, a administração dos serviços hospitalares é um importante e significativo ator neste processo. Os novos modelos de gestão dos hospitais têm se tornado cada vez mais inovadores e normalmente se ajustam em razão das novas demandas técnicas, tecnológicas, dos próprios modelos de gestão e de sustentabilidade, entre outros.

Para Bross (2013), esses novos modelos se desenvolvem em três fases. A primeira fase é o planejamento de negócio do edifício hospitalar, onde se tem como finalidade uma nova instituição e o modelo do empreendimento. A segunda fase aponta adequadamente a opção do modelo assistencial a ser adotado como linhas de serviços, que gera várias movimentações que ocorrem dentro do edifício, o planejamento de fluxo e das rotas dos pacientes e dos consumidores que serão atendidos pela unidade de produção que compõem a cadeia de fornecedores. A terceira fase é a análise do comportamento dos usuários nos espaços hospitalares, que deve merecer pelos projetistas um olhar detalhado, em razão dos ambientes onde se realizam diferentes

eventos, e propiciam em cada indivíduo um leque de reações emocionais. Em geral, as pessoas identificam os hospitais como algo frio, com ruídos, odores e até de difícil locomoção. Essas percepções se atenuam quando o usuário visita muito o local ou se torna assíduo à instituição hospitalar.

3 | WAYFINDING

O *wayfinding* pode ser entendido como um processo para orientação espacial (ARTHUR & PASSINI, 1992) e é considerado uma importante ferramenta em hospitais, pois elementos como a comunicação visual, a cor e a organização nos ambientes servem de suporte e podem compreender o usuário nas questões do design.

As variáveis do ambiente social que ocorrem para cada cidadão têm vastas associações com parte da memória e a imagem está impregnada de lembranças e significados. As pessoas e suas atividades são tão importantes quanto às partes físicas permanentes da cidade ou da edificação. Assim, se for bem organizada visualmente, pode ter um significado expressivo. Além disso, a forma como as pessoas experimentam os ambientes determina como elas os absorvem. O conceito de pontos nodais (nós) refere-se aos pontos de decisão, pois há convergência de rotas no sistema. Em uma cidade, os nós em potencial são, por exemplo, as estações de metrô e os terminais de ônibus, devido a sua importância no sistema viário. Os pontos estratégicos são locais onde o observador pode entrar e focos para onde ele vai e de onde vem (LYNCH, 2006).

Esses conceitos de pontos nodais e de rotas podem ser transferidos para o interior e/ou exterior das edificações, pois os usuários transitam em lugares complexos para se dirigirem ao ambiente desejado. Os diversos nós pertinentes a esses ambientes se apresentam, usualmente, nas recepções e cruzamentos de vias de circulação. Além disso, a instalação e utilização de um complexo hospitalar se torna de fundamental importância para a sociedade.

A organização física de um hospital está exposta ao sistema viário e à sinalização externa, para as entradas de pedestres, de veículos e aérea. Através da compreensão do posicionamento, da dimensão espacial dos setores e das rotas de movimentação verifica-se como o mesmo funciona.

A partir dos estudos de Lynch (2006) e Arthur & Passini (1992), para Carpmann & Grant (2002), o *wayfinding* é um sistema que envolve três principais subsistemas:

- O Comportamento é uma manifestação externa, uma resposta como fenômeno observável de processos cognitivos, retóricos e perceptuais complexos das habilidades e das experiências individuais;
- O Design equivale aos elementos próprios do ambiente construído, às soluções produzidas que influenciam diretamente a navegação espacial e a humanização;

- A Operação consiste nas iniciativas tomadas pelos decisores nos ambientes construídos e gestores das instituições que condicionarão parte dos dois subsistemas anteriores.

Assim, com a abordagem dos subsistemas acima, apontam-se três questões discutidas na sequência e pertinentes para o *wayfinding*: Humanização; Cognição; Retórica.

4 | HUMANIZAÇÃO

Um aspecto decisivo na gestão nos hospitais é a humanização. Mezomo (2001) a define como tudo aquilo que seja necessário para tornar a instituição adequada à pessoa humana e à salvaguarda de seus direitos.

Essa definição desencadeia consequências, entre elas:

- O hospital encontra sua razão de ser e legitimidade social no atendimento com segurança das necessidades humanas que buscam seus serviços;
- A estrutura física do hospital deve privilegiar o paciente, considerando suas limitações, necessidades de estada, locomoção, repouso e conforto;
- A estrutura tecnológica deve garantir os meios e técnicas necessárias para evitar que o paciente tenha aumentados os seus riscos;
- A estrutura humana deve fundamentar-se numa filosofia condizente com a missão e objetivos próprios do hospital. Neste sentido, torna-se imprescindível que o trabalho da equipe de saúde seja, essencialmente, uma presença solidária. Ao executar tarefas de cuidado ao paciente, o profissional deve fazê-lo com sentimento e emoção;
- A estrutura administrativa do hospital deve colocá-lo em condições de garantir os direitos dos pacientes. (MEZOMO, 2001).

Por meio do sistema hospitalar, busca-se na arquitetura um estímulo de design relacionado à cognição e à humanização. Os projetos arquitetônicos, o design e, conseqüentemente, o treinamento e a capacitação dos colaboradores de atendimento utilizam-se dos conceitos cognitivos no contexto de movimentação e orientação espacial.

Assim, o *wayfinding* impacta a orientação espacial, pois pode direcionar os usuários em seus fluxos, criar significado aos espaços e estabelecer uma comunicação visual para quem utiliza as instalações, através da percepção do espaço físico, fluidez de circulação, código acessível e memorização imediata (GAD, 2008).

As formas de ambientes dos hospitais se ajustam ao público usuário do serviço e se apresentam como um projeto de design, em termos arquitetônicos.

Entretanto, em alguns casos, nos ambientes de saúde há uma proliferação de

espaços “vazios e sem vida”, pouca clareza, sinalização e *wayfinding* confusos, falta de iluminação e/ou ventilação naturais e muitos corredores com tetos baixos e luzes artificiais (COLE *apud* SIMPSON, 2018).

Pode-se questionar se o design da edificação hospitalar também possui o fator sensorial a ser atingido como um dos objetivos, assim como a linguagem cognitiva do indivíduo, sem que, necessariamente, ele perceba.

5 | COGNIÇÃO

A partir dos anos 1950, o mundo acadêmico e intelectual participou de um debate desencadeado pelo projeto das Ciências Cognitivas. Sua instauração se deu mediante ao compromisso teórico de aceitar que, para entender a mente humana, em particular a cognição e a linguagem, era necessária e suficiente a postulação de níveis de análise abstratos com características computacionais, autônomos, separados e independentes entre si dos domínios biológico e cultural, o que haveria de descortinar a essência mesma desses fenômenos (MATURANA, 2001).

Card et al. (1999), apesar de afirmar que não existe uma definição diferenciada e transdisciplinar do conceito de informação, aplica a psicologia cognitiva, linguística, teorias da aprendizagem e da percepção, semiótica e design. Caracteriza-se a visualização como um procedimento para tornar processos pouco visíveis em efetivos e transformar informações codificadas em informações visuais (*apud* BONSIEPE, 2011).

As questões da humanização propiciam o encurtamento da distância do ambiente hospitalar dentro do repertório das pessoas que nele circulam e podem proporcionar discursos de convencimento e de pertencimento.

6 | RETÓRICA

Bonsiepe (2011) revela que a comunicação eficiente depende do uso de recursos que contêm um componente estético. Os recursos linguísticos, como se sabe, pertencem ao domínio da retórica que tem ligação com a preparação estética do discurso. Assim, a retórica é uma caixa de ferramentas para captar a atenção do público. A tarefa do design gráfico assemelha-se à retórica, contribui com a interface e produz legibilidade que, desta maneira, proporciona um entendimento, mediante a aplicação equilibrada dos recursos.

Quando a informação está estruturada, pode ser melhor compreendida pelo usuário que conheça o significado, tanto da linguagem utilizada, quanto das conexões apresentadas. Ao contrário do senso comum, o simples uso da informação não leva a conhecimentos, mas apenas ao contextual. Transformar os dados em conhecimentos consiste em interpretar a informação e usá-la, pois ela gera ações e metas orientadas. O design pode facilitar a recepção e a interpretação dos dados e das informações, pois

permite uma ação mais eficiente. Entretanto, conhecimento é mais que informação, pois este permite filtrar um valor informativo a partir de uma massa de dados, além de ser uma forma de descobrir o mundo: Reconhecer; Compreender; Captar (BONSIEPE, 2011).

7 | DISCUSSÃO

O presente artigo refere-se a uma pesquisa de dissertação em andamento. Relacionou-se o *wayfinding* à arquitetura, cognição e retórica. Diante desses conceitos, surgiram questões ambientais-arquitetônicas relativas à utilização das considerações da orientação espacial e sinalização por meio de técnicas no projeto e na gestão hospitalar.

Assim, tais questionamentos são relativos à utilização desses princípios pelos projetistas e pela organização institucional. Entre eles, pode-se verificar em estudos futuros, se o *wayfinding* reflete algum tipo de resultado existente, se esses campos citados são observados pelos arquitetos ao projetarem o hospital, se a gestão faz uso deles e se, quando faz, é eficiente. Também é importante avaliar a arquitetura como substrato do ambiente, com o objetivo de observar se há melhoria na compreensão da informação gráfica, para evitar que o usuário se perca e que haja certos problemas de humanização relativos ao *wayfinding*.

8 | OBSERVAÇÕES / RECONHECIMENTO

Este artigo foi selecionado para apresentação oral e publicado originalmente no XVII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC, realizado em Foz do Iguaçu, em novembro de 2018.

Os autores agradecem o apoio da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e a concessão de bolsa de mestrado pela Capes.

REFERÊNCIAS

ARTHUR P.; PASSINI, R. **Wayfinding: people, signs, and architecture**. New York: McGraw-Hill, Ryerson, 1992.

BONSIEPE, Gui. **Design, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011.

BRASIL (a). **Constituição Federal** (1988). [online] viewed: 28/1/2018 Available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL (b). **Lei 8.080**. (1990). [online] viewed: 28/1/2018 Available at: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8080-19-setembro-1990-365093-normaatuizada-pl.pdf>.

BROSS, João Carlos. **Compreendendo o Edifício de Saúde**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2013.

CARPMAN, J. R.; GRANT, M. A. **Wayfinding: Abroad view**. In: BECHTEL, R. B.; CHURCHMAN, A. (Eds.). *Handbook of environmental psychology*. New York: John Wiley, 2002. p. 427-442.

GAD, Branding, Design & Communication. **Hospital Alemão Oswaldo Cruz**, 2008. Disponível em: <<http://gad.com.br/PT/cases/detalhe-case/35>>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes: 2006.

MATURANA, **Humberto**. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MEZOMO, João Catarin. **Gestão da Qualidade na Saúde: Princípios Básicos**. Barueri: Ed. Manole, 2001.

NICKL-WELLER Christine & NICKL Hans (orgs.). **Hospital Architecture**. Sl.: Braun, 2007.

SIMPSON, Veronica. Community care: Gateways to health. World Health Design. Disponível em: <<http://www.worldhealthdesign.com/community-care-gateways-to-health.aspx>>. Acesso em 21 de junho de 2018.

TOLEDO, Luiz Carlos. **Feitos Para Curar: Arquitetura Hospitalar e Processo Projetual no Brasil**. Rio de Janeiro: ABDEH, 2006.

VERDERBER, Stephen & FINE David J. **Healthcare Architecture: In an Era of Radical Transformation**. London: Yale University Press, 2000.

TRANSFORMATIONS TO THE CLOISTERS AND THRESHOLD OF PAVILIONS IN HOSPITALS OF MEXICO

María Lilia González Servín

PhD. Architect

Center for Research in Architecture, Urbanism and
Landscape
Faculty of Architecture, UNAM

INTRODUCTION

The architecture which landed on the New Continent with the arrival of colonization, was developed according to the interests, ideas and constructive techniques brought to the American continent by the European crown, also importing the conditions that reaffirmed the triumph and domain of interests permeating the concept of the world's local cultures, along with new behaviors of foreigners, like when adopting the architecture with the characteristics of cloisters.

In that imposed new architecture, other ways to live within the constructions were developed; wherein environments identified with values that reinforced, reaffirmed and conserved customs of the European culture, thus isolating their inhabitants from the local mundane life; and structures were equipped with diverse services to function independently. In this way, the architecture came to reflect the system of social cohesion that was imposed by the conquest on the indigenous world. The

typology of cloister was applied defining the architectural structure that persisted for several centuries, even beyond the viceregal period, becoming a point of reference to project and order the constructions, besides contributing to consolidate habitability conditions by natural means in its interior.

The organization of the space in the cloister with the layout of a central patio, allowed conceptualizing the architectural plan in a practical way. The individual rooms, living rooms, and general spaces, were placed around the courtyards symmetrically in order to facilitate their sizing, the structure of the construction system, the sequence in the spaces and their communication with each other. The spaces were linked to a corridor working as a connector to articulate, give unity to the whole, and to make it functional. This disposition broke the local compositional scheme of the open space to confine it between thick, vertical and high walls; this architectural typology provided security and spiritual introspection to its inhabitants.

The courtyard, an open space contained within another enclosed space, worked as a window open to the sky; to allow seeing the cosmos and looking beyond the immediate;

It was believed to be a way to connect with the Divine force in addition to opening to the universe, to infinity or to look at the stars and the moon. They are architectural vain through which rainwater enters, the air and the light and heat of the sun are captured. For this reason the courtyards were essential for habitability in the constructions and for centuries the ideas of shelter were amalgamated with those of optimizing the environmental conditions. At the beginning, the courtyards were square or rectangular, usually with conventional orientations. Later, in the 18th century, other geometries were projected, varying their shape but preserving the environmental concept that remained the same for habitability; not so the self-absorption that was related to spiritual vows and the vision of understanding diseases as a divine punishment, because everyday life was transformed with economic development, conditioning social relations in open spaces, and the relationship of architecture with the urban image, which altered the typology of cloister. Economic and commercial relations with foreign countries intensified and impacted the organization of local communities and spaces, stimulating changes for the deployment of new architectural genres.

Despite the fact that the spaces organized in the cloister spread in the new continent, the establishments destined for social assistance include hospitals, hospices and asylums, because they helped to mitigate the consequences of colonization and in times of epidemics or famines. It is important to indicate the possibility that there were several hospitals built with the same typology in the different routes in which the conquest was expanded in America, due to the need to serve the conquerors¹ and that the service was extended to the local populations. When changes in the threshold of Independence were approaching, the typology of cloister was transformed because new ways of understanding diseases in relation to nature and social organization were developed.

BETWEEN FAITH AND SCIENCE

In the transition from the 17th to the 18th century, the Old Continent entered another dimension. Thanks to the industrial, cultural and political revolution, there was an ideological opening; social needs with a civil, public and general character were added to the moral values. The socialization of knowledge spread promoting the change that modified the architectural and urban culture. The new conception of the world centered in the critical reason and the order modifying the thought based on the divine will by the one of the experimentation and / or scientific verification. In the fight of interests the State appeared as a non-despotic authority, with faculties to grant public services of assistance and education and to promote public works; building civil and utilitarian edifications, integrated to urban milestones as part of the renovation process.

¹ The Nicola Di Bari Hospital is an example, located at that time in Santo Domingo Island, known today as Dominican Republic; it was founded in 1494. Another example is the Villa of Our Lady of the Assumption founded in 1510; these two are among others, expeditions that required hospital infrastructure to support campaign activities.

At the end of the century, in The New Spain more hospitals with the colonial structure were founded; those existing increased their capacity, updated some conditions of cure and the habitability augmented in the bedridden rooms. The hospitals were controlled by a Protomedicato that was responsible for the sanitary inspection, and the regulation of the exercise and medical practices, were linking urban health aspects as to promote physical improvements to inside. At that time, it was considered that diseases were transmitted by malignant humors caused by polluted air and water; this raised the importance of seeking prevention alternatives inside and outside hospitals and to experience organization of spaces in favor of health. With modern urbanism, prevention was developed in relation to the balance and harmony of the human body; nature argued the importance of forming harmonious unity with it as an essential source for living. This thought helped to improve the quality of spaces optimizing the benefits of nature: ventilation, lighting and sunlight. Ideas that guided and cemented the foundations for public health, considering that space could contribute to improving health, especially because life became more dynamic and the concentration of population made overcrowding and unhealthiness proliferate.

In Mexico City, public health policies were promoted to make urban improvements to avoid contagion and beautify the city. Sanitary groups were promulgated, multiplying the squares, green areas and esplanades; streets were expanded and paved to order the urban layout and sidewalks were placed; the channels and junctions that ran through several places became wider and deeper, and drinking water was also available. The measures contributed to the promotion of salubrity and hygiene as a precept of progress and social integration. It was defined the search for suitable places for the location of hospital complexes with buildings that highlighted the characteristics of this new format, the neoclassical. In the boiling of this social dynamic, the projects that were built stand out because of the contributions to the architectural composition and the novelties that the new architectural language manifested. The aesthetic treatment of the facades reaffirmed the change.

Hospitals stood out for their unprecedented forms of organization embodied in different sites; within the typology of cloister other dispositions are appreciated, that allowed to revolutionize the composition and to adopt new forms in their facades. This is especially noticeable in the bedding area, where overcrowding caused contagion, usually accentuated in the epidemic outbreaks occurred annually and causing more damage to the natives. Among the measures that were taken, was to modify the classification of areas according to the functions; their distribution responded to the environmental benefit that should be granted to the spaces in order to optimize the light. In the places where temperature was high, it was solved using the aeration, in a practical and simple way. In order to optimize the environmental conditions, the spaces had the best solar orientation as of the air currents. The apertures in the facades were multiplied; this influenced on how the sick rooms were arranged. It was important to conceive and design fountains and gardens that were placed in the courtyards or in the

perimeter of the constructions to heal the air of the interior by taking advantage of the one circulating in the exterior. There were also geometric patterns designs with artistic decorations for green areas and, in some cases water and sewer systems installations.

The variation in the composition of the architectural complexes filled only functional and habitability expectations. To extend more the courtyards of the cloister plant allowed experiencing diverse geometric forms, even as representation of the universe and science. The interest in calculating geometric shapes is observed in the arrangement of architectural ensembles. In the radial or concentric, triangular, octagonal or elliptical forms, the square plants of the constructions were blurred, and traced in narrow parallelepipeds that formed dynamic geometries in three dimensions. By narrowing the buildings, it was attempted to improve ventilation and lighting, even depending on how the building was oriented, the solar rays could enter the interior continuously. In this way, the transformations tended to constitute the architectural system of pavilions. For example, in the Hospital of San Lázaro, in Cuba (1748), the project outlined the habitability guidelines that would prevail for the design of new hospital buildings in America.

In the hospital of San Lázaro, the commons (sanitary) were separated from the architectural complex, placed in the backyard. To keep the commons clean, a system of channels was projected for water supply and for drainage; the secondary branches derived from a main branch; the network was projected with records for its maintenance and cleaning. The most interesting part of the project is the distribution of the rooms that were organized into double bays, arranged with a panoptic morphology, in rooms separated by a wide open corridor where the wind circulated generously and illuminated the spaces.

Image 1: Hospital of San Lázaro, Cuba (1748). A central garden and the breadth of the common spaces allowed cross-ventilation that benefited the recycling of air in the sick rooms. Drawing by Liliana Ángeles based on the plan of the Archive of the Indies of Seville.

Other hospitals were built with these characteristics, designed in the neoclassical format: the Comayagua (1783) in Honduras; that of Barinas (1787) in Venezuela and the Cumana (1797). The Bethlehem in Guadalajara, Mexico (1794) opted for the radial form.

Image 2: Schematic drawing of the Comayagua Hospital, Honduras (1783). The composition based on the square with larger courtyards, like windows open to the sky to introduce more light is observed in the transition from the cloister typology to the pavilion system.

In México, through the Academy of Fine Arts of San Carlos², the ideas of change promoted in Europe were filtered, imposing the logic and balance that denoted a new

² It was established in 1781 to train professionals in the construction field. Its aim was to fill the gaps that were required for new spatial needs, considering the canons based on universalism (globalization or architectural internationalism) which were disseminated through architectural treaties (in 1797 the architectural treaty of León Batista Alberti was published in Spanish).

code of beauty; oriented to a new taste in relation to the concepts of utility and simplicity. Thus, architecture experienced new challenges and the avant-gardes showed a different image, breaking the link with the baroque format to the physiognomy of the neoclassical format that claimed the naturalization letter in Mexico. Administrative and production genres disrupted the milestones of the past in the sense of monumentality and the formal organization of architectural ensembles.

Among other novelties that were added to the experiences acquired regarding to habitability in the typology of cloister and that can be understood already in the neoclassical format, is how the composition of the facades and all its elements was graced, which were designed to balance and harmonize the rhythms of the apertures with the massifs. By exposing the structure to the exterior, the facade became more evident and severe. To compensate for the proportion and to perfect the composition, architraves, cornices and jambs were outlined; organized conveniently to the structure, because in addition to balancing it horizontally as well as vertically, it highlighted the beauty and general functionality as of each of its elements. In the facades as in the corridors, the apertures acquired greater hierarchy and importance to penetrate light, sun and wind; accentuated with ornamental elements that functioned protecting the walls, the mezzanine, the doors and windows from humidity because they were made of wood.

Another preventive measure was solved with the formal proportion of the volumes and at the same time, to generate volume of air inside, enough to guarantee its recycling through cross ventilation, which made strategically place different openings; these, in turn, were designed rhythmically and in parallel. In the walls the openings multiplied and expanded their dimensions vertically, to penetrate to the deepest lighting and sunlight, which were controlled by wooden boards with crystals in doors and windows, divided into several parts to be opened by fractions to control the air currents, or they were made in two leaves to fold them wide open. In the facades, balconies protected by blacksmithing were designed to open wide the doors of the windows. The blacksmith was designed with admirable details announcing the intensive use of this material that would be developed in the construction. Masonry parapets were replaced by iron handrails.

In addition to the changes to the general composition and facades, there are significant changes on the roofs. When the spaces were conceived volumetrically and by diversifying the composition and introducing structural novelties, the apertures in the roofs were opened like windows open to the sky, to ventilate and illuminate the interior³, especially in the rooms that remained confined, skylights or domes with lanterns⁴ were placed. The apertures in the drum of the domes lightened the weight of the roof. Particularly, this improvement was made in the architecture that was recycled

3 In 1778 a contest was held to finish the towers of the Cathedral of Mexico. Years later, Manuel Tolsá concluded them crowning them with a lantern.

4 Between 1694 and 1699 at the Hospital San Pedro, in Puebla, Mexico, lanterns were adapted in the vaults of the roofs to ventilate and illuminate the rooms and be able to accept syphilis patients.

or refurbished to house a hospital. Of the relation between the openings with respect to the massifs, a game of chiaroscuro was generated. The interior and exterior formed a formal balance, related to the environmental aspect and the prevention of diseases; also, in the spatial sequence, architecture was connected to the urban space, its articulation recreated a game between open and closed spaces.

Many gable roofs were transformed into flat roofs, becoming rooftops, which meant placing fillings to enhance the slopes and sending rainwater to gargoyles installed rhythmically on the facades to lower the water in free fall and integrate it into the subsoil. This situation helped the rooftops to be conceived as an extension of the rooms while maintaining the compositional balance on the façades. The proportions between the base and the height were harmonized, and between each of its components or ornaments arranged to emphasize the horizontal and vertical structural rhythm. At the end of the century, the gargoyles were disappearing and the perimeter parapet of the roofs was part of the composition, becoming indispensable to hide the slopes of the roofs. When the gargoyles were replaced on the facades, pipes of clay or ceramics were drowned in the structure of the construction to lower the rainwater, later they would be made of molten iron, giving another importance, functionality and versatility to the roofs. In its perimeter, balustrades were placed and treated with artistic finials that emphasized the rhythm of the structure and indicating the location of the descent of water.

In the process, the beams of the construction system of some roofs were covered with coffered ceilings to make them more sober and reaffirm the simplicity, serenity and elegance; besides protecting the lower parts from moisture and dust, giving a feeling of spaciousness and cleanliness. It also contributed to design foundations with other options and constructive systems. Among other contributions no less important was the strategic relocation of the stairs. Its location emphasized the sequence, the transit and subjectively to the compositional axes. It reaffirmed its functional condition, of spatial distribution and the passage of air currents to spaces. These considerations were enough to break the established canons, being more evident when the neoclassical was established as an idea of change and in which the system of pavilions was created and affirmed.

In the pavilion system, a new reference was formed. While the use of iron was intensified as a structural reinforcement, on the walls and ceilings, creativity was encouraged in the design and calculation thanks to the knowledge of the constructive techniques⁵ and the professionalization of the construction that deepened rationalist thinking⁶. The constructive practice became more continuous, diversifying its use and form, because in other parts of the world it was introduced the placement of double T iron beams in the ceilings to support hollow brick vaults. They were initially experimented to

5 Mechanics, statics, geometry, decimal metric system and others related to mathematics.

6 At the end of the 18th century, the scientific method was fostered, justifying in this way the inventions and development of machines.

prevent fires⁷, and in a short time their use was intensified by the argument of solidity, durability and non-combustible. The smooth surface of iron contributed to prevention by avoiding nesting lice and bedbugs, main carriers of the typhus that caused so much damage in the population.

Thus, the system of pavilions that was developed with the neoclassical represents the avant-garde, the progress in the scientific teaching and the spirit of renovation that proliferated in the construction of the new genres of buildings that became new urban landmarks. They pointed to the change and new expression in urban and architectural composition. It consolidated the idea of progress that linked art to science, in a logical, measured reasoning of equity and aesthetic and artistic harmony. Logic and balance between parts of architecture defined a quantifiable harmony, affirmed the beauty in the rational perfection, it was the code and language of the modern spirit of then.

In this sense, the work of the architect Manuel Tolsá and other architects on the threshold of the 19th century is significant because their projects show modern thinking with a tendency to the system of pavilions. For example, in the Royal College of Mines, which was located in the most consolidated area of Mexico City, the compositional sequence was projected on primary and secondary orthogonal axes, in plan as in elevation emphasizes the central circulation and with a perpendicular axis, it communicates the lateral streets and circulates the cross ventilation from East to West. Similarly, to optimize the environmental resource, it is appreciated that to illuminate and ventilate some rooms that are practically confined between other spaces, it was solved by differentiating the heights, protruding volumes on the roof and in which rhythmically symmetrical apertures were placed on the walls to guarantee natural illumination and cross-ventilation.

In summary, on the threshold of 18th century modernity, knowledge was renewed and widened⁸. The scientific and technological revolutions helped to interpret the universe, to generate scientific and technological innovations that boosted productivity by questioning established precepts. It was pronounced toward intellectual rationalism with a diversity of positions that were increasing modifying the colonial structure and introduced to society new ways of inhabiting public and private spaces; in another way to understand the disease with new practices to which were added the lessons learned and the concepts of prevention and beauty related to science, technology, art and new social values. However, the experiences in favor of habitability in the cloister typology were taken up, synthesized and enriched as an idea of modernity that impacted daily life in America, entering the threshold where the system of pavilions was developed.

7 In 1789, N. Goulet built roofs with iron beams and hollow brick vaults.

8 Ideas condensed a philosophy, from which the codes reflected in the architecture emerged, then emphasized the content in a language loaded with symbolism; painting and sculpture reinforced architecture in this daily craft.

BIBLIOGRAPHY

González Servín, María Lilia, Hospitals of Mexico, From the typology of the cloister to the pavilion system, Master's thesis, UNAM, 2005.

CONJUNTO ESCOLA PARQUE: PATRIMÔNIO MATERIAL DA BAHIA E REFERÊNCIA PARA CONJUNTOS ESCOLARES NO BRASIL

Roberta Betania Ferreira Squaiella

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – S.P.

Roberto Righi

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – S.P.

RESUMO: O Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), importante centro popular de educação integral em Salvador, marcou a história da educação e da arquitetura brasileira. Implementado entre as décadas de 1950 e 1960, foi idealizado por Anísio Teixeira após estudos nos Estados Unidos, onde conheceu John Dewey. No CECR Anísio suscitou o olhar da arquitetura para um novo desenho do espaço escolar. O projeto arquitetônico do conjunto, formado por uma Escola Parque e quatro Escolas Classes, foi realizado por Diógenes Rebouças, em parceria com Hélio Duarte, Assis Reis e outros arquitetos. Sua arquitetura moderna foi inovadora para Salvador e, possibilitou a integração entre as artes a partir das pinturas muralistas realizadas por artistas como Carybé, Mário Cravo, Jenner Augusto, Carlos Magano e Maria Célia Amado. Tombado em 1981, o CECR, conhecido como Conjunto

Escola Parque, é patrimônio artístico e cultural da Bahia e uma das obras mais representativas da formação da sociedade baiana. Diante desse contexto, discute-se o CECR como modelo de representação ideológica de Anísio, adotado como referência para outras importantes iniciativas de centros escolares no país, como o Convênio Escolar, o CIEPs, o CEE e o CEU. Ao longo dos anos, as diferentes gestões políticas transformaram o modo de utilização da Escola Parque, entretanto, sua grande relevância se mantém até os dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Centro Educacional Carneiro Ribeiro; Conjunto Escola Parque; Anísio Teixeira; Diógenes Rebouças; Patrimônio.

ABSTRACT: The Carneiro Ribeiro Educational Center (CREC), an important popular center for integral education in Salvador, marked the history of Brazilian education and architecture. Implemented between the 1950s and 1960s, it was idealized by Anísio Teixeira after studies in the United States, where he met John Dewey. In the CREC Anísio raised the look of architecture for a new design of the school space. The architectural design of the complex, formed by a School Park and four Schools Classes, was carried out by Diógenes Rebouças, in partnership with Hélio Duarte, Assis Reis and other architects. Its modern architecture was innovative for Salvador and

allowed the integration between the arts from the mural paintings realized by artists like Carybé, Mário Cravo, Jenner Augusto, Carlos Magano and Maria Célia Amado. Subject of preservation since 1981, the CREC, known as Park School Ensemble, is Bahia's artistic and cultural heritage and one of the most representative works of the formation of the Bahian society. Faced with this context, the CREC is discussed as an ideological representation model of Anísio, adopted as a reference for other important initiatives of school centers in the country, such as CIEPs, CEE and CEU. Over the years, the different political managements have transformed the way Park School is used, however, its great relevance remains until the present day.

KEYWORDS: Carneiro Ribeiro Educacional Center; Park School Ensemble; Anísio Teixeira; Diógenes Rebouças; Patrimony.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Bastos (2009), o pensamento liberal, de igualdade e direito de todos à educação, está nas origens da educação pública brasileira, entendida como um importante instrumento para a construção de uma sociedade mais igualitária. Durante o período da Primeira República a educação pública era oferecida no ensino elementar, enquanto o ensino secundário, não obrigatório, era oferecido pelas instituições privadas, por ser considerado um privilégio das elites. Com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, em 1930, iniciou-se a ideia de uma educação pública como elemento remodelador do Brasil, na construção de uma sociedade moderna e democrática. Em 1932, um grupo de intelectuais lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dentre esses intelectuais, destaca-se Anísio Teixeira, um político que trouxe importantes modificações para a educação brasileira e implementou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), grande modelo de educação no país. Nesse contexto, o CECR fazia parte de um projeto de reformulação do ensino, que previa a construção de centros populares de educação, com o objetivo de fornecer uma educação integral para as crianças até os dezoito anos de idade (MENEZES, 2001).

Inicialmente, destaca-se a importância de Anísio Teixeira para a educação brasileira, a partir de um breve histórico sobre sua vida, a fim de se compreender o contexto histórico no qual estavam inseridas as suas idealizações no momento de construção do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Compreendendo-se a importante influência da ideologia de John Dewey em Anísio, descreve-se a transposição do sistema *Platoon* para o conjunto composto pela Escola Parque e Escolas Classes. Diógenes Rebouças, à frente dos projetos do “Plano de Edificações Escolares” conduziu o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos para o CECR, em parceria com demais arquitetos como o Hélio Duarte e o Assis Reis. Importante representação da arquitetura moderna na Bahia, o CECR integra arquitetura e arte com a pintura muralista de jovens artistas da época, como Carybé, Mário Cravo, Jenner Augusto, Carlos Magano e Maria Célia Amado (ROCHA, 2002).

Administrado pela Secretaria de Educação do Estado, o CECR, conhecido como Conjunto Escola Parque, foi tombado em 1981 como patrimônio material da Bahia (CARLETTO et al., 2014). Representa a experiência pioneira e revolucionária de educação profissionalizante e integral voltada para as populações mais carentes do Brasil. Seu nome homenageia o educador baiano Ernesto Carneiro Ribeiro (BASTOS, 2009). Para compreender a sua importância, analisa-se a sua situação e representatividade atual, com alguns registros fotográficos. Destaca-se a influência do CECR para demais conjuntos escolares realizados no Brasil, como os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), no Rio de Janeiro, os Centros de Educação Elementar, no Distrito Federal, o Convênio Escolar e os Centros Educacionais Unificados (CEU), em São Paulo. Com as mudanças dos gestores políticos ao longo dos anos, a Escola Parque deixou de atender apenas os alunos das Escolas Classes, numa proposta de formação integral do aluno, e passou a oferecer as atividades complementares para toda a comunidade. Conclui-se que o CECR é um equipamento educacional de grande importância e representatividade para o país e, de fundamental relevância na arquitetura, na educação e na formação social e cultural da comunidade onde se insere.

2 | ANÍSIO TEIXEIRA E A TRANSPOSIÇÃO DO SISTEMA PLATOON PARA O CONJUNTO ESCOLA PARQUE

Nascido no município baiano de Caetité, em 1900, Anísio Spínola Teixeira formou-se em 1922 na Faculdade de Direito, da Universidade do Rio de Janeiro. Sob influência do seu pai, que já possuía uma carreira pública como chefe político no município de Caetité, Anísio foi inspetor-geral do ensino na Bahia, em 1924, onde promoveu a reforma do ensino naquele Estado. Com o grande interesse pela educação, foi para os Estados Unidos estudar na Universidade da Colúmbia e teve contato com as ideias do seu professor John Dewey, sobre a filosofia da educação, que o influenciariam decisivamente (BASTOS, 2009).

Quando voltou para o Brasil, em 1931, trabalhou junto ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde, dedicando-se à reorganização do ensino secundário. Nesse período, junto com Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros, assinou o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, documento que defendia uma escola pública, gratuita, laica e obrigatória. Em 1935 criou a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Por estar contra aos pressupostos da Igreja Católica, dominante na educação daquele período, ele sofreu grande oposição e foi perseguido pelo governo de Getúlio Vargas. Como resultado, Anísio se demitiu do cargo no Ministério da Educação e Saúde, em 1936, e voltou para a Bahia. Viveu na Europa e em 1946 tornou-se conselheiro geral da UNESCO. No ano seguinte, com o fim da ditadura Vargas, Anísio voltou ao Brasil e aceitou o convite do governador Otávio Mangabeira para assumir novamente a Secretaria de Educação da Bahia. Nesse período ele elaborou o Plano Estadual de

Educação Escolar, onde criou o conceito da Escola Parque como um espaço completo de formação educacional. O sucesso de sua experiência pioneira tornou-se referência em todo o Brasil (DE ABREU et al., 2001).

Seguindo-se como defensor da educação pública brasileira, Anísio assumiu a função de secretário geral da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em 1951, e no ano seguinte foi o diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). No final da década de 1950 ele participou dos debates para a implantação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases. Em 1963, fundou a Universidade de Brasília, ao lado de Darcy Ribeiro, e tornou-se reitor nesta instituição até 1964, quando se afastou do cargo devido ao golpe militar. Foi para os Estados Unidos, onde lecionou nas Universidades da Colúmbia e da Califórnia. De volta ao Brasil, em 1966, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas. Em 1971, ele morreu em um acidente considerado obscuro, pois foi encontrado no fosso de um elevador, em um prédio no Rio de Janeiro (CARA, 2016).

Seguindo os ideais de John Dewey, que desenvolveu uma concepção de educação pragmática, baseada na constante reconstrução da experiência diante de um mundo em transformação, Anísio Teixeira propôs que

“a escola precisava educar em vez de instruir, formar homens livres em vez de homens dóceis, preparar para um futuro incerto em vez de transmitir um passado claro, ensinar a viver com mais inteligência, mais tolerância e mais felicidade” (BASTOS, 2009, p.2).

O aprendizado do aluno, que deveria pensar e julgar por si mesmo, seria orientado pelos seus interesses, num ambiente de liberdade e de confiança entre professores e alunos.

O programa do Conjunto Escola Parque, concebido por Anísio Teixeira, foi inspirado nas escolas comunitárias norte-americanas, onde a educação da sala de aula era completada por uma educação dirigida. Com a intenção de que a qualidade da educação superasse a quantidade de matrículas, Anísio propôs um sistema composto por “escolas-classe” e “escolas-parque”, sendo uma Escola Parque, que atendesse quatro mil alunos – dois mil em cada turno –, para quatro Escolas Classes, de mil alunos cada – quinhentos em cada turno (BASTOS, 2009). Esse sistema inovador considerava as instalações em terrenos distintos, onde a Escola Parque ocuparia a posição central e as Escolas Classes seriam nucleares. Com a dificuldade em se disponibilizar grandes terrenos para todo o conjunto educacional, essa medida facilitava a sua implementação. Assim, foi admitido como um critério econômico que as Escolas Classes tivessem uma ocupação mínima de terreno (DUARTE, 1973), enquanto a Escola Parque necessitava de uma grande área para abrigar todo o seu programa.

Para Anísio era importante não apenas suprir a deficiência em número de matrículas, onde a escola fosse um lugar para que a criança pudesse ter as atividades corriqueiras de leitura, de aritmética e de escrita, como também pudesse ser introduzida

às ciências sociais e físicas, além de adquirir conhecimentos nas áreas de artes industriais, de desenho, de música, de dança e de educação física. Assim, enquanto nas Escolas Classes seriam ministradas as aulas do currículo tradicional, na Escola Parque funcionariam as atividades complementares. Todos os alunos frequentariam ambas as escolas, num sistema de turnos alternados (DUARTE, 1973), conforme esquematizado na Figura 1.

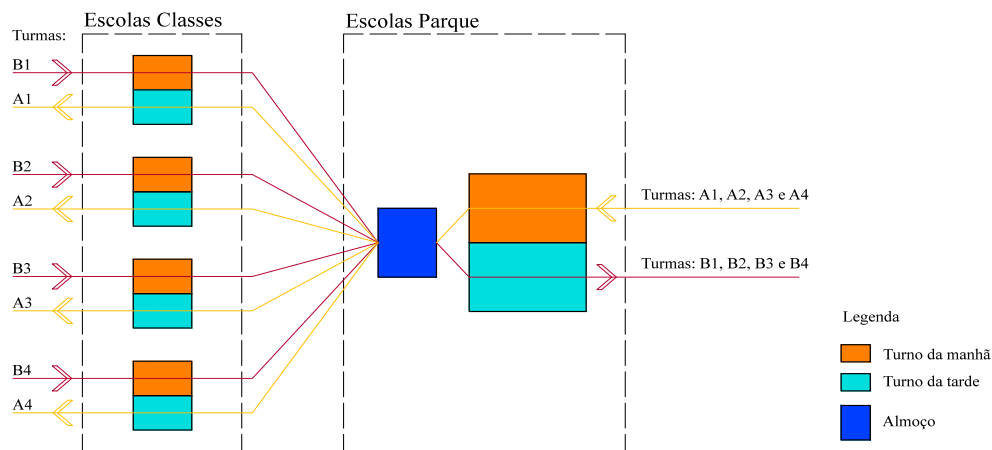


Figura 1 – Movimento de translação e revezamento das turmas nas escolas-classes e escola-parque

Fonte: Squaiella, 2018 (adaptado de Duarte, 1973).

Admitido como solução racional para o duplo e simultâneo aproveitamento do tempo e dos locais de ensino, esse sistema, conhecido como *Platoon*, foi fundado na *Brady School*, em *Detroit*, e trazido como uma referência a partir das experiências de Anísio Teixeira. Ele tornava-se mais econômico, devido a uma maior eficiência pelo uso simultâneo das salas de aula, nas quais havia a separação das matérias em dois grandes grupos (*platoons*). Isso possibilitava o pleno desenvolvimento da criança, por meio de artes e de técnicas diferentes, num ambiente coletivo mais justo e de entusiasmo (DUARTE, 1973).

Infelizmente, devido à escassez de recursos, as escolas do CECR, localizadas nos bairros da Liberdade, da Caixa D'água, do Pero Vaz e do Pau Miúdo, representam o único centro escolar construído, dentro de uma proposta de 8 centros escolares que foram idealizados para atender a toda a população infantil, em idade escolar, no município de Salvador (ROCHA, 2002). O local foi escolhido para ser a primeira experiência desse sistema, pois nessa região encontrava-se a maior concentração de pessoas com baixo nível econômico, de menores sem escola e até mesmo semiabandonados (DUARTE, 1973; ROCHA, 2002).

A proposta de Anísio, de uma educação em tempo integral, em atendimento à solicitação de Mangabeiras, visava superar a educação do “faz de conta”, do “deixar como está para ver como fica”, que se aplicava na gestão pública. A intenção era acabar com aquela situação nociva de um estado de semianalfabetos, com alta taxa

de repetência na primeira série primária (EBOLI, 1969; DUARTE, 1973).

De acordo com Duarte (1973), com o surto da urbanização e da industrialização o país buscava um lugar diante das nações firmemente estabelecidas. Para isso a educação precisava de uma reformulação urgente em seu currículo e programa, além de professores bem preparados e equipamentos adequados. Considerando-se a escola como mantenedora das condições sociais existentes, Anísio propôs que as atividades da Escola Parque possibilitassem à criança desenvolver-se nas habilidades futuras, podendo vir a ser um estudioso, um operário, um artista, um atleta, enfim, um cidadão inteligente, útil, responsável e feliz (DUARTE, 1973).

3 | O PROJETO ARQUITETÔNICO DO CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO.

Diretor da Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (CPUCS), entre 1947 e 1951, o arquiteto Diógenes de Almeida Rebouças elaborou um conjunto de projetos urbanísticos e arquitetônicos que mudou a paisagem da cidade. Neste período, ele também esteve à frente dos projetos do “Plano de Edificações Escolares”, desenvolvido por Anísio Teixeira, no qual dezenas de escolas foram construídas em Salvador e nos municípios do interior da Bahia, nos próximos anos (ANDRADE JÚNIOR, 2014a). Dentre os projetos deste plano, destaca-se o do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, onde Rebouças, junto com o engenheiro Paulo de Assis Ribeiro, considerou a ideia de Anísio para um espaço completo de formação do aluno, num período em que se mesclavam os princípios modernos na arquitetura com o idealismo social nos programas arquitetônicos (BASTOS, 2009).

De acordo com Chahin (2016), o paradigmático programa da Escola Parque marcou a história da arquitetura brasileira ao promover o olhar para o desenho do espaço escolar mais voltado ao seu programa educativo do que para a sua monumentalidade. O diálogo entre a pedagogia e a arquitetura fundamentou a organização interna dos espaços educativos, que visava o aprendizado por meio da experiência de situações vinculadas ao cotidiano dos alunos. Dessa maneira, a escola deveria fazer parte de uma rede de equipamentos urbanos, deixando de ter o caráter monumental dos Grupos Escolares republicanos, trazendo o cotidiano social para o interior de suas atividades pedagógicas. Acreditava-se que a qualidade do espaço moderno pudesse atuar positivamente no ensino, de alguma maneira (BASTOS, 2009).

A primeira etapa da construção do CECR ocorreu de maneira bastante rápida. Em 1948, Diógenes Rebouças junto com Hélio de Queiroz Duarte elaboraram os projetos das três primeiras Escolas Classes e dos primeiros pavilhões da Escola Parque, que foram inaugurados em 1950. O pavilhão do setor das atividades de trabalho, o maior e o primeiro que foi construído, possui cinco gigantescos painéis artísticos, que constituem o mais importante conjunto de murais modernos do Estado da Bahia (Andrade Júnior, 2014b), conforme será analisado adiante.

Ao término do governo de Mangabeira, em 1951, a construção do restante do complexo se tornou muito lenta. Foram dezesseis anos para a finalização da construção de todo o projeto, sendo as últimas edificações, o pavilhão do setor artístico da Escola Parque, em 1963, e a Escola Classe IV, em 1964. Destaca-se que os projetos desses últimos e de outros pavilhões construídos no final dos anos de 1950 foram elaborados por Diógenes Rebouças junto com Assis Reis, e que Anísio Teixeira, por meio de suas ações políticas, conseguiu garantir os recursos financeiros que viabilizaram a conclusão das obras (ANDRADE JÚNIOR, 2014a).

Em atendimento à proposta de Anísio, o conjunto de Escola Parque e Escolas Classes deveria atender o aluno num período de oito horas, onde seriam oferecidas todas as refeições diárias. Além disso, de acordo com Menezes (2001), com o objetivo de fornecer à criança uma educação integral, seriam oferecidos os cuidados com a higiene, a socialização, a preparação para o trabalho e a cidadania. No planejamento do CECR, foi prevista a distância máxima de 500 metros entre as Escolas Classe e a Escola Parque, para facilitar o deslocamento das crianças (ANDRADE JÚNIOR, 2014a). Entretanto, esse percurso é de aproximadamente 1 a 1,2 Km que leva, em média, de 15 a 20 minutos para ser percorrido a pé. Apenas a Escola Classe IV, que está localizada no mesmo quarteirão, possui acesso direto à Escola Parque.

Na Escola Parque, os grupos de 650 a 700 estudantes realizariam atividades em cada um dos três setores: sociais e artísticos; de trabalho; e, de educação física. O setor de atividades sociais e artísticas abriga um teatro, salas de música, de canto e de dança. O setor de atividades de trabalho abriga um conjunto de ateliês e salas de trabalho e, o setor de atividades de educação física abriga um ginásio e salas para as atividades físicas. As refeições seriam servidas no restaurante da escola, que abriga a própria cozinha. A biblioteca, com capacidade para 300 crianças, e um teatro ao ar livre completam o programa da escola (ANDRADE JÚNIOR, 2014a).

As Escolas Classes possuem um programa funcional semelhante, composto por doze salas de aula, biblioteca, áreas cobertas para recreio, espaços administrativos, cantina do professor e local para as refeições das crianças. Além disso, também possuem uma casa para o zelador, localizado no próprio terreno, mas independente da edificação da escola (ANDRADE JÚNIOR, 2014b). De acordo com Ivonilde Andrade, atual coordenadora da Escola Parque, a casa para o zelador se mantém em até hoje nas Escolas Classes.

O Conjunto Escola Parque apresenta diversos elementos do repertório formal da arquitetura moderna, como a divisão funcional do programa em diferentes volumes, distribuídos em formas aproximadas de U ou H, os tetos planos ou inclinados em meia-água, os elementos vazados e a integração entre o espaço interno e externo. Assim, é possível destacar as esquadrias de veneziana de madeira e vidro nas três Escolas Classes, os cobogós nas Escolas Classes e nos edifícios da Escola Parque, as rampas contínuas que articulam os dois blocos da Escola Classe I, os quebra-sóis fixos das fachadas principais das Escolas Classe II e III, e o telhado borboleta do

volume de ingresso à Escola Classe III (BASTOS, 2009; ANDRADE JÚNIOR, 2014b).

4 | INTEGRAÇÃO ENTRE A ARQUITETURA MODERNA E A ARTE

O discurso pedagógico de Anísio Teixeira de “educação pela arte” foi concretizado pela primeira vez no CECR (ANDRADE JÚNIOR, et al., 2016). Apesar da Semana de Arte Moderna ter acontecido em São Paulo na década de 1920, a Bahia resistiu ao modernismo cultural até quase o final da década de 1940. Com o apoio político, financeiro e incentivo ao desenvolvimento do Modernismo, Anísio deu oportunidade para artistas pioneiros contribuírem de modo especial para a pintura moderna de grandes murais (ROCHA, 2002). Essas pinturas representam a integração entre a arquitetura e a arte, característica da arquitetura moderna da época (MENEZES, 2001). Além disso, essa integração representa importante manifestação da arte que qualifica os espaços de uso comum e coletivo.

Apesar da obra de arte não definir um espaço de usufruto público, ela reforça o seu papel público, pois ganha significação social. Assim, o espaço que se integra a uma obra de arte de fruição pública torna-se excepcional ao evidenciar as suas características históricas e sociais, reforçando o papel da intervenção arquitetônica e urbana. Ressalta-se que as formas tradicionais de arte em lugares públicos são manifestadas por: esculturas, monumentos, fontes, murais e painéis. O painel se articula com a arquitetura, propiciando o contato com a cultura, em escala monumental, integrada com a concepção geral e com as particularidades da obra arquitetônica (SIMÕES; RIGHI, 2003). No CECR a arte predominante é a pintura muralista, mas também há escultura e pintura de painel que marcam as manifestações artísticas e, traduzem um pensamento integrador e conceitual.

As paredes do *foyer* do teatro foram revestidas por azulejos pintados pelo artista alemão Udo Knoff e significaram um elemento de destaque na busca de uma linguagem brasileira na arquitetura, ao recuperar uma tradição colonial luso-brasileira. As pinturas nas Escolas Classes contribuíram para consolidar a arte moderna na Bahia sendo: o mural “Jogos Infantis”, do Carlos Frederico Bastos, na Escola Classe I; o mural “Panorâmica de Salvador”, do Carybé, na Escola Classe II; uma pintura em cavalete, “Festa de São João”, da Djanira da Motta e Silva, disposto na sala da diretoria da Escola-Classe II; uma escultura e o mural, “Fundo do mar e animais pré-históricos”, do Mario Cravo Júnior na Escola-Classe III (MIDDLEJ, 2014).

Conforme já mencionado, no pavilhão das atividades de trabalho se concentram os painéis mais impactantes dos artistas modernos, executados entre 1953 e 1955, que retratam as cenas de trabalho. No hall do pavimento térreo encontram-se os afrescos “A Evolução do Homem”, do Jenner Augusto, e “Trabalho e costumes”, do Carlos Magano. No hall do pavimento inferior há o painel em têmpera sobre madeira, “O ofício do homem”, da Maria Célia Amado. Nas duas oficinas estão os painéis em têmpera sobre madeira, “O Átomo (A Evolução do Trabalho)”, do Carybé e, “A Força

do trabalho”, do Mário Cravo Júnior (ANDRADE JÚNIOR, et al., 2016). Na Figura 2, verifica-se o registro dessas as obras, sendo os painéis do Mario Cravo e do Carybé, e os fragmentos dos painéis de Carlos Magano, Maria Célia e Jenner Augusto.

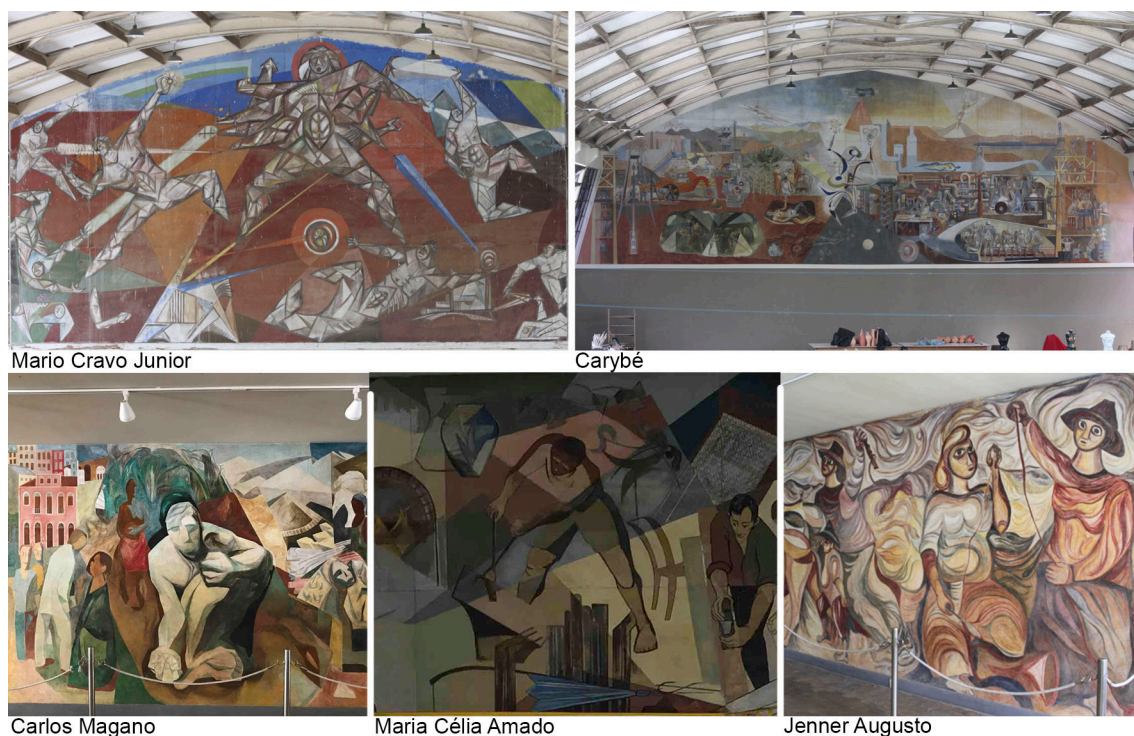


Figura 2 – Murais do Núcleo de Artes Visuais

Fonte: Squaiella, 2017.

Conforme apontado por Midlej (2014), as artes no Conjunto Escola Parque ilustram a estratégia de atualização da Bahia, nos âmbitos cultural e educacional, durante o governo de Otávio Mangabeira. As concepções artísticas no CECR são percebidas como obras vinculadas ao espaço arquitetônico e atendem a um objetivo maior de integração entre arte, arquitetura, cultura e educação.

5 | A SITUAÇÃO ATUAL DA ESCOLA PARQUE

Quando o CECR foi construído a comunidade ao seu redor possuía outra dinâmica de uso e uma baixa densidade demográfica, conforme pode ser observado na Figura 3. Nesta imagem, também se observa que ainda não havia o teatro e a biblioteca. Ao longo dos anos foram construídas muitas edificações, grande parte irregulares, com uma variedade de funções de comércio, de serviços e residências. O grande aumento da densidade urbana, ao redor do CECR, pode ser visualizado na Figura 4. Hoje o interior da Escola Parque representa um grande respiro urbano, inserido naquela comunidade, com espaços amplos e adequados para as diversas atividades que oferece.

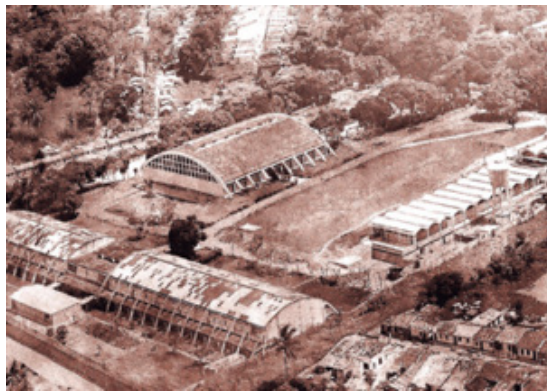


Figura 3 – Escola Parque, década de 1950.

Fonte: Carletto et al., 2014.



Figura 4 – Escola Parque em 2018.

Fonte: Google maps, 2018.

Em visita realizada em outubro de 2017, a coordenadora Ivonilde Andrade informou que o traslado entre a Escola Parque e as Escolas Classes I, II e III era feito por transporte escolar até o ano de 2002. Com o corte de investimentos público para a escola, os alunos perderam o benefício do transporte e as atividades complementares na Escola Parque deixaram de ser obrigatórias para os alunos do ensino fundamental. Dessa forma, tais atividades passaram a ser oferecidas para toda a comunidade local, sendo a preferência das inscrições para os alunos das Escolas Classes e demais escolas conveniadas. Além disso, o crescimento desordenado da região tornou mais longo o trajeto entre a Escola Parque e as Escolas Classes (I a III), devido a maior sinuosidade dos caminhos. Essa situação provocou a quebra da rede escolar planejada por Diógenes no EPUCS. O conjunto escolar deixou de ser um equipamento urbano central para a região e as atividades educativas regrediram para o sistema tradicional, com o cumprimento do currículo escolar obrigatório, em meio período, nas Escolas Classes.

De acordo com Ivonilde, desde a sua inauguração até o ano de 1975, a escola recebia os recursos financeiros do governo federal. A partir daí passou a ser administrada pelo governo estadual e enfrenta dificuldades financeiras para a sua manutenção. Já passou por três reformas, nas décadas de 1990, 2000 e 2010, e até os dias atuais representa importante centro educacional para a comunidade local. As palavras de Andrade Júnior, no caderno produzido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) da Bahia, corroboram sobre a importância do CECR no tecido urbano daquela comunidade:

Se, por um lado, a implantação de uma estrutura gigantesca e moderna como o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em um tecido urbano como o da Caixa d'Água e arredores, provocou um enorme contraste com a ocupação fragmentada do entorno, formado por construções vernaculares e de pequeno porte, por outro lado, é indiscutível que, até hoje, a numerosa população da região da Caixa d'Água, Pero Vaz/Corta-Braço, Pau Miúdo e arredores se utiliza intensamente desse equipamento educacional de elevada qualidade, que vem tendo, em seus mais de 60 anos de funcionamento, um papel determinante na educação e na formação social e cultural dessas comunidades, até os dias de hoje (ANDRADE

Os cursos oferecidos na Escola Parque ocorrem nos diferentes edifícios, que estão apontados na planta geral do CECR (Figura 5) e descritos a seguir.

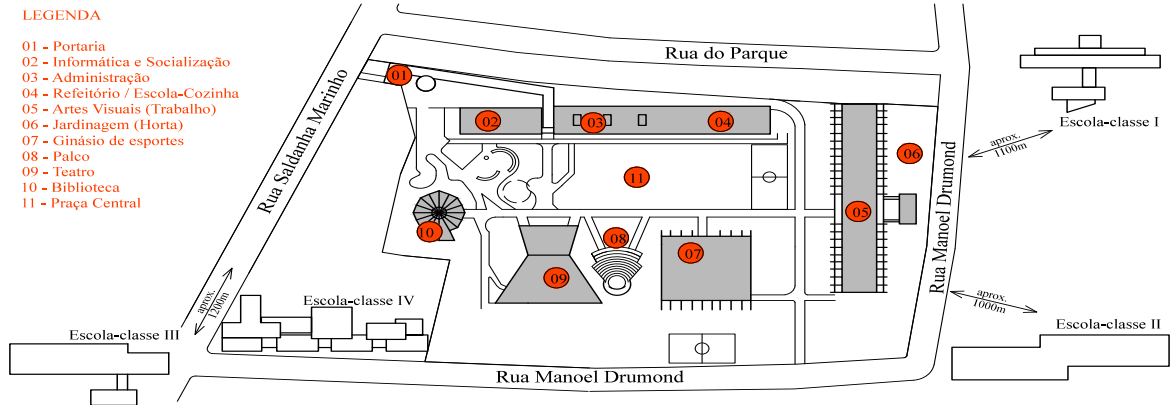


Figura 5 – Planta Geral do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, situação sem escala.

Fonte: Squaiella, 2018 (adaptado de Carletto et al., 2014).

No Núcleo de Informação Comunicação e Conhecimento (NICC), registrado na Figura 6, são oferecidos os cursos de: português, matemática, inglês, espanhol, francês, *web design* e produção de vídeos e informática. O setor administrativo possui as salas da secretaria, da coordenação e da direção. Nesse setor são oferecidas as atividades socializantes e as assistências por meio de assessoria jurídica, pedagógica, psicológica e social (Figura 7).

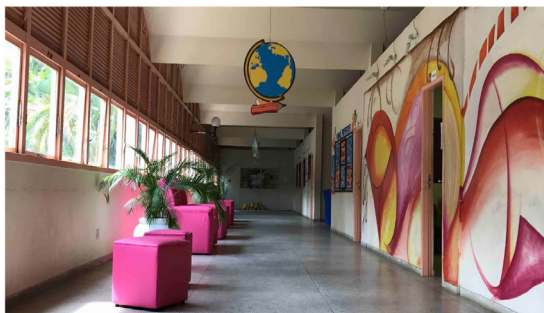


Figura 6 – Núcleo de Informática

Fonte: Squaiella, 2017.

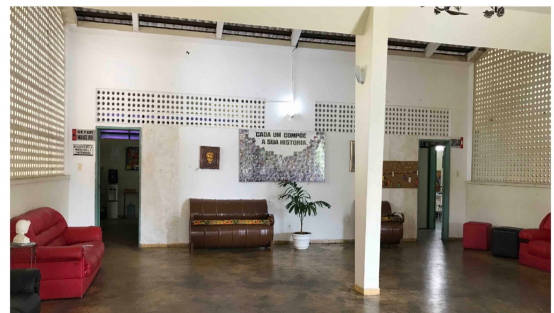


Figura 7 – Setor Administrativo

Fonte: Squaiella, 2017.

No edifício do teatro, registrado na Figura 08, há o Núcleo de Pluralidade Artística

(NUPA), onde ocorrem as atividades de dança (diversos estilos), de canto, de coral, de artes cênicas e de instrumentos musicais. Destaca-se que muitas atividades de dança e de expressão corporal ocorrem no foyer do teatro, um espaço aberto e coberto que se projeta para a praça central da Escola Parque. Também há um teatro ao ar livre para as apresentações externas (Figura 09).



Figura 08 – Teatro
Fonte: Squaiella, 2017.



Figura 09 – Teatro ao ar livre
Fonte: Squaiella, 2017.

O Núcleo de Pluralidade Esportiva (NUPE) está localizado no ginásio, onde ocorrem as aulas de esportes e ginástica, como: atletismo, basquetebol, capoeira, futsal, ginástica aeróbica, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, jiu-jitsu, karatê e voleibol. Sob a quadra de esportes estão localizadas as salas para aulas esportivas e os vestiários (Figura 10).



Figura 10 – Núcleo de Pluralidade Esportiva – Escola Parque/CECR
Fonte: Squaiella, 2017.

No Núcleo de Artes Visuais (NAV), representado na Figura 11, são oferecidos os cursos de artes e de atividades profissionais como: arte em madeira e decoupage, artes plásticas, marcenaria, serigrafia, biscuit, cartonagem, cerâmica, artes plásticas, tecelagem, corte e costura, customização, desenho de moda, fotografia, faixas e letreiros.



Figura 11 – Núcleo de Artes Visuais

Fonte: Squaiella, 2017.

No Núcleo de Alimentação (NA), são oferecidas diariamente entre 400 e 600 refeições aos alunos, produzidas na própria escola. Na Figura 12, verifica-se o refeitório, com o balcão que divide a área da cozinha, a esquerda, e as mesas. Além das refeições, são oferecidos os cursos de confeitaria e panificação. No Núcleo de Jardinagem (NJ), é cultivada uma horta e são ministrados os cursos de paisagismo (Figura 13).



Figura 12 – Núcleo de Alimentação

Fonte: Squaiella, 2017.



Figura 13 – Núcleo de Jardinagem

Fonte: Squaiella, 2017.

Na Biblioteca há o Núcleo de Leitura e Pesquisa (NLP), onde é disponibilizado o acervo e oferecido o incentivo à leitura, com atividades de reforço para alfabetização (Figura 14).



Figura 14 – Biblioteca – Escola Parque/CECR

Fonte: Squaiella, 2017.

Além da organização desses núcleos, concentrados nos respectivos edifícios, há o Núcleo de Projetos Especiais (NUPES), que oferece atividades diversas nos diferentes edifícios da Escola Parque, nos períodos diurno e noturno.

A INFLUÊNCIA DO CECR PARA DEMAIS CONJUNTOS ESCOLARES NO BRASIL

O CECR, como modelo e representação das ideologias de Anísio, foi adotado como referência para outras iniciativas de conjuntos escolares em diferentes cidades brasileiras, mesmo antes de ter toda a sua execução concluída (ROCHA, 2002). Conforme apontado por Andrade Junior (2016), o primeiro programa educacional brasileiro que recebeu o impacto da experiência do CECR foi o Convênio Escolar, que possibilitou a construção de 70 escolas com funcionamento em tempo integral, entre os anos de 1949 e 1954. Realizado entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo, teve como presidente da subcomissão de planejamento o arquiteto Hélio Duarte. Com atividades pedagógicas divididas em diferentes edifícios, essas escolas tinham um amplo programa que incluía salas de dança e de ginástica, consultórios médico e dentário, laboratórios, hortas, viveiros, museu escolar e anfiteatro (BASTOS, 2009).

Em 1957, Anísio esteve à frente de outro programa educacional, porém no Distrito Federal. Por meio do “Plano de Construções Escolares para Brasília” foi prevista a criação de 28 Centros de Educação Elementar (CEE), para atender cada unidade de vizinhança prevista no Plano Piloto de Lucio Costa. Cada CEE deveria atender 2.000 alunos e seria formado por quatro jardins de infância, quatro Escolas Classe e uma Escola Parque. Apenas cinco CEE foram construídos (LEME, 2013; ANDRADE JUNIOR, 2016).

Baseado no projeto pedagógico de ensino em tempo integral, Darcy Ribeiro promoveu a construção de 80 Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), entre 1983 e 1987, quando ocupou o cargo de secretário da educação, no Rio de Janeiro. O projeto arquitetônico dos CIEPs foi desenvolvido por Oscar Niemeyer, em colaboração

com Carlos Magalhães da Silveira, José Manoel Klost Lopes da Silva, João Cândido Niemeyer Soares e Hans Muller (BASTOS, 2009; ANDRADE JUNIOR, 2016). No projeto arquitetônico padrão, foram considerados um edifício principal com salas de aula, refeitório, consultório e serviços auxiliares, e dois anexos para a biblioteca e um ginásio de esportes. Numa solução mais compacta a quadra esportiva ocupa a cobertura do edifício escolar (BASTOS, 2009).

No início do século XXI, a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo criou os Centros Educacionais Unificados (CEU). Os arquitetos Alexandre Delijaicov, André Takiya e Wanderley Ariza foram os responsáveis pela concepção dos CEU e apontam como principal referência de projeto o CECR (ANDRADE JUNIOR, 2016). Ocupando as áreas mais carentes da cidade, os 46 CEU que foram construídos visam oferecer um programa educacional amplo, que inclui atividades artísticas e esportivas. Além de cumprir a sua função educacional, o espaço físico é utilizado pela sua comunidade como lazer nos finais de semana. O programa arquitetônico básico consiste em um volume cilíndrico para a creche, um edifício retangular para o ensino infantil e fundamental, um edifício para teatro, instalações esportivas e parque aquático com três piscinas. Tal programa recebeu adaptações, pelos diferentes escritórios de arquitetura, a fim de se adequar aos diferentes terrenos (BASTOS, 2009).

Além de ser um exemplo nacional, o CECR foi objeto de documentário elaborado pela UNESCO, que o apontou como exemplo de sistema educacional a ser adotado em países em desenvolvimento (ANDRADE JUNIOR, 2014b). Conforme apontado por Rocha (2002), depois de décadas de sua implantação o CECR ainda serve de inspiração e modelo para escolas em outros estados do Brasil. Entretanto, Leme (2013) destaca que, infelizmente as experiências de ocupação e de utilização dos espaços arquitetônicos, nas Escolas Parques acima citadas, não mantiveram a proposta original de formação integral do aluno, conforme preconizava Anísio Teixeira. Esses projetos foram importantes por apresentarem uma ideologia educacional inovadora, que impulsionaria o desenvolvimento nos locais onde foram implementados, mas as diferentes gestões políticas modificaram o seu uso, o que representa um retrocesso ao tradicional e falido sistema educacional.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro representa importante conquista para a pedagogia e para a arquitetura escolar, ao considerar um amplo programa, constituído de atividades complementares como biblioteca, teatros, ginásios, etc, que promovem maior relação com a cidade, possibilitando que a escola funcione como um núcleo de articulação do bairro. Infelizmente, devido aos conflitos entre gestores políticos, sempre há muita dificuldade de se manter um programa voltado para a educação democrática no Brasil.

A parceria entre Anísio e os arquitetos, Diógenes Rebouças e Hélio Duarte,

promoveu uma inovação na arquitetura moderna baiana, além do vínculo entre a cultura e a arte moderna, expressas nas pinturas muralistas realizadas pelos jovens artistas modernistas. Além da inspiração de um novo programa pedagógico, de atendimento integral ao aluno, as soluções formais do CECR, com a divisão funcional dos volumes, permanecem nos Convênios Escolares, no CEE, no CIEP e no CEU, mesmo que em diferentes escalas e tempos distintos.

Apesar do diferente uso do CECR, que atualmente não atende mais a formação integral para todos os alunos, o Conjunto Escola Parque ainda é de grande importância para a sua comunidade local, com espaços amplos e adequados para a realização das diferentes atividades que propõe, sempre prezando pela qualidade, dentro das possibilidades que o orçamento permite. Além disso, o CECR continua a servir de paradigma para novos projetos de edifícios escolares, o que corrobora para a sua importância como um patrimônio cultural baiano.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Diógenes Rebouças, Anísio Teixeira e o Plano de edificações escolares**. In: CARLETTO, Alberto Pimentel et al. **Conjunto Escola Parque**. Cadernos do IPAC, vol. 8. Salvador: IPAC, 2014a.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Políticas públicas e arquitetura moderna na infraestruturação da periferia de Salvador: o caso do Alto da Cruz do Cosme/Pau Miúdo (1947-1951)**. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.). **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014b.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de, et al. (org.). **Diógenes Rebouças – arquitetura, cidade, patrimônio**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos)**. **AU Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Pini, 2009.

CARA, Daniel. Anísio Teixeira, o criador da Escola Nova. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, 2016.

CARLETTO, Alberto Pimentel et al. **Conjunto Escola Parque**. Cadernos do IPAC, vol. 8. Salvador: IPAC, 2014.

CHAHIN, Samira B. **Cidade, escola e urbanismo: o programa escola-parque de Anísio Teixeira**. In: XIV Seminário de história da cidade e do urbanismo: cidade, arquitetura e urbanismo – visões e revisões do século XX, São Carlos/S.P., 2016.

DE ABREU, Alzira Alves et al. (Ed.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DUARTE, Hélio de Queiroz. **Escolas-classes escola-parque: uma experiência educacional**. São Paulo: FAU USP, 1973.

EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação em tempo integral**. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Bahia: MEC-INEP, 1969.

LEME, Deborah Raquel Rosin Delphino del. **Conceituação e desenvolvimento da escola parque em Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo: de 1931 a 2013**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) na Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Escola Parque. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** – Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/escola-parque/>>. Acesso em: 21 de fev. 2018.

MIDLEJ, Dilson Rodrigues. **Muralismo Modernista na Escola Parque**. In: CARLETTO, Alberto Pimentel et al. Conjunto Escola Parque. Cadernos do IPAC, vol. 8. Salvador: IPAC, 2014.

ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SIMÕES, Eleonora U. de Paula; RIGHI, Roberto. **A expressão artística moderna de caráter público na arquitetura e no espaço urbano da cidade de São Paulo através de obras de Brecheret, Di Cavalcanti e Clovis Graciano**. IN: 5o Seminário DOCOMOMO Brasil: Arquitetura e Urbanismo Modernos. São Carlos/SP, 2003.

NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS

Elio Moroni Filho

Pós-doutorado em História da Arte, em andamento; Programa de Pós-Graduação em História da Arte; Departamento de História da Arte; Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Guarulhos – SP

RESUMO: A literatura especializada reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao barroco tardio internacional. Este trabalho busca, ao contrário, ampliar o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descrevem-se o modelo arquitetônico e as técnicas construtivas de capelas construídas no município de Mariana, no período de 1700 a 1750. A metodologia de pesquisa fundamenta-se na identificação e observação direta das capelas, assim como no uso conjugado de fontes iconográficas, orais e escritas. São resultados parciais desta pesquisa: predominância do modelo arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor; telhado duas-águas; frontão triangular de linhas retas; inexistência de torre sineira; sacristia lateral com entrada independente; decoração

interna e externa escassas. Em relação às técnicas construtivas, foram identificadas edificações em pau a pique, adobe e alvenaria de pedra. Os resultados sugerem uma arquitetura religiosa que incorpora materiais construtivos extraídos de seu entorno imediato e que atendem necessidades locais, além de um modelo arquitetônico ajustado ao estilo designado por Maneirismo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural brasileiro. Minas Gerais. Arquitetura religiosa colonial. Capelas.

ABSTRACT: Specialized literature reserves little attention for the colonial period chapels in Brazil rather it concentrates on the manifestations of large-scale religious architecture which associates eighteenth century Brazilian churches with the late international Baroque. This work diminishes this lacuna by amplifying scientific knowledge about small-scale religious architecture from the colonial period. Moreover, it specifically describes the architectonic model as well as the construction techniques of chapels built in the municipality of Mariana from 1700 to 1750. The research methods are based on direct identification and observation of these chapels in conjunction with iconographic, oral and written sources. The partial results of this research are predominance of an architectonic model defined by a rectangular plant formed by

a nave and sanctuary; gabled roof; straight-lined triangular façade (frontal exterior); nonexistent campanile (bell tower); lateral sacristy with an independent entrance; scarcity of internal and external decoration. These results suggest an architectural model adjusted to the designated Mannerist Style.

KEYWORDS: Brazilian cultural heritage. Minas Gerais. Colonial religious architecture. Chapels.

1 | INTRODUÇÃO

O Maneirismo é tendência artística italiana do século XVI, manifestando-se primeiramente em Florença, desenvolvendo-se em Roma, entre 1520 e 1527, prolongando-se a nível internacional até o início do século XVII (GRASSI, 2011, p. 5). O Maneirismo distingue-se pelo abandono dos princípios renascentistas de objetividade, razão, regularidade e ordem, tendo como “aspecto mais impressionante” o abandono “da ficção de que uma obra de arte seja um todo orgânico, indivisível e inalterável, feito de uma só peça [...] obra de arte anticlássica característica compõe-se dos elementos mais variados e heterogêneos, todos mais ou menos independentes uns dos outros” (HAUSER, 1993, p. 30). No que diz respeito à arquitetura religiosa portuguesa do final do século XVI a meados do século XVIII, Pais da Silva (1996, p. 154-155) assinala a estreita associação entre o Maneirismo e a atividade arquitetônica resultante da orientação dos padres jesuítas, tendo a Companhia de Jesus adotado e generalizado os padrões maneiristas nas zonas capitais do mundo português. Assim, não se contesta a designação arquitetura jesuítica ou estilo jesuítico, empregada por Lúcio Costa (1941) e Robert Smith (1948) para o estudo da arquitetura religiosa quinhentista e da primeira metade do século XVIII, no Brasil. Argumenta-se, porém, que o conceito de Maneirismo é recurso teórico que confere ao investigador maior liberdade e amplitude de análise do objeto desta pesquisa, permitindo o entendimento de características que tipificam o Maneirismo como um todo, por meio da comparação (semelhanças, diferenças, relações), em nível de literatura especializada, de edifícios religiosos brasileiros do período colonial com edifícios maneiristas religiosos e civis de outros territórios do mundo português, e com edifícios, da mesma corrente artística, elaborados fora da influência direta da Companhia de Jesus e dos territórios do antigo império ultramarino português. Nessa direção, a literatura especializada nacional ainda reserva pouca atenção às capelas do período colonial no Brasil, concentrando-se nas manifestações da arquitetura religiosa de grande porte que vinculam as igrejas setecentistas brasileiras ao Barroco tardio internacional. Com efeito, a ênfase dos estudiosos da arquitetura religiosa colonial brasileira tem sido as edificações de grande porte, especialmente aquelas construídas para segmentos sociais abastados e politicamente dominantes, colocando em segundo plano de importância as edificações religiosas de pequeno porte: as capelas. Os estudos de capelas do período colonial e de seus bens móveis e integrados são escassos e foram realizados, em sua maioria, na primeira metade do

século XX. Este trabalho buscou, ao contrário, contribuir para o conhecimento científico sobre arquitetura religiosa colonial de pequeno porte. Especificamente, descrevem-se elementos do partido arquitetônico de capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, investigando sua vinculação a corrente artística do Maneirismo. O recorte geográfico deste trabalho é o Estado de Minas Gerais, nomeadamente o município de Mariana, que se formou durante o Ciclo do Ouro (século XVIII) e foi outrora denominado Vila de Nossa Senhora do Carmo (VASCONCELOS, 1999, p. 291-292). O município de Mariana foi escolhido por sua importância durante o período colonial, tendo sido sede do poder religioso nas Minas Gerais do século XVIII. Também se considerou a relevância de Mariana enquanto patrimônio cultural nacional, bem como a vulnerabilidade do seu acervo arquitetônico e artístico do período colonial. Define-se capela como “construção religiosa de pequeno porte” (TIRAPELI, 2008, p. 300). Cragoe (2014, p. 247) define capela como “igreja não paroquial, normalmente de pequenas dimensões”. A ideia de construção religiosa de pequenas dimensões já aparece no dicionário de Raphael Bluteau (1728, p. 121), que caracteriza capela como “Capella mór [...] o que tem alguma proporção com o que chamamos Capella mór, que he o lugar da Igreja mais proprio dos Sacerdotes [...] para o que vulgarmente fe entende por Capella de huma Igreja temos outras palavras Latinas mais proprias, v. g. AEdicula, como diminutivo de Aedes, q no fingular significava Templo [...] para mayor clareza fe poderá acrescentar a AEdicula o epitheto Sacra [...]]. Mourão (1986) denomina capela qualquer igreja que não seja matriz, incluindo edificações religiosas de grande porte como a da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Mariana. O Código de Direito Canônico (2018, p. 143-144), promulgado pela Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges* de 25 de janeiro de 1983, no pontificado de João Paulo II, distingue igreja como edifício sagrado destinado ao culto divino, dando à capela a definição de capela particular, entendida como lugar destinado, com a licença do Ordinário local, ao culto divino em favor de uma ou mais pessoas físicas. Essas duas últimas definições seriam inadequadas neste texto, por não expressarem o aspecto central do objeto de pesquisa, que é a dimensão (tamanho) dos edifícios religiosos. O estágio rudimentar do conhecimento sobre as capelas mineiras do período colonial exigiu um delineamento de pesquisa flexível, que possibilitasse a consideração de aspectos variados relativos ao tema, contribuindo com a elaboração de hipóteses nas etapas posteriores da investigação. Na seção seguinte, descreve-se a metodologia empregada na obtenção dos dados.

2 | METODOLOGIA DE PESQUISA

O conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana possui tombamento federal desde 1938 (BRASIL... Programa Monumenta, 2005). Possuem tombamento municipal os núcleos históricos urbanos dos Distritos de Camargos (2004), Furquim (2005), Santa Rita Durão (2009), Monsenhor Horta (2010) e Padre Viegas (2010) (BRASIL... Patrimônio protegido..., 2018). Entretanto, a identificação de capelas setecentistas,

construídas na área de investigação, não pode ser fundamentada exclusivamente na documentação oficial disponível no IPHAN e na prefeitura municipal de Mariana. Tome-se, como exemplo, as ruínas de uma capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário, localizada no Distrito de Bandeirantes. Essa edificação é desconhecida dos pesquisadores que se atêm exclusivamente aos documentos oficiais e à literatura especializada disponível no presente, pois não consta dos inventários federais e municipais referentes ao município de Mariana. Assim, considerou-se a pesquisa exploratória como o delineamento mais adequado para se preencher a lacuna das fontes documentais e bibliográficas, uma vez que esse tipo de pesquisa oferece visão geral a respeito de temas pouco explorados (GIL, 2008, p. 27). Utilizaram-se a fotografia documental (OLIVEIRA, 2008, p. 51), a observação (LIMA, 2004, p. 98-101) e o projeto de arquitetura (ASSOCIAÇÃO, 1995, p. 2) como principais procedimentos de coleta de dados. A pesquisa exploratória foi realizada nos meses de julho de 2015, julho de 2016 e setembro de 2016, tendo sido visitados a cidade de Mariana e seus Distritos Cachoeira do Brumado, Furquim, Monsenhor Horta e Padre Viegas, além do extinto Subdistrito de Bento Rodrigues. As ruas dessas localidades foram percorridas a pé, sendo que a interação com os habitantes locais mostrou-se relevante para o trabalho de campo, pois eles indicaram a localização de capelas construídas no século XVIII. O registro fotográfico foi realizado com câmera digital reflex de objetiva simples, modelo NIKON D7100, do fabricante Nikon Corporation. A pesquisa exploratória, cujos resultados foram parcialmente utilizados na elaboração deste capítulo, deu origem ao total de 1.234 registros fotográficos digitais, cuja seleção obedeceu aos critérios de definição, contraste e profundidade de campo (OLIVEIRA, 2008, p. 59). No município de Mariana, foram observadas as capelas de Santo Antônio, Distrito-sede; Santana, Distrito-sede; Santa Teresa D'Ávila, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora do Rosário, em ruínas, Distrito de Bandeirantes; Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Passagem; São Bento e Nossa Senhora das Mercês, extinto Subdistrito de Bento Rodrigues, Distrito de Santa Rita Durão. Elaborou-se o desenho arquitetônico da Capela de Santa Teresa D'Ávila, selecionada por sua antiguidade no contexto local – teria sido construída em 1703, de acordo com Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) – e por exemplificar características da arquitetura religiosa maneirista tratadas nas seções subsequentes deste texto. O desenho de arquitetura foi elaborado por profissional registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU, resultando nas seguintes peças gráficas: duas plantas de edificação (térreo e coro); um corte longitudinal; três fachadas (Norte, Sul, Leste); um quadro geral de esquadrias.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A origem de Mariana está associada à exploração do ouro pela bandeira comandada pelo coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que se fixou à margem de um ribeirão onde fundou, em 1696, o Arraial do Ribeirão do Carmo, em

homenagem ao dia de Nossa Senhora do Carmo. O ouro, encontrado inicialmente no Ribeirão do Carmo, transformou o arraial em um dos principais fornecedores desse minério para Portugal (BRASIL... Mariana..., 2018). Em 1711, o arraial foi elevado à vila e, em 23 de abril de 1745, Dom João V elevou a vila à categoria de cidade, dando-lhe o nome de Mariana em homenagem a sua esposa, Maria Ana d'Áustria (JORGE, 2006, p. 162). Na segunda metade do século XVIII, surgiram os edifícios institucionais e, ao final daquele século, todo o seu acervo arquitetônico estava constituído (BRASIL... Mariana... 2018). Na história da América Portuguesa, Mariana inscreve-se no processo de povoamento urbano desencadeado pela exploração das jazidas auríferas, que provocou o deslocamento do eixo econômico-administrativo da Colônia para o Centro-Sul, bem como o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna (MORAES, 2007, p. 65). No que diz respeito à arquitetura religiosa setecentista de pequeno porte, o acervo arquitetônico de Mariana e de seus Distritos é constituído de capelas que remontam ao período inicial da exploração do ouro, localizadas, sobretudo, nos Distritos de Mariana pouco visitados pelos turistas e pouco conhecidas dos pesquisadores que se dedicam ao estudo do patrimônio arquitetônico religioso das Minas setecentistas. Nesta seção, organizam-se as notas de pesquisa das capelas, considerando-se determinantes do partido arquitetônico definidos por Lemos (2003, p. 40-41): técnica construtiva, conforme recursos locais, humanos e materiais, incluindo a intenção plástica subordinada, às vezes, aos estilos arquitetônicos; condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém; programa de necessidades, consoante usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor; condições financeiras do empreendedor no quadro econômico da sociedade; legislação regulamentadora e/ou normas sociais e/ou regras de funcionalidade.

3.1 ELEMENTOS CRONOLÓGICOS

A dificuldade de se encontrarem fontes documentais torna fragmentada a cronologia da Capela de Santo Antônio, assim como a dos outros templos descritos nesta seção. O Arraial do Ribeirão do Carmo possuía, em 1703, a Capela de Nossa Senhora do Carmo, construída por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e pelo capelão da Bandeira, Padre Francisco Gonçalves Lopes, e a Capela da Conceição, erguida pelo português Antônio Pereira Machado, que viria a se tornar a Matriz da Conceição da Vila do Carmo. Embora se desconheça a localização exata da Capela de Nossa Senhora do Carmo, essa capela bandeirante, erguida aproximadamente em 1700, que ficava no âmbito da praia de Mata-Cavalos, onde teve início a exploração do ouro, era a que mais tarde foi denominada Rosário Velho, por ter sido cedida à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e que hoje está consagrada a Santo Antonio (VASCONCELLOS, 1938, p. 3-4). Em 1762, a Irmandade do Rosário vendeu à mesa administrativa da Ordem Terceira de São Francisco, os retábulos, o arco-cruzeiro, as

grades, os púlpitos, a porta principal, entre outros objetos da Capela do Rosário Velho, utilizados na construção da capela provisória da Ordem Terceira de São Francisco (TRINDADE, 1945, p. 195). Já no século XX, os muros de pedra, que cercavam a capela, e a escada do mesmo material, que nascia na Rua Direita e que dava acesso ao templo, foram dilapidados pelos moradores de Mariana, durante a década de 1940 (BORIM, 2009, p. 32-33). O edifício atual, que “talvez se restringisse aos dois lanços da parte de trás” (VASCONCELLOS, 1938, prancha 33), é constituído de nave, capela-mor e sacristia. A fundação e a localização da Capela de Nossa Senhora do Carmo e da Capela da Conceição são motivos de discordância entre estudiosos, já que Santos (1951, p. 158) identifica a extinta ermida de Santo Antônio, outrora existente no Distrito de Passagem e documentada por Falcão (1946, p. 101), como a primitiva Capela da Conceição, atribuindo sua construção ao Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Diogo de Vasconcelos (1999, p. 151) estima 1703 o ano de construção da Capela de Santa Teresa D’Ávila, que teve seu patrimônio instituído pelo português Pedro Rosa de Abreu, um dos primeiros mineradores de Minas Gerais (FRANCO, 1954, p. 9). Em 1823, Dom Frei José da Santíssima Trindade, Bispo de Mariana, visita a Freguesia de São Sebastião, notando a “Capela de Santa Teresa”, “muito pobre” (TRINDADE, 1998, p. 153). O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 56) baseia-se num registro documental para estimar 1718 o ano de fundação da Capela de São Bento: nos “autos de uma justificação, requerida pelos moradores de Bento Rodrigues, em 1743, certa testemunha depôs: ‘vi, haverá vinte e cinco anos, começar as obras da capella com licença que estava em mãos do defunto João Ribeiro da Silva’”. Salomão de Vasconcellos (1938, p. 79) informa que não é “possível determinar nem a data da constituição da Irmandade, nem da construção do prédio” da Capela de Santana. O Cônego Raimundo Trindade (1945, p. 158-160) baseia-se no testamento do Padre Matias Fernandes Afonso, datado de 7 de julho de 1744, para afirmar que a capela já existia, em 1720. A capela é mencionada, no termo de arrematação “da ponte do caminho da Capela de Santa Ana”, datado de 20 de julho de 1730, existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (FIGUEIREDO, 2017, p. 7). A irmandade de Santa Ana é citada, em documento anterior a 1736. Trata-se do requerimento “de irmãos confrades de Santa Ana da Vila do Carmo das Minas Gerais, pedindo esmola para continuarem a obra de uma casa em que possam recolher e curar os enfermos pobres das Minas”, existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (CATÁLOGO, 2018, p. 513). A provisão de ereção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, no Distrito de Bandeirantes, foi encontrada, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, na folha n. 271, verso, linhas 12 a 46, do Tomo II, do livro de Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750, Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4. A provisão de ereção possui a data de 30 de maio de 1750, tendo sido registrada em favor dos Irmãos de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e Santo Elesbão da Freguesia de São Sebastião, denominação do Distrito de Bandeirantes, no século XVIII. No Distrito de Passagem, a Capela de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 1999, tendo

sido construída no terreno de uma capela do Senhor dos Passos, outrora reservada a devoção aos Passos da Paixão, cujas ruínas foram aproveitadas para a capela-mor do templo atual (RODRIGUES; MOREIRA, 2013, p. 53-54). A Capela de Santa Teresa D'Ávila exemplifica a dificuldade de se encontrarem fontes documentais que auxiliem na composição da cronologia dos templos supracitados. Em História antiga das Minas Gerais, publicado pela primeira vez em 1901, Diogo de Vasconcelos cita o testamento de Pedro Rosa de Abreu, que instituiu o patrimônio da Capela de Santa Teresa D'Ávila e que faleceu, em Vila Rica, em 14 de maio de 1728 (VASCONCELOS, 1999, p. 151). Ainda não se conseguiu encontrar a certidão de óbito e o testamento de Pedro Rosa de Abreu, apesar da busca realizada na Casa do Pilar, no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto. Certamente, Diogo de Vasconcelos leu o testamento, mas não indicou sua localização. Acrescenta-se a dificuldade de não se ter tido acesso direto aos acervos documentais, em Ouro Preto, uma vez que a pesquisa documental foi realizada por funcionários daqueles três arquivos, mediante exigência de solicitação prévia do pesquisador.

3.2 ORIENTAÇÃO DOS TEMPLOS

A orientação de alguns templos pode indicar a reprodução de normas da época romana na arquitetura religiosa setecentista, no município de Mariana. Vitruvius determina que, “se o templo sagrado tiver de ser construído junto a um rio, como no Egito ao longo do rio Nilo, será conveniente ficar de frente para as suas margens” (VITRÚVIO, 2007, p. 222). Em Mariana, a Capela de Santo Antônio (Distrito-sede), a Capela de Santa Teresa D'Ávila (Distrito de Bandeirantes), a Capela de Santana (Distrito-sede) e templos de maior porte, como a Igreja Matriz de São Sebastião (Distrito de Bandeirantes), a Igreja Matriz do Bom Jesus do Monte (Distrito de Furquim) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Distrito de Camargos) ficam de frente para cursos d'água. Não há contradição na suposição da existência de elementos clássicos na obra anticlássica, pois é nos Dez livros sobre a arquitetura que se apoiam todas as teorias da arquitetura a partir do Renascimento, acrescentando-se que a competência de autores de tratados de arquitetura dos Tempos Modernos, no domínio teórico da arquitetura, foi apurada por investigações arqueológicas de monumentos antigos, a exemplo de Andrea Palladio (BIERMANN et al., 2015, p. 6, 96).

3.3 MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

No Brasil, as construções em pedra datam do primeiro século da colonização, variando a técnica de aplicação das pedras conforme as argamassas em que são assentadas: pedra seca, que dispensa argamassa e se obtém a acomodação das pedras maiores pela interpolação de pedras menores; pedra e barro, em que as pedras

são assentadas em argamassa de terra; pedra e cal, em que a alvenaria é erguida com argamassa de cal e areia (VASCONCELLOS, 1979, p. 23, 29-30; BRAGA, 2000, p. 8-9). Adobes ou adobos são blocos de barro produzidos manualmente, em moldes preenchidos com barro compactado e secados ao ar livre, adquirindo maior resistência e permitindo que sejam assentados com argamassa de barro (MINKE, 2015, p. 72; WEIMER, 2012, p. 265). Em Minas Gerais, igrejas inteiras foram construídas de adobe, como a Matriz de Santa Rita Durão, no município de Mariana (BAZIN, 1983, v. 1, p. 58). Já o pau a pique é a técnica que consiste em tomar troncos e galhos de madeira retos, que nas extremidades inferiores são fincados no chão e nas extremidades superiores são fixados a suportes horizontais – normalmente vigas que servem de suportes para a estrutura do telhado. Trata-se, por assim dizer, de uma grade de madeira cujas frestas são preenchidas por barro. Essa técnica pode apresentar uma variante na qual a madeira, em lugar de ser fincada no chão, apoia-se sobre um baldrame (WEIMER, 2012, p. 235, 236). Nas Minas setecentistas, o pau a pique foi empregado em edifícios religiosos diversos, como a Capela de Nossa Senhora do Ó (Sabará), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Catas Altas) e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, em Ouro Preto (SANTOS, 1951, p. 86). A identificação dos materiais e técnicas construtivas empregados na construção dos templos de que trata este trabalho foi realizada por meio de observação direta e de informações verbais de zeladores das capelas e de moradores do município de Mariana. Foram identificadas duas construções em alvenaria de pedra seca e alvenaria de pedra com argamassa de barro – Capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 1) e Capela de Nossa Senhora do Rosário (Figura 2) – e duas construções em terra, especificamente, pau a pique e adobe: Capela de São Bento (Figura 3) e Capela de Santa Teresa D’Ávila (Figuras 4, 5, 6).

A Capela de Nossa Senhora da Conceição foi edificada no local das ruínas de uma ermida de pedra reconstruída e incorporada ao templo atual como capela-mor. Os materiais construtivos da capela-mor são a canga, indicada pelas setas vermelhas, o xisto, assinalado pelas setas amarelas e o quartzito, documentado pelas setas azuis (Figura 1). Observam-se as técnicas construtivas de alvenaria de pedra com argamassa de barro e alvenaria de pedra seca, nos vestígios da ermida, tal como se apresentam hoje. Pedras aparelhadas de maiores dimensões foram aplicadas nos cunhais, para reforçar a estabilidade das paredes (Figura 1, setas vermelhas). As paredes possuem faces exteriores planas, mas o tamanho e a forma da canga são irregulares, sendo que alguns blocos, exemplificados nas setas verdes, parecem ter sido utilizados em estado natural. O xisto e o quartzito possuem forma constante, mas suas dimensões variam de lascas a placas retangulares de maior espessura dos dois materiais, assinaladas pelas setas amarelas e azuis (Figura 1). As juntas foram preenchidas com terra e pedras menores que formam o entremeado ordinariamente designado por canjicado, exemplificado nas áreas tracejadas da Figura 1. A integridade da argamassa de barro insinua intervenção recente. A existência de degraus (Figura 1, setas laranjas) parece

indicar a entrada da capela primitiva, assim como sugere que a alvenaria de pedra seca tenha sido erguida durante a construção do edifício que atualmente se encontra no local.



Figura 1 – Trecho de parede da capela-mor. Capela de Nossa Senhora da Conceição

Fonte: Acervo do autor.

Por meio do contato com moradores do Distrito de Bandeirantes, soube-se da existência de ruínas de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário, localizadas no alto de um morro coberto por vegetação nativa. Uma moradora do Distrito conduziu o pesquisador ao local das ruínas, abrindo caminho no mato a golpes de facão e enxada. Nas ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário restam dois segmentos de paredes externas de alvenaria de pedra. Essas paredes resultam do assentamento de blocos de canga de forma e dimensões irregulares e de blocos do mesmo material com forma geométrica retangular mais ou menos definida (Figura 2). As juntas são preenchidas com argamassa de barro e pedras pequenas embutidas na argamassa, exemplificadas, respectivamente, nas áreas tracejadas e nas áreas pontilhadas (Figura 2). As paredes possuem fendas verticais e diagonais. A fendilhação também atinge os blocos de canga, sendo que as setas podem indicar a evolução das fendas sem tendência para a estabilização (Figura 2). A desagregação da pintura e do reboco, dos quais restam resquícios, evoluiu para a desagregação da argamassa e da própria canga. A permanência das ruínas é ameaçada não apenas pelo abandono e pelas patologias do sistema construtivo, mas também pela inexistência de proteção municipal, estadual e federal.



Figura 2 – Trecho de parede das ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário

Fonte: Acervo do autor.

Em relação às capelas construídas em terra, obteve-se informações sobre elementos do sistema construtivo da Capela de Santa Teresa D'Ávila e da Capela de São Bento. A primeira tem paredes de adobe parcialmente substituídos por tijolos, em decorrência de uma reforma realizada pela população de Bandeirantes, na década de 1990, de acordo com informação verbal de morador daquele Distrito. A Capela de São Bento possui paredes de pau a pique e fundações de alvenaria de pedra, conforme informação verbal do zelador daquele templo. A Figura 3 documenta segmento do interior da nave da Capela de São Bento, sugerindo estrutura autônoma constituída por peças de madeira. Essa figura mostra parte da armação de madeira composta por esteios (seta vermelha), frechais (seta verde) e vigas (seta amarela) que suportam as cargas do forro e da cobertura distribuídas em apoios intervalados que as transmitem ao solo. Na mesma foto, a seta azul indica o que parece ser uma “madre”, denominação dada à viga horizontal colocada entre o frechal e o baldrame, tendo por função o alívio das cargas do segundo (VASCONCELLOS, 1979, p. 34). Esteios de seção cilíndrica e de seção quadrada parecem estar apoiados no alicerce de alvenaria de pedra mencionado pelo zelador da capela. A se considerar a estrutura autônoma de madeira, as paredes de pau a pique assumem a função de elementos de vedação dos vãos, sem função estrutural. Conjectura-se que a estrutura autônoma de madeira e a vedação de pau a pique estejam sobre paredes de alvenaria de pedra, conforme sugerem a observação e a informação verbal do zelador da capela (“fundações de pedra”). Dificilmente, a ocorrência conjunta da estrutura maciça e da estrutura independente será comprovada, considerando que a Capela de São Bento foi destruída pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, pouco mais de três meses após a visita do pesquisador ao extinto Subdistrito de Bento

Rodrigues.



Figura 3 – Interior da nave da Capela de São Bento

Fonte: Acervo do autor.

3.4 PARTIDO GERAL DE COMPOSIÇÃO

O partido geral de composição das capelas define-se por: planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave (Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); telhado de duas-águas (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila – nesse caso, pé-direito mais baixo do que o da nave –, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de torre sineira (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); adro com cemitério desativado ou em funcionamento (Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia (Santo Antônio, Santana – exceto o forro da nave, em caixotões –, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês); decoração externa escassa ou inexistente (Santo Antônio, Santana, Santa Teresa D'Ávila, São Bento e Nossa Senhora das Mercês). Esse partido de composição aproxima as capelas de um dos tipos de planta que Lúcio Costa (1941) observa nas igrejas jesuíticas brasileiras:

O partido tão generalizado, próprio das igrejas mais antigas e daquelas que, embora relativamente recentes, obedeceram a um programa mais modesto de construção: igrejas onde aparecem perfeitamente diferenciadas a nave e a capela-mor propriamente dita, de largura e pé direito menores [...] partido claro e franco de composição, que depois se desenvolve em Minas Gerais. (COSTA, 1941, p. 29).

Smith (1939, p. 119-120) afirma que a planta de nave única e capela-mor retangular

deriva das capelas do Norte de Portugal, assim como a sacristia, que toma seu lugar ao lado da capela-mor, projetando-se do bloco principal do edifício, à direita ou à esquerda. A fachada principal dessas capelas compõe-se de três pequenas janelas colocadas acima da porta estreita única, sistema derivado da arquitetura manuelina, mas desenvolvido e usado extensivamente nas capitâneas do Norte do Brasil, tendo sido levado para as Minas por construtores baianos. O partido arquitetônico, delineado nas linhas anteriores, enquadra-se na corrente artística do Maneirismo, que “ergueu pela primeira vez sua bela cabeça em Roma por volta de 1520” (SHEARMAN, 1978, p. 22), quando Girolamo Francesco Mazzola – Il Parmigianino – postou-se diante de um espelho convexo e pintou o Auto-retrato num espelho convexo (HOCKE, 1974, p. 15; CHARLES et al., 2007, p. 132). Em Portugal, os arquitetos da Companhia de Jesus foram os representantes mais influentes da arquitetura maneirista, tendo os jesuítas introduzido o Maneirismo na América Portuguesa (BURY, 1991, p. 44, 45). Como categoria operatória no estudo da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, consideram-se as características do Maneirismo definidas por Pais da Silva (1996):

um grupo de monumentos onde a zona central da fachada se sobrepõe às torres – conflito não exclusivo mas frequentemente assinalável nos produtos daquele estilo [...] No risco das plantas [...] decidida preferência pela forma secamente retangular [...] a força de uma geometria que se socorre principalmente de linhas rectas [...] Quanto à organização dos frontispícios [...] divisão em panos verticais, desproporção entre os diversos andares, o rígido sublinhado horizontal das cornijas que apresentam forte balanço e impedem articulação consequente com as torres, a luta pela conquista do espaço, na zona superior da fachada, entre as aletas e as torres [...] o desequilíbrio entre as superfícies cheias e os vãos [...] as escalas diferentes do tratamento das torres e fachadas [...] a desproporção entre a altura desta e o frontão que a remata [...] fachada sem profundidade e dividida em tramos verticais mediante pilastras, muitas vezes de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas, rigorismo rectilíneo acentuado e austera economia decorativa [...]. (PAIS DA SILVA, 1996, p. 179-183).

Acrescentem-se outros traços predominantes na arquitetura maneirista, como o princípio de alongamento (HAUSER, 1993, p. 377, 385) e a planimetria das fachadas que recebem e emitem luz (ARGAN, 1999, p. 377), assim como o desenho retangular das plantas e dos vãos, os temas ambivalentes e as funções duplas:

o tratamento da edificação em serenas superfícies retangulares tanto em planta quanto nas elevações e desenho dos vãos [...] o mesmo edifício é um palácio e um monastério, a mesma pilastra sustenta o entablamento e funciona como moldura lateral de um painel de parede. As duas funções são indicadas claramente, transmitindo assim uma ambigüidade deliberada. (BURY, 1991, p. 28, 44).

A observação sugere que as capelas do Ciclo do Ouro – especificamente, as capelas setecentistas observadas durante a realização desta pesquisa, em Mariana – mantêm fidelidade aos princípios do Maneirismo e às convenções da arquitetura religiosa maneirista portuguesa, elaborando, também, soluções formais regionais. A

Capela de Santa Teresa D'Ávila pode ser a precursora de preceitos da arquitetura maneirista adotados nas capelas mineiras construídas na primeira metade do século XVIII, em Mariana. Essa capela possui planta retangular estreita e alongada, constituída de nave única e de uma seção de pé-direito mais baixo com três espaços internos especificados por seu uso atual: sacristia, por nele existir uma pia de água benta, imagens devocionais e objetos litúrgicos; sala onde há mesa aparentemente utilizada para reuniões de devotos; depósito que guarda objetos diversos. A planta retilínea possui 21,13 m de comprimento. O interior da nave possui 5,43 m de largura na entrada da capela, sendo que essa dimensão diminui para 5,23 m e 5,18 m de largura ao se caminhar em direção ao retábulo (Figura 4). São também desiguais as dimensões dos vãos retangulares superiores das paredes externas da nave, que permitem a entrada de luz natural e a renovação do ar por meio de ventilação cruzada. As aberturas superiores da fachada Norte, designadas, na planta baixa da edificação (Figura 4), pela sigla J6, possuem 40 cm de largura, 60 cm de altura e 3,61 m de parapeito, sendo a última dimensão correspondente à altura entre o piso acabado e a base inferior da abertura. Os vãos da fachada Sul são designados pelas siglas J5 e J7. A abertura J5 possui 37 cm de largura, 72 cm de altura e 3,51 m de parapeito, enquanto as dimensões de J7 são 40 cm de largura, 63 cm de altura e 3,59 m de parapeito. A abertura J15, na fachada Norte, e a abertura J14, na fachada Sul, iluminam o retábulo de Santa Teresa D'Ávila. As dimensões do vão J15 são 1,13 m de largura, 41 cm de altura e 2,21 m de parapeito, enquanto J14 possui as dimensões de 1,04 m de largura, 41 cm de altura e 2,34 m de parapeito. À exceção da porta de entrada, é possível que as aberturas da nave nunca tenham tido esquadrias. No presente, telas metálicas impedem a entrada de pássaros e outros animais na capela. A largura irregular da nave, bem como as dimensões desiguais dos vãos da Capela de Santa Teresa D'Ávila, parecem ser provas da imperícia técnica da mão-de-obra empregada na construção do edifício. A imperfeição técnica da capela suscita o problema, formulado por Günter Weimer (2012, p. 286), da fronteira entre manifestações populares, em que predominam questões funcionais imediatas, e manifestações eruditas, em que existem preocupações mais acuradas com características estéticas, na arquitetura luso-brasileira. A complexidade desse problema ultrapassa os limites desta pesquisa exploratória, não havendo intenção de solucioná-lo neste trabalho. Entretanto, observa-se, em favor da adoção de preceitos maneiristas na arquitetura religiosa colonial mineira de pequeno porte, que capelas supostamente mais sofisticadas, do ponto de vista técnico e estético, como a Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral, na cidade vizinha de Ouro Preto, mantiveram o partido de composição descrito nesta seção. A Capela do Senhor Bom Jesus das Flores do Taquaral data de 1748 (MOURÃO, 1986, p. 79), “época de maior concentração de profissionais portugueses qualificados nos canteiros de obras das igrejas de Minas Gerais”, que “coincide [...] com o período áureo da atividade mineratória, entre 1730 e 1760, aproximadamente” (OLIVEIRA, 2014, p. 73).

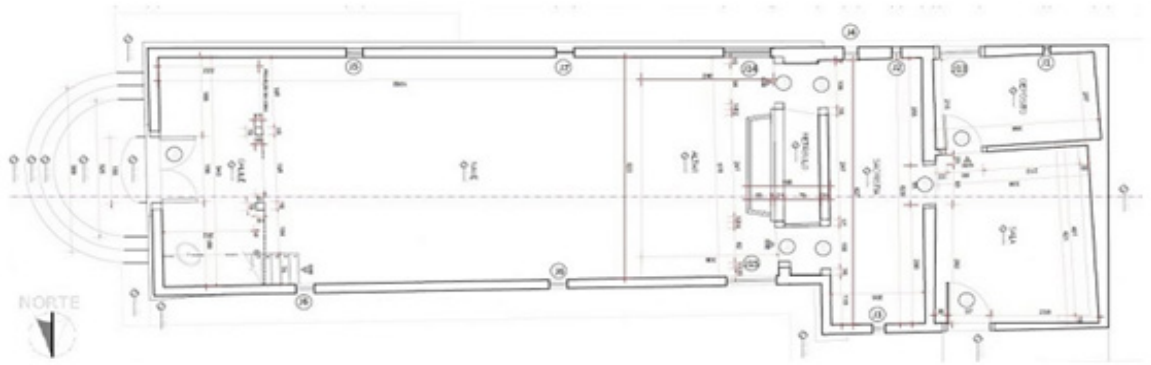


Figura 4 – Planta parcial da Capela de Santa Teresa D'Ávila, em reprodução sem escala

Fonte: Acervo do autor.

A planimetria da fachada, assim como a inexistência de qualquer tipo de ornamentação externa, fazem da Capela de Santa Teresa D'Ávila um edifício de paredes lisas e brancas que recebem e emitem a luz (Figura 5). A capela teria sido, nos primeiros anos do século XVIII, quando foi construída, um retângulo branco às margens do Ribeirão do Carmo, na paisagem de colinas e planícies cobertas de mata atlântica entremeadas de lavras de ouro e das primeiras roças de cereais e legumes estabelecidas pelos proprietários das datas (VASCONCELOS, 1999, p. 150-151). No frontispício (fachada Leste), observa-se o desequilíbrio entre cheios e vãos, estes concentrados na zona superior da fachada e isolados pelas vigas aparentes de madeira. As vigas de madeira cumprem a função dupla de peitoris e vergas das aberturas superiores da frontaria (Figura 5, setas vermelhas). Também possuem função dupla os frechais das fachadas Norte e Sul, que servem de vergas para os vãos designados em planta pelas siglas J5, J6 e J7 (Figura 4). O interior da capela é desprovido de ornamentação e possui aspecto ambíguo, que se expressa pelo confinamento sugerido pelas aberturas no topo das paredes, que impedem a visão do exterior, ao mesmo tempo anulado pelo som e pela luz natural, que entram pelas mesmas aberturas sem esquadrias e devolvem ao observador a ligação com o mundo externo, suscitando – talvez – a ênfase do Maneirismo na ambiguidade explícita (HAUSER, 1993, p. 22-23). O coro, que se localiza acima da entrada da capela, possui guarda-corpo de inspiração renascentista configurado por balaústres planos com as partes superiores e inferiores iguais e invertidas (CRAGOE, 2014, p. 207). A pia de água benta data provavelmente do século XVIII, existindo também uma pia batismal de procedência e época não averiguadas pelo investigador. Conservou-se o piso de terra batida até a década de 1990, quando foi recoberto de ladrilhos retangulares de pedra unidos com argamassa de cimento, conforme informação verbal da zeladora da capela. O forro em PVC (policloreto de vinila) branco descaracteriza o edifício construído em terra. A entrada da capela é alcançada por meio de uma escada de pedra natural, cujos três primeiros degraus são semicirculares – o terceiro, com patamar – e o quarto degrau, reto. A escada semicircular destoa do templo de linhas retas e parece incomum na

arquitetura religiosa das Minas setecentistas. Com efeito, a escada semicircular, que dá acesso ao adro dos profetas no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo (BAZIN, 1983, v. 2, prancha 85; BURY, 1991, p. 31), é a única referência a esse tipo de escada, encontrada em trabalhos sobre arquitetura religiosa mineira do período colonial (FALCÃO, 1946, p. 357; MOURÃO, 1986; CARVALHO, 2013). O desenho e a disposição das molduras almofadadas tornam a porta principal semelhante à porta que comunica a sacristia com a capela-mor, na Capela de Nossa Senhora da Piedade (Ouro Preto), registrada por Santos (1951, p. 106). Admite-se a hipótese de que tanto a escada semicircular quanto a porta almofadada, que são os únicos elementos decorativos no exterior da Capela de Santa Teresa D'Ávila, sejam adições resultantes de intervenções realizadas no decorrer da existência do templo. O bem móvel mais importante da capela é o retábulo de Santa Teresa D'Ávila, descrito a seguir. A inexistência de capela-mor diferencia a Capela de Santa Teresa D'Ávila das Capelas de Santo Antônio, Santana, São Bento e Nossa Senhora das Mercês. Apesar de possuírem características que os individualizam, todos esses templos possuem traços da arquitetura maneirista definidos por Bury (1991), Hauser (1993), Pais da Silva (1996) e Argan (1999), citados nas linhas precedentes. No município de Mariana, ainda merece atenção a localização dos sinos das capelas. As torres laterais estavam reservadas para as igrejas matrizes, que começaram a surgir depois de 1724 em Minas Gerais (SMITH, 1939, p. 120). Em Mariana, os construtores das capelas encontraram duas soluções para essa restrição: inserção dos sinos nos vãos superiores da fachada, que desempenham as funções duplas de janelas e sineiras, a exemplo da Capela de Santo Antônio, da Capela de Santa Teresa D'Ávila, da Capela de São Bento e da Capela de Nossa Senhora das Mercês; e sustentação dos sinos por estrutura autônoma de madeira recoberta de telhas, exemplificada pela Capela de Santana. Essas duas soluções também foram adotadas em capelas setecentistas de outras cidades mineiras, como na Capela de Nosso Senhor do Bonfim (Santa Luzia), na Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (Itabirito) e na Capela de São Gonçalo (Minas Novas), que possuem sinos inseridos nas aberturas superiores da fachada. A estrutura autônoma de madeira, que sustenta um ou dois sinos, situada no adro, é usada na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Chapada do Norte. No município de Mariana – recorte geográfico desta investigação – a frontaria sem torre reforça o padrão maneirista das capelas setecentistas mineiras, “em voga desde que o Vignola e Giacomo Della Porta, e depois Maderna, nas igrejas de Jesús e de Sta. Susana, respectivamente, fixaram o novo padrão de frontispício sem torre, geralmente conhecido por ‘jesuítico’” (COSTA, 1941, p. 35).



Figura 5 – Fachada da Capela de Santa Teresa D'Ávila

Fonte: Acervo do autor.

3.5 ANÁLISE DE UM MÓVEL LITÚRGICO

Considera-se o retábulo da Capela de Santa Teresa D'Ávila (Figura 6) móvel de transição do Maneirismo para o Estilo Nacional Português, classificação estabelecida por Robert Smith (1962, p. 69) para retábulos caracterizados por dois elementos indispensáveis: a coluna de fuste em espiral – denominada “salomônica” – e o remate de arcos concêntricos, cuja combinação confere ao retábulo português sentido de movimento e efeito de unidade. Germain Bazin (1983, v. 1, p. 263) classifica de “portal-românico” aquele tipo de retábulo, situando sua produção entre o fim do século XVII e início do século XVIII, em Portugal. O mesmo autor distingue os principais elementos do retábulo portal-românico: coroamento em arco de volta redonda apoiado sobre dois pés-direitos, lembrando a forma da portada românica; espaço central ocupado por trono em degraus contendo a imagem de veneração; revestimento dourado; e colunas torsas recobertas por ornatos em espiral de folhas de acanto e ramos de videira. O retábulo de Santa Teresa D'Ávila possui características do Estilo Nacional Português, evidenciando-se a forma de portada românica e o trono central destinado ao orago. Entretanto, ao invés das colunas de fuste em espiral, o coroamento em arcos concêntricos, divididos em cinco aduelas, é suportado pelo entablamento e por pilastras que se assemelham a pilastra renascentista descrita por Cragoe (2014, p. 85): fuste ornamentado com relevos; capitel baseado na ordem coríntia, mas com ornamentação de folhas de acanto limitada aos ângulos do capitel; desenho naturalista de uma rosa ao centro que, ao invés de ornamentar o capitel, foi, no retábulo de Santa Teresa D'Ávila, colocada no friso, justamente a faixa central decorativa do entablamento clássico. As extremidades das aduelas deixam pendente um tímido festão sobre o

camarim, contendo quatro rosetas miúdas semelhantes àquelas que ornamentam os frisos. O posicionamento das pilastras interiores e seu entablamento podem ser comparados ao “modi” D de ligação entre “a meia-coluna e a parede”, de uma gravura sobre madeira de Sebastiano Serlio reproduzida por Biermann e seus colaboradores (2015, p. 70). Distingue-se, abaixo do camarim, na base do retábulo, uma cartela com motivos vegetalistas em relevo que, juntamente com o festão já mencionado neste parágrafo, pertence ao repertório decorativo da talha maneirista. A decoração em talha está contida na estrutura, remetendo o observador ao “tipo de retábulo maneirista, onde a montagem arquitectónica vence a dispersão plástica da escultura” (BAZIN, 1983, v. 1, p. 264; PAIS DA SILVA, 1996, p. 115). Supõe-se ainda que o contraste do retábulo, revestido integralmente de decoração em talha, com as paredes internas e externas do edifício que o abriga, desprovidas de qualquer tipo de ornamento, assinale duas qualidades da arte maneirista: a ênfase dada à parte em detrimento do todo (SHEARMAN, 1978, p. 152) e a sobrecarga com a decoração de áreas relativamente pequenas de superfícies (HAUSER, 1993, p. 376). O retábulo de Santa Teresa D’Ávila está arruinado por marcas de pregos, perda de policromia, fissuras, desaprumo vertical (trono), entre outras patologias. Parte de sua ornamentação em talha parece ter sido objeto de furto. A imagem de Santa Teresa D’Ávila – três vezes furtada e recuperada, segundo informações de morador do Distrito – foi retirada da capela, sendo que o pesquisador teve acesso àquela escultura somente após se comprometer, por escrito, a manter em segredo sua localização.

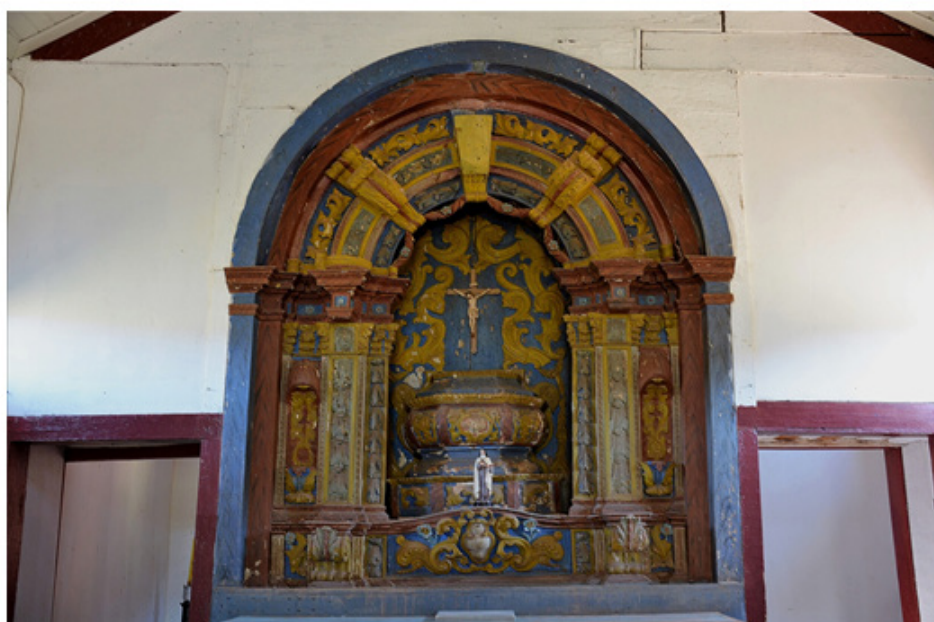


Figura 6 – Retábulo de Santa Teresa D’Ávila

Fonte: Acervo do autor.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe, no presente, base factual para se afirmar a existência de um programa

arquitetônico – intencional e institucionalizado – baseado no Maneirismo, para a arquitetura religiosa de pequeno porte construída no período de 1700 a 1750, em Mariana. Observou-se, contudo, a predominância do partido arquitetônico definido por planta retangular formada por nave e capela-mor com pé-direito mais baixo do que o da nave; telhado de duas-águas; sacristia com entrada independente e pé-direito mais baixo do que o da capela-mor; fachada sem profundidade, de porta única e dominada superiormente por poucas aberturas; inexistência de torre sineira; inexistência de decoração interna nas paredes e forros da nave, da capela-mor e da sacristia; decoração externa escassa ou inexistente; desequilíbrio entre superfícies cheias e vãos; desenho retangular das aberturas; funções duplas. No município de Mariana, esse partido de composição manteve-se, sem alterações, nas capelas construídas durante o período de 1700 a 1750, vinculando-as aos preceitos do Maneirismo e da arquitetura religiosa maneirista portuguesa. No contexto histórico-social de Mariana, torna-se necessário o aprofundamento da pesquisa em duas linhas de investigação: fixação de autorias das capelas e de seus bens móveis e integrados, assim como investigação do histórico de intervenções realizadas no decorrer da existência dos edifícios; e aplicação dos preceitos de tratados de arquitetura de autores dos séculos XVI, XVII e XVIII ao sistema construtivo das capelas, sem descartar, entretanto, a possibilidade do uso dos tratados apenas como guias para reprodução de formas visuais. Em 5 de novembro de 2015, o rompimento de uma barragem da Samarco Mineração S.A., controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton Ltda., destruiu o Subdistrito de Bento Rodrigues (Distrito de Santa Rita Durão). O Ministério Público Federal declarou, ao denunciar a empresa responsável pela gestão da barragem de Fundão, a morte de dezenove pessoas no desastre e a existência de mais de trezentas famílias desabrigadas (BRASIL, Ministério Público..., 2015, p. 44). Conta-se, entre os edifícios que desapareceram sob 34 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente..., 2015, p. 30), a Capela de São Bento e quase todos os seus bens integrados e móveis, especialmente a escultura de São Bento e o retábulo principal com características do estilo Dom João V. O desastre expôs a vulnerabilidade (JANCZURA, 2012, p. 302) das populações de Mariana e de seus Distritos, incluindo como fragilidade o desaparecimento de sua arquitetura tradicional.

5 | AGRADECIMENTO

O presente trabalho recebe apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (Processo n. 149353/2018-9).

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. Clássico anticlássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Provisões, portarias, licenças e etc. 1748-1750. Armário 2, Prateleiras 1, 2, 3, 4, Tomo II.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13532: elaboração de projetos de edificações – arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.

BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2 v.

BIERMANN, Veronica et al. Teoria da arquitetura: do Renascimento até aos nossos dias. Köln: Taschen, 2015.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/capela>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

BORIM, Alexandre et al. Inventário de proteção do acervo cultural. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana, 2009.

BRAGA, Sylvia Maria Nélo. (Coord.). Manual de conservação de cantarias. [s. l.: s. n.], 2000.

BRASIL. Minas Gerais (Estado). Mariana (município). Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana – COMPAT. Patrimônio protegido do município de Mariana/ MG. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzWEne8NnkDqbUt6Y3hncC1KNW8/view>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Mariana (MG). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/272>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Diretoria de Proteção Ambiental. Coordenação Geral de Emergências Ambientais. Laudo técnico preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Força Tarefa Rio Doce. Denúncia, 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BURY, John. Arquitetura e arte no Brasil colonial. São Paulo: Nobel, 1991.

CARVALHO, Márcio. Ouro Preto: uma viagem em pedra e ouro. Itaúna: Márcio de Lima Carvalho, 2013.

CATÁLOGO de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc011/CU-MinasGerais.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

CHARLES, Victoria et al. 1000 obras-primas da pintura. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Disponível em: <<http://domtotal.com/direito//pagina/detalhe/31867/codigo>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

- COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-100, 1941.
- CRAGOE, Carol Davidson. Como decifrar arquitetura: um guia visual completo dos estilos. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.
- FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Relíquias da terra do ouro. São Paulo: S. A. Indústrias Graphicars-F. Lanzara, 1946.
- FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. Inventário da série “Termos de arrematação e contratos – 1715-1928” do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S/A, 1954.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRASSI, Emily. Maneirismo. Florença: SCALA, 2011.
- HAUSER, Arnold. Maneirismo. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- HOCKE, Gustav René. Maneirismo: o mundo como labirinto. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.
- JORGE, Fernando. O Aleijadinho: sua vida, sua obra, sua época, seu gênio. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. O que é arquitetura. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LIMA, Manolita Correia. Monografia: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MINKE, Gernot. Manual de construção com terra: uma arquitetura sustentável. São Paulo: B4, 2015.
- MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). História de Minas Gerais: as minas setecentistas, 1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 55-85.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. As igrejas setecentistas de Minas. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Barroco e rococó no Brasil. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.
- PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. Estudos sobre o Maneirismo. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- RODRIGUES, Flávio Carneiro; MOREIRA, Maria Ângela Assunção. Notas históricas sobre Passagem de Mariana: Passagem até o século XXI. Mariana: Dom Viçoso, 2013.
- SANTOS, Paulo Ferreira. Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SHEARMAN, John. O Maneirismo. São Paulo: Cultrix, 1978.

SMITH, Robert Chester. A talha em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.

SMITH, Robert Chester. Jesuit Buildings in Brazil. The Art Bulletin, New York, v. 30, n. 3, p. 187-213, 1948. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3047183>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SMITH, Robert Chester. The Colonial Architecture of Minas Gerais in Brazil. The Art Bulletin, New York, v. 21, n. 2, p. 110-159, 1939. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3046628>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

TIRAPELI, Percival. Igrejas barrocas do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2008.

TRINDADE, José da Santíssima. Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

TRINDADE, Raimundo. Instituições de igrejas no Bispado de Mariana. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VASCONCELLOS, Salomão de. Mariana e seus templos: (era colonial) 1703-1797. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VITRÚVIO. Tratado de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEIMER, Günter. Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM COLATINA E SUA TRAJETÓRIA

Alexandre Valbuza Almeida

Arquiteto e Urbanista formado pelo Centro
Universitário do Espírito Santo
Colatina - Espírito Santo

RESUMO: O presente trabalho tem a intenção de pesquisar a respeito do processo de desenvolvimento das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural em Colatina, Espírito Santo, especificamente o patrimônio edificado. Posteriormente averiguar como o desenvolvimento urbano da cidade, influenciou na condição atual do patrimônio arquitetônico da área central da cidade. Devido as fortes chuvas que atingiram Colatina entre os anos de 2013 e 2014, grande parte dos registros e documentações a respeito da história e desenvolvimento da cidade foram perdidos, tornando a coleta de dados mais árdua. Observa-se, desde então, o aumento dos percalços à obtenção de informações. Cabe salientar que o trabalho está baseado em análise bibliográfica e sistematização de informações obtidas através de documentos, material iconográfico, entrevistas e levantamento de campo. A pesquisa apresenta-se como um campo vasto de possibilidades, uma vez que há pouco autores e pesquisadores do tema. Nota-se também que a falta de revitalização dos prédios históricos tem acarretado situações para a desvalorização dos

imóveis em nível patrimonial. Por fim, considera-se que a relevância acadêmica deste trabalho se dá na perspectiva de poder contribuir como fonte para outras pesquisas voltadas para essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, historia, memoria, cultura, arquitetura.

ABSTRACT: This paper intends to investigate about the process of development of the public policies of preservation of the cultural heritage in Colatina, Espírito Santo, specifically the built heritage. Subsequently, to inquire how the urban development of the city, influenced over the current condition of the architectural heritage of the central area of the city. Due to heavy rains that hit Colatina between 2013 and 2014, much of the records and documentation regarding the city's history and development were lost, making data collection more demanding. Since then, there has been an increase in the difficulty in obtaining information. It should be noted that this work is based on bibliographic analysis and systematization of information gathered through documents, iconographic material, interviews and field analyses. The research presents itself as a vast field of possibilities, since there aren't many authors and researchers on the theme. It is also noted that the lack of revitalization of historic buildings has led to situations for the devaluation of properties at the patrimonial

level. Finally, it is considered that the academic relevance of this work is given in the perspective of being able to contribute as a source for other research focused on this subject.

KEYWORDS: Heritage, history, memory, culture, architecture.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Colatina é um município localizado na região Noroeste do Estado do Espírito Santo, com uma população estimada em aproximadamente 120 mil habitantes. A sede do município está situada no Vale do Rio Doce, aproximadamente 135 quilômetros da capital, Vitória. O surgimento de Colatina remonta ao final do século XIX, com a chegada de colonizadores italianos à região. Mas foi somente em 1921 que a então Vila de Colatina foi promovida a município. Atualmente, Colatina é polo regional de referência no Estado, com destaque nas áreas de saúde e educação. Destaca-se, também, na economia do município, a indústria do vestuário, seguida pela indústria moveleira. A agricultura tem o café conilon como seu principal produto, além da fruticultura e hortigranjeira (IBGE, 2010).

O município é cortado pelas rodovias ES-080 e BR-259 e pela ferrovia Vitória a Minas, o que criou condições para a cidade crescer e desenvolver economicamente, como centro regional de comércio e serviços. Colatina comercializa grande parte da produção cafeeira de municípios vizinhos, além de possuir um terminal de cargas que integra os modais ferroviário e rodoviário, dando suporte à produção de rochas ornamentais e eucalipto da região (IBGE, 2010). Um dos períodos de grande crescimento da cidade foi após a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), que propiciou ao município comunicação direta com a capital do Estado, Vitória.

A aceleração do processo de urbanização e de adensamento das áreas urbanas, em função do capital imobiliário, faz com que os bens históricos se percam em meio ao crescimento urbano, favorecendo a descaracterização, abandono e até mesmo a perda do patrimônio histórico da maioria das cidades, bem como Colatina. Este trabalho tem como objetivo compreender a origem e formação do patrimônio histórico, artístico e cultural colatinense e posteriormente, averiguando o estado de conservação e originalidade do patrimônio arquitetônico apresentado.

Em termos metodológicos, o trabalho está fundamentado em pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado, levantamento e sistematização de informações obtidas através de pesquisa em documentos e periódicos da época, material iconográfico, entrevistas e levantamento de campo. As informações obtidas foram estruturadas segundo o tema, que norteia o objetivo do trabalho: a preservação do patrimônio edificado em Colatina e sua trajetória. Partindo dessa premissa, buscou-se analisar o patrimônio histórico enquanto fenômeno na formação e desenvolvimento da cidade.

A relevância acadêmica deste trabalho se dá na perspectiva de poder contribuir

como fonte para outras pesquisas voltadas para essa temática. Dentro da relevância social, destaca-se a possibilidade de ser feita uma divulgação à sociedade em geral, via digital ou impressa, levando as pessoas a terem outro olhar, interesse e curiosidade a respeito do desenvolvimento de Colatina e seu patrimônio.

2 | GÊNESE DO MUNICÍPIO

A história do desbravamento do município de Colatina está intimamente ligada às tentativas de colonização do Vale do Rio Doce e à retirada das aldeias indígenas dessa região. A presença dos primeiros imigrantes italianos na região de Colatina começou a ocorrer em 1889, e foi essencial para que as ocupações dessas terras ocorressem efetivamente. Segundo Teixeira (1974), na área hoje ocupada pelo distrito de Boapaba, antiga Vila de Mutum, estava localizado o núcleo colonial Senador Antônio Prado, criado pelo Governo Imperial, a fim de receber os primeiros imigrantes italianos. A partir desse núcleo colonial, as seções começaram a se desenvolver; no entanto, uma prosperou mais que as outras: o chamado Barracão ou Arraial do Rio Santa Maria.

Quanto à formação da Vila de Colatina, seu início se deu principalmente em 1888 com a chegada do vapor Adria, que trouxe os primeiros colonos italianos. Os vapores eram praticamente os únicos meios de transporte para a nascente Vila de Colatina, encravada na localidade denominada Arraial de Santa Maria, hoje bairro Colatina Velha (MADURO, 2001, p. 13).

O Barracão do Rio Santa Maria, que se localizava no atual Bairro Colatina Velha, município de Colatina, prosperou devido à facilidade no escoamento da produção agrícola, através do Rio Doce. Esse Barracão serviu para que o Governo conduzisse e alojasse os imigrantes, logo à sua chegada, e onde, em geral, permaneciam por muitos meses. Posteriormente, o Barracão, possibilitou a escolha do local da primeira igreja e residências na região, por volta de 1892. Em 1899, quando já havia um número bastante considerado de casas próximas ao Barracão do Rio Santa Maria, foi criada a Vila de Colatina, subordinada ao município de Linhares (Teixeira, 1974).

No início do século XX, a Vila de Mutum era considerada o núcleo mais importante da região. A Vila de Colatina, entretanto, logo passou a se transformar no principal núcleo, devido à facilidade do transporte agrícola através do Rio Doce; a Vila também se tornou referência dos imigrantes no caminho para a colonização das terras ao norte do Estado. Contudo, segundo Ribeiro (1996), a perda de importância e o declínio da Vila de Mutum ocorreram, principalmente, com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), em 1906. O escoamento da produção do café tornou-se mais viável pelo trem, que tinha parada na Vila de Colatina.

3 | A CHEGADA DA MARIA FUMAÇA

De acordo com Ribeiro (1986), a ligação ferroviária entre o interior de Minas Gerais e o Porto de Vitória teve origem na segunda metade do século XIX. Em fevereiro de 1902, o Governo Federal concedeu, através de um Decreto-Lei, a criação da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (CEFVM), e do primeiro trecho ferroviário, que ligava a cidade de Vitória-ES a Natividade-MG. No início do século XX, a primeira estação ferroviária de Colatina era inaugurada, mais precisamente em 20 de dezembro de 1906, localizada no quilômetro 128 da ferrovia, bem próxima à Vila de Colatina, onde hoje se encontra a Praça Municipal. Inicialmente, as cidades mais beneficiadas com a EFVM foram: Colatina-ES, Aimorés-MG, Conselheiro Pena-MG e Governador Valadares-MG, locais do surgimento das primeiras estações ferroviárias.

No dia imediato, ordenamos a roçada da capoeira e locamos a estação. A Vila edificada aquém, no espigão à margem direita do rio Doce, desde então passou a chamar-se Colatina Velha e a que, rapidamente, foi nascendo nas vizinhanças da estação, denominou-se Colatina Nova. A 20 de dezembro daquele ano de 1906, inaugurou-se o novo trecho construído ali (ALMEIDA, *apud*, MADURO, 2001, p. 10).

A Vila de Colatina começa a se desenvolver a partir de 1906, com a inauguração da Estação Ferroviária e da EFVM, que propiciou à Vila comunicação direta com a capital do Estado, por meio de transporte rápido e barato para sua produção, principalmente de madeira e café. O desenvolvimento econômico acelerado da Vila acabou abalando diretamente o município de Linhares, fazendo com que todo o comércio de grande parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, que era feito em Linhares, passasse a ser feito em Colatina. Tal fato contribuiu para que, em 1907, a Vila de Colatina se transformasse na sede do município de Linhares. Essa situação dura até 1921, quando foi criado o município de Colatina, compreendendo todo o território que pertencia a Linhares, que passou a ser uma Vila, subordinada a Colatina (Ribeiro, 1996).

Outra importante ferramenta no desenvolvimento da cidade foi a construção da Ponte Florentino Ávidos, inaugurada em 1928, determinante na expansão norte de Colatina. A construção da ponte, segundo Teixeira (1974), estava prevista no plano de construção de uma estrada de ferro, que deveria fazer a ligação entre Colatina e o município de São Mateus, uma área até então pouco explorada no norte do Estado. Diante do malogro da implantação da estrada de ferro, a ponte passou a ser utilizada por pedestres, e, posteriormente para circulação rodoviária.

Antes da construção da ponte, a travessia do Rio Doce era somente feita de canoa, e o trajeto tinha duração de mais de uma hora. A região à margem norte do Rio era chamada de Francilvânia, e possuía algumas fazendas, onde habitavam poucos colonos. Aos poucos, após a construção da ponte, os fazendeiros foram vendendo suas terras para a implantação de novos loteamentos na cidade (Ribeiro, 1996). A ponte também foi um importante instrumento que facilitou o escoamento da produção de madeira e, com isso, expandindo ainda mais esse setor. A produção do café, a

partir de então, ganha mais importância no município, pois se aproveitava também das grandes áreas desmatadas com a produção da madeira.

Contudo, segundo Ribeiro (1986), somente a partir de 1942, com a criação da Vale, então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), diversas melhorias foram realizadas na EFVM. A primeira melhoria teria ocorrido na década de 40, com a remodelagem do traçado da ferrovia, entre Vitória e Colatina. Segundo Maduro (1989), um fato importante ocorrido nesse período, teria sido a relocação do Rio Santa Maria, através da remoção do “Morro das Cabritas” (elevação de terra, que existia onde hoje se encontra o Hospital e Maternidade Doutor Sílvio Ávidos), do centro da cidade. A fim de transpor o Rio, que tinha como leito natural a passagem pelo centro da Cidade, a CVRD se aproveita das terras formadoras da elevação montanhosa, levando as águas do Rio para o curso atual. Essa manobra serviu para encurtar o trecho da ferrovia pelo centro da cidade e na construção de uma área para a nova estação ferroviária, e, posteriormente, na formação de um novo bairro para a Cidade, o Esplanada.

Na intenção de melhorar as condições da linha férrea, em 1951, a CVRD inaugurou a nova Estação Ferroviária no Bairro Esplanada. A primeira estação localizada na Praça Municipal é desativada e demolida, abrindo caminho para o desenvolvimento no centro da Cidade, juntamente com a nova área criada (Ribeiro, 1986). Com o crescimento e desenvolvimento da cidade, a passagem do trem passa a ser prejudicial para os moradores e comerciantes locais, devido ao crescimento do fluxo de automóveis na região central, não dimensionada para o tráfego crescente, além do incômodo do pó de minério; passa-se, então, a cogitar de uma nova modificação na trajetória da EFVM em Colatina.

Assim em 24 de outubro de 1975, a CVRD, em parceria com o Município, retira os trilhos da EFVM do interior da cidade, levando a ferrovia para uma variante pela região sul, longe do centro de Colatina, que já se encontrava “asfixiado”. A relocação da ferrovia teve como principal objetivo o alisamento do território para a passagem dos fluxos da produção local. Sem dúvidas, a EFVM promoveu um grande desenvolvimento econômico em Colatina e além disso, o crescimento da cidade. Porém esse crescimento teria sido desordenado, sem qualquer planejamento urbanístico que projetasse a abertura de novas vias e a localização de áreas públicas, como praças (MADURO, 1985).

4 | O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL COLATINENSE

De acordo com Choay (2010), a importância de se fazer o resgate cultural, incluindo-se aí os valores e as tradições de determinada localidade se dão pela possibilidade de manter ativas as referências de identidade de um grupo social. A compreensão da história, de modo geral, está ligada às intervenções do homem com os bens considerados “patrimônios históricos”, no sentido de preservar, fazendo com que o passado interaja com o presente.

Para se preservar, é necessário, de antemão, delimitar, definir e esclarecer o que compunha o patrimônio histórico colatinense; para tal, foi aprovado o Decreto-Lei nº 5.257, de 14 de dezembro de 2006, onde ficaria criado o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural, com a finalidade de promover, em todo território municipal, a permanência, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico.

Desde então, a política de proteção patrimonial municipal, veio se intensificando ao longo dos anos e consolidou-se com a elaboração de estudos, documentos, orientações jurídicas administrativas, além do efetivo uso dos diversos instrumentos de acautelamento disponíveis e previstos nas Leis Estaduais e Federais, que resultaram na elaboração de diversas leis preservacionistas ao longo dos anos.

Atualmente, a cidade já possui homologados, em esfera municipal, cerca de dez Decretos de Leis que declaram como patrimonial histórico, cultural e artístico, a preservação de áreas e edificações urbanas, que, de algum modo, caracterizarão a sociedade colatinense em seu contexto existencial.

EDIFICAÇÃO	LEI DE PRESERVAÇÃO
Catedral Sagrado Coração de Jesus	Decreto de Lei nº 5.246, de 25 de outubro de 2006
Câmara Municipal	Decreto de Lei nº 5.915, de 18 de dezembro de 2012
Escola Aristides Freire	Decreto de Lei nº 5.915, de 18 de dezembro de 2012
Iate Clube	Decreto de Lei nº 5.915, de 18 de dezembro de 2012
Estátua do Cristo Redentor	Decreto de Lei nº 6.167, de 07 de abril de 2015
Igreja Nossa Senhora Auxiliadora	Decreto de Lei nº 6.168, de 07 de abril de 2015
Casario da Avenida Getúlio Vargas	Decreto de Lei nº 6.172, de 22 de abril de 2015
Hospital e Maternidade Dr. Sílvio Ávidos	Decreto de Lei nº 6.173, de 22 de abril de 2015
Ponte de Ferro Agenor Alves	Decreto de Lei nº 6.174, de 27 de abril de 2015
Biblioteca Municipal	Decreto de Lei nº 6.175, de 27 de abril de 2015
Antiga Estação Ferroviária	Decreto de Lei nº 6.176, de 27 de abril de 2015
Antigo Vagão de Trem	Decreto de Lei nº 6.183, de 20 de maio de 2015

Quadro 1: Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Colatina.

Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Colatina (PMC). Elaborado pelo Autor.

Apesar da preocupação da política público municipal, relacionado a preservação do patrimônio histórico, Colatina em seu âmbito jurídico não possui oficialmente nenhum patrimônio tombado, em todo seu território urbano. Porém, deve-se ressaltar que, em 2013, é criada a Resolução CEC nº 003 Estadual, que determina como Área de Proteção Ambiental e Cultural (APAC), a constituída formada pelo Sítio Histórico Urbano de Itapina e áreas de entorno, que se encontram no distrito de Itapina, que dista aproximadamente 36 km da sede do município de Colatina. O vilarejo possui

um conjunto histórico e paisagístico, resultante dos tempos áureos do café, que foi implantado ao longo do Rio Doce, apresentando casario em sua maioria datado da primeira metade do século XX, com relevante importância para a história capixaba (SECULT, 2016).

5 | QUATRO CONJUNTOS HISTÓRICOS E ALGO A MAIS

Para Lynch (2014), a cidade tem a capacidade de se transformar a cada instante que passa; estruturada por uma mistura complexa de construções geológicas, biológicas, sociais e linguísticas que não são mais do que mera acumulação de matérias moldadas e enrijecidas pela história. O contexto contemporâneo se depara, cada vez mais, com transformações sociais, econômicas e culturais, gerando uma sobrecarga de informações e percepções de difícil digestão para a sociedade na compreensão do passado (NARDI, 2015).

As edificações abordadas a seguir, representam as obras arquitetônicas que testemunharam a evolução histórica e urbana de Colatina. O patrimônio arquitetônico, está dividido em conjuntos, baseadas na proximidade entre os edifícios e no critério histórico de cada um. Importante ressaltar que é possível aumentar o grau de importância histórica de uma edificação quando a tratamos como um componente de um conjunto arquitetônico. Colatina não possui um patrimônio construído com apelo ou valor arquitetônico nacional, e poucos possuem um destaque estadual, a formação de conjuntos aumenta a importância dessas edificações isoladas.

O Conjunto I é formado pelas edificações resultantes da colonização do Município e se localiza no Bairro Colatina Velha. O Conjunto II traz consigo os edifícios formados a partir dos arredores da primeira Estação Ferroviária, inaugurada em 1906, que ficava localizada na Praça Municipal, representante da expansão territorial da Vila de Colatina. Já o Conjunto III, localizado no centro da Cidade, representa a expansão do Município a partir da Linha Férrea, que, posteriormente, deu origem à Avenida Getúlio Vargas e, conseqüentemente, à formação do comércio e novas edificações. O Conjunto IV marca a importância que a EFVM teve no desenvolvimento da cidade, servindo, assim, como um memorial, situado na Praça Sol Poente.

5.1 CONJUNTO I

A área formada pelo Conjunto abriga o núcleo histórico de fundação da Vila de Colatina. O Conjunto I possui como principal e único componente a Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, marco inicial da ocupação do solo colatinense, situada no Bairro Colatina Velha, nas imediações onde fora construído o Barracão do Rio Santa Maria, que abrigou os primeiros imigrantes italianos, em 1888. Assim como ocorre na maior parte das cidades brasileiras, as primeiras residências da colônia foram construídas em torno da igreja erguida no final do século XIX, fato que ocorre também com as edificações públicas que até 1913 estavam todos situados na então Vila de Colatina,

hoje Bairro Colatina Velha (MADURO, 2001).

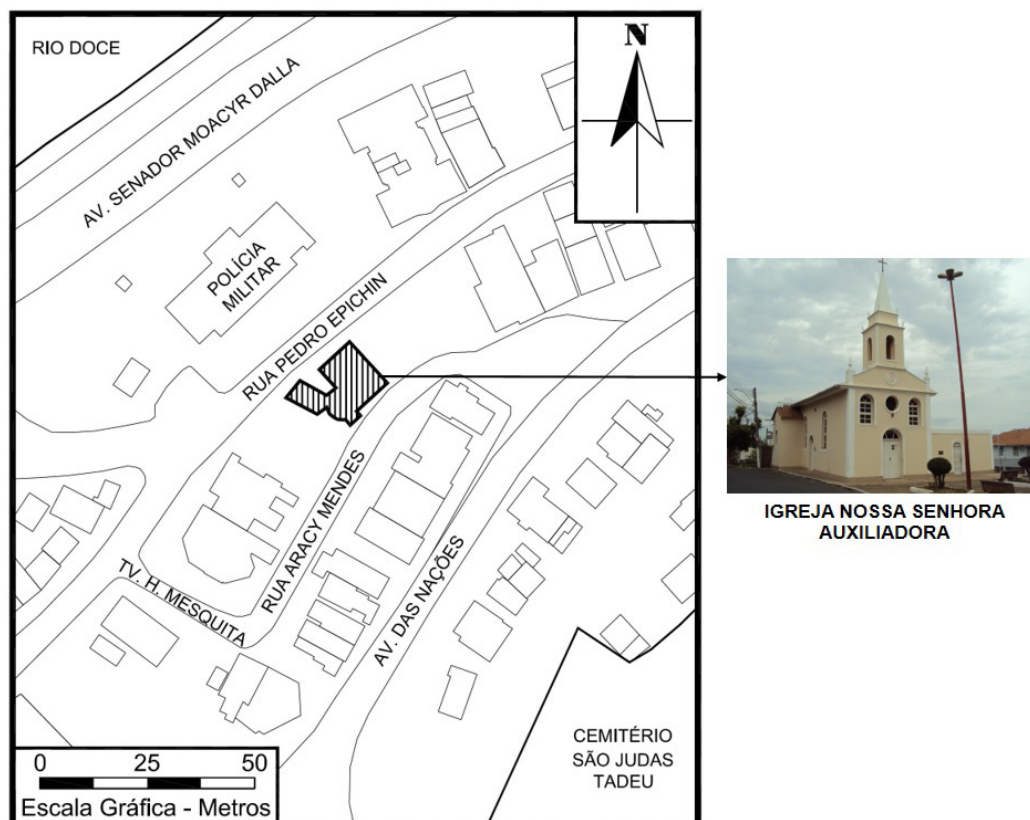


Figura 01: Mapeamento do Conjunto I.

Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Colatina (PMC) e acervo do autor. Elaborado pelo Autor.

Como já mencionado, na década de 40 ocorreu uma remodelagem no traçado da EFVM, em todo o trecho que cortava o centro da cidade de Colatina. Durante as melhorias da ferrovia, ocorreram constantes explosões de rochas, na área próxima à Igreja, devido às necessidades de locação da linha férrea. As explosões acabaram por acarretar o comprometimento da estrutura da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, construída no final do século XIX. Em meados do século XX, o templo religioso foi demolido devido às suas más condições estruturais. Na década de 1950, se inicia a construção de uma nova igreja, erguida no mesmo local, porém com a fachada principal não mais voltada para o Rio Doce e com partido arquitetônico mais moderno, quando comparada com a antecessora (MADURO, 1988).

Apesar de a igreja não ser a mesma construída no início da congregação da Vila de Colatina, e não possuir o mesmo valor histórico de sua antecessora, o templo atual representa o marco da iniciação do núcleo de colonização, que, posteriormente, deu origem ao município.

5.2 CONJUNTO II

Fruto do desenvolvimento econômico da Vila de Colatina, o Conjunto II começa a ser formado a partir das imediações da estação ferroviária, inaugurada em 1906. Com Colatina se tornando oficialmente a sede municipal de Linhares, em 1907, a Câmara Municipal, bem como a Comarca e todo o aparelhamento judiciário, são transferidos para o Vilarejo, que exercia comunicação direta com a capital do Estado através da EFVM (RIBEIRO, 1996).

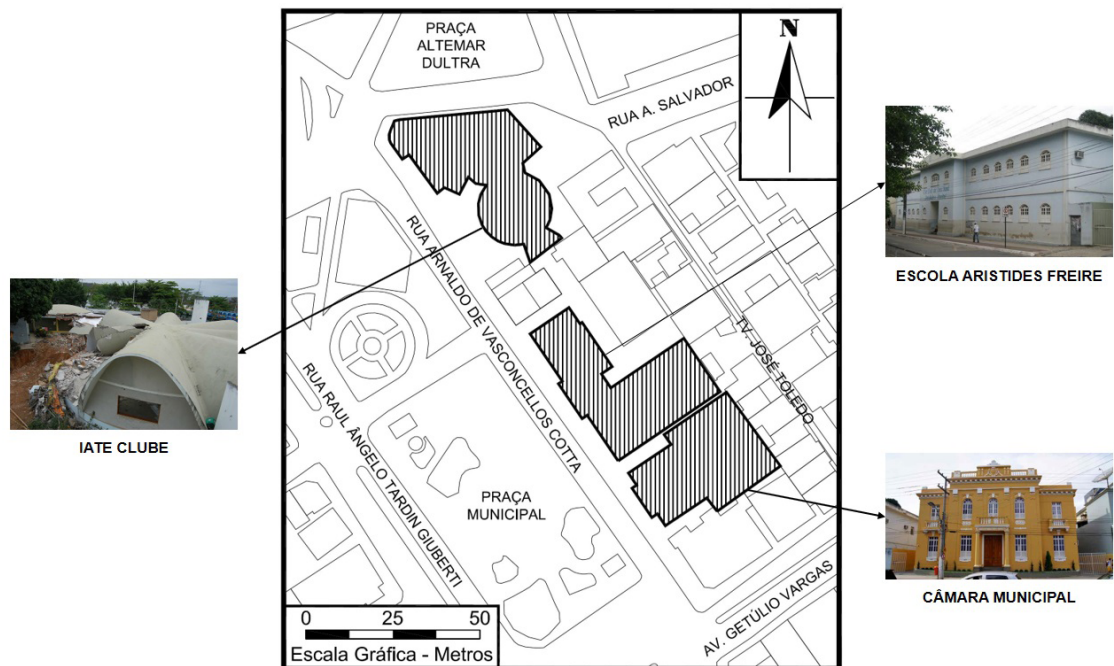


Figura 02: Mapeamento do Conjunto II.

Fonte de dados: PMC e acervo do autor. Elaborado pelo Autor.

Até 1913 todos os órgãos públicos funcionavam na Vila de Colatina, próximo a Igreja Nossa Senhora Auxiliadora. Com a expansão territorial da Vila, através da linha férrea e o desenvolvimento constante do comércio às margens da estação ferroviária, os equipamentos públicos deixam o núcleo de colonização e partem para o atual Centro da Cidade, denominando o local de “Colatina Nova”. Assim, por volta de 1913, se inicia a construção do edifício que servia para abrigar a Comarca de Colatina, e, posteriormente, serviria para a Câmara Municipal. O lugar escolhido para a construção da edificação foi exatamente às sombras da estação ferroviária, área bastante movimentada durante as paradas de trem, e ponto principal na formação do comércio local (MADURO, 1988).

O edifício da Câmara Municipal representa a introdução do ecletismo à Vila de Colatina, sendo um dos mais belos exemplares arquitetônicos da cidade, que se encontra em bom estado de conservação e originalidade. Sua fachada exuberante traz, em si, a marca do ecletismo através de alguns elementos decorativos, como: coluna dórica, balaústre, molduras, concha, rocalha, voluta, cachorro, entre outros.

A partir de 1913, começou a se formar, nos redores da estação ferroviária, um importante conjunto histórico, que teve como origem o edifício da antiga estação ferroviária, posteriormente, a edificação da Câmara Municipal. Com a instalação da Comarca na nova edificação construída, outras obras públicas também foram erguidas ao redor da estação, como a Escola Aristides Freires.

A primeira escola da Vila de Colatina teria sido a “Escola Reunidos”, que ficava localizada próxima a Igreja Nossa Senhora Auxiliadora. Devido ao crescimento constante da Vila e, conseqüentemente, do aumento da demanda por matrículas, em 1918, uma nova escola é erguida, agora, na Praça Municipal, ao lado da Comarca, o Grupo Escolar Aristides Freires. No início, a escola contava apenas com quatro salas de aula; mais tarde, foi ampliada e passou por várias reformas ao longo dos anos para suprir as necessidades do corpo acadêmico. Apesar das mudanças na edificação, a obra é considerada um importante patrimônio histórico para a cidade, já que ocupa o posto de uma das primeiras escolas da Vila de Colatina e única até 1939, quando foi fundado o Ginásio Conde de Linhares (MADURO, 1989).

Por fim, para encerrar o Conjunto, o late Clube, obra arquitetônica inaugurada em 1958, que tem como criador o arquiteto e engenheiro capixaba Marcelo Vivacqua. O clube foi inspirado na sinuosidade das obras de Oscar Niemeyer e conta com uma casca de concreto (quatro paraboloides hiperbólicos), com a ausência de vigas, toca o chão em apenas oito pontos, mostrando a complexidade estrutural da obra de concreto armado, que é seu atrativo (COSTA, 2015).

Devido a sua localização de grande valor comercial, no centro da cidade, em outubro de 2010, um grupo de associados do clube, decidiram durante a madrugada, demolir clandestinamente a construção, ocasionando a destruição de duas das oito pétalas que formam a cúpula principal. Tal fato ocorreu devido a um acordo firmado entre a Prefeitura e os antigos sócios, durante a construção do Clube, cujo terreno pertencente ao município, e foi doado para os associados, a fim de manter a obra para uso público. Logo após a tentativa de demolição do edifício, foi elaborado um projeto de tombamento do imóvel, o Decreto-Lei n. ° 62/2010, porém este não foi aprovado, devido aos problemas judiciais que o edifício vem sofrendo desde então.

O Clube é o mais importante exemplar do movimento moderno no município, devido ao seu aspecto formal singular; porém ele se encontra num estado de grande deterioração, devido ao processo de demolição. Percebe-se que a degradação e abandono da obra, representa a degradação da memória sociocultural e patrimonial de Colatina, privando a população do usufruto de todas as possibilidades oferecidas pelo local.

5.3 CONJUNTO III

A área ocupada pelo Conjunto III representa a expansão da Vila de Colatina, a partir de 1906, com a inauguração da estação ferroviária. Até então, tudo estava concentrado no núcleo de colonização, em Colatina Velha. A linha férrea propiciou

a ocupação de novas terras, partindo da estação em direção ao Rio Santa Maria. Essa urbanização, às margens da ferrovia, consequentemente veio a definir a Avenida Getúlio Vargas e, posteriormente, o centro da cidade. E é no centro que estão as obras formadoras do Conjunto III, que possui dois dos pontos mais emblemáticos do Município: a Catedral Sagrado Coração de Jesus e o Hospital e Maternidade Dr. Sílvio Ávidos.

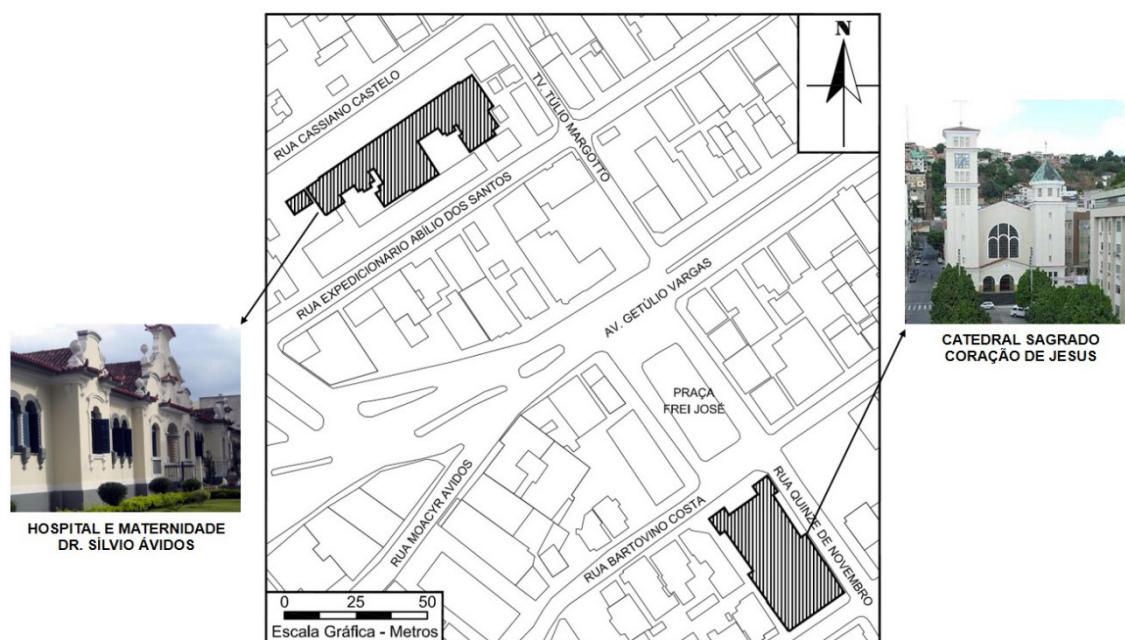


Figura 03: Mapeamento do Conjunto III.

Fonte de dados: PMC e acervo do autor. Elaborado pelo Autor.

Segundo Maduro (1989), o projeto da Matriz, hoje denominada Catedral, foi criação do engenheiro Calixto Benedito, o mesmo que teria projetado o Santuário de Aparecida, localizado em São Paulo. A pedra fundamental foi lançada em 1952, pela mão do então pároco Geraldo Meyers. Anos depois da construção concluída, no final da década de 80, foi criada a Diocese de Colatina e a então igreja matriz passou a ser chamada Catedral do Sagrado Coração de Jesus.

O edifício da Catedral é a única igreja da cidade que possui uma arquitetura peculiar, voltada para os princípios do movimento *art déco*. Suas fachadas são marcadas por traços fortes, estilizados através de linhas retas e circulares, com formatos geométricos e repetição de alguns elementos cúbicos. As paredes possuem enormes vãos de janelas, recobertos por vitrais coloridos, confeccionados e trazidos da Europa, que retratam passagens bíblicas e outros motivos religiosos.

Segundo Coêlho (2004), outra obra de importância histórica para o Município é o Hospital e Maternidade Dr. Sílvio Ávidos, localizado no centro da cidade é considerado um dos primeiros exemplares da arquitetura neocolonial no Estado do Espírito Santo. Inaugurado em 11 de setembro de 1949, pelo então presidente da República Marechal Eurico Gaspar Dutra, o hospital foi construído pelo Governo Federal, em parceria com

o Governo Estadual e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Após já ter passado 69 anos de sua inauguração, atualmente o hospital está vinculado ao Instituto Estadual de Saúde Pública (IESP).

O hospital está localizado no mesmo local onde existia o Morro das Cabritas, retirado na década de 40 pela CVRD, durante a relocação do Rio Santa Maria. A fachada principal do edifício, ainda apresenta as esquadrias originais, de madeira e vidro do tipo de abrir, com bandeiras em veneziana, com arcos e círculos variáveis. A cobertura é constituída de telhas cerâmica, que marcam um diferencial entre os anexos que já apresentam telhas de fibrocimento.

A partir das necessidades que surgiam de modernização dos equipamentos e instalações hospitalares, o edifício acabou passando por uma série de adaptações, tendo a de maior contraste visual ocorrido em 1954, na instalação do anexo para abrigar o pronto socorro, que já apresentava um estilo modernista com tendências para o funcional, destacando-se da mais antiga, em estilo neocolonial (COELHO, 2004).

5.4 CONJUNTO IV

O Conjunto IV também pode ser chamado de “Conjunto Ferroviário”, devido à sua formação diretamente ligada à construção da EFVM, especificamente a partir da década de 40, na remodelagem do trecho que liga Colatina a Vitória, marcando, assim, a história do desenvolvimento da cidade. Na década de 80, após a retirada dos trilhos de trem do centro da cidade, a Vale, então Companhia Vale do Rio Doce, doa ao município de Colatina toda a área pertencente a ela, bem como os edifícios da antiga estação, o terminal de cargas, a ponte Agenor Alves e um antigo vão de trem, que formam, assim, o Conjunto Histórico Ferroviário.

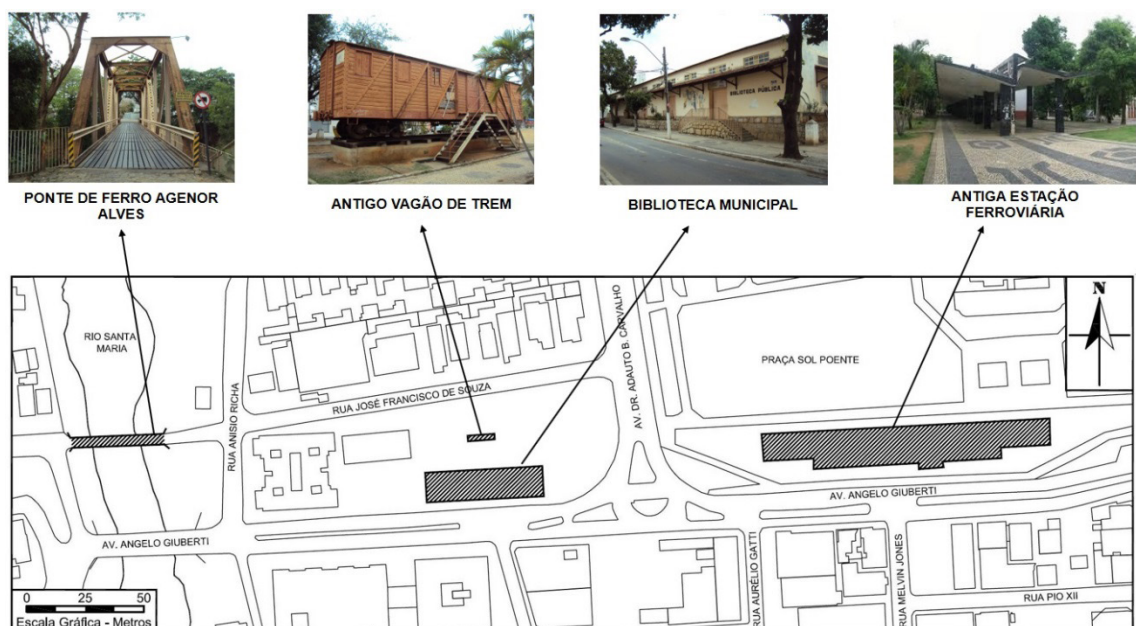


Figura 04: Mapeamento do Conjunto IV.

Fonte de dados: PMC e acervo do autor. Elaborado pelo Autor.

Em 1989, toda a área que pertencia à Vale passa por mudanças no caráter de reforma, onde foi construída uma área de lazer no pátio da antiga estação ferroviária, que viria a se chamar Praça Sol Ponte. O projeto inicial contava com a implantação de uma biblioteca municipal, que foi instalada no antigo armazém de cargas da Vale. Na edificação, foram preservadas as características originais do armazém em seu exterior; as principais mudanças foram feitas apenas na estrutura interna do prédio, para adaptá-lo à funcionalidade da biblioteca (MADURO, 1989).

Já o edifício da antiga estação ferroviária, apresenta algumas das características do movimento moderno, encontrados facilmente na fachada da edificação como a utilização de formas simples, geométricas, e desprovida de ornamentação, traçado retilíneo como ideal de industrialização, uso estrutural de concreto armado, panos de vidro contínuos nas fachadas em vez de janelas tradicionais. Ao longo dos anos, a edificação, já servil de apoio a diversas atividades do setor públicas, ocorrendo a última de 2002 a 2015, sendo um Centro Regional de Educação Aberto a Distância (CREAAD), que era coordenado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Hoje, a edificação encontra-se abandonada e interditada pela Defesa Civil, devido as, mas condições da estrutura do edifício.

Outros dois elementos remanescentes da EFVM, que estão inseridas no Conjunto Ferroviário são a Ponte Agenor Alves e o antigo vagão de trem, também doações feitas pela Vale ao município. A ponte Agenor Alves, que transpõe o rio Santa Maria, é a terceira ponte construída pela Companhia Vale do Rio Doce na cidade. Feita em 1949 para a remodelação da nova ferrovia junto a construção da estação e do terminal de cargas, a ponte com mais de 60 anos, vem sofrendo por um processo contínuo de correção em toda sua estrutura, devido à falta de manutenção da obra.

O antigo vagão, também marco da EFVM no desenvolvimento do município; foi doado pela Vale à PMC após a retirada dos trilhos, em 1975. Atualmente o vagão encontra-se aos fundos da biblioteca (exatamente localizado sobre o eixo original da EFVM), e funciona como um memorial, porém abandonado, servido de abrigo a moradores de rua.

O Conjunto IV, formado pelas obras consequentes da EFVM, são de importância histórica e cultural, pois trazem consigo a memórias de uma época que marcou o desenvolvimento e progresso de Colatina, fazendo parte do contexto histórico, e somente puderam ser integrados ao município, graças à retirada dos trilhos da ferrovia ao longo da área central da cidade. Sua arquitetura, como já mencionado, foi pouco modificada, conservando, assim, as características originais das obras. Porém, nota-se um grande descaso do Poder Público e da própria sociedade, relacionado à preservação e valorização do Conjunto Férreo, devido a todas as edificações formadoras desse conjunto terem alguma parte de sua estrutura comprometida ou deformada.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a inundação ocorrida no fim do ano de 2013 e início de 2014 (que invadiu o centro da cidade), grande parte dos arquivos públicos relacionados às edificações históricas citadas nos conjuntos, como a Câmara Municipal, Escola Aristides Freires, late Clube, entre outras, foram perdidos. Desse modo, tornou-se praticamente impossível a obtenção de materiais originais referentes a essas obras, o que levou, conseqüentemente, à utilização de entrevistas a antigos moradores da cidade, na busca de maiores informações. Uma vez que a cidade não para no tempo estagnando seu progresso, crescimento e desenvolvimento, a falta de documentação histórica tornou a coleta de dados mais fastidiosa, evidenciando a importância das entrevistas ou narrativas na formação do trabalho, a fim de compreender melhor o contexto histórico do patrimônio.

O trabalho abordou a contemporaneidade e a relação que está exerce ao patrimônio histórico de Colatina, que muito se modificou ao longo de seu surgimento e crescimento. A ocupação do Município originou-se pela busca de novas terras produtivas na região norte do Espírito Santo, no final do século XIX, e o desenvolvimento da cidade foi impulsionado pela construção da ferrovia EFVM, em 1906, e da Ponte sobre o Rio Doce, em 1928, como fatores de seu crescimento disperso, determinado pelas vias de transporte.

A pesquisa revelou que os estilos arquitetônicos, bem como os traçados geométricos presentes nas fachadas dos edifícios históricos remetentes à formação e crescimento do município, parte tem desaparecido de forma lenta e gradativa de algumas obras. Outros têm passado por total ou parcial descaracterização, causando, naqueles que já aprenderam a preservar, um sentimento de perda visual da história local.

Nota-se também que a falta de revitalização dos prédios históricos tem acarretado situações para a desvalorização dos imóveis, em nível de patrimônio; nessas circunstâncias, as leis que dizem respeito ao assunto precisam ser executadas rigorosamente e coordenadas por indivíduos que sejam aptos para tal e tenham um comprometimento com a história. Talvez a falta de esclarecimento sobre a restrição dos bens históricos tenha contribuído para esse agravante.

Infelizmente, na Prefeitura Municipal de Colatina, não há ainda, órgãos, setores ou instituições, responsáveis pelos registros documentais, recuperação, repriminção, catalogação, mapeamento, restauro ou manutenção do patrimônio municipal, aplicando-se a gravidade das ausências documentais de edificações ou quaisquer identificadores culturais da cidade, prejudicando a manutenção da memória cultural local.

Diante de tudo o que foi exposto, podemos concluir que a falta de informações sobre as obras tornou o trabalho mais árduo, o que reforça a importância da criação de um banco de informações patrimoniais no Município. Conseqüentemente, nota-se

que o patrimônio histórico ora apresentado ainda é uma inesgotável fonte de pesquisa social e econômica, como citado anteriormente, não pelo que somente foi, mais pelo que cada obra representa atualmente. Principalmente socialmente, pois neles estão inseridas a história colatinense, atuada com os mais diversificados atores. Porém o que mais tem se destacado é a falta de preservação desse patrimônio, o bem cultural que tanto representa a sociedade colatinense.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciana Vieira Machado. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

COÊLHO, Wilson (Org.). **Hospital Dr. Sívio Ávidos: 55 anos de história**. 1ª ed. Vitória: Instituto Estadual de Saúde Pública, 2004.

COSTA, A. L. R. M. F. DA et al. **Arquitetura Modernista sem Documentação: um caso para repriminção**. In. SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO, 4, 2015, Belo Horizonte. Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: Centro Universitário de Minas Gerais, 2015, s/p.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MADURO, Luiz Carlos. **A história de Colatina contada por Ceciliano Abel**. Nossa. Colatina, ano 18, n. 109, p. 10-11, dez. 2001.

_____. **Biblioteca Pública Municipal: sonho realizado**. Nossa. Colatina, ano 07, n. 43, p. 10-11, jul. 1989.

_____. **Colatina no início do século**. Nossa. Colatina, ano 06, n. 37, p. 03, out. 1988.

_____. **Colatina Velha**. Nossa. Colatina, ano 06, n. 37, p. 04-05, out. 1988.

_____. **Com a Maria Fumaça Colatina progredia**. Nossa. Colatina, ano 07, n. 45, p. 18, out. 1989.

_____. **CVRD doa área para lazer, esporte e cultura**. Nossa. Colatina, ano 03, n. 17, p. 48-49, set. 1985.

_____. **Igreja Matris**. Nossa. Colatina, ano 07, n. 45, p. 60, uot. 1989.

_____. **Morro das Cabritas**. Nossa. Colatina, ano 07, n. 45, p. 50, uot. 1989.

_____. **No início predominavam os vapores**. Nossa. Colatina, ano 18, n. 109, p. 12-13, dez. 2001.

_____. **Nossa História**. Nossa. Colatina, ano 18, n. 109, p. 26-27, dez. 2001.

_____. **Patrimônio Histórico**. Nossa. Colatina, ano 07, n. 45, p. 66, uot. 1989.

_____. **PMC prepara importante área de lazer**. Nossa. Colatina, ano 06, n. 42, p. 15, jun. 1989.

NARDI, Letícia. **Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2015, 235 p.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Contribuição à História da Imigração Italiana no Município de Colatina.** ed. Vitória: Tupinambá, 1986. 257 p.

_____. **Pequena Contribuição à História da Estrada de Ferro Vitoria a Minas.** ed. Vitória: Tupinambá, 1996.

TEIXEIRA, Fausto. Colatina Ontem e Hoje. Colatina: Edição promovida pela Prefeitura Municipal de Colatina e Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 1974.

ESTUDO DAS ARGAMASSAS ANTIGAS DA IGREJA DE N. S^a DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS EM SÃO CRISTÓVÃO SE/BR

Eder D. da Silva

Universidade Federal de Sergipe. Arquitetura e Urbanismo
Rua Samuel de Oliveira s/n, Campus de Laranjeiras; Sergipe
eder@infonet.com.br

Adriana D. Nogueira

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Artes e Design
Campus Prof. José Aloisio de Campos, São Cristóvão; Sergipe
adnogueira@gmail.com

Taina G. dos Santos

Universidade Federal de Sergipe. Arquitetura e Urbanismo
Rua Samuel de Oliveira s/n, Campus de Laranjeiras; Sergipe
tainar0812@gmail.com

Gabriela de M. Rabelo

Universidade Federal de Sergipe. Arquitetura e Urbanismo
Rua Samuel de Oliveira s/n, Campus de Laranjeiras; Sergipe
gabriela.rabelo@gmail.com

Maisa da R. Rocha

Universidade Federal de Sergipe. Arquitetura e Urbanismo
Rua Samuel de Oliveira s/n, Campus de Laranjeiras; Sergipe
maisasilvarocha@gmail.com

RESUMO: Este artigo procura desenvolver dentro da Tecnologia da Conservação e Restauro, na área de materiais, a análise das características das argamassas presentes em edificações históricas, no caso a argamassa da Igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos, provavelmente construída no século XVIII, na Cidade de São Cristóvão interior do Estado de Sergipe no Nordeste Brasileiro, com o intuito de conhecer a produção de argamassas antigas e buscar alternativas para “curar” patologias relacionadas a fenômenos como umidades, cristalizações, “leprosidades” e outros agentes aos quais os objetos patrimoniais estão suscetíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; Saber-fazer; Tecnologia; Conservação; Restauro.

INTRODUÇÃO

A necessidade da preservação da memória e identidade de uma sociedade está associada à conservação e restauro de muitas categorias patrimoniais; neste contexto, as ações de intervenção em objetos portadores de juízo de valor histórico e estético se dividem em práticas teóricas e técnicas. Com relação às práticas técnicas, a área da Tecnologia da Conservação e Restauro busca “manter” o objeto em condições para que a gênese e

atmosfera de sua historicidade sejam demonstradas para o observador fruir de sua essência e não ser enganado pelo “falso histórico”.

O estudo é constituído fundamentalmente por pesquisa histórica de materiais utilizados na edificação e experimentos laboratoriais acompanhados das referências bibliográficas pertinentes a estes procedimentos metodológicos e, considerados como de rotina na área da Tecnologia da Conservação e Restauro, ficando estabelecidos da seguinte forma: a) Estudo Histórico da Edificação e identificação de patologias; b) Estudo de experimentos laboratoriais a partir de dados já existentes e disponíveis em acervos de trabalhos de Tecnologia da Conservação e Restauro em Arquitetura e Urbanismo, comparados ao caso; c) Experimentos laboratoriais a partir de coleta de amostras na Igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos de São Cristóvão/SE; d) Apuração dos resultados obtidos nos experimentos laboratoriais e, determinação das características das argamassas de reboco/emboço da Igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos; e) Reflexão crítica e recomendações de conservação e restauração.

A CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO EM SERGIPE DEL REI

“Escrever sobre cidades sempre será uma tarefa enciclopédica”, essa afirmação, presente nos discursos de pesquisadores da área, neste momento, parece ainda mais expressiva. As primeiras cidades brasileiras teriam suas localizações especialmente entre a faixa costeira e o interior, é claro que essa simples afirmação carece de aprofundamento, pois a eleição de tal implantação e seus motivos não passa apenas por sua localização, mas envolve problemáticas políticas, religiosas, sociais e sem dúvida, econômicas, possíveis de serem visitadas em estudos produzidos sobre o tema; estamos falando de fontes co-irmãs como a história, geografia, sociologia e economia, em trabalhos de História Econômica do Prof. Celso Furtado (1961); Hilário Franco Junior (1976); Caio Prado Junior (1994); de História da Geografia da Professora Ana Maria de Moraes Beluzzo (1999), que muito nos auxilia nas questões referentes aos deslocamentos e fundações de povoações, vilas e lugares pelo Brasil dos séculos passados; sem falar no Prof. Nestor Goulart Reis Filho (1968). Mas antes de adentrarmos pragmaticamente no interesse maior do artigo, vejamos o que teria o português buscado por essa região, onde viria a ser fundada a *Cidade de São Cristóvão de Sergipe Del Rei*.

Em trabalho desenvolvido pela Professora Maria Thetis Nunes (1979) e, posteriormente, pelo Prof. Lourival Santana Santos (1997) com o nome de “*Catálogos de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822)*”, encontramos a pista necessária a essa resposta na caixa 1 (documentos 1-107):

“1. 1619, Setembro, 15, Bahia. Carta do Governador do Brasil D. Luis de Souza, ao Rei Felipe II, relatando a viagem que fez juntamente com Belchior Dias Moréia a Serra de Itabaiana, para comprovar a existência de minas de prata que o referido afirmava ter descoberto” (Santos, 1997, p.15).

É claro que outras hipóteses não podem ser descartadas, como a questão de implantar uma rede de cidades promovendo a defesa da costa e o recrudescimento ao combate a estrangeiros, mas de certa forma o português veio buscar ouro e para isso foi se fixando estrategicamente nos pontos em que lhe era possível estabelecer, defender e atacar, com maior tranquilidade possível, tratava-se de um misto de estratégia bem sucedida derivada do conhecimento medieval das Artes da Guerra, engenharia e navegação. Neste ponto, poderíamos dizer que o pouco efetivo militar português necessitava de uma astuta e eficiente maneira de promover essa ação, portanto compensava-se a falta de homens com estratégias que permitiram ao português conquistar e manter todo o seu império por vários séculos sem um grande efetivo militar, o que hoje seria de causar inveja as mobilizações militares de “conquista” dos EUA.

A busca dessa estratégia estaria na grande condição de conhecimento geográfico da costa brasileira através dos instrumentos para a percepção do espaço, onde a geometria permitia entre outras coisas a forma de medir sem fitas e que passaram a ter muita importância no conceber onde estariam localizadas as futuras cidades e depois como seriam organizados os espaços urbanos e a arte da defesa das praças. Poderíamos afirmar que essa estratégia era aplicada de forma tão acentuada que não deveria revelar a ninguém os pontos mais importantes de defesa do litoral brasileiro. Dessa forma, seria possível afirmar que teriam sido construídas certas cidades como bastiões de defesa e essa afirmação, apesar de servir a todas as cidades do universo urbanístico português, no caso, como São Cristóvão de Sergipe Del Rei, era mais específico, e, portanto, mais “escondida”, ou melhor, mais estrategicamente posicionada, permitindo relação não apenas com o mar - comércio, mas com interior - refúgio e defesa.

Esta afirmação de que certas cidades eram para serem “escondidas”, ou melhor, para serem estrategicamente localizadas, de forma a garantir a vantagem militar e geográfica perante as condições de deficiências apresentadas, nos direciona a pensar que estaríamos falando de certas cidades que, hoje pré-concebidas como de “pouca importância”, seriam as mais importantes daquele período e, neste contexto se incluiria São Cristóvão de Sergipe Del Rei, local em que grandes batalhas foram inclusive travadas, entre portugueses e índios, entre portugueses e franceses, entre portugueses e holandeses, entre portugueses e piratas (Nunes, 1989, p. 26-27).

A cidade de São Cristóvão de Sergipe Del Rei teria tido três locais de implantação (Figura 1), sempre fundamentados na defesa contra os ataques inimigos; posteriormente teria se tornado já no século XVII uma das principais rotas de ligação com Salvador/Recife através de estradas marítimas ou terrestres para a comercialização de gado e fumo (Nunes, 1989, p. 131). Portanto, a posição geográfica de Sergipe, entre as duas principais capitanias e as riquezas naturais, que vão aos poucos estimulando o espírito dos colonizadores, faz de São Cristóvão local importante de descanso e

defesa entre as duas principais cidades do período colonial (Século XVI, XVII), a essa questão, somou-se a necessidade de conquistar os índios locais, muitos dizem que a conquista de Sergipe foi uma verdadeira bandeira requerida pelo rei de Portugal (Felipe I), que via na união entre índios e franceses da região um grande perigo às capitanias da Bahia e Pernambuco.

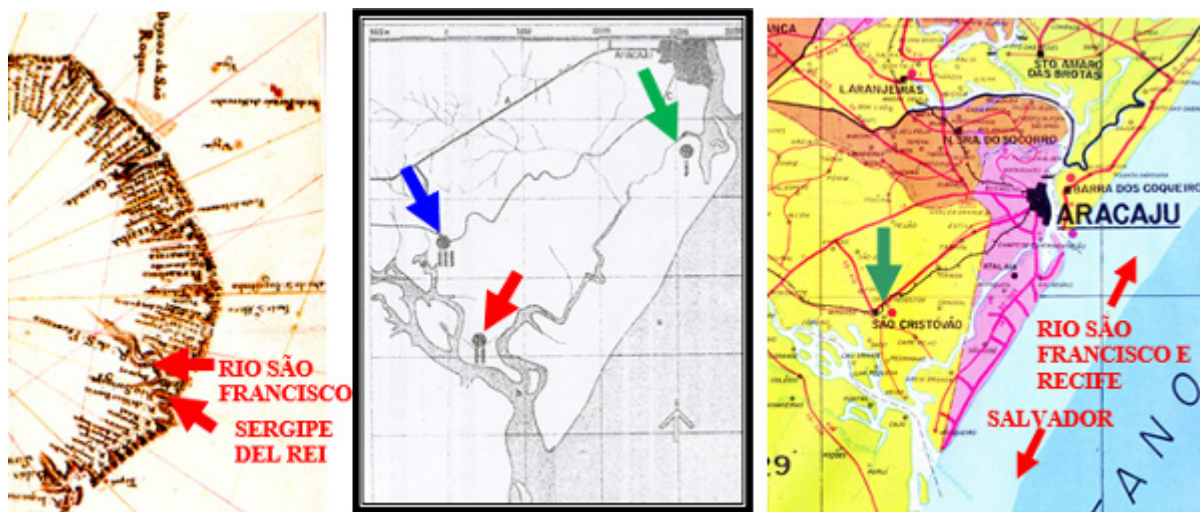


Figura 1: (acima esquerda) – Detalhe do Mapa de João Teixeira Albernaz “O Moço” de 1666 mostrando os Rios São Francisco, Rio Sergipe, Vaza Barris e Rio Real. Extraído do livro: “Do Cosmógrafo ao Satélite” Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 27. (acima ao centro) - mapa com a localização atual de S. Cristóvão em azul, em vermelho a Segunda localização do Sítio Histórico e em Verde a Primeira localização in AZEVEDO, Paulo Ormino de. (Coord.). *Plano Urbanístico de São Cristóvão*. Vols. II e III. Grupo de restauração e renovação arquitetônica e urbanística. FAU-UFBA, Salvador, 1980. (acima direita) - mapa atual do Estado de Sergipe com a localização atual de S. Cristóvão e dos Rios Vaza Barris e Sergipe – Mapa Político Regional Rodoviário e Turístico. São Paulo: Trieste, 2003. Alguns dados interessantes: São Cristóvão está a 111 Km do Rio S. Francisco, está 331 Km de Salvador e 526 Km de Recife. São Cristóvão está 25 Km do Rio Sergipe.

A data de fundação da cidade é citada como sendo de 1590 no livro “Evolução Urbana do Brasil” de Nestor Goulart Reis Filho (1968, p. 85), o que empreende uma série de discussões da posição ocupada pela cidade com relação a sua antiguidade comparada a outras cidades brasileiras, nesse caso acreditamos serem necessárias inúmeras pesquisas para trazer a luz essa questão; o que podemos dizer é que algumas conclusões podem ser tiradas disso, que primeiro os franceses se aliaram aos índios forçando o governo português a empreender jornada contra esses, depois vieram os holandeses; encontramos um trecho no livro de Felisbello Freire sobre a fuga do Conde de Bagnuolo no comando das tropas portuguesas frente ao avanço de Nassau:

“Bagnuolo na fuga atravessa S. Francisco, onde as tropas avançadas de Nassau apressam as bagagens, e chega à cidade de S. Cristóvão, no último dia do mês de março de 1637, sendo a 27 do mesmo mês a chegada de Nassau em S. Francisco, vê-se por ai que a fuga era rápida e pequena a distância entre os dois exércitos, não descansaria em S. Cristóvão, se Nassau não suspendesse em S. Francisco sua marcha, o que motivou a demora de Bagnuolo na capital de Sergipe” (Freire, 1977, p. 120 e 121).

É neste contexto histórico urbano colonial, que as edificações de São Cristóvão são construídas, entre as quais, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que apesar de ser uma Igreja Jesuíta de estilo barroco muito simples é considerada uma das Igrejas mais antigas de Sergipe; portanto, o conhecimento histórico e estético desta edificação, juntamente com um estudo minucioso das técnicas construtivas, dos materiais utilizados, do saber fazer e, especificamente de suas argamassas, do estado de degradação e possibilidades de conservação, proporciona um aprendizado único no exercício da proteção do patrimônio cultural brasileiro.

A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS- SE/BR

A Igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos é uma igreja jesuítica, com trabalho de cantaria na portada de entrada, datada do século XVII, serviu a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, está inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes V.I N^o. 264-A e Histórico N^o. 198 de 20 de março de 1943. Nesta igreja eram realizados antigamente, festejos de tradição africana a exemplo da Taieira e Chegança (Azevedo, 1980). Esta Igreja edificada na cidade de São Cristóvão é uma das mais antigas de Sergipe, uma vez que, como dissertou a Profa. Maria Thetis Nunes no seu livro *Sergipe Colonial I* sobre a implantação desta cidade (1989, p. 27-28), inicialmente Cristóvão de Barros fundou a primeira povoação, ou seja, o forte de São Cristóvão perto da foz do Rio Sergipe no istmo formado pelo Rio Poxim, região atualmente pertencente ao Município de Aracaju, neste local construiu um presídio, passando a ser a cidade denominada de Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Capitania de Sergipe Del Rei, isso ocorreu em 1590; tendo a estrutura político-administrativa da Capitania de Sergipe Del Rei se processado segundo as Ordenações Filipinas em vigor, alegando falta de segurança, os moradores da cidade de São Cristóvão a transferiram para uma elevação situada entre a barra do Rio Poxim e o litoral, fato que teria ocorrido entre 1594 e 1595; por volta de 1607, a cidade foi transferida para o local definitivo que ocupa até os dias de hoje, quatro léguas adentro da enseada do Rio Vaza-Barris nas margens do seu afluente Rio Paramopama.

No entanto, como já citado, a fundação da cidade de São Cristóvão é indicada no livro *Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)* de Nestor Goulart Reis Filho como sendo de 1590 (1968, p. 85); esta descrição permite inicialmente tecer algumas hipóteses sobre a data da construção da Igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos quando comparada as datas possíveis das construções de outras igrejas de importância histórica na cidade como a Igreja e Convento de São Francisco cujas obras foram iniciadas por volta de 1693 e da Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos construída por essa irmandade em 1690, bem como, a Antiga Santa Casa de Misericórdia e Igreja construída na primeira metade do século XVII (1627) pelos jesuítas; Estas informações foram extraídas dos anais do VIII Simpósio Nacional

dos Professores de História. *Roteiro de visita à S. Cristóvão e Laranjeiras. Aracaju: UFS realizado em 04 de setembro de 1975*, quando comparadas ao levantamento de mapas antigos da cidade de São Cristóvão realizado pelo Prof. Paulo Ormino David de Azevedo para o Plano Urbanístico de São Cristóvão de 1980, demonstra que a presença da Igreja de N. S^a do Rosário apenas aparece no mapa n. 4 datado de 1750, quando todas as principais edificações religiosas da cidade também já figuram neste documento. Desta forma, acreditamos, baseados nestas fontes bibliográficas, que a Igreja tenha sido construída um pouco posterior à Igreja Jesuíta da Misericórdia, ou seja, no final do século XVII e início do XVIII (Figura 2).

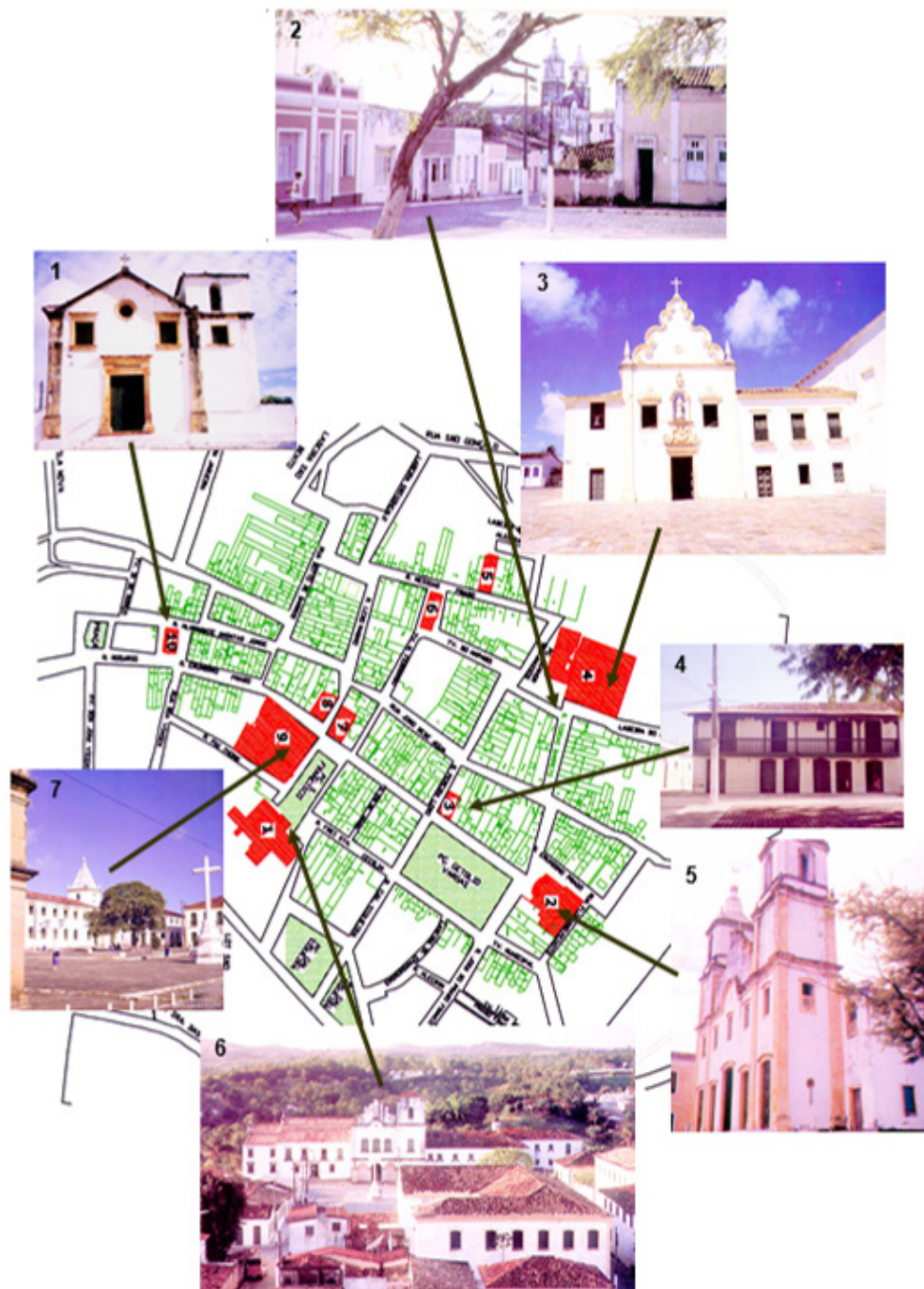


Figura 2: Vistas da cidade atual de S. Cristóvão, fotografias 1, 2, 3, 5, 6 e 7 pertencentes à Revista Sergipe a Novidade do Nordeste. Aracaju: Empresa Sergipana de Turismo S/A, 2001. p. 26-29; a Foto 4 de SILVA, agosto de 2002. 1: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 2: Vista

da Praça Senhor dos Passos ao fundo a *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória*. Construída nos tempos dos Filipes de Espanha para servir de Igreja Matriz, sofreu 3 reformas entre 1837 e 1855. Inscrição no livro do Tombo de Belas artes n. 263-A e Histórico n. 197 de 20/03/1943. **3:** *Igreja e Convento dos Carmelitas*. Construções do século XVII e XVIII. Inscrição 276-A e 211 de 02/04/1943. **4:** *Sobrado a Rua Getulio Vargas s/n*. varanda de madeira lavrada, inscrição n. 293-A e 227 de 21/09/1943. **5:** *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória*. **6:** Vista da Praça de S. Francisco com a *Igreja e Convento Santa Cruz (Convento de S. Francisco de 1657)* ao fundo e em primeiro plano *Antigo Paço Municipal* (obs. A foto foi tirada da Torre da Igreja de Nossa Senhora do Amparo), a inscrição no livro do Tombo data de 29/12/1941; a Igreja de Nossa Senhora do Amparo foi construída em 1690 pela irmandade do Amparo dos Homens Pardos, a inscrição é de 09/05/1962. **7:** Vista da Praça de S. Francisco e em primeiro Plano a *Antiga Santa Casa de Misericórdia e Igreja*, construção primitiva da primeira metade do século XVII, inscrição de 14/01/1944 (fonte: Bens Tombados Sergipe e Alagoas. Brasília: IPHAN, 1997). Livro *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

Em relação à tipologia arquitetônica, a edificação tem nave única e simples, com uma tentativa de transepto ao centro (apenas com um braço em um dos lados) e altar principal ao fundo; sua fachada é constituída por um frontão simples e triangular, representativo das Igrejas Jesuítas, com um óculo simples ao centro do frontão (elemento arredondado que serve a iluminação interna da edificação); este óculo centralizado no frontão (ou empena) é ladeado por duas janelas que determinam aberturas para um coro interior, elemento comum a arquitetura destas igrejas do século XVI e XVII no Brasil; este coro no pavimento superior sobre a entrada da igreja servia para a realização dos cânticos durante as cerimônias religiosas; a portada, em pedra calcária branca, agora na coloração amarela devido à oxidação provocada pelo tempo, tem formato retangular e nas suas ombreiras e verga superior exibem elementos decorativos florais e ondulantes parecidos com os de outras igrejas jesuítas de Sergipe, como do Engenho Retiro em Laranjeiras, onde predominam elementos florais arcaicos da região e máscaras humanas amaneiradas; do lado direito ergue-se pequena torre sineira, na qual a cobertura se faz por simples telhado em quatro águas de telhas coloniais, destoando das formas em setas das tipologias de cúpulas de torres de igrejas jesuítas no Brasil, talvez tenha sido arruinada pelo tempo e a cobertura tenha sido substituída por esta atual em telhas cerâmicas simples. As portas e janelas sem motivos ornamentais e com caixilhos em pedra são de madeiramento simples, e pintados na cor verde escuro, assim como a fachada recebe caiação branca e as ombreiras e cornija nos vértices triangulares são feitas em pedra amarelada, já as pilastras de canto parecem ser fingidos de pedra que merecem estudos mais aprofundados sobre a técnica e materiais que serviram a sua elaboração.

A origem tipológica das igrejas da Ordem Jesuíta no Brasil, como a do Rosário em São Cristóvão caracteriza-se pela influência da Igreja Portuguesa de São Roque da cidade de Lisboa construída no final do século XVI; exemplos importantes no Brasil e que devem ter influenciado a construção da Igreja do Rosário de Sergipe são as Igrejas de São Cosme e Damião de Igarassu em Pernambuco de 1535 (considerada a primeira igreja do Brasil); e a Igreja de Nossa Senhora da Graça de Olinda também em Pernambuco de 1551 (Telles, 1975, p.22). Da mesma forma, na parte interior da

Igreja do Rosário, se vislumbra a simplicidade das igrejas jesuíticas pouco ou quase nada ornamentadas, com altares simples e poucas pinturas; a Igreja do Rosário dos Homens Pretos em São Cristóvão apresenta um piso cerâmico lajetado e paredes internas caídas de branco, no altar predominam as cores azuis próprio ao manto da Santa; o forro do telhado já não existe, sendo a tesoura em madeira feita na técnica chamada de caibro armado.

A Igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos apresenta, como é comum em edificações de “tipologia” Colonial implantadas em regiões com períodos de chuvas intensos e prolongadas, uma série de degradações nas argamassas que constituem sua alvenaria, normalmente fruto de umidades ascendentes e descendentes provocadas pelas capilaridades e porosidades dos materiais envolvidos, além da presença marcante de eflorescências salinas, também comuns nas cidades litorâneas ou nas proximidades do mar. Estas degradações provocam fissuras, rachaduras, descolamentos, manchas, degradações biológicas, etc. Nas argamassas antigas o uso da cal era devido a sua característica não apenas ligante mais também da propriedade chamada de “deixar respirar” o material envolvido fazendo com que as umidades fossem diminuídas nas paredes tornando o ambiente mais agradável ao viver, entretanto, ao longo do último século, o conhecimento do emprego da cal nas construções foi sendo esquecido e substituído pelo uso do cimento e as “pretensas” vantagens (tempo de cura) que este oferece. Então qual seria a proporção de cal presente nas argamassas “originais” da Igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos? Desta forma, este artigo apresenta as características das argamassas que constituem as alvenarias da Igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos através de resultados obtidos em observações visuais “*in situ*” e ensaios laboratoriais fruto de pesquisa de Iniciação Científica realizada nos anos de 2016/2017 na Universidade Federal de Sergipe no Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Campus de Laranjeiras (Projeto PVF2015-3928).

ARGAMASSAS ANTIGAS DA IGREJA DE N^A S^A DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS SE/BR

Na conservação e restauro das categorias patrimoniais e em específico do patrimônio cultural material, os tratamentos técnicos das degradações que ocorrem nos objetos portadores de juízo de valor histórico e estético ensejam a busca dos conhecimentos construtivos do passado e do presente, uma vez que as patologias a serem saneadas requerem, além do entendimento do saber técnico e dos materiais de como essa edificação foi realizada, a busca de novas possibilidades de aprimoramento desse saber (Veiga; Aguiar; Santos Silva e Carvalho, 2004, p.01-18).

Na Tecnologia da Restauração praticada nos dias atuais, também podendo ser chamada de restauração “moderna” (Brandi, 1977, p.129), uma das questões práticas mais evidenciadas é que, apesar de todo o cuidado com a teoria e técnicas aplicadas no processo, a edificação restaurada, por vezes e em pouquíssimo tempo já começa

a apresentar uma série de patologias que, na maioria, estão associadas à umidade devido a reações nas argamassas de reconstituição.

Nas construções civis, religiosas e militares, realizadas entre os séculos XVI e XVIII, no Brasil, foi constatada, através de amplas pesquisas (Oliveira, 2008, p. 3), a presença de argamassas aditivadas com tipos de pó de tijolos, pó de telhas, pó de cerâmicas e muitos tipos de resíduos de construções. Essa questão, há muito conhecida pelos estudiosos de arquitetura e arqueologia, pode ser encontrada na história relacionada aos engenheiros militares que praticaram seus ofícios em nosso país, como Azevedo Fortes e Francisco Frias da Mesquita (Fortes, 1729, p. 285).

Portanto, existe um problema prático constante a ser vencido quando se lida com a restauração e conservação de uma edificação histórica que é o conhecimento dos materiais que a constituem e o emprego concomitante das técnicas apropriadas no tratamento das patologias (anomalias) que esse objeto apresenta. Essas patologias são muito variadas, podendo se apresentar às vezes em conjunto; podendo ser classificadas de acordo com os materiais nos quais ela ataca, como na degradação de taipas e adobes (Oliveira, 2002, p.21), na degradação das argamassas e que, na sua maioria, são classificados como materiais porosos. Alguns dos fenômenos mais comuns que ocasionam degradação desses materiais são: a) Tensões superficiais de cristalização; b) Dissolução de componentes solúveis; c) Gelo e degelo nos pólos; d) Ataques biológicos; e) Vandalismo e Imperícias; f) Choque térmico; g) Stress mecânico; h) Vibração; i) Ações químicas de agentes poluentes; j) Radiação (luz natural e artificial); k) Umidade; etc. (Oliveira, 2002, p.37); (Pinho, 2008, p.59).

A Igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos apresenta como é comum em edificações de “tipologia” Colonial implantadas em regiões com períodos de chuvas intensos e prolongadas uma série de degradações nas argamassas que constituem sua alvenaria, normalmente fruto de umidades ascendentes e descendentes provocadas pelas capilaridades e porosidades dos materiais envolvidos, além da presença marcante de eflorescências salinas, também comuns nas cidades litorâneas ou nas proximidades do mar. Estas degradações provocam fissuras, rachaduras, descolamentos, manchas, degradações biológicas, etc.

No estudo das argamassas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos se buscou observar “*in situ*” características construtivas e as patologias que a edificação apresentava (umidade, sais, etc.) e, caracterizar as argamassas quanto a suas propriedades físico-químicas (traço, granulometria, ERX, etc.); estas análises tinham como pretensão entender o saber fazer antigo cruzando as informações históricas e estéticas (referências bibliográficas) com os resultados laboratoriais encontrados.

A primeira metodologia empregada foi o levantamento fotográfico, bem como a realização de desenhos e aferições para a composição de um levantamento cadastral ainda não existente; este contato com a edificação histórica proporcionou a produção de inventariações capazes de precisar elementos arquitetônicos, técnicas

construtivas, estado de degradação atual e intervenções já realizadas no objeto patrimonial. A segunda parte dos estudos constou objetivamente da extração/coleta de amostras, ensaios laboratoriais, análises dos resultados dos ensaios, finalizando com recomendações de como conservar e restaurar a edificação tendo como colorários norteadores à reflexão crítica sobre as questões históricas/estéticas/memoriais tradicionalmente já realizadas e tratadas nos dois primeiros tópicos deste artigo e comparadas a estes novos resultados.

Foram tiradas dezenas de fotografias, iniciando pelas fachadas externas e posteriormente pelas fachadas internas da edificação, depois foram realizadas fotos de detalhamentos mais significativos, tanto da parte externa quanto da parte interna da edificação (Oliveira, 2008, p.11); na fachada principal destacam-se a portada em pedra calcária com ornatos em formas de pequenos losangos na base da pilastra; e uma flor na parte inferior da pilastra; na verga acima da portada verifica-se um baixo-relevo que tem ao centro o símbolo jesuíta e que dele saem ramalhetes florais tendo dois pássaros (perdizes ou faisões) no seu início e terminando nos mesmos motivos florais (flores) existentes na parte inferior da pilastra; a torre é pequena e com a cúpula triangular, simples; compondo uma fachada triangular, com um grande óculo na empena central ladeado por duas janelas laterais que adentram ao coro; a lateral esquerda apresenta um meio transcepto; a fachada posterior possibilita a visualização da diferença em altura entre o corpo principal (nave principal e única) e a capela-mor; na fachada lateral esquerda, nota-se a sacristia que compõe com a lateral da capela-mor; nota-se claramente a base de pedra compondo a fundação onde a edificação se assenta em um alinhamento ou nivelamento que é mais elevado na parte posterior do que na fachada principal.

As ombreiras e as vergas das janelas são na maioria em pedra, o que denota um material caracteristicamente utilizado no final do século XVII e início do XVIII em Sergipe (Nascimento, 1981, p.38). Ao adentrar pela sacristia destaca-se um lavabo em pedra calcária datado de 1743; a nave principal é simples com coro e dois altares laterais; um arco de transição entre a nave e a capela mor; a torre internamente é simples e o telhado possui galpo no estilo colonial com telhas capa-canal. Junto a estas fotografias foram realizados “*in situ*” vários desenhos referentes ao levantamento cadastral, com medições e detalhamentos; o levantamento fotográfico e os desenhos permitiram a percepção da maioria das degradações presentes na edificação; na qual, os locais com maior incidência de patologias como umidade, sais; ataques biológicos foram verificados nas partes externas da torre e especialmente no seu interior, bem como, nas partes internas das paredes laterais do coro (Figura 3).

detalhamento da escadaria e portada, verificação de perda de material na base da coluna lateral; (abaixo esquerda): medições e detalhamentos dos elementos ornamentais da portada – losangos; (abaixo a direita): fachada lateral com medições e detalhamento de patologias: descolamentos, fissuramentos; umidade; ataques biológicos. Fotos: Silva, dez. 2016; Desenhos: Silva, jan. 2017.

Após o levantamento fotográfico, levantamento cadastral a partir de desenhos “*in situ*”, mapeamento e identificação das patologias mais evidentes; foram determinados os locais com potencial para extração de amostras, que levou em conta aspectos menos destrutivos possíveis, bem como, locais que apresentavam alto grau de ataques patológicos; levando estes fatores em conta, foram determinados dois locais de coletas: 1- parede interna da fachada principal no coro e 2- parede interna do último pavimento da torre sineira. Da parede lateral interna do coro foram extraídas três amostras (A_1 , A_2 e A_3); da parede interna do último pavimento da torre sineira foram extraídas três amostras (B_1 ; B_2 e B_3). A extração das amostras seguiu metodologia admitida na tecnologia da conservação e restauro; após a extração, os locais foram fechados com gesso.

As amostras A (1; 2 e 3) e B (1; 2 e 3) foram levadas para laboratório (CTPR – Centro de Tecnologia da Preservação e Restauro no Campus de Laranjeiras da UFS); e passaram pelos seguintes ensaios: **a)** Determinação de Umidade; **b)** Determinação por ataque de sais Nitrato; Cloreto e Sulfato; **c)** Determinação do Traço e da Granulometria; **d)** Determinação da cor da argamassa e; **e)** Eflorescência de Raio X – ERX. As amostras após os ensaios apresentaram as seguintes características de maior expressividade: **a)** a Umidade da parede do coro apresentou índices maiores na amostra A_2 (5,4%), sendo a menor taxa verificada na amostra A_1 , portando conclui-se tratar de umidade descendente vinda de infiltrações provenientes de problemas na cobertura; quanto à Umidade na torre a maior taxa de umidade foi detectada na amostra B_1 (7,9%) descendo para 1,6% na amostra B_2 , indicando umidade ascendente, provavelmente proveniente do vão da abertura da janela da torre; **b)** quanto à determinação do ataque por sais solúveis, foram analisadas as amostras A_3 e B_1 ; a amostra A_3 apresentou quantidade média de nitrato; pequena quantidade de cloreto e ausência de sulfato; já a amostra B_1 apresentou pequena quantidade de nitrato; pequena quantidade de cloreto e ausência de sulfato; o nitrato possivelmente proveniente de fezes de pombos e morcegos; o cloreto de ataque de sal marinho (proximidade do mar); **c)** a amostra A_2 apresenta o seguinte traço provável: uma parte de cal (caucita); para 0,5 de argila (caulinita), para 1,5 partes de areia, sendo que para a granulometria da areia predomina 39% de areia média retida na peneira de malha 60 mm; na amostra B_2 o traço provável ficou determinado em uma parte de cal (caucita); duas partes de argila (caulinita); para 10 partes de areia, cuja granulometria apresentou a predominância de areia média na peneira de malha 60 mm retida de 34%; **d)** Quanto à determinação da cor a amostra A_2 apresentou a partir da leitura no colorímetro digital NCS RM 200 a matiz NCS S 3020-Y10R, ou seja, um amarelo avermelhado, com 30% de luminosidade e 20%

de saturação; quanto a amostra B₂ apresentou o resultado NCS S 4030-Y50R, ou seja, um amarelo avermelhado (amarelo com 50% de vermelho), luminosidade 40% e saturação 30%; e) O ERX apresentou para a amostra extraída da fachada principal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário as seguintes características: 44,73% de Óxido de Cálcio (CaO); 23,64% de Óxido Ferroso (Fe₂O₃); 11,79% SiO₂; 9,35% de SrO; 4,05 de TiO₂; ainda apresentando traços de CuO; K₂O; SO₃; MgO; estes resultados apontam para grande presença de cal nas argamassas da fachada principal; bem como argila vermelha (Figura 4).



Figura 4 – (acima): extração de amostra A₁; (centro acima); esquerda – pesagem amostra

A₁ úmida ensaio umidade; centro – vidrarias diversas para realização dos ensaios; direita – pesagem de 10 gramas destorroadada da amostra B₁ para ensaio de sais; (centro abaixo): esquerda – ataque filtrado A₃ e B₁ com difenilamina para resultado nitrato; centro – verificação sulfato na amostra B₂; direita – separação em grossos e finos para traço e granulometria amostra B₂; (abaixo): esquerda – ensaio granulometria amostra B₂; centro – ensaio cor verificação tabela NCS após análise colorímetro digital; direita – preparação amostra para ensaio EDX aparelho BRUKER. Fotos: Silva, dez 2016; jan; fev e mar de 2017.

Antes de serem realizadas as análises descritas anteriormente, as amostras A₁; A₂ e A₃; bem como as amostras B₁; B₂ e B₃ passaram por observações visuais a partir de lupa de joalheiro que aumentou em 40X a observação, sendo que a amostra A₁ apresentou cor clara rósea, material orgânico, areia quartzosa muito fina, cal pulverizada. A amostra A₂ caracterizou-se pela presença de uma cor cinza claro, talvez proveniente de uma fina camada de cimento, não apresentou material orgânico, não apresentou nódulos de cal, mas apresentou cal pulverizada, pouca argila e pouca resistência. A amostra A₃ apresentou cor avermelhada, rica em argila vermelha – óxido de ferro – pouca cal, muita areia fina e média, sem material orgânico, presença de nódulos de cal e presença de arenitos e ou granitos. A amostra B₁ apresentou muita cal pulverizada, consistência e dureza baixa, predominância de argila vermelha e pobre em cal (nódulos de cal). A amostra B₂ apresentou muita argila vermelha, muito pouco cal, areia média e fina, sem material orgânico. A amostra B₃ apresentou-se rica em argila vermelha, sem material orgânico, muita areia fina e cal pulverizada.

Frente aos resultados obtidos, constatou-se que a umidade é uma das principais anomalias presentes na edificação e que a restauração da cobertura se faz urgente na parede do coro; na torre a constatação do ataque por nitrato requer o controle das zoonoses (pombos e morcegos); quanto à caracterização do traço e a granulometria, observa-se, tanto na parede do coro quanto na parede da torre a presença da argila vermelha, o que vai de encontro a descrições orais por parte dos antigos locais sobre o traço possuir muita argila vermelha; a cor, assim como o ERX comprovam a presença de Óxido Ferroso, colaborando para esta afirmação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos apresentou na pesquisa histórica uma caracterização de argamassas compostas por cal, argila vermelha (chamada popularmente por argila salão), arenoso, melaço de cana de açúcar (bagaço de cana), carvão vegetal. Ao analisar, em laboratório, as amostras extraídas da Igreja, constatou-se que as características encontradas são muito semelhantes. Portanto, as pesquisas bibliográficas recolhidas e as afirmações nelas contidas, agora podem ser comprovadas cientificamente, assim como os resultados obtidos em laboratório servem para agregar valor ao conhecimento do patrimônio edificado e contribuir para a preservação dos bens de natureza cultural.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. (Coord.) **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vols. II e III. Grupo de restauração e renovação arquitetônica e urbanística. FAU-UFBA, Salvador, 1980.
- BELUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes**. São Paulo: Metalivros, 1999.
- Bens Móveis e Imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.
- BRANDI, Cesari. **Teoría de la restauración**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- Coletânea de Estudos. Universo Urbanístico Português, 1415-1822**/Helder Carita (Coord.); Renata Araujo (Coord). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- FORTES, Manoel de Azevedo. **O engenheiro português**. Lisboa: Manoel Fernandes da Costa, 1729. V. 2.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. **História das Civilizações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1976.
- FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.
- Mapa Político Regional Rodoviário e Turístico**. São Paulo: Trieste, 2003.
- NASCIMENTO, José Anderson. **Sergipe e seus Monumentos**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1981.
- NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **Tecnologia da conservação e da restauração – materiais e roteiros: um roteiro de estudos**. Salvador: EDUFBA/ABRACOR, 2002.
- OLIVEIRA, Mario Mendonça. **From Vitruvius's ceramic powder additives to modern restoration**. Lisboa: HMC 08 – 1st Historical Mortals Conference, 24 a 26 de setembro de 2008. p. 3.
- PINHO, Fernando F. S. **Paredes de Edifícios Antigos em Portugal**. 2 ed. Lisboa: LNEC, 2008.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.
- Revista Sergipe a Novidade do Nordeste**. Aracaju: Empresa Sergipana de Turismo S/A, 2001. pp. 26-29; a Foto 4 de SILVA, agosto de 2002.
- Roteiro de visita à S. Cristóvão e Laranjeiras**. Aracaju: UFS realizado em 04 de setembro de 1975
- SANTOS, Lourival Santana e NUNES, Maria Thetis. **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822)**. Aracaju: UFS/Departamento de História, 1997.
- SENDYK, Fernando. **Do Cosmógrafo ao Satélite**. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. **ATLAS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS DO BRASIL**. Brasília: MEC/DAC/FENAME. 1975.
- VEIGA M. R., AGUIAR J., SANTOS SILVA A., CARVALHO F. **Conservação e renovação de revestimentos de paredes de edifícios antigos**. Lisboa: LNEC, 2004.

A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA DA CIDADE DE BELÉM NO SÉCULO XIX

Amanda Roberta de Castro Botelho

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
Belém – Pará

RESUMO: Os cemitérios são espaços arquitetônicos que acompanham o desenvolvimento das cidades. Os processos de modificação cultural vividos pelas sociedades, principalmente na transição do século XVIII para o século XIX, traz ideologias inovadoras que alteram drasticamente os territórios visíveis das cidades. As novas ideologias de racionalização, avanço da medicina, secularização dos cemitérios e laicização do estado, trazem a sociedade oitocentista mudanças no modo de vida, que resultam em uma negação da morte e expulsão dos cemitérios, até então ao lado das igrejas, para os limites da cidade, transformando-os em territórios existentes, mas invisíveis ao centro urbano. Utilizando a História Urbana para ilustrar tais mudanças, estas ferramentas permitem uma amplitude mais interdisciplinar da pesquisa. Este trabalho tem como objetivo explicar as dinâmicas que ocorreram com a construção dos cemitérios e a cidade do século XIX, embasado no percurso de desenvolvimento das cidades. Para desenvolvimento deste trabalho, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa histórica, através de

análises comparativas sobre os autores. Tanto a vida quanto a morte refletem a interação da arquitetura com a vida humana. Os contextos históricos, crenças, ciências, normas sanitárias e afins, interferem e constroem a concepção e execução dos cemitérios até os dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: História Urbana. Cemitérios Oitocentistas. Espaço Urbano. Século XIX. Belém-PA.

ABSTRACT: Cemeteries are architectural spaces that follow the development of cities. The processes of cultural change experienced by societies, especially in the transition from the eighteenth to the nineteenth century, bring innovative ideologies that drastically alter the visible territories of cities. The new ideologies of rationalization, the advancement of medicine, the secularization of cemeteries and the laicization of the state, bring the nineteenth century society changes in the way of life, which result in a denial of death and expulsion from cemeteries, until then alongside the churches, to the limits of the city, transforming them into existing territories, but invisible to the urban center. Using Urban History to illustrate such changes, these tools allow for a more interdisciplinary range of research. This work aims to explain the dynamics that occurred with the construction of cemeteries and the city of the nineteenth century, based on the course of

development of cities. For the development of this work, the methodological procedures used were the historical research, through comparative analyzes on the authors. Both life and death reflect the interaction of architecture with human life. Historical contexts, beliefs, sciences, sanitary norms and the like, interfere and construct the design and execution of cemeteries to the present day.

KEYWORDS: Urban History. 19th Century Cemeteries. Urban Space. XIX Century. Belém-PA.

1 | INTRODUÇÃO

Tendo conhecimento de que as discussões que envolve a cidade são diversas, a aliança entre a Arquitetura e a História, nos permite observar as multifacetadas interpretações da cidade, visto que a História nos define um eixo central nesses estudos de cidade e habitação, e a Arquitetura nos contempla com conhecimentos de ordem urbanística.

A cidade experimenta intervenções urbanas em consequência de interesses sociais e políticos, como coloca Monteiro (2012), quando explana sobre a cidade ser um “espectro a luz que projetamos sobre ela” (MONTEIRO, 2012, p.101), e com isto marcam fases distintas de sua própria história. Essas intervenções, no âmbito da História Urbana, sugerem sempre imagens positivas, em prol de um ideal de modernidade vivenciado no século XIX.

Este trabalho visa abordar uma perspectiva da cidade e os processos que a mesma experimenta, ocasionando mudanças na relação com os espaços fúnebres, tornando-os territórios visíveis ou não, de acordo com o significado da cidade em cada época, através da História Urbana, ferramenta que diante do debate de diversos paradigmas, nos permite compreender as motivações das transformações sociais e principalmente espaciais da cidade oitocentista.

A História Urbana é descrita para contextualizar todo o processo de desenvolvimento da disciplina, através de sua Historiografia, trazendo os aspectos numa escala global, Latina americana e brasileira. Os conceitos e abordagem são colocadas em debate por diversos autores, que fundamentam a disciplina, para que posteriormente se permita o entendimento do processo urbano, de viés mais particular, na relação dos cemitérios oitocentistas e a cidade.

As mudanças de costumes, principalmente de pensamento, foram características durante todo o século XIX. Os pensamentos racionais, surgidos em virtude do Iluminismo, moldaram espacialmente as cidades por um ideal de modernidade, que interferiu de maneira direta em espaços, antes participantes do convívio social, agora excluídos da sociedade. Esses movimentos sociais que estruturam o espaço urbano, são justificados pela História Urbana, que nasce envolta desses novos entendimentos sobre a cidade.

Os conceitos de modernidade, higienização, secularização e laicização são apontados brevemente neste artigo, visto que visam contextualizar as motivações

de mudanças que a sociedade oitocentista passava. Estes elementos, configuram as principais causas de modificações da visibilidade dos cemitérios diante da cidade no período em estudo, os tornando lotes desterritorializados e re-territorializados no percurso de expansão urbana das cidades, e principalmente na expansão territorial de Belém.

A História Urbana auxilia o entendimento dos processos urbanos ocorridos nos cemitérios do século XIX, quando as indagações referentes as mudanças sociais e espaciais das cidades foram transportadas para os pensamentos de modernidade sentidos por seus habitantes.

2 | OS PROCESSOS HISTORIOGRÁFICOS E CONCEITUAIS DA HISTÓRIA URBANA

As mudanças no crescimento das cidades no século XIX, em função das Revoluções (em especial a Industrial), instigaram o pensamento nas questões do passado e no planejamento da cidade, em prol da construção de uma cidade ideal. Neste mesmo século, “os governantes europeus tiveram a tarefa de ordenar, higienizar e pensar em soluções possíveis para a vida urbana” (RAMINELLI, 1997, p.271), ocasionando desta forma alterações profundas no espaço e na consciência urbana.

Os grupos sociais constroem a cidade quanto “tecido de relações sociais” (MONTEIRO, 2012), já que conferem sentidos e significados às práticas no espaço urbano, e também são constituídos por ela. Todas essas indagações e contextos sociais, possibilitaram a análise do objeto na perspectiva da História Urbana, que, pode ser resumida, de forma clara como “aquela que se centra na cidade e no processo de urbanização” (ALMANDOZ, 2004, p.115). As primeiras investigações referentes a este campo, são uma realidade surgida em meados do século XX, cuja abordagem anterior do urbano restringia-se a trabalhos de biografias urbanas, que eram narrativas cronológicas, como laudos sobre os acontecimentos e personagens relevantes para a sociedade local, e de história do urbanismo, que procurava estabelecer as formas e os modelos urbanos. Esse novo campo que se volta para o estudo das cidades de maneira mais ampla, surge com o objetivo de aprimorar o entendimento da relação entre mudança social, industrialização e urbanização, já que “a história urbana é, em certos termos, a história da construção da cidade, cujo elemento mais específico é dado por sua ênfase na forma física” (STAVE; STEIN, 1981, apud ALMANDOZ, 2004).

O campo de investigação da História Urbana, possui dificuldades de identificação, já que a designação feita por Almandoz (2004), também se designa a outras disciplinas que tratam do desenho e da administração pública. No campo da arquitetura e urbanismo, a produção esteve associada ao âmbito da história da arte, com pouca ênfase nos critérios econômicos, sociais e políticos, o que ocasiona até hoje, uma confusão referente aos objetivos reais da História Urbana. Somente em 1960, que a História Urbana se separa do planejamento, vinculando-se à arquitetura.

Desde há muito, a história de cidades se confunde com a própria história das civilizações e do território (História local, história dos países e das regiões). Gênero consagrado, as biografias urbanas, até as primeiras décadas do século XX, eram fundamentalmente obras não-especialistas em história, de caráter enaltecedor de uma determinada localidade, escritas em forma narrativa convencional, dando destaque à apresentação cronológica de fatos notáveis, personagens ilustres, sem generalizações nem abordagem de processos mais vastos. (SILVA, 2004, p. 152)

Uma questão de relevância sobre o tema, colocado por Silva (2004) é referente às duas vertentes da História Urbana relacionadas aos dois grupos vanguardistas, a “Cidade como Processo” e “Urban as a site”. A primeira, trabalhada pelo grupo da Universidade de Leicester, acredita que a cidade era um lugar central onde convergiam todos os interesses, sendo a mesma analisada sobre as particularidades da formação urbana e social, quanto que a segunda, vertente de New Urban History, onde a cidade é o lugar “onde os debates e transformações sociais acontecem” (SILVA, 2004).

Quanto à História Urbana na América Latina, a mesma adquiriu relevância a partir da História do Urbanismo, quando levada por arquitetos e desenhistas urbanos, surgindo através da transferência de modelos urbanísticos e cultura urbana, nos fins do século XIX, para o pensamento republicano, ganhando maior amadurecimento entre os anos de 1970 e 1980, porém com uma historiografia não vasta. Assim como a pesquisa da História Urbana no Brasil, que iniciou em 1980, é um campo em construção, a mesma teve o urbanismo como “porta de entrada” para o estudo da ciência da cidade. A “concordância acrítica” (FARIA, 2011) existente no Brasil, em função de um olhar unidirecional entre Brasil- Europa e Brasil-EUA, e a ligação fraca com a América Latina, dificultam as considerações sobre as particularidades locais.

Há uma concepção de que a História Urbana, deve ter Temáticas Generalistas (SILVA, 2004, p.155), e outra, que perpetuam o paradigma da disciplina, cujo defende a não necessidade de possuir revoluções econômicas e estruturais para modificar a forma de ver e viver na cidade e de que a análise individual de casos específicos é o que possibilita o estabelecimento de ligações entre todos os processos de urbanização.

O subcampo da História Cultural Urbana, Almandoz (2002), permite o estudo das cidades de maneira mais particular e abrindo-se a todas as disciplinas que discutem sobre a mesma, através da Micro-história. Na Micro-história “Há preferência pelo concreto sobre o esquemático, uma abertura à observação, e uma desconfiança existente a qualquer construção teórica que poderia provar ser restritiva.” (ALMANDOZ, 2002, p.29, tradução nossa). Essa preocupação da Micro-História com as formas culturais e tradicionais de grupos sociais não elitizados, foi fortalecida através da adição de documentos primários, como a literatura.

Essa vertente da Micro-história, a qual é, em boa parte, um questionamento conceitual e metodológico referente à perspectiva e escala de observatório tanto do objeto de estudo como de seus processos, intercepta-se como o que se denomina História Cultural Urbana, cuja especialidade vem sendo dada em grande parte pela

Através de abordagens heterogêneas, e interdisciplinares (HERSHBERG, 1983), há a produção de outras temáticas, que permitem novos rumos de pesquisa e se encarregam de discuti-la com grande amplitude. Essas novas abordagens apontadas por David Herlihy, citadas por Raminelli (1997) são referentes às funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização, os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos e as mudanças espaciais e ecológicas na cidade, provocadas pelo desenvolvimento econômico e social.

A História Urbana não é apenas o estudo que tematiza os processos econômicos, sociais e culturais que ocorrem no espaço da cidade, mas também os processos inversos, cuja a organização da sociedade, diante de sua formação no espaço urbana ao longo do tempo, se impõe. É importante que a História Urbana sempre esteja aberta, em progressivo crescimento, buscando novos alcances, métodos e fontes.

A história urbana tem um papel importante a desempenhar: é através da história que é possível aprender e compreender a nossa cultura, e tomar consciência da nossa tradição, que deve continuar a ser uma referência de base na construção da cidade de hoje. (TEIXEIRA, 2004, p. 111).

3 | A RELAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E A CIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA URBANA

A alteração dos espaços fúnebres no entorno urbano e na cidade, tem a afirmativa de que a morte, como produto social, pode modificar o espaço das cidades. Partindo da premissa que as cidades se relacionam com a civilização que nela habita, Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), abordam conceito de “desterritorialização” (Retirada do espaço fúnebre do território central da cidade) e “re-territorialização”, (Remanejamento dos espaços fúnebres para zonas periféricas da cidade), que afirma a locomoção dos cemitérios em virtude dos processos históricos e sociais de firmamento desses espaços nas cidades brasileiras.

Devido a longevidade, as cidades acabam passando por muitos processos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização de todo seu espaço. Esses processos acabam modificando também os espaços da morte, ora localizados nas cidades, ora ao redor destas sempre de acordo com a cultura da época. (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.2)

Considerando o cemitério como um espaço que faz parte da vida cotidiana e que reflete nossa cultura, Carvalho (2012) defende que, os modos de vida da população, incluindo as práticas fúnebres, através das mudanças na cultura e identidade do povo, interferem na organização do espaço urbano, sendo essas modificações lentas ou rápidas, ocasionadas juntamente com mudanças do modo de produção. O extermínio de um modo de vida implica na dissolução de antigas condições de existência, onde essas alterações na sociedade acabam influenciando em outras tradições e

consequentemente no modo de encarar a morte e os espaços destinados a ela, os cemitérios.

A relação entre cidade e espaços de enterramento, são os fatores determinantes para o nascimento dos primeiros aglomerados humanos. Desde o homem de Neandertal que não necessitava mais viver trocando de morada, começaram a criar as comunidades em função do espaço que era destinado a colocação dos mortos. Esses espaços, os cemitérios coletivos do período Neolítico, seriam o início da formação das cidades, como explanado por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010).

Já para os Egípcios, na Antiguidade Oriental, com a fixação do homem e a criação das cidades, os lugares de enterramento dos mortos se tornaram importantes para a sociedade egípcia, visto que o povo tinha como principal característica a veneração de seus mortos, ocasionando assim, na ostentação e “território visível” no espaço urbano, ou seja, as pirâmides faziam parte da rotina social da cidade.

Na cultura da Grécia e Roma, o foco era no poder dos homens, renegando o poder social imposto aos mortos como nos períodos anteriores. Os mortos eram sepultados nas estradas e precisavam estar distantes para não influenciar na vida do outro e consequentemente na dinâmica social da cidade. Como Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010) afirmam, “...a morte neste período não fazia parte das cidades enquanto território visível, esse estava localizado afastado do convívio dos humanos, principalmente nos campos e estradas ao redor da cidade” (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.4).

Na legitimação do cristianismo, o espaço das igrejas se tornam o centro gravitacional, que determina todas as funções da cidade. As construções dos equipamentos urbanos se fazem próximo ao centro de poder da cidade, as igrejas, incluindo os cemitérios que estavam presentes no interior ou ao redor das mesmas.

Dessa forma, as igrejas se apropriaram da morte, territorializaram a morte, anexando ao espaço sagrado o território mortuário. Isto porque a igreja construiu, seu espaço sagrado e desenvolveu praticas para controlar o território. (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.5)

As cidades cristãs vão ser um “território visível” da morte, onde a modulação das mesmas vai ocorrer em função da localização das igrejas e consequentemente dos cemitérios, ou seja, os cemitérios estruturam e identificam essas cidades. Neste momento, o lugar específico de sepultamento coletivo, é estritamente ligado ao edifício eclesiástico, sendo um território inextricavelmente ligado as igrejas. O oposto ao conceito colocado a cima, refere-se a espaços que são invisíveis a vivencia e cotidiano da sociedade, ou seja, os “territórios invisíveis”.

A paisagem da cidade volta a se modificar no Século XIX, através do “desejo universal de modernizar as cidades” (SALGUEIRO, 2001), quando há a necessidade da dissociação dos cemitérios da igreja, modificando os costumes da época e causando revolta na população. Além disso, com os avanços dos estudos médicos

sobre os surtos epidemiológicos, constataram a necessidade do afastamento desses espaços do núcleo urbano, em função da insalubridade e proliferação de doenças dos mortos para os vivos. Essa desterritorialização da morte nas cidades, principalmente oitocentistas, são ocasionadas pela mudança nas atitudes das sociedades cristãs em decorrência dos surtos epidemiológicos.

A diminuição do território da igreja reorganiza espaço das cidades. Primeiro, os cemitérios deixam igrejas e sua área circundante e são transferidos para áreas distantes dos aglomerados. Depois, as áreas circundantes das igrejas são transformadas em habitações, praças, áreas de lazer, etc. A morte re-territorializada longe os aglomerados seguindo normas sanitárias de construção, sobretudo com relação ao tipo e inclinação do terreno. A desterritorialização se segue em re-territorialização, pois não há “fim de território”. Essa mudança no local dos enterramentos causa uma mudança na organização das cidades. (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.9)

No termo “laicização do campo santo”, Cabaço (2009) confirma as modificações no modo de vida, preferencialmente no campo da religião, quando um estado laico regulamenta ações científicas, com bases médicas, em um espaço com regras anteriores ditadas pela Igreja.

A laicização da sociedade no final do século XVIII, se revela através do discurso médico que preconizava a higienização e a necessidade de percorrer contra os perigos dos odores e humores pestilentos emanados pelos corpos em decomposição no interior das igrejas. (ALMEIDA, 2013, p. 140).

A posterior relação dos cemitérios com o entorno urbano no século XX e XXI, formula uma nova reorganização do espaço urbano, onde os cemitérios anteriormente localizados distantes da cidade, estão sendo incorporados por ela, retomando os problemas de higiene e superlotação (Bonjardim; Bezerra; Vargas, 2010). Além disso Cabaço (2009), justifica este processo, pela existência de negação da morte nas cidades ocidentais em encarar os acontecimentos que envolvem o processo de fatalidade, fazendo com isso os espaços contribuam para essa repulsa.

Nas áreas dos cemitérios, anteriormente alojados fora do perímetro urbano das cidades, Carvalho (2012) afirma que há a instalação de bairros periféricos e clandestinos, já que o problema dos cemitérios urbanos está em que os mesmos não são concebidos para aproxima-los em relação ao sistema urbano, mas pretendem o seu distanciamento.

“Essa relação entre cidade e cemitérios na atualidade está delimitada em função de não se considerar esses espaços como parte do planejamento urbanístico” (CABAÇO, 2009), como se a arquitetura fosse responsável pelo o que é digno a cidade, e não pelo o que deve integra-la, banindo assim a cidade de tudo que a sociedade nega ou prefere esquecer, tornando-a uma cidade ideal.

A morte é um acontecimento em constante mudança, e ela muda o modo de vida

das pessoas, que conseqüentemente muda o espaço de enterrar, já que a organização dos espaços é fruto da cultura da época. Essa modificação do modo de vida pode alterar a paisagem visível, a estrutura e os processos existentes das cidades.

Quanto as motivações para a mudança do modo de vida retratadas nas desterritorializações dos cemitérios na cidade do século XIX, podemos expressar a cidade por diversas definições, mas principalmente como as “cidades capitais do século XIX” (SALGUEIRO, 2001).

Fortemente influenciadas por Paris, a cidade emblema da modernidade, as cidades procuram esquecer a “cidade de ontem” (ZUCCONI, 2009), em prol de projetar e viver uma cidade ideal, sendo uma manifestação utópica caracterizando um traço da humanidade que é “a decepção com o presente defeituoso, do qual emergem os impulsos de repensar o existente, o real vivido, ancorados no desejo de que algo ainda inexistente possa vir a realizar. O presente defeituoso a ser substituído por um futuro perfeito” (SAMPAIO, 1996, p.55). Esta paisagem da cidade, foi configurada através da formação de arquétipos universais, produzidos em Paris, mas transferidos por todo o mundo.

Para Coimbra (2014), esses anseios de futuro perfeito, são impulsionados pela industrialização, que transforma a cidade em um “formigueiro humano”, próprio para desenvolver pestes, insalubridade e miséria, e resultando espacialmente nas cidades, a criação de vielas pouco salubres. A partir deste ideário, combinando com elementos políticos e a conjectura econômica, inicia-se o processo de modernização do espaço urbano, e a transferência de ideais de modernidade.

A modernidade constrói uma nova ordem, onde rompe com as anteriores tratadas como retrógradas, tradicionais e provinciais, e que é fomentada por diversos avanços tecnológicos da época. Para Oliveira (2009), esta modernidade não se basta na mudança, mas na sucessão de acontecimentos, que são a difusão de produtos de racionalidade técnica, construtiva, científica e administrativa. Além disso, os modos de vida produzidos pela modernidade têm a capacidade de desvencilhar todos os tipos tradicionais de ordem social.

A cidade que irá produzir a modernidade, será o caminho para chegar a modernização, não sua consequência, sendo a cidade um objeto privilegiado dessa modernização. Contextualmente, a modernidade advém do Ethos cultural, do conjunto de costumes culturais, que vem generalizando e se institucionalizando desde sua origem europeia, e a modernização, são processos que continuam transformando materialmente o mundo (GORELIK, 1999).

Diante dessas mudanças que marcaram o século XIX, em diversas cidades que clamavam por modernidade, o aumento populacional nos séculos XVII e XVIII somado a uma urbanização crescente gerou uma sensibilidade na “impropriedade dos sepultamentos ad sanctos” (ALMEIDA, 2012, p.1), tendo em vista que transformar os templos em um lugar de repositórios de corpos, era oposto do que era civilizado, moderno e adequado ao progresso humano. Como visto, as preocupações com

a higiene, foram os anseios primordiais para a modificação das cidades, podendo afirmar que antes mesmo da modernidade ser desejada pelas cidades do século XIX, o Higienismo foi o elemento de maior sonho ideológico da sociedade oitocentista, visto que em função deste, justificaram as mudanças de “salubrificação” (SALGUEIRO, 2001) no espaço urbano. Os cemitérios foram um dos primeiros equipamentos urbanos a se modificarem, em prol dessa limpeza higienista nas cidades.

O movimento higienista foi pautado na teoria miasmática, que defendia que as substâncias em decomposição, mesmo que presente em pequenas camadas na atmosfera, seriam capazes de provocar no organismo dos indivíduos, patologias derivadas do contato destes com o meio ambiente contaminado. Este movimento, que tinha como responsável o poder público, não se preocupava somente com o bem-estar do indivíduo, mas principalmente, com o “estado higiênico do conjunto de estabelecimentos, das ruas, dos rios, do ar, enfim da cidade como um todo” (MURILHA, 2011), e direcionava a construção de diversas edificações, assim como os espaços de sepultamento. No século XIX, os profissionais europeus seguem os princípios higiênico-sanitaristas no meio urbano, pautados no movimento higienista do século XVIII, instrumentalizados e transformados em dispositivos normativos e legais.

No Brasil, as práticas sanitárias foram pautadas na teoria miasmática e os municípios foram divididos em distritos sanitários, e através da presença de engenheiros, modificaram as atitudes sobre as questões de saneamento e higiene dos lares e das cidades, a partir de meados do século XIX, através da legislação das cidades. Os médicos não se restringiam em cuidar dos aspectos clínicos, mas também definiam o espaço social e conseqüentemente o espaço físico.

Outra vertente que esta modernidade oitocentista traz é a secularização do Estado brasileiro, que nos aspectos cemiteriais, absorve o registro sobre a morte e seus espaços, já na virada do oitocentos. Entretanto em virtude das permanências de costumes, o poder eclesiástico continua influenciando o poder laico, sobretudo nos cemitérios, e só há a secularização efetiva com a Proclamação da República e com a promulgação da primeira constituição republicana. Somente em 1870, que o movimento para retirada completa da Igreja da gestão dos cemitérios, segundo Garcia (2006), foi intensificado, demonstrando a intensa luta pela não separação da Igreja e Estado.

A Secularização aborda a ruptura, mesmo que teórica, do estado e a igreja, surgida no século XIX. Desta ruptura, se permite a criação de espaços laicos, em especial os cemitérios, que antes eram dominados, configurados e tinham seus rituais, fundamentados em padrões eclesiásticos. A laicização dos cemitérios, de maneira global, foi consolidada em culminância da Revolução Francesa (1789), quando se impôs um novo modelo de organização social que acabou influenciando no culto dos mortos.

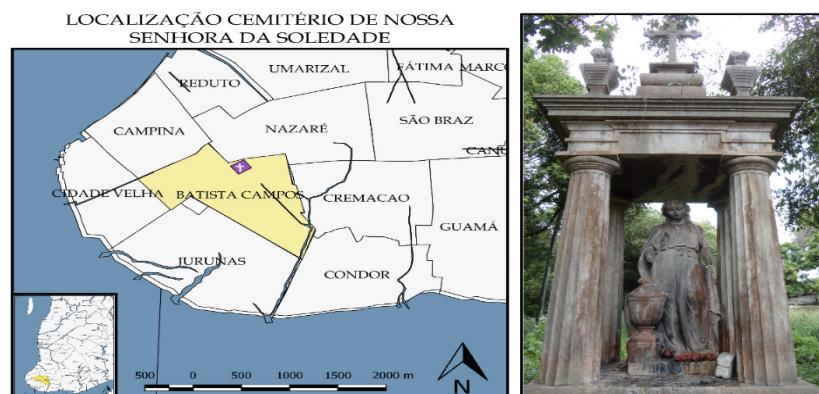
A Laicização, é um instrumento constitucional, o qual permite a independência em relação a religião católica. Esta ideologia positivista, segundo Leite (2011), não fez

com que o Brasil, deixasse de ser um país católico, porém diminuiu a intervenção da igreja perante as decisões do estado, já que a mesma tinha quase decisão absoluta sobre diversas questões governamentais no período imperial.

No aspecto de Belém do século XIX, assim como em outras cidades brasileiras, ter civilidade era possuir todos estes comportamentos modernos, higienistas, secularizados e laicistas, que criassem correlações com a imagem de outras nações vistas como centros irradiadores de cultura, tornando assim os cemitérios de Belém e a própria cidade, referências de uma cidade capital do século XIX.

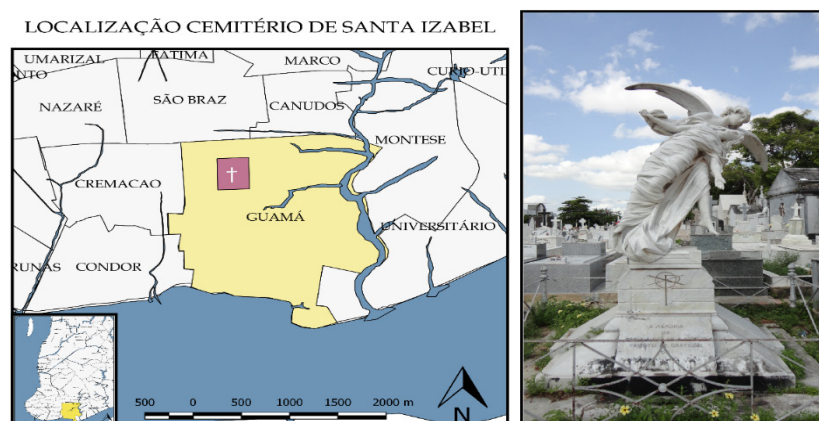
4 | A RELAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE E SANTA IZABEL COM A CIDADE DE BELÉM NO SÉCULO XIX

Os Cemitérios oitocentistas de Belém que foram fincados como “território invisível” e como equipamento secularizado, territorialmente a partir do século XIX, se consolidam com a imagem de lote cemiterial na cidade, sendo este lote restrito exclusivamente para rituais fúnebres, que visualizamos ainda hoje (Fig. 1 e Fig. 2).



1. Localização e mausoléu do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade.

Elaborada Pela Autora, 2018.



2. Localização e túmulo do Cemitério de Santa Izabel.

Elaborada Pela Autora, 2018.

Tomando posse dos conceitos de Desterritorialização e Re-territorialização, elencados por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), no início do século XIX, o Cemitério como equipamento urbano em Belém, sofre uma desterritorialização, ao sair da paisagem cotidiana da cidade através do interior e arredores das igrejas, visto que modelos implantados em Paris, começam a ser transferidos para todo mundo, disseminando novos ideais de higiene.

Um viés determinante nos processos de modernização das cidades, são as epidemias e pestes, que assombravam a realidade oitocentista de várias cidades no mundo. Em Belém, a Febre Amarela e a Cólera devastam um terço da população local, e impulsiona medidas mais radicais quanto aos enterramentos em lugares específicos, consolidando desta forma a desterritorialização do Cemitério eclesiástico, para um novo lote, demarcado na malha da cidade, com propostas higienistas, em que se pretende, além de dá um pontapé inicial para uma Belém moderna, que se consagrará, nos finais do século XIX e início do Século XX, cessar as insatisfações de ordem higiênicas e políticas da população belenense com a província.

Em 1850, observa-se a re-territorialização do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, se tornando no passar dos anos, e com a imposição de leis municipais para a utilização dele, um novo território visível e integrante da Belém de meados do século XIX, fazendo parte da coletânea do Álbum de Belém de 15 de novembro de 1902 e se tornando um lote hierarquizado e seletivo (Fig. 3).



3. Imagem do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade inclusa no Álbum de Belém.

BELÉM, 1902, p. 21.

As pesquisas e aprimoramentos, referente às práticas médicas seguem durante o século XIX, assim como, Belém inicia sua propulsão econômica com o

início da exploração da Borracha. Essas questões se tornam diretrizes de uma nova desterritorialização e re-territorialização dos cemitérios do século XIX de Belém.

O impulso econômico da Borracha, permite a expansão territorial da cidade de Belém, transformando bairros, como Batista Campos, Nazaré e Reduto, bairros centrais, cujo nos anos anteriores eram tratados como subúrbios (rocinhas). Essa expansão, aliada a preocupações com uma nova epidemia que se alastrava pela cidade, a Varíola, preconizam a re-territorialização em 1878 do Cemitério de Santa Izabel, no até então nada povoado bairro do Guamá (Fig. 4).



4. Entrada atual do cemitério de Santa Izabel.

Acervo Da Autora, 2015.

Assim como o Cemitério de Soledade 28 anos antes, teve sua localização definida por conceitos de Modernidade, Higienismo, Laicização e Secularização, vigentes das utopias europeias do século XIX, sendo manifestado espacialmente na cidade, em um local distante, um subúrbio, que posteriormente se transformaria no bairro de Batista Campos, o Cemitério de Santa Izabel, tem o seu lote demarcado seguindo os mesmos preceitos, onde o lote cemiterial do referido Cemitério se localiza isolado das demais quadriculas.

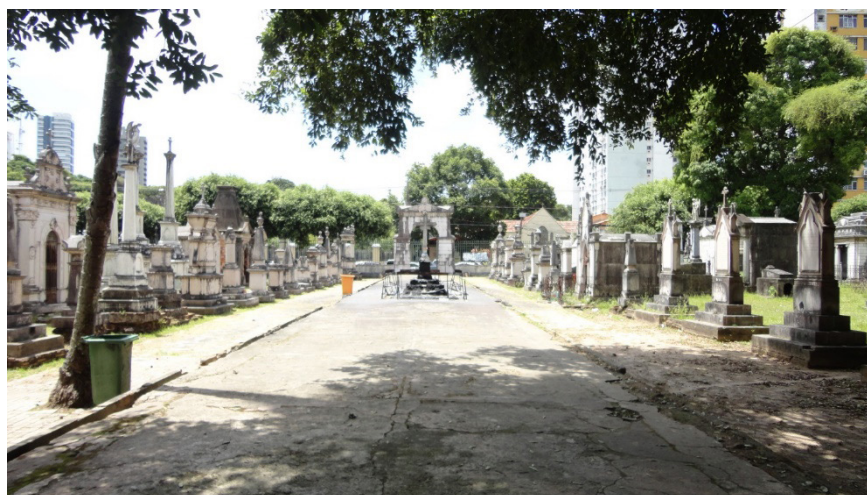
Diante desta expansão esperada da cidade de Belém, que durante o século XIX, teve avanços territoriais consideráveis pautados no ideal de modernidade do século, o período de exploração da Borracha, que além de promover a imigração de diversos trabalhadores e investidores para Belém, melhorou a dinâmica econômica na cidade, o que possibilitou, além da expansão territorial, o melhoramento das avenidas e demais equipamentos urbanos, na virada do século XIX para o XX.

Como referido anteriormente, o Cemitério da Soledade em 1880, se situa em uma região em consolidação, o bairro de Batista Campos. Em detrimento desta conjectura inerente ao processo de ocupação do território, de crescimento populacional e ao aterramento do alagado do Pirí, em 1803, que anteriormente limitava o crescimento da cidade de Belém, o Cemitério da Soledade é fechado para enterramento, visto que

a manutenção das atividades do mesmo, em ambiente já habitado, ia contrária aos ideais de modernidade tão preconizados para a inauguração do mesmo somente 30 anos antes. Além disso, com a comissão médica que prescreveu o fechamento do mesmo, as missões higienistas na cidade permaneceram ativas, sendo continuadas até o século XX, com transformações nos traçados viários em prol de uma modernidade salutar.

A constante aglomeração urbana é, sem dúvida, a responsável pelo atual rearranjo socioespacial em que os cemitérios se encontram, pois, se antes eles eram edificadas em ambiente extracitadinos, hoje fazem parte definitiva da geografia urbana, com muitos deles atualmente localizados nas zonas centrais das cidades. (SOUZA; RIBEIRO FILHO, 2016, p.7)

Nesta circunstância, o cemitério não é desterritorializado, visto que não há mudanças em seu lote, porém o Cemitério da Soledade, volta a ser um território invisível perante as suas atividades interrompidas, mas paradoxalmente permanece sendo um território-lote visível e presente na cidade, como uma caixa de memórias congeladas no tempo daqueles que tiveram entes enterrados no seu solo (Fig. 5).



5. Circulação principal do Cemitério da Soledade atualmente.

Acervo Da Autora, 2015.

No aspecto da cidade, há a re-territorialização do território invisível do Cemitério de Belém, Santa Izabel, que enfatiza mesmo que no fim do século XIX, o padrão de expulsão dos lotes cemiteriais dos centros urbanos. É importante ressaltar que o processo de modernização de Belém, nessa virada do século, toma sentidos opostos a localização do bairro do Guamá, cujo a planificação do bairro do Marco, possibilita os avanços expansionista da cidade em sentido Norte e Leste, mantendo assim um teor suburbano periférico ao bairro em que o Cemitério se situa, até meados do século XX.

Diante de todas estas questões colocadas acima, é importante compreender que as mudanças urbanas que Belém viveu, em prol de se tornar uma cidade moderna está pautada, no consciente da sociedade do lugar perfeito, a cidade ideal. A racionalização

da vida urbana tem um pressuposto basilar na cidade igualitária, justa e perfeita, onde tudo se encontra uniforme para evitar a conturbação e a anarquia. “ A cidade ideal aparece historicamente como superação da cidade real” (SAMPAIO, 1996, P.55), e esta afirmação é vista através da apropriação da Cartografia de Belém, onde em um determinado período (o auge das importações de modelos) há uma sobreposição da cidade projetada, ideal, sobre a real, através dos planos urbanísticos de Antônio Lemos, e representados graficamente nos Plantas de Nina Ribeiro (1899) e José Sidrin (1905). Através da cidade utópica, que se defende a transferência de modelos higienistas para a cidade e para o cemitério.

Quando voltamos para a cidade real de Belém, notamos que a cidade utópica não foi um pensamento em larga escala para a cidade como um todo, mas sim modelos geométricos importados implantados em determinados pontos e lugares, criando assim a noção de centro e subúrbio. Voltando para o aspecto de territórios visíveis da cidade, o centro urbano, possui todas as atividades que uma cidade moderna se orgulha de ter, como o comércio, o lazer e afins. Entretanto, o subúrbio, que só não é esquecido pelos planos em função dos transportes dos bondes elétricos, no caso de Belém, onde há um único ponto de bonde que chega no Cemitério de Santa Izabel no fim do século XIX, ou seja, o pouco habitado bairro do Guamá, fica restrito as atividades que não são consideradas higiênicas, como os cemitérios, o forno crematório e etc.

Esta análise tem como objetivo gerar a conclusão de que os cemitérios são transferidos para a extremidade da cidade, significando isto uma representação social da população em relação à morte, agora pautada em conceitos de Modernidade, Higienização, Secularização e Laicização.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde dos primórdios da existência humana o conceito da transição para a morte interfere nas práticas mortuárias das pessoas e até nas cidades. Além disso, novas tecnologias construtivas, normas sanitárias, crescimento populacional e principalmente governo ou clero, são os responsáveis pelo rumo que os cemitérios tiveram na cidade no decorrer da história. A localização dos espaços fúnebres do século XIX em Belém, seguiram os caminhos pautados nos ideais de higienização, salubridade, avanços na medicina, expansão urbana e de dessacralização dos cemitérios, vivenciada por uma cidade que clamava por modernidade e renegava o espaço da morte em um território visível da cidade.

Quando esses parâmetros estão voltados para a relação da cidade de Belém com os cemitérios do século XIX, sendo expressa na relação do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade com o bairro de Batista Campos e o Cemitério de Santa Izabel com o bairro do Guamá, os processos históricos vividos pelos cemitérios em estudo, relatam os mesmos processos que outras cidades brasileiras sofreram, como colocadas por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), passando a ser espaços invisíveis

e periféricos da cidade, situando estes espaços no limite urbano da cidade, sendo eles rejeitados pela população na sua dinâmica social.

É interessante notar que os Cemitérios de Belém, foram impulsionados, demarcados e situados assim como diversos cemitério oitocentistas surgidos no mundo, entretanto a particularidade da população paraense, a sua história e sua cultura, não pode ser desconsiderada, na implantação e aceitação do mesmo, que mesmo contrariada, se viu obrigada a mudar o costume fúnebre. Essa conclusão só foi possível de ser identificada através da utilização da História Urbana como ferramenta de compreensão da História da cidade e os processos sociais que a mesma passou.

REFERÊNCIAS

ALMANDOZ, Arturo. **Notas sobre historia cultural urbana:** Uma perspectiva latinoamericana. Perspectivas Urbanas/ Urban Perspectives. Barcelona: ETSAV, N.1, pp.29-39, 2002.

ALMANDOZ, Arturo. **Revisão historiográfica urbana na América hispânica, 1960-2000.** In: [PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.)]. A cidade como História: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. pp. 117-150.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Cemitério e Cidade:** a Nova Capital e o lugar dos mortos. Revista Inter-Legere. Natal: [s.n.], Vol. 12, pp. 137-156, 2013.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Cemitérios oitocentistas, culto, fé e patrimônio:** experiências intercambiantes. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 13, 2012, São Luís. Anais.... São Luís: [s.n.], pp. 1 – 10, 2012.

BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911: A. J. de Lemos). Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; BEZERRA, Daniel de Castro; VARGAS, Maria Augusta Mundim. **A morte do cristão em transformação:** as cidades e o espaço da morte. Fênix-Revista de História e Estudos Sociais. Uberlândia: [s.n.], Vol. 7, N. 2, pp.1-21, ago. 2010.

CABAÇO, Patrícia Gonçalves. **Cemitérios Municipais de Lisboa:** Estratégias de Articulação entre Thanatos e Polis. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2009.

CARVALHO, Hugo Pereira de. **A inclusão do cemitério no espaço da cidade.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2012.

COIMBRA, Adriana Modesto. **A cidade como narrativa:** Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém- 1897-1938. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

FARIA, Rodrigo Santos de. **O urbanismo e os urbanistas na história urbana brasileira:** percursos e perguntas para pensar a história urbana da América Latina. Risco. São Carlos: [s.n.], Vol. 14, N. 2, pp.6-14, dez. 2011.

GARCIA, Valéria Eugênia. **O cotidiano na separação entre igreja e cemitério:** um exercício de investigação metodológica. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GORELIK, Adrián. **O moderno em debate:** cidade, modernidade, modernização. In: [MELO, Wander Miranda (ed.)]. Narrativas da modernidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

HERSHBERG, T. **The future of urban history.** In: [FRASER, D. e SUTCLIFFE, A. (eds.)] The pursuit of urban history. Londres: Edward Arnold Ltd, 1983.

LEITE, Fábio Carvalho. **O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil.** Religião e Sociedade. Rio de Janeiro: [s.n.], Vol. 31, N. 1, pp.32-60, 2011.

MONTEIRO, Charles. **Entre História Urbana e História da Cidade:** Questões e Debates. Oficina do Historiador. Porto Alegre: EDIPUCRS, Vol. 5, N. 1, pp.101-112, jan. /jun. 2012.

MURILHA, Douglas. **O Higienismo e a construção dos matadouros e mercados públicos.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2011.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. **Uma cidade em construção:** modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. Revista Espacialidades. [S.l.]: [s.n.], Vol. 2, N. 1, pp.1-31, 2009.

RAMINELLI, Ronald. **História Urbana.** In: [CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo]. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 7. pp. 271-296.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades Capitais do século XIX:** Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 181 p.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. **Cidade ideal, Imaginação e Realidade.** Rua 6: Revista de Urbanismo e Arquitetura. [S.l.]: [s.n.], Vol. 4, N. 1, pp.54-65, jan. 1996.

SILVA, Luís Octávio da. **Cidade e História:** Um olhar epistemológico. In: [PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.)]. A cidade como História: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. pp. 151-173.

SOUZA, Ivanaíla de Jesus; RIBEIRO FILHO, Francisco Gomes. **Geografia e espacialização da morte.** In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18, 2016, São Luís. Anais... São Luís: [s.n.], pp. 1 – 11, 2016.

TEIXEIRA, Manuel C. **História Urbana em Portugal, os últimos dez anos: 1992-2002.** In: [PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras]. A cidade como História: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. pp. 91-116.

ZUCCONI, Guido. **A cidade do Século XIX/** Guido Zucconi; [tradução e notas Marisa Barda]. São Paulo: Perspectiva, 2009. 205 p.- (Debates;319).

ITINERÁRIOS DA MEMÓRIA: O CEMITÉRIO COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Marcelina Das Graças De Almeida

Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design, PPGD

Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte, Curso História, Bolsista Produtividade 2018

Endereço Postal

marcelina.almeida@uemg.br
almeidamarcelina@gmail.com

RESUMO: Belo Horizonte é uma cidade moderna, nascida na virada do século XIX, revelou-se como uma proposta nova em relação ao Arraial do Belo Horizonte, antigo núcleo colonial, local escolhido entre outros e sobre o qual foi erguida a nova capital do Estado de Minas Gerais. Esta proposta perpassava desde a composição estética - arquitetônica dos logradouros e prédios, bem como o perfil dos moradores que, além de serem novos e modernos, deveriam possuir novos hábitos e comportamentos naquilo que se relacionava ao convívio social. E neste convívio inclui - se a morte. E foi nesse contexto que o Cemitério do Bonfim nasceu. Nele podemos enxergar a mentalidade burguesa que norteou os princípios fundadores da capital, através da avaliação de sua arquitetura, dos artistas - artesãos que nele trabalharam e produziram artefatos tumulares singulares. O espaço foi, durante quase cinco décadas, o único local de sepultamento da

metrópole e, nesse sentido, guarda a memória da cidade e de seus habitantes. Trata-se de um espaço no qual diversas possibilidades de compreensão perpassando pela memória individual, coletiva, social, celebrativa e cívica. Estas questões vêm sendo exploradas através de um projeto de visitas guiadas, desde o ano de 2012, que possui como objetivo básico propor uma discussão sobre a qualidade do acervo contido no espaço cemiterial e suas potencialidades como lugar de educação patrimonial e cultural. Nesse sentido são construídos roteiros e trajetos de memória, através dos quais possam ser compreendidos os sentidos que cidade dos mortos estabelece com as cidades dos vivos.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimonial; Cemitério; Roteiros; Guiadas; Belo Horizonte.

Educação

Visitas

ABSTRACT: Belo Horizonte is a modern city, been born in the turn of century XIX, showed as a proposal new in relation to the Arraial of the Belo Horizonte, old colonial nucleus, local chosen among others and on which the new capital of Minas Gerais State was raised. This proposal passing through since the aesthetic composition - architectural of the public parks and building, as well as the profile of the inhabitants who, beyond being new and modern, would have to possess new habits and

behaviors in what he became related to the social conviviality. E in this conviviality includes - the death. E was in this context that the Bonfim Cemetery was born. In it we can enxergar the bourgeois mentality that guided the founding principles of the capital, through the evaluation of its architecture, of the artists - craftsmen who in it had worked and produced devices tumulares singular. The space was, during almost five decades, the only place of burial of the metropolis and, in this direction, it keeps the memory of the city and its inhabitants. One is about a space in which diverse possibilities of understanding running through for individual, collective, social, celebrative and civic the memory. These questions come being explored through a project of visits guided, since the year of 2012, that it possesss as objective basic to consider a quarrel on the quality of the quantity contained in the cemiterial space and its potentialities as place of patrimonial and cultural education. In this direction to scripts and passages of memory are constructed, through which the directions can be understood that city of deceased establishes with the cities of the livings creature.

KEYWORDS: Patrimonial Education; Cemetery; Guided tours; Belo Horizonte.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar o projeto que se realiza na cidade denominada Belo Horizonte situada no Estado de Minas Gerais, Brasil e que toma o Cemitério do Bonfim como foco principal. Trata-se de uma ação educativa fundamentada nos pressupostos da educação patrimonial, estabelecendo, por outro lado um diálogo com o turismo.

A realização de visitas educativas ao espaço cemiterial é um hábito comum ao universo pedagógico, sendo prática comum no cotidiano acadêmico de diversos docentes, entretanto o que torna o projeto peculiar é o fato de se tornar uma atividade extensionista, movida pela intenção de abraçar e envolver a sociedade em sua generalidade, e não somente a comunidade acadêmica, para realização da atividade. A proposta reúne os esforços de 03 (três) instituições públicas nomeadamente, a Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, FPMZ e o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA, tendo sido selado um termo de cooperação técnica, através do qual, cada uma oferece para construção do programa, a *expertise* que lhe caracteriza. O IEPHA orienta as questões que envolvem a proteção do patrimônio estadual; a FPM responde pelo gerenciamento dos parques e necrópoles públicas municipais e a UEMG tem por missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para a formação do cidadão. No ano de 2018 o projeto ganhou o apoio financeiro do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte, através da concessão de uma bolsa de produtividade. E é o encaminhamento das atividades desenvolvidas serão apresentadas ao longo desse artigo.

A ação educativa acontece, oficialmente desde junho de 2012 e se estendem

na atualidade movimentando interesses e instigando a população belo-horizontina a participar e reconhecer espaços e ambientes públicos que podem ser apreciados e ocupados.

O artigo apresenta, inicialmente, a contextualização da história da cidade e do cemitério, em seguida é apresentado o projeto e seus desdobramentos e finalmente algumas considerações são apontadas, apesar de não serem conclusivas, indicam os rumos, nos quais se encontra a iniciativa de educação patrimonial e suas conexões com a cidade, o cemitério e paralelamente, o turismo.

2 | O CEMITÉRIO E A CIDADE: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Belo Horizonte foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897. Aparentemente é uma jovem metrópole, porém portadora de uma história peculiar. Construída a partir dos pressupostos modernos condicionados ao final do século XIX, carrega os traços de modernidade, dos novos tempos e valores que a mentalidade no *fin-de-siècle* se caracterizava daquela época. Ao tornar-se objeto de estudo e investigação a cidade fornece ao pesquisador um imenso e multifacetado acervo para análise e compreensão. Uma cidade pode ser lida de muitas maneiras e, desta leitura Belo Horizonte não escapa. Os lugares, equipamentos urbanos, os habitantes e o modo como se relacionam com o ambiente podem se constituir um problema a ser confrontado e dissecado. É a partir deste viés que se elege o cemitério como tema de pesquisa, neste caso, o Cemitério do Bonfim. Um espaço revelador da vida social, cultural e política da cidade. Construído e inaugurado na mesma ocasião que a capital, o cemitério relata através de seus túmulos, lápides e mausoléus, uma parte significativa da capital (ALMEIDA, 2007, 1993, 1996, 1997).

Erguido fora do perímetro urbano o cemitério absorveu, em seu projeto e concepção, o imaginário da cidade a que estava destinado servir. O planejamento de sua localização implicava, também, projetar sua linguagem estética e arquitetônica. Para isto a equipe de arquitetos e desenhistas da Comissão Construtora da Nova Capital elaborou projetos que definiam os aspectos básicos do local, desde o portão principal, casa do zelador e necrotério. Trabalharam nos projetos o eminente José de Magalhães (1851 - 1899) chefe da Seção de Arquitetura da mencionada comissão, além de outros profissionais talentosos que deixaram seu registro em vários espaços da capital mineira (ALMEIDA, 2007, 1998).

O cemitério é um lugar privilegiado para se entender uma cultura. Através da arquitetura, escultura e artes decorativas cristalizam-se elementos simbólicos que, quando interpretados, permitem uma compreensão da sociedade na qual estão inseridos. Esta leitura da sociedade belorizontina pode ser feita tomando o cemitério como ponto de referência. Como parte do projeto republicano - positivista dentro do qual a capital mineira foi idealizada e erguida, representou rupturas decisivas numa sociedade tradicionalmente calcada na religião. Estas mudanças que se concretizam no

século XIX configuram-se como resultantes de um processo de laicização da sociedade ocidental que, teve início, no século XVIII, a partir dos debates iluministas que ganham volume e densidade com a Revolução Francesa e, finalmente se cristalizam em ações concretas nos oitocentos (ALMEIDA, 2007, 2004).

O Cemitério do Bonfim é considerado um cemitério oitocentista tardio e, conseqüentemente, nasce como resultante de todas as discussões que haviam se realizado no tocante à secularização dos espaços fúnebres, dos costumes e das sociedades. Até a década de 40 foi o único cemitério da capital. Todos eram nele sepultados. O traçado arquitetônico do cemitério obedece ao traçado geométrico da cidade. É composto por 54 (cinquenta e quatro) quadras divididas entre duas alamedas principais e diversas ruas secundárias. A parte central do cemitério é uma praça redonda ajardinada, tendo a imagem de Cristo, o Sagrado Coração, esculpida em bronze. Neste local está sepultado Otacílio Negrão de Lima (1897-1960), ex - prefeito de Belo Horizonte, à esquerda da praça, distando cinco quadras, encontra - se o prédio do necrotério. Trata - se de um prédio pequeno, construído dois anos antes da inauguração do cemitério. É o único bem tombado pelo patrimônio histórico naquele espaço. Predominam nas quadras localizadas nas alamedas principais os mausoléus, as capelas e sepulturas mais requintadas construídas com material nobre, muitas delas importadas de São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo do exterior. A maioria dos túmulos que ocupam estas quadras pertence às famílias influentes e importantes da capital mineira, bem como os túmulos - monumentos dedicados à nobreza política do Estado de Minas Gerais. Nas quadras mais afastadas da parte central e das alamedas encontramos sepulturas mais simples, destituídas de atributos e alegorias suntuosas. (ALMEIDA, 2007, 2004).

Nestes mais de cem anos de existência paralela à cidade dos vivos, a cidade dos mortos atravessou fases que acompanham as mudanças pelas quais sua parceira também vivenciou. Desde sua inauguração até a década de 30 é possível identificar uma variedade de túmulos que exploram os recursos estilísticos da época, o *art nouveau*, a influência francesa se faz sentir na decoração tumular importada do Rio de Janeiro, São Paulo e exterior, em alguns casos até mesmo a exploração de matéria - prima local. A utilização do bronze é mais perceptível a partir da década de 40, momento em que a massificação e a repetição de alegorias, imagens e símbolos predominam na escultura funerária. Nas décadas seguintes o fabrico tumular perdeu em qualidade artesanal e até mesmo em virtude da mudança de valores estéticos, sociais e mentais a opção por túmulos rebuscados foi se perdendo. (ALMEIDA, 1998, 2004, 2007).

Nos dias atuais não é hábito investir na confecção de túmulos grandiosos, o gosto predominante se revela na opção pela lápide de granito com o nome do falecido e às vezes uma cruz encimando a cabeceira da lápide. Na realidade a escolha é pelo afastamento em relação a este tipo de cemitério. A maior parte dos habitantes da capital prefere o sepultamento em outros espaços e em razão disto muitas sepulturas estão abandonadas, algumas semi - destruídas, revelando não apenas uma mudança

de concepção mental em relação à morte e o morrer, mas também um desprezo em relação à história, memória e preservação do patrimônio cultural da capital. As opções em relação aos espaços da morte foram ampliadas na capital mineira a partir da década de 40 e a preferência por ambientes com uma concepção estética e arquitetônica, diversos ao do Bonfim foram se tornando mais comuns.¹

Entretanto o Cemitério do Bonfim se destaca no cenário da cidade pela sua arquitetura, arte e história. Trata-se de um espaço significativo para se compreender Belo Horizonte e a educação patrimonial e ações de sensibilização da população acerca desta importância é uma ação pertinente para a preservação da memória e do patrimônio material e imaterial que compõe o acervo do espaço fúnebre. E é refletindo sobre este potencial que visitas de pesquisa são realizadas no cemitério e, tornaram-se, desde junho de 2012 um projeto extensionista, voltado para atender a população em geral.

3 | CEMITÉRIO DO BONFIM: ARTE, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O Cemitério do Bonfim para além do cumprimento de suas funções habituais ligadas ao culto aos mortos vem sendo cada vez mais utilizado como lugar de turismo e espaço educativo. O hábito de ministrar aulas específicas utilizando o espaço cemiterial é atividade pedagógica recorrentemente praticada entre docentes e, de modo particular, na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. Esta ação educativa vem se realizando através do trabalho de docentes em disciplinas diversas que são ministradas para os cursos de Design Gráfico, Design de Produto, Design de Ambientes e Licenciatura em Artes Visuais. De fato esse uso do cemitério como um espaço não formal de educação vem se consolidando há mais de 20(vinte anos), na medida em que grupos de estudantes de diversos níveis acadêmicos são convidados a participar de incursões pedagógicas, propondo a reflexão sobre a história e a relevância no tocante à preservação da cultura material e imaterial que envolve aquele lugar.

1 Em 1941 o Prefeito Juscelino Kubitschek (1902-1976) inaugurou o Cemitério da Saudade situado na Rua Juramento s/ n. no bairro que leva o mesmo nome do cemitério. Em 1967 a prefeitura entregou aos moradores o Cemitério da Paz, já adotando as características de cemitério-parque, sem túmulos tradicionais, alguns anos adiante o Cemitério da Consolação situado às margens da Estrada Velha para Santa Luzia era concluído. Estes são administrados pelo poder público. No início da década de 70 foi inaugurado o primeiro cemitério - parque de luxo da capital, o Parque da Colina, construído dentro de linhas modernas, eliminava os túmulos de grande proporção, objetivando transmitir “amabilidade” e “paz”. Localiza - se no bairro Nova Cintra. Temos, também, o Cemitério Israelita situado no bairro Jaraguá e desde a década de 80 o Cemitério Bosque da Esperança localizado às margens da Estrada Velha para Santa Luzia. Trata - se na atualidade de espaço para os mortos com características extremamente modernas e preferido por aqueles que possuem recursos para nele serem sepultados. É interessante observar que se contrapõe ao primeiro cemitério da capital até mesmo em relação ao nome. Enquanto o “Bonfim” faz alusão à morte como um fim, um ponto final, ainda que bom, entretanto o Cemitério Bosque da Esperança acena para a possibilidade de vencer a morte através da esperança, questão que é pertinente ao mundo contemporâneo no qual a medicina dotada de avançados recursos torna a morte um inimigo menos perigoso em relação o que foi no passado.

Entre os anos de 2010 a 2012 as visitas foram coordenadas pelas docentes Marcelina das Graças de Almeida e Patrícia Pinheiro, pois faziam parte do currículo das disciplinas “Fatores Filosóficos Sociais e Culturais I” e “Espaços Museográficos”, respectivamente. O objetivo destas visitas era, para além da coleta de material e investigação acadêmica, a promoção da educação patrimonial. Na realidade ao se pensar sobre esta questão o aspecto central é se pensar novas modalidades de compartilhar os estudos históricos, sociológicos, artísticos e, em consonância com a pesquisadora Pinheiro (2010, p.145):

Pensar o ensino de História é aprender, é criar possibilidades de saber, conhecer, fazer, viver juntos e se ser mais humano. Uma relação de ensino-aprendizagem que construa e pense a sala de aula como espaço privilegiado para perceber tensões, disputas, mas acima de tudo, como um campo de possibilidades para discutir e construir saídas de forma inteligente, criativa, planejada.

É a partir desta perspectiva que as visitas orientadas se constituíram como momento de ensino-reflexão e concomitantemente oportunizando o debate sobre os sentidos assumidos pelas questões que perpassam a ideia de patrimônio, conservação e proteção.

Atualmente as visitas, com propósitos acadêmicos, são coordenadas pela docente Marcelina das Graças de Almeida e desde o segundo semestre de 2012 e passaram a ser ofertadas à população belorizontina em sua totalidade. A proposta é conscientizar e ampliar o debate social acerca das noções que são discutidas no espaço acadêmico, mas que devem e podem ser ampliadas para a sociedade em civil, em geral. Cabe aqui, destacar o argumento da investigadora Pinheiro (2010, p.154), “A educação patrimonial é elemento a ser considerado no processo de salvaguarda das referências culturais.”, ou seja é necessário que:

[...] os educadores assumam esse compromisso e criem possibilidades de trabalhos teóricos e de campo para auxiliar a comunidade no processo de interlocução com a memória, com os lugares de memória, com a história local. É preciso despertar as populações para a percepção e valorização de lugares, de saberes, de celebrações, por meio de apreensões visuais dos bens da comunidade (PINHEIRO, 2010, p.154).

E é neste sentido, nesta vertente da educação e educação patrimonial e interlocução com a comunidade externa à academia que se consolidou o projeto de visitas ao Cemitério do Bonfim. Desde junho de 2012, foi selado um acordo entre a Universidade do Estado de Minas Gerais, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica e o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico, cujo intuito era promover a visitação, para além do público acadêmico, àquele espaço. A primeira visita foi agendada para o dia 24 de junho e a divulgação foi realizada através das redes sociais. Mais de 30 (trinta) inscritos se dispuseram a participar do evento, movidos pelo desejo de conhecer o cemitério, explorando sua história e acervo. Desde essa data,

as visitas estão sendo realizadas de forma constante e sistemática, sempre contando com um número significativo de participantes revelando a importância desta ação.

Foram traçadas as condições para realização da visita e produzido um folder impresso e no formato digital que foi divulgado nos espaços públicos, bem como nas redes sociais, com o intuito de alcançar o maior número possível de público interessado e diversificado

A primeira visita teve boa recepção por parte do público inscrito, gerando, inclusive a necessidade de se abrir uma agenda com mais datas que pudessem atender à demanda engendrada através da proposição das atividades, posteriormente foi confeccionado um calendário que pudesse ser cumprido durante o segundo semestre de 2012.

Para se ter uma noção do fluxo de visitantes participantes das atividades educativas e culturais em relação ao Bonfim confira o quadro1 elaborado para identificar o volume de participação e interesse pela proposta apresentada, considerando o período, no qual, vem sendo realizado.



Fig.1 Folder para divulgação da primeira visita guiada

Fonte: Produzido em parceria com o setor de comunicação da Fundação de Parques Municipais.

Assim, compreende-se que para além da manutenção das atividades de condução e conscientização da importância das visitas é preciso que algumas ações sejam reforçadas e, outras ampliadas. É necessário, ampliar o atendimento aos visitantes, especialmente às escolas; treinar e qualificar monitores que possam auxiliar na construção e condução das visitas; propor oficinas para qualificar os funcionários, guarda municipal e administradores do cemitério; buscar investimentos e realizar ações que proporcionem as obras de conservação e restauro no prédio do necrotério, uma vez que o mesmo tem sido mantido fechado e, apesar de ser o único

bem tombado, no cemitério, pelo patrimônio histórico, desde 1977, não vem sendo utilizado da maneira como deveria, pois se entende que, tendo sido construído, em 1895, para ser o necrotério, em um espaço laico, sendo esta a característica peculiar do Cemitério do Bonfim, deve sofrer intervenções que permitam sua utilização da maneira mais democrática possível.

ANO	NÚMERO DE VISITANTES
2012*	121
2013**	220
2014	247
2015	236
2016	288
2017	281
2018	226
TOTAL	1.619
• *Junho/novembro	
• ** Fevereiro/novembro	

Quadro 1 – Fluxo de visitantes

Fonte: autoria própria

Na atualidade estão sendo construídos roteiros específicos para cada visita explorando, de forma mais complexa o acervo do espaço fúnebre na tentativa de criar itinerários que possibilitem compreender como se processa a memória e as lembranças que se constroem naquele local.

Os roteiros exploram temas que estão norteados pelos eixos destacados a seguir:

- 1- A história do cemitério e sua relação com a história da cidade;
- 2- A história da arquitetura e suas diversas manifestações na cidade enfatizando arquitetura tumular;
- 3- As diversas manifestações dos modelos e estilos arquitetônicos e estilísticos que se cristalizam na construção tumular;
- 4- As personalidades políticas que habitam o espaço cemiterial;
- 5- Os túmulos devocionais e os espaços de peregrinação e manifestação religiosa;
- 6- Os túmulos que guardam a memória dos artistas e personalidades voltadas para o universo das artes na capital mineira;

- 7- Os túmulos que guardam ou ocultam histórias de personagens que viveram na capital mineira;
- 8-As manifestações religiosas e a diversidade presente na decoração tumular;
- 9- Os relatos antropológicos que exaltam o mágico e o misterioso envolvido no cemitério e seus habitantes.
- 10 – Os túmulos que abrigam a memória cívica e política de personalidades que viveram e participaram da vida política da capital mineira.

E, ao explorar os aspectos anteriormente apontados que permitem a construção de roteiros específicos e múltiplos é possível pensar que “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada” (CANDAU, 2016,p.16) e é esta faculdade que nos humaniza, sintetiza experiências e nos dá a “a força da identidade” (CANDAU,2016,p.17). E ao compreender, através da recuperação da memória voluntária, no Cemitério do Bonfim, se estabelecem os laços afetivos de imanência e pertencimento.

Para cumprir o calendário do ano de 2018, (Fig. 2) foram preparados e apresentados itinerários diversos, em cada mês, conduzindo os visitantes à compreensão das potencialidades imanentes guardadas no acervo do espaço cemiterial. Para cada visita mensal uma trilha era proposta aos inscritos no projeto.



VISITA GUIADA CEMITÉRIO DO BONFIM

História, Arte, Memória e Patrimônio

Venha conhecer esse museu a céu aberto e descubra os mistérios de sua construção e o significado de suas obras de arte.

CALENDÁRIO DE VISITAS 2018

(um domingo por mês, com início às 9h)

25/2	25/3	29/4	27/5	24/6
29/7	26/8	30/9	28/10	25/11

INSCRIÇÕES:
31 3277 9699 (Sônia) | agenda.visitasbonfim@pbh.gov.br
Rua Bonfim, 1.120 | Linha de ônibus 4114 (Bonfim)


UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE DESIGN


UEMG

 + CULTURA


MINAS
GERAIS


PARQUES E
ZOOBOTÂNICA


PREFEITURA
BELO HORIZONTE
INVESTINDO PARA UM BOM PRECISO

Fig. 2 Calendário das visitas para o ano 2018

Fonte: Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica

Nesta reconstrução de trilhas da memória a partir das temáticas emergentes foram preparados alguns roteiros específicos que estão, na atualidade, conduzindo as atividades que envolvem as visitas. De fevereiro a novembro foram construídos os seguintes itinerários:

- Imigração e imigrantes no espaço cemiterial;
- A presença feminina no Cemitério do Bonfim;
- Religião e religiosidade no espaço fúnebre;
- Artes e artistas no espaço cemiterial;
- Personagens e personalidades no Cemitério do Bonfim;
- Esportes e esportistas no espaço cemiterial;
- As ruas da cidade no espaço cemiterial;
- A paisagem cemiterial e a paisagem da cidade: aspectos inexplorados.

Através das trilhas da memória que se permitem construir na medida em que cada túmulo, obra de arte ou elemento decorativo, nos possibilita acionar a memória voluntária e compartilhar com os visitantes interessados a compreensão da história da cidade, dos personagens que nela habitaram e hoje habitam a cidade dos mortos e, nesse sentido, interconectar memórias individuais e memórias coletivas. Estamos, também, pensando na memória como categoria e nesse caso como memória social e:

[...] a memória é um esforço organizado de intervenção na própria conjuntura, implicando intencionalidade sobre o modo de constituição simbólica, relacional e discursiva de realidades por meio do Estado, de movimentos sociais, de saberes, institucionais ou não, e de interesses socioeconômicos. A memória social deve ser pensada em seu contexto e produção sócio-históricos. Considerada à luz de seu sentido plural, é a expressão partilhada de um sentimento e de um modo de compreender e de se relacionar no mundo, uma singularidade social, bem como um campo de lutas simbólicas, discursivas e relacionais: lembranças, silêncios e esquecimentos. Por meio de um discurso, a memória institui uma cena [...] (MORAES, 2005, p.97)

E é a partir desta dimensão da memória que se consolidam as atividades educativas e, ao mesmo tempo investigativas para se compreender de modo mais profundo a complexidade do espaço fúnebre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As visitas realizadas no espaço do “Bonfim” integram e proporcionam a construção de identidades, auxiliam a construção do pensamento e ação no tocante à preservação e políticas de tombamento e a necessidade de se refletir, de maneira concreta acerca do cuidado com a memória coletiva, bem como da memória individual.

Através do projeto de extensão tem sido permitida a inserção do Cemitério do Bonfim no espaço cultural, artístico e turístico da cidade destacando o relevo dessa iniciativa que, concomitantemente, destaca-se como atividade pedagógica educando para o futuro, pensando sobre o passado e estimulando, no presente, as iniciativas para a preservação.

O projeto vem sendo construído de modo satisfatório, revelando-se uma iniciativa importante que tem se desdobrado em ações que passam pela educação patrimonial, pela ocupação da cidade e de seus diversos lugares, bem como um espaço relevante para o desenvolvimento de pesquisas.

A proposta é ampliar, ao máximo, o alcance das atividades, permitir que mais segmentos sociais se interessem pelo tema. Pretende-se: ampliar a oferta das visitas, atendendo um número maior de pessoas interessadas, bem como as instituições de ensino, quais sejam as escolas de ensino fundamental e médio, bem como ensino superior; dar continuidade às atividades de qualificação dos funcionários do Cemitério do Bonfim, ampliando o ângulo para que outras necrópoles municipais passem pela

mesma ação educativa; incentivar as pesquisas que tomem os cemitérios como objeto de estudo e, finalmente, buscar meios financeiros para que o projeto de recuperação e ocupação do antigo prédio do necrotério se concretize e passe a ser um local de produção e divulgação cultural.

Nesse sentido, entende-se que o projeto “Cemitério do Bonfim: arte, história e educação patrimonial”, a cada ano se fortalecerá e permitirá que ações de proteção e cuidado com os espaços da cidade se transformem em um hábito fértil e salutar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. (2007). **Morte, Cultura, Memória: Múltiplas Interseções** – Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. 2007. 404 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. (1993) **Fé na Modernidade e Tradição na Fé: a Catedral da Boa Viagem e a Capital**. 1993. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. (1996) A Catedral da Boa Viagem: Fé, Modernidade e Tradição. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) **BH Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/ARTE Editora.

_____. (1997) Belo Horizonte, Arraial e Metrópole: memória das artes plásticas na capital mineira. In: RIBEIRO, Marília Andrés e SILVA, Fernando Pedro da. (org.) **Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora C/ARTE / Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais. Coleção Centenário.

_____. (1998) O Cemitério do Bonfim: a morte na capital mineira. **LOCUS Revista de História**. Juiz de Fora, n.º 2, v. 4, p. 131 – 142.

_____. (2004) Memórias, lembranças, imagens: o cemitério. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXX, n. 1, p. 105-122.

_____. (2014) Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim: controle e ordenação da morte nos primórdios da capital mineira. **Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, nº 1, v. 1, 1ª ed, p. 26-58. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=106177&pldPlc=&app=salanoticias>> Data de acesso: 15 de maio de 2014.

_____. (2016) A cidade e o cemitério: uma experiência em educação patrimonial. **Revista M**. Estudos sobre a morte e o morrer. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 217-234, jan-jun, 2016. Disponível em: <<http://www.revistam-unirio.com.br/a-cidade-e-o-cemiterio-uma-experiencia-em-educacao-patrimonial/>> Data de acesso: 15 de maio de 2018

CANDAU, Joel. (2016) **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

MORAES, Nilson Alves de. (2005) . Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentido. In.: GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera. (Org.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa do Rio de Janeiro.

PINHEIRO, Áurea da Paz e PELEGRINI, Sandra C. A. (org.) (2010) **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. Teresina: EDUFPI.

AS TESSITURAS DA MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO ESPAÇO: HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO NA PEDREIRA PRADO LOPES

Alexandra Nascimento

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Centro Universitário UNA
Belo Horizonte - Minas Gerais

Alex César de Oliveira Fonseca

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Belo Horizonte - Minas Gerais

Ingrid Nayara Brito

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Belo Horizonte - Minas Gerais

Jhonatan Ribeiro Santos

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Belo Horizonte - Minas Gerais

Letícia Ferreira D'Angelo

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Belo Horizonte - Minas Gerais

Martin Nicolas Rodriguez

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Belo Horizonte - Minas Gerais

Stenia Carvalho Pessoa

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Belo Horizonte - Minas Gerais

Talita Freitas de Oliveira

Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Belo Horizonte - Minas Gerais

as memórias que constroem a história da Pedreira Prado Lopes, a mais antiga favela de Belo Horizonte. À luz das novas interpretações do patrimônio, que valorizam não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade e os processos históricos, as cidades se constituem, a partir de suas tramas feitas e refeitas cotidianamente, espaços que podem ser apreendidos por meio dos valores e sentidos atribuídos a eles pelos diferentes sujeitos. Essas novas interpretações constroem uma nova visão acerca do patrimônio como lugar de memória social, campo de conflito simbólico travado no jogo entre memória e esquecimento, historicamente vencido pelos grupos que podem impor sua memória a toda uma sociedade. A memória social, tessitura da percepção acerca do patrimônio, é portadora de historicidade, construída num terreno de tensões políticas, de possibilidades de exercício de direitos que cada grupo exerce em determinado tempo. Apreender a história da Pedreira Prado Lopes a partir da fala dos moradores acerca do espaço por eles vivenciado, em um contexto de diversas remoções, de intervenções urbanas e da permanência de condições precárias de existência, mantém estreita relação com as perspectivas plurais incorporadas no entendimento acerca do patrimônio cultural, que considera as práticas e suas representações sociais.

RESUMO: Este trabalho, tomando como referência a ampliação do entendimento acerca do patrimônio, tem como objetivo compreender

PALAVRAS-CHAVE: Pedreira Prado Lopes; patrimônio; memória social; história oral.

ABSTRACT: This work, taking as reference the expansion of the understanding about heritage, aims to understand the memories that build the history of Pedreira Prado Lopes, the oldest favela in Belo Horizonte. In the light of the new interpretations of heritage, which value not only the vestiges of a distant past, but also contemporaneity and historical processes, cities are constituted, from their fabrics made and daily remade, spaces that can be apprehended by means of values and meanings attributed to them by the different subjects. These new interpretations construct a new vision about the heritage as place of social memory, a field of symbolic conflict caught in the game between memory and forgetfulness, historically overpowered by groups that can impose their memory on a whole society. Social memory, a perception of heritage, is a carrier of historicity, built on a terrain of political tensions, of possibilities for the exercise of rights that each group exercises in a given time. Apprehend the story of the Pedreira Prado Lopes from the residents' talk about the space they have experienced, in a context of various removals, urban interventions and the persistence of precarious conditions of existence, maintains close relation with the plural perspectives incorporated in the understanding about cultural heritage, which considers the practices and their social representations.

KEYWORDS: Pedreira Prado Lopes; heritage; social memory; oral history.

1 | INTRODUÇÃO

Na década de 1990 é possível observar um significativo aumento da produção acadêmica e historiográfica sobre as cidades, marcada pela reflexão crítica sobre os impactos da modernidade no cenário urbano. As análises destacam as ambiguidades dos processos de modernização no espaço urbano e seus reflexos na construção das identidades dos seus habitantes. Tais produções destacam, dentre outras reflexões, as transformações, resistências e permanências de práticas culturais de grupos distintos, que, em meio às transformações dos espaços justificadas pela entrada na modernidade, constroem relações distintas com a cidade. Assim, os grupos antes esquecidos pelas análises historiográficas, emergem como protagonistas das novas interpretações sobre a memória, o modo de viver e as práticas culturais dos habitantes que constroem e vivenciam os espaços da cidade.

Ao longo do século XX, no que se referem às políticas públicas, as favelas e seus moradores, foram tratados como um problema a ser resolvido, a partir da disseminação de uma imagem negativa desses espaços como o lugar do perigo, da violência, das epidemias, enfim, do atraso entendido como obstáculo para o progresso. As narrativas sobre esses espaços constroem as representações da “favela” e do “favelado”, associadas à ideia de anormalidade e marginalidade. Nesse sentido,

A denominação de favelado, originalmente qualificado de lugar geográfico, passou

a representar também um lugar social na pobreza, e morar na favela é sinônimo não apenas de ser pobre e pertencer ao mundo popular, mas também ao mundo dos problemas. Com a crescente difusão da ideia de favela como enclave ou “gueto”, como espaço social territorializado, parece reafirmada a ideia da pobreza que gera problemas. Um círculo vicioso que estigmatiza (VALLADARES; COELHO, 1995, p. 65).

Considerando as novas interpretações historiográficas relacionadas aos novos olhares acerca do patrimônio, é possível afirmar que, em meio às diversas remoções, às intervenções urbanas e à manutenção de condições precárias de existência, as favelas (re) significam suas referências culturais e formas tradicionais de associação no contexto da cidade, como parte da resistência a uma posição socialmente marginalizada (ARCANJO, 2018).

2 | O DIREITO À MEMÓRIA: CIDADES, HISTÓRIA, PATRIMÔNIO

Inaugurada em dezembro de 1897, o projeto do engenheiro Aarão Reis para a nova capital evidencia em seu traçado a segregação socioespacial. Na passagem do século, a política higienista, matriz ideológica que norteia práticas e discursos, adequava-se ao projeto político-econômico-social subjacente à consolidação da república no país. Em Minas, a capital deveria apresentar um planejamento urbanístico e arquitetônico digno de novos tempos e sua implantação foi marcada pelo completo desprezo pelo antigo arraial do Curral D’El Rey, cujo traçado – bem como parte de sua população – não se adequaria à modernidade materializada nos novos espaços urbanos.

A dimensão autoritária e conservadora do projeto modernizador republicano se fez perceber também na escolha do lugar para implantação da nova capital: se na vida política predominam formas de exclusão e de restrição à participação, só possível por meio de partidos oficiais e estaduais, as exigências acerca dos habitantes da nova cidade seguem a mesma proposta.

A setorização proposta por Aarão Reis é objeto de diversos estudos que abordam a fase inicial de construção da nova capital. Grande parte dessas discussões ressalta o caráter segregador do traçado proposto pelo engenheiro: a zona urbana, não seria destinada a todos os habitantes do Curral D’El Rey, nem àqueles que trabalharam na construção da cidade ou aos pobres em geral, mas aos funcionários transferidos da antiga capital Ouro Preto e aos antigos proprietários do Curral D’El Rey. A nova capital, às vésperas de sua inauguração, ainda guarda estreita relação com o passado, pois seus habitantes continuam rigidamente excluídos.

De acordo com o projeto elaborado com extremo rigor geométrico e científico, a cidade deveria se expandir a partir do centro em direção à periferia, do espaço central ordenado, moderno e dominante, para os espaços periféricos, dominados, do urbano para o suburbano. No entanto, foi a população excluída do espaço central que de fato

determinou a produção da cidade. Belo Horizonte cresceu, contrariando as medidas disciplinadoras do espaço, no sentido oposto, da periferia para o centro, fenômeno que se repetiu em inúmeras cidades planejadas no Brasil.

À luz das novas formas de se pensar a história e na esteira dos movimentos sociais que buscavam a redemocratização do país e o efetivo exercício direito de cidadania, abre-se novas possibilidades de pensar o patrimônio. As pressões pela participação de grupos excluídos dos processos decisórios transformaram o universo das políticas públicas. Os direitos conquistados de participação direta na gestão pública possibilitaram maior envolvimento dos atores em questões de ordens diversas, sejam elas sociais, políticas ou ambientais, expressas na Constituição de 1988, que enfatiza o conceito de Patrimônio Cultural e assegura o direito à cultura,

essa prática social tão abrangente que atravessa todas as demais. Para a maioria dos brasileiros o direito à memória caminha junto com o despertar político... A preservação de sítios e monumentos do passado, tornados presentes pelo instrumento do tombamento, faz parte das reivindicações dos movimentos sociais (MONTE MÓR *et al*, 1995, p. 5).

Nesse sentido, o patrimônio passa a ocupar um papel central na reflexão não somente sobre a cultura, mas também se entrelaça com o planejamento urbano e do meio ambiente. O direito à memória, pauta de reivindicações dos movimentos sociais, se contrapõe às primeiras interpretações do patrimônio, relacionado à nação e à compreensão dos conjuntos urbanos e das cidades como “expressão estética, visualizados de acordo com os critérios estilísticos”, valorizando os “monumentos arquitetônicos” e a noção de “cidade monumento” (CASTRIOTA, 2009). Nesse sentido, a partir da ampliação do conceito,

o patrimônio foi deixando de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado. Ultrapassam-se a monumentalidade, a excepcionalidade e mesmo a materialidade como parâmetros de proteção, para abranger o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade, porém, sem abrir mão de continuar contemplando a preservação dos objetos de arte e monumentos eleitos ao longo de tantos anos de trabalho como merecedores da especial proteção. Passa-se a valorizar não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção (SANTOS, 2001, p. 44).

Na década de 1990, em consonância com as reivindicações daqueles que se percebem como sujeitos de direitos, a compreensão do patrimônio urbano e cultural, passa a ser pensado de forma mais ampliada, e tem como objetivo orientar um planejamento cuidadoso que deve considerar as identidades nos seus diversos aspectos: econômicos, sociológicos, arquitetônicos, históricos. Nesse sentido, para compreender as novas interpretações sobre o patrimônio se faz necessária uma abordagem acerca da atuação do poder público no campo que envolve não apenas as políticas culturais, mas também aquelas destinadas ao espaço urbano.

No campo da história, as análises macroeconômicas se associam às relações interpessoais entre indivíduos, grupos e classes e tomam como referência as vivências, memórias e representações. As pesquisas e temas passam a contemplar novos sujeitos históricos a partir de diversas fontes a partir das quais se busca compreender as diversas intencionalidades, discursos e representações. As ciências humanas procuram dar voz àqueles que foram silenciados: a participação e as culturas de pessoas anônimas passaram a ser registrados como história.

As mudanças nos estudos históricos no Brasil compreendem uma mudança que, para além das abordagens marxistas privilegia as dimensões cotidianas, vivências sociais e culturais. Essas novas interpretações constroem uma nova visão acerca do patrimônio, que se constitui agora como lugar de memória social, campo de conflito simbólico da sociedade, travado no jogo entre memória e esquecimento, historicamente vencido pelos grupos que podem impor sua memória a toda uma sociedade.

Ao pensar sobre a “estrutura social da memória”, Halbwachs (2006) afirma que, as memórias são construídas por grupos sociais: os indivíduos se lembram, mas são os grupos sociais que definem o que é memorável, e a forma como será lembrado. A memória possibilita a combinação entre o individual e o coletivo, uma vez que os fatos registrados permitem uma leitura e apropriação pessoal, ainda que sempre apoiada em referenciais coletivos. Assim, a memória coletiva compreende as individuais, mas não se confunde com elas. Segundo o autor,

Haveria, portanto motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. À primeira caberia ajuda da segunda, já que, afinal de contas, a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresenta dele um panorama bem mais contínuo e mais denso (HALBWACHS, 2006, p. 160).

A memória coletiva pode ser definida como um conjunto de lembranças socialmente construídas: por meio dela os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo e se lembram até mesmo do que não viveram diretamente. A conexão entre passado pessoal e memória coletiva determina uma identidade sustentada pela lembrança de tempos passados, que estabelece um vínculo comum aos grupos que compõe a sociedade. A memória coletiva define, portanto, um sentimento de pertencimento, elemento constituinte de uma identidade social.

Na modernidade a memória coletiva transmitida pela tradição oral típica das sociedades tradicionais cedeu lugar à memória oficial, registrada e documentada, produzida por especialistas detentores das técnicas e da autoridade de articular os enunciados sobre o passado. Para Le Goff (2003), “A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas

pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”.

Segundo Nora (1995) a memória é vida, sempre carregada por grupos viventes e, desse modo, em permanente transformação. Assim, está aberta à lembrança e ao esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações; é um fenômeno sempre atual, um elo no eterno presente e pertence a um grupo que ela une: é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

Nas sociedades modernas, a acentuação da vida coletiva e a crescente valorização do individualismo geraram a desagregação dos laços de continuidade. Como mecanismo de compensação das perdas, surgiu a necessidade da criação de “lugares de memória” cuja função seria preservar as memórias coletivas, antes geridas pelos próprios grupos sociais (NORA, 1995).

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levantar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1995, p. 8).

Memória e história, longe de serem sinônimos, guardam oposições. Memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, desse modo, sempre em permanente evolução, aberta à lembrança e ao esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações. Ao contrário, história é sempre reconstrução problemática e incompleta do que não mais existe. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo no eterno presente; a história, representação do passado. A memória pertence a um grupo que ela une: é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1995). Segundo Motta (2013),

Memória e História são formas distintas de representação do passado, sem que se possa considerar uma superior à outra. A distinção está no fato da História operar com procedimentos científicos, um método, a crítica das fontes e a busca de evidências as mais amplas e diversificadas. O historiador deve desconfiar das suas fontes, inquiri-las em busca da verdade. Se o objetivo e a ambição da historiografia é a verdade, a Memória, por seu turno, tem como compromisso maior a fidelidade ao passado de que oferece testemunho (Motta, 2013, p. 61).

A memória social é portadora de historicidade, uma vez que as condições de construí-la são mutáveis: reflete as relações políticas, de possibilidades de exercício

de direitos que cada grupo exerce em determinado tempo. Nesse sentido, a memória social será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos grupos sociais e quanto mais mobilizar as identidades dos indivíduos.

As memórias, assim como as identidades e os lugares são construções em constante transformação, resultantes das ações e das interações entre os sujeitos. Nesse sentido, pensar as relações entre memória, identidade e lugar significa compreender que estas se estabelecem a partir de relações sociais que se desenvolvem em meio às lutas, negociações, conflitos e consensos entre os sujeitos.

Tomando como referência as novas fontes de pesquisa, que privilegiam diferentes escutas, o contexto de luta por direitos e conquistas de controle social que se consolidam na democratização das políticas culturais, os registros das histórias e memórias das favelas devem possuir como princípio norteador a inclusão, a socialização e a democratização, sendo constituídos a partir da afirmação e resistência de distintos grupos sociais. Para tanto, a adoção da metodologia da história oral permite trazer à luz as histórias de vida de sujeitos de distintas origens e culturas, que atribuem diversos sentidos aos lugares e aos objetos.

3 | A PEDREIRA PRADO LOPES: MEMÓRIA E HISTÓRIA

A Pedreira Prado Lopes é a favela de ocupação mais antiga do município de Belo Horizonte. A área onde se localiza foi ocupada por volta de 1910 por pessoas que vieram de várias regiões de Minas e até mesmo de outros estados, atraídas por promessas de prosperidade e oportunidades de trabalho que, na ocasião, surgiam juntamente com a construção planejada de Belo Horizonte. Seus primeiros moradores foram, portanto, trabalhadores que construíram a nova capital. Segundo registros da PBH, o nome dado à ocupação remete, em primeiro lugar, à família Prado Lopes, que era proprietária de vários terrenos naquela área, na qual existiam pedreiras que forneceram matéria prima para a construção da cidade: “No início das obras de Belo Horizonte, o então engenheiro Antônio Prado Lopes Pereira, de 1ª classe da comissão construtora da capital, 3ª divisão, já explorava o local para dali retirar pedras e usá-las na edificação de casas da cidade” (RIBEIRO, 2001, p. 57).

A origem da Pedreira Prado Lopes não se difere da origem das demais favelas da cidade, que remontam à fase de construção da cidade, que ainda em 1985, dois anos antes de sua inauguração, já apresentava duas áreas ocupadas que abrigavam aproximadamente 3000 pessoas:

Como se sabe, esta foi a origem das primeiras favelas da cidade. Belo Horizonte era uma capital destinada às classes média e alta, não possuindo local para a instalação das pessoas de baixa renda que vinham do interior atrás de condições melhores de vida, seja saúde, emprego, educação, água e luz, ou para os que serviram de mão-de-obra na capital. Restava a elas a invasão de áreas públicas ou particulares, onde surgiram as primeiras vilas e favelas. A Pedreira não fugiu a esta regra, pois as pessoas que nela se instalaram não encontraram nada do que vieram

procurar. No início de sua existência, ela não possuía nenhuma infraestrutura. Não havia água, luz, esgoto, calçamento. As casas não eram ainda de alvenaria, mas de adobe, madeira, latão. Os moradores conseguiam água através de cisternas e minas, usavam fossas e lamparinas (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, 1997).

A ocupação da Pedreira guarda estreita relação com as demais favelas surgidas no início da cidade de Belo Horizonte. De acordo com Guimarães (1992), inicialmente o poder público não demonstrou preocupação com as invasões e sim com a garantia da mão de obra necessária para a construção da cidade. Nessa perspectiva, além de não impedir que a ocupação de determinadas áreas, estimulou-as, especialmente em locais próximos aos canteiros de obras. Ao perceber o agravamento da questão, a Prefeitura estabeleceu normas que definiam, em 1902, um local para a moradia do trabalhador localizada na área central da cidade – a Área Operária – e promove a primeira remoção das favelas da história da cidade.

A solução encontrada pelo poder público se mostrou insuficiente, em função do grande fluxo da população em direção à área reduzida, o que resultou em novas “invasões”, e principalmente devido à presença dos pobres nas áreas previstas para ocupação dos grupos mais abastados, evidenciando o caráter segregacionista do projeto para a nova capital materializado na ocupação do solo. Assim, às elites estava destinada a área central da cidade, denominada “Zona urbana”, caracterizada pelos altos preços dos terrenos devido à especulação imobiliária e exigências para a construção e conservação das casas; aos pobres e trabalhadores, a “Zona suburbana”, a periferia, ocupada desordenadamente.

O surgimento de cafuas (casas de barro cobertas de capim) e barracos (casas de tábuas, cobertas com capim ou zinco) subverteu o projeto da nova capital que previa a expansão do espaço central ordenado, moderno e dominante, para os espaços periféricos, dominados, do urbano para o suburbano: a cidade cresceu no sentido oposto, sendo a população excluída do espaço central que de fato determinou a produção da cidade. Assim, a intenção dos idealizadores de exercer estrito controle sobre o espaço foi subvertida pela força do mercado imobiliário e pelos demais agentes que moldam a cidade, o que não eram particularidades da cidade planejada e refletiam a forma de tratar a questão habitacional no país.

A imagem da Pedreira, semelhante à de outras favelas da capital, é marcada, ao longo de sua história, pelo estigma da criminalidade, ilegalidade e violência, sendo reproduzida por grande parte dos moradores da cidade. Em meio aos discursos que destacam a degradação e a precariedade dos espaços urbanos, é possível redefinir e ampliar, tomando como referência as recentes preocupações da historiografia em retomar temas, experiências e temporalidades antes esquecidos, as possibilidades de análises sobre a cidade. Assim, as transformações na historiografia se relacionam com novas formas de pensar as cidades e as relações que se desenvolvem em seus espaços, necessárias em um tempo marcado pela aceleração e destruição, em

contraste com outros tempos, das permanências, da continuidade e da memória.

Os estudos sobre as cidades passaram por significativas mudanças em função da aceleração de suas próprias transformações. Maria Izilda de Matos (2002), ao pensar as relações entre historiografia e cidade, percebe um conjunto de tendências que orienta as análises: ao final do século XIX e início do XX, a questão higiênico-sanitarista se constituiu tema constante dos estudos sobre as cidades. Buscava-se, assim, dar ao espaço uma qualidade universal e manipulável, através da “racionalidade e objetividade” da ciência, com o intuito de conduzir a luta contra o arcaico pela “ordem e progresso”, em consonância ao desejo de “ser moderno”. Nesse processo, a problemática da cidade foi perpassada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania, sendo reconhecida como palco de tensões sociais.

Os discursos oficiais prevalecem em grande parte das análises que, ao apresentar modelos e planos tinham como objetivo corrigir e estigmatizar as experiências urbanas, bem como os grupos sociais. Essa dimensão pode ser percebida nos discursos proferidos à época da inauguração da nova capital de Minas Gerais, concebida sob os preceitos modernizadores e higienistas vigentes no período. Os habitantes do antigo Curral Del Rey, lugar escolhido para abrigar a nova capital, são vistos como um problema a ser resolvido, ou melhor, removido. Segundo Alfredo Camarate, um cronista republicano,

O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo, que é magnífica (CAMARATE *apud* ASSIS, 1995: 9).

Contemporaneamente, percebe-se no cotidiano das cidades as tensões que emergem vivenciadas de forma fragmentada e diversificada de seus habitantes, permitindo entrever, na contramão das representações construídas pelos estudos acadêmicos, técnicos e nas fontes oficiais, a diversidade urbana (MATOS, 2002).

Para captar as sutilezas dos territórios, é necessário, além da escuta daqueles que vivenciam e constroem os espaços, a compreensão das representações construídas pelos documentos e discursos oficiais. Nesse sentido, a apreensão da terminologia adotada para se referir aos lugares constitui-se referência para a percepção dessas construções: o uso da expressão “invasão de áreas públicas”, presente nos documentos oficiais, naturalizada e incorporada por parte dos habitantes das cidades na atualidade, permite pensar acerca da imagem construída sobre aqueles que não possuíam – e ainda não possuem – o direito à cidade. A expressão reforça o estigma da ilegalidade, e justifica, em grande parte as intervenções “modernizadoras”.

Cabe ressaltar que uma grande pauta de luta e linha de resistência dos movimentos sociais atuais está na defesa do termo ocupação em contraposição a terminologia

invasão. De acordo com os atores sociais presentes nos movimentos, ocupação é a forma mais legítima de defender quem luta por direito à cidade, já que é carregado de sentido político (SANTOS; MAYORGA, 2017).

Da mesma forma, mesmo existentes em diferentes lugares, contando com diferentes tipos de equipamentos urbanos, características socioambientais distintas e apresentando grande diversidade em relação à forma de ocupação e modo de vida dos seus moradores, as favelas possuem uma representação homogeneizada, construída grande parte das vezes pelas ausências. Nesse sentido, as favelas são percebidas pelos gestores, pelos investidores privados e até mesmo pelas organizações sociais, como categoria “universal”. Como consequência, a prevenção da violência e a ilegalidade constituem grande parte dos discursos que orientam e justificam as intervenções (SILVA, 2009).

Na “cidade-memória” (Matos, 2002), construção que abriga inúmeras percepções, modos de viver e de conceber espaços, destaca-se a noção de territorialidade, lugares que, para além da existência material, se transformam, aos olhos do pesquisador, em espaços de sociabilidades. A cidade não é apenas um território formado por ruas, casas, bairros, pessoas, grupos e instituições sociais, é um espaço simbólico, porque molda coercitivamente os hábitos e costumes do cotidiano que, por sua vez, permite a estruturação comunitária e a construção de territórios (MAFFESOLI, 1994).

Nesse sentido, os becos e as ruas das favelas, espaços de grande adensamento, sobre os quais as edificações se expandem, ocupam os espaços possíveis, se encostando e se sobrepondo às demais construções, conformam os espaços públicos, e apresentam diferentes apropriações: espaço de passagem, da atividade doméstica, das brincadeiras das crianças, enfim, do encontro.

Nos becos e ruas das favelas, a precariedade dos espaços de permanência, se comparados aos espaços urbanizados das cidades, revelam distintas apropriações do espaço e das relações nele estabelecidas: constituem a sociabilidade e definem a construção de um território, que, mais que um espaço social, exprime uma representação física, afetiva e política do processo de apropriação. Segundo Maffesoli (2001, p. 87),

os menores gestos da vida cotidiana, (...) todos esses “pequenos nada” que materializam a existência e que a inscrevem num lugar são, na verdade, fatores de socialidade. Podemos mesmo dizer que, através de seu aspecto anódino, eles produzem sua intensidade.

A pesquisa realizada por Núbia Ribeiro (2001), revelou a história e a memória da Pedreira Prado Lopes. O trabalho, realizado por meio de documentos oficiais e entrevistas com os moradores, revelou aspectos desconhecidos pela história oficial abordando aspectos relativos aos problemas das favelas e aos seus moradores, temas como o espaço urbano, as relações sociais, a espoliação espacial, exploração e segregação do espaço, assuntos que tomam como referência os estudos marxistas que tratam das contradições da formação capitalista do espaço. No encontro da história

social e das contribuições da teoria marxista, a história e a memória da Pedreira emergiram na história da cidade, revelaram, contrariando as narrativas construídas pela história oficial que definiam aquele espaço como o lugar da violência, da ilegalidade, carência, do atraso, as distintas formas de apropriação dos espaços, sociabilidades, dos jeitos de viver como parte da resistência a uma condição marginalizada.

A Pedreira Prado Lopes é predominantemente residencial, e possui serviços coletivos internos e no seu entorno, tais como escolas, igrejas, centro de saúde e comercial, bem como pequenos comércios como bares e vendas, muitas vezes ocupando parte da residência. Seus espaços estão em constante transformação, seja em função das vivências cotidianas, ou pelas inúmeras intervenções realizadas e ainda em curso pelo poder público. Ao longo dos últimos anos foram realizadas diversas obras na Pedreira Prado Lopes. Nesse sentido, retomar a história da Pedreira a partir das intervenções sofridas nos últimos anos, possibilita pensar as novas formas de sociabilidade e apropriação de seus espaços mediante as transformações realizadas pelos programas de urbanização de vilas e favelas. Compreender as relações estabelecidas entre novos e antigos moradores, entre os moradores, o poder público e o terceiro setor, permitem captar, à luz das transformações realizadas dos espaços, as novas dinâmicas culturais do lugar.

Em contextos sociais urbanos é possível apreender duas formas de atribuição de sentido à identidade cultural de um bairro. Uma delas advém do exterior, em especial, instituições como a mídia, e apresenta usualmente concepções reificantes, redutoras. Já a outra é produzida, sobretudo no interior do bairro, moldada a partir das experiências de vida do cotidiano local. Ou seja, essa segunda forma de pensar a identidade do bairro:

Acompanha a experiência dos episódios de interação ali diariamente repetidos, a inserção nas redes sociais que atravessam o bairro, os modos de vida nele estabelecidos, as socializações localmente experimentadas, as práticas culturais produzidas e partilhadas nesse quadro específico de relacionamento social. Tudo isso redobrado da geração continuada, entre a população local, tanto de representações simbólicas do bairro como entidade distinta, como de fortes sentimentos de pertencer a ele – isto é, de formas endógenas e vividas de identidade cultural (COSTA, 2002, p.26).

Compreender a percepção dos novos e antigos moradores permite captar, à luz das transformações realizadas nos espaços, os sentidos atribuídos àquele lugar. Para tanto é necessário, além da escuta daqueles que vivenciam e constroem os espaços, a compreensão das representações construídas pelos documentos e discursos oficiais. Tomando como referência os novos olhares acerca do patrimônio, por meio das narrativas de seus moradores, a Pedreira Prado Lopes, se constitui “lugar de memória”.

A imagem da Pedreira, tal como produzida pela imprensa e apropriada por grande parte da população da cidade é a da violência. A região na qual se insere possui

elevado índice de criminalidade e é, comumente, assunto de reportagens policiais. Os moradores discordam dessa generalização e enaltecem, dentre outras qualidades, a luta pela construção e permanência naquele lugar:

Quando a gente estava na luta forte mesmo pra tudo acontecer, o nosso lema pra poder tentar trabalhar com morador, era falar que ao invés de mudar da Pedreira a gente tinha que mudar a Pedreira, quer dizer, melhorar a Pedreira, né?... porque aqui é uma área central... Aqui nós estamos perto de tudo, a facilidade é muito grande. Qual bairro tem o que nós temos aqui? Não tem! Então isso favorece muito de querer ficar... às vezes você que ir embora, mas você pensa assim: Nossa... Quando eu for pra longe... tem que pegar ônibus, aquela coisa toda (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

As narrativas permitem entrever pessoas, lugares e objetos, referências culturais constituídas pelos moradores e que constituem o patrimônio da Pedreira. Sobre a formação da Pedreira, a moradora relata:

Pelo mais ou menos que eu entendo a Pedreira também foi quilombo... se você procurar pela história a Pedreira foi quilombo, porque a maioria no começo dela é negro e indígena. Só foi sendo popularizada mesmo pelo pessoal do interior, eu tenho que lembrar, eu esqueço o nome desse prefeito que prometeu casa pro pessoal do interior que vieram pra cá com a intenção de ganhar casa... pra não ganhar nada, “né” (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018)?

A moradora em sua fala estabelece relação entre os quilombos – espaços de resistência, negociação, rejeição e convivência durante o período colonial, e a favela, espaço constituído por grupos também marginalizados e de luta cotidiana pela sobrevivência que se inicia, antes de tudo, pela permanência naquele lugar. Na tessitura da narrativa, a moradora constrói uma memória do espaço como lugar de resistência e rompe o sentido de linearidade na história por meio da memória, que permanece e se atualiza. A memória do quilombo permite estabelecer um vínculo comum com os grupos com os quais se identifica. Desse modo, a memória coletiva, reconhecida como narrativa legítima do passado, atua como elemento constituinte de uma identidade social.

Diante da multiplicidade de identidades sociais e da coexistência de memórias concorrentes, os diferentes grupos sociais constroem diferentes visões sobre o que deve ser lembrado, e o motivo pelo qual algo se torna digno de memória. É o que Burke (2006) denomina, tomando como referência os conflitos na interpretação de textos, como “comunidades de memória” em distintas sociedades e questiona: “Quem quer que quem lembre o que e por quê? De quem é a versão registrada ou preservada?” (BURKE, 2006, p. 84). Ao ser perguntada sobre o que entende por patrimônio, a moradora responde:

Patrimônio é quando você é dono de alguma coisa, você tem alguma coisa... ou

que você ganha alguma coisa e passa a ser um patrimônio seu. O patrimônio da Pedreira é história dela, né?... é um patrimônio antigo. As pedras minha filha, serviram pra Belo Horizonte. E eu acho que muita coisa que acontece aqui acaba refletindo lá fora, e dentro do patrimônio dela tem os equipamentos públicos que estão aí dentro (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

Os moradores da Pedreira, ao longo das lutas por melhoria na qualidade de vida, acumularam histórias e memórias ao longo dos tempos, construídas sobre seus espaços. Segundo a entrevistada, morar na Pedreira

“Envolve tudo, né?... A gente tem o lado bom, o lado ruim, tem histórias, tem tudo aqui... Acho que ser morador da Pedreira não é ser morador de... que eu falo assim: nós somos morador do Alphavila e não Alphaville, né”? É interessante, porque é uma comunidade que é bem variada. E a gente tem de tudo aqui (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

Delgado (2006), ao dissertar acerca da pesquisa oral, destaca a multiplicidade dos movimentos da História se traduzem por mudanças lentas ou abruptas, por conservação de ordens sociais, políticas e econômicas e também por reações às transformações. Ao se tratar de uma pesquisa histórica, cujos objetivos se voltam para um grupo de pessoas, que foram excluídas das benesses do desenvolvimento social e cultural da capital, e que por esta razão, não tem ainda registros sistemáticos sobre suas origens e transformações, o uso da história oral se faz importante neste trabalho.

A perspectiva etnográfica a ser utilizada toma como referência Geertz (1989). Para o autor, a cultura compreende um conjunto unificado de sistemas, teias de significados. Assim, no campo de pesquisa, elementos como o mito, a arte, a escrita, a poesia, a religião, a comunicação, a moda e os próprios sujeitos conformam um conjunto complexo de significados. A etnografia é a compreensão da relação entre esses significados. A pesquisa etnográfica ocorre, assim, em dois momentos: um primeiro no qual o pesquisador faz descrições superficiais – sobre aquilo que presencia no seu contexto de pesquisa, e um segundo momento, a descrição densa, o encontro do que foi observado com as teias de significados por ele interpretadas.

No sentido atribuído por Geertz (1989), a descrição de culturas, com o objetivo de descrever analiticamente o processo, trata-se de estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, anotar, registrar e analisar. Buscando os diferentes significados atribuídos à Pedreira Prado Lopes de forma complexa e densa, mostrando os vários olhares daqueles que vivenciam e constroem seus espaços cotidianamente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeros são os desafios e dilemas impostos cotidianamente aos moradores da Pedreira: a memória social, tomada como forma de poder, não é construída sem conflitos. Espaço de disputas, escolhas e negociações, as narrativas sobre o território como espaço vivido, também refletem as relações políticas e as visões de mundo dos distintos sujeitos que a ele atribuem diversos significados. Tais desafios podem ser percebidos a partir da existência de vários grupos e associações locais, reveladores de distintas posturas em relação às expectativas para a Pedreira. Tais conflitos são inerentes e necessários para a construção de uma sociedade: é possível pensar que a memória social será tão mais expressiva quanto mais representar os significados do vivido pelos distintos grupos. Nesse sentido, a despeito dos conflitos e dilemas, por meio das experiências vividas cotidianamente, os sujeitos assumem o protagonismo das narrativas de suas memórias e se concebem como instrumento para a resistência e mudança social.

REFERÊNCIAS

ARCANJO, Loque. **Olhares sobre o bairro Lagoinha: educação patrimonial, imagens, cotidiano e memórias.** In: MIGLIORINI, Jeanine Mafra. (Org.). *Sítios históricos e centros urbanos.* 1ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018, v. 1, p. 16-27.

ASSIS, Eleonora Sad. **O plano de Belo Horizonte em fins de século XIX: O enunciado e o visível.** São Paulo: FAU/USP, 1995.

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural.** Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** SP: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COSTA, Antônio Firmino. **Identidades culturais urbanas em época de Globalização.** Rev. bras. Ci. Soc. v.17, n. 48, São Paulo, Fev., 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades.** 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIMARÃES, Berenice M.. **Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios.** Análise e Conjuntura FPJ, Belo Horizonte, v. 7, n 2 e 3, mai./dez., 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques [et al.]. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **O poder dos espaços de celebração.** Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, v.116, p.59-70, jan./mar. 1994.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente: por uma sociologia da vida cotidiana.** Natal: Argos, 2001.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. In: Projeto História (10). São Paulo: EDUC, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **História, Memória e as disputas pela representação do passado recente.** Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 56-70, janeiro-junho, 2013.

MONTE MOR, Roberto Luis de Melo. **Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento.** In: V Encontro Nacional da ANPUR, 1995, Belo Horizonte. *Anais do V Encontro Nacional da ANPUR*, 1995.

RIBEIRO, Núbia Braga *et al.* **Becos da memória, desenhos de cidadania. Pedreira Prado Lopes:** a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte, 2001.

SANTOS, Luana Carola; MAYORGA, Claudia. **Entre as fronteiras do morar e o direito de decidir: uma etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte.** *Revista de Direito da Cidade*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 233-275, jan. 2017.

SANTOS, Cecilia Rodrigues dos. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural.** *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.2, pp. 43-48.

SILVA, Jailson de Souza e. (Org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

URBEL – Companhia urbanizadora de Belo Horizonte. **Diagnóstico social**, 1997.

VALLADARES, Licia; COELHO, Magda. **Governabilidade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995. p. 65.

O CRESCIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

INSTRUMENTOS PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO

Monique Avelino Damaso

PUC/Minas

madikka@yahoo.com.br

Belo Horizonte/Minas Gerais

RESUMO: A criação de uma Lei nacional nos anos 2000 para a preservação do patrimônio imaterial fez com que se potencializasse um súbito crescimento de ações protetoras para estes bens nas instâncias estaduais e municipais. Gerando reconhecimento e apropriação maior da população com as questões patrimoniais, passando em muitos casos os próprios detentores do saber a procurar instituições públicas para a preservação de suas manifestações culturais.

O trabalho tem como objetivo mapear o crescimento das ações de proteção do patrimônio cultural imaterial no estado de Minas Gerais, dentro da política pública do ICMS Patrimônio Cultural, nos últimos 10 (dez anos).

Palavras-chave: Patrimônio imaterial; IPHAN; ICMS Patrimônio Cultural.

A política de proteção do patrimônio cultural no Brasil começou juntamente com a criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, através do Decreto-Lei 25 que além de instituir o

SPHAN (atual IPHAN) criou o Tombamento que era o mecanismo de proteção para o conceito de patrimônio vigente à época. A continuidade deste instrumento protetivo percorreu décadas mesmo o país passando por instabilidades institucionais e políticas.

A visão modernista de proteção do patrimônio vingou décadas onde se priorizava inicialmente a proteção das edificações coloniais cujo o tombamento abarcou edificações e conjuntos nos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

As primeiras concepções destoantes desta lógica começaram a vigorar no fim do século XX. Com a chegada de Aloisio Magalhães à Presidência do IPHAN, na década de 1970, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que tinha por objetivo analisar a dinâmica cultural brasileira, foi responsável pelos primeiros projetos com vistas a valorização do artesanato brasileiro, levantamentos socioculturais, levantamento da documentação sobre o Brasil, história da ciência da tecnologia no Brasil. Em 1979 foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) fusão entre o CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural) e o IPHAN.

Além de ter ocorrido na década de 1970 a criação das instâncias estaduais e municipais

de órgãos que regulamentam o patrimônio cultural.

Todas essas iniciativas foram precursoras para a mudança na concepção de salvaguarda do IPHAN que passou a tecer olhares para arquitetura eclética, industrial e mais fortemente para as práticas populares.

Na década de 1980, o IPHAN, aumentou significativamente a proteção de bens arquitetônicos em estilo eclético, o que durante décadas não era bem visto por Lúcio Costa. Ocorreram tombamentos em Recife (Faculdade de Direito), Palácio de Manguinhos no Rio de Janeiro. Na mesma época muitas edificações vinculadas ao período industrial que fazem parte da denominada “arquitetura do ferro” foram tombadas sobretudo em Porto Alegre e Manaus.

A década de 1980 foi precursora no processo de salvaguarda das práticas populares, pelo IPHAN com o tombamento da coleção de ex-votos do Santuário de Congonhas (1981), o Presépio do Pípiripau (1984), em Belo Horizonte. O tombamento do primeiro terreiro de práticas religiosas afro-brasileiras Terreiro da Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká (1986), em Salvador, indica uma ampliação do conceito de patrimônio em curso desde a inserção do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural).

Aproximação do campo do patrimônio com a antropologia, ocorrida nesta década, decorreu uma nova noção de patrimônio que passou a considerar as manifestações coletivas, os saberes e formas de expressão, praticas marcantes de determinados grupos sociais e fortemente ligados a ideia de identidade.

Segundo o historiador Paulo César Garcez Marins, o registro do patrimônio imaterial ficou com a tarefa de olhar o frágil, o rústico, o improvisado e o instável, características opostas às noções de ancianidade, monumentalidade e originalidade que sempre pautaram o IPHAN. (2016, 14-28)

O final do século XX trouxe grandes marcos históricos para o Brasil. Esta fase da trajetória do IPHAN pode ser compreendida como redirecionamento conceitual e político do órgão em função das próprias expectativas políticas democráticas as quais estava em curso no Brasil.

O processo de redemocratização do país mobilizou grandes discussões em torno das ações de direitos sociais, culturais e políticos. A constituição de 1988 estabeleceu-se como resultado desses embates trazendo novos entendimentos sobre o patrimônio cultural que desde a criação do IPHAN, em 1937, não havia angariado muitas mudanças nas ações protetivas do instituto, a não ser as pequenas difrações mencionadas anteriormente. Desde a década de 1930 o instituto esteve fortemente ligado a proteção do patrimônio edificado.

A Constituição de 1988 trouxe em seu artigo 215 a garantia de acesso pleno as práticas culturais:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das

manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional.

Além da Constituição dedicar pela primeira vez após 50 (cinquenta) anos de existência do Decreto-Lei 25 um artigo exclusivo às práticas de tutela do patrimônio cultural de natureza imaterial como podemos observar no artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Os artigos 215 e 216 promoveram importante atualização conceitual assim como potencializou a prática de medidas já existentes. A instituição do Registro e do inventário pode ser vista como amadurecimento dessas políticas patrimoniais.

No entanto, mesmo a constituição estando em vigor não foi garantia da efervescência das práticas de proteção e salvaguarda do patrimônio intangível. “Em 1989, quando a UNESCO promoveu a Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, poucos Estados Membros se interessaram para a sua aplicação” (Castriota, 2009, pag 207). Fato este se deve à crise institucional e política que se instalou no país no princípio dos anos de 1990, inclusive com o fechamento do IPHAN.

Mas segundo o arquiteto e professor Leonardo Castriota, foi também na década de 1990 que as discussões tomaram corpo novamente quando a emergência de numerosos grupos étnicos que procuravam sua identidade em suas culturas tradicionais, as comemorações do 5º Centenário do Descobrimento das Américas e a expansão da economia de mercado mundial e o progresso das comunicações e tecnologias de informação. No processo de globalização parecem ser retomados as

questões de identidades culturais locais. (2009, 207-208)

Tais ocorrências tornaram-se efetivas com a promulgação do Decreto nacional 3551 de 2000 que regulamenta o registro de bens de natureza imaterial, medida que antecedeu a criação de lei de proteção do patrimônio imaterial pela Unesco ratificada em 2003 na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura realizada em Paris e, que passou a vigorar no Brasil em 2006.

A partir da conferência pode-se afirmar que “os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda.” Mas “consciente da vontade universal e da preocupação comum de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial da humanidade”. “Reconhecendo que as comunidades, em especial as indígenas, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham um importante papel na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana”. (IPHAN)

A conferência potencializou e reforçou a necessidade de salvaguarda dos bens culturais intangíveis visto que os processos de hibridação cultural como nos lembra Nestor Canclini são processos incessantes, variados, e que levam a relativizar a noção de identidade. Embora ele considere que a globalização desempenha certo fator importante uma vez que possibilita o acesso destes grupos ao sistema de mídia e de difusão das suas culturas. (2015, 22-23). Com isso faz-se necessário a inserção de política de proteção e salvaguarda destes bens.

Assim a instituição do Decreto 3551/2000 propõe o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Registro de Bens Culturais a serem inscritos nos livros: Livro do Registro dos Saberes, Livro de Registro de Celebração, Livro de Registro de Formas de Expressão, Livro de Registro das Formas de Expressão, e o Livro de Registro de Lugares.

As primeiras manifestações culturais intangíveis a serem protegidas no Brasil após a instituição do Decreto 3551/2000 foram as formas de expressão Kusiwa – Linguagem e Arte gráfica de Wajâpi em 2002, dentro dos saberes o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras em 2002, como formas de expressão o Samba de roda do Recôncavo Baiano em 2004, na categoria de lugares a Feira de Caruaru em 2004, dentro das celebrações o Círio de Nossa Senhora do Nazaré em 2005, saberes o Modo de fazer Viola de concho em 2005, dentro dos saberes o ofício das baianas do acarajé em 2005, saberes o jongo do sudeste em 2005, lugares a Cachoeira do Iauaretê em 2006, formas de expressão o frevo em 2006, formas de expressão o samba do Rio de Janeiro em 2006, formas de expressão o Tambor de Crioula do Maranhão em 2007, saberes o Modo artesanal de fazer Queijo Minas, nas regiões do Serro, e das Serras da Canastra e do Salitre no ano de 2008, saberes o Registro da Capoeira e o Ofício dos mestres

de capoeira em 2008, formas de expressão o Modo de fazer renda irlandesa no ano de 2009, saberes o Ofício de Sineiro também em 2009, formas de expressão o Toque dos Sinos em Minas Gerais tendo como referência São João del Rey e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes em 2009, celebrações a Festa de Sant'Anna do Caicó em 2010, dentro das celebrações a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis no ano de 2010, celebrações o Ritual Yaokwa do povo indígena Enawene Nawe em 2010, saberes o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no ano de 2010, Celebrações o Complexo Cultural do Bumba meu boi em 2011, formas de expressão o Fandango Caiçara no ano de 2012, formas de expressão o Ritxokó: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá em 2012, saberes o Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá no ano de 2012, celebrações a Festa do Divino de Paraty em 2013, celebrações a Festa do Senhor Bom Jesus no ano de 2013.

É fundamental pontuar que a maioria destes bens imateriais registrados desde 2002 estão enraizados nos tempos coloniais do império. A Carta Magna de 1988 evitou traçar uma identidade nacional única abrindo as portas para as práticas culturais diversas, entretanto, colocando em evidência as práticas ligadas as raízes indígenas e afro-brasileiras. Essa evidência é mais significativa nos processos de registro do que nos tombamentos, já que estes geralmente estão mais vinculados a cultura erudita. É importante salientar que os tombamentos, na maioria dos casos, não levam em consideração os marcos materiais em que estão presentes os legados africanos e/ou indígenas.

É necessário reiterar que devido ao caráter dinâmico destas práticas culturais, a legislação prevê que os bens registrados devem ser revistos pelos institutos de patrimônio no período de dez em dez anos, uma vez detectada a não continuidade deste como bem cultural imaterial deve-se considera-lo “referência cultural de seu tempo”. (Catriota, 2009, 207-208)

Os avanços quanto a proteção destes bens se tornaram constantes nos últimos anos como podemos analisar no gráfico:

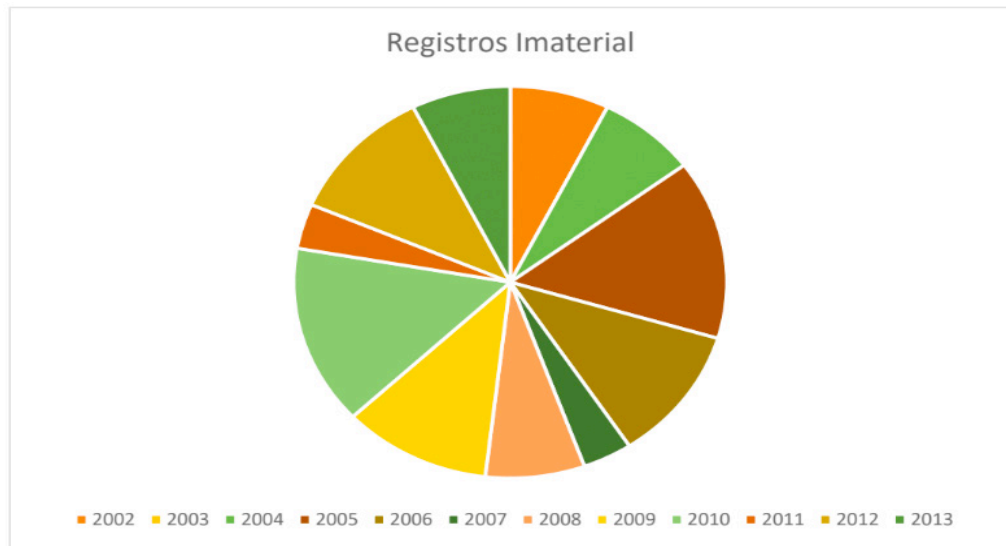


Gráfico 1 – Apresenta a quantidade de bens registrados de 2002 a 2013, segundo dados do coletados na página virtual do IPHAN.



Gráfico 2 – Categorias de bens registrados de 2002 a 2013, segundo dados do coletados na página virtual do IPHAN.

A análise dos processos de Registro instituídos pelo IPHAN nos mostra que há constante ação destes registros, no entanto, não há um crescimento uniforme e gradativo dessas ações de proteção entre os anos 2002 a 2013, conforme apresentação do gráfico 1.

No gráfico 2 temos mais expressivamente as categorias que tiveram maior número de processos de registros, entre o período de 2002 a 2013. Nota-se que há número ascendente de Registros associados à grupos (celebrações, formas de expressão e saberes) e em menor número os Registros de Lugares, ligados à espacialidade.

AÇÕES DO PATRIMÔNIO IMATERIAL EM MINAS GERAIS

Em Minas Gerais, a lei que institui o patrimônio cultural imaterial é datada de

2002 através do Decreto 42505 que:

Institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam instituídas as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural de Minas Gerais.

§ 1º - O registro dos bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural mineiro será efetuado em quatro livros, a saber:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º - Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural mineiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo anterior.

Art. 2º - A instauração do processo de registro de bens culturais de natureza imaterial cabe, além dos órgãos e entidades públicas da área cultural, a qualquer cidadão, sociedade ou associação civil.

Art. 3º - As propostas de registro, instruídas com documentação pertinente, serão dirigidas ao Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG.

Instituída a legislação estadual o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) registrou no primeiro ano dentro do Livro dos Saberes o Modo de fazer queijo do Serro. Dentre os bens registrados pelo instituto desde a criação da lei estão inscritos no livro das celebrações a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos de Chapada do Norte no ano de 2013, ainda no livro de celebrações a Festa de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade dos Arturos em 2014, nos livros das formas de expressão e no livro das celebrações as Folias de Minas em 2017 e o Modo de fazer e tocar Viola em Minas, processo ao qual se encontra em curso.

A valorização do patrimônio cultural imaterial deixa mais evidente uma participação social mais intensa visto que muitas das práticas registradas pelo IEPHA são reconhecidas primeiramente pelos seus detentores que na maioria das vezes são os primeiros a detectar e contatar o órgão para a abertura de processo.

Dentro de todas as práticas imateriais que ocorrem no estado de Minas Gerais, podemos citar a proteção do patrimônio cultural imaterial dentro da política de pública do ICMS Patrimônio Cultural que é fomentada pelo IEPHA dentro da municipalidade através do retorno do ICMS.

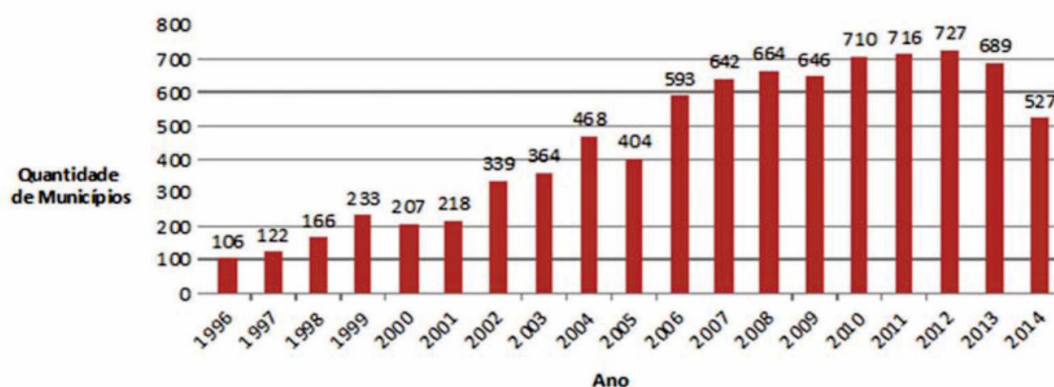
A lei nº 12.040 de 1995, conhecida como Lei Robin Hood foi criada no estado de Minas Gerais no contexto da descentralização administrativa e da autonomia

política e fiscal reafirmadas pela Constituição Federal do Brasil de 1988. “Em seu artigo 158, a Carta Magna prevê que os municípios detenham porcentagens devidas de receitas diversas, dentre elas, 25% “do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, denominado ICMS.” Essa receita municipal deve, segundo o mesmo artigo, ser creditada, conforme a “proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios”, correspondente a três quartos do montante, e o restante de acordo com o que dispuser a lei estadual ou do território. (Nolasco, 2015, pág. 8) Em Minas Gerais, a lei Robin Hood dispõe que da fração destes 25% sejam direcionados 1% dos recursos ao patrimônio cultural.

No ano 2009 a lei Robin Hood sofreu alterações com a implementação da Lei nº18.030, alguns critérios foram contemplados, como a inserção de Registros de Bens de natureza imaterial, educação patrimonial, criação do Fundo Municipal de Preservação do patrimônio Cultural.

No entanto, o percentual do critério patrimônio cultural manteve em 1% da receita do ICMS. Nesta lei, é possível observar uma maior valorização do patrimônio cultural em relação à primeira legislação, já que novos instrumentos de tutela do patrimônio são incorporados. Assim, o Registro é valorizado na nova norma, são exigidos ainda mecanismos mais eficazes para a preservação dos bens culturais, com a criação de um programa de educação patrimonial e implementação de um Fundo do Patrimônio Cultural.

A lei Robin Hood foi pioneira para a implementação política preservacionista a nível municipal. Constata-se que há uma adesão ascendente dos municípios desde a sua implementação no ano de 1996. Segundo Helaine Nolasco: a publicação do texto legislativo no final de 1995 não permitiu “tempo hábil para a elaboração da regulamentação das normas para a adesão dos Municípios” e a pontuação referente ao ano “foi atribuída automaticamente aos municípios que possuíam em seus territórios bens tombados nos âmbitos federal e estadual, visto que a Lei Robin Hood assegurava aquele critério”, o que resultou em 106 municípios contemplados, mas não necessariamente aderentes.



Pela análise do Gráfico 03, nota-se a crescente participação dos municípios mineiros à política cultural. Podemos observar que em alguns momentos há uma ligeira queda no número de municípios aderentes, associação recorrente de quatro em quatro anos, fator relacionado às mudanças de governo municipal. O que nos faz analisar a fragilidade das trocas nos mandatos políticos, que influenciam na aprovação e manutenção das políticas de preservação.

OS AVANÇOS DA PROTEÇÃO IMATERIAL

Embora a Lei de proteção imaterial tenha sido instituída pelo estado de Minas Gerais, em 2002. Esta medida protetiva entrou em vigor dentro da municipalidade, através do programa ICMS Patrimônio Cultural, em 2009, com a ratificação da Lei 18.030. É necessário destacar que há uma crescente evolução na proteção do patrimônio intangível, principalmente pelos municípios.

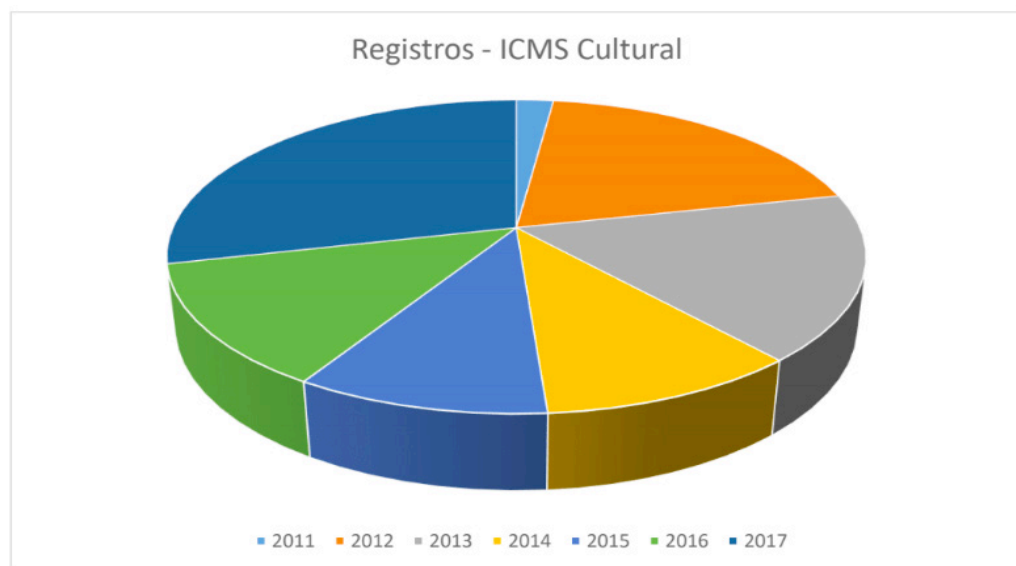


Gráfico 4 – Análise do percentual de bens registrados durante o período dos exercícios 2011 a 2017

A análise do Gráfico 04, nos permite constatar que há uma crescente demanda dos municípios na proteção do patrimônio imaterial. No entanto, percebe-se que há uma ascensão de 2011 até o ano de 2013. Em seguida, durante os anos de 2014 e 2015 há uma pequena redução e novamente uma acentuação no ano de 2017, quando 84 processos foram aceitos, alguns desde com ressalvas.

Podemos destacar que a ação de proteção dos bens imateriais dentro da política do ICMS Patrimônio Cultural tornou-se mais intensa nos últimos oito anos, potencializado pela própria legislação, visto que para o município obter maior pontuação e, pontuar a pasta referente ao Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural faz necessário investimento nestes bens. Sendo que os bens passíveis de investimentos oriundos do

Fundo devem ser bens inventariados e tombamentos, no caso de patrimônio material, e para bens imateriais passíveis de investimentos devem ser bens registrados.

CONCLUSÃO

Desde que o Governo Estadual implementou a Lei Robin Hood, houve um aumento das ações para proteção do patrimônio cultural em Minas Gerais. “A lei não apenas propiciou aos municípios que investem em ações de preservação e promoção do patrimônio um incremento orçamentário, como fez surgir uma demanda nesses mesmos municípios por profissionais capazes de interpretar e proteger esse patrimônio”. (Nolasco, 2015, 145)

O exemplo pioneiro e único de Minas Gerais, não acompanhado por nenhum outro estado da federação, possui inegável adesão dos municípios, o que demonstra a eficiência da legislação quanto a municipalização das políticas de preservação.

Segundo Karine de Arimatéia: com a promulgação da Lei Robin Hood, “municípios que sequer discutiam em suas agendas políticas de proteção ao patrimônio cultural se viram compelidos a repensar e pesquisar sobre o tema em função do recurso disponível para esse fim.” É importante observar que a partir dela houve a criação de inúmeros conselhos do Patrimônio, a conscientização sobre a importância da educação patrimonial como prevenção à descaracterização do patrimônio cultural e, o acúmulo de uma grande produção textual e arquivística sobre os vários municípios mineiros, dentre outros.

Além disso, a política preservacionista municipal possibilitou a inserção e reconhecimento turístico de municípios que anteriormente não figuravam no cenário do estado, passando a serem inclusos em circuitos que fazem a promoção do patrimônio ambiental, material e do imaterial (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares).

A lei contribui ainda para uma maior propagação e proteção do patrimônio intangível caracterizando regiões do estado como difusores de modo de fazer, formas de expressão. No entanto, podemos destacar que houve uma estagnação na política de proteção do patrimônio imaterial, relativo ao órgão regulador no estado de Minas - IEPHA, que não acompanhou o ascendente trabalho desempenhado no cenário nacional, haja visto que entre o período de 2002 até 2017, o IEPHA realizou apenas 4 (quatro) Registros de bens culturais, são eles: Modo de fazer queijo do Serro – 2002, Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos de Chapada do Norte – 2013, Festa de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade dos Arturos – 2014, Folias de Minas - 2017, estando o quinto bem, Modo de fazer e tocar Viola em Minas, com processo em curso.

A partir destes dados constata-se que a proteção do patrimônio cultural está fortemente ligada à vontade política, a liberação de recursos para as pesquisas e consequente incorporação de maior corpo técnico para o andamento e efetivação dos

trabalhos.

Alguns pontos devem ser destacados, dentro da política de municipalização do estado de Minas Gerais (ICMS Patrimônio Cultural) estes dados têm acompanhado o cenário nacional, onde há um crescente aumento ano a ano de bens Registrados ou em processo de Registro. Muito se deve a obrigação de aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, no entanto, verifica-se também uma maior participação dos detentores destes bens que tem procurado os órgãos de patrimônio para a salvaguarda de suas práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CANCLINI. Nestor, Garcia. **Culturas híbridas**. Edusp. 2015

CASTRIOTA, Leonardo, **O registro cultural e os desafios do patrimônio imaterial**. Ed. Annablume

CONEP 01/2016. **Deliberação Normativa**. Disponível em www.iepha.mg.gov.br acessado em junho de 2017.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. **Do material ao imaterial: patrimônios culturais do Brasil**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2014

CURY, Isabella (org). **Cartas Patrimoniais**. Brasília: Iphan, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2002.

GONÇALVES. José Reginaldo Santos. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As culturas como patrimônios**; Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano11, nº23, p.15-23, jan/jun 2005

MARINS. Paulo C_G_ **Novos patrimônios de um novo Brasil**. Estudos Históricas. Rio de Janeiro. 2016

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: SUTTI, Weber (coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39.

MINAS GERAIS. **Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, e dá outras providências**.

MINAS GERAIS. **Lei nº 12.428, de 27 de dezembro de 1996, que altera a Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, e dá outras providências**.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios**.

NOLASCO, Helaine. **Vinte anos da Lei Robin Hood: Um balanço da proteção do patrimônio cultural em Minas Gerais.** Revista E-hum. 2015, p. 132-146.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade- atração: a norma de preservação de centros históricos no Brasil dos anos 90.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – UFBA, Salvador, 2004.

FESTA DE SANTA CRUZ EM OURO PRETO A TRADIÇÃO CULTURAL COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA COMUNIDADE

Letícia Campos Figueiras

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
Juiz de Fora – MG

Fabiana Mendes Tavares Jacques

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
Juiz de Fora – MG

RESUMO: O artigo tem como objetivo apresentar as relações da comunidade do Bairro Antônio Dias, em Ouro Preto – MG, com a Festa de Santa Cruz, tradição de raízes portuguesas ativa desde 1735, visando ratificar a relação entre indivíduo, comunidade, arquitetura e cidade, apontando a manifestação cultural estudada como importante bem imaterial com suporte no espaço urbano. O estudo baseia-se em pesquisas históricas, sociais e urbanas, apresentando uma breve contextualização histórica da cidade de Ouro Preto e da Festa de Santa Cruz. Seguida de uma descrição de como é realizada atualmente e como ocorre a relação com o lugar, bens móveis e integrados e a identificação de seus agentes realizadores e multiplicadores. A comemoração ocorre por um período de três dias, com um conteúdo que abrange o enfeite de cruces de madeira, a ornamentação do cruzeiro presente na Ponte do Antônio Dias, procissões, missa em devoção e

festas. As comemorações diárias são compostas por manifestações culturais do bairro, shows e barracas. Trazendo o autoconhecimento para a comunidade, como pertencente e parte viva de seu patrimônio cultural, busca-se reafirmar a tradição a partir de seu legado cultural, incentivando e garantindo a continuidade da passagem entre gerações. A Festa da Santa Cruz vem perdendo força com passar de seus 283 anos, acarretando na diminuição gradativa de participantes ativos. Através da aproximação do indivíduo e cidade, torna-se possível incentivar e promover a educação patrimonial de forma efetiva. Propõe-se formas de melhor aproximar indivíduo, memória e sítio histórico através de sua rica identidade única e intransferível.

PALAVRAS-CHAVE: Festa da Santa Cruz; Ouro Preto; Patrimônio Imaterial; Preservação.

ABSTRACT: The paper has as objective to show the relationship of the community of the Antônio Dias neighborhood, in Ouro Preto – MG, with the Festival of Santa Cruz, tradition with Portuguese roots active since 1735, aiming to ratify the relationship between individual, community, architecture and the city, appointing the studied cultural manifestation as an important intangible asset with support in the urban space. The study is based on historical, social and urban research, presenting a brief

historical contextualisation of the city of Ouro Preto and the Festival of Santa Cruz. Followed by a description of how it is carried out today and how the relationship with the place, mobile and integrated goods occurs and the identification of its agents and multipliers. The celebration takes place over the period of three days, with a content that includes the decoration of wooden crosses, the ornamentation of the cross of the Antônio Dias Bridge, processions, mass in devotion and parties. The daily celebrations are composed of cultural manifestations of the neighborhood, concerts and tents. Bringing the self-knowledge to the community, as a belonging and living part of its cultural heritage, it seeks to reaffirm the tradition from its cultural legacy, encouraging and ensuring the continuity of its passage through the generations. The Festival of Santa Cruz has been losing strength with the passing of its 283 years, resulting in a gradual decrease of active participants. Through the approximation of the individual and the city, it becomes possible to incentivise and promote the patrimonial education in an effective way. It proposes ways for a better approximation of individual, memory and historical site through their unique non-transferable rich identity.

KEYWORDS: Festival of Santa Cruz; Ouro Preto; Intangible assets; Preservation; Cultural heritage.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a festa de Santa Cruz de Ouro Preto, MG, que ocorre todo ano, comemorada próximo ao dia da Invenção da Santa Cruz em 3 de maio. É realizada no bairro Antônio Dias, que constitui um dos primeiros e mais tradicionais bairros desenvolvidos em Ouro Preto durante seu descobrimento e Minas Gerais. Trata-se de um patrimônio imaterial que perdura por 283 anos, sendo uma manifestação cultural de fé com raízes na colonização portuguesa. A comemoração ocorre por um período de três dias, com um conteúdo que abrange o enfeite de cruces de madeira e do cruzeiro presente na Ponte dos Suspiros, procissões, missa em devoção e festas repletas de manifestações culturais típicas do bairro como: barracas, o tradicional amendoim – o qual origina o nome popular da manifestação: Festa do Amendoim – o congado, o bloco Zé Pereira dos Lacaio e shows.

1.1 Justificativa

Tornar-se evidente como a festividade, a partir de uma crença, se desenvolve juntamente com a cultura e o sítio histórico em que se insere, onde cada elemento justifica e embasa todos os tipos de patrimônio (material e imaterial), os tornando indissociáveis e únicos. É importante pontuar que da mesma forma que os monumentos e conjuntos urbanísticos são caracterizados como patrimônio material por seu desenvolvimento histórico-cultural, o imaterial se desenvolve a partir das vivências e experiências específicas adquiridas em um determinado lugar. Logo, a festividade caracteriza-se como forma de aproximação e identidade de um grupo específico.

1.2 Objetivos

Visa-se aqui apresentar a forma como a Festa da Santa Cruz é planejada, estruturada, desenvolvida e realizada ao longo dos dias de sua comemoração. Pontuar e estudar os locais por onde se desenvolve e apresentar como a sua manifestação interage com conjunto histórico no qual está inserida, e conseqüentemente, é intrínseca a ele. Propõe-se apresentar os atuais agentes que a realizam e a impulsionam. Busca-se tornar este escrito um meio de registro da festividade enquanto manifestação cultural de grande valor e seus costumes devocionais, caracterizados como uma solenidade tradicional de fé. Pretende-se buscar o pertencimento e o significado da festa em meio a comunidade visando perpetuá-lo.

1.3 Metodologia de desenvolvimento

Foram consultados diversos livros para a junção de informações que viabilizassem uma correta configuração de como foi a expansão histórica e territorial de Ouro Preto, de Antônio Dias e da Festa de Santa Cruz. Além de livros, buscou-se informações complementares em repertórios virtuais como Fundação João Pinheiro, IPHAN, IEPHA, vídeos informativos e turísticos. Vídeos e fotos puderam ser acessados através do contato com professores, pessoas relacionadas ao sítio histórico, moradores e agentes que promovem a manifestação cultural. Há também, a participação e vivência da festividade pela autora, visita *in loco*, dados coletados através de pesquisas em registros históricos municipais, Secretaria de Cultura de Ouro Preto e Arquivo Público Mineiro de Ouro Preto.

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 Conformação de Ouro Preto e do bairro Antônio Dias

Diversos estudos foram feitos a respeito de Ouro Preto ao longo do tempo, sendo controversa a atribuição de seu descobrimento. Sabe-se que múltiplas entradas e bandeiras foram organizadas, principalmente em São Paulo, em busca de recursos para arcar com as despesas da colonização. Dentre elas destaca-se a primeira, de Fernão Dias Pais, que segundo Diogo de Vasconcelos (1948) desbrava o sertão do Rio das Velhas em 1677 encontrando grande riquezas em ouro e esmeraldas.

Após anos, com a informação de que Ouro Preto teria sido encontrado na região, Antônio Dias de Oliveira vai em busca das riquezas tão comentadas a pedido de Arthur de Sá. Após três meses de busca, em 24 de Junho de 1698, descobre as terras do 'ouro preto' acompanhado de Pe. João de Faria Fialho e pelos irmão Camargo. Assim apresenta Diogo de Vasconcelos (1948, p.187) o descobrimento:

No dia seguinte, alvorecendo, sexta-feira 24 de junho de 1698, os bandeirantes

ergueram-se e deram mais alguns passos: todo o panorama estupendo do Tripuí, iluminado então pela aurora, rasgou-se dali aos olhos ávidos: e o Itacolomi, soberano da cordilheira, estampou-se nítido e firme no cerúleo do céu, que a luz recamava de púrpura e ouro, de anil e rosas. Tomado o santo do dia, São João Batista foi o patrono da nova terra, *vox clamantis in deserto*; e essa voz, ressoando nos écos da solidão, despertou a natureza ouvindo a saudação do anjo: *Ave Maria!* Foi essa a madrugada em que realmente se fixou a era cristã das Minas Gerais. Estava descoberto o Ouro Preto.

Formam-se os arraiais de Padre Faria e de Antônio Dias, sendo os primeiros de Vila Rica. No ano seguinte o do Ouro Preto, descoberto por Manuel Garcia. Na virada do século XVII para o XVIII desenvolvem-se novos arraiais de forma dispersa e desregulada. A região do ouro preto após muitos anos de lavra, com população heterogênea, variável e irrequieta, passa a ser denominada Vila Rica de Albuquerque em 1711, pela junção de dois grandes arraiais de Antônio Dias e de N.S. de Pilar que se destacaram pela grande atividade comercial (VASCONCELLOS, 1977, p.24 *cf.* VASCONCELOS, 1948, p.99).

Sabe-se que coube ao bandeirante a iniciativa da construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, por volta de 1699. O rápido crescimento da população do arraial de Antônio Dias, que passara a fazer parte da recém-criada Vila Rica, exigiu a elevação de um novo templo. Assim sendo, em 1727 iniciou-se a construção da atual Matriz de Antônio Dias, cujo projeto é atribuído a Manoel Francisco Lisboa (IPHAN, S/D).

A disposição do bairro configura-se em torno da matriz até os dias atuais, sua construção seguiu a regulamentação apresentada pela Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia artigo de número 687, que determina:

Conforme direito Canônico, as igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se edificar de novo uma Igreja parochial em nosso arcebispado, se edifique em sitio alto e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares imundos, e sórdidos (*apud* TEIXEIRA, 2009, p.13).

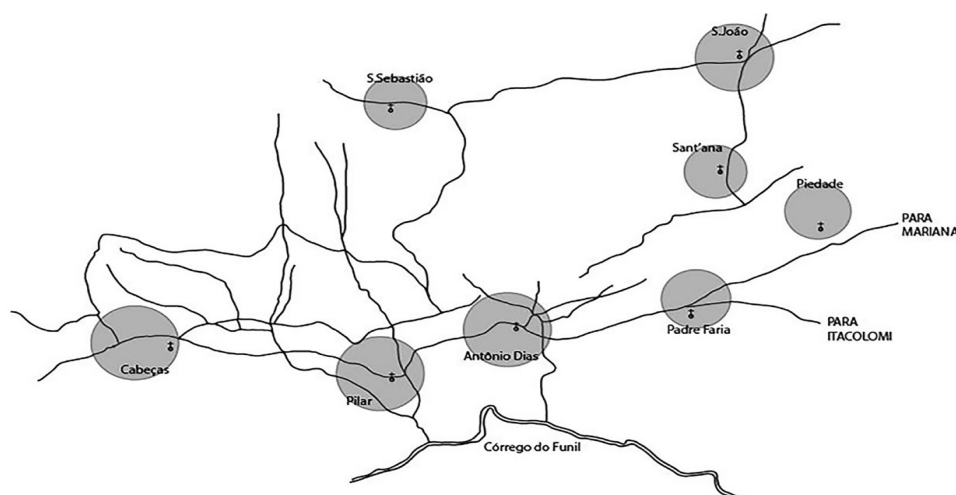
Condiciona-se o tecido urbano nas proximidades da igreja, determinando um sistema de ruas e prédios em suas redondezas (MARX *apud* TEIXEIRA, 2009, p.13). A mesma encontra-se em local de grande visibilidade, ladeada por espaços livres para facilitar procissões ao seu redor. Em sua frente delimita-se uma praça, que possibilitava não só a melhor visibilidade da construção, como também era antigamente usada para sociabilização, na qual seus habitantes travavam contatos e realizavam as festas de caráter religioso. A conformação estruturada na época encontra-se até os dias atuais.

A exploração aurífera promoveu a reunião de grande número de pessoas advindas de diferentes culturas e regiões. Por isto, o culto à religião é desenvolvido com uma visão própria, diferente da apresentada pelos portugueses no início da colonização, ainda que com uma grande força católica:

Assim, a devoção religiosa construiu-se a partir de experiências pessoais e de grupos e fundiu em si traços católicos, negros, indígenas e judeus propiciando um produto *sui generis* que passa pela ambigüidade, pelo hibridismo e ainda, por outras maneiras multifacetadas de devoção(...) (CARVALHO, 2005, p.4).

Logo, os arraiais se desenvolvem inicialmente sem classes e o povo se reúne em torno de suas capelas provisórias, criadas por irmandades únicas, instituídas em Minas Gerais pelo bispado do Rio de Janeiro. À medida em que ocorre o desenvolvimento, e os ribeiros se organizam em vilas, a sociedade começa a se estratificar e seus componentes dividem-se em grupos, organizações próprias e formam novas irmandades e ordens terceiras, que eram congregadas em torno das matrizes (VASCONCELLOS, 1977). Isto ocorre após o rei de Portugal recorrer à Roma a criação de um novo bispado para a colônia, que é efetivada em 1748 com a posse canônica do Bispo Dom Frei Manoel da Cruz, se tornando a sexta instituída no Brasil (ARQUIDIOCESE DE MARIANA, S/D).

Durante o período áureo da vila, com o centro administrativo desenvolvido, constroem-se grandes obras públicas, dentre elas as pontes e os chafarizes, sabe-se que todas as obras de melhoramento na cidade foram realizadas num período compreendido entre 1740 e 1760, após o estabelecimento do centro administrativo. O bairro possui três destes importantes de se destacar: a ponte de Marília possui a datação de construção em 1755; o chafariz do Passo em 1752 e o chafariz do largo de Marília em 1758 (VASCONCELOS, 1977).



Mapa representando a disposição dos primeiros arraiais de Ouro Preto.

Leticia Campos baseado no de Sylvio de Vasconcellos (1977, p.72.).

2.2 Histórico da Festa: Devoção, Tradição e Realização

A festividade da devoção à invenção de Santa Cruz teve origem na Santa Cruz de Cristo, na qual Jesus foi supliciado em razão de sua condenação à morte pelos romanos. Tal veneração tem fulcro, segundo a lenda, no encontro do santo lenho da

Vera Cruz por Santa Helena, no Monte Calvário em 324, conforme o Dicionário da religiosidade popular do Frei Chico (2013). As primeiras peregrinações, à procura da verdadeira cruz em busca de algum vestígio histórico de Cristo, foram realizados por Helena, mãe do imperador Constantino. Foi encontrada uma cruz em Jerusalém, considerada a original e seus fragmentos transformaram-se em relíquias sagradas espalhadas pelo mundo.

Segundo Varazze (2003, p.767), “a Exaltação da Santa Cruz é assim chamada porque neste dia a fé e a Santa Cruz foram especialmente exaltadas”. Toda cruz, ou todo cruzeiro, é memória da morte de Jesus. Em 1500, com a chegada dos portugueses para colonizar as terras do Brasil, houve o erguimento de uma cruz e a celebração da primeira missa no dia 2 de maio. Seguindo o espírito das cruzadas e seu caráter evangelizador, denomina-se este novo lugar como Terra de Santa Cruz em 1501 (CARVALHO, 2005). A Santa Cruz é também celebrada com grande participação popular na sexta-feira santa e no dia da santa cruz.

De acordo com a devoção popular, a cruz foi enriquecida de significados, deixando de apenas ser marco de local de culto e símbolo da religião do império. Passa a ser utilizada como delimitação de local de sepultura, de culto às almas, amuleto contra as hostes demoníacas, males a animais domésticos e a propriedades particulares (CARVALHO, 2005).

No século XVIII, nas cidades históricas, era comum colocar cruzes atrás das portas, em porteiras, currais, galinheiros, na beira das estradas, nas pontes e locais mais altos da cidade, como é o caso dos cruzeiros, com a finalidade de se defender contra os perigos de doenças, conflitos familiares e malfeitores. Segundo a tradição mineira, Nossa Senhora passava beijando cada uma das cruzes enfeitadas concedendo, a partir daí, as graças desejadas. Outro costume corrente naquele tempo era rezar a ladainha de Santa Cruz utilizando mil bagos de milho, passando-os um a um, de mão em mão ao redor de uma grande mesa dizendo: *Jesus, Maria, José, minha alma Vossas é*. Ali rezavam a seguinte ladainha: *Arreda e afasta satanás, Porque essas almas não são suas. Ao dia de Santa Cruz Direi mil vezes Jesus* (CARVALHO, 2005).

Segundo Deolinda Alice dos Santos, no período da mineração as mulheres não podiam sair de casa e nem serem vistas. Tal fato, justifica a existência de janelas com treliças na cidade de Ouro Preto, para possibilitar que as mesmas observassem o movimento das ruas. Com a intenção de sair publicamente para orar, vão até o primeiro Bispo de Mariana, Don Frei Manuel da Cruz e “pedem para rezar ao pé da cruz e nos oratórios das esquinas, pelo menos de 15 em 15 dias ou mensal, fazendo orações para evitar as intrigas e as brigas (COMUNIDADE..., 2016, 1 min. 6 s.).”

No bairro Antônio Dias a reza é feita na Ponte dos Suspiros, aos pés do cruzeiro ornamentado. A Festa conta com barraquinhas, fogueira, retretas e levantamento de mastro. Os fiéis soltam fogos e aproveitam a ocasião para praticar o bucólico *footing*. A celebração ficou conhecida popularmente com duas denominações populares: “Festa da Ponte” e “Festa do Amendoim”. A primeira, por se tratar de uma festividade realizada

sobre a ponte do Antônio Dias, a segunda devido ao grande número de vendedores de amendoim que acorriam à mesma.

A organização dos três dias de festividade mobilizava uma grande quantidade de pessoas pertencentes à comunidade que desempenhavam os papéis necessários para cuidar do trabalho de produção, desenvolvimento e arrecadação de recursos necessários para o financiamento da festa. Em vários anos a festa era comemorada com eventos referentes ao dia do trabalhador, pela proximidade com o feriado de primeiro de maio que antecedia o dia solene da Festa de Santa Cruz. Segundo Antônio Lobo Leite o dia primeiro era reservado para os preparativos realizados pela comunidade e o dia dois era o dia mais ativo da festa, contendo muitas atrações e a ponte já se encontrava enfeitada com diversos adornos. Não haviam barraquinhas no Largo, por solicitação dos festeiros, o que facilitava a realização do 'footing'. Afirma que:

nesse dia sempre uma banda de música, a banda de música tocava umas músicas modernas e tinha o 'footing'. Não tinha barraquinha pra atrapalhar a ponte não, não tinha nenhuma barraquinha, por que a barraquinha atrapalha o 'footing'. Vinha namorado vê as moças pra lá, os rapaz pra lá, e tal, outros vinham pra cá. Aquele vai-e-vem: seguir, fazer a volta na ponte, ouvi a banda de música, o vai-e-vem sabe, até lá adiante, tomava a ponte toda, até lá adiante. Os que não gostavam de fazer o "footing" sentavam na ponte (IEPHA, 2009, p.2).

Afirma-se que tradicionalmente o cruzeiro e a ponte eram lavados e, em seguida, enfeitava-se a Santa Cruz com papel de seda e serpentina. Eram adicionados pontos de luz onde se "fazia um cordão de negativo e positivo" com luzes penduradas em todo o local da celebração. A iluminação era composta por dois fios com os abajures pendurados, em uma altura proporcional à escala do festeiro: "E não era alto não, não era alto não, era uns dois metros e pouco de altura, mas lembro que ficava clarinho mesmo chão. Hoje não pode pôr porque senão caminhão vai, caminhão de três metros de altura arrebenta tudo (IEPHA, 2009, p.2)".

Para dar ênfase à festa realizava-se um ofício de Nossa Senhora na cruz. Era feito um altar onde se colocavam castiçais. Era composto sempre por quinze pessoas que o cantavam todas as noites por aproximadamente uma hora e meia. Para o ofício de Santa Cruz geralmente semeava-se areia branca na extensão de toda a ponte.

Preliminarmente a missa em devoção à Santa Cruz era realizada na ponte, mas alguns anos depois, já no século XX, a Cúria proíbe a realização e institui a realização na Igreja de Nossa Senhora da Conceição com a justificativa da mesma estar localizada muito próxima à ponte (IEPHA,2009).



Missa realizada ao pé de Santa Cruz no ano de 1929.

(Fotografia: Luiz Fontana, 1929. Acervo Universidade Federal de Ouro Preto.)

Dado este fato, a celebração passa a ser realizada no templo citado, cerca de 11 horas da manhã do dia 03 de maio, e a procissão da bandeira de Santa Cruz efetuada à noite. Antônio Lobo Leite conta que o préstito se iniciava da seguinte forma: “geralmente saía de uma dama, de uma moça que fora eleita para ajudar a festa, uma eleição... só escolhia uma moça pra ajudar na festa, e a bandeira saía da casa dela, com a que saía e a outra que ia tomar a posse, seguravam de um lado e de outro, e a banda de música tocava atrás (IEPHA, 2009, p.2)”. No final do cortejo o mastro era erguido, contendo o ano de início (1735) e o ano em que a festa se realizava, e os participantes ficavam à espera da queima dos fogos de artifício. O relato de um festeiro exemplifica os tipos que eram produzidos especialmente para a festividade:

“Os foguetes de artifício eram feitos manual, não tinha drânino, era feito “foguete de rabo” que chamava. Tinha as “coroas”, era um pau assim e punham uma coroa assim, coroa de pólvora. Ela girava, girava, girava e quando apanhava força na giração, subia nas alturas, subia muitos metros, subia alto mesmo. (Shhh) toda vida. Quando chegava lá no fim ela estourava, estourava e soltava “lágrimas”, verde, amarelo, soltava aquelas lágrimas, chamava “foguete de lágrimas”, essa era a coroa. E tinha a “roda” também, a “roda” constituía uma madeira assim, e punha a roda assim, fogo nela e ela rodava, rodava ali, era artifício né? No dia três, apresentava a estampa grande de Santa Cruz. E como? Ela era enrolada assim, enrolada sabe, com fio de pólvora e lá do meio da ponte saía uma pombazinha num arame, tudo feito em arte, a pomba de pólvora também, ela era pomba mesmo, mas dentro dela era tinha pólvora. Ela saía no arame, voando no arame assim, ia lá adiante, quando ela chegava lá ela estourava e punha fogo no estopim, e o estopim pegava no quadro que tava enrolado, descia e desenrolava... (IEPHA, 2009, p.2)”

A queima de fogos não é mais realizada assim como algumas brincadeiras, como pau-de-sebo, sendo substituídas por outras intervenções culturais ao longo dos anos. Os relatos recolhidos pelo IEPHA (2009), apresentam outras alterações sofridas pela festa, onde os tipos de apresentações musicais foram se diversificando e modificando

para acompanhar as mudanças de gosto do público.

Antigamente não havia intervenção ou incentivo do poder público o que tornava o caráter da festa mais intimista, incentivando os membros da comunidade a serem mais ativos e engajados para arrecadação de verba e execução de atividades. Os cidadãos faziam as listas de auxílio na rua, todos contribuía com um pouco para a festa de Santa Cruz e assim se formava o capital para comprar ornamentações e contratar atrações culturais. A festa era muito valorizada por ser uma iniciativa popular e privada (IEPHA, 2009). Ao passar dos anos o número de participantes diminuiu gradativamente.

3 | DESCRIÇÃO DA MANIFESTAÇÃO CULTURAL

Realizou-se um estudo comparativo dos programas encontrados e, a partir desses referenciais, foi possível traçar o que que não mais ocorre, o que se modificou e o que permaneceu. A celebração possui um caráter mutável, assim como o gosto da população à medida que também se modifica o espaço urbano, o tempo e as gerações. Para o desenvolvimento da descrição da manifestação cultural na atualidade, foram levantadas, principalmente, as atividades realizadas nos dois últimos anos de acordo com referenciais e a vivência da própria autora.

3.1 A Festa de Santa Cruz

As atividades de preparação são iniciadas em abril, buscando instituições que colocarão barracas, buscando atrações e promovendo a movimentação da comunidade para o período em que se realizam oficinas de enfeite de cruzeiros com crianças de escolas próximas, com a finalidade de promover e difundir a celebração para as novas gerações, se tornando uma medida desenvolvida pela AMADIAS (Associação de Moradores do Antônio Dias) para realizar de forma prática a educação patrimonial no bairro. As atividades da celebração são iniciadas com a ornamentação do cruzeiro presente na “Ponte dos Suspiros” do Antônio Dias, do largo de Marília de Dirceu e a colocação das cruzeiros previamente enfeitadas nas portas das casas por onde passam as procissões. “As apresentações musicais e intervenções culturais iniciam-se na quinta-feira anterior ao final de semana da festa (IEPHA, 2009, p.2)”.



Cruz ornamentada pela comunidade no ano de 2011.

Acervo Deolinda Alice dos Santos.

O período de realização é tradicionalmente de três dias, iniciando-se no dia primeiro de maio, Dia do Trabalhador, até o dia três, Dia da Invenção da Santa Cruz. Devido ao fato de a festa ser realizada em espaço público e aberto, a realização está condicionada ao clima e sujeita a modificações. Independentemente deste fato a tradição da reza ao pé da cruz é mantida no dia destinado a ela. Como é possível exemplificar com o que ocorreu no ano de 2016, ocorrendo no final de semana dos dias 29, 30 e 31 de abril, semana anterior à da data tradicional.

A festa de Santa Cruz é composta por programações religiosas e culturais. As práticas devocionais são compostas por missas e terços na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, do Ofício aos pés da Santa Cruz, na ponte do Antônio Dias (IEPHA, 2009). As festas são realizadas todos os dias e se dividem em shows, espetáculos teatrais, causos, leilões, barraquinhas de culinária típica e outras manifestações culturais apreciadas pela comunidade, como a apresentação do bloco do Zé Pereira Mirim e rodas de capoeira.

A programação da sexta-feira se inicia no Largo Marília de Dirceu com a abertura das barraquinhas no início da noite que oferecem para venda comidas típicas, como caldos, quentão, canjica doce e canjiquinha, amendoim torrado e pipoca. Permanecem até o último dia do evento e a renda obtida é destinada à entidades participantes como Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz. A partir da organização e participação das entidades é possível levantar fundos para projetos e iniciativas culturais exercidas durante o ano.

O sábado possui maior número de entretenimentos por abranger os períodos de tarde e noite. As atrações do entardecer abrangem atividades direcionadas ao público

juvenil da comunidade disponibilizando-se brincadeiras populares infantis e finalizada com a apresentação do Zé Pereira Mirim. A folia noturna é acompanhada da presença de shows e leilões em seus intervalos.

Há uma feira de produtos agrícolas realizada todos os domingos pela manhã e é mantida no período da festa. Por isso, as intervenções culturais voltam a ser realizadas no período da tarde. No início da noite é executada a missa em louvor à Santa Cruz na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, seguida pelo Ofício aos pés da Santa Cruz. A noite e o período festivo é encerrado com shows e leilões de prendas.

A celebração à Santa Cruz é realizada todo o dia 03 de maio, impreterivelmente. É composta pela procissão, reza do ofício de Santa Cruz e o levantamento da bandeira. Os Mordomos do ano, sempre membros da comunidade, recebem os devotos em sua residência e ali realizam orações.

A procissão inicia-se em seguida e segue acompanhada do cortejo da “Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz” e da banda “Sociedade Musical Senhor Bom Jesus das Flores”. Os Mordomos vão à frente e são responsáveis pelo transporte dos bens solenes: a coroa e a bandeira de Santa Cruz.



Cortejo pelo bairro Antônio Dias, coroa e bandeira à frente.

(Fotografia: Acervo Deolinda Alice dos Santos, 2013.)

O destino é a Ponte dos Suspiros, onde é realizada a reza do Ofício de Santa Cruz aos pés do cruzeiro que se encontra enfeitado e assistido por um pequeno altar. O ofício cumprido pelos devotos em devoção à Santa Cruz é apresentado a seguir:

Deus Todo Poderoso, que sofreste a morte na madeira sagrada, por todos os

nossos pecados, sede comigo Santa Cruz de Jesus Cristo, compadecei-vos de nós, Santa Cruz de Jesus Cristo, compadecei-vos de mim. Santa Cruz de Jesus Cristo sede a minha esperança. Santa Cruz de Jesus Cristo, afastai de mim a arma cortante. Santa Cruz de Jesus Cristo, derramai em mim todo o bem. Santa Cruz de Jesus Cristo, desviai de mim todo o mal. Santa Cruz de Jesus Cristo, fazei com que eu siga o caminho da salvação. Santa Cruz de Jesus Cristo, livrai-me dos acidentes temporais e corporais. Santa Cruz de Jesus Cristo, vos adoro para sempre. Santa Cruz de Jesus Cristo, fazei com que o espírito maligno e infalível se afaste de mim. Conduzi-me, Jesus, à vida eterna. Amém, por todos e em todos os séculos dos séculos. Amém (SENAC, s/d).

Logo após, como encerramento da celebração solene, há o levantamento da bandeira de Santa Cruz no Largo Marília de Dirceu e os devotos ali permanecem para a realização do ‘footing’, assistir aos shows e degustarem as comidas oferecidas pelas barraquinhas.

3.2 Relação com o lugar, bens móveis e integrados e outras manifestações culturais

A festa é realizada a partir da devoção da comunidade, de sua vivência social e urbana. Devido a este fato, ela está diretamente ligada a outros bens, materiais e imateriais, que lhe dão suporte. Podemos citar como bens móveis integrados à festa a bandeira, o mastro e a coroa. As manifestações culturais interligadas mais frequentes são as bandas militares e devocionais, podendo-se citar a Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz e a banda Sociedade Musical Senhor Bom Jesus das Flores que acompanham os cortejos; o Zé Pereira Mirim que se apresenta no Largo Marília de Dirceu. Além das manifestações culturais agendadas e programadas para a festividade, costumam ocorrer outras, sem prévio aviso, de acordo com a apropriação da comunidade no espaço, como rodas de capoeira, rodas de ‘causos’ e outras atividades.

A prática imaterial associada à celebração é a reunião de oficinas para realização de enfeites em cruces em madeira, que posteriormente são afixadas nas portas das casas (IEPHA, 2009). Esse costume estende-se ao enfeite do cruzeiro da Ponte dos Suspiros e à ornamentação da festa em geral, que mobiliza e envolve a comunidade.

O sítio histórico do Largo é apropriado e dá suporte para a interação social, onde moradores partilham costumes, crenças e gostos em comum. Cria-se um local de encontro, como afirma Celmar em entrevista: “Além do mais, essa é a oportunidade de encontro né, a gente vive aí uma dificuldade tão grande no Brasil ultimamente e a gente precisa valorizar esses ambientes de encontro entre a comunidade e de ocupação saudável dos espaços públicos” (ENTREVISTA..., 2016).

Os monumentos tornam-se suportes físicos para desenvolvimento de expressão cultural. A ponte recebe um caráter sagrado, onde realiza-se o Ofício em devoção à Santa Cruz. A Matriz Nossa Senhora da Conceição acolhe terços e missa. O Chafariz do Largo de Marília compõe o palco, recebendo iluminação diferenciada, para favorece-

lo.

É importante ressaltar que se trata de uma paisagem cultural com grandes riquezas histórico-culturais que carrega consigo referenciais que se interligam com a celebração e a justificam.

Deolinda Alice dos Santos afirma que a tradição não corre o risco de se extinguir, são ministradas disciplinas de educação patrimonial em escolas – Escola Municipal Monsenhor Joao Castilho Barbosa e Escola e Estadual Marília de Dirceu – e oficinas de ornamentação de cruzeiros (COMUNIDADE..., 2016). A iniciativa de apresentar às novas gerações o processo histórico-cultural da cidade e, principalmente, da comunidade é de suma importância para a perpetuação dos bens culturais imateriais. Além disso, garante e reafirma o pertencimento e aproximação da juventude com o material, tanto monumental quanto o sítio urbano.

Essa manifestação de fé constitui parte da vivência e dinâmica cultural do bairro Antônio Dias. Há a apropriação dos agentes participantes dos bens culturais como um todo. A festa torna-se não só uma devoção secular renovada a cada ano, mas também momento marcado para interação, encontro e comunicação dos moradores.

Torna-se importante ressaltar que ao se tratar de patrimônios imaterial e material não há como desassociá-los, uma vez que coexistem de forma intrínseca. O patrimônio material só é um bem à medida que é constituído de significado cultural para uma determinada população. Por isso, Ouro Preto se caracteriza por um patrimônio arquitetônico e urbanístico em sua riqueza em sua natureza histórico-cultural. Da mesma forma, a Festa de Santa Cruz se caracteriza por um bem imaterial à medida que se relaciona com o espaço em que é realizada, com os monumentos e principalmente com a grande crença e a fé da comunidade. A respeito da relação entre o físico e o simbólico é possível citar:

Quando se fala em patrimônio imaterial ou intangível, não se está referindo, propriamente, a meras abstrações, em contraposição a bens materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível suporte físico. Todo signo (e não apenas os bens culturais) tem dimensão material (o canal físico de comunicação) e simbólica (o sentido, ou melhor, os sentidos) – como duas faces de uma moeda. (FONSECA, 2005, p.191 *apud* TELLES, 2010, p.125).

Portanto, a festa se despiria de seus significados caso se deslocasse de seu local de realização, se modificaria e se tornaria outra forma de manifestação. Como exemplo, podemos citar diferentes locais em que são executadas a mesma manifestação e a fazem de sua forma particular e singular, assim como em Antônio Dias.

3.3 Identificação dos agentes

Os agentes que promovem a festa são principalmente os moradores do bairro Antônio Dias, onde a AMADIAS toma frente da organização arrecadando recursos e recebendo apoio de instituições públicas municipais. A Prefeitura de Ouro Preto auxilia

a organização do evento, e algumas de suas secretarias contribuem com a contratação dos serviços de palco, luz, som e bandas. A FAOP contribui cedendo o espaço para realização de reuniões da comunidade, para oficina de ornamentação de cruzes e dando suporte para o que a comunidade solicitar assim como o Clube Zé Pereira dos Lacaio, mantido e desenvolvido pela comunidade, que fornece sua sede não só para reuniões como também para guardar os bens integrados (coroa, mastro, bandeira) durante o ano. A partir da arrecadação dos festeiros, o comércio local contribui com uma parcela da renda e dando apoio (COMUNIDADE..., 2016).

4 | CONCLUSÃO

Deste modo, diante de todo o estudo e levantamentos aqui realizados, faz-se mister ressaltar a importância histórica, cultural e principalmente devocional da Festa de Santa Cruz. A fim de se despertar nos órgãos defensores do patrimônio, bem como na comunidade, o sentimento de pertencimento e identidade, não só ao referido festejo como também ao monumento. Têm-se o objetivo de se instaurar, de forma contundente e eficaz, a educação patrimonial para promover a proteção tanto do bem arquitetônico e cultural quanto da celebração religiosa.

Ao estudar como a comunidade do bairro Antônio Dias interage com seu espaço urbano durante o período festivo – realizando procissões que se deslocam da casa dos Mordomos até a Ponte do Antônio Dias, o ofício aos pés da cruz e a festa no Largo de Marília – podemos observar como o morador se apropria dos bens materiais como suportes e extensões de sua manifestação de fé. A festividade é indissociável de seu sítio histórico, uma vez que a existência de ambos é correlacionada e interdependente.

Devido às modificações que ocorreram ao longo dos anos, tanto culturalmente quanto socialmente a festa acabou se tornando, para muitos, apenas uma manifestação de cunho meramente festivo, de encontro e interação, diminuindo sua real conotação sagrada e religiosa. Tal fato deve-se não só à perda da memória e da passagem entre gerações, mas também à diminuição da população atuante e participante e à assistência pública sem o correto apoio e incentivo direcionado a políticas públicas de propagação dessa manifestação. É imprescindível desenvolver medidas de educação patrimonial mais abrangentes para garantir e reafirmar os princípios e objetivos desse bem imaterial e sua perpetuação.

Para tanto, é vital a abordagem dos sentidos sociológico, cultural e histórico da manifestação religiosa, com uma comissão interdisciplinar junto à comunidade, buscando desenvolver um dossiê de registro completo para ser apresentado ao COMPATRI e assim garantir o registro deste bem imaterial no Livro de saberes e celebrações de Ouro Preto.

Torna-se necessário realizar e executar propostas consistentes de salvaguarda para garantir a preservação deste bem. Mesmo já existindo medidas realizadas pela comunidade junto às escolas, é importante efetuar dinâmicas, oficinas, cartilhas

direcionadas à educação patrimonial, atualizar os registros pré-existentes, como mídias digitais.

Propõe-se um dossiê mais aprofundado a respeito da temática abordada e o registro deste bem imaterial junto ao IPHAN. Esse estudo será utilizado como embasamento fortalecedor para isto, como também, para a proposta de um plano de preservação para o conjunto histórico do bairro Antônio Dias, principalmente os locais onde a manifestação cultural possui maior atividade e é o suporte material para a festa: Ponte dos Suspiros, Largo de Marília e áreas próximas. Este plano de preservação é a proposta a ser realizada em uma próxima etapa, assim como o desenvolvimento de um projeto de restauração para a estrutura urbana do bairro.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **A cruz e crucifixos em acervos mineiros**. Boletim do CEIB. Belo Horizonte, volume 19, Número 61, julho/2015. Disponível em: <<http://www.ceib.org.br/pub/Boletim61.pdf>>. Acesso em 15 set 2017.

CARVALHO, Meynardo Rocha de. **O culto à Santa Cruz em Minas do Ouro**: religiosidade popular no Bispado de Mariana 1745/1830. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1434.pdf>>. Acesso em 22 out 2017.

COMUNIDADE - Tradição da festa de Santa Cruz em Ouro Preto. Ouro Preto: Top Cultura, 2016. (5 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1XpkZEvryjw>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

ENTREVISTA de Estúdio - Festa de Santa Cruz em Ouro Preto. Entrevistado: Celmar Ataídes Junior. Ouro Preto: Top Cultura, 2016. (4 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZJmiSUSq8LE>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento Urbano. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**: relatório síntese: parte 1. Belo Horizonte, 1975. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=48824>>. Acesso em 24 out. 2017.

IEPHA. Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. **Inventário de proteção do acervo cultural**. 2009. 24p.

OURO PRETO. FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO. **Confira a programação da Festa de Santa Cruz, que acontece nos dias 1, 2 e 3 de maio, em Ouro Preto/MG**. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FAOPmg/photos/a.265745626815196.69344.181987338524359/919773604745725/?type=1&theater;>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

OURO PRETO. Idas Brasil Ltda. Unesco (Org.). **Festa de Santa Cruz (Festa do Amendoim)**. 2016. Disponível em: <<http://ouropreto.org.br/Festa+de+Santa+Cruz+-+Festa+do+Amendoim-/17/minas-gerais/evento>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

OURO PRETO. SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Prefeitura Municipal de Ouro Preto **Fé e tradição na festa da Santa Cruz**. 2017. Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/168>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

POEL, Francisco van der – Frei Chico. **Dicionário da Religiosidade Popular – Cultura e Religião no Brasil**. Editora Nossa Cultura, 2013, 1.150 p.

SENAC MINAS. **Manifestações Culturais tradicionais – Festa de Santa Cruz.** *Descubra Minas*. Disponível em: <http://www.descubraminas.com.br/Cultura/Pagina.aspx?cod_pgi=2146>. Acesso em 7 ago 2017.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Patrimônio cultural material e imaterial - dicotomia e reflexos na aplicação do tombamento e do registro.** *Políticas Culturais em Revista*, 2 (3), p. 121-137, 2010. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em 21 nov. 2017.

TEIXEIRA, Cláudia Mudado. **As minas e o templo:** o caso de muitos casos. *Revista Mosaico*, v.2, n.1, p.9-16, jan./jun., 2009. Disponível em: <seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/778/595>. Acesso em 23 out. 2017.

VARAZZE, Jacopo de. **Legenda áurea:** vidas de santos; tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica. Hilário Franco Júnior. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VACONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Geraes.** Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2 ed, v 1-2, 1948.

VACONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Geraes.** Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2 ed, v 2-2, 1948.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Vila Rica:** formação e desenvolvimento – residências. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MEMÓRIA OU NOSTALGIA? AS RELAÇÕES CIDADE-EMPRESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: UM ESTUDO DE CASO DA SIDERURGIA EM MINAS GERAIS

Ronaldo André Rodrigues da Silva

RESUMO: O artigo procura apresentar as possibilidades de estudos interdisciplinares que tem como eixo principal a história social e a história empresarial sob as perspectivas dos campos da arqueologia industrial e do patrimônio industrial. A ideia principal baseia na construção dos conceitos de memória social e cultural que estão alicerçadas no resgate de um passado recente que integra as dimensões de atuação das organizações no contexto das cidades. Por metodologia toma-se a interdisciplinaridade e a diversidade como elementos que compõem o patrimônio cultural e se propõe discussões sobre sua interpretação para elementos contextuais da primeira metade do século XX. Com isso, traz-se à problematização uma categorização das relações empresa-sociedade para o campo da estruturação social e identidade coletiva segundo as ações complementares dos diversos agentes sociais, em especial as empresas. Fundamenta-se, dessa maneira, o estudo de caso de uma indústria do ramo siderúrgico e sua atuação no Estado de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX o que permite identificar elementos essenciais para a formação de um contexto cultural e identidade particulares. Os vínculos empresa-sociedade, quer pessoais ou coletivos, se constroem em

uma estreita relação entre formação do capital social e econômico e a diversidade de ações estruturantes das comunidades em que a empresa atua, seja no âmbito organizacional, como social. Destacam-se, nesse contexto, os equipamentos sociais e programas sociais desenvolvidos junto às comunidades e relacionados às áreas de educação, lazer, saúde e formação cidadã. Os resultados alcançados ao longo do período analisado, entre os anos 1920-1960, revelam que o papel da Companhia se apresenta essencial para a constituição das comunidades e como fonte insubstituível de estruturação social e urbana, inclusive, pela complementaridade às atividades públicas. Evidencia-se, pois, um importante laço entre empresa e sociedade que possui força de expressão no cotidiano e determinação junto às atividades de empregados, familiares e mesmo ao entorno social. Essa conjuntura determina a construção de referências ao indivíduo e comunidade que passam a fazer parte de uma memória pessoal e coletiva. Entretanto, o período analisado, por seu distanciamento cronológico, traz contornos de nostalgia, pois a percepção de relação social apresenta um contexto de memórias passadas e muitas vezes, não vividas, apenas recordadas. Pode-se avaliar, então, que o patrimônio cultural e sua construção se apresentam, muitas vezes, em diferentes formas de manifestação, seja um

passado determinado que se reconfigura com a atual gestão social da empresa, seja pela memória e história já construídas, mas que para além do passado, se refletem pela expressividade e representatividade no presente.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Social, Patrimônio Cultural, Patrimônio Industrial, Cidade-Empresa.

1 | INTRODUÇÃO À MEMÓRIA

O conceito de memória surge de uma percepção multivariada de fatores que se entrecruzam e determinam ao seu conteúdo uma condição de transdisciplinariedade, de tal forma que se tem determinados ao presente os fatores que constituem a presença do passado.

Tem-se em Maurice Halbwachs um dos precursores de estudos da memória, aplicada às relações sociais e ao coletivo, e, portanto, à memória da empresa. Em seus estudos, a partir de uma análise de Santos (1993, 1998), tem-se a construção de uma análise dos quadros de representação da memória coletiva a partir dos que se pode verificar a amplitude das relações humanas segundo as interações sociais. Muitas análises se realizaram baseadas em questões que procuram desenvolver os estudos relativos à memória a partir da construção do conceito e sua percepção segundo as identidades, individuais e coletivas que dela, a memória, se apropriam.

Dentre os estudos da memória, tem-se a elaboração do conceito de memória coletiva, segundo Mejía e Álvarez (2005) que apontam o trabalho de Olick e Robbins (1998) e nele identificam o princípio do fenômeno de memória coletiva nos escritos de Hugo von Hofmannsthal em 1902. Além disso, reafirmam a importância dos estudos de Halbwachs realizados nos anos 20 do século XX como importantes pontos de análise para se descrever o fenômeno.

Assim, o conceito de memória coletiva construído segundo os teóricos acima apresentados determina-se como um conjunto de elementos do presente que se referem ao passado e que trazem significado e identidade para um grupo de indivíduos, seja específico a determinada categoria ou mesmo a coletividade e de maneira mais global nação ou Estado. Estas recordações ou lembranças têm significados próprios que determinam aos que com ela se identificam graus diferenciados de importância, identificação e identidade. Geralmente se estabelecem segundo mudanças e transformações constituídas a partir de um tempo e espaço pré-concebidos no contexto do grupo a que se refere. Para tal, os indivíduos e grupos percebem a memória como uma

“[...] necessidade de reconstruir e inventar o passado quanto haja prioridade. Os grupos têm necessidade de reconstruir permanentemente suas recordações através de suas conversas, contatos, rememorações, efemérides, usos e costumes, conservação de seus objetos e pertences e a permanência nos lugares onde tenham desenvolvido suas vidas, porque a memória é a única garantia de que o grupo segue sendo o mesmo, em meio a um mundo em perpétuo movimento”.

Tem-se definida a memória segundo características de continuidade e dinâmica e não de momentaneidade e estática. A primeira se refere ao caráter de comunicação, diferentemente de da segunda que tem um caráter de informação. A memória se exprime como uma relação direta às recordações dos indivíduos aos fatos e fenômenos passados a partir de suas experiências pessoais. Não há uma intencionalidade em fazer presente tais fatos ou experiências, mas sim fazê-las presente segundo a capacidade de recordar e transformá-los em lembranças no presente.

Os processos de comunicação podem ainda se definir a partir da interpretação e da criação de um contexto segundo os fatores que o determinam e suas recordações a partir dos espaços de pertinência social. A ligação construída entre presente e passado se desenvolve em diferentes linhas de comunicação, sejam verbais, escritas ou simbólicas, e se fazem atemporalmente pois a capacidade de organizar e definir ideias e relacioná-las a uma linha espaço-temporal torna-se elemento não obrigatório para a sua definição.

2 | A MEMÓRIA, OS MARCOS ESPACIAIS E OS MARCOS TEMPORAIS

As relações existentes entre tempo e espaço apresentam uma construção de processos de interação e inter-relação de fatores como graus de pertencimento, importância e recordações. Eles se definem a partir da interpretação e determinação do tempo e segundo os impactos quanto às distâncias (geográficas) ou a dimensão dos espaços de vivência. Esta capacidade de inclusão ou exclusão do indivíduo ou de grupos nos espaços sociais e de convivência permitem construir a memória e definir os fatores considerados importantes.

Para Batalha et al. (2004) essa definição socioespacial de convivência permite a construção de relações pessoais ou grupais em que se tem um entrelaçamento dos espaços públicos e privados, pessoais e profissionais. A determinação de uma interação entre espaço fabril e espaço social leva, respectivamente à construção de relações operárias e sociais, seja no âmbito organizacional como no social.

Atualmente, a definição do tempo não se faz em função dos espaços, mas se impõe como fator definidor dos processos e dos lugares, sejam pessoais ou coletivos. Uma coordenação cronométrica entre indivíduos e os diferentes lugares permite a criação de articulações entre fatos e recordações. A rearticulação das regiões espaço-temporais não territoriais (a memória) e os meios e fatores definidos como unidades simbólicas de presença e pertencimento definem sistemas abstratos (a cultura) e a capacidade de reflexividade de indivíduos e grupos.

Para Melucci (1989), as relações entre espaço-território e espaço-físico estão determinadas, de maneira geral pela proximidade às sociedades pré-modernas. Os lugares ou espaços de pertinência e identidade mudam e deixam de ser pontos de

subsistência básica, segundo o entorno de confiança básico definido por indivíduos ou grupos. Eles são definidos pelos entornos em que a configuração humana constrói suas relações de integração, não necessariamente presencial. Nesse contexto, a memória apresenta como uma de suas características a presença de fatos e fenômenos passados no presente, a atemporalidade. Mas, ela também se coloca de forma dinâmica e sistêmica que ocorre a partir de espaços abertos, relacionados às variáveis de exterioridade e outros grupos e atores sociais.

A construção de relações entre passado, presente e futuro podem também ser consideradas como uma necessidade humana e como construção da memória. Sua definição se delinea a partir de conceitos que apontam para fatores multidisciplinares – míticos, históricos, políticos etc. – e permitem construir e reconstruir as bases das relações pessoais e coletivas. Estas referências permitem ao indivíduo e aos grupos uma estabilidade do imaginário social, construído e real, e garante a identificação e a identidade individual e coletiva para os diversos grupos sociais (Ferreira e Orrico, 2002).

Nessa concepção, o processo espaço-tempo se expande e se produz segundo as mudanças e as interpretações realizadas por pessoas e grupos. Dentre as condições que as facilitam e as determinam, a identificação e a identidade com relação à variável espaço-tempo têm uma contextualidade e uma funcionalidade próprias. Assim, uma análise para definir a relação homem/sociedade e tempo/espaço se constrói segundo a percepção do passado a partir de questões baseadas na integração primária e co-presencial. Geralmente, as percepções do passado advêm de experiências próprias que determinam estas recordações. Entretanto, uma integração sistêmica e social na qual se organizam ou se estabelecem as relações entre os indivíduos ocorre segundo estruturas e relações que se colocam presentes e regem as demandas de convivência a partir da ordem de importância dos fatos sociais, da proximidade e da imediatez de indivíduos e grupos, podendo ser consideradas como fatores de definição da memória pessoal e grupal.

Para Castells (1999a), a contemporaneidade tem definido às preocupações da relação espaço/tempo uma centralidade quanto ao contexto dos processos sociais, sua frequência de mudanças e ocorrências e sua estabilidade ou instabilidade. A ideia de temporalidade associada às questões sociais tende a redefinir os processos segundo o “mimetismo histórico”. A partir dele se tem uma adaptação das bases formadoras das relações, e de suas memórias, segundo a capacidade de reafirmação ou de transformação dos parâmetros de identificação e identidade. As novas regras do mundo social a partir dos contextos de espaço-tempo e seu distanciamento das relações formais e concretas de construção da identidade reorganizam as questões sociais e conseqüentemente definem a construção e a reconstrução da memória individual e social.

Ao determinar o comportamento dos indivíduos e seus grupos de pertinência, os fatos passados se constituem em importantes marcos para a construção do presente

e para a redefinição dos elementos considerados importantes ou não para o homem, e para a sociedade. Esta identificação entre passado e presente, e suas implicações, podem ser interpretadas segundo Harvey (1989) como uma importante questão de definição de espaço em que se compreende uma relação definida como “compressão espaço-temporal”.

Tal significado pressupõe que os fatos e a vida presente estejam baseados na história de vida pessoal e coletiva, a partir das quais se constrói e se interpreta o que é importante e se determinam as relações pessoais e sociais. Quando se tem esta compreensão se pode avaliar as interpretações acerca de indivíduos e grupos segundo os fatos e fenômenos por eles construídos e constituídos. Os fatos e suas interpretações e a importância ou não dada a eles têm um significado que para Lash e Urry (1994) se define como a nova economia de signos e espaço.

Estas perspectivas de desenvolvimento e entendimento do passado a partir das relações entre fatos e fenômenos e sua simbologia têm perspectivas diferenciadas nos mais diversos âmbitos – cultural, econômico, gênero, comunidades etc. – pois apresenta o espaço como um dos resultados e eixos formadores dos estudos e do conceito de tempo. Quando se expande esta interpretação à difusão e construção das relações do trabalho a partir da perspectiva social se tem uma visão interdisciplinar (Jameson et al, 1998).

A necessidade de uma construção histórica e de criação da memória a partir do “materialismo histórico-geográfico”, segundo Soja (1996), ou dos fluxos do espaço/tempo de Castells (1999b), possibilita a recuperação da ideia de uma relação espaço/tempo em que se tem a criação do conceito de memória sob a perspectiva de simultaneidade e atualidade do termo “tempo atemporal”, assim como se pretendem suas bases de construção e se constitui como uma de suas principais características.

3 | AS MEMÓRIAS SOCIAIS DO ESTUDO DE CASO

O desenvolvimento de atividades de ócio, esportes e cultura também fizeram parte das ações da Companhia ao longo da primeira metade do século XX. Durante as décadas de 1930/60, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira pode ser considerada um dos pilares para a implantação e crescimento das atividades esportivas nas cidades em atuava.

Dentre as associações esportivas criadas no âmbito da empresa ou por pessoas a ela relacionadas, destaca-se o Esporte Clube Siderúrgica, criado na década de 30, além de outros clubes da cidade – AEXAS (Associação Atlética dos Ex-Alunos do SENAI), Sparta V.C., Botafogo F.C., Farol E.C. e Montana e Cano de Ferro (futebol) – “que integram o pessoal da Companhia, muitos dos quais com projeção em todo o Estado e no País” (‘O Pioneiro’, ano I, no 3, jan/1955, pp. 05).

Em várias oportunidades, as equipes de diversas modalidades que representavam os clubes em competições esportivas se compunham pelo pessoal da empresa. Com

isso, a Companhia divulgava nas comunicações a liberação dos funcionários-atletas para o exercício das atividades esportivas nos eventos aos quais encontravam-se vinculados como forma de envolver e estimular a participação dos funcionários nas diversas modalidades propostas. A empresa autorizava os funcionários-atletas a treinarem e divulgava, previamente, nomes e horários a serem cumpridos na empresa e para dedicação às atividades esportivas.

“Ausências/Serviço – Comunicamos a Vv. Ss. Que, atendendo solicitação do E. C. Siderúrgica, concordamos em permitir que os empregados abaixo se ausentem do serviço, nas seguintes datas, a-fim de participarem dos jogos eliminatórios para o “Campeonato do Interior de Voleibol”. Dias 18-19-20 e 21: Alvaro Mendes – Dias 18-19 e 20: Osvaldo Moura, Wilson Evangelista, José Geraldo Gomes, José Alico Seabra, Rubens Dias dos Anjos, Francisco Germano dos Anjos, José Luiz Magalhaes e Alberto Valério – Dias 19-20 e 21: Adão Morais, Zildo Ferreira, Ilmo Evangelista, Gilberto Rosa, José Gregório e Alvaro Cândido”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, N.S. 1119, 16-7-58, fl. 14v.).

Assim, as atividades esportivas desenvolvidas e incentivadas pela Companhia se traduziam em complexos esportivos nos principais centros produtivos – Sabará e João Monlevade –, sendo que nesta cidade foi construído, inclusive, um estádio de futebol para entretenimento não somente dos funcionários e familiares, mas de toda a sociedade

“Em 15 de novembro de 1952, foi lançada a pedra fundamental do Estadio “Louis Ensch”. Esta praça de esportes, que está sendo construída numa área de 27 mil metros quadrados, terá uma capacidade de 12 mil espectadores. O conjunto constará de uma piscina olímpica medindo 50 metros de comprimento por 21 de largura, campos de futebol, vôlei e basquete, pista de atletismo, play-ground com piscina para crianças e um ginásium. Terá ainda uma sede com salão de festas, biblioteca e salas de reunião. O acesso para o estádio será por dois lados, possibilitando um rápido escoamento. Foi projetada também uma grande área destinada ao estacionamento de automóveis”. (CSBM, 1953, p. 47).

O incentivo às atividades esportivas e integração entre os funcionários das diversas unidades e cidades de atuação da Companhia, entre os anos de 1958 e 1960 proporcionou a organização e realização pela empresa promoveu das “Olimpíadas Belgo-Mineira”. Além do envolvimento dos funcionários, a organização estimulava as famílias e coletividades a participarem a partir de ações junto às suas residências, como a poda de árvores e a preocupação com a manutenção da limpeza das Vilas Operárias quando da ocasião dos jogos.

“Olimpíada – Em virtude de ter a Direção Geral da Companhia determinado que aqui se realizassem mais uma vez os já tradicionais Jogos Olímpicos da CSBM (de 29 de abril a 3 de maio), permitimo-nos, conforme já o fizemos nos anos anteriores, solicitar sua valiosa cooperação no embelezamento dessa rua, promovendo com antecedência a poda das cêrcas vivas e árvores ornamentais porventura existentes na frente da sua casa bem como o possível aprimoramento do seu jardim. Outrossim, ao considerarmos que existem à frente ou ao lado de algumas residências árvores

que por ser de grande porte estão deixando de representar um motivo ornamental para se constituírem em sério perigo de acidente quanto, balançadas pelo vento, possam atingir os fios de eletricidade ou mesmo serem derrubadas sobre as casas, o que traria consequências imprevisíveis, e acrescentando ainda a circunstância de que quando frutíferas (principalmente abacateiros ou mangueiras) a queda de seus frutos sobre os telhados, com a constante quebra de telhas, traz prejuízos à própria estrutura da moradia, gostaríamos de ver tais árvores abatidas e posteriormente substituídas por outras de formação mais delicada e menos perigosa. Para a derrubada de árvores frondosas e extirpação de suas raízes que chegam a deformar calçamentos e inutilizar rêdes de esgoto, poderão os interessados solicitar auxílio ao nosso Escritório que determinará a execução de tais serviços sem despêsa alguma para o solicitante. Confessando-nos antecipadamente agradecidos pela boa atenção que estamos certos, V.S. não deixará de dispensar ao pedido ora feito, aproveitamo-nos deste ensêjo para apresentar-lhe saudações atenciosas, firmando-nos mui atenciosamente”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1178, 17-3-59, fl. 22v.).

Em decorrência dos resultados obtidos nas Olimpíadas, a Companhia oferecia aos seus funcionários momentos de confraternização, os quais decorriam do reconhecimento da participação e proporcionavam a integração entre empresa e sociedade.

“Churrasco – Grupo – O signatário desta, desejando homenagear os atletas que, com tanto ardor e dedicação defenderam as cores de Siderúrgica na Terceira Olimpíada, há pouco realizada, oferecerá um “churrasco” no galpão do grupo Escolar “Christiano Guimarães”, às 12,00 horas da próxima quinta-feira, dia 7. – Cumprimentando pois, pela atuação brilhante, aos denodados atletas desta Divisão, convida todos a participarem desse encontro, para o qual ficam também convidados os componentes da Comissão Olímpica e das comissões de esportes. – Este convite será também levado aos atletas do Esporte Clube Siderúrgica, por intermédio do Dr. Celso Tavares, seu digno Presidente”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1194, 5-5-59, fls. 24v-25).

Tem-se desta forma que a empresa incentivava seus empregados ao exercício das atividades esportivas que representavam uma das formas decorrentes das necessidades sociais e da constituição das relações cotidianas nas vilas operárias. Tais formas de interação social determinavam a visão e compreensão da organização das relações empresa-comunidade como importante elemento para o desenvolvimento social e de formação de cidadania.

O exercício de atividades relacionadas à cultura complementava-se, ainda com a integração entre organização e vida cultural. Dois exemplos que se fazem presentes à integração entre empresa e sociedade estão expressos pela religiosidade, nas diferentes formas de expressão da fé e na música. Os funcionários, especialmente aqueles de religiosidade cristã, atuavam fortemente na sociedade sabarense, uma cidade com influências católicas e eminentemente barroca. A participação de funcionários da Companhia nas comemorações e festas religiosas encontrava incentivo ao permitir a participação e mesmo a liberação das atividades laborais para colaborarem nos preparativos para as festas.

“Semana Santa – Ref.: Benedito José dos Santos, Henrique Alexandrino e Amador Lampera – Comunicamos aos Vv. Ss. Que, atendendo solicitação da Comissão Organizadora da “Semana Santa”, concordamos em licenciar, com o ponto de 8 horas, os operários em referência, a-fim de realizarem trabalhos para as solenidades programadas: Dia 2-4-60 – Preparativos (confirmação); 8-4-60 – Depósito; 10-4-60 – Missa – Igreja N. S. do Rosário – Procissão de Ramos e Canto da paixão – Procissão do encontro – 14-4-60 – Abertura do Sepulcro, Missa da eucaristia, Lava-pés; 15-5-60 – Solenidades da Sexta-feira Santa; 16-4-60 – Solenidades do Sábado d’Aleluia; 17-4-60 – Solenidade do Domingo da Ressurreição; 18-4-60 – Para guardar os paramentos, utensílios utilizados na Semana Santa; dias 7-9-11-12-13 de abril de 1960”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1295, 6-4-60, fls. 39-39v).

Em relação à música, tem-se a tradição regional que consiste na existência de bandas de música nas cidades mineiras também encontra na organização uma cooperação para o incentivo e preservação dessa forma de cultura popular. Periodicamente, eram promovidos encontros de bandas de música na capital mineira, Belo Horizonte, cujos músicos eram empregados da Companhia tinham a anuência e liberação da empresa para sua participação.

“Licença – músicos – Em virtude de terem que desfilar em B. Horizonte, com a Sociedade Musical Santa Cecília, a partir das 14 horas do dia 2 de julho (sábado), os empregados constantes da relação anexa, poderão faltar ao serviço e serão abonados no referido dia, conforme segue: 1) Os que estiverem no terno das 7 às 15 horas, receberão ponto normal se trabalharem das 7 às 11 horas e comparecerem ao desfile. – 2) Os que pertencerem ao terno das 15 às 23 horas terão quatro horas de bonificação, sem comparecimento ao serviço, desde que tomem parte no desfile – 3) Aqueles que estiverem no terno das 23 às 7 horas receberão também quatro horas de bonificação, mas desde que tenham participado das festividades”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1317, 30-VI-60, fl. 42v).

Assim como a manutenção e atualização as notícias por meio de uma rádio transmissora – Rádio Cultura – na cidade de João Monlevade, a qual exercia a função de comunicação entre empresa e funcionários, bem como a função social com programação de entretenimento junto aos moradores das vilas operárias. (Figura 1)



Figura 1 – Rádio Cultura, João Monlevade, Anos 1960.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal, 2016.

“[...] entrada em funcionamento em Janeiro [de 1961] da Rádio Cultura de Monlevade – dados e características técnicas e programação da rádio – “de acordo com esboços que vêm sendo estudados, a emissora de Monlevade apresentará programas de interesse para a comunidade operaria local (Previdência Social, Prevenção de Acidentes do Trabalho, Jurisprudência Trabalhista, etc) além de horários especiais para noticiário local, estadual e nacional, para reportagem esportiva e outras transmissões externas, para música popular e clássica, para programa religioso e outras iniciativas que assegurarão à Radio Cultura um padrão à altura das melhores emissoras do País”. (Periódico “O Pioneiro”, ano V, n. 109, dez/1960, p. 8).

As atividades sociais incluíam datas móveis comemorativa, como o Dia das Mães, ocorrida no segundo domingo de maio, que fazia parte dos momentos de aproximação entre comunidade e empresa. A Companhia organizava tais atividades em que promovia a formação de comissão própria para sua realização além de formalizar o ato comemorativo.

“Dia das mães – A Comissão encarregada de promover os festejos que assinalam a passagem do “Dia das Mães”, por meu intermédio, vem convidar aos senhores relacionados na folha anexa, para comparecerem no Cine Bandeirante, no próximo dia 10, às 10 horas, onde será realizada uma sessão comemorativa àquela data”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1196, 8-5-59, fl. 25).

Além destas ações da empresa, no âmbito interno das Usinas havia uma preocupação com questões sociais e de entretenimento dos empregados nos momentos de descanso e pausas entre os turnos de trabalho. A promoção de atividades de leitura, bem como a de momentos de confraternização decorrentes de resultados produtivos adinham do reconhecimento da empresa para com os empregados.

“Leitura em serviço – Desejamos condenar aqui a conduta de certos empregados que têm sido vistos lendo jornais em horas de serviço: 1) – Quem assim procede não poderá estar atento aos s/ deveres. 2) – Mesmo que esteja trabalhando com máquina de operação automática, a perfeição do seu trabalho dependerá de atenção. 3) – Se o seu trabalho lhe permite folgas para leitura, por outro lado não lhe permitirá o eventual direito de pleitear melhor salário. É claro que estas observações não se referem às folgas previstas nos revezamentos de turmas, como é o caso do Laminadouro, nem tão pouco às folgas destinadas à refeição do pessoal”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1130, 3-9-58, fl. 16).

“Reuniões semanais – Ao ensêjo da comemoração, dia 1º de julho, do 3º aniversário da instituição das reuniões que, com finalidade administrativa, temos realizado impreterivelmente tôdas as semanas, oferecerei aos integrantes das referidas reuniões, às 19 horas daquele dia no Casino Novo, um “Jantar de Íntima Confraternização” para o qual tenho o prazer de convidar os senhores mencionados na relação anexa e suas exmas. espôsas (ou outro membro da família). Para contrôle da Gerencia do Casino na disposição dos seus serviços, peço a cada um anotar à frente do seu nome qual será o seu acompanhante”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1316, 30-6-60, fl. 42).

A preocupação com a questão social se fazia presente, desde as gerações mais jovens, conforme os programas de formação profissional e renovação da força de trabalho como a presença irregular de menores nas dependências da Usina que, de maneira geral, se serviam de entregadores de refeições aos trabalhadores.

“Menores na Usina – Em virtude de desinteligências que estão ocorrendo no portão existente ao lado da Oficina Mecânica, somos levados a reiterar os termos da antiga nota de serviço que proíbe a entrada de menores na Usina, mesmo sob o pretexto de conduzirem refeições par os nossos trabalhadores”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1221, 20-7-59, fl. 28v).

Entretanto, o programa de maior repercussão social e que envolvia uma parte considerável do pessoal da empresa se referia ao grupo denominado Clube da Velha Guarda que congregava funcionários da organização que haviam dedicado mais de 20 anos à Companhia.

“Clube da Velha Guarda, agremiação fundada por Louis Ensich em 1949 para coroar o esforço e o devotamento dos mais antigos empregados da Belgo-Mineira. De acordo com a tradição estabelecida, integrava as fileiras da Velha Guarda o empregado que completava 20 anos de serviços efetivos e continuados na empresa. A “Cerimônia de Entrega do Relógio” assinalava a incorporação de novos membros ao Clube.

A primeira festa da Velha Guarda aconteceu no ano de sua fundação. Em 1952, a festividade coincidiu com as comemorações do jubileu de prata de Louis Ensich na Belgo-Mineira. A terceira festa, realizada em maio de 1955, homenageou o presidente da ARBED, Félix Chomé, presente à cerimônia. Na ocasião, Lucila Braconnot, empregada do escritório da Belgo no Rio de Janeiro e primeira mulher a integrar o Clube, recebeu o relógio das mãos do presidente da ARBED. Em 1957, com 550 membros, o Clube da Velha Guarda da Belgo se tornou o mais numeroso grupo de empregados veteranos no país.

Comemorava-se o “Dia da Velha Guarda” em 25 de junho, data de nascimento do patrono Louis Ensich. O Clube, que chegou a agregar mais de 1.200 empregados, viveu seu auge na década de 1950 e existiu até o início dos anos 1970”. (Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. I, n. 5, 03/07/2003).

Dentre as atividades promovidas pelo Grupo da Velha Guarda, as festas, missas e demais cerimônias contavam com o apoio formal da Companhia, que por vez ou outra, anunciava em sua comunicação oficial a realização dos eventos.

“Festa V.G. – Comunicamos aos senhores chefes de secções que os empregados cujos nomes estão constando da relação anexa têm permissão para se ausentarem do serviço nos dias 9, 10 e 11 do corrente mês, a-fim de comparecerem à festa de entrega de relógios aos novos membros da velha Guarda, que será realizada desta vez na Divisão Monlevade”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1195, 8-5-59, fl. 25).

“Convite – O Clube da velha Guarda fará celebrar às 17,30 horas do dia 9 dêste (sexta-feira), na Igreja Matriz de N. S. da Conceição, Missa de aniversário em sufrágio da alma do seu saudoso fundador e patrono, Dr. Louis Ensich. Para êste

ato religioso convidamos todos os nossos companheiros e suas exmas. famílias, bem como os amigos e admiradores do nosso primeiro Diretor Geral”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1333, 5-9-60, fl. 45).

Percebe-se por meio dos diversos campos de atuação da Companhia junto à vida cotidiana das Vilas Operárias e das coletividades por ela mantidas, desde preocupações quanto à qualidade de vida e das condições sociais àquelas relacionadas à formação ética do indivíduo e a manutenção de padrões sociais de convívio e de bem-estar social. Nas mensagens de fim de ano, apresentadas pela Companhia por meio de notas de serviço, tem-se uma visão paternalista que se apresenta nos desejos e nas felicitações aos empregados e familiares.

“Felicitações – Ao ensêjo das alegres festas de Natal e Ano Bom, ocasião em que “... comemoramos reconfortados os êxitos alcançados no ano que se finda e brindamos esperançosos e confiantes o Novo Ano, é com real satisfação que a Diretoria da Usina de Siderúrgica comparece através desta mensagem diante dos seus dignos colaboradores, para lhes apresentar, extensivos às suas exmas. famílias, os mais sinceros e melhores votos de Boas Festas e de um Ano Novo prospero e venturoso. Assim, conservando-nos na confortadora certeza de que será mantido entre nós o elevado espírito de amizade e confiança que jamais deixou de existir nas relações entre dirigidos e dirigentes da Usina de Siderúrgica, reiteramos a todos nossas calorosas felicitações”. (CSBM, Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1363, 22-XII-60, fl. 49).

Uma complementaridade ao reconhecimento dos trabalhadores pela Companhia se faz distinguida pelos órgãos estatais por meio da comendas e condecorações oficiais concedidas aos diretores da empresa, como a oferecida ao diretor geral, Dr. Louis Ensck e demais diretores, em especial a Ordem Nacional do Mérito, concedido o grau de Comendador, ao fundador, diretor e presidente da Companhia, o Dr. Christiano Guimarães, a qual foi concedida sob discurso do Sr. Presidente da República, Juscelino Kubitschek. (DOU, 1941).

Em dos elementos marcantes da cultura sabarense e mineira, senão nacional, se configura a partir do ato de doação firmado entre a empresa e o governo federal. Ele apresenta repercussão nacional e se constitui de importância fundamental ao desenvolvimento da memória e história de Sabará. Refere-se à concretização do Museu do Ouro, referência ao período colonial áureo dos séculos XVII a XIX, com o Ciclo de Ouro e a atividade minerária que fez surgir grande parte dos municípios estaduais. Em 1940, o então diretor-geral da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Dr. Louis Ensck, repassou ao governo da União o local, em que anteriormente funcionou a Casa de Fundação de Sabará.

No decorrer da primeira metade do século XX, a Companhia se caracterizou, em diversas oportunidades, como uma organização que buscou a integração e cooperação com as comunidades em que instalou suas unidades produtivas. A busca por melhorias sociais, pela implantação de equipamentos urbanos e estruturação das cidades levou ao desenvolvimento de uma identidade social e cultural que se consolidou ao longo

dos anos.

Uma das características essenciais que permite vincular os elementos sociais e urbanos da empresa ao patrimônio cultural refere-se, geralmente, à continuidade da vida organizacional nos âmbitos privados, dos indivíduos e das famílias, e público, das coletividades. (Figura 2).



Figura 2 – Esquema Representativo de Elementos do Patrimônio Cultural-Social da Companhia

Fonte: Rodrigues da Silva, p. 298, 2017.

Como elemento aglutinador entre empresa, trabalhadores e comunidade deve-se considerar um relevante meio de comunicação, construído pela empresa e que demonstrou ser um importante elo entre a sociedade e a organização, o periódico "O Pioneiro". O jornal pode ser considerado o meio de comunicação integrador nas sociedades em que a Companhia atuava, sendo impresso e distribuído em diferentes períodos, de semanalmente à quinzenalmente, durante o tempo em que circulou, entre os anos de 1954 e 1965.

De forma geral suas sessões se constituíam em médio no total de 06 (seis) páginas nas quais se observa uma certa distribuição das notícias que se apresentavam a partir de um editorial e as principais notícias na primeira página e diversas sessões nas páginas subsequentes, desde depoimentos, curiosidades e histórias da empresa à sessão de passatempos, com palavras cruzadas, anedotas, charadas, pensamentos e curiosidades.

E, seu primeiro número, o periódico se apresentava assim

'O PIONEIRO' evoca, pois, a grandiosidade do esforço construtivo dos dirigentes e trabalhadores da Belgo-Mineira e, como porta-voz de suas permanentes aspirações, vai trabalhar para que maiores feitos e glórias assinalem a história de tão valorosa comunidade". (Periódico "O Pioneiro", ano I, no 1, dez/1954, p. 1).

A proposta do periódico, assim como se percebe nas diversas atividades sociais e culturais promovidas pela Companhia foi buscar uma identificação com diversos elementos sociais, desde equipamentos urbanos, tais como, escolas, hospitais, centros de lazer e ócio, e o próprio desenvolvimento urbano das cidades, como no caso das Vilas Operárias, às atividades de lazer, esporte e cultura as quais determinaram uma conjunção de objetivos econômico-financeiros da empresa e socioculturais das

comunidades.

Entretanto, o caráter social de aproximação da organização com seus funcionários, no decorrer da década de 1960 e seguintes se desloca e se desenvolve de acordo com as premissas e o desenvolvimento mercadológico à época que se volta às questões capitalistas. As preocupações sociais, passam a ser foco de atuação do Estado, com a nacionalização dos serviços públicos, sejam eles relacionados às fontes energéticas, ao abastecimento e atividades urbanas.

A organização inicia um novo ciclo desenvolvimentista, que se centra nas questões da qualidade total, na excelência dos serviços e produtos e na concorrência nacional e internacional. A CSBM passa a se dedicar a um crescimento orgânico, décadas de 1960/90, e de fusões e aquisições, última década do século XX e século XXI. Na primeira tem-se a profissionalização da gestão tecnológica e busca pela excelência dos negócios da empresa; a segunda volta-se à competição global e à necessidade de realizar parcerias para crescimento global dos negócios. (Moyen, 2007).

4 | PENSAR A MEMÓRIA

O conceito de memória está intimamente relacionado ao conceito de história e, para Halbwachs (2006), se distingue a partir de dois tipos específicos de memória: a memória pessoal e a memória social. A primeira pode ser chamada de autobiográfica e a segunda de memória histórica, sendo a segunda mais ampla e geral, pois traz consigo os conceitos da primeira porque a história de vida das pessoas se faz a partir de um todo que seria a história do coletivo. As conexões entre indivíduo e coletividade define as relações inerentes a cada um e considera que os signos e símbolos definidos para a memória coletiva determinam os marcos principais da vida social necessitam ter significado para as pessoas, pois a identificação e identidade que os indivíduos têm para com estes marcos garante a perpetuação da própria memória coletiva.

Percebe-se assim que para a construção da memória, seja individual ou coletiva, faz-se necessário estabelecer dois marcos: o tempo e o espaço. O primeiro se relaciona às datas, à cronologia e aos fenômenos que são pontos de referência e têm um significado especial aos indivíduos a eles identificados que trazem certa identidade; o segundo se configura de forma mais real e absoluta, através dos elementos materiais, sejam edificações, espaços de convivência, de ócio, de trabalho que se constituem as recordações pessoais ou grupais.

Outro ponto a ser considerado considera descontinuidade do tempo moderno que reflete a própria construção da memória e se encontra presente nos mais diversos âmbitos da vida humana. A interpretação dos fatos e a construção de estruturas tradicionais (família, religião, grupos de pertinência etc.) e a determinação das estruturas simbólicas (trabalho, economia, relações sociais, cultura etc.) que os representa e identifica encontram-se em profunda desconstrução e reconstrução.

As características pessoais e grupais que determinam certo pertencimento

encontram-se envolvidas por fatores de identificação e de identidade de indivíduos e grupos que se constituem segundo formas diferenciadas de integração. A formação da identidade e da individualidade têm sofrido modificações dinâmicas cuja necessidade de se reconstruir se torna dinâmica. A integração social e a integração sistêmica, além da ocupação social e da identidade e pertencimento têm definido diferentes comportamentos, individuais ou coletivos. A intensificação da interconexão virtual e da formação de grupos de convivência virtual, sem a necessidade de um compartilhamento espaço-temporal, redefine os diversos grupos em que se vive e cria, em indivíduos e sociedades o que se definem como identidades múltiplas. (Rodrigues da Silva, 2009, 2013)

Essa nova conformação social, define à contemporaneidade a construção dos conceitos de memória segundo 'novas' variáveis que determinam ao espaço-tempo uma re-conformação quanto às características de pertinência, de identidade e de identificação. Os indivíduos e os grupos se determinam (ou são determinados) por fatos e fenômenos desagregados da relação espaço-tempo, mas ainda determinados pela identidade ou identificação a fatos e fenômenos que representem suas vidas. Estas referências tornam-se fatores que determinam o comportamento e criam significados na vida das pessoas e dos grupos de pertinência. Através destas estruturas, físicas ou mentais, e espaços sociais se desenvolvem as atividades que configuram as recordações e definem a memória pessoal ou coletiva.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe*. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRASIL. *Diário Oficial da União*. DOU, p. 2494, 07/02/1941.

CASTELLS, Manuel. Identidad, estado, trabajo, tiempo y espacio en la sociedad red: contribución a un debate abierto. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Madrid: CIS. nº 8, pp. 387-395, 1999a. Disponível em: <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_086_21.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação*. Economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, vol. 1. 1999b.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *25º aniversário da administração do Dr. Louis Enschedé*. Diretor Geral da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch S.A., 1953.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *O Pioneiro*. 1954-1965.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Notas de Serviço*. Livro nº 1, 1952-1965

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Boletim Eletrônico Memória Belgo*. 2003-2007.

FERREIRA, Lúcia M.A. e ORRICO, Evelyn G.D. *Prefácio*. In FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 7-12, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *Fragments de la memoria colectiva*. Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social, nº 2, pp. 1-11, 2002. Disponível em: <<http://atheneadigital.net/>>

article/view/n2-halbwachs/52-pdf-es>. Acesso em: 23 abr. 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1989.

JAMESON, Fredric; NICHOLSON, Celia Montolío; CASTILLO, Ramón del. *Teoría de la postmodernidad*. Madrid, Trotta. 1998.

LASH, Scott; URRY, John. *Economics of signs and space*. Londres: Dage Publications. 1994.

MEJÍA, Oscar Mauricio Aguilar e ÁLVAREZ, María Ximena Quintero. Memória coletiva y organizaciones. *Universitas Psychology*, v. 4, nº. 3, p. 285-296, 2005.

MELUCCI, Alberto. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple, 1989.

MOYEN, François. *A história da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira: uma trajetória de crescimento consistente (1921-2005)*. Belo Horizonte: Arcelor Brasil S.A., 2007.

OLICK, Jeffrey K. e ROBBINS, Joyce. Social memory studies: From “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 105-140, 1998.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. Cidade, cultura e memória: Uma perspectiva a partir da arqueologia e o patrimônio industriais In: Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (CD). Belém: SAB, 2009

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. *O patrimônio industrial brasileiro: Memória e cultura interdisciplinar* In: Anais do II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanas – II CONINTER (CD). Belo Horizonte: IEDS/UFMG, 2013.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. *Cidade, cultura e memória: uma perspectiva sob a óptica da arqueologia e do patrimônio industriais*. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2017.

SANTOS, Myrian S. dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 23, p. 70-85, 1993.

SANTOS, Myrian S. dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, nº 38, p. 1-16, 1998.

SOJA, E. W. Planning in for postmodernity. In BENKO, Georges; STROHMAYER, Ulf (eds.). *Space and social theory*. Interpreting Modernity and Postmodernity. Oxford: Blackwell, p. 236-249, 1996.

UMA RUA DE MUITOS LUGARES - ROTEIRO PELO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ

Lúcia de Fátima Lobato Ferreira

Secretaria Executiva de Educação do Estado do
Pará
Belém – PA

Francisco de Assis Pereira de Araújo

FAIPE. Faculdade de Tecnologia do Ipê Avenida
das Flores,
Cuiabá-MT

RESUMO: Uma rua de muitos lugares corresponde a uma ação de educação patrimonial direcionada à elaboração de uma proposta de roteiro de visita que foi trabalhada pelo Iphan/MT no Centro Histórico de Cuiabá. A proposta do roteiro originou-se das observações feitas durante algumas visitas de grupos de estudantes da educação básica e do ensino superior pelo Centro Histórico de Cuiabá. A partir destas observações constatou-se a falta de uma sistemática na forma de trabalhar os conteúdos durante a visita, pois, os lugares visitados eram trabalhados de forma isolada não havendo a associação entre as informações e sua relação com a dinâmica da cidade. A segunda observação relaciona-se à ausência de material de apoio como suporte para apresentação dos locais visitados, bem como, para a realização de consultas. Por fim, identificou-se a inexistência de clareza sobre o propósito da atividade de visita. A realização

do roteiro vislumbrou aproximar os participantes, os habitantes da cidade do Centro Histórico de Cuiabá e trabalhar a associação dos aspectos históricos, culturais e simbólicos dos locais visitados. Dessa forma, a visita ao Centro Histórico vai além da simples visualização de locais, volta-se para o florescimento, para a apreciação, o aguçar do olhar, descortinar os detalhes do lugar, do patrimônio ali contido, e assim, propiciar a ampliação da visão para além do objeto em si, direcionando para a perspectiva mais ampla em relação à sua valorização, conservação e preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Centro Histórico; Cuiabá; Educação Patrimonial.

ABSTRACT: A street of many places corresponds to an action of heritage education directed to the elaboration of a proposal of route of visitation that was worked by Iphan / MT in the Historic Center of Cuiabá. The proposal of the script originated from the observations made during some visits by groups of students of basic education and higher education in the Historic Center of Cuiabá. From these observations, the lack of a systematic way of working the contents during the visitation was verified, since the places visited were worked in isolation, with no association between the information and its relation with the city dynamics. The second observation relates to the absence

of support material as a support for the presentation of the visited sites, as well as for consultations. Finally, it was identified the lack of clarity about the purpose of the visitation activity. The realization of the script envisioned to approach the participants, the inhabitants of the city of the Historical Center of Cuiabá and to work the association of the historical, cultural and symbolic aspects of the visited places. In this way, the visit to the Historic Center goes beyond the simple visualization of places, turns to the flowering, to the appreciation, the sharpness of the look, to unveil the details of the place, of the patrimony contained therein, and, thus, to propitiate the expansion of the vision in addition to the object itself, leading to the broader perspective in relation to its conservation and preservation.

KEYWORDS: Historic Center; Cuiabá; Patrimonial Education.

1 | INTRODUÇÃO

“Uma rua de muitos lugares” é o primeiro produto apresentado e corresponde a uma ação de educação patrimonial direcionada inicialmente à elaboração de uma proposta de roteiro de visitação trabalhada pelo Iphan/MT no Centro Histórico de Cuiabá

Durante as experiências vivenciadas na superintendência, buscou-se, preliminarmente, perceber as necessidades da institui o, assim como, alguns dos anseios da comunidade em rela o   superintendência. Em rela o a essas necessidades percebeu-se que a visita o ao Centro Histórico   uma atividade frequentemente solicitada, seja por institui es públicas ou privadas e pela sociedade civil.

A partir da identifica o dessa atividade solicitada desenvolvemos interesse em participar de visita es realizadas ao Centro Histórico de Cuiabá, tanto aquelas promovidas pela superintendência como por outras institui es como uma forma de analisar as dinâmicas utilizadas durante essas visita es.

Nesse processo de participa o das visita es foram feitas algumas observa es, as quais contribuir am para a realiza o de algumas reflexões e, para o amadurecimento da elabora o da proposta de roteiro aqui apresentada. Dentre as observa es feitas, alguns aspectos envolvem questões de metodologia e de conteúdo.

A primeira observa o refere-se   ausência de uma sistemática na forma de trabalhar os conteúdos durante a visita o, pois, os lugares visitados são trabalhados de forma isolada não havendo a associa o entre as informa es e sua rela o com a dinâmica da cidade. As escolhas dos locais reafirmam a visão de patrimônio como monumento, pois os lugares visitados são os que pertenciam às famílias ilustres.

Choay (2006), diz que o monumento histórico possui sua fase de consagra o a partir do ano de 1820 tendo o seu término ocorrido na década dos anos de 1960. Ao longo desse período esse conceito vai predominar no embasamento das principais práticas e discussões no campo do patrimônio cultural, tendo nele o

seu auge. Contudo, isso não quer dizer que a partir da década de 1960 a adoção dessa perspectiva se extingue. Ela deixa de ser predominante, de modo que outras perspectivas e, por consequência, outros tipos de bens passem a serem observados pela ação preservacionista (CHOAY, 2006, p. 125). Segundo a autora, este período envolveu um conjunto de fatos, acontecimentos e diferenças nas posições em defesa dos monumentos históricos.

Alguns aspectos contribuíram no predomínio da perspectiva monumentalista durante esse período de tempo, como por exemplo, a unidade soberana que através do seu poder impunha o reconhecimento juntamente com as ideias de coerência e estabilidade, e o status adquirido com a era industrial, a qual indicava determinações novas e essenciais, as quais, ocasionavam uma “hierarquia de valores” (CHOAY, 2006, p. 126). No caso específico de Cuiabá, os resquícios dessa racionalidade estavam presentes na década de 1980 e 1990, como pode ser observado na documentação relativa aos pedidos de impugnação ao tombamento.

Segundo a autora, inicialmente as reflexões anteriores sobre o valor de patrimônio encontravam-se diretamente associado ao valor econômico, ligado à noção de propriedade, de herança. As ações iniciais de tombamento do patrimônio expressas nos primeiros atos jurídicos da Constituinte no ano de 1789 indicavam a dispor os bens do clero para a nação. Neste processo, o valor atribuído aos bens se encontrava diretamente associado ao nacionalismo.

No entanto, ainda segundo ela, a integração das antiguidades nacionais com o “discurso da nacionalização” ocasionou por relacionar-se em valores de troca, sendo que o discurso de sua manutenção acolhia intenções de se evitar “prejuízos financeiros”, ultrapassando, desta forma, a intenção de uma conservação iconográfica, da representação e aproximando-se de fins políticos.

A expressão “poder mágico” (CHOAY, 2008, p. 98), é utilizada pela autora para expressar que esta noção desenvolvida nesse contexto, abarcava toda uma representatividade que contemplava várias categorias representadas em diferentes contextos históricos. Uma constituição de um mosaico de representações patrimoniais que transcendiam as barreiras do tempo e do “gosto”.

Ainda sobre esse processo de valoração, as obras consideradas recentes no século XVIII adquirem os significados históricos afetivo das antiguidades nacionais. O conceito de patrimônio, ainda segundo a autora “induz então a uma homogeneização do sentido dos valores” (CHOAY, 2011:99). A autora ainda destaca que esta perspectiva de homogeneidade se apresentou de forma diferenciada em diferentes momentos. No período da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, houve a valorização de estilos diferentes representados pela arquitetura dos séculos XIX e XX, quando estes foram considerados monumentos históricos.

A segunda observação relaciona-se à ausência de material de apoio como suporte para apresentação dos locais visitados e, bem como, para a realização de consultas. Por fim, identificou-se a ausência de clareza sobre o propósito da atividade

de visitação, o que consideramos que tal fato contribui na limita o da reflexão sobre a importância do Centro Histórico de Cuiabá ser visto como um bem cultural.

A partir das observa es realizadas e de alguns questionamentos feitos para as pessoas responsáveis pelas visita es, pode-se afirmar que o roteiro pode ser considerado como a primeira proposta de visita o sistematizada no Centro Histórico de Cuiabá.

O roteiro foi utilizado durante os anos de 2014 até 2016 pela Superintendência do IPHAN/MT e esta proposta inicial, vem inspirado na elabora o de novas propostas de visita o pelo Centro Histórico, como também, pela área de entorno.

O público atingiu um público bastante diverso. Foram atendidos alunos de universidades públicas e particulares dos cursos de Arquitetura e História, alunos da modalidade Educa o de Jovens e Adultos, estudantes do ensino fundamental, alunos do Instituto Federal de Educa o, Ciência e Tecnologia (IFMT) e durante algumas visita es, contamos com a presença de moradores de rua, os quais demonstraram interesse em saber um pouco mais sobre o lugar onde moravam.



Figura 1: Roteiro ‘Uma rua de muitos lugares’. Alunos do Colégio O Centro de educa o de jovens e adultos Antônio Casagrande do município de Tangará da Serra

Fonte: acervo pessoal.

Compreende-se que uma proposta que envolva a educa o patrimonial, que trabalhe com o patrimônio cultural deve voltar-se para uma perspectiva que contemple os mais diversos tipos de público, no intuito de democratizar o acesso aos bens culturais, como também, realizar uma proposta de trabalho voltada para a interpreta o, no sentido da fruic o, para a contempla o de uma proposta de educa o patrimonial com fins de preserva o.

Ressalta-se que a atividade aqui proposta vislumbrou inicialmente promover uma

ação de Educação Patrimonial que aproxime os participantes do Centro Histórico de Cuiabá, e a partir da construção desse primeiro elo de aproximação, buscou-se associar os aspectos históricos, culturais e simbólicos dos locais visitados, desenvolvendo, dessa forma, uma ação que envolva a valorização e proteção do patrimônio local.

Em relação ao processo de proteção, para Londres, “é necessário que a ação de “proteger” seja precedida pelas ações de “identificar” e “documentar” - bases para a seleção do que deve ser protegido -, seguidas pelas ações de “promover” e, que viabilizam a reapropriação simbólica”. (LONDRES, 2003.p. 65).

Dessa forma, a visita ao Centro Histórico vai além da simples visualização de locais, volta-se para o florescimento, para a apreciação, o aguçar do olhar, descortinar os detalhes do lugar, do patrimônio ali contido, e assim, propiciar a ampliação da visão para além do objeto em si, direcionando para a perspectiva mais ampla em relação à sua valorização, conservação e preservação. Para Miranda, “A interpretação do patrimônio é a arte de revelar *in situ* o significado do legado natural, cultural ou histórico, ao público que visita esses lugares (...)”. (LONDRES, 2003, p. 65)

Comunga-se da ideia que o lugar se torna realidade, a partir da nossa familiaridade com o espaço, não necessitando, entretanto, ater-se a uma definição fixa. Sendo que esse processo de familiarização se constrói de formas diferenciadas.

Massey (2000), no artigo “Um sentido global de lugar”, cita um exemplo dessa construção de relações com o lugar relatando sua experiência de residir em Kilburn High Road. Relata algumas impressões sobre o lugar:

[...] Primeiramente, embora Kilburn possa ter uma característica própria, não se trata absolutamente de uma identidade coesa, coerente de um sentido particular do lugar, partilhado por todos. Nada poderia ser mais diferente disso. O itinerário das pessoas pelo lugar, seus refúgios e as conexões que realizam (fisicamente, pelo telefone, pelo correio ou na memória e na imaginação) entre esse lugar e o resto do mundo variam muito. Se se reconhece que as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares. Ademais, essas identidades múltiplas podem ser uma fonte de riqueza ou de conflito, ou ambas. (MASSEY, 2000:183).

Nesse exemplo percebe-se que a autora quer demonstrar a visão equivocada entre a identificação dos termos lugar com “comunidade”, pois é possível existir comunidades sem necessariamente compartilharem do mesmo lugar, mas através do compartilhamento das referências culturais que o lugar possui. Ainda segundo a autora, “o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular” (MASSEY, 2000, P. 185).

Além dessas reflexões a autora discorre sobre a raridade da existência de “comunidades” e questiona sobre essa singularidade, pois mesmo que a comunidade se relacione a uma representatividade dita homogênea, elas possuem “estrutura

interna”, pois as formas de se relacionar com o espaço, os seus elos representativos sobre os lugares, as conexões construídas são diferenciadas.

[...] Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local. (MASSEY, 2000, p.184).

Segundo a autora o lugar é compreendido não somente pelas suas delimitações territoriais, ele não se encontra comprimido nas demarcações fronteiriças, o que lhe garante sua existência não são suas delimitações precisas, mas o processo construído das singularidades de relações sociais e simbólicas. Dessa forma pode-se comungar da ideia de que o sentido do lugar passa por constantes conexões sociais, sua especificidade não se origina de uma unicidade ou modelo fechado de representações, mas deriva das inter-relações sociais cotidianas. Sendo que tais relações devem ser consideradas nos campos globais e locais, nos fluxos internos e externos.

A globalização proporciona por um lado a disjunção entre o local e o global, causando a necessidade de se buscar as particularidades do local na crença de sua homogeneidade contida na comunidade, recaindo na interpretação de se entender a comunidade constituída de homogeneidade, buscando ressaltar suas características verdadeiras. E também, segundo Massey (2000:184), a globalização das relações sociais pode ser considerada como uma “fonte de reprodução” da singularidade por propiciar diferentes formas de relações geográficas. A formação de grupos diversos que são gerados da globalização das relações sociais isso garante a dinâmica do processo de construção de valores.

Ainda conforme a autora a singularidade do lugar não se encontra na sua existência em si, é construída a partir das diferentes relações sociais e, conseqüentemente, geográficas que se faz com esse lugar, envolvendo as comunidades locais, entendidas aqui como diversas (MASSEY, 2000:184).

Entende-se que a forma como as pessoas usam e interagem nos lugares é um caráter muito forte e difícil de conhecer, perceber e trabalhar com ele. Este capítulo busca compreender o valor atribuído ao Centro Histórico, tendo em vista as políticas públicas culturais de preservação e os agentes sociais que ali compartilharam este espaço.

Além dessa análise, envolvendo a apropriação do patrimônio, é interessante analisar a sua “prática social”, expressão cunhada por Arantes, que expõe como essa dimensão dada ao patrimônio envolve um processo de interpretação da cultura como produção material e simbólica. (ARANTES, 1989, p.2-16).

Em Vianna os símbolos compõem a cultura, sendo que tais símbolos não estão

isolados, pois fazem parte de uma estrutura ampla, que se constrói e reconstrói a partir de movimentos internos e externos seja proveniente do esquecimento ou da apropriação de novas simbologias. Assim, memória e esquecimento antes de serem expressões antagônicas, vêm se mostrando mais próximas, até mesmo, complementares nessa dinamicidade histórica. (VIANNA, Hermano, 2005, p.302-315).

Considera-se que a apropriação e a interpretação do patrimônio, assim como a sua produção, se desenvolvam também na cotidianidade. Para Geertz, a compreensão feita sobre o aspecto público da cultura encontra-se no fato das ações sociais realizadas no cotidiano se desenvolverem naturalmente nas relações sociais, na construção do conhecimento empírico. Este sentido do público possibilita o entendimento de que a transmissão da cultura é de responsabilidade do próprio grupo social que a produz, que é seu detentor. (GEERTZ, 2008, p. 21-30)

A atividade de roteiro aqui proposta possui como objeto de estudo o Centro Histórico de Cuiabá, compreendendo suas transformações e sua análise atual, voltando-se deste modo, para a percepção de que ele não é um espaço isolado, mas um espaço imbuído de memórias, possuidor de um hibridismo tanto nos seus traços arquitetônicos, apresentando características coloniais e ecléticas, como, nas suas representatividades culturais.

A interação do patrimônio material com o imaterial – interação que se concretiza de modo privilegiado no lugar e na paisagem – contribui para a sedimentação de uma noção mais ampla e dinâmica de patrimônio cultural, enquanto síntese dessas dimensões. Uma não faz sentido sem a outra, e uma não pode ser completamente apreendida sem a outra, embora a salvaguarda de cada uma delas demande instrumentos e abordagens distintos. (SANT'ANNA, 2011, p.197).

Compreende-se que as dimensões materiais e imateriais que envolvem o patrimônio são indissociáveis, pois as intervenções realizadas no local ocasionam reflexos na forma de sua fruição e na base social que referencia a sua apropriação civil. Os bens materiais manifestam além de sua concretude, fruto de uma cultura material, a dinamicidade de construções simbólicas contextualizadas.

Considera-se o Centro Histórico de Cuiabá como um espaço contextualizado e que possui a dinâmica da cidade. Segundo Santos, “O espaço é um sistema de valores, que se transformam permanentemente”. (SANTOS, 2008, p. 114). E ainda:

O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. (Ibidem).

Para auxiliar na elaboração dessa atividade, utilizou-se o levantamento iconográfico, por acreditar nas suas contribuições da análise histórica das representatividades dos valores e, dos elementos que compõem a identidade cultural

cuiabana. As representações iconográficas, segundo Paiva “nos possibilita ainda, por meio de outros valores, interesses, problemáticas, técnicas e olhares, compreender, enfim, essas construções históricas”. (PAIVA, 2006. p. 13).

O roteiro “Uma rua de muitos lugares” vislumbrou realizar ações de educação patrimonial numa abordagem que considere a diversidade de estilos arquitetônicos e as simbologias dos locais visitados e a formação de novos agentes sociais, influenciadores na valorização do patrimônio de Cuiabá, a partir do envolvimento e acesso à interpretação do patrimônio.

A elaboração do roteiro contou com pesquisa em acervo bibliográfico de escritores locais, ao estudo de narrativas sobre o cotidiano cuiabano dos habitantes do Centro Histórico, informações históricas, características arquitetônicas e de levantamento de relatos de pessoas sobre suas impressões do Centro Histórico.

Esse amplo material subsidiou a realização de algumas etapas, dentre elas, cita-se: a elaboração de um texto guia do roteiro contendo a sistematização das informações pesquisadas; o levantamento fotográfico da área do roteiro; a realização de reuniões de avaliação para aperfeiçoar a forma e o conteúdo do roteiro; pesquisa sobre os locais, ressaltando a perspectiva do imaginário cuiabano; e, o levantamento bibliográfico, iconográfico e documental sobre os locais que fazem parte do roteiro e elaboração de um folder contendo as imagens e informações.

Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2006, p. 36), “A imagem que os habitantes fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade”. Esse olhar direcionado ao habitante é significativo, pois, seu papel é fundamental na criação de sentidos e valores que se constroem nas práticas sociais cotidianas. O mesmo autor também define a origem do termo “habitante”:

[...] do latim habeo, possuindo o significado de “ter”, manter uma relação constante com algo; o sufixo “it” (habito) aprofunda e reitera esta relação. Hábito, habitar, portanto, expressam um grau superior e constante de apropriação. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano. (MENESES, 2006, p. 39).

O trabalho envolvendo o imaginário urbano não se limita a ideias de lembranças isoladas, mas de compreendê-lo como uma composição importante na compreensão das relações de sociabilidade que são construídas, pois elas contribuem para a leitura do lugar. Para Meneses o imaginário urbano é entendido como:

[...] modalidade específica do fenômeno mais amplo das representações sociais – suponho imagens estruturadas e operadas a partir de grupos sociais e práticas espaciais específicas e não simples conjuntos de imagens refugiadas nas mentes ou na consciência dos indivíduos. (MENESES, 2006, p. 36).

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que essa proposta de trabalho foi importante porque possibilitou uma primeira leitura sobre o Centro Histórico, leitura ao mesmo tempo despreziosa, como uma espécie de “começo de namoro”, mas que nutriu o início de levantamento e diagnóstico sobre as ações educativas realizadas no Centro Histórico. Especificamente a atividade de visita, sem distanciar do entendimento do sentido do patrimônio materializado. Segundo Françoise Choay “ a arquitetura é a única arte cujas obras exigem ser materialmente percorridas. Só ela exige visitas, percursos, desvios que implicam o investimento do corpo inteiro e que a percepção visual apenas pode substituir”. (CHOAY, 2006:201),

O roteiro permitiu a elaboração de uma proposta de trabalho voltado para as ressignificações dos espaços, aspecto fundamental no processo ensino-aprendizagem. A atividade de visita ao Centro Histórico exige um envolvimento do corpo, das sensações dos olhares, de toda uma relação subjetiva.

Ressalta-se que os produtos a partir das considerações feitas podem ser considerados como experiências educativas, pois eles fizeram parte das atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas pelo IPHAN/MT, ultrapassaram o espaço da superintendência, foram trabalhados em algumas instituições universitárias e serviram de material para a produção de novos conhecimentos.

O olhar voltado ao Centro Histórico não se iniciou a partir de uma reflexão sistemática, mas de uma vontade de escrever sobre o que se vê e o que se esconde nos vínculos das formas de sua apropriação social e como esse caminho pode ser trilhado com a reflexão a partir das ferramentas da área da educação.

Considera-se que as etapas de observação, pesquisa bibliográfica, entrevistas e as experimentações pessoais envolvidas nos processos de elaboração e efetivação dos produtos, somados às atividades cotidianas de trabalho e, também, as de lazer, de encontrar pessoas involuntariamente, foram situações que favoreceram a realização de um diagnóstico prévio para a leitura das dinâmicas sociais do Centro Histórico e identificar o que se tem feito (e como) sobre a Educação Patrimonial. Através de observações, entrevistas e filmagens foi possível transitar pelo Centro Histórico, conhecer detalhes, histórias de alguns habitantes do lugar. Tais experiências favoreceram também a construção de um olhar crítico, investigativo sobre este bem cultural.

A proposta do roteiro almejou realizar um trabalho que propiciasse uma atmosfera de aproximação dos moradores do Centro Histórico de Cuiabá e de seus visitantes ao conhecimento, reencontro e reescrita da história de sua cidade e, que inspirasse e fomentasse a realização de outras atividades de educação patrimonial em outros espaços, pois segundo Miranda, “A finalidade da interpretação do patrimônio (natural e cultural) é produzir mudanças nos âmbitos cognitivos, afetivos e comportamentais do visitante”. (MIRANDA, 2002.p.96).

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Aníbal. **Cuiabá histórias, crônicas e lendas**. São Paulo: Yangraf, 2003.

BOTELHO, Miriam. Nas praças, uma reverência à história. **Diário de Cuiabá**. Edição nº 11216 15/05/2005. Disponível em < <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=218624>> Acesso em Dezembro de 2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

Cuiabá Cultura Viva. Apud. MENDES Moisés Martins Junior - **Revendo e reciclando a cultura cuiabana** - 2ª Edição - 2006 - Ed. Janina. Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/secretaria?s=21&v=Cuiab%E1%20Cultura%20Viva>> Acesso em 13 de Janeiro de 2014.

Diário de Cuiabá. **Intervenção na Mandioca**. Martha Baptista. Edição nº 13126 01/10/2011. Disponível em < <http://67.210.115.11/detalhe.php?cod=400033>> Acesso em Janeiro de 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.03-21.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. CORRÊA, Elyane Lins. **Reconceituações Contemporâneas do patrimônio**. EDUFBA, 2011.

LONDRES, Maria Cecília. In ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A; 2003.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma nova Política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDONÇA, Rubens de. **Ruas de Cuiabá**. Editora Cinco de Março. 1969.

MIRANDA, Jorge Morales. **O processo de comunicação na interpretação**. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Selma (Org). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UGMG, 2002.p.95.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Orgs.). Patrimônio: Atualizando o debate. São Paulo, 9ª SR / IPHAN, 2006.

MÜLLER, Maria de Arruda; RODRIGUES, Dunga. **Cuiabá ao longo de 100 anos**. Editora Eletrônica. 1994.

MURTA, Stela Maris. ALBANO, Selma. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed.UGMG; território Brasília, 2002.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Praça da Mandioca. Da redação. **Mídia News**. 08-02-2013. Disponível em < <http://midianews.com.br/conteudo.php?sid=260&cid=149488>> Acesso em Janeiro de 2014.

Prefeitura vai revitalizar calçadas do Centro Histórico. **Diário de Cuiabá**, Da assessoria. 19/03/2008. Disponível em < <http://67.210.115.11/detalhe.php?cod=312166>> Acesso em Janeiro de 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANT'ANA, Márcia. **Da cidade monumento à cidade documento – a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil**. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 1995. 1995.p. 59-70,189-225.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

VIANNA, Hermano. Tradição da mudança: a rede das festas populares brasileiras. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO ESTADO EM SÍTIO TOMBADO

João Gustavo Andrade Silva

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Mestrado Profissional do Programa de Especialização em Patrimônio (MP / PEP)
Porto Seguro - BA

RESUMO: O objetivo deste trabalho é elaborar um diagnóstico de gestão da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - principal órgão do Estado responsável pela preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro - no conjunto arquitetônico e paisagístico do município de Porto Seguro, no período de 2010 a 2017. Foi desenvolvido um processo metodológico a partir de levantamento dos principais instrumentos de gestão do patrimônio cultural utilizado pelo Estado, os quais foram divididos em partes: a) instrumentos de conhecimento e identificação; b) instrumentos referentes aos procedimentos de fiscalização e c) instrumentos referentes à autorização de intervenção do patrimônio. Os documentos coletados foram sistematizados em dados a partir de tabelas, gráficos e mapeamentos elaborados pelo autor que revelam em números como se deu a gestão do Iphan no território. A análise foi realizada de forma quantitativa e descritiva a partir da Matriz SWOT e confrontados com referencial

teórico de recortes históricos destacados na implantação da política de preservação do patrimônio cultural de Porto Seguro, como o Projeto Piloto (IPHAN, 2000) de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Tal feito assume grande importância, uma vez que instrumentaliza juridicamente a atuação do Iphan em âmbito nacional e dá diretrizes para subsequente normatização e melhor atuação do Estado no sítio tombado. Deseja-se que este trabalho possa estimular e subsidiar a normativa da poligonal tombada do município de Porto Seguro, assim como o desenvolvimento de estratégias e novas pesquisas sobre gestão do patrimônio cultural tombado e seus efeitos na sua preservação e salvaguarda.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural; gestão do patrimônio; instrumentos de gestão.

MANAGEMENT OF CULTURAL HERITAGE: DIAGNOSIS OF THE STATES'S PERFORMANCE IN A LISTED AREA

ABSTRACT: The objective of this article is to elaborate a diagnosis of the performance of the Institute of National Historic and Artistic Heritage (Iphan) - the main institution of the State responsible for the preservation and safeguarding of Brazilian cultural heritage - in

the architectural and landscape complex of the municipality of Porto Seguro, in the period from 2010 to 2017. A methodological process was developed based on a survey of the main instruments for the management of cultural heritage used by the Federal Government, which were divided into parts: a) knowledge and identification instruments; b) instruments related to the inspection procedures and c) instruments regarding the authorization of intervention of the equity. The collected documents were systematized in data from tables, graphs and mappings elaborated by the author that reveal in numbers how the management of Iphan in the territory was given. The analysis was carried out quantitatively and descriptively from the SWOT Matrix and confronted with a theoretical reference of historical cutbacks highlighted in the implementation of the policy of preservation of the cultural heritage of Porto Seguro, such as the Pilot Project (IPHAN, 2000) for the application of the National Inventory of Cultural References (INRC). This achievement is of great importance, since it legally equips Iphan's work at the national level and gives guidelines for subsequent regulation and better performance of the Government on the area. It is hoped that this work can stimulate and subsidize the polygonal normative of the city of Porto Seguro, as well as the development of strategies and new researches on the management of the cultural heritage listed and its effects in its preservation and safeguard.

KEYWORDS: cultural heritage; heritage management; management instruments.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é elaborar um diagnóstico de gestão da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - principal órgão do Estado responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro - no conjunto arquitetônico e paisagístico do município de Porto Seguro. A partir desta análise, gerar subsídios para a elaboração de critérios claros de normatização da poligonal tombada do município e para o desenvolvimento de estratégias de gestão do seu patrimônio cultural.

O conjunto histórico e paisagístico de Porto Seguro, tombado através do processo 800-T de 1968 e convertido em Monumento Nacional pelo Decreto nº72.107 de 1973, foi inscrito no livro Histórico sob o nº446 e no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o nº62 em março de 1974.

O perímetro de sua poligonal de proteção (Figura 1) foi, ainda, rerratificado pela Portaria Ministerial nº140 de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2000 sem, contudo, possuir normativa específica, o que dificulta a gestão do sítio tombado e torna o papel do técnico muito mais trabalhoso e delicado na tomada de posicionamento crítico pela não existência de parâmetros e critérios específicos.

Quase vinte anos após a redefinição da poligonal tombada, o Iphan inicia os primeiros estudos para a elaboração de normativa, a partir do Edital de Seleção (BRASIL, 2017) do seu mestrado profissional:

Tendo em vista as múltiplas demandas pela elaboração de Normas de Preservação para as áreas tombadas, [...] desenvolver estudos sobre os valores atribuídos ao Conjunto de Porto Seguro, buscando entender a significância cultural do lugar, gerando subsídios para a elaboração de critérios claros para o desenvolvimento de estratégias de gestão do patrimônio tombado.

A prática diária no Escritório Técnico do Iphan em Porto Seguro¹ que o mestrado profissional fornece uma apreensão espacial sobre o sítio tombado de Porto Seguro e suas complicações. A oportunidade de acompanhar vistorias de fiscalização e elaborar minutas de pareceres técnicos de processos administrativos do Iphan evidencia a dificuldade de tomar um posicionamento sem uma regularização específica do sítio tombado, o que torna o papel do técnico muito mais árduo pela não existência de normativa específica para a região.

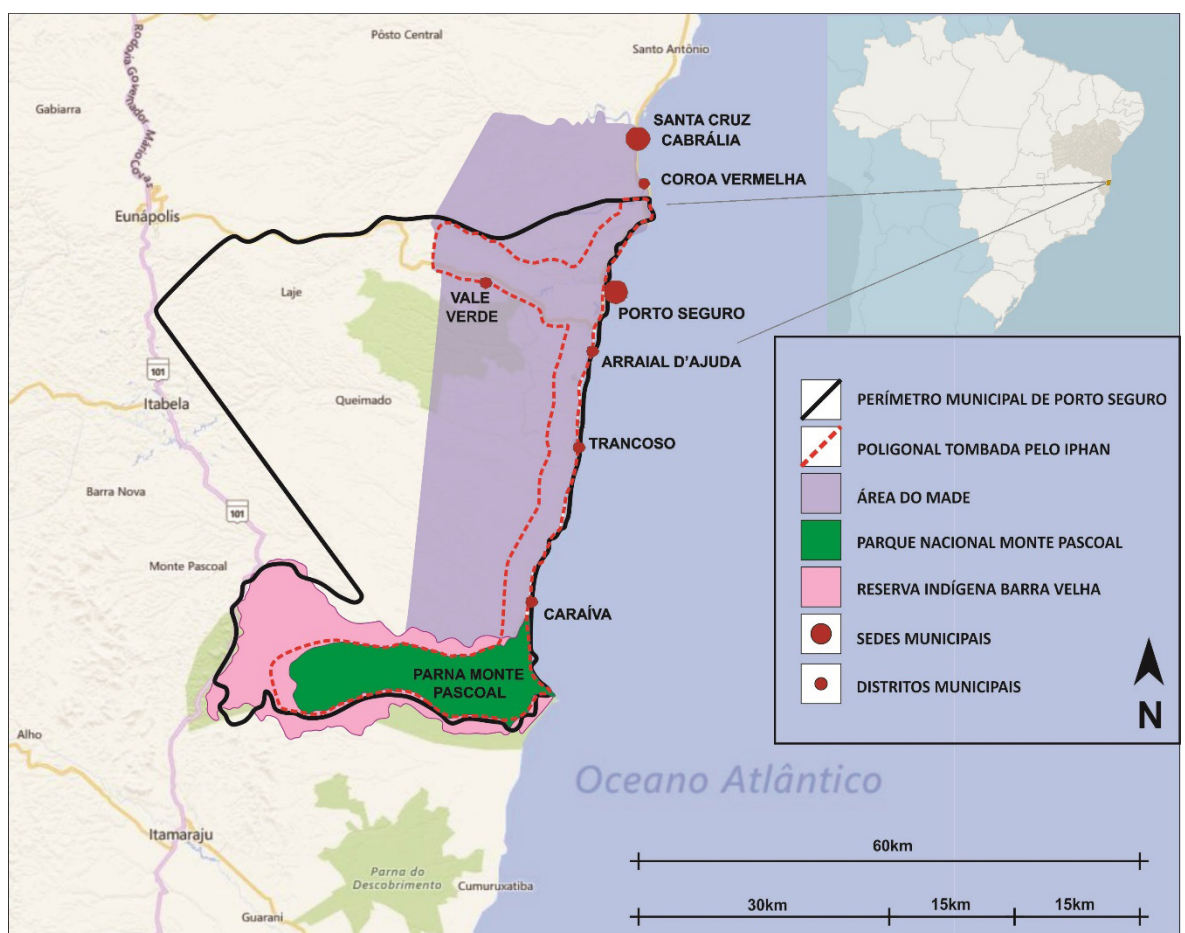


Figura 1: Poligonais de proteção do patrimônio natural e cultural existentes em Porto Seguro sobrepostas.

Fonte: Mapa elaborado pelo autor baseado em dados do IBGE, ICMBios e Iphan.

Base cartográfica disponível em <<https://www.bing.com/maps?FORM=Z9LH3>>.

1 O Mestrado Profissional do Iphan faz com que o mestrando fique locado em uma de suas unidades, sendo-lhe demandados trabalhos práticos como ações de fiscalização e vistorias *in loco*, elaboração de minutas de parecer técnico e relatórios fotográficos, reuniões relacionadas às políticas de salvaguarda do patrimônio, dentre outras atividades interdisciplinares da instituição. Essa rotina o deixa familiarizado com os afazeres desta autarquia, voltados à preservação, salvaguarda e fomento do patrimônio cultural.

A inexistência desses parâmetros para a gestão da poligonal tombada de Porto Seguro também tem gerado diversos problemas, como: a) múltiplas interpretações do técnico responsável na emissão de pareceres e posicionamentos sobre intervenções arquitetônicas e urbanas no sítio classificado; b) conflitos entre proprietários de bens imóveis e poder público; c) desconhecimento das formas de uso e ocupação do sítio pela população local; d) atuação distinta de competências (ambientais, sociais, econômicas e culturais) entre os órgãos do Estado sobre a mesma área.

A implementação de um sistema de normatização para fiscalização em sítios históricos, com parâmetros urbanísticos e construtivos específicos, contribuiria com a gestão do patrimônio cultural e sua consequente salvaguarda, principalmente se incorporado novas abordagens sobre o modo de preservar e gerir este patrimônio, por meio da revisão dos valores atribuídos e participação coletiva da comunidade local. Nesse contexto, percebeu-se que o primeiro passo a ser realizado seria a elaboração de diagnóstico de gestão de Porto Seguro a partir da atuação do Iphan no sítio tombado, o que será apresentado a seguir.

PROCESSO METODOLÓGICO ADOTADO

Tendo em vista a normatização do sítio tombado de Porto Seguro, há vários aspectos do pensamento de Beatriz Kühl (2016) e José Reginaldo Gonçalves (2015) que servem como fundamentação para o desenvolvimento de tais atividades. Kühl (2016, p. 65), por exemplo, destaca a importância de critérios e abordagens teórico-metodológicas do campo do patrimônio para compreender como se deve intervir no bem cultural:

A atuação em bens culturais exige estudos aprofundados, não admite simplificações, nem aplicações mecânicas de fórmulas: daí a necessidade de trabalhar princípios, ou critérios de atuação (e não regras fixas) para fundamentar propostas.

Logo, há a necessidade de ir em busca de experiências bem-sucedidas de normatização e regularização do patrimônio tombado no Brasil e no mundo para embasar a escolha de qual metodologia é a mais pertinente a se aplicar no caso em questão. Arantes (2012, p. 112) já direciona um caminho ao afirmar que “o tripé” de procedimentos que confere consistência para proteger o patrimônio é:

1) sua delimitação precisa; 2) a identificação tecnicamente correta e completa dos valores que lhe são atribuídos; e 3) a documentação consistente das evidências que sustentam tal atribuição de valor ou valores.

A partir desse entendimento, assim como a assimilação das relações estabelecidas entre usufruidores e o sítio histórico e paisagístico e demais áreas circunvizinhas, buscou-se melhor estratégia para a execução de diagnóstico e

elaboração de zoneamento da poligonal tombada de Porto Seguro. Tal feito assume grande importância, uma vez que instrumentaliza juridicamente a atuação do Iphan em âmbito nacional e dá diretrizes para subsequente normatização.

Foi desenvolvido um processo metodológico para o desenvolvimento de diagnóstico de gestão do Iphan no sítio tombado de Porto Seguro, o qual destrincharemos a seguir:

- Levantamento de todos os processos administrativos do escritório, evidenciando a quantidade de pareceres, vistorias, relatórios fotográficos, informações técnicas e outras demandas que foram realizadas entre 2010 e 2017, sistematizando em dados a sua gestão e atuação a partir de gráficos que revelem, em números, como se dá o seu trabalho e onde, geograficamente, foram ou são as suas maiores demandas. Foi considerado esse o recorte de tempo (2010-2017) para se ter entendimento de como a poligonal estabelecida nos anos 2000 tem interferido, ou não, na atuação do Escritório a partir da vigência das Portarias nº187/2010, referente aos “procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado” (BRASIL, 2010) e nº240/2010, que dispõe sobre a regularização do processo de fiscalização e intervenção em bens edificados e áreas de entorno;

- Análise SWOT: O termo SWOT é o acrônimo para Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças) que traduzimos para o português para a sigla FOFA. É por meio da matriz SWOT que é possível entender o objeto de estudo através das variáveis internas (Fortalezas e Fraquezas) e externas (Oportunidades e Ameaças). Por meio desses dados também é possível tanto condicionar/limitar ou viabilizar/alavancar os projetos e as ações no âmbito da gestão territorial obtendo um diagnóstico da atuação do poder público frente aos desafios da dinâmica, no caso específico deste trabalho, da gestão sobre o patrimônio cultural tombado.

LEVANTAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

A maior parte das fontes utilizadas nesse artigo foi coletada a partir do levantamento dos principais instrumentos de gestão do patrimônio cultural utilizado pelo Estado, os quais foram divididos em partes: a) instrumentos de conhecimento e identificação; b) instrumentos referentes aos procedimentos de fiscalização e c) instrumentos referentes à autorização de intervenção do patrimônio.

Foram levantados uma gama de documentos elaborados pelo Iphan, dentre eles, os inventários dos bens culturais de Porto Seguro, assim como autos de infração, notificações, termos de embargo, pareceres técnicos e requerimentos de intervenção no patrimônio cultural do município que geraram processos administrativos, abertos ou arquivados, no Escritório Técnico de Porto Seguro (ETEC-PS) e na Superintendência do Iphan na Bahia, uma vez que por meio destes podem ser encontradas informações relevantes sobre a ocupação do território.

Foi um árduo trabalho de leituras de fundamentação teórica que possibilitou um adiantar no levantamento de dados, que foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, analisados de forma descritiva e confrontados com referencial teórico de recortes históricos destacados na implantação da política de preservação do patrimônio cultural de Porto Seguro.

O Iphan desenvolveu diversos processos metodológicos de coleta de informações sobre o patrimônio, desde as viagens de Mário de Andrade em missão ao Nordeste, “de caráter científico” (CHUVA, 2011, p. 150) até os contemporâneos inventários participativos que, numa construção coletiva, incentivam a participação da população local e dos próprios detentores².

No âmbito de Porto Seguro, identificou-se duas experiências de desenvolvimento de inventário do patrimônio. O INBI-SU (IPHAN, 2001) e o INRC (IPHAN, 2000), ainda numa segregação do patrimônio cultural entre bens materiais e imateriais. O primeiro foi desenvolvido por técnicos do próprio Iphan junto à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da UFMG e o segundo foi através da contratação de uma equipe multidisciplinar de especialistas por meio da empresa Andrade Arantes – Consultoria e Projetos Culturais.

Não se buscou entrar na questão da historicidade e importância do instrumento inventário *per se*, já que há uma vasta bibliografia sobre este tema (MOTA & SILVA, 1998; TELLES, 2007; CARVALHO & AMARAL, 2011; SANTOS, 2013), tampouco realizar uma análise qualitativa dos inventários de Porto Seguro, pois seria uma questão muito mais profunda para ser desenvolvida em apenas um tópico deste trabalho. A intenção foi compreender em qual contexto e como os inventários foram aplicados e desenvolvidos, assim como suas conseqüentes reverberações, principalmente no âmbito da gestão patrimonial.

O INBI-SU foi criado na década de 80, dialogando com a Constituição Federal de 1988 que coloca o inventário como um dos instrumentos de acautelamento e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, sendo dever do Estado garantir acesso às fontes de informação relacionadas à cultura nacional, assim como sua valorização e difusão.

Embora já tenha passado por longo processo patrimonial, o INBI-SU de Porto Seguro só foi desenvolvido em 2001, talvez numa resposta às discussões das celebrações ocorridas no município do V Centenário da chegada dos portugueses em terras ameríndias.

Fez-se uma busca do inventário de Porto Seguro na Superintendência do Iphan na Bahia, assim como no Escritório Técnico de Porto Seguro (ETEC-PS). Não foi encontrado em sua completude. Por conta dessa demanda e solicitação do ETEC-PS, a bibliotecária da Superintendência³ solicitou o material para o arquivo de Brasília,

² O Iphan possui vasta publicação que fomenta educação patrimonial a partir de uma troca de conhecimento entre a comunidade local e seus técnicos, orientando a construção coletiva de inventários de identificação (IPHAN, 2000; IPHAN 2007, IPHAN 2012; IPHAN, 2016).

³ E-mails trocados com a servidora Ana Teresa G. S. de Matos, responsável técnica pelo arquivo e biblio-

que nos foi disponibilizado de maneira também incompleta. Até então não tivemos acesso, por exemplo, à pesquisa histórica citada no Relatório da Atuação do Ministério da Cultura e do Iphan no Museu Aberto do Descobrimento (MINC, 2001, p. 25) que afirma:

[...] a pesquisa histórica fez a identificação de fontes documentais sobre a história da região, produzindo mais de 170 registros, cujo conteúdo, associado às análises do conjunto de informações levantadas [essas análises foram disponibilizadas], forma base essencial para o conhecimento mais aprofundado dos contornos culturais e históricos desses sítios urbanos.

No arquivo do Escritório Técnico do Iphan em Porto Seguro há a coletânea de nove CD-ROMs contendo o levantamento⁴ realizado nos cinco distritos do município (Porto Seguro – cidade alta e cidade baixa –, Arraial D’Ajuda, Trancoso, Vale Verde e Caraíva) e do município vizinho de Santa Cruz de Cabrália, que também possui seu conjunto urbano tombado, ao todo, foram inventariados cerca de 800 imóveis (MINC, 2001, p. 24).

Paralelamente à elaboração do INBI-SU de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, também houve o desenvolvimento do INRC no mesmo sítio. O Ministro da Cultura, a partir da Portaria nº37/1998, institui uma comissão com o objetivo de elaborar proposta visando a regulamentação para o acautelamento do patrimônio imaterial brasileiro. O Iphan também vai ao encontro dessa discussão e propõe a elaboração de um processo metodológico que pudesse ser adotado pelo inventário do patrimônio imaterial, instrumento que contribuiria também para a implementação do Decreto nº3551/2000.

Assim surge o projeto piloto do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que viria a ser o principal instrumento de identificação e conhecimento do patrimônio cultural imaterial. O Departamento de Identificação e Documentação do Iphan (DID) convida Antônio Arantes⁵ - que também era membro da comissão instituída pela Portaria nº37/1998 - para coordenar a equipe multidisciplinar que seria responsável pela formulação dessa metodologia⁶.

O desenvolvimento deste projeto piloto ocorre no município de Porto Seguro, abrangendo os seus principais distritos e dois municípios vizinhos devido aos seguintes fatores, conforme Manual de Aplicação do INRC (2000, 33):

Essa vasta região do sul da Bahia, com 1.200 km² de área, abrangendo três municípios e várias aldeias e terras indígenas foi escolhida não só em virtude de ter sido delimitada juridicamente para fins da implantação de uma política

teca do Iphan-BA.

4 O levantamento encontrado nos CD-ROMs contém a) base de dados, b) planta cadastral, c) planta dos imóveis, d) fotografia dos imóveis e e) maquete eletrônica do sítio.

5 Foi presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (1983-1984), e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2004-2006). Cientista social pela USP, Mestre em Antropologia social pela USP e PhD. pela Universidade de Cambridge (King’s College).

6 Portaria publicada no Diário Oficial da União, em 06 de março de 1998.

cultural unificada no âmbito federal (o programa cultural do MADE)⁷, mas também por possuir certa unidade em termos de formação histórica, e por vir sofrendo em décadas recentes os efeitos de um mesmo processo de incorporação pelos negócios associados ao turismo.

Em 2015, Sara Morais e Rodrigo Ramassote entrevistam Arantes (2015)⁸, que discorre sobre o percurso inicial da aplicação do INRC em Porto Seguro e desdobramentos posteriores, dos quais destaca-se pontos que ajudam a compreender como tal instrumento foi desenvolvido no município.

Arantes afirma que, diferentemente da aplicação do INBI-SU, os técnicos do Iphan “colaboraram para a criação dessa metodologia com sua experiência enquanto gestores da área, não enquanto pesquisadores”, o que demonstra um certo afastamento dos mesmos do processo de desenvolvimento do INRC:

Eles forneceram parâmetros derivados de suas expectativas e necessidades; mas a construção de um instrumento que pudesse ser aplicado nacionalmente e que permitisse elaborar algum tipo de síntese dos resultados obtidos em campo, isso foi feito pela equipe montada pela empresa de consultoria Andrade e Arantes – Consultoria e Projetos Culturais. A metodologia do INRC foi construída em campo, graças à experiência, persistência e competência de um grupo de pesquisadores especialmente selecionados (Arantes *et al.* 2015, 235).

Havia, contudo, um consenso de que o inventário fosse utilizado como parâmetro para melhor gestão do patrimônio cultural (ARANTES *et al.* 2015, p. 243):

É interessante lembrar, mais uma vez, que esta abordagem [adotada para a construção do projeto-piloto] do INRC não responde a limites e parâmetros acadêmicos, exclusivamente; mas, além destes, a limites e parâmetros de ação – ou seja, práticos – e para a ação, ou seja, que se tornam normativos quando **integrados** à política pública a que deverão servir.⁹

E, desta maneira, deveria existir uma integração dos inventários relativos ao patrimônio material (INBI-SU) e imaterial (INRC), não bastando “simplesmente agregar informações de natureza sociocultural aos instrumentos de inventário arquitetônico e urbanístico existentes”, mas sim articular as dimensões do tangível e intangível do patrimônio cultural a ser salvaguardado.

Por fim, o entrevistado traz alguns questionamentos que também foram motivação para o desenvolvimento deste artigo, no sentido de como os inventários não devem ser vistos somente como instrumentos de identificação e conhecimento, mas podem contribuir para a gestão do patrimônio (ARANTES *et al.*, 2015, p. 250):

[...] o que se faz com tantas informações? Para que servem todas essas informações produzidas pelos inventários? Se a instituição não tiver uma resposta clara a

7 Arantes decide se limitar à área da poligonal delineada para o MADE no Decreto nº 1874/96.

8 Entrevista publicada na Revista CPC, São Paulo, em dezembro de 2015. (ARANTES *et al.*, 2015). DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i20p221-260>.

9 Destaque do autor.

essa pergunta, a atividade de inventariação torna-se um desperdício enorme de recursos financeiros, de tempo, de inteligência, de criatividade. Leva a se produzir uma massa de dados de pouca utilidade do ponto de vista da salvaguarda, que é o objetivo desta política.

Na tentativa de responder tais questionamentos, trazemos a problemática da dificuldade de acesso às informações produzidas, que, inclusive foi uma das motivações da entrevista. Arantes chega a afirmar que “o trabalho [...] está sendo divulgado ou transmitido de modo incompleto”, sendo ratificado pelos autores ao informar no pé de página da entrevista que “o material de Porto Seguro nunca foi impresso”.

O Relatório da Atuação do Ministério da Cultura e do Iphan no Museu Aberto do Descobrimento (IPHAN, 2001, p. 29) indica que os produtos resultantes do INRC de Porto Seguro foram: 30 painéis temáticos para exposição permanente; CD para veiculação em meio multimídia; Guia Cultural do Museu Aberto do Descobrimento e Inventário de Referência Cultural, composto por três volumes.

Assim como no levantamento de material sobre o INBI-SU, foi realizada uma busca na Superintendência do Iphan na Bahia e no ETEC-PS, onde os produtos supracitados do INRC foram encontrados também parcialmente.

Deste material, somente o Guia Cultural, que aborda uma síntese do INRC de maneira pedagógica, foi encontrado de maneira mais acessível. Este material está disponível na Superintendência da Bahia (único exemplar) e no Escritório Técnico de Porto Seguro (onde há inúmeros exemplares lacrados e não utilizados, por um período de 18 anos) que em tese, deveriam ser distribuídos para fomento de pesquisas e promoção de Educação Patrimonial.

A ausência do material completo tanto do INBI-SU, como do INRC do município leva a inferir que, até então, os inventários desenvolvidos foram tratados como instrumento de conhecimento e identificação, não sendo utilizados por parte do Iphan como mecanismo de gestão do patrimônio cultural.

Compreende-se que os inventários, pelos dados coletados e fornecidos, são os principais balizadores para qualquer planejamento de gestão a ser realizado no âmbito de salvaguarda do patrimônio cultural e, inclusive, subsídio para a elaboração de critérios de normatização para a poligonal tombada do município. Porém, será necessária uma avaliação qualitativa de tais dados, entendendo a conjuntura no qual os mesmos foram realizados e seus respectivos autores para possíveis atualizações e até revisão dos dados.

INSTRUMENTOS REFERENTES AOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

Com o objetivo de regular os procedimentos de fiscalização do patrimônio, foi criada a Portaria nº187 de junho de 2010, que “dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado”. Tais procedimentos visam fazer-se cumprir as disposições do

Decreto-Lei nº 25/37, no que se refere a aplicação de multas por infrações contra bens culturais de natureza material. Dentre os recursos institucionalizados, encontram-se a Notificação para Apresentação de Documentos (NAD), o Auto de Infração e o Termo de Embargo, os quais são meios legais de se proteger o patrimônio edificado.

Foi realizado no ETEC-PS um levantamento do quantitativo de aplicação desses procedimentos para uma análise da atuação de fiscalização e gestão do Iphan no município de Porto Seguro. Além desses documentos, também foram contabilizadas as quantidades de memorandos e Informações/Notas Técnicas elaboradas.

Vale destacar que no período de análise (2010-2017), o ETEC-PS passou por quatro gestões de chefia diferentes, a saber: Cássia Boaventura, Karenina Méndez, Felipe Musse e o atual chefe Fernando Medeiros, todos com graduação em arquitetura e urbanismo. Além da chefia, a equipe conta apenas com mais um servidor técnico de fiscalização, um técnico administrativo e dois servidores terceirizados de serviços gerais e segurança. Atualmente, o bolsista do mestrado profissionalizante do Iphan, graduado em arquitetura e urbanismo, complementa os recursos humanos do Escritório.

O levantamento foi realizado a partir das minutas de relatórios mensais e anuais dos respectivos chefes para a coordenação técnica da Superintendência do Iphan na Bahia. As minutas podem não trazer uma garantia plena de que todas as informações ali descritas foram transcritas tais quais nos documentos originais, todavia foi de entendimento que as eventuais divergências não trariam prejuízo para o levantamento quanto à questão da quantidade de documentos gerados.

Um relatório do período dos anos 2010 a 2016, de Fernando Medeiros, especificamente, muito contribuiu com o levantamento dos dados que serão apresentados a seguir. As informações também foram confrontadas - em parte, corrigidas - com os canhotos de fiscalização encontrados no ETEC-PS, gentilmente cedidos pelo servidor Cláudio Cruz.

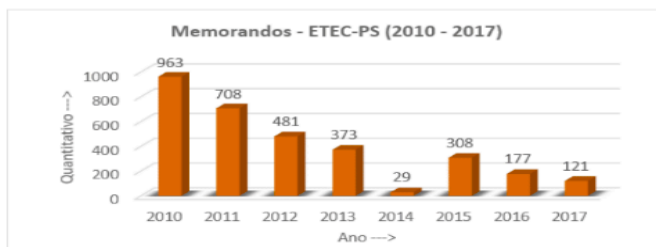
Os dados referentes às NAD's dos anos de 2010, 2011, 2014 e 2015, assim como dos Termos de Embargo de 2014 e Autos de Infração de 2015 não foram encontrados, nem citados nos relatórios analisados. Não houve tempo hábil para averiguar se tais informações estão nos arquivos da Superintendência do Iphan - BA, em Salvador. A ausência dos dados supracitados prejudica, em certo ponto, o diagnóstico aqui realizado, porém, com os dados coletados, há como se fazer a análise e diversas considerações no âmbito da gestão e fiscalização do patrimônio cultural de Porto Seguro.

Como não foi encontrado o canhoto das NAD's, Autos de Infração e Termos de Embargos de muitos dos anos pesquisados, decidiu-se não se realizar o mapeamento geográfico de tais informações, o que se poderá fazer no futuro e será de grande valia para um panorama mais detalhado da fiscalização realizada nos últimos anos.

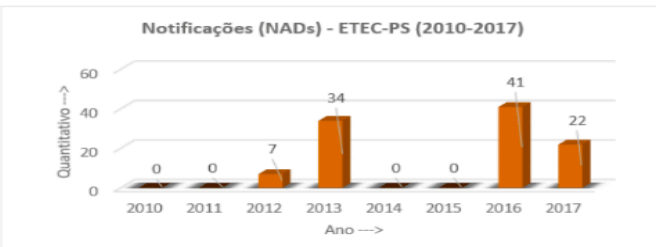
O quantitativo dos documentos gerados, ano a ano, no ETEC-PS foi posto em tabelas que subsidiaram o subsequente desenvolvimento dos gráficos apresentados

a seguir¹⁰:

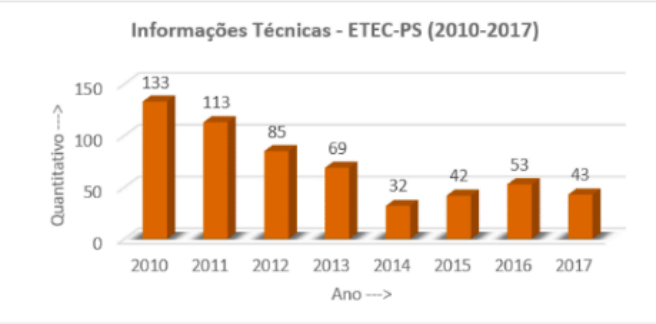
MEMORANDOS	
ANO	QUANTITATIVO
2010	963
2011	708
2012	481
2013	373
2014	29
2015	308
2016	177
2017	121
TOTAL:	1084



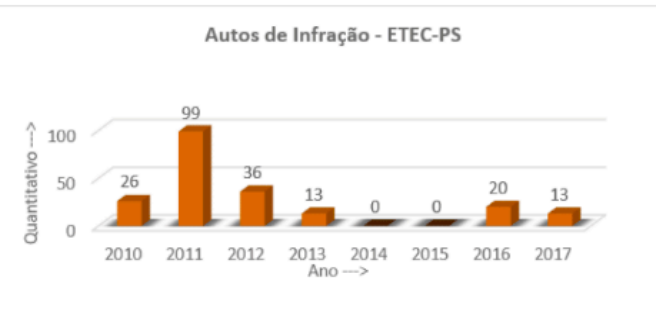
NAD's	
ANO	QUANTITATIVO
2010	?
2011	?
2012	7
2013	34
2014	?
2015	?
2016	41
2017	22
TOTAL:	104



INFORMAÇÕES/NOTAS TÉCNICAS	
ANO	QUANTITATIVO
2010	133
2011	113
2012	85
2013	69
2014	32
2015	42
2016	53
2017	43
TOTAL:	176



AUTOS DE INFRAÇÃO	
ANO	QUANTITATIVO
2010	26
2011	99
2012	36
2013	13
2014	?
2015	?
2016	20
2017	13
TOTAL:	207



TERMOS DE EMBARGO	
ANO	QUANTITATIVO
2010	60
2011	21
2012	11
2013	4
2014	?
2015	2
2016	23
2017	11
TOTAL:	132



10 Gráficos e tabelas elaborados pelo autor a partir dos dados levantados.

INSTRUMENTOS REFERENTES À AUTORIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO DO PATRIMÔNIO

Os pareceres técnicos de análise dos requerimentos que solicitam autorização para intervenção no patrimônio são, talvez o instrumento de proteção e salvaguarda utilizado no ETEC-PS que possa dar o maior número de informações relacionado à gestão do patrimônio de Porto Seguro.

Na tentativa de obter tais dados, além do levantamento de todos os pareceres elaborados entre o período entre os anos de 2010 e 2017, foi feito um mapeamento geográfico dos mesmos para se conseguir um panorama de onde, territorialmente, são mais efetivas a atuação do Iphan no âmbito desses requerimentos.

Como seria inviável o acesso a todos os processos administrativos dos últimos oito anos onde estão esses pareceres, por questão de logística – muitos encontram-se na Superintendência da Bahia, em Salvador – e tempo hábil, decidiu-se fazer o levantamento dos pareceres pelas minutas que se encontram salvas na rede de computadores do ETEC-PS.

Se por um lado, torna viável o levantamento dos pareceres, por outro, fazer a análise dos mesmos pelas minutas não traz uma garantia plena de que todas as informações ali descritas foram transcritas tais quais nos documentos originais. Mesmo assim, para o objetivo deste levantamento, foi de entendimento de que as eventuais alterações não trarão prejuízo para o diagnóstico aqui realizado.

Vale ressaltar que o sistema eletrônico de informações do Iphan (SEI) só foi implantado em 2017, sendo que, mesmo neste ano de transição, nem todas os pareceres foram feitos de forma digital, o que inclusive trouxe um problema de numeração dos documentos: o parecer número 01/2017, gerado automaticamente pelo SEI quanto este foi implantado em meados de 2017, repete a numeração do parecer físico de também número 01/2017, gerado no início deste mesmo ano. As minutas de parecer evitaram esta sobreposição nas informações deste trabalho.

Todas os chefes que atuaram no ETEC-PS desde 2010 fizeram minutas dos pareceres e deixaram na rede de computadores do escritório. Embora não haja uma organização lógica de como estão organizados e/ou localizados nas pastas digitais, praticamente todos foram encontrados. Há pareceres que fazem análise de intervenção que ocorre em dois sítios distintos.

Após o levantamento de todas as minutas de pareceres, foi criada uma tabela para cada ano de gestão do escritório, começando pelo ano de 2010, ano de vigência da Portaria nº420/2010 (BRASIL, 2010), que “dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno”. Verificou-se, contudo, que o modelo padrão de parecer da Portaria só começou a ser utilizado no ETEC-PS a partir do parecer de número 18 do ano de 2011.

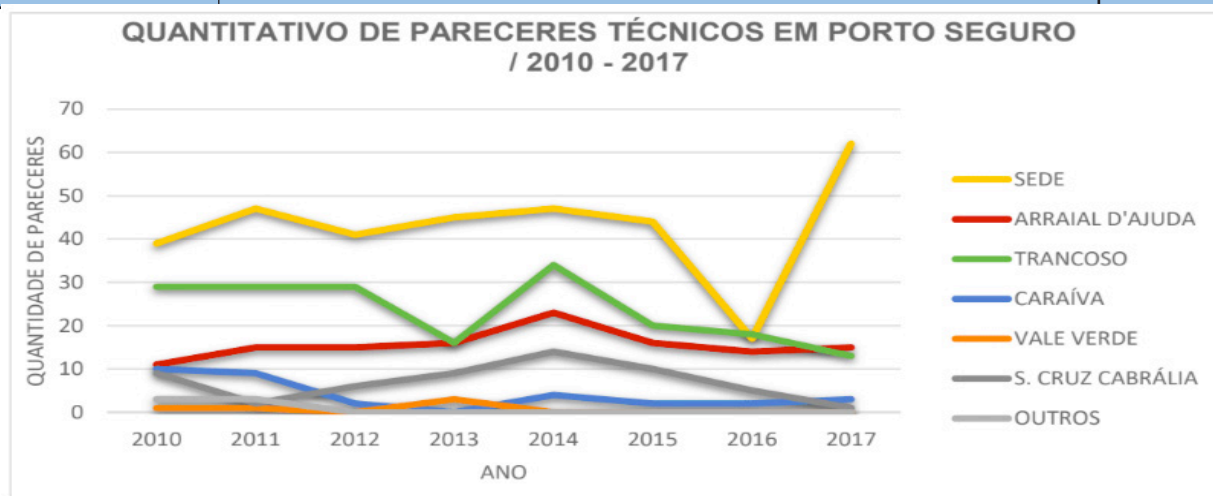
As tabelas elaboradas trouxeram informações do quantitativo de pareceres

técnicos, assim como da localidade do bem objeto do requerimento, tendo como parâmetro os cinco distritos de Porto Seguro (Sede, Arraial D’Ajuda, Trancoso, Vale Verde e Caraíva).

Percebeu-se um número considerável de pareceres para intervenções no município de Santa Cruz de Cabrália e seu distrito de Coroa Vermelha, os quais, embora não sejam objeto de estudo deste mestrado, foi decidido considera-los no âmbito de análise da gestão do ETEC-PS.

As tabelas com as informações de cada ano¹¹ forneceram as informações para elaboração da tabela resumo a seguir e subsequente gráfico:

QUANTITATIVO DE PARECERES TÉCNICOS EM PORTO SEGURO / 2010 - 2017									
LOCALIDADE	ANO								TOTAL
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Sede	39	47	41	45	47	44	17	62	342
Arraial D’Ajuda	11	15	15	16	23	16	14	15	125
Trancoso	29	29	29	16	34	20	18	13	188
Caraíva	10	9	2	0	4	2	2	3	32
Vale Verde	1	1	0	3	0	0	0	0	5
S. C. Cabrália	9	2	6	9	14	10	5	1	56
Outros	3	3	0	0	0	0	0	0	6
TOTAL	102	106	93	89	122	92	56	94	754



Numa primeira análise, foi visto uma predominância de pareceres técnicos para os distritos Sede, Trancoso e Arraial D’Ajuda, além de que havia uma quantidade considerável de pareceres para regiões específicas desses distritos. Desta maneira, decidiu-se reelaborar as tabelas, separando algumas regiões: a orla norte do distrito Sede (Porto Seguro) e as regiões de Itaporanga; Praia do Espelho e Curuípe do distrito de Trancoso.

Foram elaborados novos gráficos que pudessem fornecer um panorama do

11 As oito tabelas de ano a ano (2010-2017) não foram publicadas, pois, apesar de fazerem parte do processo metodológico, foi de entendimento que a tabela resumo e gráfico trazem as informações pertinentes para este artigo, sem prejuízo à pesquisa e seu entendimento.

quantitativo anual dos pareceres e a localidade da intervenção. Como previsto, em todos os anos analisados há uma predominância de pareceres nos distritos Sede, Trancoso e Arraial D’Ajuda. A separação de regiões do próprio distrito se justificou na orla norte, onde há um suposto eixo de crescimento urbano do município.

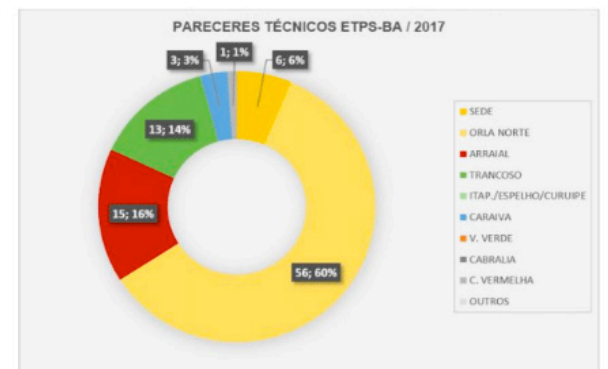
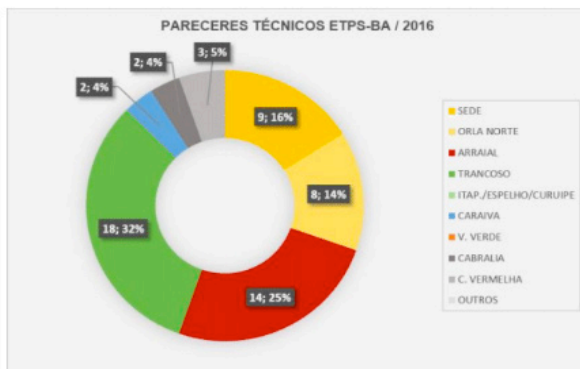
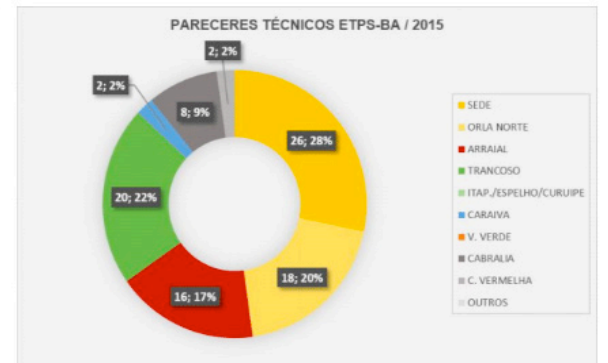
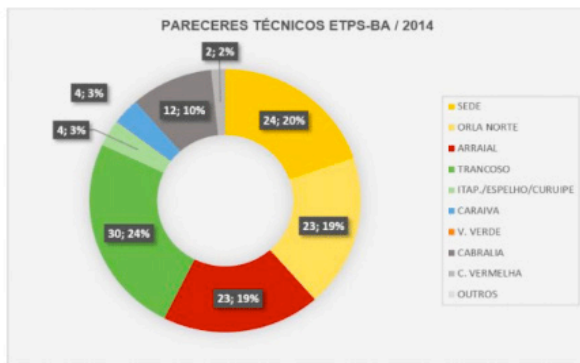
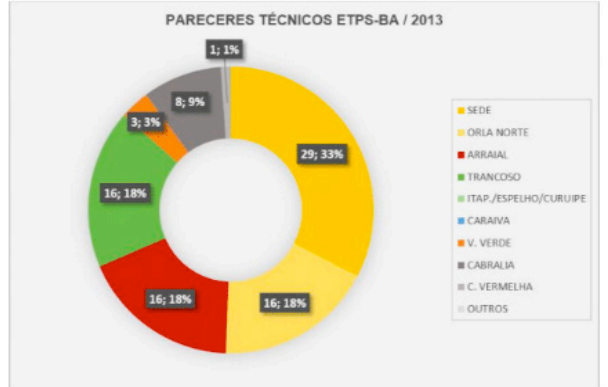
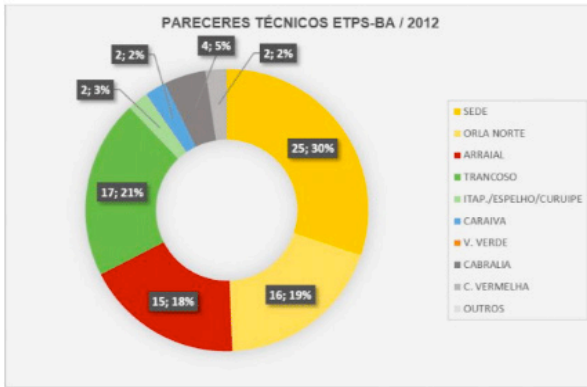
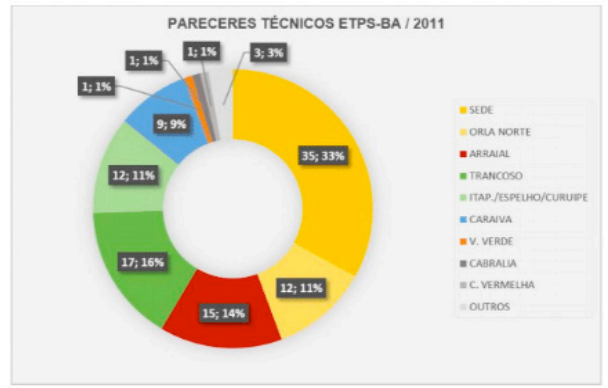
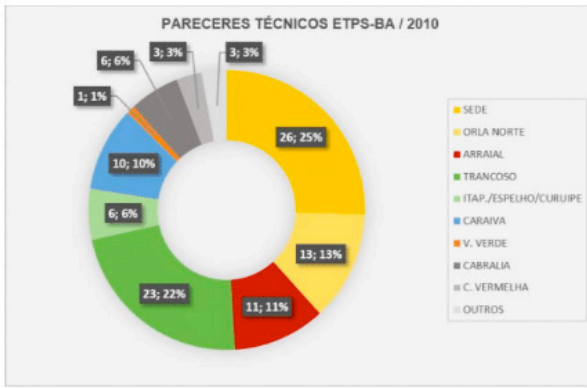
No caso dos distritos de Trancoso, observou-se que a demanda de pareceres técnicos se dá em alguns anos específicos. Ao analisar esses anos, percebeu-se que todos os pareceres técnicos estavam voltados à aprovação de loteamentos e condomínios residenciais recém aprovados naquele ano pela prefeitura e Iphan, o que gera, subsequentemente, diversos pedidos de autorização para construção de habitações nesses lotes recém-criados. No caso de 2011, destaca-se o loteamento do Condomínio Vila das Brisas, na região de Curuípe, distrito de Trancoso.

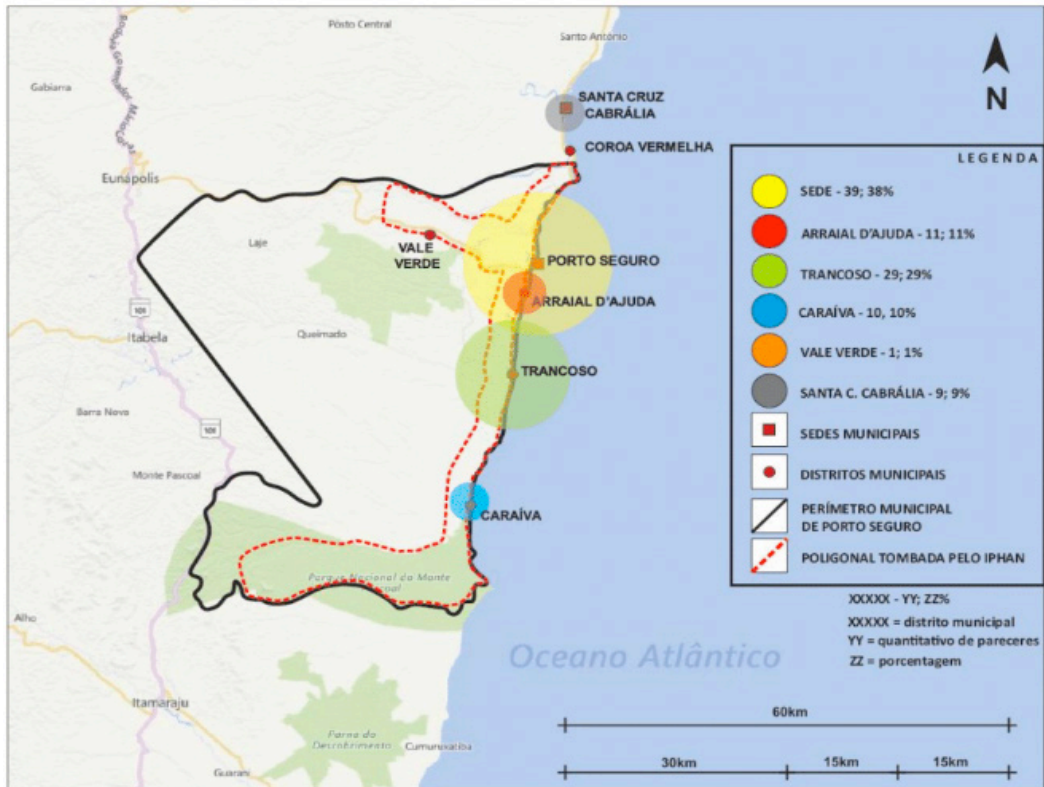
Embora não apontado nas tabelas e nos gráficos, também foi evidenciado que uma expressiva parte dos pareceres demandados para o distrito de Arraial D’Ajuda foram para as intermediações da Estrada da Balsa e Estrada de Itaporoca, um indicativo de setores de desenvolvimento urbano do município de Porto Seguro.

Outro destaque evidenciado é a quantidade de pareceres na localidade da orla norte de Porto Seguro no ano de 2017. A justificativa seria o processo aberto pelo Ministério Público Federal contra todas as barracas de praia e outros empreendimentos da área, que demandou do Iphan uma resposta rápida, e conseqüente prioridade, para a questão.

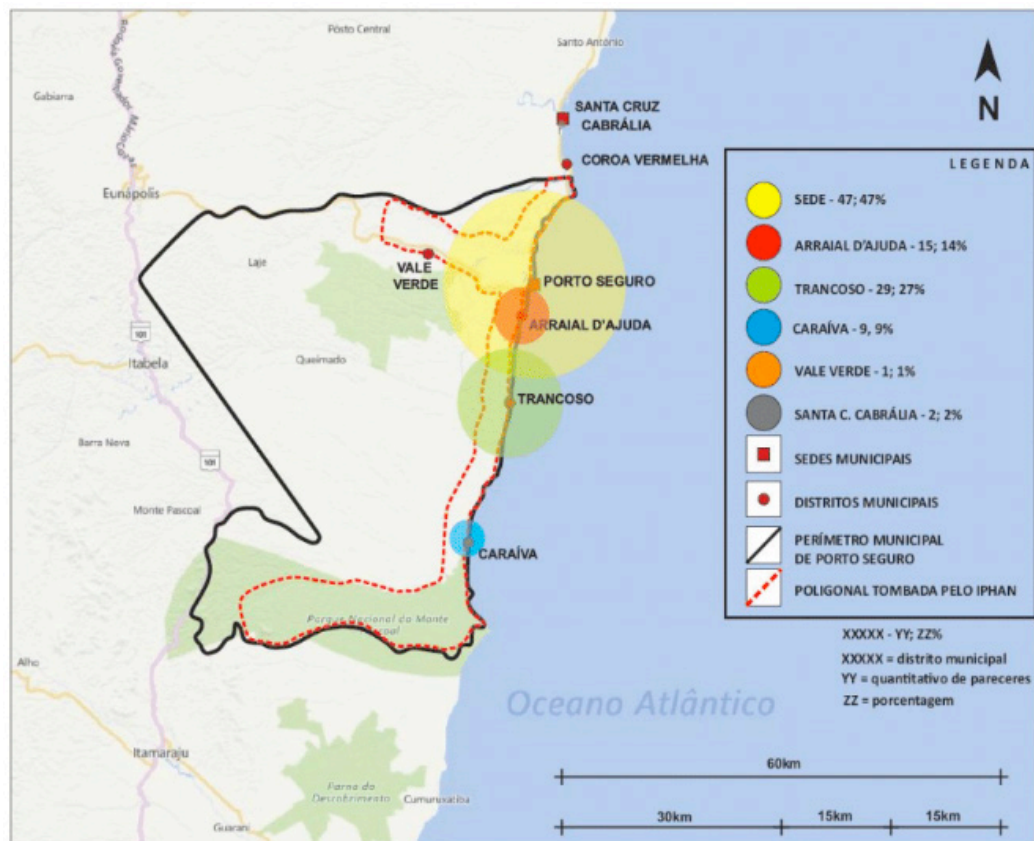
O “outros” apontado nas tabelas e gráficos apontam pareceres para objetos de análise que estão fora da poligonal de tombamento estabelecida pelo Iphan. Chama atenção dois requerimentos de parecer para a região do Monte Pascoal em 2010 e solicitação de autorização de intervenção para instalação de energia elétrica na Aldeia Indígena do Bugigão através do Programa Luz para Todos, também no ano de 2010.

Além dos gráficos, foi realizado um mapeamento geográfico dos pareceres técnicos para confirmação e melhor percepção das informações reveladas por estes primeiros e do quantitativo de requerimentos por região, ano a ano, ambos apresentados a seguir:

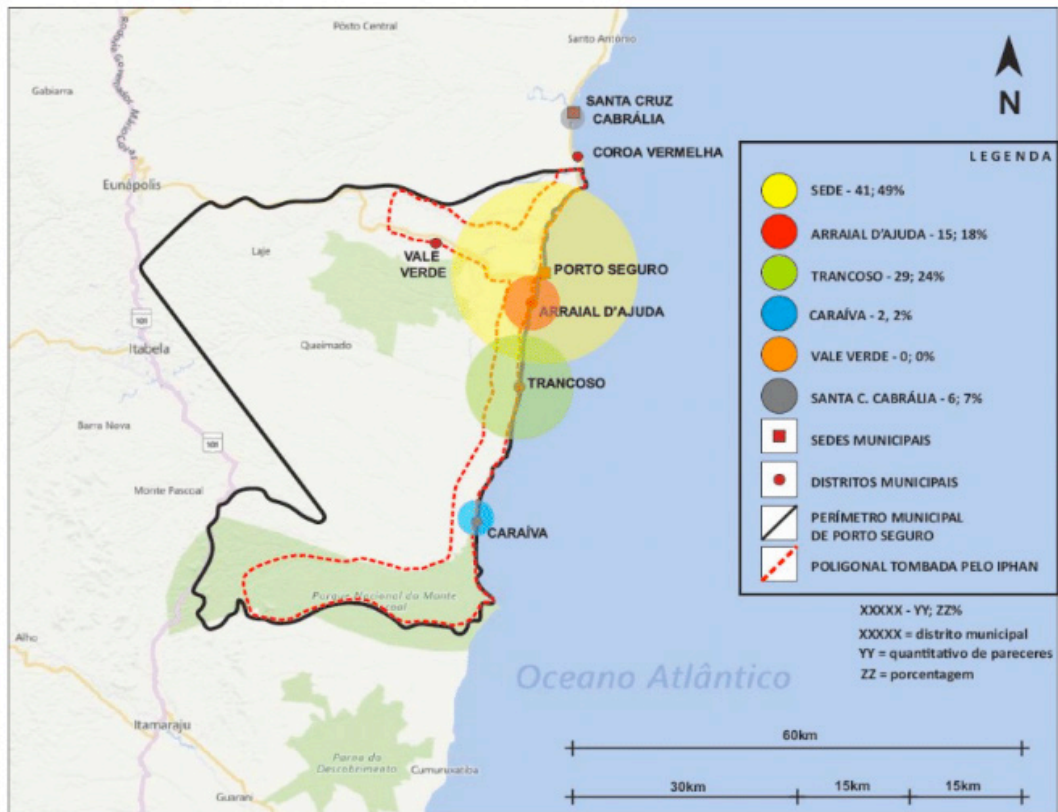




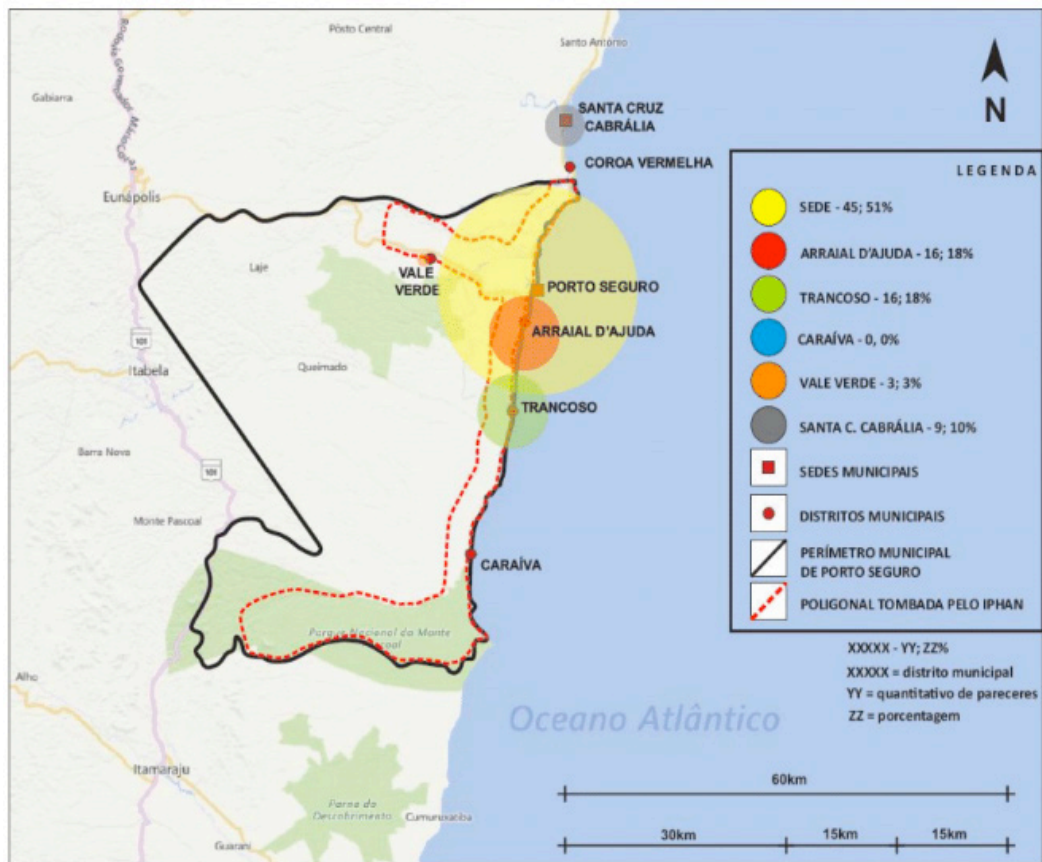
Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2010)



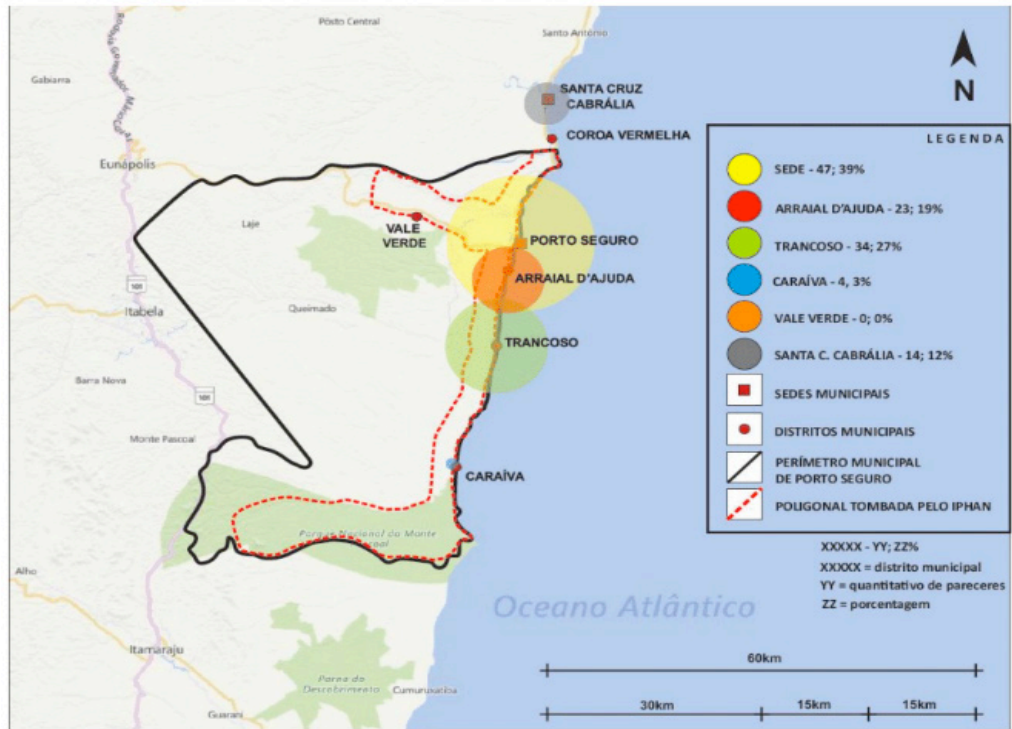
Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2011)



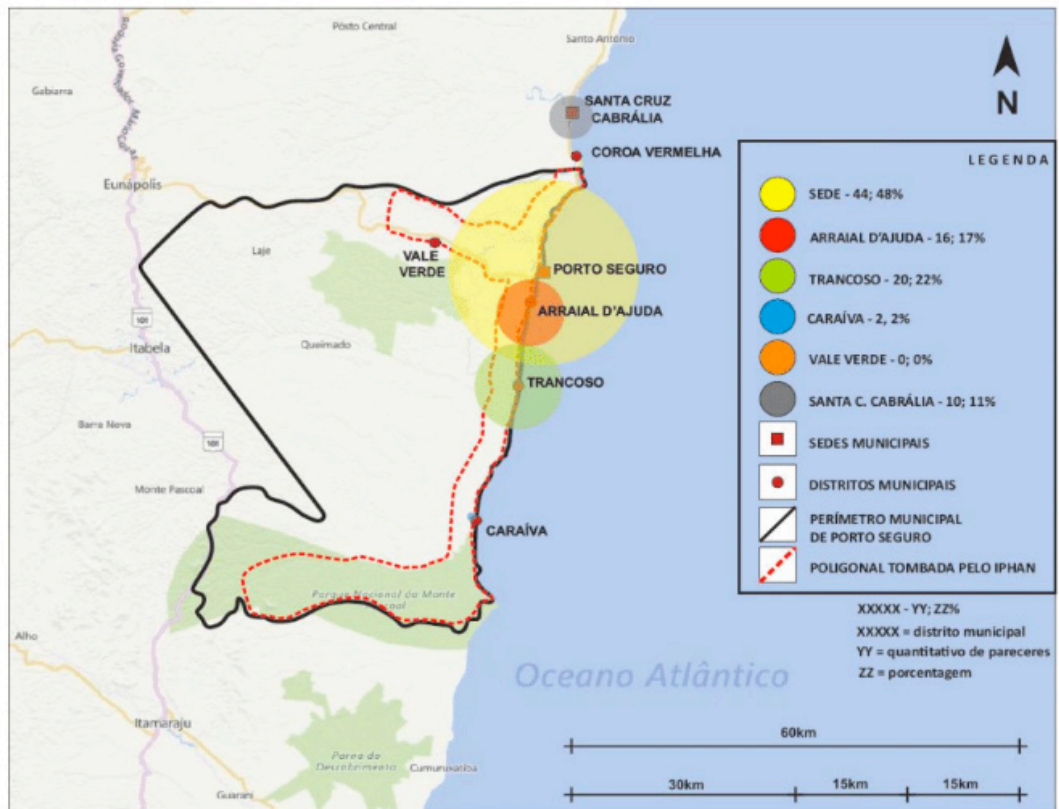
Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2012)



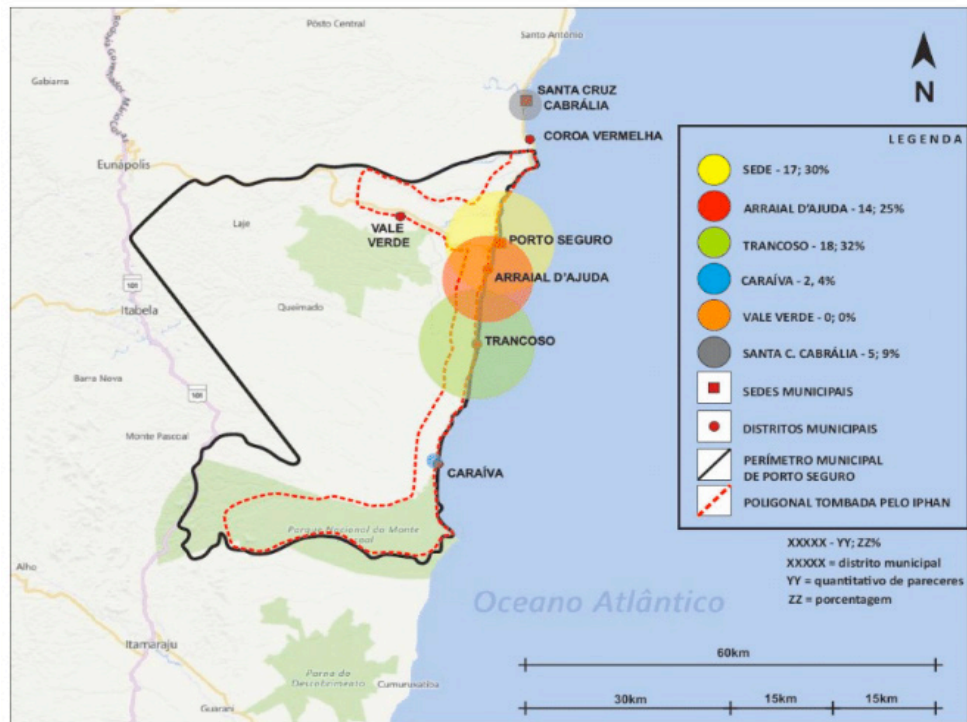
Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2013)



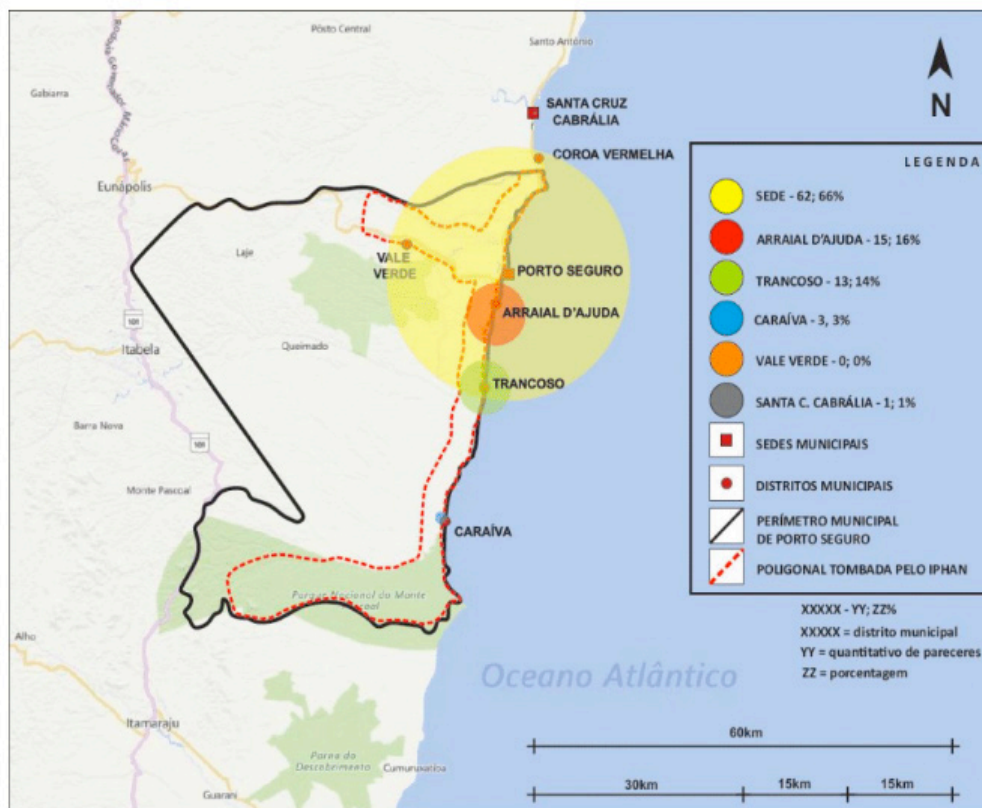
Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2014)



Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2015)



Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2016)



Mapeamento dos pareceres técnicos do ETPS (2017)

DIAGNÓSTICO DOS DADOS LEVANTADOS: ANÁLISE SWOT

Parte do diagnóstico já foi apresentado nas considerações sobre a elaboração das tabelas, gráficos e mapeamentos. O próprio material desenvolvido *per se*, já traz uma leitura didática do que foi levantado. A partir da Matriz SWOT

, foi realizada uma análise, de forma sucinta, dos fatores positivos e aqueles a serem qualificados no quesito de gestão do patrimônio cultural de Porto Seguro.

Strengths (forças):

- Legislação: O Decreto-Lei nº 25/1937 ampara até hoje o Iphan em suas atribuições de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, sendo o mesmo apoiado por outros diversos aparatos legais que auxiliam na regulamentação dos procedimentos adotados na proteção dos bens tombados, dentre os quais destacamos aqui a Constituição Federal de 1988, que reinterpreta e dá ainda mais força ao Decreto-Lei nº25 e ainda as Portarias nº187/2010 e nº420/2010 que, no âmbito específico de Porto Seguro, trouxeram mudanças significativas na atuação do Iphan;

- SEI: O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implementado no Iphan no ano de 2017, consegue elencar informações preciosas sobre a gestão de cada unidade da autarquia. Todos os dados levantados para a execução deste trabalho seriam coletados de forma muito rápida e prática se estivessem inseridos no sistema. Outro aspecto importante do SEI é o acesso à informação que se dá de maneira muito mais ágil, sem depender do trânsito de malotes de processos, o que auxilia na localização de documentos e coíbe, inclusive, a sua perda e/ou extravio;

- Fundamentação teórica subsidiada pelo próprio Iphan: É inoidável a vasta bibliografia que o Iphan possui a respeito da preservação do patrimônio cultural. Cabe aos servidores imergirem nesse material, principalmente os comissionados que não possuem especialização e/ou fundamentação teórico-prática para atuar em sua função, o que pode ocasionar a elaboração de pareceres técnicos frágeis, com permissividades que causam danos irreparáveis ao patrimônio;

- População de Porto Seguro: Neste diagnóstico não se entrou no mérito específico da comunidade local que convive diariamente com o bem tombado, mas não se poderia deixar de destacar a força de atuação que a mesma tem na prática de preservação do patrimônio cultural, seja pelo sentimento de pertencimento ou até, mais efetivamente, através de manifestações e denúncias realizadas.

Weaknesses (fraquezas):

- Falta de planejamento de gestão: Não foi encontrado no ETEC-PS qualquer tipo de relatório contendo um planejamento de gestão, com objetivos, metas e/ou metodologia de atuação e fiscalização. Os gráficos apresentados nesse trabalho evidenciam tal fato. Numa primeira análise, pôde-se verificar que os relatórios enviados à Superintendência possuem mais um caráter de “prestação de contas” do trabalho realizado no ETEC-PS do que um planejamento de gestão do patrimônio cultural. Percebeu-se que a unidade trabalha de forma reativa, respondendo os processos de acordo com a demanda que chega ao escritório, e, normalmente se priorizando os processos judiciais. Outro fator observado é que nunca um processo administrativo

chegou ao ponto de se gerar uma multa ao infrator, embora sejam significativos o número de embargos e autos de infração em alguns anos de gestão, conforme indicativo dos gráficos elaborados nesse diagnóstico;

- Transição das gestões: Outro ponto de fraqueza analisado (e conversado de maneira informal com chefias anteriores do ETEC-PS) é como se dá a transição de gestão no escritório, sendo que não há qualquer tipo de comunicação entre a chefia que sai do cargo e a nova que a substitui, o que aumenta o tempo de adaptação desta última. As lacunas de tempo de substituição entre uma chefia e outra também prejudicam a atuação do Iphan. Fatos estes que pode explicar a diminuição dos procedimentos de fiscalização em determinados anos do ETEC-PS, como evidenciado nos gráficos apresentados;

- Não organização da documentação elaborada: Como cada chefe possui sua maneira particular de trabalhar, não foi encontrado um padrão de organização de documentos e pastas no ETEC-PS. Duas gestões na unidade (Karenina Méndez e Felipe Musse) se deu de maneira “virtual”, pois os chefes do ETEC-PS atuavam em Porto Seguro pela Superintendência da Bahia, em Salvador, que fica a mais de 800km de distância, o que se dificulta ainda mais a organização documental da unidade. Tal fato leva a crer que parte dos documentos não encontrada no ETEC-PS (observada nas lacunas dos gráficos desse diagnóstico) encontra-se em Salvador. A unidade do Iphan de Porto Seguro possui uma ótima infraestrutura de arquivo, contudo falta um especialista - arquivista, talvez - que sistematize e oriente a organização do material físico e digital existente.

OPPORTUNITIES (OPORTUNIDADES):

- Inventários já realizados: Tanto o INBI-SU como o INRC aplicados em Porto Seguro são preciosas fontes de informação sobre o sítio tombado de Porto Seguro. Será necessária uma análise minuciosa e qualitativa desses dados para que os mesmos possam ser utilizados no âmbito da atribuição de valores, significância cultural e consequente gestão do patrimônio cultural local no que toca os seus bens de natureza tangível e intangível.

- Elaboração da normatização da poligonal tombada: Mais recentemente, foi aberto um edital para desenvolvimento de estudos para implementação de proposta de regularização e normatização do conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro “a fim de tornar a gestão das áreas protegidas eficaz, participativa, transparente e conforme as políticas nacionais definidas pela instituição” (MINC, 2017). Esse diagnóstico faz parte do primeiro passo para a construção dos critérios de intervenção na poligonal tombada de Porto Seguro que deverá ser encaminhada para a Superintendência da Bahia de modo a se transformar em Portaria que se institucionalize normativa de âmbito federal;

- Outros órgãos governamentais que atuam em Porto Seguro: Além do

Iphan, diversos outros órgãos governamentais atuam na região como o Instituto Chico Mendes Biodiversidades (ICMbio), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e Prefeitura Municipal de Porto Seguro que muito podem contribuir, direta ou indiretamente para uma melhor gestão do patrimônio cultural local. Como próximo passo deste trabalho, será realizado uma sobreposição dos mapeamentos (um dos objetivos específicos da dissertação e produto 02 deste mestrado) já realizados por essas diferentes esferas públicas de âmbito municipal, estadual e federal para entendimento de como tais órgãos atuam na região e como os mesmos poderiam trabalhar de forma conjunta;

THREATS (AMEAÇAS):

- Setores de expansão: Há que se identificar de perto os vetores de expansão urbana de Porto Seguro para que os mesmos não representem uma ameaça da especulação imobiliária ao patrimônio cultural do município. O mapeamento geográfico deste trabalho já apontou alguns desses eixos, como a Orla Norte do município, a Estrada Arraial/Trancoso e a Estrada da Balsa. Tais dados serão sobrepostos ao Plano Diretor Urbano do município e confrontados para melhor subsidiar quanto aos critérios adotados de intervenção no patrimônio paisagístico de Porto Seguro nessas áreas e outras mais que forem identificadas;

- Atual ausência de critérios de intervenção para a poligonal tombada: Tal ausência o dificulta a gestão do sítio tombado e torna o papel do técnico muito mais trabalhoso e delicado na tomada de posicionamento crítico pela não existência de parâmetros e critérios específicos, o que pode leva-lo a tomar decisões pautadas em conhecimentos empíricos e gosto pessoal ao invés de subsídio teórico. Beatriz Kühl (2016, p. 65) ressalta a importância deontológica da fundamentação teórica, colocando-a acima do gosto pessoal, para se definir o que é moralmente necessário ao se intervir no patrimônio e servindo para nortear o que realmente deve ser feito:

Qualquer profissional tem predileções individuais, mas deve superá-las na prática em função de deontologia apropriada, para não recair no arbítrio. Esse processo não é óbvio e também por isso a pluridisciplinaridade é necessária: para minimizar o risco de atitudes parciais e deformadoras.

Tal posição não descarta a divergência de interpretações, pois mesmo as correntes teóricas não são concordantes entre si, contudo há uma diferença entre divergências de pensamentos no como se intervir e a discussão infundada, seja por falta de fundamentação ou má fé. O fundamental é que as várias formas de intervir no patrimônio, divergentes entre si ou não, devem possuir coerência e serem pautadas em uma teoria crítica de conservação e restauro (KÜHL, 2016, p. 54):

Analisar a fundamentação teórica do restauro, em suas várias vertentes e transformações ao longo do tempo, é essencial para o entendimento mais pleno das formulações, de modo a interpretá-las para os casos específicos, justamente para que a ação não seja arbitrária, mesmo devendo ser sempre problematizada.

Daí a importância da aplicação de metodologias, princípios teóricos e procedimentos técnicos operacionais para nortear as intervenções, com intuito de que os bens sejam salvaguardados por instrumentos de proteção que garantam a sua integridade para que sirvam como efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva;

- Não utilização dos inventários como instrumento de gestão: Os inventários possuem a função tanto de preservação do patrimônio, como de “principalmente no caso dos sítios urbanos, apoiar os trabalhos de planejamento e atualização das intervenções, contribuindo diretamente para o estabelecimento de critérios e parâmetros de preservação” (SENADO FEDERAL, 2007, p. 17), ou seja, possuem um caráter intrínseco de contribuir com a gestão patrimonial. Cabe ao Iphan utilizar esse material não somente como instrumento de identificação, mas instrumento que auxilie a gerir o patrimônio cultural de Porto Seguro, a começar por facilitar o acesso à essas informações.

CONCLUSÃO

A análise da atuação do Iphan no patrimônio cultural de Porto Seguro forneceu inúmeras informações que subsidiará a elaboração dos critérios de intervenção na poligonal tombada. Alguns dos instrumentos de gestão do patrimônio utilizados, dentre eles, as Portarias nº 420/2010 e nº 187/2010 e suas ferramentas como as NAD's, os autos de infração e os termos de embargo, que regulam os procedimentos de fiscalização dos bens culturais edificados, auxiliam na compreensão de como o patrimônio cultural de Porto Seguro foi gerido nos últimos oito anos.

Informações técnicas com parâmetros de intervenção no sítio tombado e pareceres técnicos de autorização de intervenção no patrimônio elaborados trazem subsídio para um mapeamento geográfico de onde ocorrem as maiores transformações no município e apontam para vetores de crescimento urbano. Há uma necessidade de confronto desses dados com outras ferramentas de gestão urbana como o Plano Diretor de Desenvolvimento municipal para ver até onde esses eixos afetam o patrimônio cultural, seja positiva ou negativamente.

Ter acesso aos inventários, bem como interpretá-los foi um desafio tendo em vista a dificuldade de acesso a muitos documentos que poderiam ser utilizados para melhor gestão dos bens culturais de Porto Seguro. É preciso que os mesmos sejam vistos não só como instrumentos de identificação e possível chancela, mas como instrumentos de gestão do patrimônio, de forma a sugerir e fomentar novas atuações e participações neste processo.



Figura 2: Diagrama de análise SWOT.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quanto aos limites da pesquisa, pode-se afirmar que o próprio tema tem uma natureza complexa. A gestão do patrimônio pelo Estado junto à participação cidadã popular, embora descrita na Constituição Brasileira de 1988, é algo ainda pouco praticado no país e na Bahia. Deseja-se que este trabalho possa estimular e subsidiar a normativa da poligonal tombada do município de Porto Seguro, assim como o desenvolvimento de novas pesquisas sobre gestão do patrimônio cultural tombado e seus efeitos na sua preservação e salvaguarda.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio Cultural. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza (coord.). **Antropologia & Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília/Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/LACED/Nova Letra, 2012. 110-124 p.

ARANTES, Antônio Augusto et al. **Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**. Entrevista com Antônio Arantes. In: Revista CPC, São Paulo, n.20. 2015. 221-260 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. Portaria nº 187, de 11 de junho de 2010. Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas

por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultura edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. **Diário Oficial da União**. Brasília - DF.

_____. Ministério da Cultura. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. Portaria nº 240, de 22 de dezembro de 2010. Procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 dez. 2010. Seção 1, pág. 9.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.34. 2011. 147-165 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - Iphan. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: IPHAN, 2000.

_____. **Relatório Final**. In INRC do Museu Aberto do Descobrimento - BA. Brasília: DPI. 2000.

_____. **Inventario Nacional De Bens Imóveis - Sítios Urbanos de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia**. Frederico de Paula Tofani (Org.) CD-ROM. Belo Horizonte: EA UFMG. 2001.

_____. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Evelina Grunberg. (Org.). Brasília. 2007.

_____. **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Átila Bezerra Tolentino (Org.). João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba. 2012.

_____. Escritório Técnico de Porto Seguro. **Informação Técnica 12/2015- ETPS PS/SBA**. Porto Seguro, 2015.

_____. Escritório Técnico de Porto Seguro. **Informação Técnica 33/2016- ETPS PS/SBA**. Porto Seguro, 2016.

_____. **Educação Patrimonial**: Inventários participativos: Manual de aplicação do IPHAN. Sônia Regina Rampim Florêncio (Org.). Brasília-DF. 2016. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf> Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética na preservação no século XXI. In: HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión. (Org.). **Conservando el pasado, proyectando el futuro. Tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI**. 1ed. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2016, v. 1, p. 53-68. Disponível em: <http://fc.dpz.es/recursos/publicaciones/35/83/04mugayarkulh.pdf> Acesso em 02 de março de 2018.

SENADO FEDERAL. Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva (Org.). **Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados**: Manual de Preenchimento. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007. 303 p.

CONSELHO DE PATRIMÔNIO CULTURAL COMO AGENTE DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO CMPC EM PIEDADE DO RIO GRANDE-MG

Jucilaine Neves Sousa Wivaldo

Assistente Social, Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Extensão Universidade Federal de Lavras-MG, jucilainen@gmail.com;

Gilson Camilo de Sousa Neto

Graduando em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG;

João Batista de Sousa Neto

Filósofo, Professor de Filosofia Instituto Federal Pará, joabatistasn@gmail.com.

RESUMO: O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural tem como principal competência identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural da cidade, ou seja, bens de natureza material e imaterial. Desse modo, os conselheiros por meio do conselho ativo preservam a memória social de uma cidade, de sua população. Este estudo tem objetivo analisar a atuação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural do Município de Piedade do Rio Grande-MG, o qual tem realizado ações afetivas para conservação do patrimônio cultural e a memória social dos piedenses. Assim, o mesmo foi criado em 08 de abril de 2003 pela Lei Municipal nº 1.031 tendo como centralidade fomentar o resgate, manutenção e conservação de todos os bens que possam de alguma forma, representar importância

para a história, cultura e identidade do povo piedenses. Como ações, tem realizado parceria com Escola Estadual Dr. Antônio Batista do Nascimento e a Prefeitura Municipal a fim de promover educação patrimonial conservando assim a história e memória da cidade. Vencer o paradigma que a educação patrimonial pertence à História é fundamental, pois a mesma deve ser parte da vida na escola e da sociedade em geral, afinal tem uma relação direta para alcançar a conservação do patrimônio cultural e da memória social que cada bem guarda. O que se pode concretizar por meio de um conselho ativo que se empenha a defender o direito, e no CMPC de Piedade Do Rio Grande, conservar a memória social e o patrimônio local. Este trabalho não esgota todos os registros e ações do CMPC de Piedade Do Rio Grande sendo fundamental aprofundar em outros momentos sobre sua efetividade enquanto Conselho. Diante das considerações, o mesmo comprova que é possível a escola estar envolta a educação patrimonial como elemento de formação cidadã e preservação da memória e do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, preservação, educação patrimonial, patrimônio cultural, políticas de proteção.

INTRODUÇÃO

O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural tem como principal competência identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural da cidade, ou seja, bens de natureza material e imaterial. Desse modo, um conselho ativo preserva a memória social de uma cidade, de sua população. Este estudo tem objetivo analisar a atuação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural do Município de Piedade do Rio Grande-MG, o qual tem realizado ações afetivas para conservação do patrimônio cultural e a memória social dos piedenses.

O CMPC de Piedade do Rio Grande foi criado em 08 de abril de 2003 pela Lei Municipal nº 1031 tendo como centralidade fomentar o resgate, manutenção e conservação de todos os bens que possam de alguma forma, representar importância para a história, cultura e identidade do povo piedenses.

No estudo será discutido o conceito de patrimônio cultural e sobre a conservação do patrimônio, a atuação dos conselhos gestores. Logo serão analisadas as ações do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Piedade do Grande, o qual abordará sua atuação nos de anos de 2018 a 2013.

REFERENCIAL TEÓRICO

PATRIMÔNIO CULTURAL

A primeira denominação de Patrimônio Cultural era “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” sendo conceituado como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua veiculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (MEC/SPHAN/ FNPM, 1980, p. 111).

Com estudos mais aprofundados alavancando o progresso teórico metodológico das Ciências Sociais, a qual era muito envolvida nas manifestações culturais, a expressão “Patrimônio Histórico e Artístico” foi substituída pelo termo “Patrimônio Cultural” (MALTEZ *et al.*, 2010). De acordo coma autora, esse movimento se deu em decorrência da efervescência da participação da sociedade civil, por meio das entidades e associações que defendiam a preservação dos bens culturais. Maltez *et al.* (2010), afirma que houve um crescimento da valorização e maior percepção das manifestações culturais no sentido de ampliar o conceito, entendendo que a produção cultural humana “[...] constitui um processo em curso e em constante e permanente transformação, cuja diversidade e riqueza ultrapassam sempre os modelos de qualquer modelo técnico previamente estabelecido” (ORIÁ, 2001, p. 132)”.

Maltez *et al.* discorre que são compreendidos como patrimônios culturais elementos que vão desde construções de reconhecido valor histórico a manifestações culturais corriqueiras, pratos típicos, danças, fazeres e costumes em geral. A Constituição Brasileira no seu artigo 216, seção II denomina Patrimônio Cultural:

Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico (BRASIL, 1988).

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A conservação de qualquer patrimônio cultural está diretamente relacionada à história do local e ao passado que aquele bem traz seja ele material ou imaterial.

O patrimônio edificado compõe o espaço da cidade, “à marca de toda a linha histórica da cidade”, conforme Tomaz (2010, p. 6):

A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade, no seu viver cotidiano, tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos constroem no dia-a-dia. Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas. O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos.

O autor Santos (2011), afirma que a preservação no Brasil surge no contexto da modernidade, havia uma necessidade de conservar o passado para evitar a destruição. Assim, a preservação no Brasil, ampara-se em exemplos da França, a fim de reforçar a identidade nacional. Assim, Tomaz (2010, p. 7) expõe:

Ao voltar-se à atenção para questões referentes à preservação de determinados bens de reconhecido valor nacional, é possível perceber que, no caso brasileiro, o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem o mesmo sentido enraizado nos valores da Revolução Francesa, isto é, conferir identidade ao país. A preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, principalmente dos bens imóveis fora do âmbito dos museus, começa a ter um significado mais relevante a partir da década de 1920, visto que a falta de preservação destes bens estava comprometendo sua conservação, chamando assim a atenção de intelectuais, que denunciavam o descaso com as cidades históricas e a dilapidação do que seria um “tesouro” Nacional.

Diante disso, a conservação do patrimônio vai além do patrimônio edificado há também o patrimônio imaterial, neste sentido, “a memória coletiva torna-se concreto no espaço, é materializado, carregado de símbolos e significados que fazem sentido no coletivo do lugar, na identidade do lugar, na memória da cidade. A cultura então é materializada em forma de patrimônio” (SANTOS, 2014, p. 33).

De acordo com Abreu (1998, p.81-82), a memória urbana é fundamental como agente da constituição da identidade de um lugar, pois a “memória essa que difere do conceito biológico/psicológico da palavra, mas a memória coletiva e individual, que é elemento fundamental na construção da identidade do lugar”. Já o “lugar”, de acordo com Santos (1994), é o lócus do coletivo, já que a memória de uma cidade, de um lugar não é uma memória individual, é uma memória coletiva.

Segundo Halbwachs (1990) a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. E que se materializa no espaço, pois “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, afirma que a memória coletiva está sempre em mutação, sempre se transformando.

Outro tipo de patrimônio que há necessidade de conservar, de acordo com Santos (2014) são as instituições de memória, como museus, arquivos públicos, e também as igrejas de tempos pretéritos, afinal as igrejas são detentoras também da história da cidade, da marca da memória no espaço. A memória da cidade, do lugar, é um conjunto de memórias heterogêneas de indivíduos, grupos sociais que, se entrelaçam no espaço comum, no caso, a cidade propriamente. Segundo Abreu (1998) aponta que a memória da cidade não é homogênea.

O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a um lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu aí relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Conseqüentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastantes distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade. Coexistem então numa cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas.

O CPMC tem fundamental no processo de construção dessa identidade para preservação do patrimônio cultural.

CONSELHOS GESTORES

Com a promulgação da Constituição Federal estimulando princípios constitucionais de participação popular, as legislações regulamentadoras das políticas sociais e o processo de descentralização incitaram a implantação de diversos conselhos setoriais nos estados e municípios. Desse modo, conceitua os conselhos como “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (GOHN, 2001, p. 7).

No Brasil, em especial, os “conselhos” se insere na agenda política dos anos 70 e 80, adaptando-se aos modelos de participação vigentes. Dessa forma, foram constituídos pelo poder públicos conselhos comunitários a fim de negociar demandas dos movimentos populares e, pelo lado dos próprios movimentos, conselhos populares

não institucionalizados, autônomos e reivindicativos. Esses embates se norteavam “ a ser ou não o conselho um órgão embrionário de um novo poder, de uma forma de democracia direta, com autonomia em relação ao Estado”, tornaram-se referências importantes para a Assembleia Constituinte. Assim chegou a definição:

uma das formas de participação visando a mudanças na gestão pública e na elaboração de políticas, tendo em vista sua democratização e transparência, portanto, como canal de relação entre Estado e sociedade, espaço de administração de conflitos”; uma forma distinta dos dois modelos, comunitário e popular, até então experimentados (TEIXEIRA, 1996, p. 8).

O Conselho gestor configura como espaço democrático, mas também são fundamentais para a:

promoção da cidadania e da educação política; identificação, captação e ponderação constante das preferências da sociedade, com vistas à formulação de políticas públicas; e controle social sobre estas, incluindo a responsividade às demandas da sociedade e a responsabilização dos governantes.

A atuação dos conselhos:

gera-se uma nova institucionalidade pública, pois eles criam uma nova esfera social-pública ou pública não-estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e Sociedade, porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas (GOHN, 2006, p. 3).

Desse modo, os conselhos gestores representam espaços de participação e de tomada de decisão sendo fundamentais nos processos de constituição e implementação das políticas públicas.

METODOLOGIA

Este estudo compõe por uma abordagem qualitativa e descritiva, pois discorre sobre a atuação e ações do CMPC em Piedade do Rio Grande.

O município é localizado na Mesorregião do Campo das Vertentes, fazendo parte da Estrada Real. A cidade está localizada a 1.022m do nível do mar, possui clima ameno durante todo o ano.

A pesquisa se desenvolve a partir do acesso a documentos como dossiês, legislações, relatórios e entre outros, do CMPC. Segundo Gil (2002, p. 62-63), a pesquisa documental possibilita vantagens por ser “fonte rica e estável de dados: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes”. Assim como Gil, Pádua também descreve sobre os benefícios da pesquisa do documental, pois é:

aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1997, p. 62).

O *corpus* desse trabalho também se constituiu pelas informações apresentadas no *site* do conselho, bem como por meio das divulgações das ações do mesmo no *Facebook*.

ATUAÇÃO DO CMPC EM PIEDADE DO RIO GRANDE

O CMPC de Piedade do Rio Grande tem um grande acervo de documentos digitalizados como atas, relatórios, dossiês das ações e prestações de conta. Essa organização por parte do Conselho além de preservar a memória, mesmo que altere os membros do conselho, todos continuam tendo acesso aos trabalhos desenvolvidos anteriormente.

O Conselho além do mais possui um site e um grupo nas redes sociais onde são divulgadas todas as ações do mesmo. Isso possibilita que haja um diálogo maior com a sociedade envolvendo as pessoas de maneira que compreendam os valores de conservação da memória cultural, patrimonial e social.

O município de Piedade do Rio Grande tem como patrimônios tombados a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (FIGURAS 1 e 2), antiga Matriz de Nossa Senhora da Piedade, localiza-se na Praça Salvador Lourenço, no centro de Piedade do Rio Grande, Minas Gerais. O quarteirão irregular no qual a edificação está inserida é ladeado pelas: Avenida Sete de Setembro, que está paralela a lateral direita da igreja; Rua Adolfo Nolasco Teixeira, que é a continuação da via frontal da praça e a Rua José Manoel da Silva, que está à lateral esquerda da igreja (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014).



<p>Foto 01 - Vista da fachada principal da Igreja, apresentando abundantes rachaduras, escorrimentos e umidades ascendentes, as quais estão presentes nas quatro fachadas da edificação- Município de Piedade do Rio Grande – MG.</p> <p>Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.</p>	<p>Foto 02 - Vista da fachada lateral do lado da arquibancada da Igrejinha do Rosário desde a praça da arquibancada- Município de Piedade do Rio Grande – MG.</p> <p>Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.</p>
--	--

Cronologicamente, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário está inserida na arquitetura religiosa mineira do final da primeira metade do século XVIII. Mas em várias construções de caráter religioso, a tipologia arquitetônica não consegue definir datas exatas para os monumentos, visto que muitas das construções foram sujeitas a reformas, reconstruções e intervenções, além disto, às vezes apresentam características de um estilo tardio, como em tal igreja analisada.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário apresenta características do estilo colonial em sua composição, com a justaposição de volumes retangulares simples que expressam claramente a organização dos ambientes internos. Uma característica peculiar da edificação é a ausência de uma torre sineira separada de seu corpo principal, esta foi locada a frente. Esta característica é considerada um elemento original das construções mineiras, correspondendo a povoados iniciais que ainda estavam se tornando estáveis, na maioria dos casos devido à fartura do ouro. Muitos destes exemplares, sem campanário, se transformaram ou foram reconstruídos, o rápido desenvolvimento que marcou as aglomerações próximas aos mais ricos depósitos auríferos teria reflexos imediatos na arquitetura religiosa mineira, refletindo o novo poder econômico local. Como não houve grandes modificações na realidade do povoado ao longo do século XIX, esta situação, provavelmente, foi responsável também pela conservação da Igreja do Rosário, antiga Igreja de Nossa Senhora da Piedade, que não recebeu interferências significativas que pudessem modificar sua feição primitiva (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014, p. 34).

A igreja atualmente passa por restauração, para preservação desse bem histórico sob o olhar atento do CMPC. Além do mais, é excêntrico falar plenamente da construção do espaço urbano do município sem mencionar as igrejas, tanto como patrimônio material como instituição política.

O Conjunto histórico da comunidade de Santo Antônio do Porto também é foco de atenção do CMPC para tombamento. A comunidade teve início com a construção de uma pequena igreja, em 1870, por iniciativa do Pe. Francisco Ribeiro Teixeira. Este padre encontra-se sepultado no interior da igreja. A denominação tem sua origem por causa do padroeiro que é Santo Antônio e porque para a travessia do Rio Grande (quando não existia a estrada de acesso da comunidade de Santo Antônio do Porto a Piedade do Rio Grande) era feita por uma balsa: “O nome de Santo Antônio do Porto é porquê? É porque o padroeiro é Santo Antônio e Porto porque aqui tem o rio e tinha uma balsa lá num lugar chamado Porto”¹. Essa comunidade é também conhecida como “Comunidade do Azeite”, pois no período de formação dessa comunidade, havia no local, próximo à parte baixa da cachoeira, uma fabrica de azeite de mamonas.

¹ conta um morador local: Entrevista concedida à Flávia de Assis Lage por José Gomes (“Zé do Zico”) _ Auxiliar de Enfermagem – morador do “Azeite”, em 28/10/2014. Data: 30/11/2014 (DOSSIÊ DE TOMABAMENTO, 2016).

Apesar de há várias décadas a fábrica não existir mais no local, a comunidade segue sendo conhecida com essa denominação (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2016). A região apresenta quatro cachoeiras sendo um atrativo turístico da comunidade (FIGURAS 1, 2, 3 e 4). E configura, como uma região mais antiga também de acordo com o dossiê.



Figura 3 – Córrego do azeite, Município de Piedade do Rio Grande – MG.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.



Figura 2 – Cachoeira da laje, Município de Piedade do Rio Grande – MG.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.

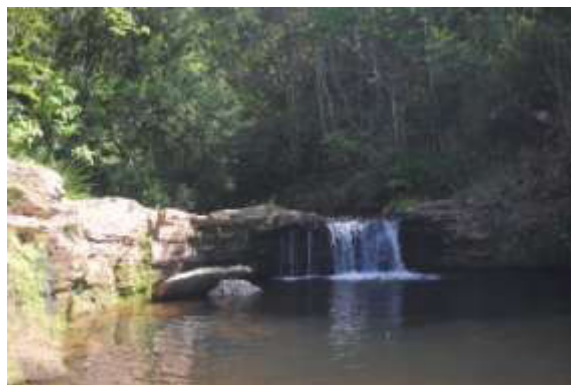


Figura 3 – Segunda cachoeira, Município de Piedade do Rio Grande – MG.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.



Figura 4 – Terceira cachoeira, Município de Piedade do Rio Grande – MG.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014.

E para preservação das paisagens culturais e ambientais da região o Conselho realiza parceria com a Escola Estadual Dr. Antônio Batista do Nascimento e a Prefeitura Municipal, onde os alunos do 9º e 3º ano realizaram um passeio para reconhecimento da identidade e preservação dos bens patrimoniais do município, tendo como principal tema o “Conjunto Paisagístico de Santo Antônio do Porto” projeto em andamento do ano de 2018. Desse modo, trabalha a educação patrimonial e ambiental para conservação e preservação daquela paisagem. De acordo, com Rocha a escola é fundamental nesse processo de conscientização, pois:

Do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado. Cumpre aos mestres despertar nos alunos sentimentos de respeito e amor, mostrando a eles o valor de nossos bens culturais [...]. (ROCHA, 1989, p. 43).

A preservação do patrimônio cultural deve ser somado aos demais conteúdos escolares, pois o conceito “Patrimônio”, a Educação Patrimonial também assume papel de abrangência, podendo ser entendida como

[...] uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para as questões atinentes ao Patrimônio Cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores em geral [...] de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e do conseqüente interesse sobre o tema (ORLÁ, s.d., p. 2).

No ano de 2017 teve como tema central ações sobre a “Folia de Reis de São Sebastião do Paraíso: a força de uma tradição”, desenvolvido nas escolas Dr. Antônio Batista do Nascimento, Hildebrando Teixeira e Gabriel de Resende Passos. Em relação à Folia de Reis que acontece nos dias 01/01 e 06/01, os quais vão de casa em casa cantar seus versos, acompanhados de violas, violões, sanfonas, pandeiros, triângulos, caixas e instrumentos de cordas, onde alguns vestem fardas e máscaras, com músicos - instrumentistas e cantores - o grupo, muitas vezes, se compõe também de dançarinos, palhaços e outras figuras folclóricas. Todos se organizam sob a liderança do mestre e seguem com reverência os passos da bandeira, cumprindo rituais tradicionais de inquestionável beleza e riqueza cultural. O envolvimento da escola como conservação do patrimônio cultural desperta nos estudantes e na sociedade a sensibilidade da preservação da memória histórica e conservação da memória social.

Embora, essa escola se sobressai a muitas, pois de acordo com Arroy (2005, p. 32):

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. Temos, de um lado, políticas de proteção e, de outro, ações isoladas para que as escolas eduquem as crianças e adolescentes para respeitarem e protegerem o patrimônio de sua cidade.

No ano de 2016, o CMPC teve ações com tema central “Economizar para nunca faltar” durante demonstrando atento às questões ambientais e ao debate sobre a crise hídrica. Esse trabalho foi continuidade do ano de 2015 onde abordou sobre a “Gruta: Mina D’água do meu canto e do meu encanto – Preserve a água e salve à vida”.

O município de Piedade do Rio Grande possui como parte de suas festividades a Congada e Moçambique. A mesma segundo Monteiro (2010):

A festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário organizada pela Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande-MG aconteceu pela primeira

vez no ano de 1928. Consta nos depoimentos orais dos membros do grupo que o fundador, José Venâncio de Lima, conhecido como José Perpétuo, fora convidado para dançar na Congada da cidade vizinha, Ibertioga; encantado com o ritmo e por devoção a Nossa Senhora do Rosário, decidiu fundar em Piedade do Rio Grande a Sociedade de Congada e Moçambique, formada essencialmente por homens negros, filhos e netos de escravos que trabalhavam nas principais fazendas da região, onde seus pais e avós foram escravos. O ritual e a festa foram ganhando ritmo e devoção, pois pedindo licença, avisando no toque da caixa e da sanfona, dançando e cantando, mais de noventa “homens de cor” vestidos de roupa branca, fita colorida na cabeça e guizo no pé adentram o espaço público da pequena cidade há mais de oitenta anos (MONTEIRO, 2010, p.1).

Para tanto, a sociedade Congada e Moçambique compõem como bem imaterial do município e para refletir sobre sua importância o CMPC em 2014 teve como tema central a “Congada e Moçambique - Um Olhar sobre a Cultura”. Desse modo, no relatório do CMPC demarca que:

O trabalho de Educação patrimonial é realizado com zelo pelos congadeiros com apoio irrestrito do Conselho. Este trabalho de congadeiros e de Conselho do Patrimônio tem gerado frutos nas escolas da cidade A escola municipal de ensino fundamental criou um grupo de maculelê para festejar a herança afro-brasileira. As crianças deste grupo desfilaram junto ao grupo de congado e foram prestigiadas por este (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014, p. 36).

E para continuidade das atividades de educação patrimonial:

Outra atividade prevista, a visita a escolas para palestras a crianças em idade escolar sobre o congado como patrimônio cultural, foi realizada de forma exitosa pelos congadeiros, na escola do segundo grau. Eles trabalharam durante todo o ano as tradições afro-brasileiras com foco no congado com expressão destas tradições em Minas Gerais. Congadeiros deram aula sobre elementos rituais, histórias e músicas do Congado. O fato de que muitos dos alunos são também congadeiros contribuiu bastante para houvesse interação maior entre alunos e congadeiros e assim se criasse além do respeito a responsabilidade da preservação (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE, 2014, p 36).

Em 2013, CMPC por meio da Educação Patrimonial teve como tema central “Os Pracinhas na memória dos piedenses”. O Projeto tinha como objetivo resgatar fatos, fotos e outros documentos sobre os 15 ex-combatentes piedenses que estiveram nos campos de batalha durante a Segunda Guerra Mundial.

Diante das ações em andamento e realizados pelo CMPC de Piedade do Rio Grande este se mostra comprometido em valorizar os bens materiais ou imateriais, compreendendo-os como heranças, um patrimônio, o qual é interpretado e identificado por cada indivíduo de maneira particular levando em consideração como foi lhe ensinado. Desse modo, uma vez compreendido sua essência enquanto compositor da história cabe a cada um honrar sua tradição assim, como a determinação de dar continuidade para outras gerações tenham acesso a essa conscientização. Portanto, preservar a memória social não é apenas um resgate histórico, mas uma reconexão do

indivíduo ao passado as origens, as raízes, as construções históricas que permearam aquele local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vencer o paradigma que a educação patrimonial pertence à História é fundamental, pois a mesma deve ser parte da vida na escola e da sociedade em geral, afinal tem uma relação direta para alcançar a conservação do patrimônio cultural e da memória social que cada bem guarda. O que se pode concretizar por meio de um conselho ativo que se empenha a defender a preservação da memória, e o CMPC de Piedade Do Rio Grande, de fato, busca preservar a memória social e o patrimônio cultural que cada bem guarda. Seu envolvimento com a escola local permite que as crianças e jovens compreendam a importância da história de sua cidade e tudo que há enredado nesse processo de construção da memória seja ele um bem material ou imaterial.

Este trabalho não esgota todos os registros e ações do CMPC de Piedade Do Rio Grande sendo fundamental aprofundar em outros momentos sobre sua efetividade enquanto Conselho. Diante das considerações, o mesmo comprova que é possível a escola estar envolvida a educação patrimonial como elemento de formação cidadã e preservação da memória e do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio A. **Sobre a Memória das Cidades**. Revista da faculdade de Letras – Geografia I série, Vol. XIV, Porto, p. 77-97, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

SANTOS, Jocimara Patrícia. Memória e patrimônio cultural de Vitória, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade. **Monografia**, 2014.

MALTÊZ, Camila Rodrigues *et al.* Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. **Pedagogia em ação**, v. 2, n. 2, p. 39-49, 2010.

MONTEIRO, Livia Nascimento. **Narrativas e Memórias da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio de Grande, século XX**. 2010. 13 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE. Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. **Congada e Moçambique de Nossa Senhora Do Rosário**. Relatório de Bem Imaterial Registrado. 2014. 48 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE. Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. **Igreja De N. S. do Rosário – Antiga Igreja de N. S. Da Piedade**. Processo De Tombamento de Bem Imóvel. 2014. 118 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DO RIO GRANDE. Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. **Núcleo Histórico de Santo Antônio do Porto**. 2014. 124 p.

SANTOS, Francimário Vito dos. Trajetória, descentralização e aproximação: as políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial no âmbito do plano de ação para as cidades históricas PAC/CH. In: **II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011, Rio de Janeiro. Desafios: os campos da formação em gestão cultural e da produção de informações**, 2011.

ORÍÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ORÍÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>>. Acesso em: 10 de agos. De 2018.

PADUA, Elisabete Matalho M de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2.ed. São Paulo: Papirus, 1997.

ROCHA, Guido. **Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1989. 1 v. (sem paginação).

TOMAZ, Paulo. Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix (UFU. Online), v. 07, p. 02, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-266-1



9 788572 472661